

RAG 2011

SINTÉTICO

**RELATÓRIO DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL**



RAG 2011





Estado de Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

Relatório da Ação Governamental

RAG 2011

Sintético

Coordenação de Monitoramento e Avaliação
Superintendência de Planejamento e Orçamento



Estado de Mato Grosso

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado de Mato Grosso

FRANCISCO TARQUÍNIO DALTRO
Vice-Governador do Estado de Mato Grosso

José Gonçalves Botelho do Prado
Secretário de Estado de Planejamento e
Coordenação Geral

José Esteves de Lacerda
Secretário-Chefe da Casa Civil

Edmilson José dos Santos
Secretário de Estado de Fazenda

Roseli de Fátima Meira Barbosa
Secretária de Estado de Trabalho Emprego,
Cidadania e Assistência Social

José Domingos Fraga Filho
Secretário de Estado de Desenvolvimento
Rural e Agricultura Familiar

Arnaldo Alves de Souza Neto
Secretário de Estado de Transporte e
Pavimentação Urbana

Cesar Roberto Zílio
Secretário de Estado de Administração

Osmar de Carvalho
Secretário de Estado de Comunicação Social

Vicente Falcão de Arruda Filho
Secretário de Estado do Meio Ambiente

João Antônio Cuiabano Malheiros
Secretário de Estado de Cultura

Ernandy Maurício Baracat Arruda
Secretário de Estado das Cidades

Francisco Antonio Vuolo
Secretário Extraordinário de
Acompanhamento da Logística Intermodal de
Transportes

Diógenes Gomes Curado Filho
Secretário de Estado de Segurança Pública

Paulo Inácio Dias Lessa
Secretário de Estado de Justiça e Direitos
Humanos

Ságuas Moraes Sousa
Secretária de Estado de Educação

Vander Fernandes
Secretário de Estado de Saúde

Antônio Roberto Monteiro de Moraes
Secretário-Chefe da Casa Militar

José Alves Pereira Filho
Secretário-Auditor Geral do Estado

Pedro Jamil Nadaf
Secretário de Estado de Indústria,
Comércio, Minas e Energia

Aparecida Maria Borges Bezerra
Secretária de Estado de Desenvolvimento
de Turismo

Jenz Prochnow Júnior
Procurador Geral do Estado

Carlos Antonio de Azambuja
Secretário de Estado de Esportes e Lazer

Adriano Breunig
Secretário de Estado de Ciência e
Tecnologia

Eder de Moraes Dias
Secretário Extraordinário da Copa do
Mundo – FIFA 2014



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SECRETÁRIO DE ESTADO

José Gonçalves Botelho do Prado

SECRETÁRIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO

Regiane Berchieli

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA

Graziele Cauhy Pichioni

CHEFE DE GABINETE

Carla Cristina Araújo Vasquez

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Ivana Célia da Cruz Lobato

COORDENADORA TÉCNICA DA ELABORAÇÃO DO RAG 2011

Vínia Paula Rodrigues Stocco



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

EQUIPE TÉCNICA

ASSESSORIA TÉCNICA

Geraldo César Gonçalves da Silva
William Rangel de Moura

GERÊNCIA DO FIPLAN

Walter Antonio Devanir Lembi
Gerente

Graciely Ribeiro Correa

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Nilson Antônio Batista
Coordenador

Edson da Costa Ribeiro
Glória Maria da Silva
Marize Bueno de Souza Soares
Augusto Evangelista da Silva
José Maria Pedroso da Silva
Lucienne Machado

GERÊNCIA DA ÁREA ECONÔMICO-AMBIENTAL

Antonio Sergio de Moraes
Gerente

Maria Justina de Almeida Josetti
Rosamita de Cerqueira Nolasco
Evanildes Leite Padilha da Silva
Cristiane Souza Silva

COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Janeo Marcos Corrêa
Coordenador

GERÊNCIA DA ÁREA SOCIAL

Luiz Cláudio Pereira Scheffer
Gerente

Jocilene Rodrigues de Oliveira e Silva
Joel Martins Rocha
Julia Satie Yokokura
Telma Auxiliadora Silva Coutinho
Rodrigues

GERÊNCIA DA ÁREA INSTRUMENTAL E OUTROS PODERES

Fernandes Costa Oliveira
Gerente

Telma Monteiro Lima Rassi
Francisley Marcelo Batista Siqueira
Josenil Lemes Duarte
Maria da Glória Brito Santos Corrêa
Telma Pereira da Silva Viana

COORDENADORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Edmar Roberto Prandini
Coordenador

Apoio Administrativo

Eliane Coutinho de Andrade

COORDENADORIA DE ESTUDOS FISCAIS E LEGISLAÇÃO

Rafael Albertoni Mazeto
Coordenador

Angélica Auler Galvão de Barros

COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Vínia Paula Rodrigues Stocco
Coordenadora

Karine Nunes Rodrigues
Vagner de Bitencourt Serra

COORDENADORIA DE CONVÊNIOS

Debora Pinheiro da Silva Lima
Coordenadora

Ana Cláudia de Abreu Borges Carvalho
Claides Bertoldo
Edmilson Benedito da Silva Lopes
Larissa Camila de Moura Queiroz
Rafaela Schimitt Basso
Viviane Rondon Silva de Marchi
Celina Kimiko Minakami
Marcelo Evaristo Souza Coelho

APOIO ADMINISTRATIVO



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO RAG 2011

EQUIPE TÉCNICA

Vínia Paula Rodrigues Stocco
Karine Nunes Rodrigues
Vagner de Bitencourt Serra

COLABORADORES

Debora Pinheiro da Silva Lima
Julia Satie Yokokura
Graciely Ribeiro Correa
Regiane Berchieli
Telma Auxiliadora Silva Coutinho Rodrigues
Walter Antonio Devanir Lembi
Técnicos da Coordenadoria de Gestão Orçamentária

ANALISTAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E CENÁRIO FISCAL

Antonio Abutakka
Edmar Augusto Vieira
Eduardo Matsubara
Elaine Corsini (SEMA)
Geraldo César Gonçalves da Silva
João Baptista M. Figueiredo
João Olavo Fernandes Bastos
Luis Carlos Dorileo
Maria Aparecida Cerci de Paiva
Maria Auxiliadora Marques Vasconcelos
Simone Camara Lopes
Victória Mello de Arruda (SEMA)

EQUIPE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Wellington Mesquita Farias Gomes
Marcel Kuniochi

DESIGNER GRÁFICO

Ricardo Sardinha Clemente

EQUIPE DO CEPROMAT

Regina Maruiti Serra
Oaleson Marcos Carvalho

APOIO

Augusto Evangelista da Silva
Celina Kimiko Minakami
Marcelo Evaristo Coelho
Sebastião dos Santos Alves



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO GERAL SINTÉTICO

APRESENTAÇÃO		Página
INTRODUÇÃO		17
METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES		18
REGIÕES DE PLANEJAMENTO		24
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURI-ANUAL		27
BALANÇO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM MATO GROSSO		98
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS		
OBJETIVO ESTRATÉGICO 01 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA		
PROGRAMAS:		
072	OBRAS PÚBLICAS E INFRA ESTRUTURA	119
074	FOMENTO AO CRÉDITO	123
102	GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	127
168	CIDADANIA PARA TODOS	130
170	CONSELHOS NA CONSTRUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL	134
176	ACESSO A JUSTIÇA	137
191	APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	140
239	MEU LAR	144
262	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	147
271	SEGURANÇA NO TRÂNSITO E QUALIDADE NO ATENDIMENTO	150
280	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MT	154
284	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER	157
287	DEFESA DA CIDADANIA E RESPEITO AOS DIREITOS DO CIDADÃO	160
300	PREVENÇÃO E ATENDIMENTO EMERGENCIAIS DE BOMBEIROS	164
301	GESTÃO ESTRATÉGICA DE RESULTADOS	168
302	INTELIGÊNCIA - CONHECER PARA DECIDIR	172
303	POLÍCIA CIVIL EM AÇÃO	176
304	POLÍCIA CIVIL CIDADÃ	179
305	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO - SINASE NO ESTADO DE MATO GROSSO	182
306	NOVA CHANCE	186
307	REDE CIDADÃ	190
308	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS LGBT E ÉTNICO-RACIAIS	194
309	PREVENÇÃO AS DROGAS	198
310	PM CIDADÃ	201
311	PM PRESENTE	206
312	ENFRENTAMENTO INTEGRADO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE	210
313	POLITEC – EXPANSÃO COM EXCELENÇA NA QUALIDADE	215
314	ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL	222
OBJETIVO ESTRATÉGICO 02 - AUMENTO DO NÍVEL GERAL DE SAÚDE		
PROGRAMAS:		
235	ASSISTÊNCIA A SAÚDE	229
273	EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.	232
274	EFETIVAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A PARTIR DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	236
275	CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	240
276	REORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM FOCO NA REGIONALIZAÇÃO	246
278	IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DO SUS	251
279	POLÍTICA DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE	257



OBJETIVO ESTRATÉGICO 03 - AMPLIÇÃO DA EDUCAÇÃO, COM UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIA) E ELEVAÇÃO DO NÍVEL E DA QUALIDADE DOS ENSINOS MÉDIOS E FUNDAMENTAL

PROGRAMAS:

289	APRENDIZAGEM COM QUALIDADE	263
290	GESTÃO ATIVA	268

OBJETIVO ESTRATÉGICO 04 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO COM AMPLIÇÃO DOS INVESTIMENTOS E AUMENTO DO NÚMERO DE PESQUISADORES ATIVOS

PROGRAMAS:

250	FORTALECIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	275
251	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL	279
252	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	282
253	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E POS-GRADUAÇÃO	286
255	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO	290

OBJETIVO ESTRATÉGICO 05 - FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE CIDADES DE FORMA CONTROLADA E SUSTENTÁVEL, INCLUINDO O MONITORAMENTO DA GERAÇÃO E DO APROVEITAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL E VENDA DE CRÉDITO DE CARBONO

PROGRAMAS:

183	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	295
208	CIDADE-CIDADÃ	299
222	DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	302
296	DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ	305
319	TURISMO SUSTENTÁVEL NA COPA	309

OBJETIVO ESTRATÉGICO 06 - AMPLIÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA DA POPULAÇÃO, AUMENTO DO PIB PER CAPITA E ELEVAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA COM CARTEIRA ASSINADA, LEVANDO À AMPLIÇÃO DA FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA MATO-GROSSENSE

PROGRAMAS:

196	FORMAÇÃO QUALIFICADA DE RECURSOS HUMANOS	317
256	DESENVOLVIMENTO REGIONAL/MT-REGIONAL	322
315	CONSTRUINDO A COPA	327
318	NOVOS CAMINHOS	332

OBJETIVO ESTRATÉGICO 07 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE MATO GROSSO, COM VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL COM RESPEITO AOS POVOS INDÍGENAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA CULTURA MATO-GROSSENSE

PROGRAMAS:

206	INTERCÂMBIO E INTEGRAÇÃO CULTURAL	339
207	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	343
322	CONHECENDO A COPA	346

OBJETIVO ESTRATÉGICO 08 - CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE COM O USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBRE A FLORESTA

PROGRAMAS:

177	CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS	353
178	EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA	357
180	CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE BIODIVERSIDADE	361
181	GESTÃO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	365
182	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	370
261	DEFESA E PROTEÇÃO AMBIENTAL E DA ORDEM URBANÍSTICA	374
298	PROTEÇÃO DO CLIMA	379

OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 - REDUÇÃO DO RITMO DE DESMATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E DAS ÁREAS DEGRADADAS DOS BIOMAS DE MATO GROSSO

PROGRAMAS:

179	GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	385
-----	----------------------------	-----



OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - DEMOCRATIZAÇÃO E AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS E DA EXCELÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À SOCIEDADE, COM BASE NA MELHORIA DA ESTRUTURA DO ESTADO E CONTROLE SISTEMÁTICO DOS RECURSOS GOVERNAMENTAIS

PROGRAMAS:

142	GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	395
145	AÇÃO LEGISLATIVA	401
146	FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	404
147	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - AÇÃO JUDICIARIA	407
199	REVITALIZAÇÃO DA EMPAER	411
219	COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	419
220	GESTÃO DA INFORMAÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS	424
223	GESTÃO DA QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO	429
224	GESTÃO DE PESSOAS	432
225	GESTÃO INTEGRADA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESTADUAL	436
226	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	439
227	MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	444
228	FORTELECIMENTO DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	448
229	MARCO REGULATÓRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	451
233	PROGRAMA DE AÇÃO INSTITUCIONAL	454
236	GESTÃO DA RECEITA PÚBLICA	457
237	GESTÃO FINANCEIRA ESTADUAL	464
263	DEFESA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PROBIIDADE ADMINISTRATIVA E ORDEM TRIBUTÁRIA	468
264	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	472
281	ADVOCACIA DO ESTADO	477
282	VALORIZAÇÃO DO COLABORADOR	481
283	QUALIDADE NOS SERVIÇOS DO CONTROLE EXTERNO	484
285	MODERNIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	487
291	FORTELECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO	491
297	GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE PESSOAS	494
316	EFETIVAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL	497
320	AGECOPA - INOVANDO NA COPA	501
321	EFICIÊNCIA NA COPA	505

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 - AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E DA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA MATO-GROSSENSE

PROGRAMAS:

201	DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO	513
218	ESTRADEIRO	516

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 - REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE EXTERNA DA ECONOMIA COM O DECLÍNIO DA PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS IN NATURA E AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE BENS MANUFATURADOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES MATO-GROSSENSE

PROGRAMAS:

214	DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	523
216	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	527

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 - DIVERSIFICAÇÃO DA ESTUTURA PRODUTIVAS E ADENSAMENTO DAS CADEIAS COM AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA ESTADUAL

PROGRAMAS:

132	SERVIÇOS DE METROLOGIA E QUALIDADE	533
185	DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO	536
210	FOMENTO A ATIVIDADE MINERAL	541
217	INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	544
240	NOSSA TERRA, NOSSA GENTE	548
258	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL	552
286	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	556
317	EMPREENDEDORISMO NA COPA	559



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS PADRONIZADOS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PROGRAMAS PADRONIZADOS

036 - APOIO ADMINISTRATIVO	565
299 - GESTÃO DE DOCUMENTOS	571
994 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA	574
995 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	577
996 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS	580
997 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO	583
998 - OPERAÇÕES ESPECIAIS-CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	586

PROGRAMA 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99000 Tesouro do Estado de Mato Grosso	589
--	-----



Governo do Estado de Mato Grosso

RAG 2011



Apresentação



Estado de Mato Grosso

INTRODUÇÃO

O modelo de gestão adotado no nosso Estado é o voltado para resultados. Este modelo pressupõe que todas as ações de governo têm como objetivo a melhoria na qualidade de vida das pessoas, ou seja, o impacto que os programas e projetos de governo terão em nossa sociedade. A fim de atingir esse objetivo, em 2005, o Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, elaborou o Plano de Desenvolvimento do Estado, MT + 20. Este plano foi elaborado de forma participativa, considerando os cenários mundial, nacional e do Estado, a articulação das dimensões técnica e política e o desenvolvimento sustentável para um horizonte de 20 anos.

O plano aponta para uma Visão de Futuro onde Mato Grosso será um dos melhores lugares para se viver e trabalhar, o que será fruto de mudanças profundas que acontecerão de forma gradual. A concretização da Visão de Futuro será o resultado da parceria vitoriosa entre os Governos Estadual, Federal e Municipal, Entidades Nacionais e Internacionais, Empresários e Trabalhadores, em torno de parâmetros como a eficácia e eficiência do gasto público, a democratização, a transparência e a ética na gestão do Estado e a elevada participação da sociedade na construção do futuro. Ao final dos 20 anos, o Estado apresentará alta qualidade de vida, com acesso amplo, de todos, aos bens e serviços públicos, com uma população educada e qualificada, que respeita e valoriza sua diversidade cultural.

Considerando essa Visão de Futuro, foram identificadas iniciativas para o longo, médio e curto prazos, avaliadas, considerando as condições econômicas e políticas do Estado e tendo como resultados treze Objetivos Estratégicos, com suas respectivas estratégias. Na elaboração do Plano Plurianual - PPA - 2008-2011, foram considerados esses objetivos para direcionar as ações de Governo, em busca de se alcançar a Visão de Futuro que almejamos.

Dessa forma, apresentamos neste Relatório de Ação Governamental o resultado dos programas executados em 2011, buscando o controle social, através da transparência das ações do poder público.

Além da transparência, uma premissa da gestão voltada para resultados é a responsabilização dos gestores na execução das ações e na busca dos resultados esperados. Para atender a essa necessidade, foi publicado em 21 de agosto de 2008 o Decreto nº 1.528/2008, que normatiza o monitoramento dos programas e ações de governo.

O monitoramento teve o seu início no exercício de 2009, e com a sua regulamentação tenta consolidar a cultura de avaliação como uma fase do ciclo de gestão, a qual permite a revisão de estratégias para obter melhores resultados, além de ser uma oportunidade única de aprendizagem organizacional.

A prestação de contas por parte do Governo Estadual, que fazemos agora através deste relatório - RAG 2011 está prevista em instrumentos legais, como a Constituição Estadual, a Lei Complementar 101/2000 (LRF), a Lei nº 8.827/2008, que instituiu o PPA 2008-2011 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 9.424/2010, a qual dispõe que a prestação de contas incluirá os resultados da execução dos programas e ações de governo, conforme metas e indicadores estabelecidos.

Neste relatório, foi feita a análise de todos os programas e ações (projeto, atividade e operações especiais) previstos na Lei Orçamentária Anual de 2011, de acordo com a base do sistema FIPLAN. Foram apresentadas as suas execuções física, orçamentária e financeira, pelos responsáveis por ações e gestores de programas. Essa é a forma que os órgãos de governo, através de seus responsáveis, têm para prestar contas à sociedade da utilização dos recursos públicos.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, como coordenadora de todo o projeto, apresentou a metodologia, capacitou e prestou assessoria aos órgãos na elaboração deste relatório, além de analisar as informações prestadas pelos mesmos e formatar o documento final.



Estado de Mato Grosso

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES

A metodologia de avaliação adotada no Estado de Mato Grosso e aplicada ao PPA 2008-2011, foi elaborada com o objetivo de promover a análise de todas as ações de governo pelos responsáveis nos órgãos/entidades, com instruções adotadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, por meio do Manual de Elaboração do Relatório da Ação Governamental, disponibilizado no endereço eletrônico www.seplan.mt.gov.br.

Os núcleos sistêmicos de cada órgão/entidade participam com o apoio institucional, assessoria aos responsáveis pela análise e consolidação no órgão das análises do setor.

Os procedimentos de elaboração foram: ajustes no Módulo RAG do Sistema FIPLAN e no formato de avaliação através de informações focadas em Análises das Ações e Avaliação dos Programas, as quais são prestadas à SEPLAN pelos órgãos/entidades dos Três Poderes por meio dos Gestores de Programas e Responsáveis por Ações constantes da programação do Estado para o exercício de 2011; orientação de preparação para elaboração de análises e avaliações, com disponibilização de relatórios da execução programática de 2011; orientação das metas nos prazos estabelecidos; capacitação aplicada pela SEPLAN aos Gestores e Responsáveis dos órgãos/entidades e respectivos núcleos sistêmicos, com assessoria ao longo do processo; análises pelos responsáveis pelas ações e avaliação executada pelos gestores de programas no Módulo RAG no **Sistema FIPLAN**; análises e recomendações pelos Técnicos da SEPLAN; promoção de ajustes nas análises e avaliações setoriais com assessoria da SEPLAN e dos Núcleos Sistêmicos; e consolidação do processo pela SEPLAN.

Todo este trabalho foi preparado seguindo o conceito de avaliação:

Avaliação pode ser entendida “como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações governamentais sobre as quais os gestores públicos possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas e os programas. Não se destina a resolver ou substituir juízos envolvidos na tomada de decisão, mas permite certo conhecimento dos resultados de um dado programa - informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção de um programa e sua execução” (Ala-Harja & Helgason apud GUGEL, 2004)¹.

A avaliação dos programas e análise das ações está apresentada conforme a estrutura de ações de governo aprovada no PPA 2008-2011. Cada programa finalístico ou de gestão de políticas públicas está em um dos treze objetivos estratégicos de governo, quais sejam:

1. Melhoria da qualidade de vida;
2. Aumento do nível geral de saúde;
3. Ampliação da educação, com universalização da educação básica (infantil, fundamental e média) e elevação do nível e da qualidade dos ensinos médio e fundamental;
4. Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do Estado com ampliação dos investimentos e aumento do número de pesquisadores ativos;

¹ GURGEL, Gisele. Arcabouço metodológico para implementação da avaliação dos programas de governo que possa contribuir para o fortalecimento do planejamento governamental do estado de Mato Grosso, 2004. Monografia de especialização em gestão pública por resultados. Universidade Federal de Mato Grosso. 2004



5. Formulação e expansão da rede de cidades de forma controlada e sustentável, incluindo o monitoramento da geração e do aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos para geração de energia renovável e venda de crédito de carbono;
6. Ampliação do emprego e da renda da população, aumento do PIB per capita e elevação da população ocupada com carteira assinada, levando à ampliação da formalização da economia mato-grossense;
7. Preservação do patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso, com valorização da diversidade cultural com respeito aos povos indígenas e sua contribuição para a formação da cultura mato-grossense;
8. Conservação do meio ambiente e da biodiversidade (preservação e manutenção) uso e manejo sustentável dos recursos naturais (solo, água, minerais e bióticos em áreas de conservação) com diminuição das pressões antrópicas, especialmente sobre a floresta;
9. Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso;
10. Democratização e aumento da eficiência da gestão pública do Estado e dos municípios e da excelência dos serviços públicos prestados à sociedade, com base na melhoria da estrutura do estado e controle sistemático dos recursos governamentais;
11. Ampliação da infra-estrutura econômica e da competitividade da economia mato-grossense;
12. Redução da vulnerabilidade externa da economia com o declínio da participação das exportações na economia estadual (percentual do PIB) e ampliação da participação de bens manufaturados na pauta de exportação mato-grossense; e
13. Diversificação da Estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas com ampliação da participação da indústria na economia estadual.

Os programas chamados de Apoio Administrativo são apresentados como programas e ações padronizados e sua ordem segue a mesma apresentada na Lei Orçamentária Anual, por Unidades Orçamentárias.

Entende-se por programa a articulação de um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema, ou ao atendimento de uma necessidade da sociedade, ou ainda, a uma oportunidade de investimento.

Abaixo está o texto explicativo e orientativo dos campos de análises e de avaliações, -transcritos do Manual de Elaboração do Relatório da Ação Governamental 2011.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Os atributos que definem os **Programas** são:

- Tipo do Programa;
- Origem do Programa;
- Objetivo do Programa;
- Público alvo;
- Unidade Responsável pelo Programa;
- Gestor do Programa;
- Indicadores do Programa;
- Desempenho Quantitativo e Qualitativo do Programa;
- Valores Orçados, Atualizados, Contingenciados e Executados; e
- Índices de Avaliação do Planejamento e da Gestão.

Na análise dos **Indicadores** de cada programa, deverão ser justificados os resultados de cada um dos indicadores ano a ano, inclusive os não atualizados. Aqui será avaliado o índice alcançado no ano de 2011 em relação ao que estava previsto no PPA 2008-2011, para o exercício 2011.

Os valores estão demonstrados no **Quadro da Realização Orçamentária e Financeira do Programa**, da seguinte forma:



- **Fonte** - destaca a fonte à qual o recurso orçamentário está vinculado;
- **Dotação inicial** - recursos orçamentários previstos na LOA 2011;
- **Dotação final** - considera as alterações que ocorreram durante o exercício financeiro, somando ou diminuindo na dotação inicial os créditos adicionais;
- **Valor empenhado** - valor do orçamento comprometido com os credores dos órgãos para liquidação dos compromissos assumidos;
- **Valor Contingenciado** - valor do orçamento reservado para assegurar equilíbrio orçamentário;
- **Capacidade de Planejamento** (Índice PPD - Planejamento e Programação da Despesa); e
- **Capacidade de Execução** (Índice COFD - Capacidade Operacional Financeira da Despesa).

Desde 2005, foram introduzidas para análise, tanto dos responsáveis nos órgãos quanto da sociedade, os dois índices acima mencionados: PPD, resultante da divisão da despesa empenhada pela inicialmente fixada, e COFD, resultante da divisão da despesa empenhada pela dotação final (dotação inicial mais créditos adicionais) menos o valor contingenciado, para avaliação das despesas.

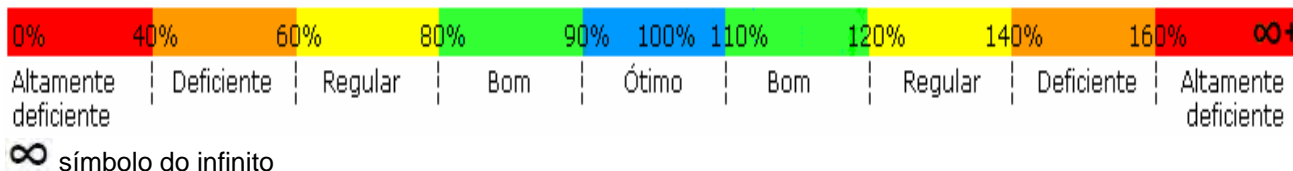
Para que a metodologia fosse utilizada, adotamos o estágio que representa o fato gerador da despesa pública, qual seja, o “Empenho”. Dessa forma, pretendemos obter no RAG uma representação mais fiel de nossa eficiência das previsões iniciais e finais, comparativamente às respectivas realizações.

Apesar das diversas análises que estes índices permitem fazer, estes por si só ainda são insuficientes para uma avaliação precisa ou mais próxima da realidade. O RAG foi concebido pensando em aliar as análises quantitativas com as qualitativas.

Esses índices mostrarão as situações de conformidade ou não. As situações de conformidade deverão ser mantidas e socializadas. Quanto às situações de não conformidade deverão ser equacionadas.

Com base na metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP2, que busca avaliar a efetividade/eficácia das previsões iniciais e finais da despesa orçamentária e da meta física, comparativamente às respectivas realizações, foi inserida nos critérios dessa avaliação uma **RÉGUA**, onde são enquadrados os desempenhos alcançados pelos órgãos na realização/execução das metas física, orçamentária e financeira de seus **Programas** e respectivas **Ações**. A régua implantada em Mato Grosso, aumentou em 4 vezes os parâmetros apresentados na régua defendida pela ABOP, a fim de que todos os resultados alcançados pelos órgãos deste Estado sejam demonstrados.

De acordo com a presente régua, os desempenhos são considerados melhores quanto mais próximos de 100%, conforme ilustrado no desenho a seguir:



A régua traz os seguintes parâmetros para medir o grau de desempenho alcançado pelo órgão:

- será indicado como **Ótimo** atingir a faixa de 90,01% a 110,00%;
- será indicado como **Bom** atingir a faixa entre 80,01% e 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% e 120,00%;
- será indicado como **Regular** atingir a faixa entre 60,01% e 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% e 140,00%;
- será indicado como **Deficiente** atingir a faixa entre 40,01% e 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% e 160,00%; e
- será indicado como **Altamente Deficiente** atingir menos de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00%.



Destacamos a possibilidade de esses parâmetros tornarem-se um referencial e que os órgãos venham a utilizar a metodologia como uma das formas de realizar uma auto-avaliação, aprimorando cada vez mais sua gestão orçamentária, este pode ser considerado um dos principais ganhos do processo.

A **Avaliação/Análise do Desempenho do Programa** se traduz através:

- da **Execução do Programa** (Com base no critério de eficiência/eficácia, justifica a medida em que o Programa foi executado);
- dos **Resultados do Programa** (Diante da origem e objetivo do programa, descreve qual foi a efetividade do programa);
- das **Principais restrições e providências adotadas** (Detalha as dificuldades que ocorreram durante a realização do programa e quais as soluções adotadas para saná-las);
- de **Outros Aspectos Relevantes** (Descreve outros fatos e situações que repercutiram no programa e que não se enquadraram nos campos anteriores);
- de **Outros produtos entregues no programa** (Relatar, quais são os produtos, como surgiram, suas aplicações e relação com os produtos originais das ações do programa); e
- das **Recomendações da Unidade responsável pelo programa**.

ANÁLISE DAS AÇÕES

Os atributos que se referem às **Ações** são:

- Nome da Ação;
- Tipos de Ação;
- Objetivo Específico da Ação;
- Responsável pela Ação;
- Descrição do Produto;
- Unidade de Medida da Meta Física;
- Unidade Responsável pela Ação;
- Valores orçados, atualizados, contingenciados e executados; e
- Índices de avaliação do planejamento e da gestão;

A **Avaliação da Ação** está demonstrada nos seguintes quadros:

- **Quadro da Região de Planejamento** - apresenta a quantidade de bens ou serviços entregues por região. A regionalização corresponde à identificação da distribuição geográfica dos benefícios do programa, tendo em vista diferentes situações e potencialidades regionais existentes.
- **Quadro da Realização da Meta Física** - apresenta os índices apurados, propostos na LOA 2011 e executados no exercício, bem como suas variações, ou seja, um histórico quantitativo da meta física no formato:
- **Meta Física Prevista LOA 2011** - apresenta a quantidade de produtos a serem entregues, prevista na LOA.
- **Meta Física Prevista Após Créditos** - apresenta a meta física ajustada após os créditos adicionais realizados no período em avaliação;
- **Meta Física realizada** - apresenta a quantidade total do produto entregue na ação;
- **% Realizado em Relação à Meta Física prevista** - apresenta o índice da meta física realizada em relação à estimada na LOA, ou seja, demonstra a capacidade de planejamento do órgão;
- **% Realizado em Relação à Meta Física após créditos** - apresenta o índice da meta física realizada após os créditos adicionais, ou seja, demonstra a capacidade de realização da meta física.

No **Quadro da Realização Orçamentária e Financeira da Ação**, os valores estão apresentados da seguinte forma:



- **Fonte** - destaca a fonte na qual o orçamento está vinculado;
- **Dotação Inicial - LOA 2011** - apresenta os valores orçados previstos na LOA, relativos a cada fonte;
- **Dotação Final - Após Créditos** - apresenta a dotação orçamentária ajustada após os créditos (suplementar/especial/extraordinário) realizados no período em avaliação.
- **Valor Empenhado** - apresenta o valor do orçamento comprometido com os credores dos órgãos para a liquidação dos compromissos assumidos;
- **Valor Contingenciado** - apresenta o valor do orçamento reservado, pelo Governo do Estado, para assegurar o equilíbrio orçamentário;
- **% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2011)** - apresenta o índice Planejamento e Programação da Despesa - PPD, resultante da divisão da despesa empenhada pela inicialmente fixada, ou seja, demonstra a capacidade de planejamento do órgão; e
- **% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor Contingenciado** - apresenta o índice Capacidade Operacional Financeira da Despesa - COFD, resultante da divisão do recurso financeiro empenhado em relação à dotação final (após os créditos adicionais) diminuído o valor contingenciado, ou seja, demonstra a capacidade de realização do orçamento, pelo órgão.

Análise da Execução Orçamentária e Financeira da Ação - avalia a execução do orçamento em relação ao que foi previsto na LOA 2011 (lei orçamentária) e após os créditos adicionais e contingenciamentos.

- **Capacidade de Planejamento (PPD)** - descreve os acontecimentos que resultaram no desempenho apurado, e através desse resultado pode-se visualizar de que forma os órgãos estão efetivamente projetando a despesa.
- **Capacidade de Execução (COFD)** - descreve os acontecimentos que resultaram no desempenho apurado, permitindo a visualização da gestão financeira do órgão.

Análise do desempenho da Ação

- **Alcance do Objetivo Específico** - descreve com base nos resultados da meta física, do PPD e do COFD, a medida em que o objetivo específico da Ação (P/A/OE) foi alcançado, tendo em vista que são resultados esperados ao final da execução do projeto/atividade.
- **Outros Aspectos Relevantes** - indica os principais gastos na Ação que ainda não tenham sido mencionados nas respostas das questões propostas anteriormente, bem como o impacto nas ações, caso tenha sido utilizado recursos de origem não-orçamentária.
- **Recomendações da Unidade Responsável pela Ação** - indica quais as providências a serem tomadas para que ação seja mais eficiente.

PROGRAMAS E AÇÕES PADRONIZADOS

As unidades responsáveis foram orientadas a elaborar o relatório de todos os programas sob sua responsabilidade, inclusive das suas ações que fazem parte dos programas de apoio administrativo, quais sejam:

- O programa de apoio administrativo, propriamente dito;
- O programa de previdência e pensionistas do Estado;
- Os programas de operações especiais;
- O programa de reserva de contingência.

No programa de apoio administrativo existem ações não padronizadas e ações padronizadas. As ações padronizadas, comum a todas as unidades do Estado, não têm meta física, desta forma a unidade responsável deve relatar apenas a execução orçamentária e financeira destas ações.

As ações não padronizadas, que por não terem um programa específico na unidade setorial estão alocadas no programa de apoio administrativo, têm meta física, sendo assim, a unidade responsável deve



Estado de Mato Grosso

informar os produtos entregues no relatório físico, orçamentário e financeiro normalmente, como se estas ações estivessem em um programa finalístico do órgão.

Nos programas de previdência e pensionistas do Estado e programas de operações especiais todas as ações são padronizadas, portanto, não têm meta física, e o órgão deve relatar apenas sobre as ações.

Os programas e ações, chamados genericamente de padronizados, são apresentados neste Relatório por unidade orçamentária e ordenados por códigos, de acordo com a LOA.

A seguir está o quadro das 12 regiões de planejamento que o Estado utiliza para elaborar os instrumentos como o PPA, LDO, PTA, LOA e RAG. Há também a região chamada de “Todo o Estado”, com o código 9900, utilizada quando o órgão não consegue especificar, por razões próprias, em qual região de planejamento foi entregue a meta física ou quando a meta física beneficia todo o Estado. Neste Relatório o órgão seleciona a região de planejamento e digita a quantidade da meta física nela entregue.



REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO

Até a elaboração do Plano Plurianual 2004/2007, o Estado de Mato Grosso utilizava as mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para seu planejamento, observando-se alguma variação na distribuição dos municípios, provavelmente para incorporar a dimensão política. Esta regionalização era normativa para a elaboração dos instrumentos de planejamento, particularmente os orçamentos anuais.

As mesorregiões definidas pelo IBGE já não conseguiam dar resposta à extensão do Estado e às mudanças territoriais ocorridas, indicando a necessidade de uma revisão. Portanto, para a elaboração do PPA 2008/2011, foi adotada a regionalização produzida pelos estudos do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso - ZSEE.

O ZSEE definiu as regiões de planejamento ao longo do processo de definição das Unidades Sócio-Econômicas-Ecológicas - USEE, para as quais foram considerados os modos de uso e ocupação, de organização da produção e os graus diferenciados de consolidação das atividades econômicas e os componentes da base natural. A estes critérios foram adicionados os estudos da hierarquia urbana, resultando nas Regiões de Influência.

Para a utilização dessas regiões nos instrumentos de planejamento (que exigem limites administrativos) foi realizado um ajuste incorporando os limites dos municípios, considerando-se que o município pertencia à região onde estava localizada a sua sede.

Os municípios se distribuem nas Regiões de Planejamento da forma que se segue:

0100	REGIÃO I	0200	REGIÃO II
0101	Juina (Cidade Pólo)	0201	Alta Floresta (Cidade Pólo)
0102	Castanheira	0202	Nova Bandeirantes
0103	Juruena	0203	Apiacás
0104	Cotriguaçu	0204	Nova Monte Verde
0105	Aripuanã	0205	Paranaíta
0106	Colniza	0206	Carlinda
0107	Rondolândia	0207	Nova Canaã do Norte
		0208	Colíder
		0209	Nova Santa Helena
		0210	Terra Nova do Norte
		0211	Novo Mundo
		0212	Guarantã do Norte
		0213	Matupá
		0214	Peixoto de Azevedo
		0215	Nova Guarita
0300	REGIÃO III	0400	REGIÃO IV
0301	Vila Rica (Cidade Pólo)	0401	Barra do Garças (Cidade Pólo)
0302	Santa Terezinha	0402	Querência
0303	Confresa	0403	Ribeirão Cascalheira
0304	Porto Alegre do Norte	0404	Canarana
0305	Santa Cruz do Xingu	0405	Nova Nazaré
0306	São José do Xingu	0406	Água Boa
0307	Cana-Brava do Norte	0407	Cocalinho
0308	Alto Boa Vista	0408	Campinápolis
0309	São Félix do Araguaia	0409	Nova Xavantina
0310	Serra Nova Dourada	0410	Novo São Joaquim



Estado de Mato Grosso

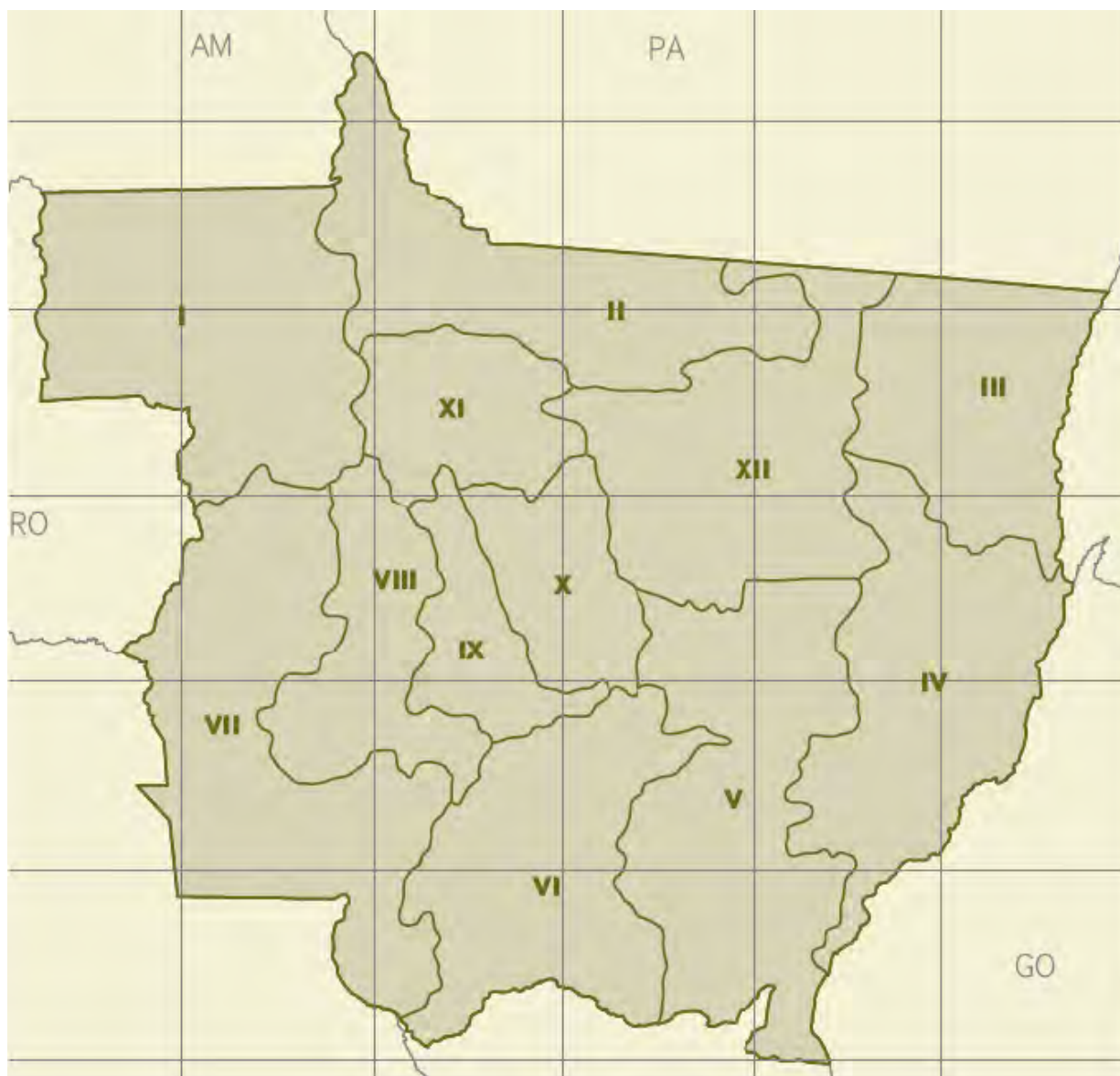
0311	Bom Jesus do Araguaia	0411	Araguaiana
0312	Novo Santo Antônio	0412	General Carneiro
0313	Luciara	0413	Pontal do Araguaia
		0414	Torixoréu
		0415	Ribeirãozinho
		0416	Ponta Branca
		0417	Araguainha
0500	REGIÃO V	0600	REGIÃO VI
0501	Rondonópolis (Cidade Pólo)	0601	Cuiabá (Cidade Pólo)
0502	Gaúcha do Norte	0602	Várzea Grande
0503	Paranatinga	0603	Nobres
0504	Santo Antônio do Leste	0604	Rosário Oeste
0505	Campo Verde	0605	Acorizal
0506	Primavera do Leste	0606	Jangada
0507	Dom Aquino	0607	Planalto da Serra
0508	Poxoréo	0608	Nova Brasilândia
0509	Tesouro	0609	Chapada dos Guimarães
0510	Jaciara	0610	Nossa Senhora do Livramento
0511	São Pedro da Cipa	0611	Santo Antônio do Leverger
0512	Juscimeira	0612	Barão do Melgaço
0513	Pedra Preta	0613	Poconé
0514	Guiratinga		
0515	São José do Povo		
0516	Alto Garças		
0517	Itiquira		
0518	Alto Araguaia		
0519	Alto Taquari		
0700	REGIÃO VII	0800	REGIÃO VIII
0701	Cáceres (Cidade Pólo)	0801	Tangará da Serra (Cidade Pólo)
0702	Porto Esperidião	0802	Porto Estrela
0703	Mirassol D'Oeste	0803	Barra dos Bugres
0704	Glória D'Oeste	0804	Nova Olímpia
0705	São José dos Quatro Marcos	0805	Denise
0706	Curvelândia	0806	Santo Afonso
0707	Araputanga	0807	Campo Novo do Parecis
0708	Indiavaí	0808	Brasnorte
0709	Figueirópolis D'Oeste		
0710	Lambari D'Oeste		
0711	Rio Branco		
0712	Salto do Céu		
0713	Reserva do Cabaçal		
0714	Jauru		
0715	Vale de São Domingos		
0716	Pontes e Lacerda		
0717	Vila Bela da Santíssima Trindade		
0718	Conquista D'Oeste		
0719	Nova Lacerda		
0720	Comodoro		
0721	Campos de Júlio		
0722	Sapezal		
0900	REGIÃO IX	1000	REGIÃO X
0901	Diamantino (Cidade Pólo)	1001	Sorriso (Cidade Pólo)
0902	Alto Paraguai	1002	Nova Mutum
0903	Nortelândia	1003	Santa Rita do Trivelato
0904	Arenápolis	1004	Lucas do Rio Verde
0905	Nova Marilândia	1005	Tapurah
0906	São José do Rio Claro	1006	Ipiranga do Norte
0907	Nova Maringá	1007	Itanhangá



Estado de Mato Grosso

1100	REGIÃO XI	1200	REGIÃO XII
1101	Juara (Cidade Pólo)	1201	Sinop (Cidade Pólo)
1102	Porto dos Gaúchos	1202	Nova Ubitatã
1103	Novo Horizonte do Norte	1203	Feliz Natal
1104	Tabaporã	1204	Vera
		1205	Santa Carmem
		1206	Cláudia
		1207	União do Sul
		1208	Itaúba
		1209	Marcelândia
9900	REGIÃO XIII - TODO ESTADO		

MAPA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO





EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2008/2011

A avaliação consiste na emissão de juízos de valor e frequentemente se reveste de uma grande subjetividade. Para que a avaliação das políticas públicas avance na objetividade é necessário negociar e estabelecer padrões ou parâmetros que sejam aceitos por uma parcela significativa da sociedade. Estes padrões ou parâmetros pelos quais se avaliam os resultados das intervenções são denominados indicadores. Para algumas áreas de políticas públicas os indicadores já estão amplamente negociados e são bastante aceitos como padrões para a avaliação da evolução dos problemas da sociedade.

Os Objetivos Estratégicos são resultados prioritários a serem perseguidos no horizonte de tempo dos Planos e as estratégias são as linhas de ação, os meios para se alcançar os Objetivos Estratégicos, ou seja, são iniciativas altamente relevantes que indicam como a organização procurará alcançar cada Objetivo Estratégico.

Considerando a Visão de Futuro expressa no Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso MT+20 e os desafios colocados para o seu alcance, foram identificadas iniciativas para o longo, médio e curto prazos e uma carteira que poderia compor o Plano Plurianual para o período 2008 a 2011. Estas iniciativas foram avaliadas considerando as condições econômicas e políticas do Estado, resultando nos Objetivos Estratégicos e Estratégias relacionados a seguir. As estratégias que foram consideradas prioritárias estão destacadas em negrito e foram utilizadas para orientar a elaboração programas prioritários do governo. Durante o ano de 2011 foram iniciados trabalhos para revisão do MT + 20. O resultado dessa revisão servirá de subsídio para a elaboração do PPA 2012/2015.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 01

“Melhoria de qualidade de vida”

Rendimento domiciliar: nível e desigualdade

O rendimento domiciliar *per capita* é considerado por muitos especialistas a melhor variável capaz de medir o poder de compra dos orçamentos domiciliares. Elevar o nível e reduzir a instabilidade do rendimento (e mitigar os seus efeitos) constitui objetivo relevante de política pública.

Observa-se que o rendimento domiciliar *per capita* tem apresentado comportamento bastante instável, acompanhando os ciclos econômicos. Nota-se que, após alta espetacular de 26,2% em 2008, o rendimento médio caiu cerca de 7,1% em 2009, em função dos efeitos da crise internacional. Contudo, essa redução ocorreu de forma bastante concentrada nos 10% mais ricos da população, cuja perda foi de 17,5% em termos reais. Em consequência, a desigualdade de renda (medida pelo índice de Gini) atingiu, em 2009, a marca de 0,5011, menor patamar da série histórica disponível (1981 a 2009).

Rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1981 a 2009 - R\$ de outubro de 2009

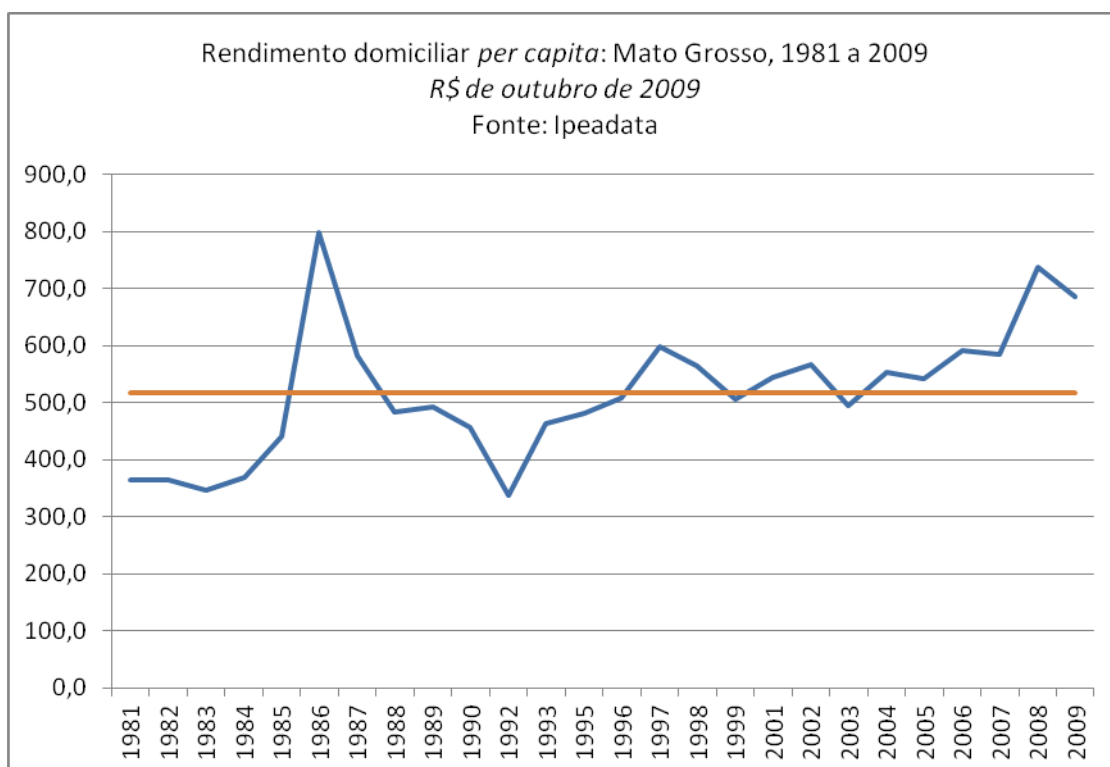
Ano	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (Preço de outubro de 2009)	Variação anual (%)
1981	363,7	-
1982	364,5	0,23
1983	345,7	-5,15
1984	368,5	6,57



Estado de Mato Grosso

Ano	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (Preço de outubro de 2009)	Variação anual (%)
1985	441,9	19,93
1986	798,2	80,64
1987	581,9	-27,11
1988	482,5	-17,08
1989	491,6	1,89
1990	456,9	-7,07
1992	337,1	-26,22
1993	463,6	37,54
1995	482,4	4,06
1996	508,0	5,31
1997	597,4	17,59
1998	564,2	-5,55
1999	505,2	-10,46
2001	544,4	7,75
2002	567,9	4,31
2003	493,9	-13,03
2004	553,8	12,13
2005	543,0	-1,96
2006	591,2	8,88
2007	584,5	-1,13
2008	737,6	26,18
2009	684,9	-7,13
2010

Fonte: Ipeadata (baseado nas Pnad's do IBGE)



Fonte: Ipeadata.Dados básicos da Pnad (IBGE).



Estado de Mato Grosso

Ainda assim, o nível de desigualdade continua muito elevado. Em 2009, os 10% mais ricos recebiam 39,5% da renda domiciliar, enquanto os 40% mais pobres se apropriavam de 12,2%. A renda média dos 10% mais ricos era 13 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres, e 33 vezes maior do que a renda média dos 10% mais pobres.

A evolução da desigualdade em Mato Grosso parece indicar três períodos característicos: agravamento da desigualdade, entre 1981 a 1988; oscilações elevadas e sem tendência definida, entre 1988 e 1997; e tendência à redução, embora não livre de oscilações, entre 1997 e 2009. Houve forte elevação da desigualdade em 2008 (frente a 2007), provavelmente em função da aceleração econômica do período. Em contraste, em 2009 o índice de Gini fica, pela primeira vez, abaixo do nível verificado no ano do Plano Cruzado (1986), devido às elevadas perdas econômicas dos estratos mais ricos.

Evolução de alguns indicadores de desigualdade em Mato Grosso, 1981 a 2007

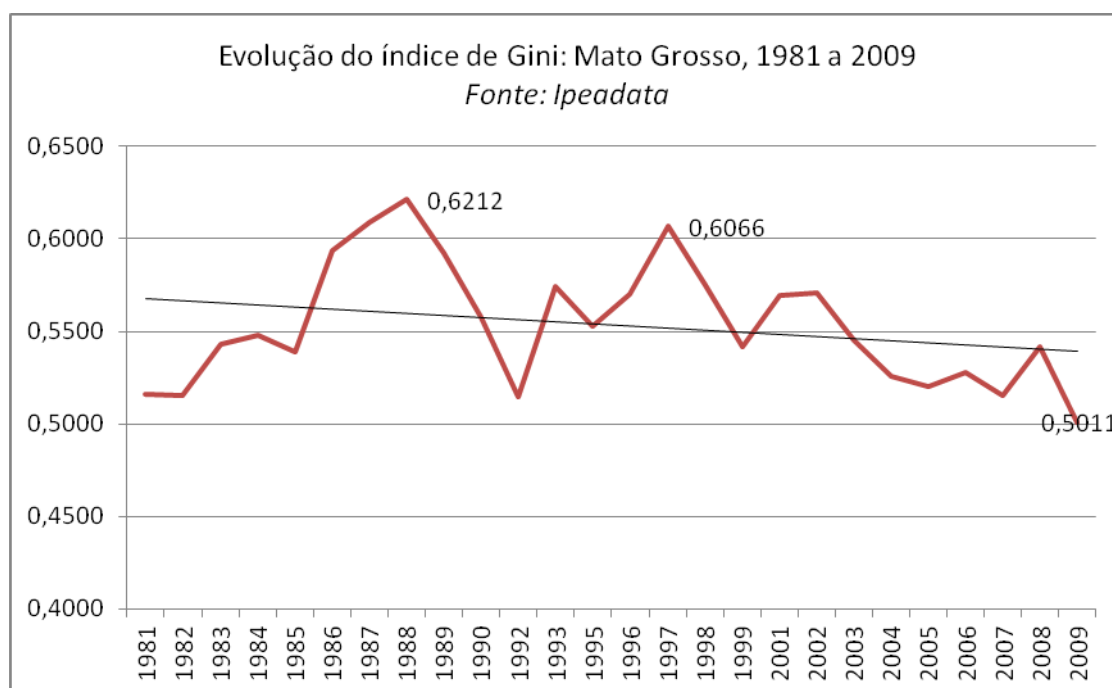
ANO	10%+ (%)	20% + (%)	10% - (%)	40% - (%)	40%-/10%+ (%)	10%-/10%+ (%)	índice de Gini
1981	41,6	56,8	1,6	12,4	7,5	3,8	0,5160
1982	41,1	57,2	1,4	11,5	7,0	3,4	0,5156
1983	44,1	59,6	1,4	10,7	6,1	3,2	0,5432
1984	44,2	60,0	1,1	10,1	5,7	2,5	0,5478
1985	42,7	59,0	1,4	10,6	6,2	3,3	0,5386
1986	49,5	64,7	1,2	9,2	4,6	2,4	0,5936
1987	50,2	65,4	0,8	7,9	3,9	1,6	0,6088
1988	51,6	66,8	0,9	7,8	3,8	1,7	0,6212
1989	48,4	64,2	1,0	8,5	4,4	2,1	0,5927
1990	44,2	60,9	1,1	9,6	5,4	2,5	0,5578
1992	40,2	56,1	1,1	11,2	7,0	2,7	0,5146
1993	48,2	62,9	1,1	9,8	5,1	2,3	0,5741
1995	44,8	60,3	1,0	10,2	5,7	2,2	0,5530
1996	45,7	61,9	0,8	9,3	5,1	1,8	0,5705
1997	50,6	65,4	0,8	8,7	4,3	1,6	0,6066
1998	47,3	62,7	1,0	9,7	5,1	2,1	0,5752
1999	43,8	59,5	1,2	10,8	6,2	2,7	0,5420
2001	46,7	62,0	0,8	9,7	5,2	1,7	0,5693
2002	45,9	62,2	0,9	9,5	5,2	2,0	0,5710
2003	43,7	60,0	1,1	9,4	5,4	2,4	0,5455
2004	41,7	58,0	1,3	10,3	6,1	3,0	0,5260
2005	41,5	57,5	1,2	10,5	6,3	2,8	0,5202
2006	43,0	58,1	1,3	11,5	6,7	2,9	0,5278
2007	41,6	57,1	1,3	11,8	7,1	3,1	0,5150



Estado de Mato Grosso

ANO	10%+ (%)	20% + (%)	10% - (%)	40% - (%)	40%-/10%+ (%)	10%-/10%+ (%)	Índice de Gini
2008	44,3	59,3	1,2	11,1	6,3	2,6	0,5420
2009	39,5	55,1	1,2	12,2	7,7	3,0	0,5011
2010

Fonte: Ipeadata (1981 a 2007); SEI/SEPLAN (2008 e 2009) (tabulações especiais da Pnad/IBGE)



Fonte: Ipeadata (1981 a 2007); SEI/SEPLAN (2008 e 2009) (tabulações especiais da Pnad/IBGE)

Pobreza

Nota: pobres são aqueles indivíduos cuja renda domiciliar per capita seja inferior ao valor monetário de uma cesta de consumo definida segundo requisitos nutricionais, hábitos de consumo e preços observados regionalmente. Ou seja, pobreza, aqui, é definida como insuficiência de renda, da qual decorre, em tese, a maioria dos casos associados a baixos padrões de vida. Em 2009 a linha de pobreza era de, aproximadamente, R\$ 144,00 (rendimento domiciliar per capita), definida pelo IPEA.

A evolução da pobreza, medida como porcentagem de pobres na população, parece indicar três períodos característicos: de 1981 a meados da década de 1990 houve oscilações em patamares muito elevados, não configurando propriamente uma tendência. Nesse período a taxa média de pobreza ficou acima de 35% (com exceção do atípico ano do Cruzado). Com o advento do Plano Real (1994) e os efeitos da Constituição de 1988 (especialmente a universalização da previdência rural, a partir de 1992) a pobreza declina e se estabiliza em níveis médios de 26%, entre 1994 e 2003. De 2003 a 2009, a tendência foi de forte redução da pobreza, que atinge, em 2008-2009, índices inferiores a 50% daqueles verificados no imediato pós-Real. Para se ter uma ideia da magnitude dessa mudança social, basta ter em conta que, em 2003, cerca de 700 mil pessoas eram consideradas pobres em Mato Grosso (ou 27,2% da população daquele ano). Em 2009, esse número fora reduzido para 355 mil pessoas (12,4% da população). Ou seja, a cada ano cerca de 57 mil pessoas deixaram a linha de pobreza em Mato Grosso, entre 2003 e 2009.

O período 2004-2008 reuniu um conjunto de condições simultâneas e favoráveis a uma queda mais consistente da pobreza: liberdades civis, retomada do crescimento econômico em ambiente de menor



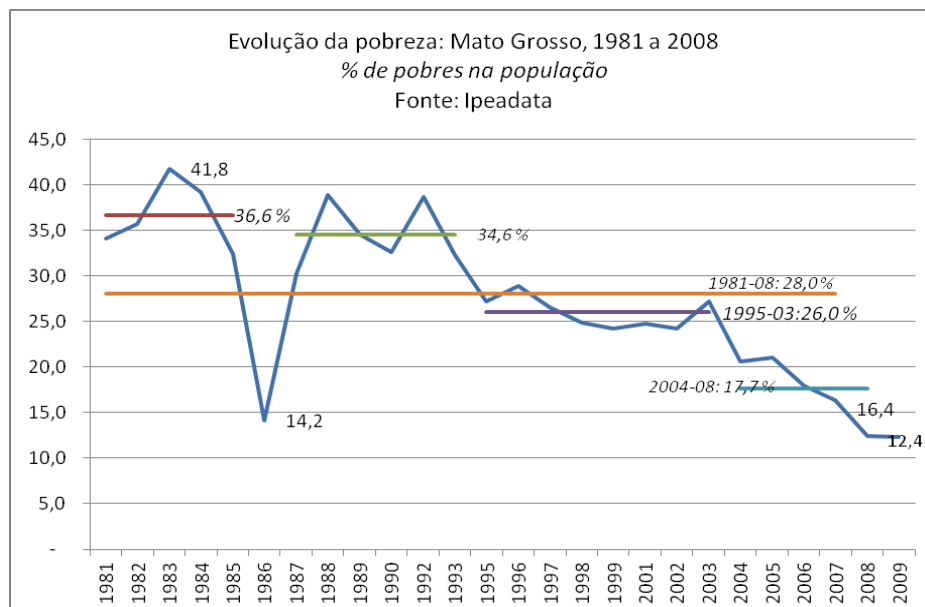
vulnerabilidade externa, consolidação da estabilidade monetária, melhorias no mercado de trabalho (aumento do emprego e do grau de formalização) e aprofundamento da rede de proteção social (na qual se inclui o programa Bolsa Família, a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a recuperação do salário mínimo, que reajusta os benefícios da assistência e da previdência social).

Em 2009 a trajetória de redução da pobreza foi interrompida pelos impactos da crise internacional iniciada em fins de 2008. Felizmente, a crise foi suficientemente rápida e, provavelmente, não implicou em perdas sociais significativas, sobretudo porque se concentrou nos estratos mais ricos. A julgar pelo dinamismo recente do mercado de trabalho, 2010 deverá marcar a retomada do processo de declínio da pobreza em Mato Grosso.

Evolução da pobreza: Mato Grosso, 1981 a 2009 (% de pobres na população)

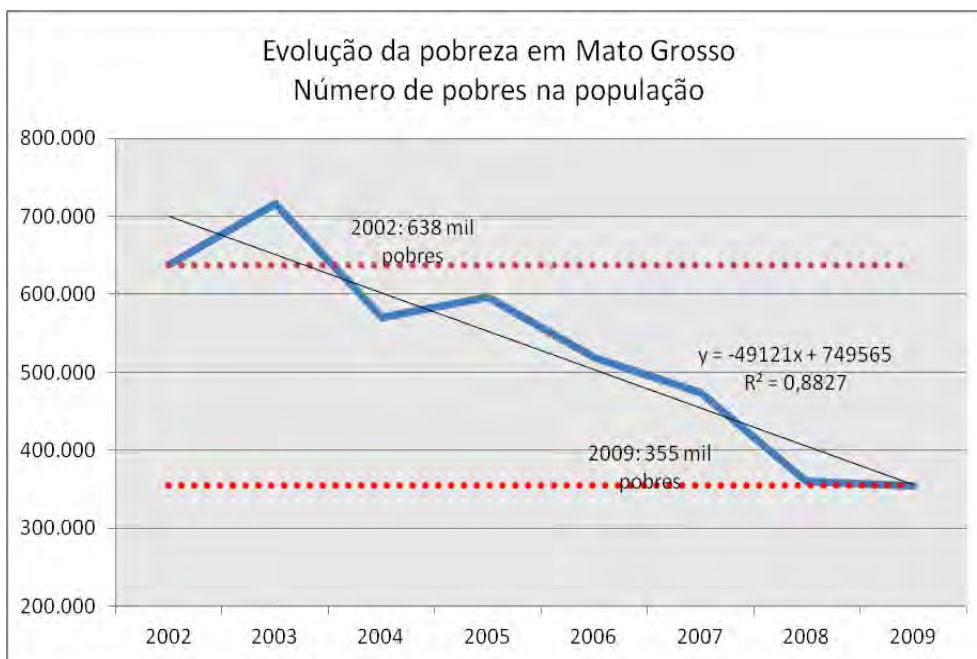
Ano	% de pobres	Ano	% de pobres
1981	34,1	1997	26,6
1982	35,8	1998	24,8
1983	41,8	1999	24,3
1984	39,2	2001	24,7
1985	32,4	2002	24,2
1986	14,2	2003	27,2
1987	30,3	2004	20,6
1988	38,9	2005	21,0
1989	34,6	2006	17,9
1990	32,6	2007	16,4
1992	38,7	2008	12,4
1993	32,3	2009	12,4
1995	27,2	2010	...
1996	28,9

Fonte: Ipeadata





Estado de Mato Grosso



Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados da Pnad (IBGE)

Condições de habitação

Nota: Ipeadata não divulgou tabulações especiais da Pnad de 2008 e 2009, sobre condições de habitação.

Alguns indicadores mostram melhorias na qualidade de vida no que se refere à habitação. O acesso à água potável com canalização interna, por exemplo, aumentou de 81,9% para 91,9%, de 2002 a 2007. Entretanto, o acesso ao esgotamento sanitário exhibe números preocupantes, evidenciando a carência de investimentos no setor. Em 2007, apenas 25,1% das pessoas viviam em domicílios com sistemas adequados de esgoto, segundo dados da Pnad (tabulados pelo Ipeadata).

O indicador “densidade superior a 2” revela que há cada vez menos pessoas em domicílios com mais de 2 moradores por cômodo (excluídos o banheiro e a cozinha). Isso pode ser atribuído à redução do tamanho das famílias e, possivelmente, à diminuição dos casos de famílias em regime de co-habitação, refletindo melhorias nas condições sócio-econômicas gerais. O indicador de densidade costuma ser utilizado, em conjunto com outros indicadores, para identificar situações de déficit habitacional.

Acesso a serviços de saneamento e densidade ocupacional das moradias: Mato Grosso, 1990 a 2007.

Ano	% de pessoas em domicílios com água potável com canalização interna ¹	% de pessoas em domicílios com esgoto adequado ²	% de pessoas em domicílios com densidade superior a 2 por cômodo ³
1990	57,5	25,9	33,9
1992	65,1	21,1	31,0
1993	65,3	21,9	30,3
1995	68,3	22,9	25,3
1996	71,9	21,6	22,6



Estado de Mato Grosso

Ano	% de pessoas em domicílios com água potável com canalização interna ¹	% de pessoas em domicílios com esgoto adequado ²	% de pessoas em domicílios com densidade superior a 2 por cômodo ³
1997	75,4	34,7	24,6
1998	78,9	33,4	20,6
1999	77,7	28,2	20,3
2001	79,7	37,2	22,2
2002	81,9	46,8	19,2
2003	84,0	45,6	19,4
2004	83,3	36,7	19,4
2005	89,7	44,3	17,6
2006	89,7	33,8	15,0
2007	91,9	25,1	15,7

Fonte: IPEADATA (baseado nas Pnad's)

Notas:

1. Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.
2. Porcentagem da pessoas que vive em domicílios particulares permanentes com acesso a instalações de esgoto, ou seja que tem banheiro de uso exclusivo e com escoadouro conectado a rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora.
3. Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade superior a 2. A densidade do domicílio é dada pela razão entre o total de moradores do domicílio e o número total de cômodos do mesmo, excluídos o(s) banheiro(s) e mais um cômodo, destinado à cozinha

Violência: mortalidade por causas externas

Vários estudos assinalam que as formas mais graves de violência têm se agravado basicamente contra a juventude. No Brasil, a taxa de homicídios tem permanecido estável na população não jovem (em torno de 20 mortes por 100.000 habitantes), mas é crescente na população jovem (15 a 24 anos), tendo aumentado em 76,6%, de 1980 a 2008.

A situação de Mato Grosso aponta relativa estabilidade nos índices de homicídios na população não jovem. Embora esses índices tenham aumentado de 1996 a 2002 (de 25,1 para 33,1 óbitos por cem mil), declinaram desde então e encerraram 2007 em 26,9 óbitos por cem mil, nível aproximadamente igual ao vigente em meados da década de 90.

Mas, é crescente a violência homicida contra a juventude, especificamente do sexo masculino. A taxa de homicídios contra os jovens (15 a 24 anos) do sexo masculino cresceu de forma acentuada entre 1996 e 2000, reduziu de forma lenta de 2000 a 2004 e voltou a se agravar de 2004 a 2006, quando atingiu a marca preocupante de 101,9 mortes por cem mil. Em 2006, a probabilidade de morte por homicídio na população jovem masculina era 272% superior à probabilidade de morte por homicídio na população não jovem como um todo. Felizmente, em 2007 os índices de violência fatal contra a juventude reduziram para 76,2 óbitos por cem mil, retomando os níveis vigentes em 1999 e 2004. Ainda assim, o nível de vitimização homicida contra os jovens do sexo masculino está 15,6% acima do verificado em 1996; e a probabilidade de mortes por homicídio entre os homens jovens ainda é (em 2007) 183% superior àquela verificada entre os não jovens.

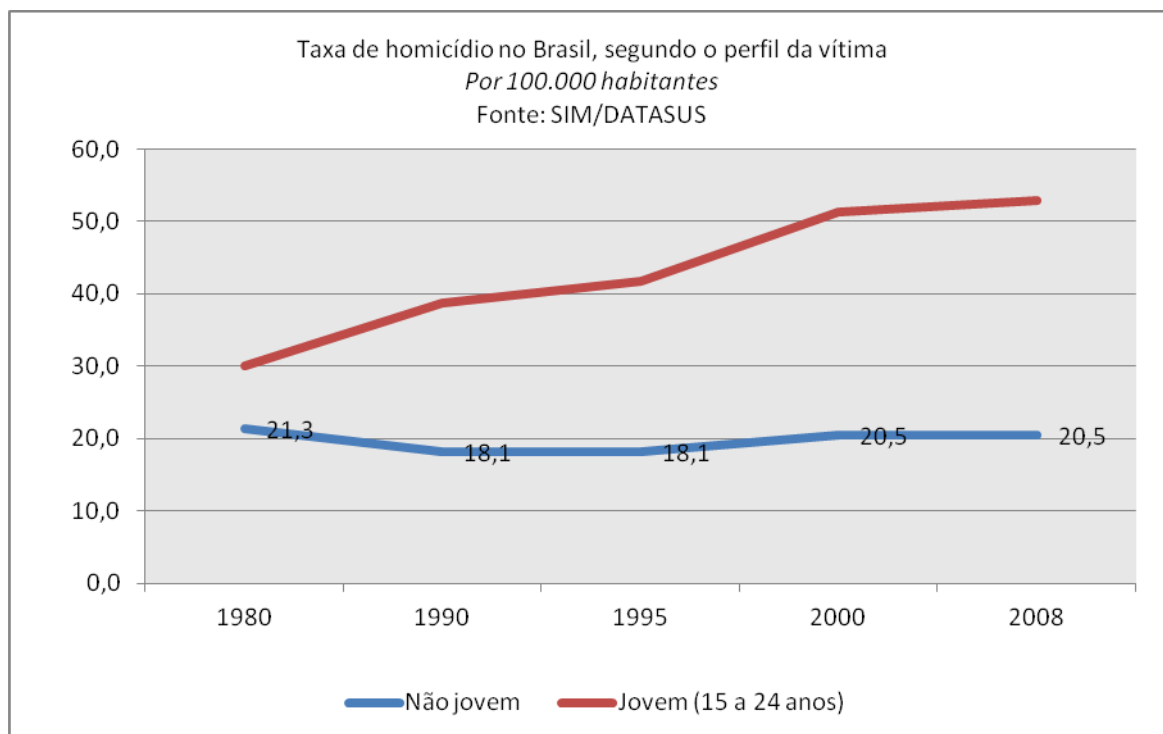
Padrão semelhante pode ser observado nas mortes por acidentes de transportes: relativamente estável na população como um todo e crescente contra a juventude masculina. Na população como um todo, a taxa de vitimização por acidentes de transporte era de 29,3 óbitos por cem mil, em 1996, e 30,6 óbitos por cem mil, em 2007. Na população jovem masculina os índices evoluíram de 39,1 para 53,3, um



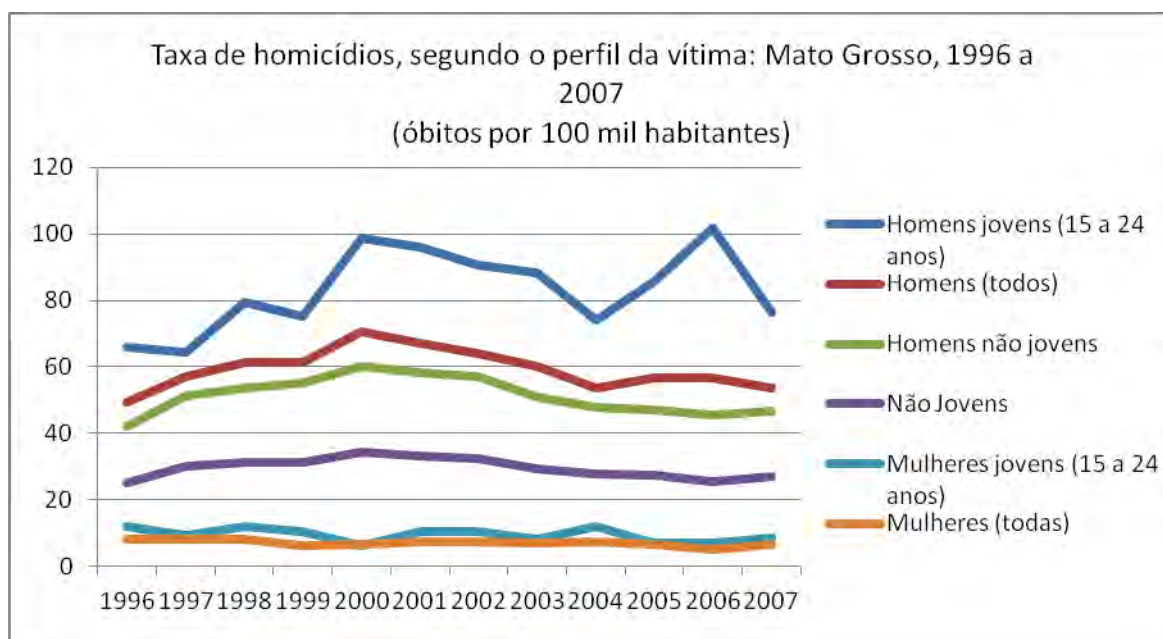
Estado de Mato Grosso

aumento de 36,3%. Assim, a probabilidade de mortes por acidentes de transporte na população jovem masculina era 74% superior à probabilidade desse tipo de óbito na população como um todo.

Todos esses dados chamam a atenção para a necessidade de organizar políticas públicas transversais (intersetoriais) focadas na juventude, destacando-se a inclusão e o sucesso na escola, alternativas culturais e desportivas, primeiro emprego, combate ao tráfico de drogas e maior controle do acesso às armas de fogo. Isto porque a juventude está em ambos os lados do problema da violência: como vítimas e como autores.



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM



Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM



Estado de Mato Grosso

**Taxa de mortalidade específica por causas externas na população total, segundo os tipos de causa:
Mato Grosso, 1990 a 2007 (óbitos por 100 mil habitantes)**

Ano	Acidentes de transporte	Homicídios	Suicídios	Intenção indeterminada	Demais causas externas	Total
1996	29,3	29,5	5,6	2,0	17,8	84,2
1997	25,8	33,5	4,5	1,4	20,2	85,5
1998	25,2	35,7	5,7	1,3	20,2	88,0
1999	26,1	34,6	5,2	1,0	20,4	87,3
2000	28,7	39,5	5,7	0,7	20,3	94,9
2001	27,9	38,0	5,6	0,4	19,5	91,4
2002	33,1	36,4	5,9	1,7	22,1	99,1
2003	27,9	34,2	6,1	3,0	22,4	93,7
2004	32,6	31,0	5,8	5,1	18,7	93,2
2005	30,6	32,4	5,4	7,0	16,8	92,2
2006	28,7	31,4	5,9	4,6	16,3	86,8
2007	30,6	30,5	5,3	3,9	15,4	85,7

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Notas:

1. Nas tabulações por faixa etária ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente.
2. TME - Taxa de mortalidade específica: óbitos por 100.000 habitantes.
3. Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.
4. A taxa de mortalidade específica não padronizada por idade está sujeitas à influência de variações na composição etária da população, o que exige cautela nas comparações entre áreas geográficas e para períodos distintos.

**Taxa de mortalidade específica (TME) por causas externas: Mato Grosso, 1990 a 2007
(óbitos por 100 mil habitantes).
Faixa etária/ sexo: 15 a 24 anos/ homens**

Ano	Acidentes de transporte	Homicídios	Suicídios	Intenção indeterminada	Demais causas externas	Causas externas
1996	39,1	65,9	9,7	2,9	29	146,6
1997	47,2	64,4	5,7	2,9	28,7	148,9
1998	46,7	79,6	6	2	26,9	161,3
1999	43,8	75,4	8,3	1,2	30,8	159,4
2000	55,3	98,6	12	0,4	26,3	192,7
2001	52,8	96	8,5	0,4	25,9	183,5
2002	68,6	90,8	7,3	5,4	32,3	204,4
2003	48,2	88,5	15,3	6,1	31,4	189,5
2004	64,8	74,1	9,7	8,6	27,9	185,2
2005	50,4	85,6	7,4	9,1	20,3	173
2006	53,3	101,9	7,3	8,3	17	187,8
2007	53,3	76,2	7,6	5,9	21,5	164,5

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM



Estado de Mato Grosso

**Taxa de mortalidade específica (TME) por causas externas: Mato Grosso, 1990 a 2007
(óbitos por 100 mil habitantes).**

População não jovem (todos, exceto população com idade entre 15 e 24 anos)

Ano	Acidentes de transporte	Homicídios	Suicídios	Intenção indeterminada	Demais causas externas	Total (causas externas)
1996	29,2	25,1	5,1	1,6	17,6	78,6
1997	25,1	30,1	4,6	1,4	20,8	82
1998	23,3	31,3	5,7	1,4	21	82,6
1999	25,3	31,1	5	1,1	21,1	83,7
2000	26,9	34,2	5	0,8	21,3	88,2
2001	26,8	33,1	5,4	0,4	20,6	86,4
2002	30,4	32,4	5,7	1,1	22,9	92,5
2003	27,4	29,5	5,3	2,8	23,4	88,4
2004	30,8	27,6	5,3	5,2	19,6	88,6
2005	30,1	27,4	5,4	7,4	18,1	88,4
2006	27,8	25,4	6,1	4,2	17,8	81,2
2007	29,8	26,9	5,3	4,1	16,3	82,3

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 02

“Aumento do nível geral da saúde”, com as seguintes estratégias:

- 1- fortalecimento das ações de vigilância a saúde;
- 2- fortalecimento da atenção básica a saúde;
- 3- ampliação e manutenção da regionalização e regulação da rede de assistência a saúde.

O nível de saúde da população pode ser mensurado pelos indicadores que se seguem:

- a) mortalidade infantil-número de óbitos infantis(menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos;
- b) Cobertura pelo Programa Saúde da Família.

O texto constitucional institui a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantindo acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, e define como de caráter complementar a participação das instituições privadas no SUS.

A descentralização, principal norteador do SUS, deve ser entendida como repasse de recursos e delegação de poder para que as esferas de governo estadual e municipal formulem suas próprias políticas de saúde, de acordo com suas especificidades locais e, ao mesmo tempo, obedeçam às diretrizes formuladas em âmbito federal.

No caso específico de Mato Grosso, a carência de infra-estrutura e de oferta de serviços de saúde, aliada às longas distâncias e dificuldades de acesso entre povoados rurais e urbanos, destes entre si e com os grandes centros com capacidade de oferecer atenção mais completa à saúde, já impossibilitariam que o SUS cumprisse com o seu papel constitucional.

Em termos de prestação de serviços, a Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso – SES - é a gestora do Sistema Estadual de Saúde, a ela cabendo, o desempenho de quatro papéis básicos: exercer a

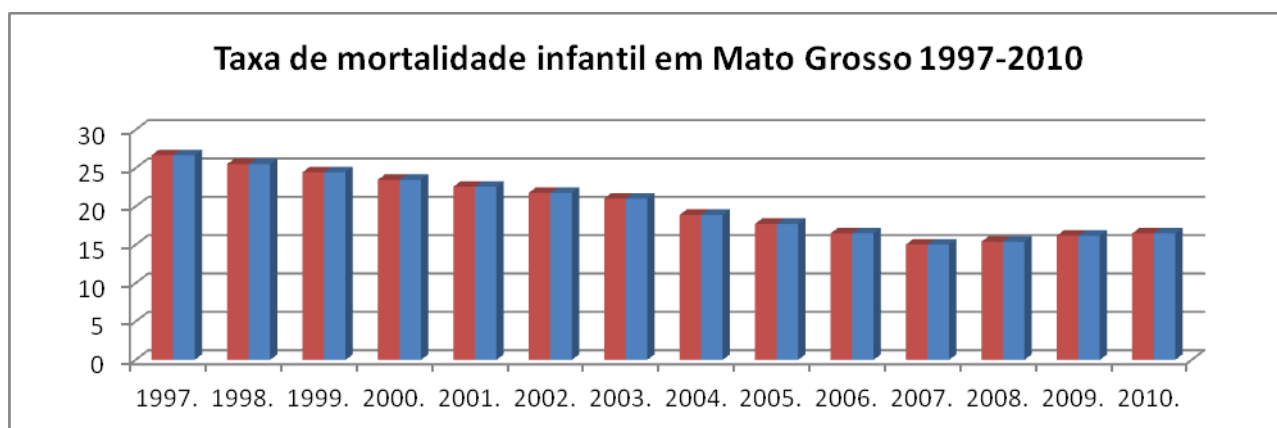


função do SUS, no âmbito estadual; criar condições e incentivar o poder municipal para que assuma a gestão de atenção à saúde de seus municípios, sempre na perspectiva da atenção integral; assumir, em caráter transitório, a gestão da atenção à saúde daquelas populações pertencentes a municípios que ainda não tomaram para si esta responsabilidade; e, promover a harmonização, a integração e a modernização dos Sistemas Municipais de Saúde.

O “**aumento do nível geral da saúde**” preconizado como objetivo de governo em Mato Grosso, elegeu dois indicadores como principais parâmetro de avaliação dessa premissa, são eles, a mortalidade infantil e a cobertura do programa saúde da família.

A mortalidade infantil tem sido considerada por diversos especialistas como um relevante indicador geral das condições de vida e de desenvolvimento de uma população. Embora apresente certa sensibilidade a diversos fatores, tem relação direta com características econômicas e sociais. De uma forma geral, altas taxas de mortalidade infantil estão associadas a deficiências das condições socioeconômicas.

No Estado de Mato Grosso a taxa de mortalidade infantil caracteriza-se por apresentar uma tendência decrescente. *Em 1997 essa taxa era de 26,7 mortes para cada mil crianças nascidas vivas (tabela 1), já em 2010 ela representou 16,5, porém, tendo uma pequena elevação em relação ao ano anterior.* Esse fato geral é interpretado como reflexo da melhoria das condições médico-sanitárias e socioeconômicas. A melhoria desses indicadores é em parte influenciada por ações e investimentos governamentais, assim, pode-se assegurar que a redução na taxa de mortalidade infantil tem importância na contribuição do aumento das condições gerais de sobrevivência da população e de uma forma mais específica, da expectativa de vida da população mato-grossense.



De uma forma geral, as pesquisas afirmam que a análise da mortalidade infantil e de seus condicionantes é importante para se verificar quais os setores da sociedade em que as intervenções governamentais teriam maior eficiência na redução de sua taxa, identificando inclusive as regiões que necessitam de maiores investimentos.

O segundo passo para o “aumento do nível geral de saúde” no Estado foi mensurado pelo Programa Saúde da Família. Este programa foi proposto como uma das estratégias para fortalecer e possibilitar a concretização dos princípios do SUS, universalidade, integralidade e equidade; e das diretrizes, descentralização e participação da comunidade.

O Programa foi criado em 1994 pelo Ministério da Saúde, vinculado ao processo de descentralização da política de saúde, visando a inovar e reestruturar o modelo assistencial e o processo de trabalho dos profissionais de saúde; estimular a formação de equipes multiprofissionais; fortalecer os vínculos de responsabilidade e de confiança entre os profissionais, as famílias e a comunidade .

Estímulos financeiros da instância federal de governo, expandiram o PSF no âmbito nacional, bem como no estado de Mato Grosso. Apoios e incentivos dessa instância foi importante como componentes de estratégia de política estadual de saúde na redução das desigualdades regionais, auxiliando a implantação do programa nos vários municípios, incluindo os mais pobres, carentes de infra-estrutura assistencial.



Estado de Mato Grosso

O programa centra sua atenção na família, entendida e percebida a partir de seu ambiente físico e social, o que possibilita às equipes do programa uma compreensão ampliada do processo saúde/doença e da necessidade de intervenção que vai além das práticas curativas. Em Mato Grosso, a cobertura desse programa aumentou de 52,62% em 2006 para 63,4% em 2010.

Tabela I – Evolução das taxas de mortalidade infantil, (por mil nascidos vivos) no Estado de Mato Grosso - 1997/2010

Ano	Taxa de mortalidade infantil
1997	26,70
1998	25,54
1999	24,47
2000	23,49
2001	22,58
2002	21,78
2003	21,04
2004	18,92
2005	17,75
2006	16,50
2007	15,05
2008	15,41
2009	16,20
2010	16,50

Fonte: DATASUS/SES

Tabela II – Cobertura do Programa Saúde da Família de 2006-2010 no Estado de Mato Grosso.

Ano	Mês	Nº de ESF credenciadas pela CIB*	Nº de ESF no SIAB**	Nº de ESF implantados	Cobertura populacional da SF (%)	População
2006	12	572	471	471	52,62	-
2008	12	591	532	521	57,09	1.710.871
2009	12	628	557	551	61,53	1.819.903
2010	12	628	636	581	63,4	1.910.276

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

<http://dtr2004.saude.gov.br/dab/>

*Comissões Intergestores Bipartite (Dirigentes da Secretaria de Estado e dos Municípios)

**Sistema de Informação da Atenção Básica

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 03

“Ampliação da educação, com universalização da educação básica (infantil, fundamental e média) e elevação do nível e da qualidade dos ensinos médio e fundamental”, com as seguintes estratégias:



Estado de Mato Grosso

1. Reestruturação da gestão do sistema educacional;
2. Fortalecimento da educação rural e regional;
3. Melhoria da infra-estrutura da rede física escolar escolas públicas (educação infantil, fundamental e média).

Estudos técnicos
Subsídios ao MT + 20 e à elaboração do PPA 2012-2015
Fevereiro de 2011

Edmar Augusto Vieira
Gestor Governamental

***Nota:** analfabeta é a pessoa de 15 anos mais que não sabe ler ou escrever um bilhete simples. A fonte é a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), com periodicidade anual.*

Os levados índices atuais de analfabetismo (em termos dos padrões internacionais) refletem as condições educacionais e sócio-econômicas do País e do Estado no passado e, possivelmente, o baixo esforço empreendido na alfabetização de adultos ao longo do tempo. Com efeito, embora a taxa de analfabetos atinja 1,0% na população de 15 a 24 anos, à medida que se avança na estrutura etária ela vai a 3% (25 a 34 anos), 7,2% (35 a 44 anos), 14,5% (45 a 54 anos), 23,5% (55 a 64 anos) e 40,7% na população com 65 anos ou mais. No conjunto da população de 15 anos ou mais a taxa é de 10,2%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2009). Como a população está em processo de envelhecimento, em função da redução da natalidade e do aumento da expectativa de vida (dois acontecimentos desejáveis), a taxa de analfabetismo seguirá em ritmo mais lento de redução, a menos que se intensifiquem os programas de alfabetização de adultos².

Em Mato Grosso, a taxa de analfabetismo declinou, em média, 0,85 pontos percentuais a cada ano, entre 1981 e 1996, e apenas 0,28 pontos percentuais ao ano, entre 1997 e 2009. Mais grave, de 2002 a 2009 parou de cair se estabilizou em torno de 10%, sugerindo que a evolução do indicador atingiu seu núcleo mais rígido em patamar ainda muito elevado³. A ocorrência simultânea de fecundidade alta e taxa de escolarização crescente na infância foi o combustível que induziu à queda mais elevada do analfabetismo até meados dos anos 90. No entanto, o atendimento escolar atingiu seu auge já em fins dos anos 90, com praticamente 97% das crianças de 7 a 14 anos matriculadas. Ao mesmo tempo, a taxa de fecundidade diminuiu de forma substantiva⁴. Com isso, a contribuição das gerações mais novas para a redução do analfabetismo tornou-se progressivamente menos significativa.

Mato Grosso tem aproximadamente 231,9 mil analfabetos com 15 anos ou mais de idade, assim distribuídos: 9,5% (22,1 mil) com idade entre 15 a 34 anos, 35,8% (82,9,6 mil) com idade entre 35 e 54 anos e 54,7% (126,8 mil) com mais de 55 anos. Há outros 18,2 mil analfabetos na população de 7 a 14 anos, mas usualmente não são considerados nas estatísticas, uma vez que integram uma faixa de escolarização obrigatória.

Evidentemente, a principal preocupação da política pública consiste em zerar a transmissão de analfabetismo para as gerações futuras. Isso requer que 100% das crianças de 6 a 7 anos estejam na escola e que, ao 8 anos, já estejam plenamente (100%) alfabetizadas, inclusive para não comprometer o êxito escolar nas etapas seguintes de escolarização⁵.

² Para se ter uma idéia, Argentina e Chile alcançaram taxas de analfabetismo em torno de 3%, no remoto ano de 2000. A depender apenas de fatores demográficos, nossos índices chegarão a esse nível entre 2030 e 2035.

³ Uma das hipóteses para esse arrefecimento está nos fluxos migratórios mais recentes, nos quais tem predominado populações de regiões com elevada incidência de analfabetismo (Nordeste e Norte).

⁴ No Brasil, a média de filhos por mulher foi de 5,8 (1970), 4,4 (1980), 2,4 (2000) e 2,0 (2009). Dados do IBGE.

⁵ A taxa de alfabetização de crianças alcança os seguintes índices em Mato Grosso: 51,6% (aos seis anos), 83% (aos 7 anos), 92,5% (aos 8 anos) e 97,2% aos 9 anos. (Tabulações especiais da Pnad de 2009).

**O analfabetismo no novo PNE**

O projeto do novo Plano Nacional de Educação (PNE), já encaminhado ao Congresso Nacional, estabeleceu como meta:

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Reescrevendo a meta para o contexto de Mato Grosso, teríamos:

Meta 9: Reduzir a taxa de analfabetismo (TA) da população com 15 anos ou mais de 10,2% (2009) para 6,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto (...)

Vamos considerar que zerar o analfabetismo significa levá-lo a um nível residual de 2%. A tabela a seguir ilustra os aspectos quantitativos da meta:

Idade (anos)	Situação em 2009 (Pnad)			Metas do Projeto PNE			
	Pessoas	Analfabetos	TA (%)	PNE	Analfabetos	Prazo	Déficit
15 ou mais	2.284.756	231.938	10,2	6,5	148.509	2015	83.429
15 ou mais	2.284.756	231.938	10,2	2,0	45.695	2020	186.243

De acordo com a tabela, Mato Grosso teria que alfabetizar, em termos de 2009, cerca de 186 mil pessoas até 2020, sendo 83,5 mil delas até 2015. Evidentemente, alfabetizar esse contingente levaria a superar a meta, uma vez que o analfabetismo seguirá reduzindo em função de fatores demográficos e da maior escolarização na base da pirâmide etária.

O analfabetismo no MT + 20

Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo do nível atual de 9,5% da população, com 15 anos ou mais, para 4,5%;

Idade (anos)	Situação em 2009 (PNAD)			Metas do PNE			
	Pessoas	Analfabetos	TA (%)	MT+20	Analfabetos	Prazo	Déficit
15 ou mais	2.284.756	231.938	10,2	4,5	102.814	2030	129.123

Ou seja, seria necessário alfabetizar 129 mil pessoas no horizonte do Plano.

Aspectos críticos na superação do analfabetismo

Adesão da população-alvo. Talvez o aspecto mais desafiador no esforço de erradicação do analfabetismo esteja em obter adesão da população a ser beneficiada. Antes de iniciar um programa em massa de redução do analfabetismo, seria prudente realizar alguma pesquisa junto ao público-alvo, a fim de investigar seus interesses, expectativas e limitações.

Financiamento. Os recursos vinculados à educação são destinados manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE); os programas de alfabetização de adultos precisam de outras fontes de financiamento (fora dos mínimos constitucionais).

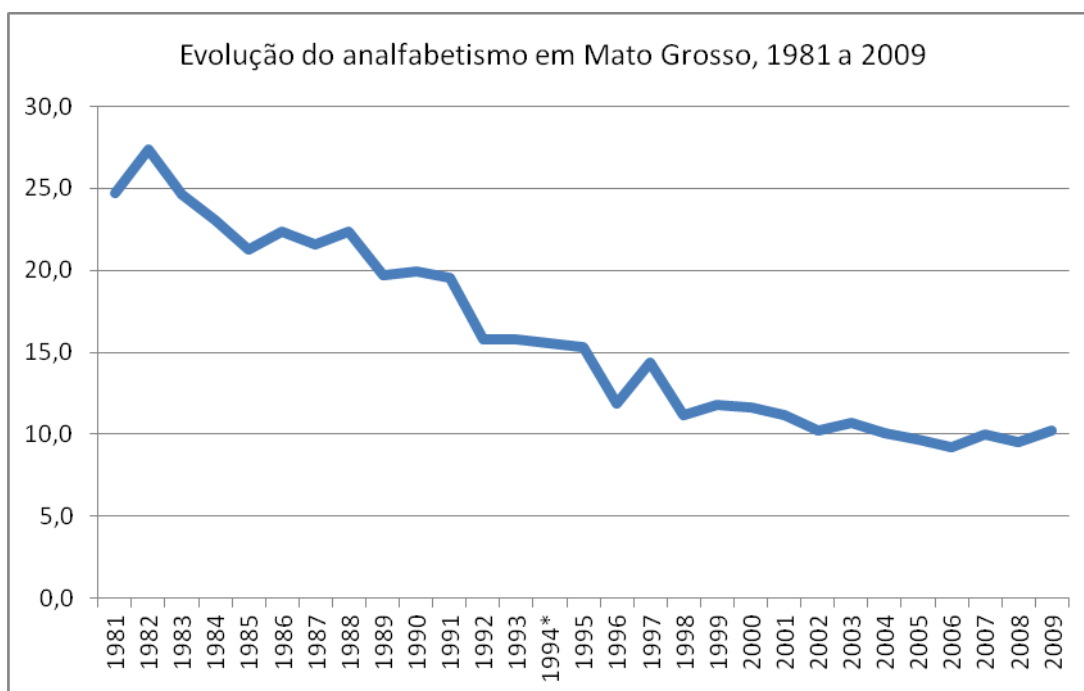
Profissionais qualificados. A educação de adultos, sobretudo se empreendida em grande escala, enfrenta dificuldades na escassez de profissionais qualificados. Vale ressaltar que os cursos de pedagogia, em regra, dão pouco espaço a essa modalidade, priorizando a educação infantil. Evidentemente, o



subinvestimento público em alfabetização de adultos, ao longo do tempo, é uma das razões para a baixa oferta de profissionais da área.

Programas atrativos. Uma vez alcançada a adesão do público-alvo, outro desafio relevante consiste em assegurar sua frequência e êxito no curso, o que exige material didático adequado, profissionais qualificados, locais apropriados e outros tipos de incentivo (a exemplo de bolsas ou ajuda de custos para transporte).

Parcerias. A adesão de universidades, prefeituras, organizações não governamentais e empresas seria uma condição crítica para o sucesso do programa. Aliás, caberia a esses atores (sobretudo as universidades) a execução direta das ações de alfabetização, devendo o estado se incumbir do financiamento, do monitoramento e de alguma avaliação final do programa.



Fontes: 1981 a 2001 (Ipeadata); 2002 a 2009 (SEI/ SEPLAN – tabulações especiais da Pnad); 1991 e 2000 (Atlas do Desenvolvimento Humano, com dados do Censo Demográfico). Dados de 1994 (quando não houve Pnad) foram obtidos por média dos valores próximos.

Tabela I - Indicadores de analfabetismo, por faixa etária - Mato Grosso, 2009.

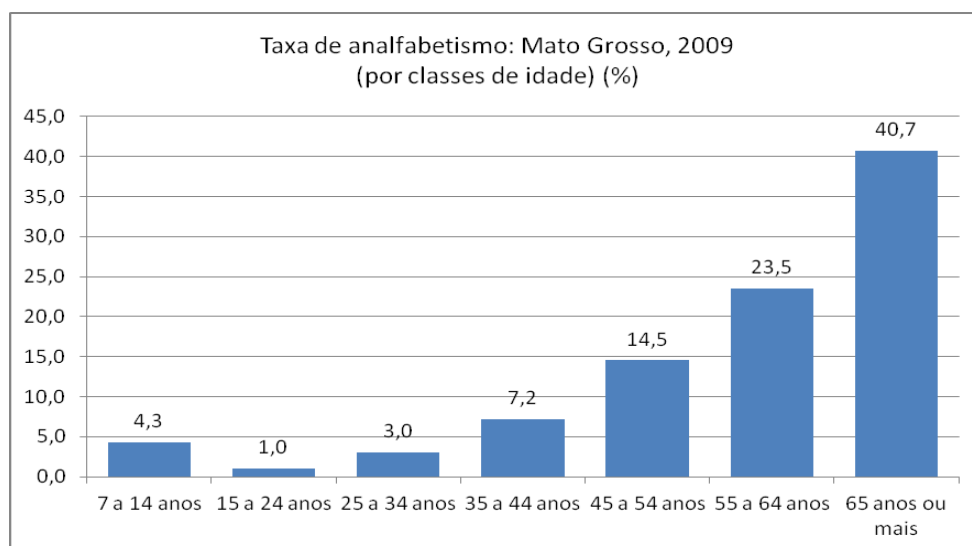
Idade	Pessoas	Analfabetos	Taxa de analfabetismo (%)	Percentual relativo ao total de 7 anos ou mais	Percentual relativo ao total de 15 anos ou mais
7 a 14 anos	424.774	18.179	4,3	7,3	7,8
15 a 24 anos	543.325	5.530	1,0	2,2	2,4
25 a 34 anos	550.035	16.596	3,0	6,6	7,2
35 a 44 anos	436.253	31.212	7,2	12,5	13,5
45 a 54 anos	356.040	51.763	14,5	20,7	22,3
55 a 64 anos	207.065	48.599	23,5	19,4	21,0



Estado de Mato Grosso

Idade	Pessoas	Analfabetos	Taxa de analfabetismo (%)	Percentual relativo ao total de 7 anos ou mais	Percentual relativo ao total de 15 anos ou mais
65 anos ou mais	192.038	78.238	40,7	31,3	33,7
55 anos ou mais	399.103	126.837	31,8	50,7	54,7
45 anos ou mais	755.143	178.600	23,7	71,4	77,0
35 anos ou mais	1.191.396	209.812	17,6	83,9	90,5
25 anos ou mais	1.741.431	226.408	13,0	90,5	97,6
15 anos ou mais	2.284.756	231.938	10,2	92,7	100,0
7 anos ou mais	2.709.530	250.117	9,2	100,0	...

Fonte: IBGE (PNAD) Tabulações especiais: SEI/SEPLAN (microdados).



Fonte: IBGE (PNAD). Tabulações especiais: SEI/SEPLAN (microdados).

Taxa de analfabetismo: Estados do Centro-Oeste, 2001 a 2009.

Estado	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso
2001	5,53	11,73	10,22	11,21
2002	5,71	11,32	8,99	10,25
2003	4,51	10,92	9,62	10,65
2004	4,23	10,74	9,55	10,12
2005	4,68	10,23	9,02	9,77
2006	3,76	9,63	8,49	9,22
2007	3,73	8,83	8,35	10,08
2008	4,0	9,3	8,1	9,6
2009	3,4	8,6	8,7	10,2



EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Auxiliadora Marques Vasconcelos

A educação é o princípio mais importante para o desenvolvimento de um estado, mas em todas as suas dimensões é um desafio. Assim, a Educação Básica em Mato Grosso ganhou contornos bastante complexos nos anos posteriores à Constituição Federal de 1988.

O panorama educacional em Mato Grosso, apesar de ter apresentado significativa melhoria com o declínio das taxas de analfabetismo, expressivo aumento no número de matrículas e reflexos positivos no nível de escolaridade média da população, ainda precisa vencer para superar o forte viés regional.

Neste cenário, as contingências que cercam a educação mato-grossense são múltiplas e os fatores que a determinam têm sido objeto de leis, políticas e programas nacionais. Nesta perspectiva, Mato Grosso tem evoluído com programas implantados no contexto escolar, porém, não é suficiente ainda para alcançar a excelência nacional, além de que são observadas também as alterações conceituais que o ensino vem sofrendo nos últimos tempos.

De qualquer maneira, a expansão da oferta do ensino em Mato Grosso por um lado, produziu um processo de democratização ao incorporar elevada parcela da população ao sistema público de ensino. E, o que caracteriza atualmente no contexto da educação no Estado é a oferta, o compromisso com a escolarização, a expansão do sistema dado o aumento de matrículas e a frequência efetiva da criança à escola, principalmente no ensino fundamental. Além disso, o ensino fundamental foi o nível que mais cresceu no sistema educacional do estado, considerando, portanto, reflexo da melhoria dos indicadores de fluxo escolar que tem forte impacto nos indicadores de distorção idade-série.

Nesse contexto, a rede pública é a maior responsável pela oferta de ensino no estado, em que pese o crescimento da rede privada. Pressupõe-se também que essa melhoria no contexto educacional de Mato Grosso é determinada por variáveis que estão relacionadas às ofertas de vagas, entrada e permanência da criança na escola, currículos adequados, professores qualificados, entre outras, ainda que o direito à educação seja mais amplo que o direito à escola.

É interessante notar que a democratização do ensino no sentido ao acesso à escola na educação básica (infantil, fundamental e médio) em Mato Grosso encontra-se num processo de consolidação de maneira significativa atingindo grande parte da população escolarizável, com aumento regular da escolaridade média e da frequência escolar, em função do avanço considerável do ensino fundamental com a passagem de oito para nove anos. Pois, se trata de um crescimento na faixa obrigatória de escolarização de Brasil, conforme definição da Constituição Federal de 1988 e da expansão de cobertura da educação infantil sob a esfera municipal e também após o seu reconhecimento na qualidade de atendimento educacional integrante do sistema de ensino.

Para atenuar os problemas educacionais do Estado e com base na realidade observada, destaca-se no contexto, o Plano Estadual de Educação em reestruturação que devem partir os programas e projetos que constituirão a política de educação em Mato Grosso nos próximos anos.

Tabela II – Evolução dos indicadores de acesso à escola em Mato Grosso (%).

Ano	Frequência à Escola		Frequência ao 2º grau	
	5-6 anos	7-14 anos	15-17 anos	15-17 anos / 2ºG
1995	53,18	91,42	61,77	18,57
1996	53,31	91,11	72,46	22,15
1997	54,48	91,05	69,39	23,88
1998	57,09	95,57	70,81	24,14



Estado de Mato Grosso

Ano	Frequência à Escola		Frequência ao 2º grau	
	5-6 anos	7-14 anos	15-17 anos	15-17 anos / 2ºG
1999	59,75	93,52	75,80	28,91
2001	63,84	96,69	77,06	40,04
2002	66,38	5,59	76,86	40,84
2003	72,31	94,78	79,88	42,17
2004	73,20	96,16	75,69	48,42
2005	72,32	96,38	81,36	48,97
2006	77,60
2007 [1]	80,56
2008 [1]	83,44
2009
2010

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br / IPEADATA. [1] Projeção SEPLAN/SEI.

Em função da expansão positiva da rede física escolar dentro de padrões capazes de colaborar para a melhoria das atividades de ensino aprendizagem, bem como das matrículas na educação básica, em tempos atuais, permitem caracterizar uma melhor performance do Estado, como dimensões do processo de melhoria da qualidade e produtividade do ensino em face à demanda de vagas.

Visando enfrentar essa situação e buscando resgatar o papel da escola pública no ensino fundamental e médio em Mato Grosso, acrescenta-se a melhoria nos quadros de aprovação, reprovação e abandono/evasão (Tabela III e IV) (motivada muitas vezes por necessidade de trabalhar ou migração de famílias) apontam que são possibilidades de que a busca da qualidade no ensino tem conquistado importância, mas constituem-se, ainda, enormes desafios, que propõe ao gestor público o planejamento de políticas públicas de educação. Portanto, esse desafio somente terá resultado quando houver prioridades de investimentos, e que a universalização dos direitos educacionais não seja apenas vontade política.

Tabela III – Evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Fundamental em Mato Grosso (%).

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	72,0	8,1	20,5
2000	70,1	8,0	22,5
2001	73,4	8,1	19,5
2003	69,8	8,9	22,2
2004	69,8	9,7	21,2
2005	77,6	8,5	13,9
2006	84,2	8,1	8,9
2007	87,1	7,9	5,0



Estado de Mato Grosso

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono	
2008	88,3	7,2	4,5	
2009	93,1	3,0	3,9	
2010	Anos Iniciais	95,7	3,6	0,7
	Anos Finais	93,9	4,5	1,6

Fontes: www.edudatabrasil.inep.gov.br. www.todospelaeducacao.org.br

Tabela IV – Evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Médio em Mato Grosso (%).

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	70,7	5,6	23,7
2000	67,2	5,0	27,8
2001	68,1	7,1	24,8
2003	63,0	7,4	29,6
2004	63,3	8,0	28,7
2005	63,8	7,0	29,2
2006	68,6	7,7	23,0
2007	73,3	8,8	17,9
2008	71,2	9,4	19,4
2009	70,4	12,2	17,4
2010	71,6	17,2	11,2

Fontes: www.edudatabrasil.inep.gov.br. www.todospelaeducacao.org.br

A defasagem escolar no estado de Mato Grosso tem repercussões em todo o sistema educacional, pois estar fora da idade correta acarreta sérios prejuízos e, em geral há um comprometimento da qualidade da aprendizagem resultando consequências para os alunos em sua trajetória escolar e apontada como um dos principais problemas da educação brasileira.

Tabela V – Evolução da defasagem escolar em Mato Grosso (%).

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2009	2010
Defasagem escolar (anos)	1,71	1,57	1,54	1,34	1,22	1,19	0,98	0,84	0,83	0,76	0,8	0,8	1,0	1,0

Fonte: IPEADATA.

No âmbito da qualidade da educação básica, Mato Grosso melhorou relativamente, porém, é necessário que um sistema educacional enfrente os problemas que não são de responsabilidade apenas da escola. Dessa forma, Mato Grosso tem desenvolvido grande esforço de inclusão educacional principalmente o acesso à escola. Dentro desse processo, os resultados podem ser observados por meio das taxas de frequência à escola e no crescente aumento da matrícula em todos os níveis de ensino.

**Tabela VI – Evolução da Proficiência nas Escolas Urbanas Estaduais em Mato Grosso.**

Assunto	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011
Língua Portuguesa (4ª Série EF)	172,8	171,0	155,1	149,7	159,4	165,6	172,1	184,5	...
Matemática (4ª Série EF)	175,3	178,7	173,9	163,3	170,7	176,1	181,7	202,3	...
Língua Portuguesa (8ª Série EF)	249,0	235,7	229,2	229,3	220,2	221,2	222,2	243,2	...
Matemática (8ª Série EF)	244,5	228,9	238,8	234,4	234,2	228,1	232,5	247,1	...
Língua Portuguesa (3ª Série EM)	278,5	273,5	256,5	259,3	261,6	249,6	258,4	260,4	...
Matemática (3ª Série EM)	259,6	262,9	270,1	271,3	262,7	254,5	267,5	263,7	...

Fonte: INEP/MEC. Nota: o SAEB é realizado nos anos ímpares, por amostragem.

Outro indicador importante no contexto da educação do Estado está relacionado ao sistema de avaliação, elaborados em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino. São considerados como ferramentas para entender os problemas e orientar soluções de teor educacional. Assim, a questão da avaliação externa insere-se num quadro de políticas educacionais que se caracteriza por ênfase, sobretudo, na qualidade.

Nesse sentido, o sistema de avaliação externa no Estado é também extraído do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e Prova Brasil, que são as referências para as avaliações promovidas por estados e municípios. Os dois exames, juntamente com as taxas de aprovação, servem como base para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Com relação à Prova Brasil, é anual, e elaborado com base nas propostas curriculares de alguns estados e municípios e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que abrange estudantes das redes públicas e privadas do país localizadas em área rural e urbana, matriculados na 4ª e 8ª séries (ou 5º e 9º anos) do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 04

“Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do Estado com ampliação dos investimentos e aumento do número de pesquisadores ativos”, com as seguintes estratégias e indicadores:

ENSINO SUPERIOR

1. Descentralização do ensino superior com criação de campus das universidades nos pólos regionais, priorizando os pólos de Confresa e Juína;
2. Melhoria e Fortalecimento das Universidades Públicas;
3. Educação à distância para todos os níveis de educação de jovens e adultos.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Expansão da infra-estrutura e da capacidade de assistência técnica às cadeias produtivas;
2. Articulação com o governo federal para a ampliação dos centros de formação e capacitação profissional continuada em nível técnico e superior orientada para a diversidade sócio-cultural do Estado (instalação de CEFETs nas cidades de Confresa, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Rondonópolis, Campo Novo e Juína).
3. Apoio aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com prioridade para a área de biotecnologia.



a) Matrículas e titulações em Mestrado e Doutorado

Ensino Superior e Ciência e Tecnologia***Maria Auxiliadora Marques Vasconcelos***

O acesso ao Ensino Superior permanece como uma questão atual da política educacional brasileira. A demanda por vagas é, sem dúvida, uma questão crucial no que concerne ao acesso ao ensino superior.

Vale ressaltar que a demanda pelo ensino superior privado em nível de país como em Mato Grosso foi incentivada também por programas como o Financiamento Estudantil (FIES), criado pela Caixa Econômica Federal (CEF), em 1999, para financiar estudantes de ensino superior, e o Programa Universidade para Todos (ProUni), do Governo Federal, criado em 2004, cujo objetivo é conceder bolsas de estudo parciais e integrais para estudantes de IES privadas. Entretanto, *não adianta ampliar o número de cursos e de vagas se o acesso ao ensino superior não for disponibilizado ao conjunto da sociedade brasileira.*

Em termos comparativos, Mato Grosso tem um sistema de ensino superior cada vez mais ascendente, e o setor privado vem crescendo muito fortemente nos últimos anos. Nesse sentido, o status universitário traz muitas vantagens, entre as quais a liberdade para criar novos cursos e fixar o número de vagas oferecidas, independentemente de autorização do governo.

Em síntese, um número relativamente significativo de instituições no estado oferece o nível de ensino com domínio das Instituições privadas. Porém, esta distribuição também está a cargo da UFMT e a UNEMAT nos municípios do estado. Portanto, não é possível pensar no ensino privado como um setor homogêneo, assim como o tamanho das instituições parece não afetar muito a escolha das áreas de atuação.

Tabela I – Evolução do número de matrículas e de concluintes no Ensino Superior em Mato Grosso.

Dependência administrativa / Ano	Total		Federal		Estadual		Municipal		Privado	
	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.
2000	42.681	5.476	13.697	1.673	5.684	827	184	88	23.116	2.888
2001	44.622	6.225	13.994	1.803	5.915	918	209	96	24.504	3.408
2002	52.297	7.295	13.736	1.873	5.703	899	138	0	32.720	4.523
2003	61.151	8.419	15.185	2.045	6.994	852	251	21	38.721	5.501
2004	64.598	11.154
2005	68.593	10.840	14.340	1.986	9.392	728	486	418	44.345	15.417
2006	72.257	11.678	14.532	1.966	9.866	1.757	509	96	47.350	7.859
2007	76.480	11.193	13.368	2.135	11.254	1.528	576	21	51.282	7.255
2008	84.763	13.126	14.923	2.146	13.388	1.679	56.452	17.837
2009	78.827	12755	20874	1792	14204	2204	697	109	43052	8650
2010

Fonte: INEP/ MEC. SEPLAN/MT.

**Tabela II – Evolução da matrícula e titulação em Mestrados e Doutorados no Estado de Mato Grosso.**

Ano	Alunos novos		Alunos matriculados (em dezembro)		Alunos titulados	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2000	114	...	261	...	66	...
2001	52	...	203	...	60	...
2002	123	...	204	...	92	...
2003	203	...	320	...	92	...
2004	444	...	107	...
2005	456	...	192	...
2006	921	...	207	...
2007	870	55	208	...
2008	771	42	295	2
2009	1037	101	295	4
2010

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia.

Na perspectiva das pesquisas, as IES públicas geralmente têm relevância na área de pesquisa e desenvolvimento de novos conhecimentos. Nesse contexto, pode-se citar o número de alunos matriculados nos cursos de mestrado (tabela III).

Tabela III – Evolução dos grupos de pesquisa e sua qualificação em Mato Grosso.

Ano	2000	2002	2004	2006	2008
Grupos de pesquisa	30	114	171	254	293
Pesquisadores (P)	169	476	831	1.176	1.511
Doutores (D)	78	205	408	592	834
Percentual de doutores (D / P)	46,2	43,1	49,1	50,3	55,2

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Vagas Oferecidas na Educação Superior em Mato Grosso – 2009

	1995	2000	2003	2008	2008/2003 (%)	2009
Total	8.492	21.631	35.514	25.449	71	...
Federal	2.242	5.625	4.374	4.046	93	4413
Estadual	760	2.130	2.274	3.940	173	3400
Municipal	...	50	190
Particular	5.490	13.826	2.680	17.463	61	...

Fonte: SEPLAN/Anuário Estatístico / IPEADATA.

**Alunos Matriculados por Campus da UFMT - 2009**

CAMPUS	MATRICULADOS	%
Cuiabá	12997	70,1
Rondonópolis	2594	14,0
Médio Araguaia	1017	5,4
Sinop	1924	10,3
Total	18532	100,0

Fonte: UFMT/PROPLAN/Gerência de Informações.

Tabela IV – Evolução da produção científica de livros e outras publicações no Estado de Mato Grosso.

Período	Total de autores		Livros ou capítulos de livros publicados				Outras publicações bibliográficas	
			Livros		Capítulos de livros			
	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante
1998 a 2001	365	161	74	3	229	11	419	25
2000 a 2003	696	271	145	4	456	14	1.295	205

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil E Ministério da Ciência e Tecnologia

Tabela V – Evolução da produção científica de artigos completos em periódicos e anais em Mato Grosso.

Período	Total de autores		Artigos completos em periódicos especializados				Trabalhos completos publicados em anais de eventos	
			Circulação nacional		Circulação internacional			
	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante
1998 a 2001	365	161	615	10	255	3	598	75
2000 a 2003	696	271	1.450	31	470	2	1.315	71

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil E Ministério da Ciência e Tecnologia

Tabela VI – Evolução dos pedidos e concessões de patentes em Mato Grosso.

Tipos de patentes	2000		2001		2002		2003		2004	
	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.
Desenho industrial	3	22	1	4	5	-	1	3	1	-
Modelo de utilidade	23	2	19	-	12	1	14	-	9	-
Privilégio de invenção	15	-	10	1	12	-	13	-	12	-
Total	41	24	30	5	29	1	28	3	22	-

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).e Ministério da Ciência e Tecnologia.



Estado de Mato Grosso

Matrículas

Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior),

em Mato Grosso e a Categoria Administrativa das IES - 2009

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa			Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais														
			Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
			Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Mato Grosso			80.102	32.586	47.516	41.265	23.303	17.962	8.932	3.094	5.838	28.791	5.627	23.164	1.114	562	552
	Pública		27.651	9.137	18.514	26.537	8.575	17.962	1.114	562	552
		Federal	15.488	9.137	6.351	14.374	8.575	5.799	1.114	562	552
		Estadual	12.163	.	12.163	12.163	.	12.163
		Municipal
	Privada		52.451	23.449	29.002	14.728	14.728	.	8.932	3.094	5.838	28.791	5.627	23.164	.	.	.
		Particular	50.992	23.409	27.583	14.728	14.728	.	8.932	3.094	5.838	27.332	5.587	21.745	.	.	.
		Comum / Confes	1.459	40	1.419	1.459	40	1.419	.	.	.

Fonte: MEC/INEP/DEED

IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica

Concluintes

Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior),

Em Mato Grosso e a Categoria Administrativa das IES - 2009

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa			Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais														
			Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
			Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Mato Grosso			11.136	4.853	6.283	4.497	3.097	1.400	2.220	725	1.495	4.370	1.024	3.346	49	7	42
	Pública		2.635	1.193	1.442	2.586	1.186	1.400	49	7	42
		Federal	1.577	1.193	384	1.528	1.186	342	49	7	42
		Estadual	1.058	.	1.058	1.058	.	1.058
		Municipal
	Privada		8.501	3.660	4.841	1.911	1.911	.	2.220	725	1.495	4.370	1.024	3.346	.	.	.
		Particular	8.252	3.620	4.632	1.911	1.911	.	2.220	725	1.495	4.121	984	3.137	.	.	.
		Comum / Confes	249	40	209	249	40	209	.	.	.

Fonte: MEC/INEP/DEED

IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 05

“Formação e expansão da rede de cidades de forma controlada e sustentável, incluindo o monitoramento da geração e do aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos para geração de energia renovável e venda de crédito de carbono”, com a seguinte estratégia:

- Melhoria das condições de habitabilidade e Funcionalidade das cidades

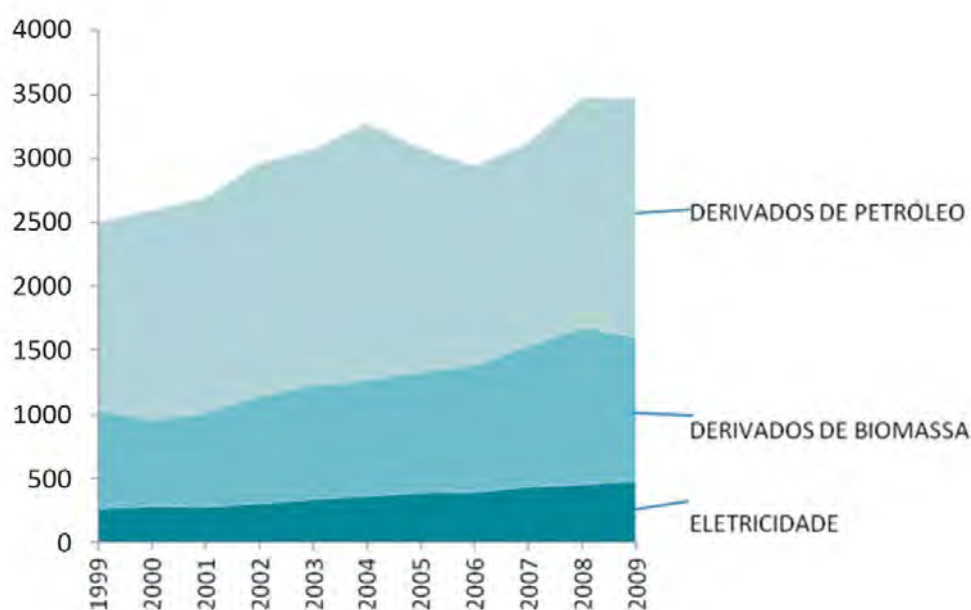
Os indicadores mostram a evolução e os avanços ocorridos nos domicílios (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo). Também pode ser avaliada com participação percentual das fontes renováveis de energia consumida no Estado.

Informações sobre a produção, transformação e consumo de energia no Estado, de modo a ser entendido como um dos instrumentos para o planejamento das políticas públicas e de atividades privadas para o setor. Desta maneira, pretende-se que os dados nele contidos sirvam de instrumento para estudos, análises e trabalhos técnicos na área de geração e distribuição de energia e possibilitem que este vetor de desenvolvimento econômico seja utilizado como instrumento de integração social tornando-o acessível a todas as localidades e domicílios, tanto rurais como urbanos.

O Balanço Energético tem entre suas principais funções, o papel de instrumento para a formulação e a consolidação das políticas comuns do setor de infra-estrutura, constituindo-se em um elo fundamental para vários tipos de estudos, tais como: planejamento energético; viabilização de novas tecnologias; busca de eficiência energética; preservação ambiental e desenvolvimento de novos negócios. O acesso da sociedade a fonte de informações sobre energia, vem contribuindo para responder aos desafios e as necessidades da população e do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Obs: As informações deste objetivo foram retiradas do Balanço Energético do Estado de Mato Grosso – BEEMT 2010 ano base 2009 – Elaboração: SICME/UFMT/NIEPE

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO FINAL ENERGÉTICO POR FONTES - MATO GROSSO - UNIDADE: 103 Tep





Estado de Mato Grosso

TABELA 1- EVOLUÇÃO DA DEPENDÊNCIA EXTERNA DE ENERGIA - MATO GROSSO – UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
DEMANDA TOTAL DE ENERGIA(a)	2727,2	2717,3	2866,1	3110,2	3254,7	3433,9	3215,2	3090,0	3307,4	3648,3	3681,0
CONSUMO FINAL	2574,6	2592,0	2692,0	2963,7	3067,6	3272,0	3081,6	2939,1	3119,2	3473,9	3466,8
PERDAS (*)	152,6	125,3	174,1	146,5	187,1	161,9	133,6	150,9	188,2	174,4	214,2
PRODUÇÃO DE ENERGIA PRIMÁRIA (b)	1494,7	1280,5	1584,3	1754,1	2069,5	2090,5	1942,3	2105,3	2303,6	2795,6	2727,5
DEPENDÊNCIA EXTERNA (c)=(a)-(b)	1232,5	1436,8	1281,8	1356,1	1185,2	1343,4	1265,8	984,7	1003,8	852,7	953,5
DEPENDÊNCIA EXTERNA [(c)/(a)]	45,2	52,9	44,7	43,6	36,4	39,2	39,5	31,8	30,3	23,4	25,9

(*)Perdas na transformação, distribuição, energia não aproveitada e ajustes

Tabela 2 - Produção “Per Capita” de Energia e Consumos Específicos de Energia no Setor Residencial - Mato Grosso e Brasil

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MATO GROSSO			BRASIL		
		1999	2004	2009	1999	2004	2009
Produção de energia primária	tEP/hab	0,6	0,8	0,9	0,9	1,1	1,3
Produção de energia secundária	tEP/hab	0,2	0,4	0,4	0,8	0,8	0,9
Consumo específico total no setor residencial	tEP/hab	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Consumo específico de eletricidade no setor residencial	kWh/hab	466,1	434,5	534,6	481,5	433,9	531,5
Consumo específico de lenha no setor residencial	m ³ /hab	0,5	0,4	0,6	0,4	0,4	0,4
Consumo específico de GLP no setor residencial	kg/hab	34,3	32,6	32,5	40,7	35,7	34,9

Tabela 3 - Emissões Relativas de CO₂ no Estado de Mato Grosso

População 10 ³ Hab			PIB 10 ⁶ / R\$ 2007(2)			Consumo Total (3) 10 ³ tEP			Emissões de CO ₂ (4) 10 ³ t			Especificação	Unidade	Anos			
1999	2004	2009 (1)	1999	2004	2009	1999	2004	2009	1999	2004	2009			1999	2004	2009	
1999	2004	2009 (1)	1999	2004	2009	1999	2004	2009	1999	2004	2009	Emissões de CO ₂ /Hab	t/hab	1,5	1,8	1,5	
2502,3	2759,1	3001,7	23412,7	44531,3	45026,2	1474,3	2005,1	1860,5	3780,6	4829,3	4486,8	Emissões de CO ₂ /PIB	t/10 ³ R\$	0,2	0,1	0,1	
													Emissões de / CO ₂ / Consumo Total	t/tEP	2,6	2,4	2,4

(1) Resultado preliminar do Censo Demográfico 2010

(2) PIB a valores de 2007 - utilizado o deflator implícito - índice encadeado (média 1980 = 100) - IBGE/SCN 2000 Anual - SCN_DIPIB.

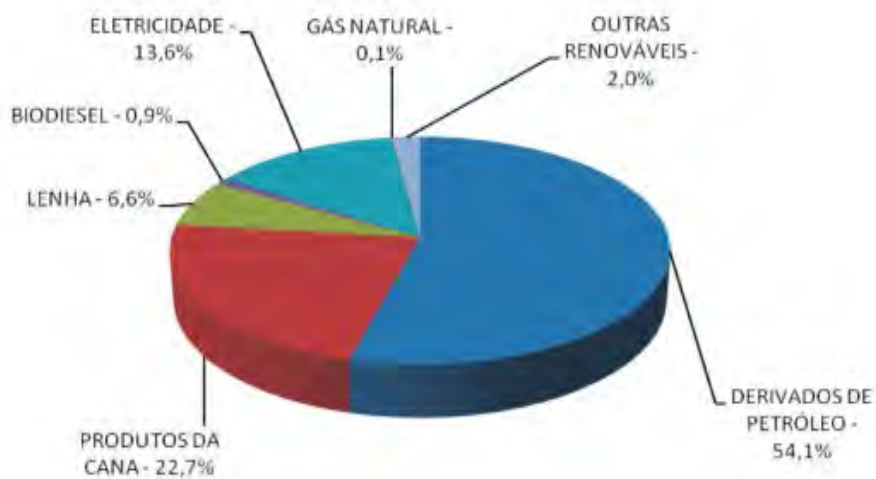
(3) Apenas o consumo total dos energéticos de fontes não renováveis.

(4) Apenas as emissões decorrentes dos energéticos de fontes não renováveis (Não Biogênicas).



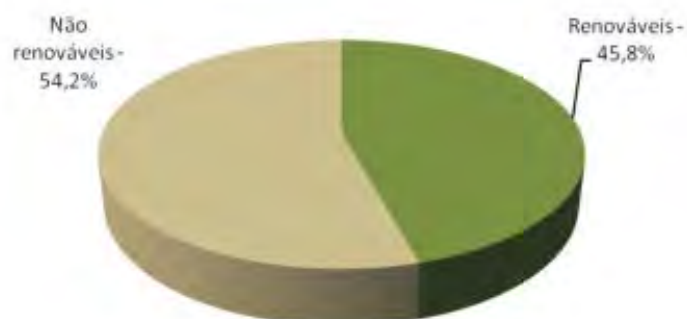
Estado de Mato Grosso

ESTRUTURA DO CONSUMO FINAL ENERGÉTICO SEGUNDO A NATUREZA DA FONTE MATO GROSSO – 2009



PARTICIPAÇÃO DAS FONTES NO CONSUMO FINAL ENERGÉTICO - MATO GROSSO

1999



2009

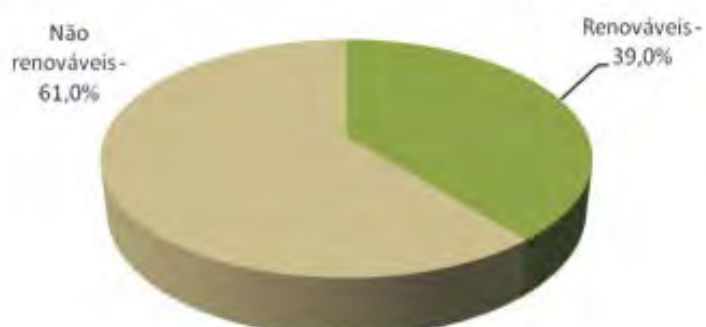




TABELA 3.1 - CENTRAIS ELÉTRICAS PI + AP (*)
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ÓLEO DIESEL (a)	48,0	46,9	42,6	44,9	44,6	56,4	61,0	29,9	38,6	146,8	99,9
GERAÇÃO DE ELETRICIDADE (**)	34,5	35,0	33,5	33,8	35,4	36,2	42,7	32,3	31,8	735,1	761,5
• GERAÇÃO HIDRÁULICA	17,9	19,4	19,0	19,2	19,9	19,6	19,3	19,1	20,4	657,1	713,1
• GERAÇÃO TÉRMICA (b)	16,6	15,6	14,5	14,6	15,5	18,6	23,4	13,2	11,4	51,8	34,9
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c) = (a) - (b)	31,4	31,3	28,1	30,3	29,1	37,8	37,6	16,7	27,2	95,2	65,0
RENDIMENTO DAS TÉRMICAS (%) (1)	34,6	33,3	34,0	32,5	34,7	33,0	38,4	44,1	29,5	35,1	34,9

(*) PI + AP = Produtor Independente + Auto-Produtor, e exclusivos a óleo Diesel. (1) Rendimento médio
(**) 1 kWh=860 kcal (relação para a transformação de MWh em tEP médio, considerando 10.800 kcal/kg o poder calorífico do petróleo).

TABELA 3.2 - CENTRAIS ELÉTRICAS PI + AP (*)
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BAGAÇO DE CANA (a ₁)	116,3	100,8	112,2	164,6	172,5	210,6	205,7	187,6	184,6	137,7	119,1
GERAÇÃO DE ELETRICIDADE (**)(1)	68,7	76,2	100,8	171,2	279,5	345,4	403,7	524,9	576,4	735,1	761,5
• GERAÇÃO HIDRÁULICA	53,6	60,3	79,2	143,0	249,3	321,6	376,5	406,6	458,2	657,1	713,1
• GERAÇÃO TÉRMICA (b ₁)	15,1	15,9	21,6	28,2	30,2	23,8	27,2	21,7	25,3	28,5	22,5
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₁) = (a ₁) - (b ₁)	53,6	84,9	90,6	136,4	142,3	186,8	178,5	165,9	159,3	109,2	96,6
RENDIMENTO DAS TÉRMICAS (%) (2)	13,0	15,8	19,2	17,1	17,5	11,3	13,2	11,6	13,7	20,7	18,9
ÓLEO DIESEL (TERMELÉTRICA "MÁRIO COVAS") (3) (a ₂)	42,6	141,6	199,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	119,2	92,8
GERAÇÃO TÉRMICA (b ₂)	10,7	45,9	94,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41,5	32,4
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₂) = (a ₂) - (b ₂)	31,9	95,7	105,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	77,7	60,4
RENDIMENTO DA TÉRMICA (%)	25,1	32,4	47,1	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0	0,0	34,8	34,9
GÁS NATURAL (TERMELÉTRICA "MÁRIO COVAS") (3) (a ₃)	0,0	0,0	45,5	411,5	376,8	285,4	238,4	181,5	180,5	0,0	0,0
GERAÇÃO TÉRMICA (b ₃)	0,0	0,0	22,1	215,5	196,8	149,9	105,5	90,7	87,2	0,0	0,0
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₃) = (a ₃) - (b ₃)	0,0	0,0	23,4	196,0	180,0	135,5	132,9	90,8	93,3	0,0	0,0
RENDIMENTO DA TÉRMICA (%)	0,0	0,0	48,6	52,4	52,2	52,5	44,2	50,0	48,3	0,0	0,0

(*) PI + AP = Produtor Independente + Auto-Produtor. (2) Rendimento médio.
(**) 1 kWh=860 kcal (relação para a transformação de MWh em tEP médio, considerando 10.800 kcal/kg o poder calorífico do petróleo).

(1) Excluída a geração na termelétrica "Mário Covas" em Culabá.

(3) Em 2001, a Termelétrica "Mário Covas" operou dez meses com óleo diesel e apenas dois meses com gás natural.

TABELA 3.3 - DESTILARIAS
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PRODUTOS DA CANA	355,7	302,7	417	421,4	514	511,6	484,7	422,3	489,1	569,7	534,5
• CALDO DE CANA (1)	321,6	277,3	385,4	386,5	477,7	473,7	448,3	355,8	424,9	504,7	470,0
• MELAÇO (2)	34,1	25,4	31,6	34,9	36,3	38,1	35,4	66,5	64,2	65,0	64,5
ÁLCOOL ETÍLICO	278,7	228,1	308,7	340,7	415,5	425,7	400,1	381,3	451,9	518,3	430,0
• HIDRATADO	128,1	86,8	172,1	168,4	159,6	189,1	242,2	219,6	253,2	314,0	284,9
• ANIDRO	150,6	141,3	136,6	172,3	255,9	236,6	157,9	161,7	198,7	204,3	145,2
PERDAS	77	74,6	108,3	80,7	98,5	86,1	84,6	41	37,2	51,4	104,5
RENDIMENTO MÉDIO (%) (3)	78,3	75,3	74	80,8	80,8	83,2	82,5	90,3	92,4	91,0	80,4

(1) Destinado à fabricação de álcool etílico

(2) Sub-produto resultante da fabricação de açúcar, utilizado para produção de álcool etílico.

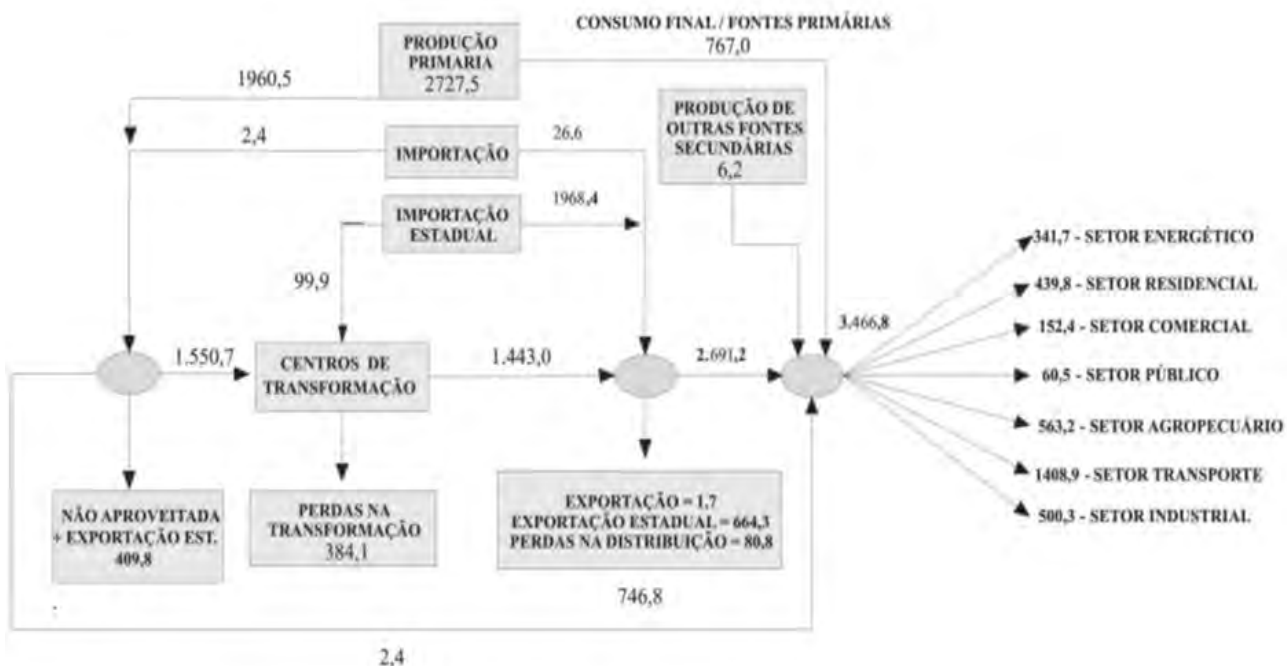
(3) A imprecisão de alguns dados das indústrias (tonelada de cana, melação, m³ de álcool) pode propiciar rendimentos diferenciados dos reais.

TABELA 3.4 - CARVOARIAS
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
LENHA	2,3	3,1	4,1	5,9	6,8	9,4	26,1	30,3	30,0	41,6	50,3
CARVÃO VEGETAL	2,0	2,7	3,5	5,0	5,7	8,2	22,6	26,4	26,1	35,2	42,7
PERDAS	0,3	0,4	0,6	0,9	1,1	1,2	3,5	56,7	3,9	6,4	7,6
RENDIMENTO MÉDIO (%)	86,9	87,1	85,4	84,7	83,8	87,2	86,6	87,1	87,0	84,6	84,9



MATO GROSSO – FLUXOGRAMA ENERGÉTICO - 2009



A configuração da rede hídrica mato-grossense caracteriza o Estado como um exportador de águas, propiciando o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos superficiais, pois, com raras exceções, os rios que drenam seu território não recebem contribuição das regiões de entorno.

O Índice de Qualidade da Água – IQA avaliado pelo ZEE (1997) foi classificado na categoria BOM, na maior parte dos pontos amostrados em todas as UPGS do território mato-grossense.

Contexto Geral das Bacias Hidrográficas do Estado de Mato Grosso Perante a Qualidade

O território de Mato Grosso se insere, ao nível nacional, em três unidades hidrográficas principais: a Região Hidrográfica do Paraguai, com área de 176.800 km², que abrange aproximadamente 20% da superfície estadual e as Regiões Hidrográficas Amazônica (592.382 km²) e Tocantins-Araguaia (132.238 km²) que, juntas, totalizam cerca de 80% do Estado.

A regionalização hidrográfica do Estado de Mato Grosso adotada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA compreende cinco regiões hidrográficas abrangendo 27 Unidades de Planejamento e Gerenciamento, conforme anteriormente apresentado no Quadro 01. Resgatando as principais conclusões do Relatório de Caracterização Hidrográfica do Estado de Mato Grosso (PNUD, 1995, op.citado), algumas particularidades devem ser levadas em conta nos mecanismos de gestão de recursos hídricos superficiais em território estadual.

Assim, os resultados descritos a seguir devem necessariamente ser integrados ao estudo temático de Hidrogeologia, no qual os recursos hídricos subterrâneos estão sendo analisados à luz da susceptibilidade de contaminação dos aquíferos às fontes potenciais de poluição e de contaminação. A rede de monitoramento de águas subterrâneas do ZEE foi estabelecida apenas para a 2ª campanha do programa, na qual foram selecionados 29 pontos, buscando caracterizar a qualidade da água das principais Províncias Geológicas do Estado. Os pontos da Rede de Águas Subterrâneas (poços tubulares profundos) também foram codificados de forma sequencial recebendo as letras iniciais PS seguidas de duas letras iniciais de acordo com a bacia a que pertencem, tais como PSMD, PSTA, PSXI, PSAR e PSPR localizados respectivamente nas sub-bacias dos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia e Paraguai.



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 06

“Ampliação do emprego e da renda da população, aumento do PIB per capita e elevação da população ocupada com carteira assinada levando à ampliação da formalização da economia mato-grossense”. As estratégias e indicadores são:

- 1- apoio aos sistemas de comercialização e distribuição da produção dos arranjos produtivos locais;
- 2- assistência técnica aos arranjos produtivos locais para melhoria da qualidade e aumento da produtividade,
- 3- descentralização e descontração regional do desenvolvimento;
- 4- capacitação da mão- de- obra e dos produtores dos arranjos produtivos locais.

O exame de composição do PIB brasileiro por regiões se constitui ferramenta importante para a compreensão de sua evolução recente e das perspectivas relacionadas ao seu desempenho nos próximos anos. A relevância de sua segmentação geográfica da economia do país torna-se maior quando se considera que em um país de dimensões continentais como o Brasil são evidentes os efeitos sobre o crescimento econômico das distintas regiões decorrentes de seus aspectos físicos, ocupação populacional e colonização que proporcionam especificidades, muitas vezes distintas, nas respectivas estruturas de produção, com desdobramento sobre o mercado de trabalho e sobre o processo de geração e distribuição de renda em cada região.

Na análise do PIB per capita do Estado verifica-se que seu valor nominal cresceu 141% no período de 2002 a 2009, o maior percentual do Centro Oeste e do Brasil, que em média cresceram 111,7% e 101,9% respectivamente. . Em 2009, Mato Grosso manteve o segundo PIB per capita do Centro Oeste, atrás apenas do Distrito Federal. Neste ano o PIB per capita de Mato Grosso cresceu 6,5%, percentual abaixo da média da região Centro Oeste (9,8%), como consequência houve um distanciamento da média regional – de 88,0% em 2008 para 85,3% em 2009. Na comparação com o Brasil, que apresentou um crescimento menor em 2009 (5,8%), o PIB per capita do Mato Grosso aumentou a vantagem em relação a média nacional que em 2008 era equivalente 112,1% para 112,8% em 2009.

Produto Interno Bruto a preços de mercado *per capita*: Brasil, região Centro-Oeste e Unidades da Federação do Centro-Oeste, 2002-2009

Regiões / Estados	Produto Interno Bruto a preços de mercado <i>per capita</i> (R\$)							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
CENTRO-OESTE	10.565,26	12.228,01	13.845,69	14.605,73	15.545,74	17.844,46	20.372,10	22.364,63
Mato Grosso do Sul	7.004,24	8.772,33	9.461,22	9.561,12	10.592,44	12.411,18	14.188,41	15.406,96
Mato Grosso	7.928,05	10.347,23	13.444,59	13.365,06	12.340,79	14.953,58	17.927,00	19.087,30
Goiás	7.078,40	7.936,91	8.718,01	8.992,02	9.956,30	11.547,68	12.878,52	14.446,68
Distrito Federal	25.746,57	28.282,45	30.991,50	34.514,74	37.599,28	40.696,08	45.977,59	50.438,46
BRASIL	8.378,10	9.497,69	10.692,19	11.658,10	12.686,60	14.464,73	15.989,75	16.917,66
Mato Grosso/ CO (%)	75	84,6	97,1	91,5	79,4	83,8	88,0	85,3
Mato Grosso/ BR (%)	94,6	108,9	125,7	114,6	97,3	103,4	112,1	112,8

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais/SEPLAN-MT.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

**- Mercado de trabalho: atividade, desocupação, grau de formalização e rendimento**

A qualidade do mercado de trabalho é condição decisiva para a melhoria sustentável da qualidade de vida, inclusive porque os rendimentos do trabalho representam 86,2% dos rendimentos domiciliares (o restante fica por conta dos programas de previdência e assistência social, além de juros e aluguéis). Além de baixas taxas de desemprego, é importante alcançar níveis crescentes de rendimento e progressivo aumento da incidência de empregados com carteira de trabalho, que assegura maior proteção ao trabalhador.

- Atividade

A população à disposição do mercado de trabalho em Mato Grosso (PEA) totaliza aproximadamente 1,6 milhões de pessoas (tabela I), entre ocupadas e desocupadas (em 2009). A taxa de atividade é de 65,5% no conjunto da população, mas apenas 54,4% entre as mulheres. Para que a taxa de atividade entre as mulheres se equipare à dos homens, é necessário que outras 280 mil mulheres se integrem à população economicamente ativa (PEA).

Tabela I - População em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA) e taxa de atividade, segundo o sexo: Mato Grosso, 2009

SEXO	PIA (Mil)	Participação na PIA (%)	PEA (Mil)	Participação na PEA (%)	Taxa de Atividade (PEA/PIA) (%)
Homens	1.271	50	972	58,4	76,5
Mulheres	1.272	50	692	41,6	54,4
Total	2.542	100,0	1.664	100,0	65,5

Fonte: IBGE (Pnad). Tabulações especiais: SEI/SEPLAN. PIA: idade >= 10 anos.

- Desocupação

A crise de 2009 afetou o mercado de trabalho. Entre 2008 para 2009, a taxa de desemprego aumentou 0,4 pontos percentuais, de 5,8% para 6,2%; e população desocupada aumentou em 9,5%, de 94 mil para 103 mil pessoas. Apesar disso, o desemprego alcançado em 2009 está abaixo da média verificada no período 2001-2008 (6,9%). Outra observação importante é que a taxa de desemprego no Estado tem ficado sistematicamente abaixo da média nacional: 6,8% contra 8,7% (média do período 2001-2009).

População economicamente ativa, população ocupada, população desocupada e taxa de desocupação: Mato Grosso e Brasil, 2000- 2009.

Ano	Mato Grosso				Brasil
	População economicamente ativa (mil)	População ocupada (mil)	População desocupada (mil)	Taxa de desemprego (%)	Taxa de desemprego (%)
2000	1.131	989	142	12,5	15,0
2001	1.339	1.259	80	6,0	9,3
2002	1.357	1.265	92	6,8	9,1
2003	1.370	1.272	98	7,2	9,7
2004	1.505	1.420	85	5,6	8,9
2005	1.546	1.423	123	8,0	9,3
2006	1.515	1.388	127	8,4	8,4
2007	1.565	1.444	121	7,7	8,1
2008	1.612	1.518	94	5,8	7,1
2009	1.664	1.561	103	6,2	8,3

Fonte: Censo demográfico (2000) e Pnad (IBGE) (2001 a 2009); taxa de desocupação calculada pela SEI/SEPLAN.



- Carteira de trabalho

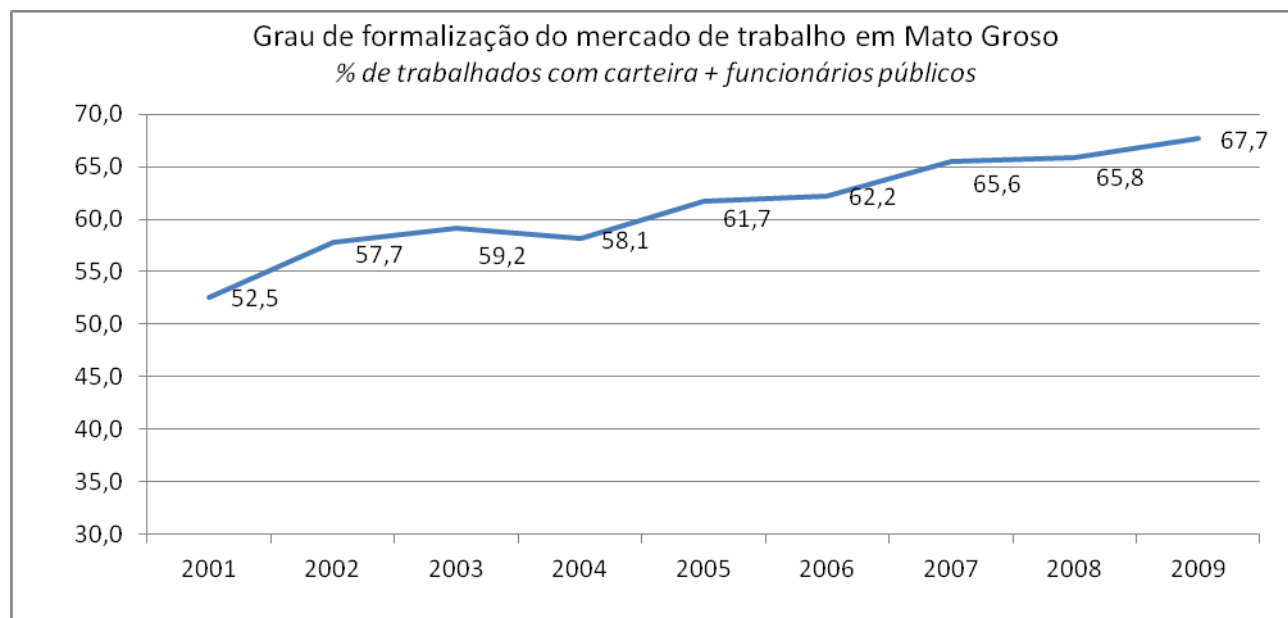
O avanço do emprego formal pode ser constatado em outra fonte estatística, a Pnad (pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Os dados da Pnad são obtidos por amostragem e referem-se ao mês de setembro. Diversamente, os dados da RAIS/ CAGED são baseados em registros administrativos e referem ao mês de dezembro. De acordo com a Pnad, em 2001 os empregados com carteira, os militares e os funcionários públicos somavam 373 mil pessoas, ou 52,5% do total de empregados. Em 2009, essas categorias somavam 605 mil pessoas e representam 67,7% do total de empregados. Inversamente, os empregados sem carteira tiveram sua participação reduzida de 47,4% para 32,35%, entre 2001 e 2009. O grau de formalização do mercado de trabalho vem aumentando a um ritmo médio de 1,7% ao ano.

Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego: Mato Grosso, 2001- 2009 (em %).

Categoria do emprego	Ano								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Com carteira de trabalho assinada	41,12	44,65	43,64	44,86	48,32	49,04	51,21	52,52	54,97
Militares e funcionários públicos estatutários	11,46	13,05	15,41	13,24	13,37	13,15	14,38	13,41	12,68
Outros, sem carteira de trabalho assinada	47,42	42,31	40,95	41,89	38,31	37,8	34,41	34,07	32,35
Sem declaração

Fonte: IBGE (Sidra, tabela 1916) (dados da Pnad)

Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI.



- Rendimento do trabalho: nível e distribuição

O rendimento médio do trabalho alcançou a marca de R\$ 1.006 em setembro de 2009, segundo a Pnad/IBGE. Esse valor só foi superado, em termos reais, pelo verificado em 2008 (R\$ 1.128), ano de forte expansão da atividade econômica.



Estado de Mato Grosso

Os ciclos econômicos afetam com mais intensidade os rendimentos do que as taxas de ocupação. Em 2009, por exemplo, o rendimento médio do trabalho diminuiu 10,8%, em termos reais (depois de descontada a inflação pelo INPC/IBGE), em contraste com a forte expansão de 21,85% ocorrida em 2008. As mulheres tiveram perdas maiores do que os homens: 11,2% contra 9,1%. Em 2008, o rendimento médio das mulheres (R\$789,00) era 63% do rendimento dos homens (R\$ 1.257); em 2009 essa relação caiu para 61,3%.

Rendimento de todos os trabalhos, em moeda corrente e constante, e variação do rendimento real de todos os trabalhos, segundo o sexo: Mato Grosso, 2001- 2009.

Ano	Rendimento de todos os trabalhos						Variações reais (%)		
	R\$ correntes			R\$ de set/2009 (INPC/IBGE)			Total	Homem	Mulher
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher			
2001	530	622	366	916,1	1.075,1	632,6
2002	613	723	420	966,9	1.140,4	662,5	5,55	6,08	4,72
2003	619	709	459	830,9	951,7	616,1	(14,07)	(16,55)	(7,00)
2004	683	827	463	865,3	1.047,7	586,6	4,14	10,09	(4,80)
2005	706	835	503	851,9	1.007,5	606,9	(1,55)	(3,84)	3,47
2006	798	953	543	936,1	1.117,9	636,9	9,88	10,95	4,95
2007	828	967	590	925,7	1.081,1	659,6	(1,10)	(3,29)	3,56
2008	1.080	1257	789	1.128,0	1.312,9	824,1	21,85	21,44	24,93
2009	1.006	1194	732	1.006,0	1.194,0	732,0	(10,82)	(9,06)	(11,17)

Fonte: Pnad (IBGE) (SIDRA). Variações reais calculadas por SEI/SEPLAN

Em 2008 o índice de Gini dos rendimentos do trabalho chegou a 0,5308, marcando uma ruptura na tendência de redução ocorrida nos anos anteriores. Em 2009, o achatamento das rendas mais elevadas por conta da crise reduziu o índice para 0,4762, valor mais baixo da série 1996 e 2002-2009. A desigualdade permanece muito elevada: a renda média dos 40% mais pobres equivale a 9,2% da renda média dos 10% mais ricos.

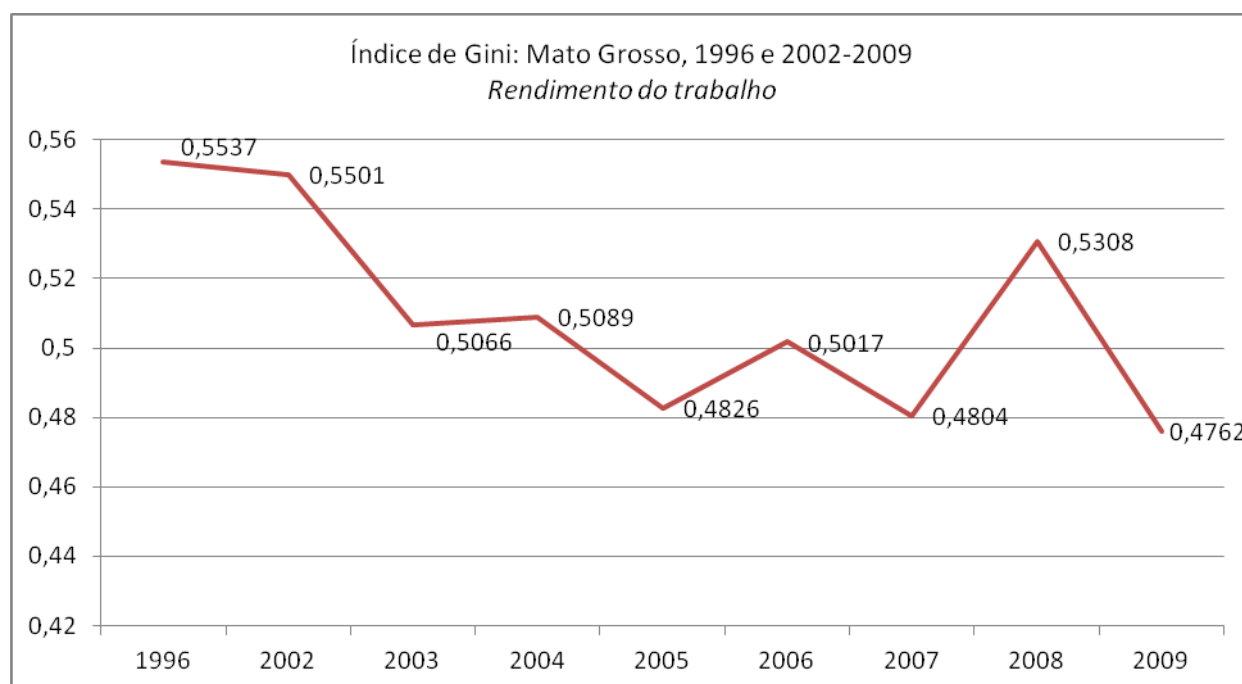
Desigualdade (rendimento do trabalho). Índice de Gini e Razão entre a renda média dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos: Mato Grosso, 1996/2009

Ano	Índice de Gini	Renda média relativa (40% mais pobres/ 10% mais ricos) (%)
1996	0,5537	5,9
2002	0,5501	6,1
2003	0,5066	7,6
2004	0,5089	7,6
2005	0,4826	8,8
2006	0,5017	7,9
2007	0,4804	9,0
2008	0,5308	6,9
2009	0,4762	9,2

Fonte: SEI/ SEPLAN - Cálculos feitos a partir dos microdados da Pnad
Elaboração: SEPLAN-MT / Superintendência de Estudos e Informações - SEI.



Estado de Mato Grosso



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 07

“Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Mato Grosso, com valorização da diversidade cultural com respeito aos povos indígenas e sua contribuição para a formação da cultura matogrossense”. As estratégias e indicadores são:

- 1- fomento ao intercâmbio entre as diferentes culturas regionais em Mato Grosso;
- 2- promoção apoio e fomento ao desenvolvimento cultural de Mato Grosso;
- 3- reconhecimento do Patrimônio histórico e cultural.
 - a) Gastos do Governo com Cultura.

Despesa total com cultura do Governo, segundo Grandes Regiões e Unidades de Federação - 2008

	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Difusão Cultural	Demais Subfunções	Totais	
BRASIL	155.649.818,84	1.085.280.530,67	533.681.800,43	1.774.612.149,94	
Centro Oeste				143.551.187,10	8,10%
Mato Grosso Sul	-	9.134.937,90	-	9.134.937,90	
Mato Grosso	897.712,03	8.811.989,33	4.752.698,76	14.462.400,12	
Goiás	5.213.369,10	7.344.509,79	10.941.681,11	23.499.560,00	
Distrito Federal	20.589,60	55.695.629,08	40.738.070,40	96.454.289,08	

Fonte: STN



Estado de Mato Grosso

O Patrimônio Histórico de Mato Grosso vem sendo revitalizado por várias ações lideradas pelo governo de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Cultura.

A Secretaria de Estado de Cultura (SEC) analisou, através do conselho, os 980 projetos apresentados ao Conselho Estadual de Cultura (CEC). Foram aprovados 213 com a destinação de R\$ 5,44 cinco milhões para produções culturais.

A SEC realiza a manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural. Em 2011 foram feitas atividades de manutenção no Casarão Cotia, do Prédio da Fundação Cultural e Turismo, Telhado da Igreja Boa Morte, Memorial da Guerra do Paraguai, Casa Cuiabana, Cobertura da Casa de Pólvora, Fachadas do Centro histórico de Acorizal, Construção da Casa Cultura Acorizal e realização do décimo primeiro festival de Cururu e Siriri.

Ainda, na defesa do Patrimônio Histórico e Cultural foram feitos oito inventários e registros para tombamento nas seguintes localidades: casa dos irmãos Villas Boas, casa do Coronel Vanique, fachada da casa do senhor Venâncio, sítio arqueológico Santa Slina, posto telegráfico Maria Joana, Casa de Memória.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 08

“Conservação do meio ambiente e da biodiversidade (preservação e manutenção) uso e manejo sustentável dos recursos naturais (solo, água, minerais e bióticos em áreas de conservação) com diminuição das pressões antrópicas especialmente sobre floresta.” As estratégias e indicadores são:

- 1- fomento e disciplinamento do uso sustentável dos recursos naturais de Mato grosso;
- 2- promoção da educação ambiental formal e não formal;
- 3- manutenção e controle das unidades de conservação;
- 4- promoção do uso e manejo sustentável dos solos e águas em bacias hidrográficas.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA/MT tem por missão “Garantir a conservação e preservação dos recursos naturais visando ordenar seu uso e promover o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental”. Neste contexto, atua diretamente no controle dos desmatamentos e queimadas, na proteção das unidades de conservação estaduais e no monitoramento da ocupação e uso do solo. Visando o cumprimento de seu objetivo estratégico e de sua missão enquanto órgão público, a SEMA realizou as principais atividades listadas abaixo, segundo os indicadores estratégicos acima mencionados.

1- fomento e disciplinamento do uso sustentável dos recursos naturais de Mato Grosso

Gestão Florestal

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total	Medidas
Licença Ambiental Única (LAU)	365	271	429	391	472	355	2.283	Un(s)
Termos de Retificação de Averbação de Reserva legal	446	336	483	259	597		2.121	Un(s)
Autorização para Exploração Florestal (Autex - PMFS)	218	159	329	219	173	234	1.332	Un(s)
Plano de Exploração Florestal (PEF)	186	124	76	49	43	39	517	Un(s)
Autorização de Desmatamento (AD)	64	16	07	12	15	30	144	Un(s)



Estado de Mato Grosso

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total	Medidas
Cadastro Ambiental Rural - CAR				16	3.720	8.753	12.489	Un(s)
Áreas requeridas para crédito de reposição florestal	9.777,63	9.018,00	14.493,29	2.263,15	2.652,30		38.204	Hec(s)
Áreas autorizadas para crédito de reposição florestal	9.202,97	6.602,37	10.969,02	1.358,09	1.471,56		29.604	Hec(s)
Plano de Corte requerido			6.783,00	2.588,05	5.013,59		14.385	Hec(s)
Plano de Corte Autorizado			3.944,74	2.503,00	4.284,97		10.733	Hec(s)
Liberações de Reposição Florestal (Reflorestamento)	2.518.981,94	3.076.227,07	1.645.904,63	1.725.484,14	313.775,98		9.280.374	m ³
Liberações de Reposição Florestal Autorizadas (Reflorestamento)	1.430,00	4.615,00	2.091,00	1.273,00	603.359,66		612.769	m st
Emissões de termos de Responsabilidade de Vinculação e Manutenção de Floresta Plantada - TVRF	29	27	25	06	11		98	Un(s)

Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras

Licenças Emitidas	2009	2010	2011
Licença Prévia (LP)	1.161	1.373	1.166
Licença de Instalação (LI)	1.083	1.167	1.160
Licença de Operação (LO)	1.829	1.803	1.557

Fiscalização

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT através da Superintendência de Fiscalização realiza ações de fiscalização de empreendimentos, pesca, florestal e em Unidades de Conservação; este trabalho resulta em autuações e embargos de propriedades e empreendimentos irregulares, apreensões de materiais e veículos, e emissão de multas, documentos de notificação e inspeção. Seguem abaixo as atividades realizadas pela Superintendência de Fiscalização durante os anos de 2009, 2010 e 2011.

- **2009:**
- Fiscalização em Unidades de Conservação:

- De janeiro a novembro foram realizadas ações de fiscalização no Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, Parque Estadual das Águas Quentes, Parque Estadual Encontro das Águas, Parque Estadual Cristalino, Parque Estadual do Araguaia, Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, APA Cabeceiras do Rio Cuiabá, APA Chapada dos Guimarães, Parque Estadual Dom Ozório Stoffel, Monumento Natural Morro de Santo Antônio, APA Salto Magessi, Parque Estadual Igarapés do Juruena e Estação Ecológica do Rio Ronuro, tendo sido emitidos 20 autos de infração, 30 autos de inspeção, 15 notificações, 02 termos de embargo e 07 termos de apreensão.



- Fiscalização de Empreendimentos:

- De janeiro a outubro de 2009 foram emitidos 382 autos de inspeção, 286 notificações, 05 termos de apreensão, 103 termos de embargo e 168 autos de infração, totalizando R\$25.003.400,00 em multas. Convém salientar que as fiscalizações realizadas pela ação 4082 (fiscalização das atividades poluidoras) estão diretamente relacionadas com as ações 4083 (fiscalização em áreas de disposição de resíduos sólidos e empreendimentos) e 2357 (fiscalização de empreendimentos usuários de água). Ou seja, a produtividade mensurada relativa à ação 4082, em determinadas situações, engloba as fiscalizações realizadas nas ações 4083 e 2357.

- Fiscalização da Pesca:

- De janeiro a novembro de 2009 foram realizadas 168 operações de fiscalização, tendo sido emitidos 334 autos de inspeção, 224 recibos de doação, 43 notificações, 393 termos de apreensão e 208 autos de infração, totalizando R\$ 2.420.056,45 em multas. Foram apreendidos 14.307,10 quilos de pescado, 761 redes, 165 tarrafas, 4.724 anzóis, 420 espinhéis, 77 canoas, 69 molinetes, 43 varas de pesca, 34 remos, 25 freezers, 11 caixas de isopor, 08 veículos, 01 moto, 16 motores de popa, 08 motores rabeta, 47 armas de fogo, 11 barcos, 52 cartuchos de arma e 25 carteiras de pescador profissional.

- Fiscalização de Caça e Tráfico de Animais Silvestres:

- Durante os onze primeiros meses de 2009 foram realizadas 47 operações de fiscalização específicas para caça e tráfico de animais silvestres, tendo sido apreendidos 311 animais e 82,100 kg de carne de caça, resultando na emissão de 11 autos de infração, 11 termos de apreensão, 07 termos de soltura e 04 recibos de doação. Convém salientar que durante as ações de fiscalização de pesca também são fiscalizadas a caça e o tráfico de animais silvestres.

- 2010:

- Fiscalização em Unidades de Conservação:

- Durante o ano de 2010 foram emitidos 1.148 autos de infração, 475 autos de inspeção, 336 notificações, 133 termos de embargo e 239 termos de apreensão pela Coordenadoria de Fiscalização Florestal e Unidades de Conservação, resultando em uma área do dano ambiental de 1.536.183,2418 hectares com um total de multas geradas no valor de R\$ 8.374.015.595,41, apreendidos 10.772,400 m³ e 181 caminhões.

- Fiscalização de Empreendimentos:

- Durante o ano de 2010 foram emitidos 114 autos de infração, 143 autos de inspeção, 141 notificações, 67 termos de embargo e 68 termos de apreensão pela Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, resultando em um total de multas geradas no valor de R\$ 11.874.550,00.

- Fiscalização da Pesca:

- Durante o ano de 2010 foram emitidos 178 autos de infração, 473 autos de inspeção, 11 notificações, 14 termos de embargo e 335 termos de apreensão pela Coordenadoria de Fiscalização de Pesca, resultando em um total de multas geradas no valor de R\$ 959.638,56 e 149.512,26 kg de pescado apreendidos. A tabela abaixo apresenta os materiais apreendidos em 2010.

MATERIAIS APREENDIDOS	TOTAL (und)
REDE	443
TARRAFA	137
VEICULO	5
MOTO	2



Estado de Mato Grosso

MATERIAIS APREENDIDOS	TOTAL (und)
BARCO	4
MOTOR	68
RABETA	2
CANOA	97
MOLINETES	31
VARAS	31
REMOS	64
ESPINHÉL	356
ANZOL	2.124
BÓIA	476
FREEZER	9
CAIXA TÉRMICA	7
ISOPOR	18
ARMADILHA	0
ESPINGARDA	1
TOTAL	3.875

- **2011:**

- Fiscalização em Unidades de Conservação:

- Durante o ano de 2011 foram emitidos 961 autos de infração, 587 autos de inspeção, 192 notificações, 183 termos de embargo e 228 termos de apreensão pela Coordenadoria de Fiscalização Florestal e Unidades de Conservação, resultando em uma área do dano ambiental de 865.958,9351 hectares com um total de multas geradas no valor de R\$ 4.593.370.712,34, apreendidos 3.975 m³ de madeira serrada e bruta, 1.959 toras, 261 motos-serra e 106 caminhões.

- Fiscalização de Empreendimentos:

- Durante o ano de 2011 foram emitidos 203 autos de infração, 432 autos de inspeção, 277 notificações, 67 termos de embargo e 10 termos de apreensão pela Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, resultando em um total de multas geradas no valor de R\$ 12.935.057,62.

- Fiscalização da Pesca:

- Durante o ano de 2011 foram emitidos 112 autos de infração, 523 autos de inspeção, 3 notificações, e 379 termos de apreensão pela Coordenadoria de Fiscalização de Pesca, resultando em um total de multas geradas no valor de R\$ 690.603,00 e 52.336,06 kg de pescado apreendidos. A tabela abaixo apresenta os materiais apreendidos em 2011.

MATERIAIS APREENDIDOS	TOTAL (und)
PASSAGUÁ	3
CARRETILHA	0
RABICHO	1
FACA	2



Estado de Mato Grosso

MATERIAIS APREENDIDOS	TOTAL (und)
CANIVETE	0
CHUMBO	15
REDE	357
TARRAFA	130
VEÍCULO	21
CAIXA DE PESCA	0
MOTO	0
BARCO	6
MOTOR	11
RABETA	0
CANOA	100
MOLINETES	148
VARAS	105
REMOS	79
ESPINHÉL	220
ANZOL	3.501
BÓIA	1.723
FREEZER	1
CAIXA TÉRMICA	0
ISOPOR	50
ARMADILHA	3
ARMA DE FOGO	1
TOTAL	6.477

2 - Promoção da educação ambiental formal e não formal

À Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA/MT através da Superintendência de Educação Ambiental - SUEA cabe propor, gerir e executar a formação e informação contínua em temática ambiental, orientadas ao despertar da consciência crítica e reflexiva das pessoas e da coletividade na construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para sociedades sustentáveis, por meio da implementação da Política e do Programa Mato-grossense de Educação Ambiental. Neste contexto, são apresentadas as principais atividades desenvolvidas nos anos de 2009, 2010 e 2011 pela SUEA.

- **2009:**
- Realização do seminário “Desafios Atuais: Mudanças Climáticas e Descentralização da Gestão Ambiental, durante a Semana do Meio Ambiente que tiveram como ações resultantes
- Entrega de carta de intenções ao Governo do Estado contendo as deliberações ambientais nos temas abordados durante a Semana do Meio Ambiente.
- Assinatura do termo de cooperação técnica com Instituto Ação Verde, com objetivo de realizar o diagnóstico sócio econômico ambiental das comunidades ribeirinhas do Rio Cuiabá
- Assinatura de termo de intenção com assembleia legislativa para revisão e regulamentação da Lei 7888/2003;



Estado de Mato Grosso

- Assinatura de termo de cooperação para descentralização da gestão ambiental em atividades de baixo impacto com municípios de Lucas do Rio Verde, Campo Verde, Cuiabá, Primavera do Leste e Sorriso.
- Elaboração de Planos de Enfrentamento de Problemas Ambientais nos municípios, Tapurah, Nova Ubitatã, Conquista D' Oeste e Campo Verde como ação resultante do curso "Básico de Meio Ambiente e Educação Ambiental: Um Diálogo Inicial – 2009"
- Realização do Fórum "Impactos ambientais e Táticas da Educação Ambiental" para elaboração do Programa de Educação Ambiental da SEMA
- Realização de trabalhos com comunidades biorregionais de Valo Verde e Faval em parceria com MT Regional, SEDUC e poder público municipal no enfrentamento de problemas ambientais e sociais que tiveram como ações resultantes início do processo de regularização fundiária da comunidade Valo Verde pelo INTERMAT, criação da Associação de Pequenos Produtores rurais de Valo Verde
- A Educação Ambiental da SEMA, assume durante Programa do governo federal Mutirão Arco Verde Terra Legal, o compromisso de capacitação e formação de Educadores Ambientais para contribuir na criação dos conselhos municipais de meio ambiente nos municípios, Alta Floresta, Peixoto de Azevedo, Feliz Natal, Nova Ubitatã, Marcelândia, Vila Rica, Confresa, São Félix do Araguaia, Querência, Gaúcha do Norte, Nova Maringá, Portos dos Gaúchos Juara, Brasnorte, Juara, Juína, Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu e Nova Bandeirantes envolvidos no Mutirão.
- **2010:**
 - Realizado 01 (hum) Curso sobre Consumo Consciente - A3P em Cuiabá
 - Realizados 02 Cursos de Formação Diálogo Inicial, em Poconé, em Rosário Oeste, Luciara, Barão de Melgaço
 - Realizadas 04 (quatro) Palestras na execução do Projeto Quintas no Parque: ações educativas nos parques urbanos, com atendimento de 1.718 alunos em Cuiabá
 - Realizado atendimento à Escola Estadual Tancredo Neves com implantação de projeto de canteiros para produção de hortaliças, em Cuiabá
 - 2ª Campanha de Combate ao Desmatamento e Queimada em Nobres
 - Realizadas palestras sobre Desmatamento e Queimada nos municípios de São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Confresa, Tapurah, Itanhangá e Ipiranga do Norte, Poconé, Várzea Grande
 - Realizadas ações educativas do Programa Arco Verde - PPCDQ/MT em Querência, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Marcelândia, Cláudia
 - Elaborado Projeto Vale do Rio Cuiabá
 - Elaborado Projeto Formação de Multiplicadores para Reeducandos do Sistema Prisional
 - Curso para Brigadas de Combate aos Incêndios Florestais, com 31 participantes, em Cuiabá
 - Realizado o Dia da Árvore, em Cuiabá, com a participação de 51 pessoas
 - Lançamento da A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
 - Realizada palestra sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P para os funcionários do Tribunal de Contas do Estado
 - Realizada palestra sobre atendimentos emergenciais com cilindros de gases
 - Realizadas ações de manutenção do orquidário do Parque Mãe Bonifácia, com plantio, replantio, adubação, poda e irrigação
 - Realizadas ações de manutenção dos Parques Mãe Bonifácia, Massairo Okamura e Zé Boloflô, com arborização e manutenção do parque
 - Realizadas aulas de ginástica com o público dos parques para promover o bem estar com a prática de atividade física
 - Realizado Curso "Meio Ambiente e Educação Ambiental: um diálogo inicial 2010", nos municípios de Luciara (48 participantes), Rosário Oeste (26 participantes), Poconé (55 participantes), Chapada dos Guimarães (59 participantes) e Jangada (51 participantes)
 - Realizado Mutirão de Limpeza da Baía de Chacororé
- **2011:**
 - Seminários Participativos para a revisão da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso: O Estado de Mato Grosso já possui sua Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA)



- consolidada na Lei nº 7888/2003 e vem debatendo estratégias para implementar e fortalecer seu processo de institucionalização pelas áreas gestoras, buscando realizar a revisão da mesma no sentido de dar-lhe uma identidade local, bem como consolidar nesse processo o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso (SEEA), para isso está realizando Seminários visando garantir a participação dos diversos segmentos da sociedade (governamentais e não-governamentais) nos municípios e territórios a fim de promover a Educação Ambiental de forma permanente, continuada, articulada e com a totalidade de habitantes de cada um dos 141 municípios do vasto e diversificado Estado de Mato Grosso, em seus três biomas – Amazônia, Cerrado e Pantanal.
- Frente à realização da “Copa Sustentável do Pantanal – 2014”, Mato Grosso torna-se foco de atenções e necessita preparar-se para que os impactos socioambientais sejam minimizados pelo ordenamento das políticas públicas municipais de gestão socioeconômico-ambiental, com foco ao desenvolvimento de estruturas que perpetuem os benefícios após o referido evento, portanto nos últimos dois anos foram realizados cursos para formação e capacitação continuada de gestores e multiplicadores nos municípios do Vale do Rio Cuiabá, além dos municípios de Luciara, Confresa e Vila Bela da Santíssima Trindade.
 - Mato Grosso Unido contra as Queimadas: A contenção do desmatamento é uma forma de contribuir para a melhoria do clima do planeta e conseqüentemente na qualidade de vida da população tornando-se então prioridade de Governo. Devido à extensa área do estado, a disseminação da temática ambiental vem se tornando mais eficiente com a definição de um foco prioritário naqueles municípios que apresentaram maiores problemas ambientais como, altos índices de desmatamento e queimada e de pesca predatória principalmente nos períodos proibitivos. No ano de 2011 a Educação Ambiental elaborou o Programa Integrado “MATO GROSSO UNIDO CONTRA AS QUEIMADAS” que propõe a união de esforços para uma ação preventiva entre os três poderes: executivo, judiciário e legislativo no âmbito das esferas estadual e municipal, bem como de representantes da sociedade civil, visando notadamente à informação da população em relação aos malefícios do uso indiscriminado do fogo, tanto em áreas rurais como urbanas, e sua respectiva responsabilização para isso realizou 15 audiências públicas, sendo 12 nos municípios de Cuiabá, Alta Floresta, Aripuanã, Canarana, Cáceres, Guarantã do Norte, Juara, Juína, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, São Félix do Araguaia, e 03 no município de Cuiabá nas escolas E.E. Alcebiades Calhao, E.E. José Leite de Moraes e E.E. Presidente Médici, que culminou na assinatura de um termo de compromisso entre as instituições participantes do programa.
 - Semana do Meio Ambiente: VII edição da Semana do Meio Ambiente 2011 com o tema “FLORESTA E CLIMA – PENSANDO ALÉM DAS COPAS”, foi realizada com a somatória dos esforços entre poder público e sociedade civil, objetivando mudar comportamentos e incentivar atitudes ambientalmente corretas, por meio da reflexão sobre a Floresta, Manejo e as Mudanças Climáticas, tendo os seguintes objetivos específicos:
 - *divulgar informações a comunidade acerca da importância das Florestas a manutenção do clima
 - *apresentar experiências exitosas de manejo florestal
 - *incitar reflexões sobre a situação atual da nossa própria realidade
 - *propor ações de cunho institucional referentes ao manejo sustentável
 - *sensibilizar a comunidade sobre a relevância sobre ação humana nas mudanças climáticas
 - Dia da Árvore: “Floresta em pé da frutos” este foi o tema de comemoração do Dia da Árvore em 2011, acompanhando as discussões internacionais quando a UNESCO declara o Ano Internacional da Florestas; foi realizada uma extensa programação que envolveu a comunidade acadêmica, profissionais liberais, escolas, etc.; com um curso de Formação de Recuperação de Áreas Degradadas, plantio e doação de mudas, além de atividades lúdicas relacionadas ao tema nos parques urbanos.
 - Piracema: A Educação Ambiental em Mato Grosso criou o selo de “PIRACEMA, NO PERÍODO DE DEFESO RESPEITE A VIDA” , com a campanha que vai de 2011 a 2014. Em 2011 foi trabalhado este conceito nas onze Unidades Desconcentradas da SEMA, foi estabelecida uma parceria com o SESC Pantanal para trabalhar na fiscalização na RPPN sob sua responsabilidade, bem como vem atuando desde 2009 no município de Barão de Melgaço com a comunidade pesqueira na formação continuada em Educação Ambiental para capacitação de 25 pirangueiros.
 - A3P: a Superintendência de Educação Ambiental atua também internamente na Secretaria, incentivando e orientando os servidores ao Consumo Consciente, reduzindo o uso de copo descartável, não deixando que a luz fique acesa quando não tiver ninguém na sala; reutilizando papéis, ou seja, são muitas a mudanças de hábitos incentivadas por meio da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).



3 - Manutenção e Controle das Unidades de Conservação

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA/MT é responsável pela gestão e monitoramento das Unidades de Conservação do estado de Mato Grosso, responsabilidade esta que é executada pela Coordenadoria de Unidades de Conservação/Superintendência de Biodiversidade. As Tabelas I e II apresentam os dados referentes às áreas protegidas de Mato Grosso.

Tabela I - Distribuição das áreas protegidas do Estado de Mato Grosso-2010

Tipos de Unidades	Área (ha)	Proporção do Estado (%)
Unidades de Conservação Municipais	694.982,07	0,7
Unidades de Conservação Estaduais	2.869.519,40	3,2
Unidades de Conservação Federais	2.028.557,85	2,2
Áreas Indígenas	13.447.043,80	14,9
Área total protegida	5.658.025,36	6,2
Área total do estado	90.680.600,00	100,00

Fonte SEMA / CUCO – MT.

Tabela II - Distribuição das unidades de conservação pelos biomas de Mato Grosso-2010

Biomias no Estado de Mato Grosso	Área dos Biomias no Estado (ha)	Relação entre as áreas dos biomias e do Estado (%)	Áreas das UC's nos Biomias (Ha)	Relação entre as áreas das UC's e dos Biomias (%)
Floresta Amazônica	49.053.882,81	54,10	2.732.424,30	5,57
Cerrado	36.326.680,81	40,06	2.427.287,80	6,68
Pantanal	4.938.865,40	5,45	498.312,88	9,88
TOTAL	90.680.600,00	100,00	5.658.024,90	100,00

Fonte: SEMA / CUCO – MT.

Seguem abaixo as principais atividades realizadas nos anos de 2009 e 2010 referentes à gestão e monitoramento das Unidades de Conservação estaduais.

- **2009:**
- Criação dos cargos de Gerente das Unidades de Conservação (21 cargos).
- Priorização das ações relativas à elaboração e aprovação de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais. Tínhamos apenas um plano de manejo aprovado (Parque estadual da Serra Azul). No último ano foram aprovados seis Planos de Manejos (Parque Estadual Igarapés do Juruena; Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul; Estrada Parque Estadual Rodovia MT - 040/361-trecho Santo Antônio de Leverger - Porto de Fora – Barão de Melgaço; Parque Estadual do Araguaia; Parque Estadual Serra de Santa Bárbara e da Reserva Ecológica de Apiacás).
- Criação de página na internet para a disponibilização de informações sobre as unidades de conservação estaduais e do ICMS Ecológico (Atualmente é possível obter informações sobre a localização, legislação de todas as unidades de conservação estaduais pela internet, além de acessar as memórias de cálculo do ICMS Ecológico por município <<http://www.sema.mt.gov.br/cuco>>).
- Foram realizadas análises de imagens para decisões administrativas em processos de autos de infração, tendo sido analisados 405 (quatrocentos e cinco) processos que deram origem a 405



Estado de Mato Grosso

(quatrocentos e cinco) pareceres técnicos com delimitação da área impactada e, quando possível, identificação do responsável pelo dano.

- **2010:**
- Avaliação dos licenciamentos na área de amortecimento de diferentes UCs, com emissão de 114 pareceres técnicos
- Emissão de 04 pareceres técnicos sobre consultas em diferentes UCs para avaliar se o empreendimento está em área de amortecimento de UC ou dentro de APA
- Emissão de 08 pareceres técnicos para emissão de certidão sobre a localização de empreendimento em relação a diferentes UCs
- Elaborado artigo referente a recuperação das áreas degradadas nas Unidades de Conservação para posterior publicação
- Participação no seminário regional para discutir as relações entre empresas e comunidades para o manejo florestal comunitário em assentamentos
- Análise dos projetos localizados no Pantanal da Linha de transmissão de energia do Programa Luz para todos
- Análise do relatório de consultoria sobre aproveitamento de madeira em Sistemas Agroflorestais (SAFS) e capacitação agricultores em cultivo de teca e uso de serraria portátil
- Análise e emissão de parecer técnico em processos de Licenciamento ambiental de empreendimentos localizados no Pantanal
- Protótipo banco de dados SIGAD-MT com pesquisa para o SIGAD-MT: (i) dados técnicos e administrativos sobre os herbários de Mato Grosso, nacionais e internacionais com plantas de ocorrência em Mato Grosso, (ii) dados taxonômicos e ecológicos para duas espécies de plantas nativas de Mato Grosso, (iii) dados sobre erosões identificadas durante o ZSEE-MT (dados SEPLAN-MT)
- Análises de processos de licenciamento ambiental e elaboração de ambiente em ArcReader para análise de processos de licenciamento ambiental
- Levantamento de informações sobre pagamento de serviços ambientais
- Organização do seminário “Castanha-do-brasil na amazônia mato-grossense: políticas públicas para a produção sustentável”, com o objetivo de avaliar e discutir a estruturação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil no estado do Mato Grosso, com todos os segmentos envolvidos no processo de coleta, beneficiamento, armazenamento, industrialização e comercialização.
- Análise de relatório de consultoria do projeto GEF Noroeste sobre “Relatório de avaliação das políticas públicas federais e da aplicabilidade de legislações de outros estados, considerando as especificidades do estado de Mato Grosso, voltadas ao fomento da cadeia produtiva da castanha da região noroeste”
- Foram realizadas análises de 374 (trezentos e setenta e quatro) processos que deram origem a 374 (trezentos e setenta e quatro) pareceres técnicos referentes ao licenciamento ambiental, consulta de localização, autorização para outorga e para extração de minérios, dentre outros.

Atividades realizadas pelas Gerências das Unidades de Conservação do estado:

- US – APA Estadual Chapada dos Guimarães: ações de monitoramento dos limites da UC com :
- Executando ações de manejo através do monitoramento ambiental da APA
- Vistoria em sistema de drenagem em obras
- Fiscalização em desmatamento em área na UC
- Educação ambiental quanto ao período proibitivo do uso do fogo
- Monitoramento de visitação na UC
- Vistoria para constatar a situação atual de área com plantio de eucalyptus
- Acompanhamento de pesquisa científica de geólogos da UFMT e servidores do Ministério Público no projeto do teleférico em Chapada dos Guimarães
- Acompanhamento de pesquisa científica de biólogos da UNIRONDON para levantamento da flora e fauna no Parque do Quinera
- Atendimento a denúncia com vistoria em área para implantação de loteamento



Estado de Mato Grosso

- Vistoria para identificar áreas e suas APPS e localização nas zonas do macrozoneamento da APA
 - Monitoramento nas propriedades inseridas na UC
 - Avaliação Ecológica Rápida
 - Vistoria no Parque do Quineira
 - Vistoria para constatar situação de área inserida na UC a qual foi embargada e atuada
 - Realizados 02 Acompanhamentos de Pesquisa Científica
 - Realizados 02 Atendimentos a Denúncia
 - Realizados 11 Monitoramentos de Visitaçã
 - Realizados 08 Monitoramentos dos limites da UC
 - Realizados 02 Relatórios Técnicos
 - Realizadas 03 Reuniões com Atores Locais
 - Realizados 12 Vistorias
-
- PI - Parque Estadual Serra de Ricardo Franco: ações de monitoramento dos limites da UC com :
 - Ações de manejo através do monitoramento ambiental do parque estadual
-
- PI - Parque Estadual Dom Osório Stoffel: ações de monitoramento dos limites da UC com :
 - Ações de manejo através do monitoramento ambiental do parque estadual
 - Realizados 02 Monitoramentos dos limites da UC
-
- US - Estrada Parque Transpantaneira: ações de monitoramento dos limites da UC com :
 - Ações de manejo através do monitoramento ambiental da Estrada Parque
 - Realizados 02 Monitoramentos dos limites da UC
 - Realizados 01 Atendimento a Denúncia
-
- US - APA Estadual Nascentes do Rio Paraguai: ações de monitoramento dos limites da UC com :
 - Ações de manejo através do monitoramento ambiental do parque estadual
 - Atendimento a denúncia com acompanhamento a equipe do Corpo de Bombeiros/Defesa Civil em incêndios florestais ocorridos nos municípios de Diamantino e Alto Paraguai
 - Atendimento a denúncia com acompanhamento a equipe da SEMA (Regional Tangará da Serra)
 - Atendimento a denúncia para vistorias nas áreas queimadas nos municípios de Diamantino e Alto Paraguai
 - Reunião com prefeito de Diamantino e Secretaria Municipal de Meio Ambiente juntamente com a Coordenadoria de Gestão do Fogo
 - Realizada palestra sobre o uso do fogo e queimadas em 7 (sete) escolas estaduais e municipais juntamente com técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Diamantino
 - Mobilização juntamente com 2 técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em assentamentos e diversas propriedades rurais inseridas na unidade de conservação e áreas vizinhas para participação no curso
 - Curso de brigadista no município de Diamantino voltado a trabalhadores rurais da APA das nascentes do rio Paraguai e áreas vizinhas a unidade de conservação
 - Realizada palestra sobre o uso do fogo e queimadas em 4 (quatro) escolas estaduais e municipais que ainda não haviam sido contempladas com as referidas atividades de educação ambiental programadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município e por esta gerência. As palestras foram ministradas juntamente com técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Diamantino. Além das explanações sobre queimadas, foram abordados outros temas como reciclagem e compostagem. Essas atividades iniciaram-se no dia 01/09 e encerram-se em 05/09, nos períodos matutinos, vespertinos e algumas turmas no período noturno.
-
- US - APA Estadual Cabeceiras do Rio Cuiabá: ações de monitoramento dos limites da UC com :
 - Ações de manejo através do monitoramento ambiental da APA
-
- PI - Parque Estadual do Cristalino:
 - Realizadas 8 atividades administrativas de gestão do Parque
 - Realizado 01 Monitoramento de Visitaçã



Estado de Mato Grosso

- Realizados 02 Monitoramentos dos limites da UC
- Realizados 02 Relatórios Técnicos
- Realizadas 03 Reuniões Ordinárias

- PI - Monumento Natural Morro de Santo Antônio:
- Ações de manejo através do monitoramento ambiental do PI
- Monitoramento e fiscalização
- Realizados 03 Monitoramentos dos limites da UC
- Realizada Eleição do Conselho

- US - Estrada Parque Santo Antônio: monitoramento e fiscalização dos limites da UC
- US - Estrada Parque Transpantaneira:
- Atendimento a denúncia
- Monitoramento e fiscalização

- PI- Parque Estadual do Xingu:
- Atendimento a denúncia com combate a incêndio florestal no Assentamento Santa Cara
- Monitoramento fazendas do entorno da UC
- Combate incêndio florestal perto do município
- Monitoramento via rio Xingu dos limites da UC

- PI - Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul:
- atividades administrativas com encaminhamentos ao novo gerente do Parque Estadual da Gruta da Lagoa Azul, sobre as atividades que devem ser desenvolvidas na referida UC, bem como auxílio e acompanhamento das atividades administrativas planejadas e programadas pela SEMA/CUCO.

- **2011:**

- Parque Estadual Cristalino: foi elaborado Plano de Combate a Incêndios do Parque para 2011; foi realizada reunião do Conselho Consultivo, realizou-se também reunião com o prefeito do município de Novo Mundo para a renovação do Termo de Cooperação Técnica entre o município e a SEMA, para a gestão do Parque.

A equipe de gestão do parque acompanhou a equipe da UNEMAT de Alta Floresta na última coleta de pesquisa sobre peixes no Rio Cristalino. A equipe de gestão do parque participou de curso tendo como tema a Criação e Implementação de Conselho Gestor de UC, sendo realizado pela SEMA em parceria com o WWF Brasil.

- Parque Estadual do Xingu: foi realizado o monitoramento da pesca no rio Fontoura e rio Xingu.

- Parque Estadual Encontro das Águas: foi realizado o monitoramento do limite fluvial do parque pelos rios Piquiri, São Lourenço, Três Irmãos e Cuiabá, sendo identificada a necessidade de revitalização de suas placas indicativas e colocação de novas placas informativas.

- Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul: foram realizadas visitas e cadastramento de propriedades rurais no município de Nobres, e realizada reunião do Conselho Gestor do parque.

- Refúgio de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia: foi realizado monitoramento de visitação e dos limites da Unidade de Conservação percorrendo lagoas, baías e rio, no município de Ribeirão Cascalheira.

- APA Estadual Chapada dos Guimarães: foi realizado o monitoramento móvel em áreas inseridas na UC, com a visualização das áreas quanto a ocorrência de degradação ambiental e fiscalização em APP; vistoria em área solicitada para instalação de empreendimento tipo loteamento com coleta de dados como fotografias e coordenadas geográficas para elaboração de relatório técnico; atendimento de denúncia do Ministério Público, sendo a obra embargada e o proprietário notificado a apresentar licenças ou autorizações; fiscalização e monitoramento em áreas inseridas na UC com a realização de monitoramento móvel em áreas de preservação permanente e propriedades rurais; atendimento a demanda da Promotoria de Justiça de Chapada dos Guimarães com realização de vistoria em obras de asfaltamento e drenagem urbanas na cidade de Chapada dos Guimarães;

- Realização de curso de Criação e Implementação de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação; atendimento a denúncia de armazenamento de madeiras irregulares, sendo a proprietária notificada a apresentar documentação de procedência das madeiras; participação em audiência na Promotoria de Justiça de Chapada dos Guimarães, onde a SEMA foi notificada a realizar estudos técnicos quanto a importância de bacias de contenção as margens da rodovia MT-251;



Estado de Mato Grosso

- Oficina de avaliação do processo de criação e implementação dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação de Mato Grosso, realizado em Chapada dos Guimarães;
- Participação no Curso de Brigadista de Incêndio (Formação de líderes de brigada de incêndio), realizado em Barra do Garças - MT em parceria com Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e SEMA, para formação de brigadistas de incêndio em Unidades de Conservação;
- Oficina de Gestão de Conselhos Gestores de UCs, a oficina foi realizada em Chapada dos Guimarães - MT, com participação das gerências das UCs no estado, CUCO/SEMA/WWF Brasil;
- Participação na oficina de planejamento para elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Águas Quentes pela empresa Ecosystemas, referente a compensação ambiental da Votorantim Cimentos S.A.;
- Participação na oficina de planejamento para elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Mãe Bonifácia pela empresa Ecosystemas, referente a compensação ambiental da Votorantim Cimentos S.A.;
- Reunião técnica com a empresa Ecosystemas para planejamento da oficina participativa para a elaboração do Plano de Manejo Espeleológico da Gruta da Lagoa Azul;
- Participação na oficina de planejamento para elaboração do Plano de Manejo Espeleológico pela empresa Ecosystemas, referente a compensação ambiental da Votorantim Cimentos S.A
- Parecer em processos de licenciamento rural e de atividades potencialmente poluidoras quando da localização circunvizinha a Unidades de Conservação;
- Fiscalização nas Unidades de Conservação do estado, verificando atividades irregulares tais como ausência de licenciamento, queimada, pescado irregular e degradação de áreas.

4 - Promoção do uso e manejo sustentável dos solos e águas em bacias hidrográficas

- **Monitoramento da qualidade e quantidade de água**

- **2009:**

- Contratação de empresa especializada para realizar coletas de amostras de água.
- Elaboração de Projeto para implantação de uma rede de Monitoramento de Qualidade da Água subterrânea na Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço/Vermelho;
- Escolha dos pontos de monitoramento de águas subterrâneas da bacia do Rio São Lourenço/Vermelho.
- Atualização do Site da SEMA com informações sobre recursos hídricos (CEHIDRO, Outorga e Plano Estadual de Recursos Hídricos);
- Aquisição de estações hidrométricas automáticas e telemétricas, sua instalação e operação.
- Realização da campanha da balneabilidade de praias em 23 locais utilizados para banho e recreação, na Região Hidrográfica do Paraguai.
- Confecção e instalação de placas indicativas para balneabilidade.
- Monitoramento da Rede Hidrológica Básica da SEMA de 73 estações, nas seguintes sub-bacias: Rio Paraguai, Rio Cuiabá, Rio São Lourenço, Rio Teles Pires, Rio Juruena, Rio das Mortes, Rio das Garças, Rio Araguaia, Rio Guaporé e Rio Arinos.
- Atendimento a solicitações de amostragens e análises do Ministério Público, POLITEC, Secretaria de Estado de Saúde, JUVAM, Universidade Federal de Mato Grosso, outras Superintendências da SEMA e Diretorias de Unidades Desconcentradas da SEMA.
- Confecção do relatório de Balneabilidade - 2009.

- **2010:**

A Coordenadoria de Monitoramento da Qualidade Ambiental é responsável pelo monitoramento da qualidade da água, qualidade do ar atmosférico e da balneabilidade das praias fluviais. A Coordenadoria realiza ainda medições de vazão para subsidiar a outorga emitida pela Superintendência de Recursos Hídricos.

A CMQA monitora a qualidade da água nas estações distribuídas nas regiões hidrográficas do rio Paraguai, Amazônica e Tocantins-Araguaia; realizou os seguintes trabalhos desenvolvidos no ano de 2010 de monitoramento da qualidade da água:



Estado de Mato Grosso

- 242 amostras analisadas para emissão do Índice de Qualidade da Água (IQA)
- 35 amostras analisadas de água superficial, subterrânea e de potabilidade, por demanda interna da SEMA
- 59 amostras analisadas de água superficial e de efluentes por demanda externa da SEMA
- 4 amostras analisadas de água para abastecimento por demanda externa da SEMA
- 71 medições de vazão de água realizadas
- 28 amostras de água analisadas para medição de balneabilidade das praias fluviais
- Atendimento a solicitações de amostragens e análises do Ministério Público, POLITEC, Secretaria de Estado de Saúde, JUVAM, Universidade Federal de Mato Grosso, outras Superintendências da SEMA e Diretorias de Unidades Desconcentradas da SEMA.

A Coordenadoria elaborou no ano de 2010 os seguintes relatórios, no que se refere à qualidade da água:

- Relatório de Monitoramento da Balneabilidade das Praias Fluviais, 2008 a 2010;
- Relatório de Monitoramento da Qualidade da Água da Região Hidrográfica do Rio Paraguai, 2007 - 2009;
- Relatório de Monitoramento da Qualidade da Água da Região Hidrográfica Amazônica, 2007 - 2009;
- Relatório de Monitoramento da Qualidade da Água da Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia, 2007 - 2009;
- **2011:**

A Coordenadoria de Monitoramento da Qualidade Ambiental é responsável pelo monitoramento da qualidade da água, qualidade do ar atmosférico e da balneabilidade das praias fluviais. A Coordenadoria realiza ainda medições de vazão para subsidiar a outorga emitida pela Superintendência de Recursos Hídricos.

A CMQA monitora a qualidade da água em 82 estações distribuídas nas regiões hidrográficas do rio Paraguai, Amazônica e Tocantins-Araguaia; realizou os seguintes trabalhos desenvolvidos no ano de 2011 de monitoramento da qualidade da água:

- 256 amostras analisadas para emissão do Índice de Qualidade da Água (IQA)
- 50 amostras analisadas de água superficial e de efluentes por demanda interna da SEMA
- 43 medições de vazão de água realizadas
- 120 amostras de água analisadas para medição de balneabilidade das praias fluviais

- **Instrumentalização da Gestão de Recursos Hídricos**

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT, através da Superintendência de Recursos Hídricos, exerce as competências de órgão coordenador/gestor, tendo entre suas principais atividades implementar os seguintes instrumentos: Plano Estadual de Recursos Hídricos, Enquadramento dos Corpos D'água em Classes de Uso, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos, atuando como Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO e fomentando e apoiando os Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio do Estado.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos, aprovado em 2009 conta com 4 (quatro) diretrizes, 19 (dezenove) programas e 40 (quarenta) projetos, sendo o acompanhamento de sua implantação uma das principais responsabilidades desta Superintendência.

O instrumento “Outorga” antecede o licenciamento ambiental e foi implantada em 2007, sua análise envolve a consulta prévia da disponibilidade hídrica, a publicação da solicitação da outorga, análise da referida solicitação, e quando de acordo com as normas técnicas, a emissão dos atos de outorga da água.

A Superintendência atualmente também é responsável pela renovação dos licenciamentos de poços tubulares e pelo monitoramento das águas subterrâneas do Estado.



Estado de Mato Grosso

A Superintendência de Recursos Hídricos realizou nos anos de 2009 e 2010 atividades que compõem o processo de gestão das águas, tendo gerado nesse período os principais produtos abaixo citados:

- **2009:**

- Publicação do “Plano Estadual de Recursos Hídricos”.
- Publicação do “Conjunto de Normas Legais Sobre Recursos Hídricos de Mato Grosso”.
- Publicação do Livro Governança Pública das Águas. (Em parceria com o Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas).
- Sistematização de dados sobre recursos hídricos dos processos de Licenciamento Ambiental para o Cadastro do SIMLAM.
- Implantação do sistema computacional de apoio a tomada de decisão sobre Outorga de água (captação e diluição).
- Foram protocolados 73 pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, foram emitidas 42 outorgas, 06 cadastros de outorga e 04 Declaração de reversa de disponibilidade hídrica.

- **2010:**

- Elaboração de 10 (dez) resoluções do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO
- Relatório: Conflito de Uso da Água - Comunidade Córrego Água Fria - Zona Rural no município de Nobres
- Relatório de cadastramento censitário de usuário da água no Rio Curupi no município de Sinop
- Relatório de cadastramento censitário de usuário da água do Córrego Nádía no município de Sinop
- Relatório de cadastramento censitário de usuário da água do Córrego São Francisco de Paula no município de Nova Marilândia
- Relatório de cadastramento censitário de usuário da água do Ribeirão Leda no município de Cláudia
- Relatório de compatibilização do Plano Estadual de Recursos Hídricos com o Plano Nacional de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai
- Oficinas técnicas de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai
- Relatório de compatibilização do Plano Estadual de Recursos Hídricos com o Plano Nacional de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica – Tocantins-Araguaia
- Oficinas técnicas de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia
- Relatório de compatibilização do Plano Estadual de Recursos Hídricos com o Plano Nacional para a Região Hidrográfica Amazônica
- Oficina técnica de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Amazônica
- Análise da Política Estadual de Recursos Hídricos com objetivo de revisão da mesma
- Curso sobre estudos e cálculos hidrogeológicos
- Relatório técnico “Diagnóstico e Remediação das Baías de Chacororé e Siá Mariana”
- Oficinas técnicas para Consolidação do Plano Nacional de Recursos Hídricos
- Preparação e realização do workshop Gestão das Águas em Jaciara
- Implantação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba
- Foram solicitados 188 pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, foram emitidas 99 outorgas
- Foram realizadas 20 consultas prévias de disponibilidade técnica
- Foram emitidas 230 licenças de poços tubulares

- **2011:**

- Realização de reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO;
- Acompanhamento da reconstrução dos diques das Baías de Chacororé e Siá Mariana;
- Monitoramento e coleta de água para realização do Monitoramento da Qualidade da Água da Rede Estadual de Água Subterrânea;
- Participação na 83ª Reunião da CTPOAR (Câmara Técnica de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações de Regulação do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos);



Estado de Mato Grosso

- Participação na Reunião de Implementação do PEA-Guarani e atualização do Sistema de Informações do Aquífero Guarani;
- Participação no Workshop de Classificação, Enquadramento e Monitoramento de Águas Subterrâneas;
- Apresentação do “Resultado do Estudo para o Desenvolvimento da Capacitação de Usuários de Recursos Hídricos no Meio Rural”;
- Palestra sobre Uso Racional da Água e Sustentabilidade da Água Subterrânea em Nova Mutum;
- Capacitações sobre Impactos, Desperdício e Uso Racional da Água em Sorriso, em comemoração a Semana da Água em Sorriso e Tangará da Serra;
- Definição dos locais a serem instaladas as Estações Hidrológicas nos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso;
- Palestra em Figueirópolis D’ Oeste sobre Sustentabilidade da Água e Comitê de Bacia Hidrográfica com ênfase ao rio Jauru, comemorando o Mês da Água;
- Reunião com o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba, em Tangará da Serra, tendo como resultado suas deliberações e criação de Câmaras Técnicas;
- Reunião com o Prefeito e Secretários de Jauru, sobre o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Jauru;
- Reunião com o Conselho Municipal de Meio Ambiente em Nova Mutum, visando o fomento ao Comitê de da Bacia do rio Verde;
- Reunião com o Núcleo Gestor do Pacto pelo rio Cuiabá tendo em vista o fomento ao Comitê de da Bacia dos Afluentes do rio Cuiabá;
- Palestra ministrada na Lagoa Azul, sobre Reuso da Água;
- Reuniões de fomento a criação do Comitê de Bacia do rio São Lourenço nos municípios de Itiquira, São José do Povo e Guiratinga;
- Reuniões de fomento a criação do Comitê de Bacia dos Afluentes do rio Teles Pires nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop e Nova Mutum;
- Reuniões para mobilização da sociedade visando a ampliação do Comitê de Bacia do Covapé nos municípios de Poxoréu, Ponte do Leste, Campo Verde e Primavera do Leste;
- Ministrado Curso de Gestão de Recursos Hídricos e sustentabilidade da água em Rondonópolis;
- Participação em reunião do Colegiado do Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica
- Realização de três reuniões ordinárias e uma extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO;
- Reuniões da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas visando a aprovação da minuta da Resolução de Outorga de Águas Subterrâneas;
- Participação no Fórum Nacional de Órgãos Gestores da Água;
- Participação no XIII ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, sendo Cuiabá a sede do XIV ENCOB;
- Participação no Programa Sinergia - parceria entre Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina;
- Elaborada e publicada a Resolução nº42 que estabelece os critérios técnicos a serem aplicados nas análises de usos independentes de outorga;
- Elaborada e publicada a Resolução nº 43 que estabelece os critérios técnicos para análises dos pedidos de autorização de perfuração de poços para captação de águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso;
- Elaborada e publicada a Resolução CEHIDRO nº 44 que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso;
- Elaborada e publicada a Resolução CEHIDRO nº 45 que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso;
- Realizadas palestras sobre o Dia da Água nos municípios de Nova Mutum e Tangará da Serra;
- Realizado parecer técnico sobre a avaliação da interferência antrópica no entorno da Bacia do Córrego Quineira, tendo sido apresentadas sugestões ao Ministério Público Estadual de como amenizar os processos erosivos e de assoreamento da microbacia;
- Realizadas duas reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba;
- Realizadas três reuniões do CRRA;
- Participação na reunião da Rede Brasileira de Organismos de Bacia – REBOB;
- Participação na reunião da Lagoa Encantada, referente a discussão sobre o regimento interno da criação do CBC - Rios Urbanos da Capital;



Estado de Mato Grosso

- Participação na reunião de preparação da Rio + 20 promovida pela Comissão Parlamentar Ambientalista com tema “Recursos Hídricos”;
- Realizada reunião com Ministério Público e Promotoria de Justiça sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas em Mato Grosso fornecendo informações sobre a possibilidade e necessidades de instalação de Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de MT, visando o fomento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru e a capacitação dos membros das equipes do Ministério Público e Promotoria do Estado;
- Realizadas reuniões do Pacto do Rio Cuiabá com envolvimento na Comissão pró CBH do rio Coxipó e Afluentes Urbanos da Capital visando fomento do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Coxipó e Afluentes Urbanos da Capital e organização para criação do CBH;
- Participação da Assembléia Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil no ENCOB, com a parceria dos CBH Covapé e CBH Sepotuba, Diretoria Regional da SEMA em Tangará da Serra;
- Participação no III Pré-ENCOB - O Fator Água nas Regiões Metropolitanas;
- Realizadas reuniões e palestras nos municípios de Guiratinga e São José do Povo para a mobilização da sociedade para criação do CBH;
- Realizadas palestra com o tema “O que é e como funciona o Comitê de Bacia Hidrográfica” para o Ministério Público e Promotoria de Justiça visando o apoio destes ao fomento de CBH em todo Estado;
- Relatório técnico elaborado sobre o monitoramento da qualidade da água para atender ao Plano Nacional de Qualidade da Água;
- Feita a definição dos procedimentos para realização de enquadramento dos corpos d’água urbanos de Cuiabá;
- Feita a definição em campo de seis locais para instalação de estações pluviométricas e fluviométricas automáticas Instaladas 15 estações pluviométricas e fluviométricas;
- Elaborado o projeto “Operação e Manutenção de Estações Pluviométrica e Fluviométricas”;
- Elaboração do projeto “Plano de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba”;
- Participação na 1ª reunião do grupo de trabalho sobre rios intermitentes da CTPOAR;
- Reunião com Ministério Público para determinação de procedimentos quanto ao enquadramento transitório de rios;
- Relatório de determinação dos usos preponderantes mais restritivos no Córrego Ana Poupina com elaboração de minuta de enquadramento transitório;
- Relatório de determinação dos usos preponderantes mais restritivos no Córrego Urubu com elaboração de minuta de enquadramento transitório;
- Relatório de determinação dos usos preponderantes mais restritivos no Córrego São Gonçalo com elaboração de minuta de enquadramento transitório;
- Relatório de determinação dos usos preponderantes mais restritivos nos Córregos Gumitá e Caju com elaboração de minuta de enquadramento transitório;
- Relatório técnico para atender solicitação do Ministério Público de acordo com TAC que prevê ações para solucionar a depleção do sistema lacustre da baía Chacororé, devendo haver a continuidade das ações de reconstrução das barragens;
- Atendimento a solicitação do Ministério Público sobre licenciamento de poços tubulares X Lei de saneamento prevendo ações de monitoramento de uso das águas subterrâneas;
- Elaborada minuta de resolução com critérios para outorga e enquadramento em rios intermitentes;
- Aprovada a resolução de outorga de águas subterrâneas;
- Realizada palestra com apresentação do modelo de outorga de água subterrânea a ser implantada no estado;

RECURSOS HÍDRICOS	TOTAL (und)
Solicitações de Outorga Publicadas	299
Atos de Outorga emitidos	228
Consulta Prévia de Disponibilidade Hídrica respondidas	23



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 09

Visando o alcance do **OBJETIVO ESTRATÉGICO 9**, de **“Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso”**, a SEMA tendo como uma de suas competências o monitoramento da cobertura vegetal do Estado, a fiscalização florestal e realizar projetos pilotos de recuperação de áreas degradadas, teve como principais produtos obtidos nos anos de 2009, 2010 e 2011 as atividades abaixo citadas:

- **Monitoramento da Cobertura Vegetal:**
- **2009:**

- No ano de 2009, foram mapeadas as áreas atingidas por queimadas em 2008, foram processadas 58 imagens do satélite Landsat 5 e 7 imagens do satélite CBERS_2B, com período de passagem compreendido entre julho e outubro de 2008, localizadas onde houve maior incidência dos dados de focos de calor fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

- Foram realizadas a dinâmica de queimada e auditoria visual no software ArcGis 9.2, que resultou na quantificação das áreas queimadas por município, resultando em 1.484.500,00 hectares queimados no período de julho a outubro de 2008 em 91 municípios, sendo que a maior ocorrência de queimada se deu na região nordeste do Estado, conforme demonstrado na figura 3. Cabe ressaltar que a maioria dos municípios indicados no mapa abaixo com área queimada zero é em função de que sua área não foi imageada, portanto a área queimada não foi quantificada.

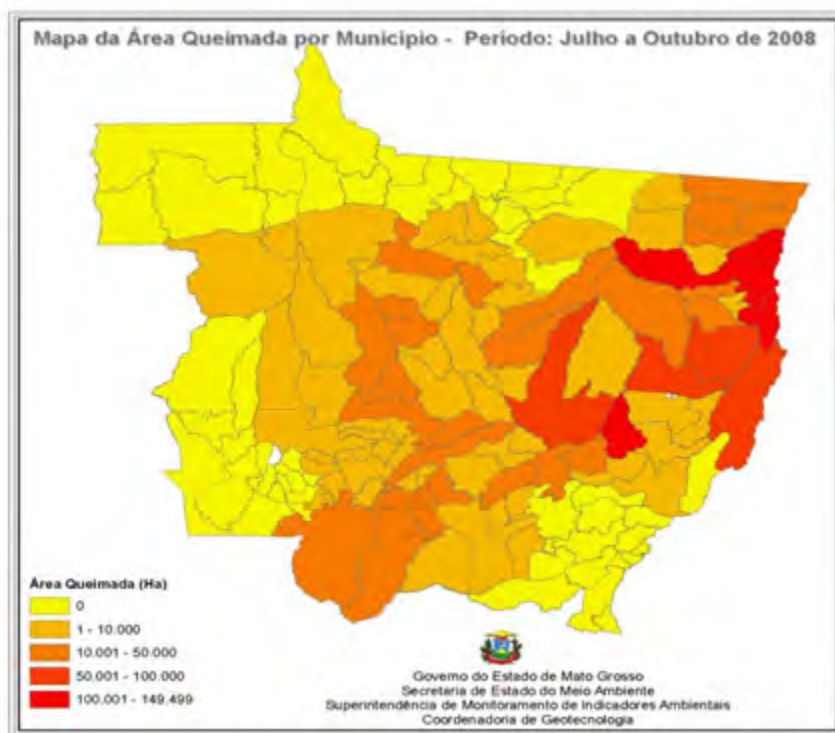


Figura 3 – Área queimada por município durante o período de julho a outubro de 2008.

- Foi constatado que, assim como nos municípios, as Unidades de Conservação situadas na região nordeste do Estado ocorreram as maiores queimadas, onde só no Parque Estadual do Araguaia foram queimados 106.514,93 há, e o total do estado foi de 166.085,12 há, conforme ilustrado na figura 5.



Estado de Mato Grosso

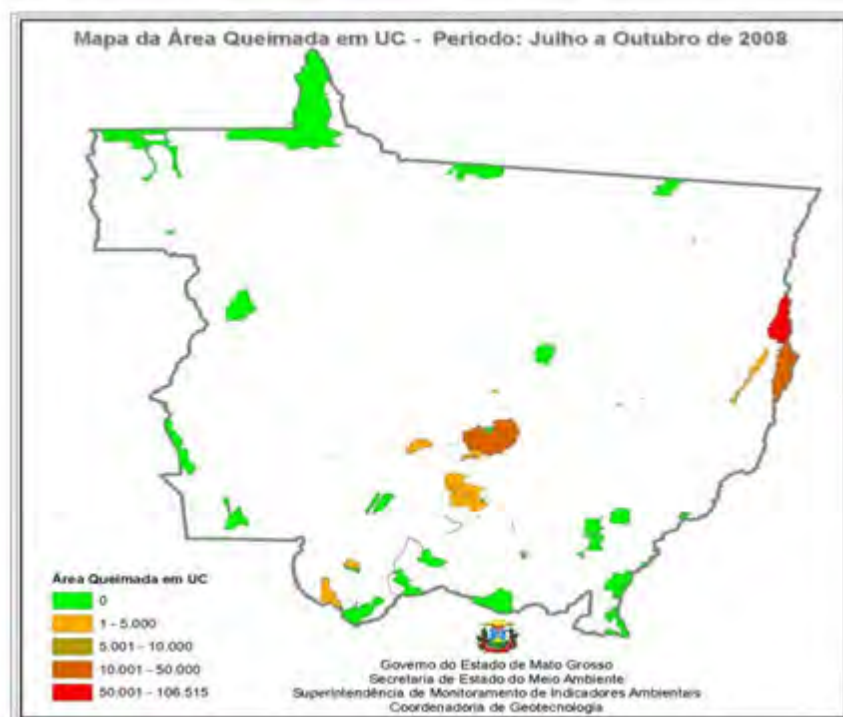


Figura 5 – Área queimada em Unidades de Conservação.

- Foram quantificados 351.229,47 hectares queimados no período de julho a outubro de 2008 em 23 das 72 terras indígenas situadas no estado, sendo 117.507,11 há queimados na terra indígena Parabubure e 80.529,27 há na terra indígena Marechal Rondon, conforme demonstrado na figura 6.

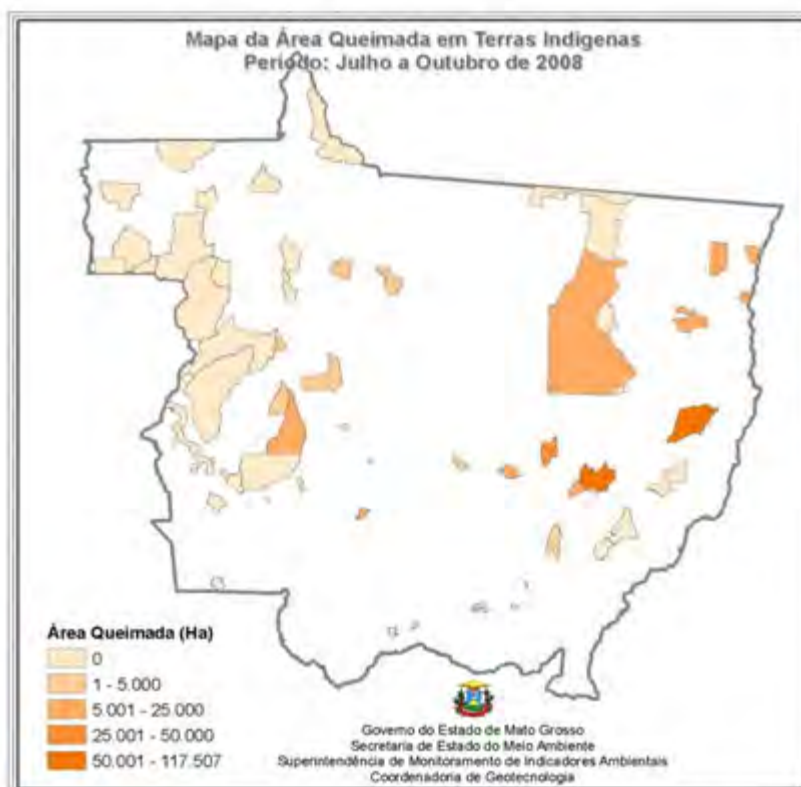


Figura 6 – Área queimada em Terras Indígenas.



Estado de Mato Grosso

- O Cerrado foi o Bioma onde se constatou a maior área queimada, totalizando 1.111.537,49 há, na Amazônia 306.518,88 há e no pantanal 66.444,38 há, conforme ilustrado na figura 7.

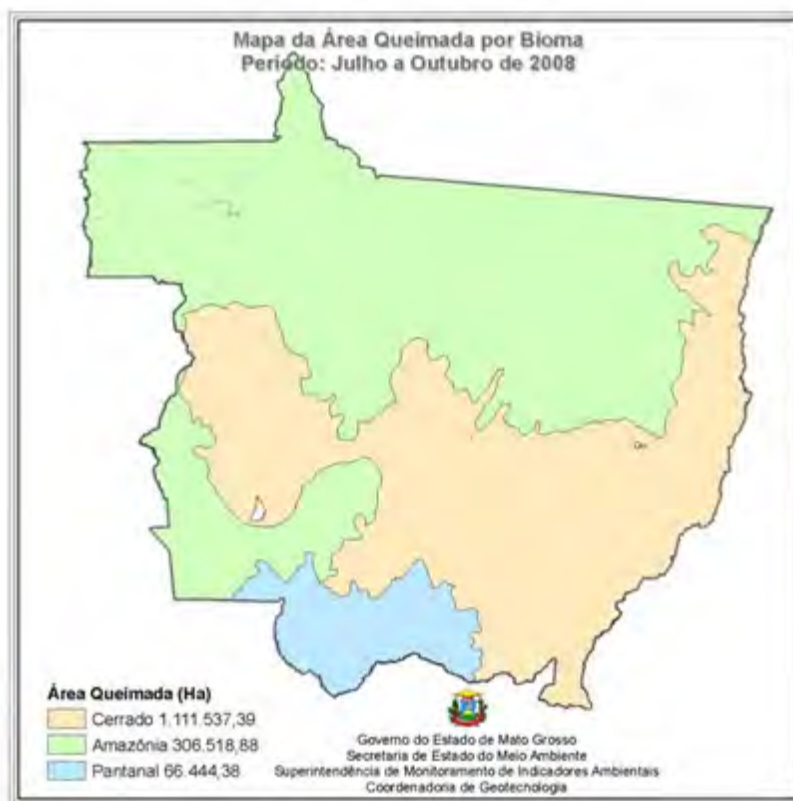


Figura 7 – Área queimada por Bioma.

- Foi constatado que em áreas indígenas foram queimados 351.229,48 há, 262.651,31 há em propriedades cadastradas na SEMA, 166.085,13 há em Unidades de Conservação, 106.005,20 há em Assentamentos e 69.570,22 há em áreas de reserva legal, conforme demonstrado na figura 8.

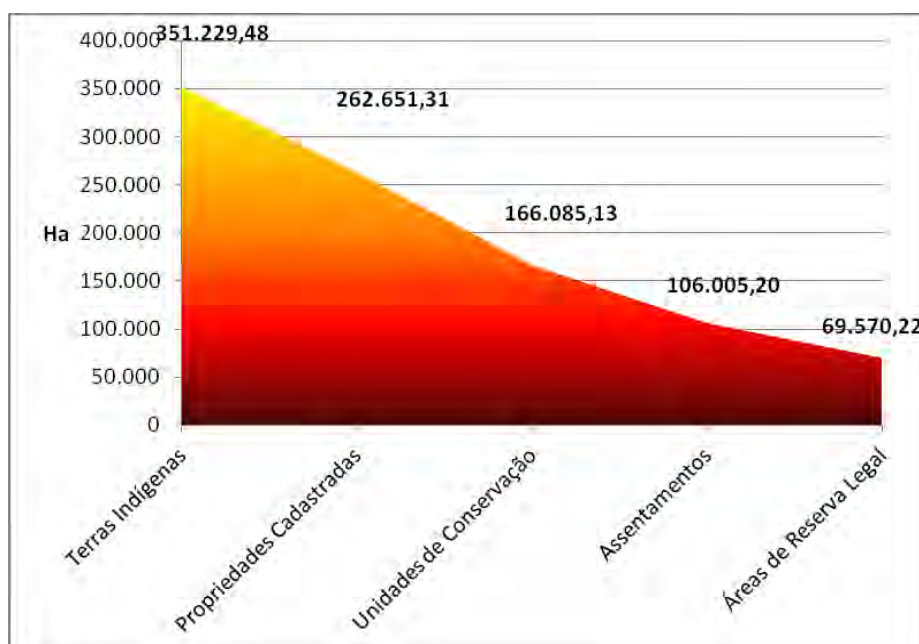


Figura 8 – Área queimada.



- Nas Unidades de Conservação foram queimados 3,05% do total de sua área, nos assentamentos o percentual foi de 2,91%, nas terras indígenas foi de 2,57% e nas propriedades cadastradas na SEMA foi de 1,21%, conforme demonstrado na figura 9.

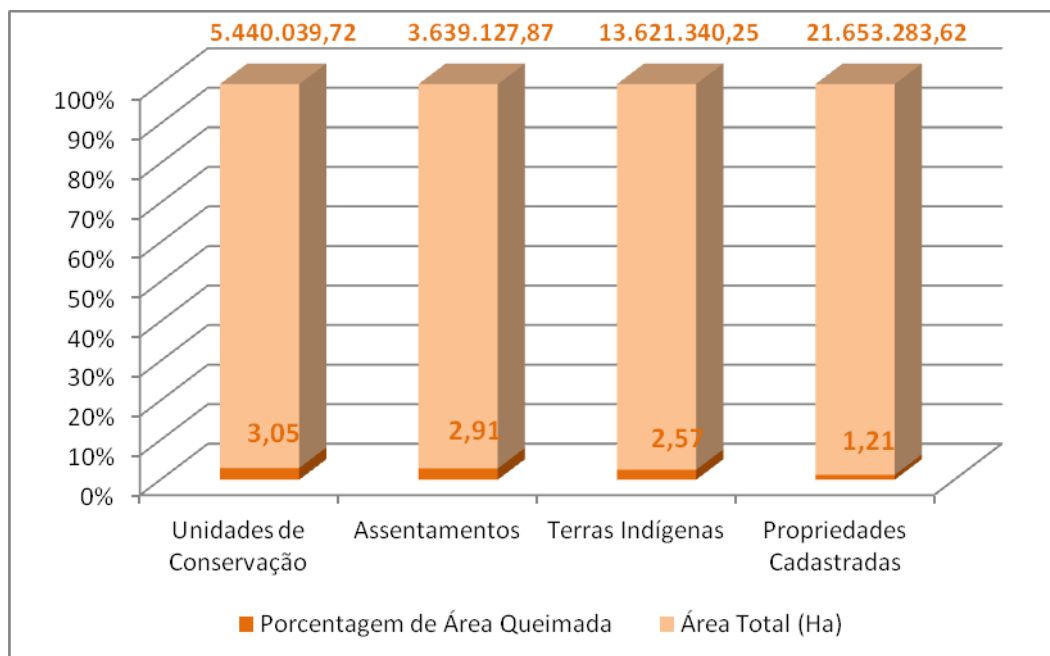


Figura 9 – Porcentagem de área queimada.

- Com os dados obtidos a partir do cruzamento das áreas queimadas com o cadastro de propriedades rurais desta Secretaria foram gerados 88 (oitenta e oito) pareceres técnicos e 12 (doze) cartas imagem que foram encaminhados ao setor de fiscalização para autuação dos responsáveis pelo ilícito.

- Foram confeccionadas ao todo 125 cartas imagens com polígonos de desmatamento em repasses mensais à Superintendência de Fiscalização para a emissão de autos de infração.

- Capacitação dos analistas de imagem em software específico para análises complexas gerando produtos específicos para a confecção de indicadores ambientais e insumos para a fiscalização ambiental, principalmente com relação à detecção e quantificação de áreas queimadas e desmatadas.

- Elaboração do Plano Estadual de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do MT (PPCDMT), realizado em estreita articulação com as diretrizes e programas do Governo Federal, em particular com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

- Contratação de serviços de terceiros para o Processamento digital de Imagens Landsat 5 e SPOT 5, interpretação, quantificação, plotagem dos desmatamentos ocorridos no Estado de Mato Grosso nos anos de 2008 e 2009 bem como inserção deste produto na base de dados do SLAPR e do Sistema Compartilhado de Fiscalização Ambiental.

• **2010:**

- No ano de 2010 foram mapeadas as áreas atingidas por queimadas em 2009, este monitoramento de áreas queimadas envolveu a seleção de 251 imagens de satélite disponibilizadas pelo INPE, posteriormente foram obtidas 255, destas foram georreferenciadas 249 e classificadas e auditadas 161, gerando um total de 2.087.665,46 ha de áreas queimadas quantificadas, em particular nas regiões do Araguaia e Norte (BR-163), conforme figura 1.



Estado de Mato Grosso

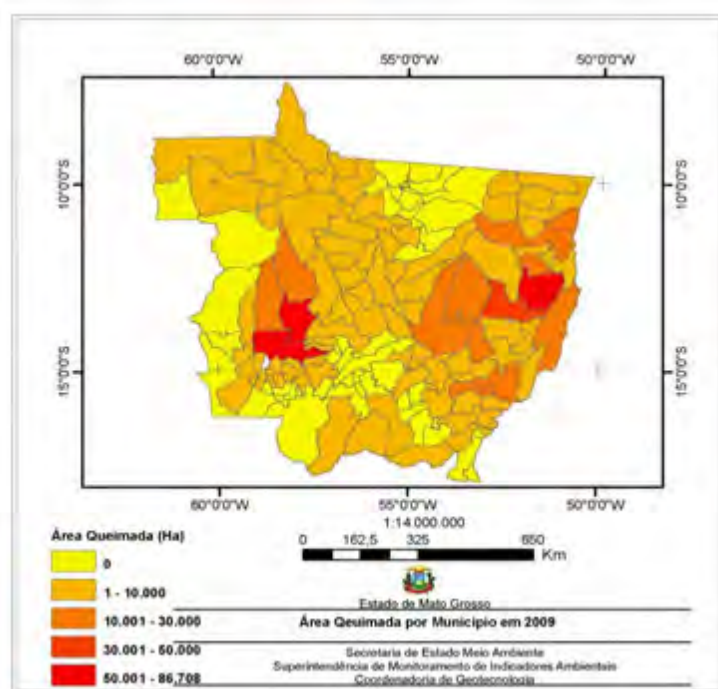


Figura 1 – Área queimada por município durante o período de julho a outubro de 2009

- Foram realizadas dinâmicas de queimada que resultaram na quantificação das áreas queimadas por município, resultando em 518.787,72 hectares queimados, conforme tabela abaixo.

Tabela I - Área queimada por tema

Área Queimada por Tema	2008	2009
Terras Indígenas	351.229,48	295.345,00
Propriedades Cadastradas	262.651,00	58.315,00
Unidades de Conservação	166.085,00	55.980,00
Assentamentos	106.005,00	12.975,00
Demais Áreas	598.530,19	96.172,72
TOTAL	1.484.500,67	518.787,72

- Em 2008 foram totalizados 66.745 focos de calor, conforme figura 2, já em 2009 foram totalizados 17.559 focos de calor em Mato Grosso no período de 15/07/2009 à 30/09/2009, sendo possível identificar as áreas críticas de ocorrências de queimadas, que na região Noroeste foram nos municípios de Colniza e Nova Bandeirantes. Foram constatadas outras áreas críticas nos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis, Ribeirão Cascalheira e Canarana, conforme figura 3.



Estado de Mato Grosso

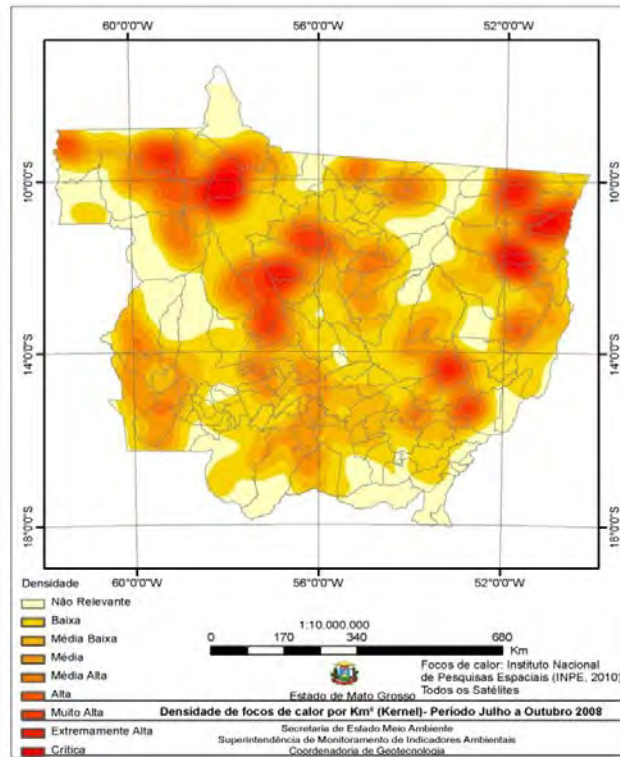


Figura 2 - Mapa da identificação das áreas críticas de queimadas em 2008

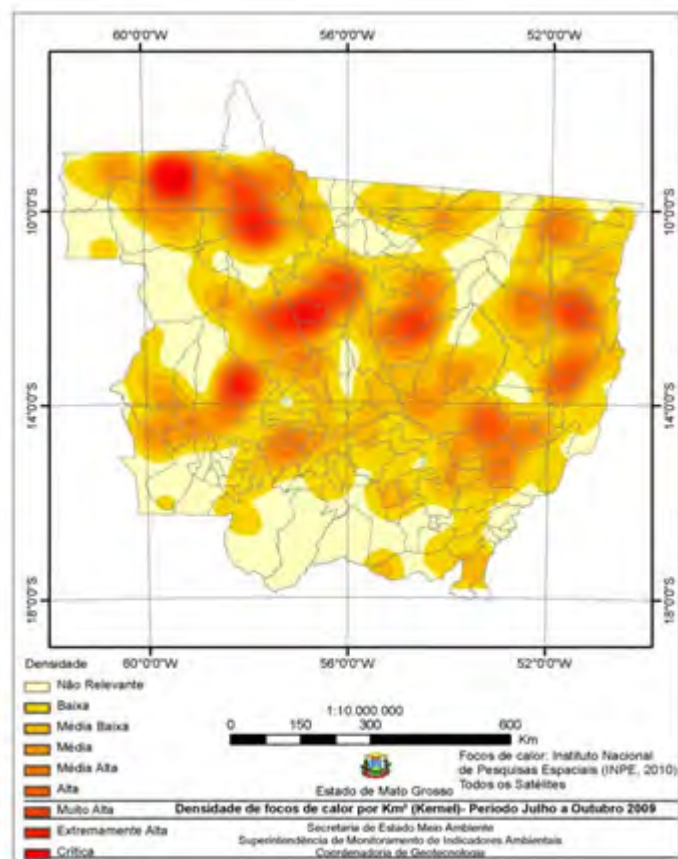


Figura 3 - Mapa da identificação das áreas críticas de queimadas em 2009



Estado de Mato Grosso

- As queimadas ocorridas em Unidades de Conservação em 2009 totalizaram 7.815 ha, sendo que somente na APA do pontal dos rios Itiquira e Correntes foram queimados 5.274,56 ha, conforme Figura 4.

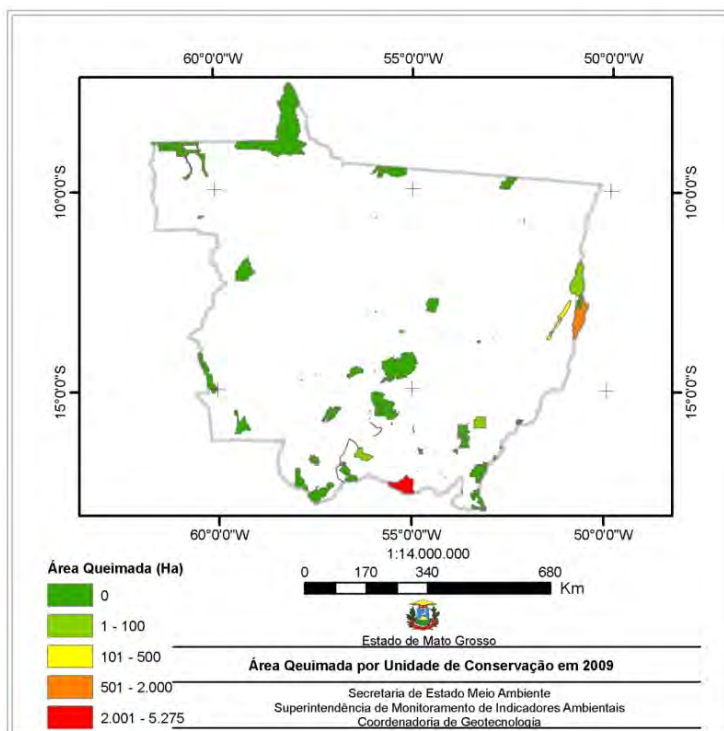


Figura 4 – Área queimada em Unidades de Conservação em 2009

- Em 2009 295.351,48 hectares foram queimados em Terras Indígenas durante o período proibitivo daquele ano, sendo 84.090,23 ha queimados na terra indígena Paresi e 69.555,25 há na terra indígena Pimenta Barbosa, conforme Figura 17.

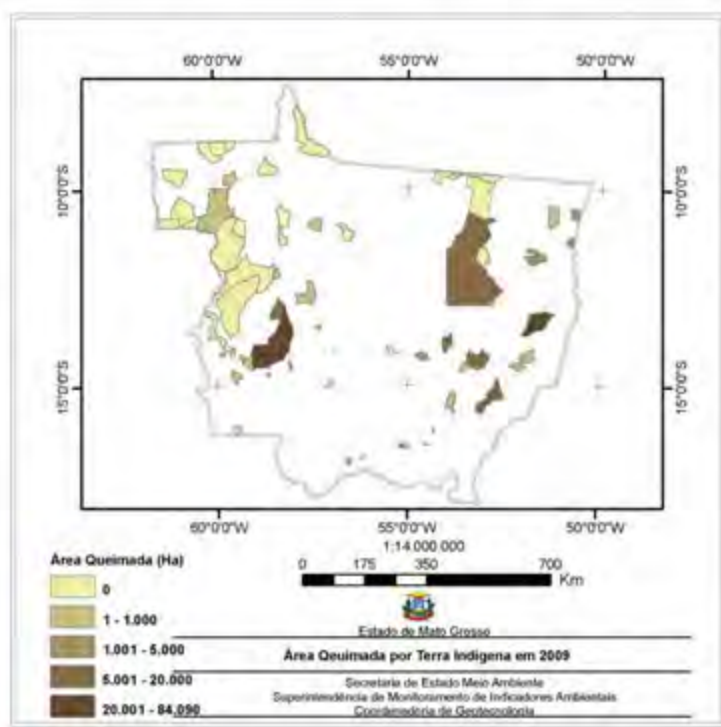


Figura 5 – Área queimada em Terras Indígenas em 2009.



Estado de Mato Grosso

- Como em 2008, em 2009 o Cerrado foi o Bioma onde se constatou a maior área queimada, 77,34% do total da área queimada em 2009, na Amazônia 21,47% e no pantanal 1,16%.

- No monitoramento de 2009 foi constatado que do total da área queimada no Estado, em terras indígenas foram queimados 56,4%, 11,20% em propriedades cadastradas na SEMA, 10,75% em Assentamentos, 2,49% em áreas de reserva legal, 1,50% em Unidades de Conservação e 17,31% em outros locais que não estão inseridos na base da SEMA.

- As atividades de monitoramento do desmatamento realizadas pela coordenadoria envolveram a produção de 05 relatórios de avaliação dos dados do desmatamento em floresta disponibilizados pelo SAD, DETER e PRODES, por meio do cruzamento dos polígonos do desmate com a base de dados da SEMA, gerando informações sobre os desmatamentos ocorridos em Terras Indígenas, Unidades de Conservação, assentamentos, propriedades licenciadas/cadastradas e para as demais áreas florestais do estado. Também foram auditados 32.206 polígonos de desmate de corte raso e 13.661 polígonos de degradação florestal progressiva relativa à Dinâmica do Desmatamento produzida para os anos de 2008 e 2009.

- A coordenadoria elaborou e publicou no ano de 2010 os Relatórios de Monitoramento dos Focos de Calor, 2008 e 2009 e o de Monitoramento das Áreas Queimadas, 2008 e 2009, no âmbito da "Coleção de Monitoramento Ambiental".

- O monitoramento de focos de calor gerou 100 relatórios diários no período de 08 de julho a 15 de outubro para subsidiar a atuação de diferentes órgãos no âmbito do Comitê de Gestão do Fogo, em especial das Superintendências de Fiscalização e Educação Ambiental da SEMA.

- **2011:**

- No ano de 2011 foram mapeadas as áreas atingidas por queimadas, onde os dados preliminares apontam uma área queimada de 221.932,95 hectares, ainda estão sendo processadas as imagens referentes aos meses setembro/outubro, e em breve estará disponível o quantitativo de área mapeada em Relatório de Queimadas de 2011 no site da SEMA.

- **Fiscalização**

- **2009:**

- De janeiro a novembro de 2009 foram realizadas ações de **fiscalização de desmatamento** que resultaram na emissão de 842 autos de infração, tendo sido fiscalizados 55.400,3756 hectares de *áreas desmatadas em reservas legais*, 78.770,3891 hectares de *áreas passíveis de exploração* e 11.347,3147 hectares de áreas desmatadas em *áreas de preservação permanente*, resultando na aplicação de R\$ 363.388.005,41 em multas.

- No mesmo período foram emitidos 79 autos de infração referentes à *exploração seletiva* de 90.261,551 m³ de madeira, em área total de 18.817,6947 hectares, sem autorização da SEMA, totalizando R\$49.616.096,34 em multas. Foram emitidos ainda 444 autos de infração por irregularidades relativas à apresentação do licenciamento ambiental único (LAU), que totalizaram R\$ 75.354.010,99 em multas.

- Durante os primeiros onze meses de 2009 foram emitidos 355 autos de infração, referentes à **fiscalização de queimadas** de 115.496,6287 hectares de área queimada, sendo 46.473,0657 hectares em áreas agropastoris, 22.500,7406 hectares em áreas passíveis de exploração, 12.501,58 hectares em áreas de preservação permanente, 27.071,7888 hectares em áreas de vegetação nativa e 6.949,4536 hectares em áreas de reserva legal, resultando na aplicação de R\$ 442.867.452,45 em multas.

- De janeiro à novembro de 2009 foram realizadas ações de **fiscalização produtos e subprodutos da floresta**, em caminhões que resultaram na emissão de 100 autos de infração, referentes à apreensão de 3.260,7947 m³ de madeira, totalizando R\$ 907.102,37 em multas. No mesmo período, em ações de fiscalização realizadas em madeiras, foram emitidos 156 autos de infração, referentes à apreensão de 21.564,5373 m³ de madeira, resultando na aplicação de R\$6.340.411,58 em multas.

- **2010:**

- Durante o ano de 2010 foram realizadas ações de **fiscalização de desmatamento** que resultaram na emissão de 270 autos de infração, tendo sido fiscalizados 43.315,6097 hectares de *áreas desmatadas*, resultando na aplicação de R\$ 112.956.136,85 em multas.

- Foram emitidos 408 autos de infração, referentes à **fiscalização de queimadas** de 1.475.904,2458 hectares de área queimada, resultando na aplicação de R\$ 8.194.037.778,00 em multas.



- No mesmo período foram emitidos 79 autos de infração referentes à **exploração seletiva de madeira** em área total de 13.992,1188 hectares, sem autorização da SEMA, totalizando R\$45.370.328,50 em multas.

- Foram realizadas ações de **fiscalização produtos e subprodutos da floresta**, em caminhões que resultaram na emissão de 238 autos de infração, referentes à apreensão de 8.941,9015 m³ de madeira, totalizando R\$ 3.488.947,49 em multas.

- **2011:**

- Durante o ano de 2011 foram realizadas ações de **fiscalização de desmatamento** que resultaram na emissão de 239 autos de infração, tendo sido fiscalizados 38.816,4831 hectares de áreas desmatadas, resultando na aplicação de R\$ 64.908.367,63 em multas.

- Foram emitidos 336 autos de infração, referentes à **fiscalização de queimadas** de 814.488,2037 hectares de área queimada, resultando na aplicação de R\$ 4.501.930.944,35 em multas.

- No mesmo período foram emitidos 23 autos de infração referentes à **exploração seletiva de madeira** em área total de 7.519,0452 hectares, sem autorização da SEMA, totalizando R\$ 10.141.625,58 em multas.

- Foram realizadas ações de **fiscalização produtos e subprodutos da floresta**, em caminhões que resultaram na emissão de 109 autos de infração, totalizando R\$ 794.231,72 em multas referentes a transporte ilegal de madeira.

- **Recuperação de Áreas Degradadas**

- **2009:**

- Identificação, mapeamento e quantificação das matas ciliares e áreas de reserva legal degradadas para todo o estado e daquelas degradadas por mineração nos municípios de Nova Marilândia e Poconé e por erosão em Araputanga e Reserva do Cabaçal. Para avaliação das áreas degradadas por mineração e por erosão foram adquiridas imagens de alta resolução, que possibilitam análises precisas da extensão da degradação e conseqüentemente na definição das alternativas mais adequadas à sua recuperação.

- Desenvolvimento dos projetos de recuperação de áreas degradadas por mineração, em Nova Marilândia, e de mata ciliar, em Campos de Júlio. O primeiro é de grande importância por servir de referência na recuperação de áreas de garimpo e o segundo pela demonstração da possibilidade de recuperação de propriedades rurais com técnicas de baixo custo.

- Implementação da primeira fase do SIGAD-MT, um sistema que possibilitará aos técnicos da SEMA-MT. A realização de uma melhor gestão das áreas degradadas no estado.

- **2010:**

- Vistoria no Parque Beripoconé - Poconé/MT, com reunião realizada com secretários municipais e comunidade sobre o encerramento do projeto-piloto do Parque Beripoconé
- Realizada vistoria de acompanhamento de ações de recuperação da mina Olho d'Água, pelo Convênio SEMA/Prefeitura de Chapada dos Guimarães
- Realizada vistoria em áreas degradadas em usina de álcool para verificar a situação atual das ações de recuperação das áreas degradadas na Usina Araguaia
- Vistoria em materiais oriundos do estádio Verdão para verificar a possibilidade dos materiais serem utilizados na recuperação de áreas degradadas dentro dos parques estaduais urbanos
- Vistoria em áreas degradadas dentro de parque urbano para verificar a possibilidade do uso dos materiais oriundos do Verdão na recuperação de áreas degradadas no Parque Massairo Okamura
- Elaborado artigo referente a recuperação das áreas degradadas nas Unidades de Conservação para posterior publicação
- Visita técnica a campo para verificação das áreas degradadas dos afluentes do rio Coxipó para definição da área a recuperar



Estado de Mato Grosso

- Levantamento de informações para serviços de recuperação do Parque Estadual do Massairo Okamura
- Contenção de voçorocas em Acorizal e no Parque Estadual Massairo Okamura em Cuiabá com apoio da EMPAER
- Identificação e avaliação das áreas degradadas no Parque Estadual Dom Osório Stoffel
- Relatório de campo sobre voçoroca na área urbana de Comodoro
- Erradicação de Leucena em Cuiabá
- Restauração da vegetação da APP de afluentes do Rio Cuiabá
- **2011:**

- Realização de discussões e pesquisa para definição de critérios para seleção das áreas prioritárias para recuperação;
- Modelo para definição de priorização de áreas degradadas a serem recuperadas;
- Mapa das áreas degradadas prioritárias para recuperação em Mato Grosso;
- Levantamento dos atores sociais envolvidos com a recuperação de áreas degradadas em Mato Grosso;
- Levantamento de informações para produção de evento para divulgação de métodos de recuperação de áreas degradadas em Mato Grosso;
- Elaboração de pré-projeto de Recuperação de Áreas Degradadas no município de Cuiabá para o Ministério Público;
- Cálculo das áreas de Área de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - AR degradadas por município;
- Realização do Simpósio de Técnicas de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Discussão de normativa para a regulamentação da recuperação de áreas degradadas;
- Elaboração do Projeto de Recuperação de Área Degradada no município de Carlinda (área pública – domínio da prefeitura);
- Elaboração do Plano de erradicação, controle, monitoramento e revegetação de áreas ocupadas por leucena no Parque Estadual Massairo Okamura;
- Elaboração do Plano de Recuperação de Área degradada na Pousada Penhasco no município de Chapada dos Guimarães;
- Análise de solicitação de autorização para utilização do capim vetiver para recuperação de erosão em Área de Preservação Permanente - APP do rio Cuiabá;
- Levantamento de custos para valorar custo de recuperação em áreas degradadas de Termos de Ajustamento de Conduta - TAC e TCC's de 18 processos;
- Implementação de projetos de recuperação área degradada (recuperação de voçorocas) nos municípios de Jangada e Acorizal;

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

“Democratização e aumento de eficiência da gestão pública do Estado e dos municípios e da excelência dos serviços públicos prestados à sociedade, com base na melhoria da estrutura do Estado e do controle sistemático dos recursos governamentais.”
As estratégias e indicadores são:

- 1- intensificação ao combate à corrupção nos serviços públicos
- 2- implantação do modelo de gestão apoiado na definição, consecução e avaliação de metas e indicadores;
- 3- profissionalização da gestão pública do Estado;
- 4- promoção da participação da sociedade na gestão pública e ampliação da transparência da gestão pública.



a) Equilíbrio fiscal – Relação entre o total da despesa orçamentária e o total da receita orçamentária realizadas no exercício.

Tabela I – Evolução da Relação entre Receita e despesa em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Índice	1,009	0,998	1,004	1,019	0,990	0,990	1,056	0,971	1,006

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)
Relatório resumido da execução orçamentária SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

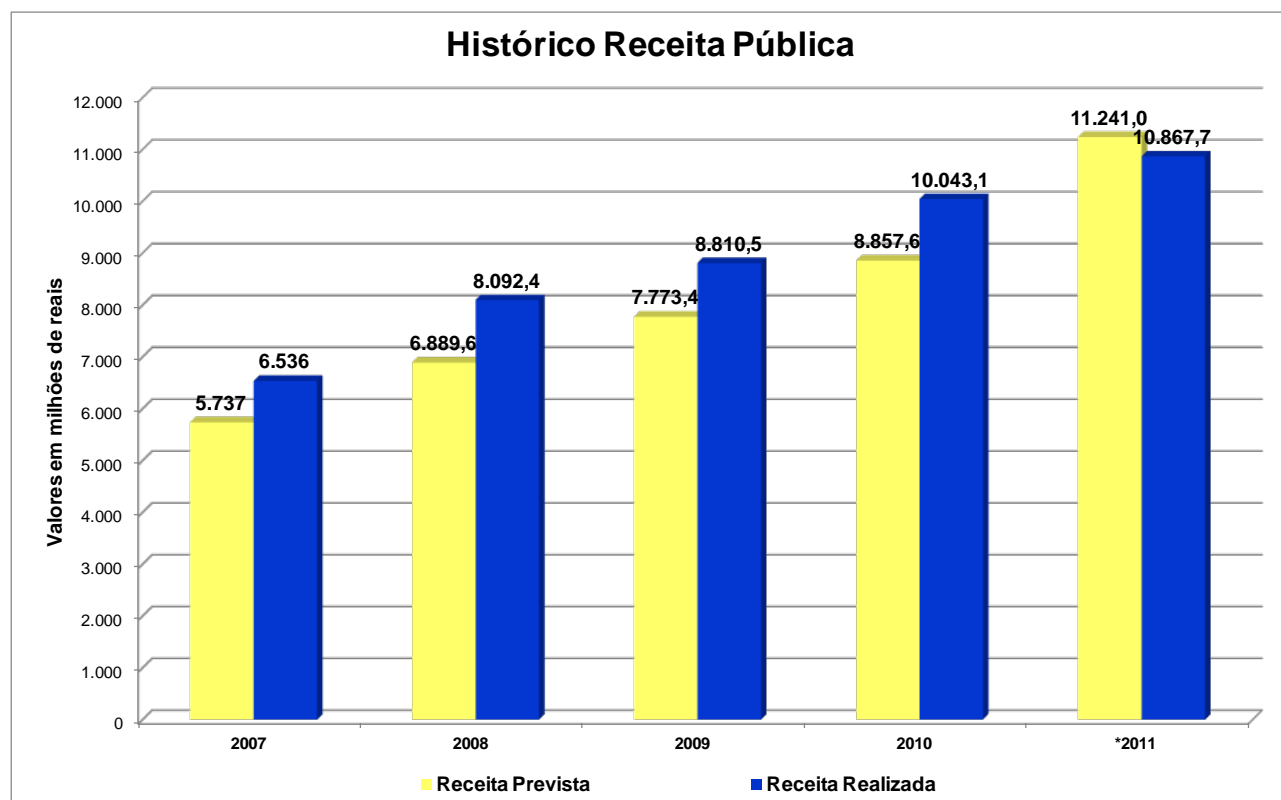
b) Eficácia tributária – Comparação entre o ICMS efetivo (realizado) no exercício e o estimado por setor ou cadeia produtiva com base no crescimento da sua produção/consumo/faturamento, a variação de preços pelo IGP – DI, a alíquota média, subtraindo as renúncias e créditos e a evasão estimada.

Tabela II - Evolução da Eficácia Tributária em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Eficácia Tributária	63,0%	64,0%	67,0%	69,7%	67,2%	68,8%	69,9%	82,2%	89,8%

Fonte: Análise da Receita Tributária – SARP/SEFAZ

* eficácia apurada do 5º bimestre 2011 (jan-out)





Estado de Mato Grosso

c) Previsão e realização de receita orçamentária (Receita total realizada/receita total orçada).

Tabela III – Evolução da realização da receita prevista em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Receita realizada	114,98%	114,54%	103,34%	91,01%	114,87%	117,43%	113,36%	113,41%	96,68%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

Sistema FIPLAN em 14/mar/2012

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

d) Resultado primário - Diferença entre o total da receita fiscal e da despesa fiscal (excluindo o serviço da dívida) em relação ao total da receita corrente líquida estadual.

Tabela IV – Evolução do Resultado Primário em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Resultado Primário	14,47%	13,57%	14,11%	10,15%	10,50%	12,68%	1,86%	10,16%	9,84%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

Relatório resumido da execução orçamentária SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

e) Juros líquidos da dívida pública estadual - Total da despesa com os juros da dívida pública (contratual e fundada) / total da receita corrente líquida estadual.

Tabela V – Evolução dos juros líquidos da dívida pública estadual em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Juros da dívida	7,84%	6,29%	7,41%	8,33%	7,87%	6,79%	7,32%	8,15%	5,69%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

Relatório resumido da execução orçamentária SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

f) Resultado nominal - Diferença entre o resultado primário e os juros da dívida/total da receita corrente líquida estadual. É o valor restante para amortização do principal da dívida, impedindo seu crescimento exponencial ao pagar apenas os juros.

Tabela VI – Evolução do Resultado nominal em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Resultado Nominal	6,63%	7,28%	6,70%	1,82%	10,16%	5,89%	-5,46%	2,01%	4,16%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

Relatório resumido da execução orçamentária SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.



Estado de Mato Grosso

g) Amortização do principal da dívida pública estadual - Relação entre o total da despesa com amortização do principal da dívida pública em todos os contratos e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela VII – Evolução dos gastos com amortização da dívida pública em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Gastos com amortização da dívida	7,65%	8,48%	8,70%	6,05%	5,44%	4,63%	5,42%	4,16%	7,25%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)
Relatório resumido da execução orçamentária SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

h) Resultado operacional – Relação ente o superávit gerado após o pagamento de todas as despesas financeiras e não-financeiras e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela VIII – Evolução do resultado operacional em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Resultado Operacional	1,45%	1,20%	1,99%	4,23%	15,71%	12,68%	1,86%	10,16%	9,84%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)
Relatório resumido da execução orçamentária SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

i) Despesas com pessoal – Relação entre o total da despesa com pessoal dos três poderes do Estado, incluindo servidores efetivos, comissionados, em estágio probatório, interinos, temporários, estagiários e terceirizados, inativos e pensionistas estaduais e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela IX – Evolução da relação entre as despesas de pessoal e a receita corrente líquida em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Despesas com pessoal	53,45%	47,12%	50,59%	54,43%	56,46%	45,10%	48,81%	49,69%	51,83%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)
Relatório de gestão fiscal SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

j) Serviço da dívida – Relação entre o valor total pago pelo Estado a título de juros, encargos e a amortização da dívida pública e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela X – Evolução dos serviços da dívida em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Serviço da dívida	15,62%	14,77%	16,11%	14,38%	13,30%	11,42%	12,73%	12,31%	12,93%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)
Sistema FIPLAN em 14/mar/2012

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.



Estado de Mato Grosso

k) Montante da dívida fundada - Relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a Receita Corrente Líquida anual, que deve situar-se em 2 segundo a resolução 40 de 09/04/2001 do Senado federal. Os valores apresentados aqui se referem à dívida fundada ou contratual nos respectivos anos.

Tabela XI – Evolução da dívida fundada em Mato Grosso

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Dívida fundada	2,15	1,56	1,34	1,00	0,74	0,70	0,68	0,51	0,42

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

Relatório de gestão fiscal SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

l) Renúncia fiscal estimada - total de receita de ICMS que o Estado deixa de recolher pela concessão de incentivos a setores específicos da economia ou cadeias produtivas (programas de incentivo, crédito outorgado, isenções, alíquota zero, crédito presumido, redução da base de cálculo) como instrumento de política econômica.

Tabela XII – Evolução da renúncia fiscal em Mato Grosso (milhões de Reais)

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Renúncia fiscal	738	885	863	746	685	1.083	1.138	1.012	962

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

* renúncia fiscal LOA 2011.

m) Participação da renúncia fiscal receita tributária estadual – Relação entre o total de renúncia fiscal pelos incentivos concedidos por setor e o total da receita de ICMS estadual.

Tabela XIII – Evolução da relação entre a renúncia fiscal e a receita de ICMS em Mato Grosso.

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Relação entre renúncia e receita de ICMS	31,00%	35,00%	26,00%	23,00%	20,42%	30,51%	26,62%	22,43%	17,03%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

Relatório de gestão fiscal SEFAZ

* renúncia fiscal LOA 2011.

n) Autonomia tributária do Estado - Relação receita tributária do Estado e o total da receita estadual.

Tabela XIV – Evolução da autonomia tributária em Mato Grosso.

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Autonomia Tributária	65,84%	66,63%	63,94%	63,20%	57,99%	55,12%	58,77%	51,70%	52,60%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

Relatório de gestão fiscal SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

o) Despesa de investimento – Relação entre as despesas de investimento e a receita corrente líquida.

**Tabela XV - Evolução da relação entre os investimentos e a receita corrente líquida em Mato Grosso (valores correntes em milhões e reais).**

Ano / Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	*2011
Investimentos	311	484	605	546	567	845	1.172	805	781
Receita Corrente Líquida	2.274	2.831	3.407	3.746	4.882	6.182	6.467	7.100	7.820
Percentual de Participação	13,68%	17,10%	17,76%	14,58%	11,61%	13,67%	18,12%	11,34%	9,99%

Fonte: Balanço Geral do Estado (2003-2010)

Relatório de gestão fiscal SEFAZ

* Valores não consolidados sujeitos a alteração.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

“Ampliação da infra-estrutura econômica e da competitividade da economia mato-grossense”, com as seguintes estratégias e indicadores:

- 1- expansão e recuperação da malha rodoviária do Estado (Estradeiro);
- 2- articulação com o governo federal para a recuperação e ampliação do sistema multimodal de transportes;
- 3- articulação com o governo federal para o aumento da produção e distribuição de energia elétrica;
- 4- estímulo à diversificação das fontes de energia;

O programa estadual de construção e manutenção de estradas, o “ESTRADEIRO”, em 2010, executou 1.204,41 km em obras de estradas pavimentadas. Deste total 145,52 km foram de asfalto novo em rodovias estaduais e 120,03 km de pavimentação urbana. O número inclui também os 938,86 km de conservação e restauração de estradas pavimentadas.

Pavimentação de Rodovias

ITEM	EM 2010	*ACUM/03/10
PAVIMENTAÇÃO COM RECURSOS SÓ SINFRA	103,30 Km	1.307,58 Km
PAVIMENTAÇÃO EM PARCERIA COM ASSOCIAÇÕES	42,22 Km	1.742,21 Km
PAVIMENTAÇÃO URBANA	120,03 Km	1.550,94 Km
TOTAIS	265,55 Km	4.600,83 Km

Fonte: SINFRA/MT

*Acumulado a partir de 2003.

Conservação e Restauração de Rodovias Pavimentadas

ITEM	EM 2010	*ACUM/03/10
CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	814,50 Km	5.752,20 Km
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	124,36 Km	1.339,97 Km
RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA	17,75 Km	781,85 Km

Fonte: SINFRA/MT

*Acumulado a partir de 2003.



Estado de Mato Grosso

Conservação e Restauração de Rodovias não Pavimentadas

ITEM	EM 2010	*ACUM/03/10
PATROLAMENTO SINFRA	5.370,40 Km	123.496,87 Km
PATROLAMENTO SINFRA/CONSÓRCIOS	12.577,12 Km	37.444,45 Km
TOTAIS DE PATROLAMENTO	17.947,52 Km	160.941,32 Km
REVESTIMENTO PRIMÁRIO SINFRA	1.074,00 Km	18.668,74 Km
REVESTIMENTO PRIMÁRIO SINFRA/CONSÓRCIOS	1.270,32 Km	11.619,07 Km
TOTAIS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO	2.344,32 Km	30.287,72 Km

Fonte: SINFRA/MT

*Acumulado a partir de 2003.

Foram ainda realizadas, em 2010, obras especiais, sendo, 265 m em pontes de concreto, 5.042,90 m em pontes de madeiras em reforma e 3.564,00 m construção e reconstrução de pontes de madeira.

Reforma, Construção e Reconstrução de Pontes de Madeira e Pontes de Concreto

ITEM	EM 2010	*ACUM/03/10
REFORMA DE PONTES DE MADEIRA	5.042,90 M	32.516,64 Km
CONSTR. E RECONSTR. DE PONTES DE MADEIRA	3.564,00 M	32.512,80 Km
PONTES DE CONCRETO	265,00 M ²	3.915,00 Km

Fonte: SINFRA/MT

*Acumulado a partir de 2003.

Para ajudar na realização dos serviços rodoviários em todo o Estado, foram adquiridos 147 motoniveladoras, 74 pás carregadeiras, 72 escavadeiras hidráulicas, 389 caminhões basculantes, 6 comboios de lubrificação, 26 cavalos mecânicos, 5 pranchas de transporte de equipamento, num total de 719 equipamentos. No período entre 2003 e 2010 o montante adquirido pelo Governo do Estado somou 1.739 equipamentos.

Aquisição de Equipamentos

EQUIPAMENTO	EM 2010	*ACUM/03/10
MOTONIVELADORA	147	361
PÁ CARREGADEIRA	74	182
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	72	172
CAMINHÃO BASCULANTE	389	913
CAMINHÃO COMBOIO DE LUBRIFICAÇÃO	6	31
CAVALO MECÂNICO	26	50
PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS	5	30
TOTAL DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	719	1.739

Fonte: SINFRA/MT

*Acumulado a partir de 2003.

Os Consórcios Rodoviários concluíram 42,22 km de asfalto novo em 2010. Com o número, a modalidade apresenta um total acumulado, entre os anos de 2003 e 2010, de 1.742,21 km de asfalto.

O Governo do Estado faz parceria com os produtores rurais para a pavimentação de rodovias. Desta maneira, valores e responsabilidades são divididas entre as partes.



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

“Redução da vulnerabilidade externa da economia com o declínio da participação das exportações de produtos “in natura” na economia estadual (percentual do PIB) e ampliação da participação de bens manufaturados na pauta de exportação mato-grossense”.

As estratégias e indicadores são:

1. Consolidação das exportações dos produtos do agronegócio mato-grossense;
2. Promoção da exportação de produtos diversificados e de valor agregado

As exportações do Estado de Mato Grosso em 2011 cresceram 31,3% quando comparado com o ano anterior. Neste período passou de US\$ 8.451 milhões para US\$ 11.099 milhões. A participação nas exportações brasileiras passou de 4,19% em 2010 para 4,33% neste ano (tabela I). Esse crescimento porém, foi obtido em consequência da elevação do valor da tonelada exportada, face a recuperação dos preços das commodities agrícolas. O valor da tonelada passou de US\$ 396,50 em 2010 para US\$ 521,29 em 2011, superior ao valor de 2008 (US\$ 479,62) até então o maior valor observado. Entretanto, a análise da quantidade física exportada demonstra que houve uma redução de 0,12% no total exportado – 21.315 mil toneladas em 2010 para 21.288 mil toneladas em 2011 (tabela V).

Em 2009, as exportações corresponderam a 29,4% do Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso (R\$ 57.294 milhões), superiores aos 27% referentes a 2008. Para 2010, com base na estimativa de R\$ 60.348 milhões para o PIB, as exportações apresentaram uma redução para 24,6% na participação. Em 2011, a participação foi equivalente a 28,6%, considerando a estimativa de R\$ 64.897 milhões para o mesmo ano (tabela II). Esse aumento na participação em 2011 foi em decorrência da elevação no valor da tonelada exportada (tabela V), que compensou a desvalorização do dólar observado no período.

O valor da tonelada exportada em 2011 repercutiu também na análise da exportação per capita do Estado. O ano de 2011 renovou o recorde per capita de Mato Grosso, apresentando o valor de US\$ 3.608,43, superior em 29,5% o apresentado em 2010 (US\$ 2.785,55) (tabela III).

O ano de 2011 confirmou a trajetória ascendente nos últimos anos da participação das exportações de produtos primários no total exportado do Estado. Neste ano, os produtos primários representaram 92,26% contra 91,20% no ano anterior. As exportações primárias brasileiras também registraram aumento na participação, partindo de 44,58% em 2010 para 47,83% em 2011 (tabela IV).

A evolução do valor da tonelada exportada demonstra que no período de 2001 a 2011, seu valor elevou-se em 146%, enquanto que, no mesmo período, a quantidade física exportada variou em 224% e o valor total das exportações em 695% (tabela V).

- a) Participação do valor exportado por MT no total exportado pelo Brasil

Tabela I - Evolução do valor exportado no Brasil e em Mato Grosso.

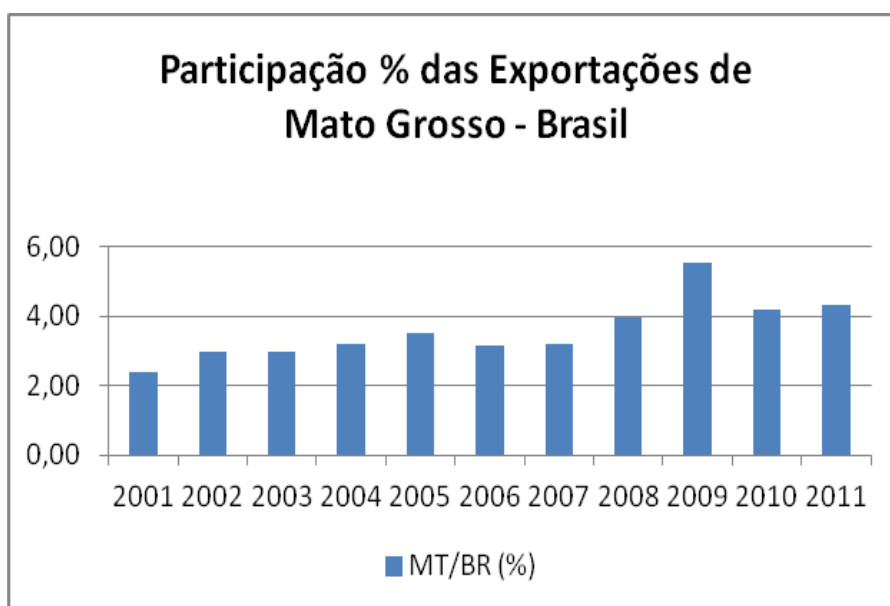
Ano	Brasil (US\$ milhões)	Mato Grosso (US\$ milhões)	MT/BR (%)
2001	58.287	1.396	2,39
2002	60.439	1.796	2,97
2003	73.203	2.186	2,99
2004	96.677	3.102	3,21
2005	118.529	4.152	3,50
2006	137.807	4.333	3,14



Estado de Mato Grosso

Ano	Brasil (US\$ milhões)	Mato Grosso (US\$ milhões)	MT/BR (%)
2007	160.649	5.131	3,19
2008	197.942	7.812	3,95
2009	152.995	8.495	5,55
2010	201.915	8.451	4,19
2011	256.040	11.099	4,33

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.



b) Participação das exportações no PIB estadual

Tabela II – Evolução da participação das exportações no PIB de Mato Grosso.

Ano	PIB a preços de mercado (R\$ milhões)	Exportações (R\$ milhões) ⁽¹⁾	Exportações/PIB (%)
2001	14.453	3283	22,72
2002	17.888	5263	29,42
2003	22.615	6715	29,69
2004	27.935	9075	32,49
2005	37.466	7288	19,45
2006	35.258	7604	21,57
2007	42.687	9005	21,09
2008	53.023	14330	27,03
2009	57.294	16825	29,38
2010	60348 ⁽²⁾	14869	24,64
2011	64897 ⁽²⁾	18591	28,65

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: 1 - valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano.

2 - valores estimados com base na receita de ICMS.



Estado de Mato Grosso

c) Exportações per capita.

Tabela III – Evolução das exportações per capita em Mato Grosso (US\$/Hab).

Ano	População (mil)	Exportação (US\$ mil)	US\$/Hab
2001	2.561	1.395.758	545,10
2002	2.605	1.795.792	689,40
2003	2.651	2.186.158	824,60
2004	2.759	3.101.887	1124,20
2005	2.803	4.151.611	1481,00
2006	2.857	4.333.376	1516,80
2007	2.960	5.130.866	1733,40
2008	3.010	7.812.295	2595,40
2009	3.085	8.495.148	2753,00
2010	3.034	8.451.372	2785,55
2011	3.076	11.099.523	3608,43

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

d) Participação dos produtos básicos nas exportações.

Tabela IV - Participação dos produtos básicos nas exportações no Brasil e no Estado de Mato Grosso - 2001-2011.

ANOS	Brasil (em milhões)		Participação % dos Produtos Básicos - Brasil	Mato Grosso (em milhões)		Participação % dos Produtos Básicos - Mato Grosso
	Total das Exportações FOB (US\$)	Exportação de Produtos Básicos FOB (US\$)		Total das Exportações FOB (US\$)	Exportação de Produtos Básicos FOB (US\$)	
2001	58.287	15.349	26,33%	1.396	1.223	87,62%
2002	60.439	16.959	28,06%	1.796	1.536	85,51%
2003	73.203	21.186	28,94%	2.186	1.817	83,13%
2004	96.677	28.529	29,51%	3.102	2.562	82,58%
2005	118.529	34.724	29,30%	4.152	3.478	83,77%
2006	137.807	40.281	29,23%	4.333	3.710	85,62%
2007	160.649	51.596	32,12%	5.131	4.382	85,41%
2008	197.942	73.028	36,89%	7.812	6.893	88,23%
2009	152.995	61.957	40,50%	8.495	7.712	90,78%
2010	201.915	90.147	44,58%	8.451	7.707	91,20%
2011	256.040	122.457	47,83%	11.099	10.240	92,26%

Fonte: MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - acessado em Fev/2012.

Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.



Estado de Mato Grosso



e) Evolução da quantidade física e do valor da tonelada exportada.

Tabela V - Evolução do valor da tonelada exportada no Estado de Mato Grosso - 2001-2011.

ANOS	Brasil (em milhões)		Valor da tonelada exportada (US\$)
	Total das Exportações FOB (US\$)	Peso Líquido (toneladas)	
2001	1.395.758.000,00	6.575.574,54	212,26
2002	1.795.791.839,00	8.363.117,88	214,73
2003	2.186.158.358,00	8.752.223,27	249,78
2004	3.101.886.595,00	10.144.953,93	305,76
2005	4.151.610.987,00	14.891.586,62	278,79
2006	4.333.467.995,00	14.632.434,87	296,15
2007	5.130.866.400,00	14.930.769,10	343,64
2008	7.812.295.143,00	16.288.465,64	479,62
2009	8.426.868.709,00	20.936.310,19	402,50
2010	8.451.371.836,00	21.314.953,53	396,50
2011	11.097.467.653,00	21.288.375,42	521,29

Fonte: MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - acessado em Fev/2012.

Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

“Diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas com ampliação da participação da indústria na economia estadual”. As estratégias e indicadores são:

Indústria e comércio

- 1- estímulo ao beneficiamento da produção de grãos com agregação de valor;
- 2- estímulo do beneficiamento da produção agroflorestal com agregação de valor;
- 3- estímulo ao beneficiamento da produção da pecuária de corte com agregação de valor, destacando a instalação de frigoríficos para a produção de carnes especiais e embutidos e de planta industrial para curtumes, artefatos de couro e calçados, e carcaças, inclusive de pescado;

Agricultura



Estado de Mato Grosso

1. Verticalização das atividades do agronegócio empresarial e familiar;
2. Regularização fundiária com titulação das terras no Estado;
3. Fortalecimento da agricultura familiar e da pequena agroindústria.

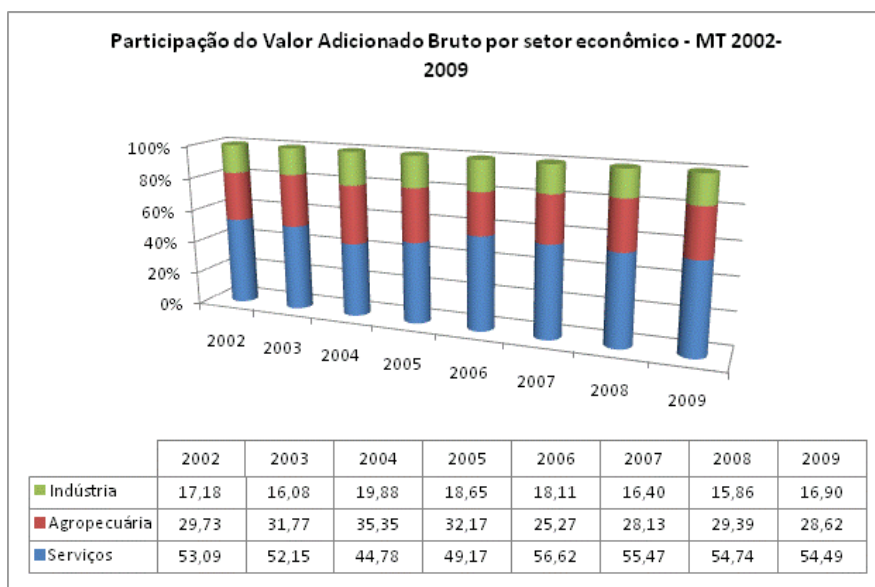
Analisando a participação do valor adicionado por setor econômico do Estado de Mato Grosso, verificou-se que houve pouca alteração no período de 2002 a 2009. O setor terciário (serviços) passou de 53,09% em 2002 para 54,5% em 2009, enquanto que o primário (agropecuária) recuou de 29,73% para 28,62% e o secundário (indústria) de 17,18% para 16,90% em igual período. No ano de 2009, a maior participação dentre as atividades econômicas foi da Agricultura com 22,18%, seguido pelo Comércio com 16,81% e pela Administração Pública com 13,75%. De 2008 a 2009, a Indústria de Transformação com 10,9% teve o maior crescimento relativo, seguida pela Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto 9,44%, Transportes 7,63% e Pecuária com 7,29%. A atividade Alojamento e Alimentação perdeu 7,13% de participação relativa, a Agricultura -5,20% e o Comércio -4,84%.

Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto do Estado de Mato Grosso a Preço Básico 2002 a 2009

Atividades Econômicas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	21,63	24,88	29,67	26,16	18,33	22,18	23,40	22,18
Pecuária e pesca	8,11	6,89	5,68	6,01	6,94	5,94	5,99	6,43
Indústria extrativa mineral	0,21	0,23	0,28	0,17	0,24	0,14	0,15	0,15
Indústria de transformação	9,66	9,01	11,06	10,28	9,17	8,19	7,99	8,86
Construção	4,97	3,92	5,46	4,85	5,36	4,68	4,75	4,63
Prod.e distrib. de Eletric. e gás, água, esgoto e limp. urbana	2,34	2,93	3,07	3,35	3,34	3,40	2,98	3,26
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,96	15,42	13,73	14,04	13,40	14,57	17,66	16,81
Serviços de alojamento e alimentação	1,14	0,98	1,08	1,25	1,39	1,47	1,37	1,27
Transportes, armazenagem e correio	3,22	2,77	2,54	2,45	3,57	3,98	3,57	3,84
Serviços de informação	2,15	2,32	2,07	2,28	2,39	2,11	1,73	1,85
Interm. Finan., seguros e previdência complementar	4,79	3,87	3,02	3,60	4,34	4,06	3,28	3,32
Serviços prestados às famílias e associativos	1,49	1,46	1,19	1,21	1,57	1,33	1,24	1,28
Serviços prestados às empresas	2,16	2,11	1,23	1,48	1,96	1,80	1,95	1,89
Atividades imobiliárias e aluguel	10,41	8,57	7,37	7,92	9,16	8,55	7,64	7,48
Administração, saúde e educação públicas	14,38	12,59	10,51	12,19	15,22	14,33	13,50	13,75
Saúde e educação mercantis	1,33	1,17	1,16	1,83	2,54	2,30	1,97	2,09
Serviços domésticos	1,07	0,89	0,87	0,91	1,08	0,97	0,83	0,91

Fonte: CONAC/DPE/IBGE.

Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.





Estado de Mato Grosso

BALANÇO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM MATO GROSSO

O Governo do Estado de Mato Grosso, em continuidade com a implementação do Plano de Ação para aperfeiçoamento da gestão dos incentivos/renúncias fiscais, apresenta os resultados da execução dos Programas de Incentivos Fiscais, com informações sobre a execução da renúncia fiscal e ainda, a avaliação dos indicadores e resultados desses Programas.

As Secretarias de Estado responsáveis por incentivos fiscais estão aperfeiçoando sua gestão, de forma integrada com as Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento, que somada com outras medidas em execução, possibilitam de forma permanente e sistemática o controle e avaliação dos incentivos/renúncias fiscais, e ainda, a disponibilização de todas as informações aos órgãos de controle. Assim, buscamos cada vez mais a transparência e a efetividade na aplicação dos recursos públicos estaduais.

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - SICME

258 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL

ANEXO I INVESTIMENTO DAS EMPRESAS POR PROGRAMA E CONSOLIDADO - ANO 2011

PROGRAMAS - ANO 2010	Nº DE NOVAS EMPRESAS	VALOR DO INVESTIMENTO (R\$)	NOVOS EMPREGOS GERADOS	
			DIRETOS	INDIRETOS
PROARROZ - Indústria	0	0,00	0	0
PROCAFÉ - Indústria	0	0,00	0	0
PROLEITE - Indústria	0	0,00	0	0
PROMINERAÇÃO	0	0,00	0	0
PRODEIC	48	364.920.458,34	3.036	9.197
PRODEI	0	0,00	0	0
PORTO SECO	103	0,00	0	0
TOTAL	151	364.920.458,34	3.036	9.197

Data Base: Dezembro/2011



Estado de Mato Grosso

ANEXO II BENEFÍCIOS SOCIAIS: GERAÇÃO DE EMPREGOS E NÚMERO DE EMPRESAS

PROGRAMAS ANO 2009	SALDO DE EMPRESAS EM DEZ/2010	NOVAS EMPRESAS EM 2011	EMPRESAS SUSPENSAS/DESCRED. (2011)	RETORNO AO PROGRAMA (2011)	TOTAL DE EMPRESAS DE 2002 A 2011	Nº EMPREGOS GERADOS 2002 A 2011		NOVOS EMPREGOS GERADOS ANO 2011	
						DIRETOS	INDIRETOS	DIRETOS	INDIRETOS
PROARROZ - Indústria	9	0	3	0	6	75	225	0	0
PROCAFÉ - Indústria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PROLEITE - Indústria	8	0	6	0	2	21	63	0	0
PROMINERAÇÃO	7	0	0	0	7	229	687	0	0
PRODEIC	257	48	20	4	289	28.490	88.877	3.109	9.202
PRODEI	4	0	0	0	4	390	1.170	0	0
PORTO SECO	381	103	0	0	484	0	0	0	0
TOTAL	666	151	29	4	792	29.205	91.022	3.109	9.202

Data Base: Dezembro/2011

ANEXO III RELATÓRIO 2011 - ICMS E BALANÇO

RESUMO DO ICMS NORMAL, INCENTIVADO E RECOLHIDO - ANO 2011

PROGRAMAS ANO 2011	ICMS NORMAL	ICMS INCENTIVADO	ICMS RECOLHIDO	FUNDEIC REC.	FUNDED REC.	TAXA ADM. PRODEI	AMORTIZAÇÃO PRODEI	EMPREGOS DIRETOS (2002 A 2011)	EMPREGOS INDIRETOS (2002 A 2011)	NOVOS EMP. DIRETOS (2011)	NOVOS EMP. IND. (2011)
PROARROZ - Indústria	1.324.454,82	967.048,05	357.406,77	48.352,43	0,00	0,00	0,00	75	225	0	0
PROCAFÉ - Indústria	1.217.231,08	1.034.646,42	182.584,66	51.732,32	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
PROLEITE - Indústria	2.996.467,35	2.562.846,71	433.620,64	130.130,95	0,00	0,00	0,00	21	63	0	0
PROMINERAÇÃO	3.611.852,92	2.531.296,98	1.080.555,94	134.235,27	0,00	0,00	0,00	229	687	0	0
PRODEIC	868.028.134,04	600.909.564,55	165.761.577,82	18.554.755,11	4.624.809,33	0,00	0,00	28.490	88.877	3.036	9.197
PRODEI	4.296.988,67	2.638.416,69	1.658.571,98	131.920,83	158.305,00	6.492.729,28	15.724.853,87	390	1.170	0	0



Estado de Mato Grosso

* PORTO SECO	35.321.082,84	15.161.127,06	12.062.392,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ESTIMATIVAS	0,00	0,00	138.310.973,19	6.988.429,17	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
TOTAL	916.796.211,72	625.804.946,46	319.847.683,03	26.039.556,08	4.783.114,33	6.492.729,28	15.724.853,87	29.205	91.022	3.036	9.197

Data Base: Dezembro/2011

* As empresas credenciadas no Porto Seco não recolhem Fundeic e Funded

ANEXO IV - ANO 2011 - RESUMO

**CONSOLIDADO DO QUADRO DEMONSTRATIVO DO ICMS
(DII - Demonstrativo do ICMS Incentivado) COM RENÚNCIA FISCAL**

ICMS NORMAL - INCENTIVADO - FUNDEIC RECOLHIDO - FUNDED RECOLHIDO

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS EM 2010	Nº EMPRESAS SUSP / DESCRED.	NOVAS EMPRESAS	RETORNO EM 2011	Nº EMPRESAS EM 2011	ICMS		
						NORMAL	INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	RECOLHIDO
1. PROARROZ	9	3	0	0	6	1.324.454,82	967.048,05	357.406,77
2. PROCAFÉ	0	0	0	0	0	1.217.231,08	1.034.646,02	182.584,66
3. PROLEITE	8	6	0	0	2	2.996.467,35	2.562.846,71	433.620,64
4. PROMINERAÇÃO	7	0	0	0	7	3.611.852,92	2.531.296,98	1.080.555,94
5. PRODEIC	257	20	48	4	289	868.028.134,04	600.909.564,55	165.761.577,82
6.* PORTO SECO	381	0	103	0	484	35.321.082,84	15.161.127,06	12.062.392,03
7. PRODEI	4	0	0	0	4	4.296.988,67	2.638.416,69	1.658.571,98
SUB-TOTAL	666	29	151	4	792	916.796.211,72	625.804.946,06	181.536.709,84
8. REGIME DE ESTIMATIVA								138.310.973,19
8.1. Álcool e Açúcar								67.916.385,60
8.2. Água Mineral								2.820.455,30
8.3. Comércio								54.794.149,64
8.4. Frigoríficos								12.779.982,65
TOTAL	666	29	151	4	792	916.796.211,72	625.804.946,06	319.847.683,03

Fundeic retirado dos DII - Demonstrativos do ICMS Incentivado

* As empresas cadastradas no Porto Seco não recolhem o FUNDEIC

PROGRAMAS	FUNDEIC	FUNDEIC REC.	FUNDED	FUNDED REC.	AMORTIZAÇÃO PRODEI	TAXA ADM PRODEI	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2010 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2011
1. PROARROZ	48.352,41	48.352,43					722.735,10	133,80
2. PROCAFÉ	51.732,32	51.732,32					0,00	100,00



Estado de Mato Grosso

3. PROLEITE	128.142,35	130.130,95					3.913.579,62	65,49
4. PROMINERAÇÃO	126.564,84	134.235,17					1.063.661,53	237,98
5. PRODEIC	18.157.292,66	18.554.755,11	4.547.295,26	5.169.314,82			288.979.681,04	207,94
6.* PORTO SECO	0,00	0,00	0,00	0,00			3.346.233,02	453,08
7. PRODEI	131.920,83	131.920,83	158.305,00	158.305,00	15.725.853,87	6.492.729,28	3.661.296,11	72,06
SUB-TOTAL	18.644.005,41	19.051.126,81	4.705.600,26	5.327.619,82	15.725.853,87	6.492.729,28	301.687.186,42	207,44
8. REGIME DE ESTIMATIVA		6.988.429,17						
8.1. Alcool e Açúcar		3.500.937,51						
8.2. Água Mineral		148.293,75						
8.3. Comércio		2.883.949,43						
8.4. Frigoríficos		455.248,48						
TOTAL	18.644.005,41	26.039.555,98	4.705.600,26	5.327.619,82	15.725.853,87	6.492.729,28	301.687.186,42	207,44

Fundec retirado dos DII - Demonstrativos do ICMS Incentivado

* As empresas cadastradas no Porto Seco não recolhem o FUNDEIC

QUADRO I - QUANTITATIVO DE EMPRESAS BENEFICIADAS, EMPREGOS E INVESTIMENTOS - 2011

	PROGRAMAS	ICMS INCENTIVADO R\$	EMPRESAS BENEFICIADAS		EMPREGOS GERADOS		NOVOS INVESTIMENTOS R\$
			TOTAL	NOVAS	TOTAL	NOVOS	
1	PRODEIC	600.909.564,55	289	48	28.490	3.036	364.920.458,34
2	PRODEI	2.638.416,69	4	0	390	0	0,00
3	PROGRAMAS SETORIAIS	7.095.838,16	499	103	325	0	0,00
	PROCAFÉ - IND	1.034.646,42	0	0	0	0	0,00
	PROARROZ - IND	967.048,05	6	0	75	0	0,00
	PROLEITE - IND	2.562.846,71	2	0	21	0	0,00
	PROMINERAÇÃO	2.531.296,98	7	0	229	0	0,00
4	PORTO SECO	15.161.127,06	484	103	0	0	0,00
	TOTAL GERAL	625.804.946,46	1.276	254	29.205	3.036	364.920.458,34

Data Base: Dezembro/2011

QUADRO I-A - INDICADORES E METAS 2011
Portaria SICME nº 017/2011 de 06/12/2011

INDICADORES E METAS PARA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL – PRODEIC	METAS	
	PREVISTAS	REALIZADAS
	2011	2011
I. Indicador de Consumo de Energia Elétrica industrial do Estado:	9,50%	26,50%
II. Indicador de Produtividade Industrial:	133.000,00	160.732,14
III. Índice Benefício/Custo (IBC):	1,20	1,62
IV. Indicador de Aumento de Lucratividade Bruta:	30%	



INDICADORES E METAS PARA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL – PRODEIC	METAS	
	PREVISTAS	REALIZADAS
	2011	2011
V. Indicador de geração de emprego:	17,70%	9,03%
VI. Indicador de geração de renda:	33%	
VII. Indicador de Participação Industrial no Comercio Exterior do Estado:	45%	35%

JUSTIFICATIVAS:

- I. A meta foi superada acima do previsto
 II. A meta foi superada acima do previsto
 III. A meta foi superada acima do previsto
 IV. Este indicador foi prejudicado. Porque o SIGINF - Sistema Gerencial de Incentivos Fiscais está em fase final de desenvolvimento.
 V. A meta prevista foi superestimada. Mas, a geração de empregos das empresas que iniciaram o gozo dos benefícios em 2011 foi de 3.036, que teve uma geração de emprego indireto estimado em 9.108.
 VI. Este indicador foi prejudicado. Porque o SIGINF - Sistema Gerencial de Incentivos Fiscais está em fase final de desenvolvimento.
 VII. A meta foi prejudicada. O câmbio favoreceu mais os produtos importados do que os para exportação. O desaquecimento do mercado mundial em razão da crise mundial, e barreiras sanitárias, tarifárias e certificação de origem.

QUADRO II - VALORES PREVISTOS POR PROGRAMAS VERSUS REALIZADOS DA RENÚNCIA FISCAL - 2011

	DESCRIÇÃO DO SEGMENTO	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2011 R\$ (prevista na LOA 2010)	RENÚNCIA REALIZADA 2011 R\$	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL EM 2011
PROGRAMAS:	PROARROZ/Ind.	722.735,10	967.048,05	133,80%
	PROCAFÉ/Ind.	0,00	1.034.646,42	100,00%
	PROLEITE/Ind.	3.913.579,62	2.562.846,71	65,49%
	PROMINERAÇÃO	1.063.661,53	2.531.296,98	237,98%
	PRODEIC	288.979.681,04	600.909.564,55	207,94%
	PORTO SECO	3.346.233,02	15.161.127,06	453,08%
	PRODEI	3.661.296,11	2.638.416,69	72,06%
	TOTAL	301.687.186,42	625.804.946,46	207,435%

Data Base: Dezembro/2011

QUADRO III - INCENTIVOS CONCEDIDOS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO VALOR DO ICMS INCENTIVADO - 2011

PROGRAMAS E SEGMENTOS	TOTAL DOS PROGRAMAS
1. PRODEIC	600.909.564,55
Indústria de Alimentos - Carnes	27.245.401,16
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	324.375.813,78
Fabricação de produtos têxteis	1.214.209,07
Curtimento de Couros e Outras Preparações	15.752.760,26
Fabricação de produtos de madeira	10.452.107,58
Fabricação de móveis e indústrias diversas	6.150.589,78



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS E SEGMENTOS	TOTAL DOS PROGRAMAS
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	79.730.776,92
Fabricação de produtos químicos	3.164.457,82
Fabricação de artigos de borracha e plástico	13.012.119,50
Metalurgia básica	25.572.396,70
Fabricação de máquinas e equipamentos	8.437.642,94
Reciclagem	9.261.182,19
Indústria de caroço de algodão	41.686.432,58
Fabricação de embalagens de papel	988.270,46
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	3.255.338,90
Comércio - CD	30.200.889,47
Serviços	409.175,44
2. PRODEI	2.638.416,69
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.868.427,77
Curtimento de Couros e Outras Preparações	566.054,18
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	203.934,74
3. PROGRAMAS SETORIAIS	7.095.838,16
PROCAFÉ - Indústria	1.034.646,42
PROMINERAÇÃO	2.531.296,98
PROARROZ - Indústria	967.048,05
PROLEITE - Indústria	2.562.846,71
4. COMÉRCIO EXTERIOR	15.161.127,06
PORTO SECO	0,00
PORTO SECO - Trading	16.294,45
PORTO SECO - Indústria e Comércio	10.495.192,99
PORTO SECO - Comércio	4.649.639,62
5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MATO GROSSO (1 + 4)	616.070.691,61
TOTAL SICME (1+ 2+ 3 + 4)	625.804.946,46

Data Base: Dezembro/2011

PROGRAMAS E SEGMENTOS	NOROESTE I	NORTE	NORDESTE	LESTE	SUDESTE	SUL
1. PRODEIC	1.161.406,36	24.360.288,51	1.743.907,30	15.714.946,61	302.277.989,94	179.042.470,10
Indústria de Alimentos - Carnes	0,00	17.910.472,91	0,00	0,00	392.587,78	0,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,00	4.691.997,25	1.423.381,58	15.714.946,61	200.518.001,80	77.108.657,56
Fabricação de produtos têxteis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	943.185,53
Curtimento de Couros e Outras Preparações	0,00	377.032,69	0,00	0,00	0,00	13.270.469,99
Fabricação de produtos de madeira	497.927,69	1.380.785,66	0,00	0,00	0,00	4.007.951,86
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150.589,78
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	0,00	0,00	0,00	0,00	51.165.789,40	1.062.967,91
Fabricação de produtos químicos	0,00	0,00	0,00	0,00	527.355,49	2.637.102,33
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,00	0,00	0,00	0,00	5.191.730,35	7.265.585,04
Metalurgia básica	290.784,94	0,00	0,00	0,00	6.705.976,54	18.456.869,14



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS E SEGMENTOS	NOROESTE I	NORTE	NORDESTE	LESTE	SUDESTE	SUL
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		8.189.054,36
Reciclagem	0,00	0,00	0,00	0,00	74.691,54	8.766.141,00
Indústria de caroço de algodão	0,00	0,00	0,00	0,00	35.109.969,46	0,00
Fabricação de embalagens de papel	0,00	0,00	0,00	0,00	414.439,77	573.830,69
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	372.693,73	0,00	320.525,72	0,00	2.177.447,81	0,00
Comércio - CD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.200.889,47
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.175,44
2. PRODEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.638.416,69
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.868.427,77
Curtimento de Couros e Outras Preparações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	566.054,18
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.934,74
3. PROGRAMAS SETORIAIS	0,00	896.434,69	0,00	1.723.026,95	228.089,88	2.714.345,15
PROCAFÉ - Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.034.646,42
PROMINERAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.679.698,73
PROARROZ - Indústria	0,00	0,00	0,00	56.614,93	228.089,88	0,00
PROLEITE - Indústria	0,00	896.434,69	0,00	1.666.412,02	0,00	0,00
4. COMÉRCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	2.667.179,04	11.766.008,18
PORTO SECO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PORTO SECO - Trading	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.294,45
PORTO SECO - Indústria e Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	2.530.804,25	7.755.599,84
PORTO SECO - Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	136.374,79	3.994.113,89
5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MATO GROSSO (1 + 4)	1.161.406,36	24.360.288,51	1.743.907,30	15.714.946,61	304.945.168,98	190.808.478,28
TOTAL SICME (1+ 2+ 3 + 4)	1.161.406,36	25.256.723,20	1.743.907,30	17.437.973,56	305.173.258,86	196.161.240,12

Data Base: Dezembro/2011

PROGRAMAS E SEGMENTOS	SUDOESTE	OESTE	CENTRO OESTE	CENTRO	NOROESTE II	CENTRO NORTE
1. PRODEIC	14.253.279,33	10.006.350,04	2.384.676,30	42.357.303,63	830.303,89	6.776.642,54
Indústria de Alimentos - Carnes	3.795.783,96	2.145.490,98	0,00	3.001.065,53	0,00	0,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	7.637.646,37	6.214.515,54	214.846,62	8.188.556,75	830.303,89	1.832.959,81
Fabricação de produtos têxteis	271.023,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Curtimento de Couros e Outras Preparações	1.521.368,37	0,00	0,00	0,00	0,00	583.889,21
Fabricação de produtos de madeira	267.941,27	0,00	201.413,50	319.286,68	0,00	3.776.800,92
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	0,00	0,00	1.968.416,18	25.533.603,43	0,00	0,00



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS E SEGMENTOS	SUDOESTE	OESTE	CENTRO OESTE	CENTRO	NOROESTE II	CENTRO NORTE
Fabricação de produtos químicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de artigos de borracha e plástico	554.804,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metalurgia básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.766,08
Fabricação de máquinas e equipamentos	204.711,71	0,00	0,00	0,00	0,00	43.876,87
Reciclagem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.349,65
Indústria de caroço de algodão	0,00	1.646.343,52	0,00	4.930.119,60	0,00	0,00
Fabricação de embalagens de papel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	0,00	0,00	0,00	384.671,64	0,00	0,00
Comércio - CD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. PRODEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Curtimento de Couros e Outras Preparações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. PROGRAMAS SETORIAIS	0,00	874.335,61	0,00	162.454,38	0,00	497.151,50
PROCAFÉ - Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROMINERAÇÃO	0,00	851.598,25	0,00	0,00	0,00	0,00
PROARROZ - Indústria	0,00	22.737,36	0,00	162.454,38	0,00	497.151,50
PROLEITE - Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. COMÉRCIO EXTERIOR	0,00	167.626,06	0,00	161.921,11	0,00	398.392,67
PORTO SECO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PORTO SECO - Trading	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PORTO SECO - Indústria e Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.788,90
PORTO SECO - Comércio	0,00	167.626,06	0,00	161.921,11	0,00	189.603,77
5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MATO GROSSO (1 + 4)	14.253.279,33	10.173.976,10	2.384.676,30	42.519.224,74	830.303,89	7.175.035,21
TOTAL SICME (1+ 2+ 3 + 4)	14.253.279,33	11.048.311,71	2.384.676,30	42.681.679,12	830.303,89	7.672.186,71

Data Base: Dezembro/2011



Estado de Mato Grosso

**QUADRO IV - VALORES POR PROGRAMAS E SEGMENTOS VERSUS REALIZADOS DA
RENÚNCIA FISCAL 2011
ICMS INCENTIVADO - PREVISÃO DA RENÚNCIA FISCAL**

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS	ICMS INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2011 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2011
	EM DEZ/2011			
1. PROARROZ	6	967.048,05	722.735,10	133,804%
2. PROCAFÉ	0	1.034.646,42	0,00	100,000%
3. PROLEITE	2	2.562.846,71	3.913.579,62	65,486%
4. PROMINERAÇÃO	7	2.531.296,98	1.063.661,53	237,980%
5. PRODEIC	289	600.909.564,55	288.979.681,04	207,942%
5.1. Curtimento de couros e outras preparações		15.752.760,26	6.445.059,99	244,416%
5.2. Metalurgia básica		25.572.396,70	36.258.480,58	70,528%
5.3. Reciclagem		9.261.182,19	6.679.160,59	138,658%
5.4. Fabricação de Artigos e Borrachas e Plásticos		13.012.119,50	28.220.279,46	46,109%
5.5. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas		324.375.813,78	86.088.053,49	376,795%
5.6. Fabricação de Produtos de Madeiras		10.452.107,58	8.566.739,82	122,008%
5.7. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas		6.150.589,78	2.816.126,66	218,406%
5.8. Fabricação de Máquinas e Equipamentos		8.437.642,94	3.668.121,96	230,026%
5.9. Fabricação de Produtos Têxteis		1.214.209,07	2.872.832,82	42,265%
5.10. Fabricação de Coque, refino de Petróleo e Prod. Álcool		79.730.776,92	19.678.122,75	405,175%
5.11. Fabricação de Embalagem de Papel		988.270,46	0,00	100,000%
5.12. Fabricação de Produtos Químicos		3.164.457,82	3.566.362,35	88,731%
5.13. Indústria de Produtos Minerais não Metálicos		3.255.338,90	4.429.209,76	0,000%
5.14. Indústria de Carçoço de Algodão		41.686.432,58	60.854.439,18	68,502%
5.15. Indústria de Alimentos - Carnes		27.245.401,16	18.836.691,63	144,640%
5.16. Comércio e Serviços		30.610.064,91	0,00	100,000%
6. * PORTO SECO	484	15.161.127,06	3.346.233,02	453,080%
6.1. Porto Seco - trading		16.294,45	62.353,16	26,133%
6.2 - Porto Seco - indústria e Comércio		10.495.192,99	797.125,97	1316,629%



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS	ICMS INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2011 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2011
	EM DEZ/2011			
6.3. Porto Seco - Comércio		4.649.639,62	2.486.753,89	186,976%
7. PRODEI	4	2.638.416,69	3.661.296,11	72,062%
7.1. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas		203.934,74	539.719,51	37,785%
7.2. Fab. De Prods Alimentícios e Bebidas		1.868.427,77	1.269.229,30	147,210%
7.3. Preparação e Artefatos de Couro		566.054,18	1.852.347,30	30,559%
TOTAL	792	625.804.946,46	301.687.186,42	207,435%

Data Base: Dezembro/2011

QUADRO IV-A (completo)
VALORES PREVISTOS POR PROGRAMAS E SEGMENTOS VERSUS REALIZADOS DA
RENÚNCIA FISCAL 2011
ICMS NORMAL - ICMS INCENTIVADO - ICMS RECOLHIDO - FUNDEIC RECOLHIDO -
FUNDED RECOLHIDO

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS EM 2009	Nº EMPRESAS SUSP / DESCRED.	NOVAS EMPRESAS	RETORNO EM 2011	Nº EMPRESAS EM 2010	ICMS		
						NORMAL	INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	RECOLHIDO
1. PROARROZ	9	3	0	0	6	1.324.454,82	967.048,05	357.406,77
2. PROCAFÉ	0	0	0	0	0	1.217.231,08	1.034.646,42	182.584,66
3. PROLEITE	8	6	0	0	2	2.996.467,35	2.562.846,71	433.620,64
4. PROMINERAÇÃO	7	0	0	0	7	3.611.852,92	2.531.296,98	1.080.555,94
5. PRODEIC	257	20	48	4	289	868.028.134,04	600.909.564,55	165.761.577,82
5.1. Curtimento de Couro e Outras Preparações						26.784.267,95	15.752.760,26	6.359.718,86
5.2. Metalurgia básica						34.961.937,90	25.572.396,70	2.007.605,67
5.3. Reciclagem						10.265.223,06	9.261.182,19	857.456,37
5.4. Fabricação de Artigos e Borrachas e Plásticos						26.371.649,81	13.012.119,50	4.981.714,88
5.5. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas						424.910.839,47	324.375.813,78	74.906.460,74
5.6. Fabricação de Produtos de Madeiras						13.719.880,86	10.452.107,58	2.031.264,12
5.7. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas						9.850.582,48	6.150.589,78	1.528.485,19
5.8. Fabricação de Máquinas e Equipamentos						18.311.971,67	8.437.642,94	2.610.661,05
5.9. Fabricação de Przodutos Têxteis						1.821.436,92	1.214.209,07	268.102,40



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS EM 2009	Nº EMPRESAS SUSP / DESCRED.	NOVAS EMPRESAS	RETORNO EM 2011	Nº EMPRESAS EM 2010	ICMS		
						NORMAL	INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	RECOLHIDO
5.10. Fabricação de Coque, refino de Petróleo e Prod. Alcool						119.736.136,81	79.730.776,92	31.249.232,93
5.11. Fabricação de Embalagem de Papel						1.708.520,21	988.270,46	310.018,97
5.12. Fabricação de Produtos Químicos						5.239.582,16	3.164.457,82	997.049,13
5.13. Indústria de Produtos Minerais não Metálicos						4.664.845,72	3.255.338,90	792.178,01
5.14. Indústria de Carvão de Algodão						73.154.778,90	41.686.432,58	22.152.929,67
5.15. indústria de Alimentos - Carnes						34.287.126,86	27.245.401,16	2.319.822,42
5.16. Comércio - CD						61.421.002,38	30.200.889,47	11.979.702,41
5.17. Serviços						818.350,88	409.175,44	409.175,00
6. * PORTO SECO	381	0	103	0	484	35.321.082,84	15.161.127,06	12.062.392,03
6.1. Porto Seco - Trading						39.572,23	16.294,45	23.277,78
6.2 - Porto Seco - Indústria e Comércio						25.424.986,76	10.495.192,99	6.906.807,09
6.3. Porto Seco - Comércio						9.856.523,85	4.649.639,62	5.132.307,16
7. PRODEI	4	0	0	0	4	4.296.988,67	2.638.416,69	1.658.571,98
7.1. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas						291.335,33	203.934,74	87.400,59
7.2. Fab. De Prods Alimentícios e Bebidas						2.669.182,52	1.868.427,77	800.754,75
7.3. Preparação e Artefatos de Couro						1.336.470,82	566.054,18	770.416,64
SUB-TOTAL	666	29	151	4	792	916.796.211,72	625.804.946,46	319.847.683,03
8.REGIME DE ESTIMATIVA								138.310.973,19
8.1. Alcool e Açúcar								67.916.385,60
8.2. Água Mineral								2.820.455,30
8.3 . Comércio								54.794.149,64
8.4 . Frigoríficos								12.779.982,65
TOTAL	666	29	151	4	792	916.796.211,72	625.804.946,46	458.158.656,22

Data Base: Dezembro/2011

Fundeic retirado dos DII - Demonstrativos do ICMS Incentivado

* As empresas cadastradas no Porto Seco não recolhem o FUNDEIC

PROGRAMAS	FUNDEIC	FUNDEIC REC.	FUNDED	FUNDED REC.	AMORTIZAÇÃO PRODEI	TAXA ADM PRODEI	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 (prevista na LOA)	% UTILIZA DO DA RENÚNCIA FISCAL 2008
1. PROARROZ	48.352,41	48.352,43					722.735,10	133,80
2. PROCAFÉ	51.732,32	51.732,32					0,00	100,00



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS	FUNDEIC	FUNDEIC REC.	FUNDED	FUNDED REC.	AMORTIZAÇÃO PRODEI	TAXA ADM PRODEI	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 (prevista na LOA)	% UTILIZA DO DA RENÚNCIA FISCAL 2008
3. PROLEITE	128.142,35	130.130,95					3.913.579,62	65,49
4. PROMINERAÇÃO	126.564,84	134.235,17					1.063.661,53	237,98
5. PRODEIC	18.157.292,66	18.554.755,11	4.547.295,26	4.624.809,33			288.979.681,04	207,94
5.1. Curtimento de Couro e Outras Preparações	630.110,41	424.510,74	157.527,61	129.359,69			6.445.059,99	244,42
5.2. Metalurgia básica	1.022.895,88	1.316.174,16	255.724,02	322.342,94			36.258.480,56	70,53
5.3. Reciclagem	370.447,30	380.499,98	92.611,85	98.485,57			6.679.160,59	138,66
5.4. Fabricação de Artigos e Borrachas e Plásticos	520.484,84	485.118,41	130.121,16	121.684,40			28.220.279,46	46,11
5.5. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	8.062.402,97	8.963.511,98	2.015.600,65	2.086.182,86			86.088.053,49	376,80
5.6. Fabricação de Produtos de Madeiras	418.084,27	418.583,43	104.521,01	104.128,14			8.566.739,82	122,01
5.7. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	246.023,59	246.027,05	61.505,89	61.508,47			2.816.126,66	218,41
5.8. Fabricação de Máquinas e Equipamentos	337.505,73	381.813,66	84.376,43	95.469,58			3.668.121,96	230,03
5.9. Fabricação de Produtos Têxteis	48.568,37	44.030,22	12.142,10	11.085,50			2.872.832,82	42,27
5.10. Fabricação de Coque, refino de Petróleo e Prod. Alcool	3.157.342,03	3.239.955,74	797.307,76	675.124,18			19.678.122,75	405,17
5.11. Fabricação de Embalagem de Papel	39.530,82	41.269,76	9.882,72	10.318,11			0,00	100,00
5.12. Fabricação de Produtos Químicos	126.578,28	133.359,32	31.644,55	33.143,83			3.566.362,35	88,73
5.13. Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	130.213,57	128.456,01	32.553,38	31.978,16			4.429.209,76	73,50
5.14. Indústria de Carço de Algodão	1.667.457,31	1.652.340,96	416.864,33	605.593,78			60.854.438,18	68,50
5.15. indústria de Alimentos - Carnes	1.071.300,01	372.913,34	267.824,97	158.886,87			18.836.691,53	144,64
5.16. Comércio - CD	301.800,47	318.006,84	75.450,13	79.517,25			0,00	100,00
5.17. Serviços	6.546,81	8.183,51	1.636,70	0,00			0,00	100,00
6. * PORTO SECO	0,00	0,00	0,00	0,00			3.346.233,02	453,08
6.1. Porto Seco - Trading	0,00	0,00	0,00	0,00			62.353,16	26,13
6.2 - Porto Seco - Indústria e Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00			797.125,97	1.316,63
6.3. Porto Seco - Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00			2.486.753,89	186,98
7. PRODEI	131.920,84	131.920,83	158.305,00	158.305,00	15.725.853,87	6.450.619,33	3.661.296,11	72,06
7.1. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	10.196,74	10.196,74	12.236,08	12.236,08			539.719,51	37,79



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS	FUNDEIC	FUNDEIC REC.	FUNDED	FUNDED REC.	AMORTIZAÇÃO PRODEI	TAXA ADM PRODEI	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 (prevista na LOA)	% UTILIZA DO DA RENÚNCIA FISCAL 2008
7.2. Fab. De Prods Alimentícios e Bebidas	93.421,39	93.421,38	112.105,67	112.105,67			1.269.229,30	147,21
7.3. Preparação e Artefatos de Couro	28.302,71	28.302,71	33.963,25	33.963,25			1.852.347,30	30,56
SUB-TOTAL	18.644.005,42	19.051.126,81	4.705.600,26	4.783.114,33	15.725.853,87	6.450.619,33	301.687.186,42	207,44
8.REGIME DE ESTIMATIVA		6.988.429,17						
8.1. Alcool e Açúcar		3.500.937,51						
8.2. Água Mineral		148.293,75						
8.3. Comércio		2.883.949,43						
8.4. Frigoríficos		455.248,48						
TOTAL	18.644.005,42	26.039.555,98	4.705.600,26	4.783.114,33	15.725.853,87	6.450.619,33	301.687.186,42	207,44

Data Base: Dezembro/2011

Fundeic retirado dos DII - Demonstrativos do ICMS Incentivado
 * As empresas cadastradas no Porto Seco não recolhem o FUNDEIC

QUADRO V – OBJETIVOS/LEGISLAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS - 2011

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	% FUNDEIC	LEGISLAÇÃO
PRODEI	Fomentar a implantação e expansão de atividades que promovam o Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso.	Prazo especial pagamento de ICMS – 10 anos; Limitado a 70% do valor devido.	5%	Leis 5.323/88, e alterado pelas Leis 6.242/93; 7.367/00; 5.741/91; 7.577/01 7.452/01; 7.727/02; 7.867/02 7.799/02; 7.969/03; 6.688/95 8.421/05; 6.896/97; 6.978/97; 8.622/06; 8.630/06
PRODEIC	Contribuir para expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas, o aumento da competitividade estadual, a conservação de recursos naturais e preservação do meio ambiente, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.	Redução de base de cálculo, crédito presumido ou diferimento do ICMS.	Até 7%	Leis 7958/03, 8431/05, 8.607/07, 8.675/07, B8.719/07 e Decretos 1.432/03, 7083/06, 80/07, 838/07, 2038/2009, 920/2011 e 1035/2012;
PROALMAT / Indústria	Dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido pelo Estado de Mato Grosso, dentro de padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimento público e privado, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7183/99 e Decreto 1154/00. Foi encerrado em 11/2009 (Prazo de 06 anos).



Estado de Mato Grosso

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	% FUNDEIC	LEGISLAÇÃO
PROCAFÉ / Indústria	Dinamizar o processo de industrialização do café produzido no Estado de Mato Grosso, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7309/00 e Decreto 2437/01 Foi encerrado em 07/2010 (Prazo de 10 anos).
PROLEITE / Indústria	Promover e estimular a indústria do leite dentro dos mais altos padrões de sustentabilidade social, ambiental e econômica, em conformidade com as crescentes demandas da sociedade em geral e dos consumidores nacionais e internacionais, oferecendo benefício e incentivos fiscais àquelas indústrias e, também, as de máquinas, equipamentos, instalações, embalagens e insumos voltados ao agronegócio do leite, instaladas em Mato Grosso.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7608/01 e Decreto 4629/02
PROARROZ / Indústria	Dinamizar o processo de industrialização do arroz produzido no Estado de Mato Grosso, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimento público e privado, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7607/01 e Decreto 4366/02
PROMINERAÇÃO	Incremento da cadeia produtiva da mineração, incentivando a agregação de valor, a modernização e a industrialização das atividades minerais, promovendo a inserção competitiva do setor.	Crédito fiscal de até 70% do ICMS devido	5%	Lei 7606/01 e Decreto 4135/02
PORTO SECO	Fomentar o Comércio Exterior do Estado de Mato Grosso.	Diferimento de até 100%; Base de Calculo reduzida até 58,82%; Crédito Presumido de até 83,33%.	Não esta previsto na Lei o recolhimento ao Funde	Lei 7958/03, Decreto 1.432/03, Resolução Porto Seco nº 067/2011 de 13/12/2011.

QUADRO VI - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA – SICME. RELATÓRIO ANUAL - REFERÊNCIA 2011

1. Programa: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMÉRCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (Prodeic, Prodei, Proarroz/Indústria, Procafé/Indústria, Proleite/Indústria, Promineração e Porto Seco).

Objetivo: Contribuir para a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

**1.1 Avaliação da efetivação dos valores dos incentivos concedidos (refere-se à análise quantitativa da realização da renúncia – Quadro II):**

Programas	Estimativa da Renúncia Fiscal - 2011 (prevista na LOA 2010 – Lei nº 9.424 de 29/07/2010) R\$	Renúncia Fiscal Realizada 2011 R\$	% Utilizado da Renúncia em 2011 R\$
Proalmat/Ind.			
Proarroz/Ind.	722.735,10	967.048,05	133,804%
Procafé/Ind.	0,00	1.034.646,42	100,00%
Proleite/Ind.	3.913.579,62	2.562.846,71	65,486%
Promineração	1.063.661,53	2.531.296,98	237,980%
Prodeic	288.979.681,04	600.909.564,55	207,942%
Porto Seco (Com. Exterior)	3.346.233,02	15.161.127,06	453,080%
Prodei	3.661.296,11	2.638.416,69	72,062%
Total	301.687.186,42	625.804.946,46	207,435%

Quantitativamente, a realização da Renúncia Fiscal global dos Programas de Incentivos foi superior à estimativa prevista pela LOA 2010 - Lei nº 9.224 de 29/07/2010, com um percentual de realização de 207,435%.

Alguns Programas ultrapassaram a estimativa da renúncia fiscal (Proarroz, Promineração e Prodeic). Isto ocorreu, principalmente, em razão da metodologia utilizada atualmente tanto na estimativa quanto na apuração dos seus resultados. Será necessário um aperfeiçoamento na metodologia em função do conceito de renúncia fiscal. Estamos tendo um resultado de apuração irreal, expressando mais como um efeito contábil do que propriamente fiscal, isto significa que o resultado é superior ao que deveria ser.

1.2 Avaliação dos indicadores, metas e alcance do objetivo do programa (refere-se à análise qualitativa de cada indicador e sua meta do Quadro I-A, e da análise de alcance do objetivo).**INDICADORES E METAS 2011**

INDICADORES E METAS PARA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL - PRODEIC	METAS	
	PREVISTAS	REALIZADAS
	2011	2011
I. Indicador de Consumo de Energia Elétrica industrial do Estado:	9,50%	26,50%
II. Indicador de Produtividade Industrial:	133.000,00	160.732,14
III. Índice Benefício/Custo (IBC):	1,20	1,62
IV. Indicador de Aumento de Lucratividade Bruta:	30%	
V. Indicador de geração de emprego:	17,70%	9,03%
VI. Indicador de geração de renda:	33%	
VII. Indicador de Participação Industrial no Comercio Exterior do Estado:	45%	35%

JUSTIFICATIVAS:

- I. A meta foi superada acima do previsto
- II. A meta foi superada acima do previsto



III. A meta foi superada acima do previsto

IV. Este indicador foi prejudicado. Porque o SIGINF - Sistema Gerencial de Incentivos Fiscais está em fase final de desenvolvimento.

V. A meta prevista foi superestimada. Mas, a geração de empregos das empresas que iniciaram o gozo dos benefícios em 2011 foi de 3.036, que teve uma geração de emprego indireto estimado em 9.108.

VI. Este indicador foi prejudicado. Porque o SIGINF - Sistema Gerencial de Incentivos Fiscais está em fase final de desenvolvimento.

VII. A meta foi prejudicada. O câmbio favoreceu mais os produtos importados do que os para exportação. O desaquecimento do mercado mundial em razão da crise mundial, e barreiras sanitárias, tarifárias e certificação de origem.

2. Avaliação dos Resultados previstos e alcançados pela Renúncia Fiscal;

No ano de 2011, 48 empresas foram credenciadas no Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial - Prodeic, realizando novos investimentos no valor total de R\$ 364.920.458,34 (não incluso investimentos realizados e número de empresas cadastradas com incentivos no Porto Seco). Os investimentos de 2011 foram superiores aos de 2010 em 12,23 %. Uma observação relevante que devemos apontar é que não estamos computando o efeito indireto de geração de investimentos e de renda nas cadeias produtivas as quais as empresas estão inclusas.

Neste ano, a média de investimentos realizados por empresa foi de R\$ 7.602.509,55. Este resultado indica a predominância de pequenas e médias empresas inseridas no programa.

Do total de 309 beneficiadas até 2011 no PRODEIC (não incluso o Porto Seco), houve a saída neste ano de 20 empresas, permanecendo 289 empresas conforme quadro I e anexo II.

A média de empregos diretos por empresa foi de 63 e indiretos 189.

O investimento privado por emprego direto: R\$ 120.197,80; indireto: R\$ 360.593,30 e total: R\$ 480.791,10.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR - SEDRAF

PRODER - OBJETIVOS/LEGISLAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS - 2011

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	LEGISLAÇÃO
PRODER	Contribuir para a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.	Aos produtores que atenderem aos pré-requisitos definidos, será concedido um incentivo fiscal de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual de Comunicação - ICMS, incidente sobre o valor de comercialização do feijão e diferimento nas importações de equipamentos e máquinas que não possuam similares produzidos no estado.	Lei 7958/2003
	Para oficializar o cadastramento dos produtores, foram publicados em Diário Oficial do Estado 23 Resoluções da Câmara de Desenvolvimento Agrícola -CDA/MT, de acordo com a Lei nº 6.883 em seu Artigo 17-A, § 2º, indicando o produtor e a inscrição estadual respectiva da operação beneficiada, determinando o período de fruição do benefício fiscal de dois anos.		Resoluções 01/2011, 04/2011, 05/2011, 06/2011, 07/2011, 08/2011, 09/2011, 10/2011, 11/2011, 12/2011, 13/2011, 16/2011, 24/2011, 27/2011, 31/2011, 34/2011, 35/2011, 38/2011, 43/2011, 49/2011, 52/2011, 53/2011, 55/2011



Estado de Mato Grosso

PRODER - PRODUTORES E PROPRIEDADES CERTIFICADAS - EMPREGOS GERADOS EM 2011

PROGRAMA - ANO 2011	Nº DE PRODUTORES	EMPREGOS GERADOS	
		DIRETOS	INDIRETOS
PRODER	419	9.000	12.000
TOTAL	419	9.000	12.000

TOTAL DO ICMS NORMAL REGIONALIZADO DO PRODER NO ANO DE 2011

ICMS NORMAL	SUDOESTE R\$	SUDESTE R\$	TOTAL R\$
Feijão	39.917,21	119.751,64	159.668,85
Máquinas/Equipamentos	65.557,71	196.673,12	262.230,83
TOTAL	105.474,92	316.424,76	421.899,68

PROALMAT - OBJETIVOS/LEGISLAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS - 2011

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	LEGISLAÇÃO
PROALMAT	Recuperação e expansão da cultura do algodão no Estado de Mato Grosso, dentro de padrões tecnológicos e ambientais de produtividade e qualidade, bem como estimular investimentos públicos e privados, visando promover o processo de verticalização e agroindustrialização, oferecendo incentivos fiscais aos produtores rurais interessados.	Aos produtores de algodão que atenderem aos pré-requisitos definidos no art. 2º será concedido um incentivo fiscal de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre o valor de comercialização do algodão, abrangendo, ainda, a respectiva prestação de serviço de transportes nos casos de vendas com cláusula CIF.	-Lei 6883/1997; -Lei 7171/1999; -Lei 7183/1999; -Lei 7751/2002; -Lei 7874/2002; -Lei 8621/2006; -Lei 9066/2008.
	Para oficializar o cadastramento dos produtores, foram publicados em Diário Oficial do Estado 09 Resoluções da Câmara de Desenvolvimento Agrícola -CDA/MT, de acordo com a Lei nº 6.883 em seu Artigo 17-A, § 2º, indicando o contribuinte e a inscrição estadual respectiva da operação beneficiada, determinando o período de fruição do benefício fiscal. Resoluções concernentes a safra de 2011.		Resoluções 14/2011, 15/2011, 18/2011, 22/2011, 23/2011, 28/2011, 33/2011, 39/2011, 48/2011

PROALMAT - PRODUTORES E PROPRIEDADES CERTIFICADAS - EMPREGOS GERADOS EM 2011

PROGRAMA - ANO 2011	Nº DE PROPRIEDADES	Nº DE PRODUTORES	ÁREA PLANTADA (HA)	EMPREGOS GERADOS	
				DIRETOS	INDIRETOS
PROALMAT	326	397	724.944	23.000	97.500
TOTAL	326	397	724.944	23.000	97.500



Estado de Mato Grosso

TOTAL DO ICMS NORMAL REGIONALIZADO DO PROALMAT NO ANO DE 2011

ICMS NORMAL	LESTE R\$	METROPOLITANA E BAIXADA CUIABANA R\$	NORTE R\$	OESTE R\$	SUL R\$	ICMS INCENTIVADO R\$	ICMS RECOLHIDO R\$
Janeiro			334.570,09	2.497.554,42	2.994.350,09	4.369.855,94	1.456.618,65
Fevereiro			579.229,57	1.950.161,89	3.631.012,70	4.620.303,12	1.540.101,04
Março		2.054,90	1.271.019,59	2.949.160,86	5.736.230,65	7.468.849,51	2.489.616,50
Abril			1.193.187,71	2.283.416,49	3.531.259,46	5.255.897,75	1.751.965,92
Maio			976.143,10	1.957.060,24	2.868.248,38	4.351.088,79	1.450.362,93
Junho		32.955,83	1.094.515,65	440.721,91	4.357.124,59	4.443.988,48	1.481.329,49
Julho			2.020.912,15	1.064.678,32	6.681.665,94	7.325.442,30	2.441.814,10
Agosto		16.177,56	2.072.154,84	2.479.844,81	11.873.222,56	12.331.049,82	4.110.349,94
Setembro			5.194.041,47	4.525.354,55	17.698.756,38	20.563.614,30	6.854.538,10
Outubro			5.034.937,69	3.455.740,54	23.105.819,50	23.697.373,30	7.899.124,43
Novembro			5.743.001,21	6.880.212,55	17.310.945,12	22.450.619,15	7.483.539,72
Dezembro			4.615.777,79	3.258.121,84	7.270.084,44	11.357.988,05	3.785.996,02
Total		51.188,29	30.129.490,86	33.742.028,42	107.058.719,81	128.236.070,51	42.745.356,84

PROARROZ - OBJETIVOS/LEGISLAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO - 2011

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	LEGISLAÇÃO
PROARROZ	A melhoria da qualidade do agronegócio do arroz no Estado.	Aos produtores que atenderem aos pré-requisitos definidos, será concedido um incentivo fiscal de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual de Comunicação - ICMS, incidente sobre o valor de comercialização do arroz.	Lei nº 7.607 de 27 de dezembro de 2001 a qual foi regulamentada através do decreto nº 4.366 de 21 de maio de 2002.
	Para oficializar o cadastramento dos produtores, foram publicados em Diário Oficial do Estado 01 Resolução da Câmara de Desenvolvimento Agrícola -CDA/MT, de acordo com a Lei nº 6.883 em seu Artigo 17-A, § 2º, indicando o produtor e a inscrição estadual respectiva da operação beneficiada, determinando o período de fruição do benefício fiscal de um ano.		Resoluções 10/2011

PROARROZ - PRODUTORES E PROPRIEDADES CERTIFICADAS - EMPREGOS GERADOS EM 2011

PROGRAMA - ANO 2011	Nº DE PRODUTORES	EMPREGOS GERADOS	
		DIRETOS	INDIRETOS
PROARROZ	1	15	180
TOTAL	1	15	180



Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

01

Melhoria da qualidade de vida





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: OBRAS PUBLICAS E INFRA ESTRUTURA (072)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

28101-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Origem do Programa:

DEFICIÊNCIA DE OBRA DE INFRA-ESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS.

Objetivo do Programa:

COLOCAR A DISPOSICAO DA POPULACAO OBRAS PUBLICAS DE INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO QUE PROPORCIONEM A MELHORIA DE VIDA.

Público Alvo:

POPULACAO EM GERAL

Gestor(a) do Programa:

Jean Martins E. S. Nunes

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ELABORACAO DE PROJETOS TECNICOS DE SANEAMENTO BASICO	1,00		0,00	573.930,21	141.981,65	24,74
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	MELHORAMENTO DE SEGURANCA E CONTROLE AÉREO	12,00	6,00	50,00	17.848.000,00	8.163.604,68	45,74
Produto / Unidade de Medida	AEROPORTO AMPLIADO E PAVIMENTADO/UNIDADE						
Ação	AMPLIACAO, CONSTRUCAO E REFORMA DE SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO	0,00	4.335,00	433.500,00	32.471.323,67	3.287.816,51	10,13
Produto / Unidade de Medida	REDE AMPLIADA/METRO						
Ação	CONSTRUCAO DE INFRA-ESTRUTURA E VIAS URBANAS EM AREAS OCUPADAS	51,00	273,00	535,29	54.226.654,35	31.984.834,81	58,98
Produto / Unidade de Medida	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA/QUILÔMETRO						
Ação	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E RECUPERACAO DE EDIFICACOES PUBLICAS	2.555,00		0,00	11.550.371,36	8.759.429,38	75,84
Produto / Unidade de Medida	EDIFICACAO PUBLICA CONSTRUIDA E RECUPERADA/METRO QUADRADO						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ELABORACAO DE PROJETOS TECNICOS DE EDIFICACOES E INFRA-ESTRUTURA	6.000,00		0,00	390.000,00	163.430,39	41,91
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS/SEMA	100,00	100,00	100,00	14.045,00	14.045,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	SEDE CONSTRUIDA/UNIDADE						
Ação	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA SEMA	0,00	100,00	10.000,00	459.855,00	434.770,64	94,55
Produto / Unidade de Medida	SEDE AMPLIADA/METRO QUADRADO						
Ação	EXECUÇÃO E APOIO A PROJETOS DE OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	4,00	4,00	100,00	16.273.755,90	14.434.588,52	88,70
Produto / Unidade de Medida	PROJETO APOIADO/EXECUTADO/UNIDADE						
Ação	CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	0,00		0,00	4.484.103,33	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	AREA CONSTRUIDA/METRO QUADRADO						
Índice médio geral de realização:				44.428,53%			54,06%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
TAXA DE MUNICIPIOS CONTEMPLADOS COM OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	PERCENTUAL	36,17	100,00	100,00	0,00	
Fonte: Sinfra						

Análise dos Indicadores do Programa:

Com base no índice obtido tem-se que foi respeitado e melhorado o PPA, uma vez e o orçamento sofreu um incremento de 36,17%

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
103.329.696,14	138.292.038,82	67.384.501,58	0,00	65,31	48,80



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

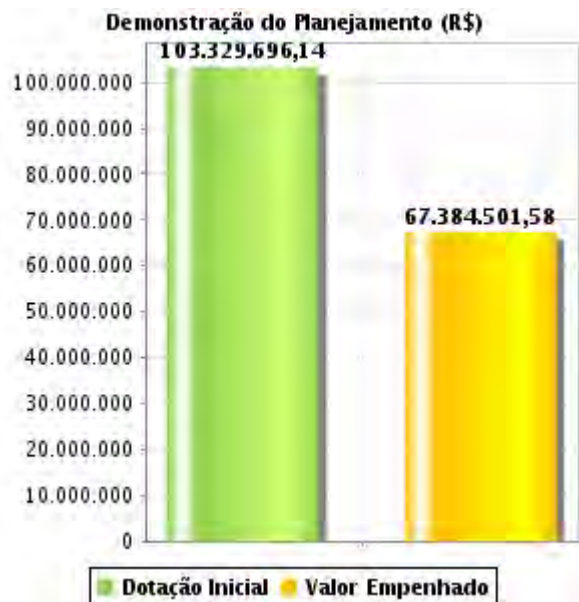
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **33,84%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 65,31%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 48,80%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Com relação ao PPD, da mesma forma que na análise do PPA, foi obtido um bom índice, justificado pelo pequeno acréscimo de recursos proveniente de suplementações.

Já com relação ao COFD, o índice deficiente deve-se ao contingenciamento necessário no final do exercício 2011, provocado pelas dificuldades financeiras de fechamento de exercício.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Considerando que os índices citados apresentam numa média geral eficiências entre regular e bom, e, foram atingidos praticamente todos os municípios do Estado com diversas ações, podemos afirmar que foram alcançados os objetivos do programa.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: FOMENTO AO CREDITO (074)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

07501-AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A

Origem do Programa:

ELEVADA DESIGUALDADE SOCIAL, EM ESPECIAL NO QUE SE REFERE À INCLUSÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE EMPREENDEDORES QUE ESTÃO À MARGEM DO SISTEMA DE CRÉDITO TRADICIONAL.

Objetivo do Programa:

FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-ECOLÓGICO DE MATO GROSSO POR MEIO DA CONCESSÃO DE LINHAS DE CRÉDITO E CONTRIBUIR PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Público Alvo:

MICRO, PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDEDORES CONSTITUIDOS COMO PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA.

Gestor(a) do Programa:

Mario Milton Verlangieri Ferreira Mendes

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FINANCIAMENTO A TRABALHADORES AUTÔNOMOS	419,00		0,00	1.176.250,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	TRABALHADOR FINANCIADO/PESSOA						
Ação	FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E SERVIÇOS	176,00		0,00	1.764.364,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	EMPRESA FINANCIADA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				0,00%			0,00%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	UNIDADE	65,00	364,00	130,00	0,00	
Fonte: MT FOMENTO						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

NOVOS EMPREGOS DIRETOS GERADOS	UNIDADE	90,00	778,00	240,00	0,00	
Fonte: MT FOMENTO						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
2.940.614,00	2.940.614,00	0,00	0,00	0,00	0,00

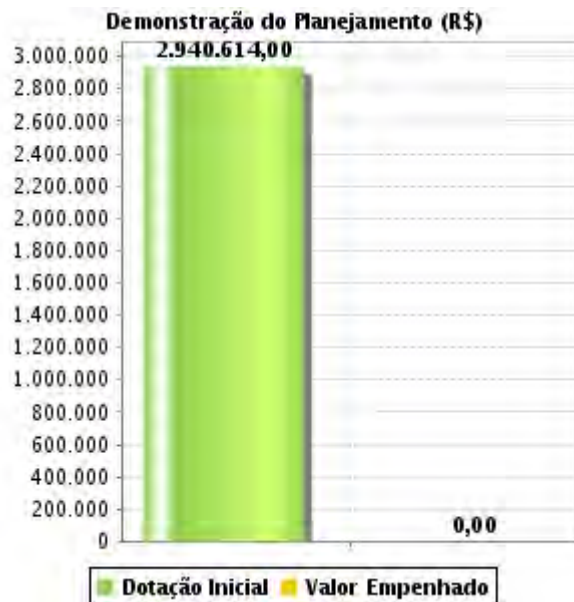
* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 0,00%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 0,00%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Por total incompatibilidade entre os sistemas contábeis do FIPLAN e da MT Fomento, houve a decisão do TCE/MT - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em que ficou clara a impossibilidade de inserção da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado. (Resolução de Consulta Nº 35/2011 - TCE/MT)

Em síntese, a MT Fomento NÃO realiza a execução orçamentária utilizando-se do FIPLAN e, por isso, fica impossível o relatório em pauta, o RAG.

No entanto há diversas instâncias responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da Execução Orçamentária, dos Planos Estratégicos e Orçamento-Empresa, tais como o próprio TCE/MT, a Assembleia Legislativa, Auditorias Interna e Externa e, principalmente, o BACEN - Banco Central do Brasil, sob cujas Resoluções se dá o funcionamento, o modus operandi da MT Fomento.

Para registro, entre 2004 e 2011, foram liberadas com Recursos próprios, 3.473 Operações de Crédito, com investimentos que superaram o valor de R\$ 25 milhões, beneficiando mais de 17 mil pessoas - considerando 5 beneficiários por Operação de Crédito -, contribuindo de forma decisiva para a formalização de micro empresários, assim como para sua bancarização. Como Administradora de alguns dos FUNDOS Estaduais, administrou mais de 8,8 mil Operações efetivadas, com valores que superam os R\$ 120 milhões no período. São os seguintes, os Fundos Administrados pela MT Fomento: FUNDO SEDER PROVEMAIS, FUNDO SETECS - FEAT, FUNDO DE AVAL MT, FUNDAGRO e FUNDEIC.

O Cartão de Crédito do Servidor Estadual, o MT FOMENTO CARD, beneficia mais de 43 mil funcionários com juros bem abaixo da média dos Cartões de Crédito comerciais, injetando mais de R\$ 80 milhões na Economia do Estado.

Por fim, cabe ressaltar que ao ser criada a MT Fomento (Lei Complementar nº 140, de 16/12/2003), foram autorizados aportes de Capital pelo Governo do Estado, da ordem de R\$ 150 milhões, sendo repassados inicialmente como se segue: Aportes de Capital do Estado para Integralização na MT Fomento, como sócio majoritário

2004 - 2011 (R\$)

ANO Especificações Montante Integralizado (R\$) Lei correspondente

2004 Início das Atividades 4.000.000,00 LC 140, de 16/12/2003

2005 Orçamento Inicial 100.000,00 Lei 8.263, de 28/12/2004 - Investimento

1ª Suplementação 1.080.000,00 Decreto 6.390, de 09/09/2005 - Investimento

2ª Suplementação 737.500,00 Decreto 6.484, de 27/09/2005 - Investimento

3ª Suplementação 2.400.000,00 Decreto 6.900, de 14/12/2005 - Investimento

2006 Orçamento 2.160.000,00 Lei 8.430, de 29/12/2005

2007 Orçamento Inicial 1.225.855,00 Lei 8.430, de 29/12/2005 - Investimento

2008 Orçamento Inicial 1.225.855,00 Lei 8.828, de 17/12/2007 - Investimento

2009 Orçamento Inicial 1.495.962,00 Lei 9.117, de 30/04/2009: Alterando Lei 9.077, de 29/12/2008 - Investimento

SOMA (R\$) 14.425.172

De acordo com as Leis especificadas, foi aportado Capital do Estado para Integralização como sócio majoritário o valor acima, de R\$ 14,4 milhões, deixando de aportar nos anos de 2010 e 2011, conforme autorizações abaixo, R\$ 5,0 milhões planejados, aprovados e não repassados:

ANO Especificações Montante Integralizado (R\$) Lei correspondente

2010 Orçamento Inicial 2.155.988,00 Lei 9.298, de 30/12/2009 (Orçamento de Investimento em Empresa Estatal)

2011 Orçamento Inicial 2.940.614,00 Lei 9.298, de 30/12/2009 (Orçamento de Investimento em Empresa Estatal)

Aportes não realizados (R\$) 5.096.602,00

Soma (R\$) Total/Período 19.521.774,00

Dessa forma, a MT Fomento teve de trabalhar com um limite baixo de recursos próprios, haja vista ainda a imprescindibilidade de parte desses recursos serem destinados à provisão das Operações de Crédito, e às demais Resoluções emanadas do BACEN e SFN - Sistema Financeiro Nacional.

Hoje a MT Fomento elabora seu Planejamento Estratégico sob inovadora metodologia e terá a oportunidade de atender a todo o Estado de Mato Grosso e também a de acessar recursos externos para ampliar de forma impactante a vida de maior número de pessoas, empreendedores que precisam de apoio inicial.

Esta síntese objetiva tão somente um mínimo de informações sobre a MT Fomento, ficando claro portanto, que pela não-execução financeira/orçamentária pelo FIPLAN, fica impossível o RAG solicitado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Por total incompatibilidade entre os sistemas contábeis do FIPLAN e da MT Fomento, houve a decisão do TCE/MT - Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em que ficou clara a impossibilidade de inserção da Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado. (Resolução de Consulta Nº 35/2011 - TCE/MT)

Em síntese, a MT Fomento NÃO realiza a execução orçamentária utilizando-se do FIPLAN e, por isso, fica impossível o relatório em pauta, o RAG.

(Mais especificado no item "Execução do Programa")



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GERACAO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA (102)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

22101-SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Origem do Programa:

BAIXA RENDA E BAIXOS NIVEIS DE OCUPAÇÃO

Objetivo do Programa:

POTENCIALIZAR O AUMENTO DA RENDA, INSERCAO E A RE-INSERCAO DAS PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO

Público Alvo:

TRABALHADORES, EMPREGADOS E DESEMPREGADOS; EMPREENDEDOR ES, FORMAIS E INFORMAIS

Gestor(a) do Programa:

Jean Estevan Campos Oliveira

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA GERACAO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	4.000,00	2.590,00	64,75	2.602.089,90	2.391.254,99	91,90
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	INTERMEDIACAO DE MAO-DE-OBRA ENTRE TRABALHADOR E EMPREGADOR - SINE	410.000,00	410.000,00	100,00	1.693.098,66	1.575.866,18	93,08
Produto / Unidade de Medida	PESSOAS ATENDIDAS/PESSOA						
Ação	HABILITACAO AO SEGURO DESEMPREGO - SINE	55.000,00	55.000,00	100,00	449.086,02	448.331,73	99,83
Produto / Unidade de Medida	PESSOA HABILITADA/PESSOA						
Ação	CAPACITAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO E LAPIDAÇÃO DE PEDRAS CORADAS	80,00	57,00	71,25	43.120,00	41.955,00	97,30
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO E DA ECONOMIA SOLIDARIA	620,00		0,00	365.010,90	351.920,56	96,41
Produto / Unidade de Medida	EMPREENDIMENTO APOIADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				67,20%			95,70%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
POPULACAO OCUPADA COM RENDIMENTOS MEDIOS MENSAIS MAIOR OU IGUAL A 2 S.M.	PERCENTUAL	35,00	42,00	42,00	0,00	
Fonte: IBGE						
RENDIMENTOS MEDIOS MENSAIS DOS 40% MAIS POBRES	SALÁRIO MÍNIMO	1,01	1,36	0,00	0,00	
Fonte: .						
TAXA DE ATIVIDADE	PERCENTUAL	64,50	72,00	0,00	0,00	
Fonte: .						
TAXA DE OCUPACAO	PERCENTUAL	58,40	65,00	65,00	0,00	
Fonte: IBGE						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
6.809.268,00	5.152.405,48	4.809.328,46	0,00	70,63	93,34

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

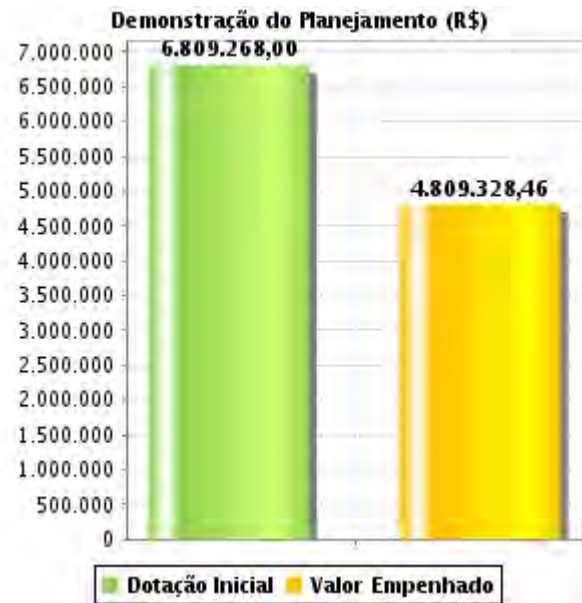
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **24,33%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 70,63%

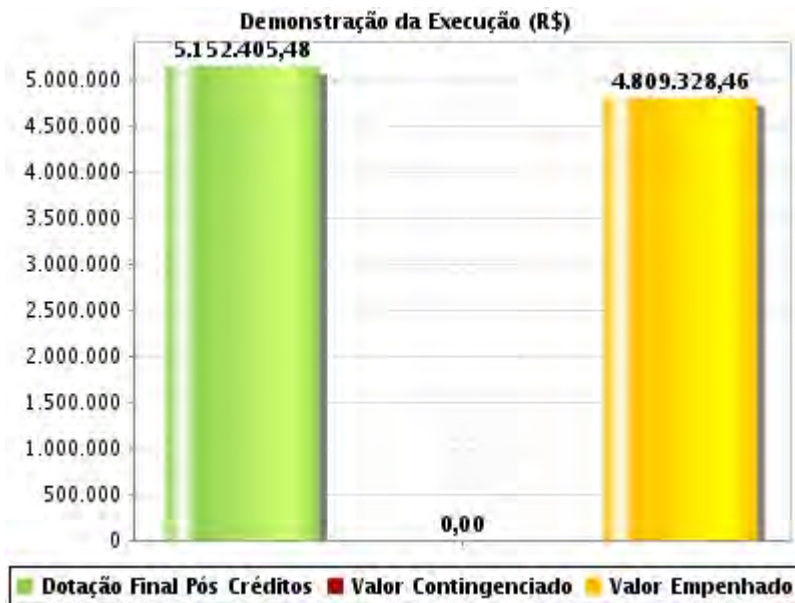


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 93,34%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: CIDADANIA PARA TODOS (168)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

22101-SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Origem do Programa:

BAIXO ACESSO A BENS E SERVICOS PUBLICOS E AS POLITICAS DE DIREITOS PARA A CIDADANIA.

Objetivo do Programa:

DEMOCRATIZAR O ACESSO AOS BENS E SERVICOS PUBLICOS E INFORMACOES DE DIREITOS COMO FORMA DE GARANTIA DE DIREITOS E DO CUMPRIMENTO DOS DEVERES DOS CIDAOS.

Público Alvo:

CIDAOS E USUARIOS DOS SERVICOS PUBLICOS

Gestor(a) do Programa:

Vanessa Rosin

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	PROMOCAO DE ACOES DE DEFESA DO CONSUMIDOR	0,00	102.592,00	10.259.200,00	1.272.409,69	722.569,62	56,79
Produto / Unidade de Medida	ATENDIMENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	IMPLANTACAO DE TELECENTROS DE INCLUSAO DIGITAL - MATO GROSSO ACAO DIGITAL	25,00	25,00	100,00	197.000,00	197.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE IMPLANTADA/MODERNIZADA/UNIDADE						
Ação	ACOES DE INCLUSAO SOCIAL PARA CIDADANIA	300.000,00	600.000,00	200,00	13.200.498,56	13.197.491,81	99,98
Produto / Unidade de Medida	ATENDIMENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	DEFESA DA POLÍTICA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - PROCON	0,00	80.050,00	8.005.000,00	96.915,30	94.567,27	97,58
Produto / Unidade de Medida	ATENDIMENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	MANUTENCAO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO AO CIDAADO- GANHA TEMPO	1,00		0,00	228.488,08	173.704,57	76,02
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MANTIDA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ACOES DE APOIO AS DEMANDAS DA SOCIEDADE	15,00	4,00	26,67	723.139,58	405.055,00	56,01
Produto / Unidade de Medida	AÇÕES REALIZADAS/UNIDADE						
Ação	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL - MT AÇÃO DIGITAL	650.000,00	1.500.000,00	230,77	166.607,72	166.607,72	100,00
Produto / Unidade de Medida	ATENDIMENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	100,00	0,00	0,00	63.908,41	63.908,41	100,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS DE PROMOÇÃO SOCIAL	5,00	3,00	60,00	2.996.549,06	2.996.549,06	100,00
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:					2.029.424,16 %		87,38%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	UNIDADE	300.000,00	2.689.055,00	2.689.055,00	0,00	
Fonte: SETECS-MT						
POPULACAO REFERENCIADA	PESSOA	230.000,00	600.000,00	600.000,00	0,00	
Fonte: MDS						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
11.628.055,00	18.945.516,40	18.017.453,46	0,00	154,95	95,10

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

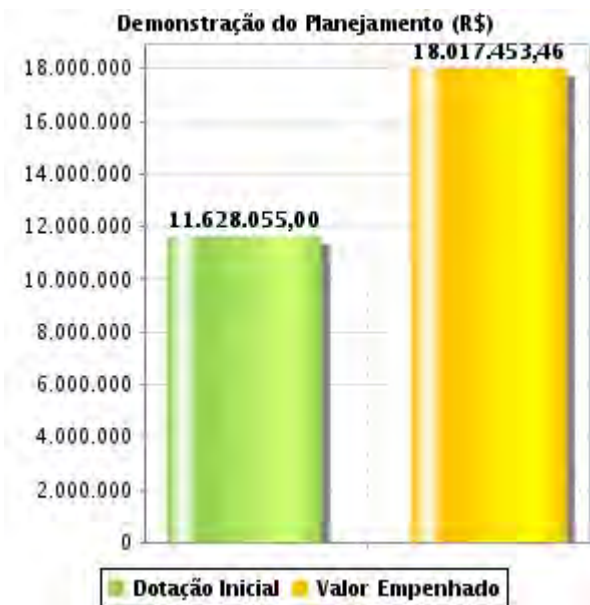


Estado de Mato Grosso

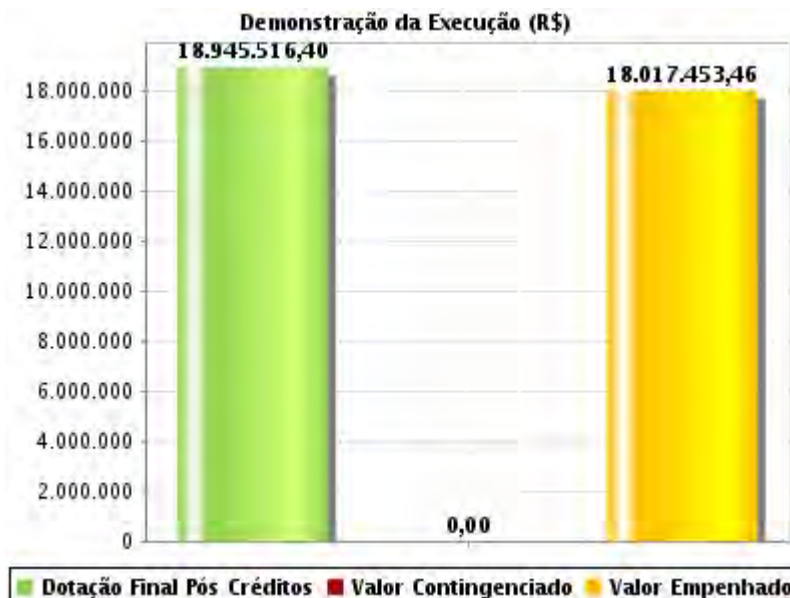
RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acrécimo** orçamentário de aproximadamente **62,93%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 154,95%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 95,10%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Conforme se verifica da execução financeira e orçamentária demonstrada pelos índices acima, nota-se um acréscimo de recursos na execução das ações do programa. Isso se deve a forma de planejamento por tetos orçamentários distribuídos e que subdimensiona as ações definidas. Assim, muito embora aponte um planejamento deficiente, as ações propostas foram desenvolvidas com êxito.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Os principais objetivos foram atingidos tendo sido prestados todos os serviços a população, como doações de bens, campanhas do filtro e cobertor e natal das crianças, prestação de serviços com qualidade pela Unidade do Ganha Tempo, destinação adequada das moradias a população conforme preceitua a legislação estadual e federal com sorteios que observados os percentuais de idosos e deficientes físicos, emissão de documentos pessoais aos cidadãos com acesso fácil através dos mutirões, o acesso a tecnologia digital e internet gratuita através das unidades de inclusão digital implantadas no Estado. Especialmente o combate ao problema de subregistro no Estado que com esforço atingiu segundo o último índice do IBGE menos de 5% a taxa de subregistro, alcançando percentual considerado como de problema erradicado. Os casamentos Comunitários que visam regularizar a situação civil das famílias de baixa renda nesse exercício se deu de forma descentralizada da Capital atingindo várias regiões e muitos municípios do interior do Estado.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: CONSELHOS NA CONSTRUCAO DO CONTROLE SOCIAL (170)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

22101-SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Origem do Programa:

BAIXA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE ORGANIZADA NO CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Objetivo do Programa:

FORTALECER O DIALOGO SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHOS NA DEFINICAO E CONTROLE DAS POLITICAS PUBLICAS PARA A CONSTRUCAO DA CIDADANIA.

Público Alvo:

SOCIED. CIVIL ORGANIZ., AGENTES DESENV. SOCIAL, CONSELHOS DIREITO E TUTEL. LIGADOS AS ACOES DA SETEC E, DEMAIS SECS

Gestor(a) do Programa:

Mauro Cesar Souza

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FORTALECIMENTO DOS ORGAOS COLEGIADOS - CONSELHOS	10,00		0,00	15.000,00	14.835,00	98,90
Produto / Unidade de Medida	CONSELHO FORTALECIDO/UNIDADE						
Ação	PROMOCAO DE DIREITOS A CRIANCA E AO ADOLESCENTE - CEDCA	141,00	141,00	100,00	951.851,29	579.377,63	60,87
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIOS ASSISTIDOS/NÚMERO						
Ação	APOIO AS AÇÕES E MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	10,00		0,00	4.595,00	4.595,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	CONSELHO FORTALECIDO/UNIDADE						
Ação	FORTALECIMENTO E AÇÕES DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS - CONSELHOS	0,00	10,00	1.000,00	114.452,90	114.452,90	100,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				275,00%			89,94%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PARTICIPACAO DOS CONSELHOS	UNIDADE	9,00	10,00	10,00	0,00	
Fonte: SETECS						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.483.942,00	1.085.899,19	713.260,53	0,00	48,07	65,68

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

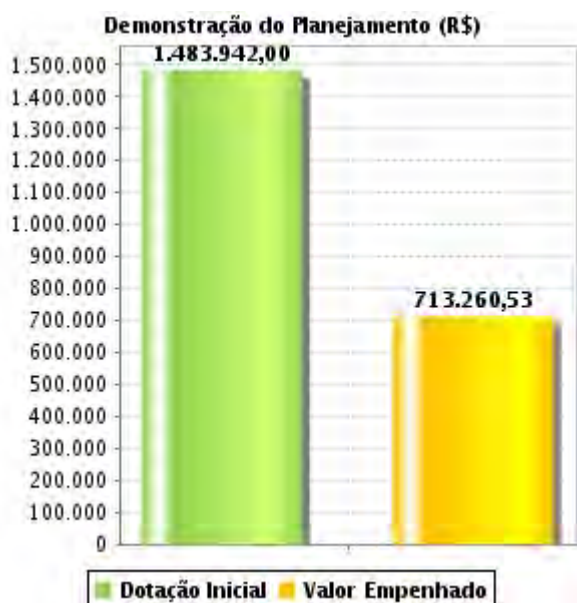
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **26,82%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 48,07%

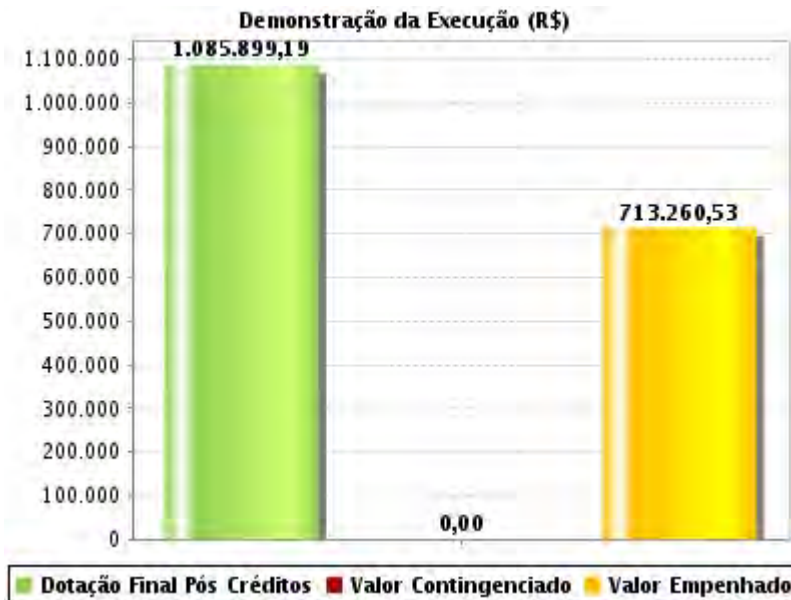




Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 65,68%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Os resultados foram satisfatórios em termos regular, pois em razão do contingenciamento inicial houve uma substancial redução no orçamento inicial, alida ao bloqueio de recursos, prolongado, acabou por influenciar nas ações objetivas do plano de trabalho anual.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Considerando o diagnóstico inicial sobre a baixa participação da sociedade organizada no controle das políticas públicas, considera-se dois fatores preponderantes que decididamente interferem nessa situação, uma é a falta de financiamento da sociedade civil nos deslocamentos aos municípios, proporcionando dessa forma igualdade condições entre os conselheiros, não há o que se falar em pouco ou baixa participação da sociedade quando o governo utiliza-se de mecanismos de contingenciamento de recursos e depois bloqueio, o que acarreta a ausência da população dos encontros programados, curso, seminários, conferências, onde de debate e delibera políticas públicas, pensadas e articuladas para fortalecer a participação democrática do povo.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: ACESSO A JUSTICA (176)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

10101-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

BAIXO ACESSO DA POPULAÇÃO CARENTE À JUSTIÇA.

Objetivo do Programa:

FACILITAR AO CIDADÃO O ACESSO À JUSTIÇA NO CENÁRIO ESTADUAL, FORTALECENDO A CIDADANIA.

Público Alvo:

POPULACAO CARENTE

Gestor(a) do Programa:

Andre Luiz Prieto

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DAS DEFENSORIAS	100,00		0,00	656.729,12	457.557,88	69,67
Produto / Unidade de Medida	NÚCLEOS ATENDIDOS/UNIDADE						
Ação	CAPACITACAO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES, ESTAGIÁRIOS E MEMBROS DA DEFENSORIA	200,00	50,00	25,00	2.050,00	2.050,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	DEFENSOR E SERVIDOR CAPACITADOS/PESSOA						
Ação	INSTALAÇÃO E REFORMAS DOS NÚCLEOS DA DEFENSORIA PÚBLICA	7,00	7,00	100,00	53.964,00	53.964,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	NÚCLEOS INSTALADOS E REFORMADOS/UNIDADE						
Ação	QUALIDADE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO	250,00	125,00	50,00	960.000,04	959.493,93	99,95
Produto / Unidade de Medida	NÚCLEOS PADRONIZADOS/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				43,75%			92,40%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INDICE DE ALCANCE DE CLIENTES	PERCENTUAL	3,58	6,50	6,50	0,00	
Fonte: DEFENSORIA PUBLICA ESTADUAL						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
2.726.929,20	1.672.743,16	1.473.065,81	0,00	54,02	88,06

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

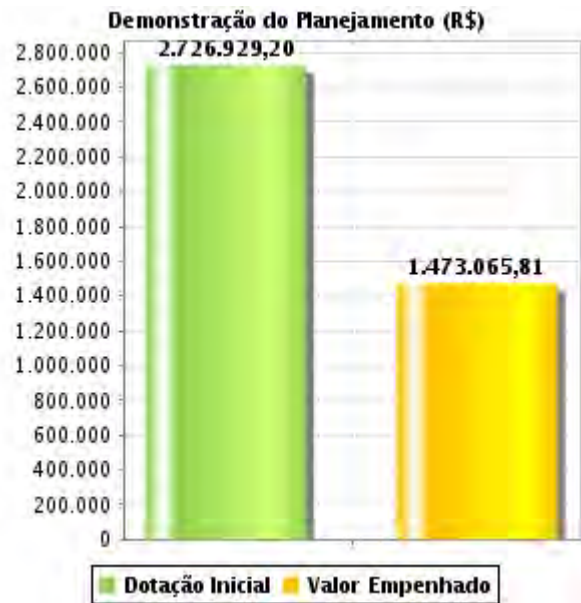
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **38,66%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 54,02%

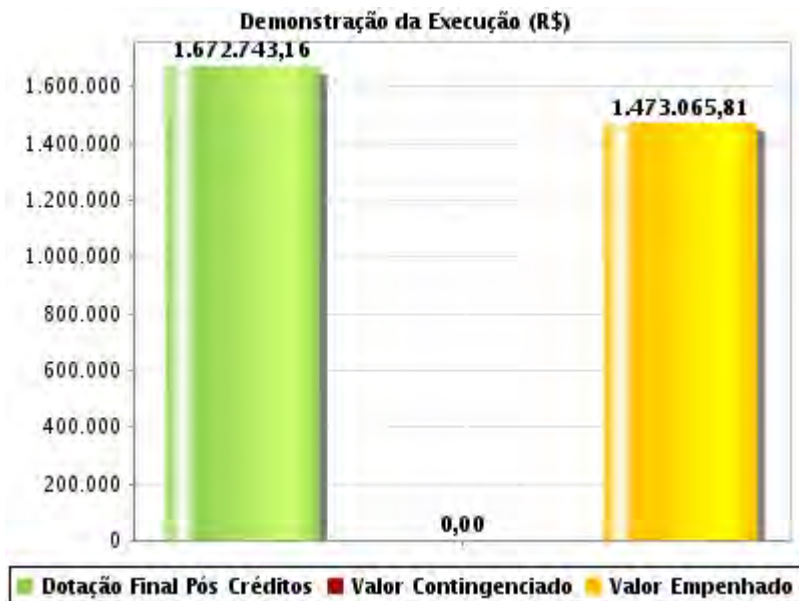


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 88,06%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR (191)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Origem do Programa:

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA, EXIGE QUE TODOS OS COMPONENTES DA CADEIA PRODUTIVA ESTEJAM PREPARADOS PARA ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, NO MERCADO QUE SE TORNA CADA VEZ MAIS COMPETITIVO. A AGRICULTURA FAMILIAR, DADA A DESORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E BAIXA COMPETITIVIDADE, DETERMINADAS PELA DESINFORMAÇÃO, PELO BAIXO PODER AQUISITIVO E PELA DESORGANIZAÇÃO DO AGRICULTOR E DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO, FICA À MARGEM DO PROCESSO PRODUTIVO, NÃO PERMITINDO COM QUE OS AGRICULTORES E SUAS FAMÍLIAS CONSIGAM RENDA SUFICIENTE, ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL. A CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E GERENCIAL E A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES E DA PRODUÇÃO, SÃO AÇÕES QUE DEVEM SER APOIADAS PELA ESFERA GOVERNAMENTAL NO SENTIDO DE GARANTIR À AGRICULTURA FAMILIAR GANHOS ECONÔMICOS QUE PERMITAM ÀS FAMÍLIAS O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL ATRAVÉS DA ATIVIDADE.

Objetivo do Programa:

APOIAR O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVES DE ACOES QUE PROMOVAM A AMPLIAÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS NO CAMPO.

Público Alvo:

AGRICULTORES FAMILIARES

Gestor(a) do Programa:

Marcelle Nassarden Rossi

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.400,00	1.400,00	100,00	1.044.482,30	526.397,00	50,40
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						
Ação	APOIO À ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES	250,00		0,00	6.390,00	2.110,00	33,02
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						
Ação	COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO RURAL	1.550,00		0,00	29.380,00	13.755,00	46,82
Produto / Unidade de Medida	FAMÍLIA ASSENTADA/FAMÍLIA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	HABILITACAO DE AGRICULTORES VIA ELABORACAO DE PROJETOS PARA CAPTACAO DE CREDITO RURAL	3.600,00	3.631,00	100,86	197.143,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	AGRICULTOR COM PROJETO DE CREDITO ELABORADO/PESSOA						
Ação	PESQUISA DE INOVACOES TECNOLOGICAS EM AREAS RURAIS	160,00	122,00	76,25	456.497,26	297.608,61	65,19
Produto / Unidade de Medida	EXPERIMENTOS IMPLANTADOS, CONDUZIDOS E DIVULGADOS/UNIDADE						
Ação	PRODUCAO DE MUDAS	400.000,00	71.200,00	17,80	90.900,00	200,00	0,22
Produto / Unidade de Medida	MUDAS PRODUZIDAS E DISPONIBILIZADAS/UNIDADE						
Ação	PRODUCAO DE ALEVINOS	500.000,00	325.000,00	65,00	16.800,00	3.348,99	19,93
Produto / Unidade de Medida	ALEVINO PRODUZIDO E DISPONIBILIZADO/UNIDADE						
Ação	PRODUCAO DE MATRIZES E REPRODUTORES DE SUINOS	320,00	200,00	62,50	13.200,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	MATRIZES E REPRODUTORES DE SUINOS PRODUZIDOS E DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						
Ação	PRODUCAO DE FUNGOS ENTOMOPATOGENICOS	12,00	0,00	0,00	29.064,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	FUNGOS PRODUZIDOS E DISPONIBILIZADOS/TONELADA						
Ação	REALIZACAO DE ANALISES LABORATORIAIS	15.000,00	8.209,00	54,73	24.200,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ANALISE LABORATORIAL REALIZADA E DISPONIBILIZADA/UNIDADE						
Ação	DISTRIBUICAO DE SEMENTES/ E OUTROS INSUMOS	80,00		0,00	4.078.942,00	4.078.942,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	SEMENTES E INSUMOS DISTRIBUIDOS/TONELADA						
Ação	PROMOCAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL - ATER	44.000,00	40.000,00	90,91	8.050.300,34	2.810.433,74	34,91
Produto / Unidade de Medida	AGRICULTOR FAMILIAR ASSISTIDO/PESSOA						
Ação	APOIO A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA/ORGÂNICA	5,00		0,00	6.700,00	6.700,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						
Ação	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA O CÉASA - MT	1,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	100,00		0,00	161.870,94	161.580,94	99,82
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						
Ação	INCENTIVO À AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	70,00		0,00	1.301.731,70	1.294.918,00	99,48
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE IMPLANTADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	35,50%		40,61%
-----------------------------------	--------	--	--------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ACOES PLANEJADAS REALIZADAS	UNIDADE	40,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: .						
FAMÍLIAS ATENDIDAS COM AÇÕES DO PROGRAMA	UNIDADE	2.500,00	6.500,00	6.500,00	0,00	
Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
17.615.013,32	15.507.701,54	9.195.994,28	0,00	52,21	59,30

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

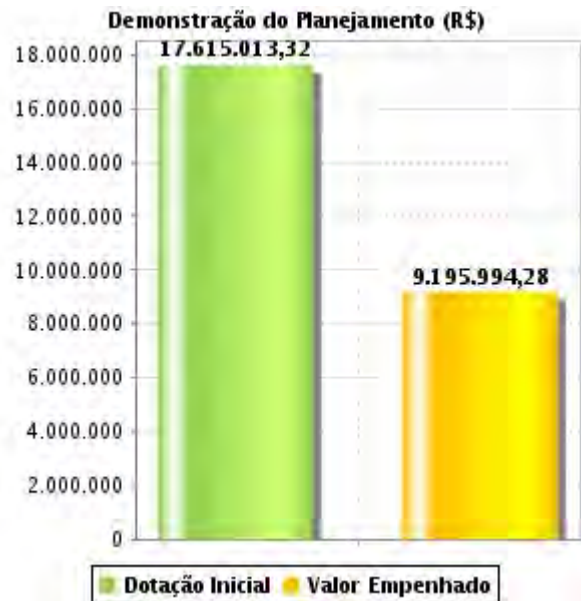
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **11,96%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 52,21%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 59,30%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Durante a execução do programa, entende-se que apesar de boa parte dos recursos de dotação inicial terem sido anulados em favor de outras ações, no caso a ação 4087, apoiando e incentivando a agricultura familiar, gerando um COFD deficiente. Foi atingida a meta de atendimento de aproximadamente 2.000 famílias de agricultores familiares, através da distribuição de várias outras atividades como uma delas a aquisição de sementes, equipamentos, sementes, insumos e outros.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

A maior parte das dotações iniciais dessa ação foi anulada e transferida para a ação 4087. O objetivo foi atender as necessidades da agricultura familiar concentrando a maior parte dos recursos em uma ação. Dessa forma, mesmo sempre cumprida grande parte das ações que estavam previstas nessa ação foram contempladas da mesma forma, porém, através de outra ação, pois a dotação inicial foi anulada em função da ação 4087. Esclareço que outras ações do Programa 191 também foram anuladas em favor da ação 4087, concentrando as ações que beneficiaram a agricultura familiar.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: MEU LAR (239)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

28101-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Origem do Programa:

ELEVADO NUMERO DE FAMÍLIAS CARENTES SEM HABITAÇÃO DIGNA NO ESTADO DE MATO GROSSO.

Objetivo do Programa:

PROPORCIONAR HABITACAO DIGNA PARA FAMILIAS CARENTES.

Público Alvo:

FAMILIAS CARENTES SEM HABITACAO

Gestor(a) do Programa:

Tercio Lacerda de Almeida

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ACESSO À MORADIA E PROMOÇÃO DE INCLUSÃO SOCIAL	16.400,00	6.018,00	36,70	159.545,50	159.545,50	100,00
Produto / Unidade de Medida	FAMILIA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	CONSTRUCAO DE HABITACOES URBANAS E INFRA- ESTRUTURA	4.171,00		0,00	30.076.950,16	22.381.048,80	74,41
Produto / Unidade de Medida	CASA CONSTRUIDA/UNIDADE						
Ação	CONSTRUCAO DE HABITACOES RURAIS E INFRA-ESTRUTURA	0,00		0,00	1.360.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CASA CONSTRUIDA/UNIDADE						
Ação	DISTRIBUICAO DE BOLSAS DE MATERIAL DE CONSTRUCAO	320,00		0,00	3.170.000,00	73.800,00	2,33
Produto / Unidade de Medida	BOLSA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DISTRIBUIDA/UNIDADE						
Ação	ELABORACAO DE PROJETOS TECNICOS DE HABITACAO	0,00		0,00	49.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ELABORADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				7,34%			35,35%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES PRÓPRIOS EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE DOMICÍLIOS	PERCENTUAL	70,93	75,21	75,21	0,00	
Fonte: IBGE						

Análise dos Indicadores do Programa:

O Programa Meu Lar a cada ano vem contribuindo para reduzir o déficit habitacional, apresentando um resultado positivo de 42,50% em relação ao ano de 2010.

No ano de 2011 foram entregues 8.461 novas unidades habitacionais em todo Estado.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
32.606.000,00	34.815.495,66	22.614.394,30	0,00	69,36	64,95

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

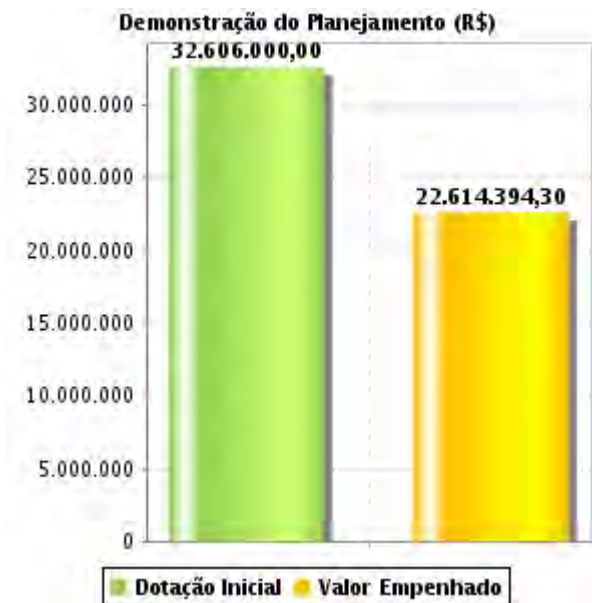
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **6,78%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 69,36%

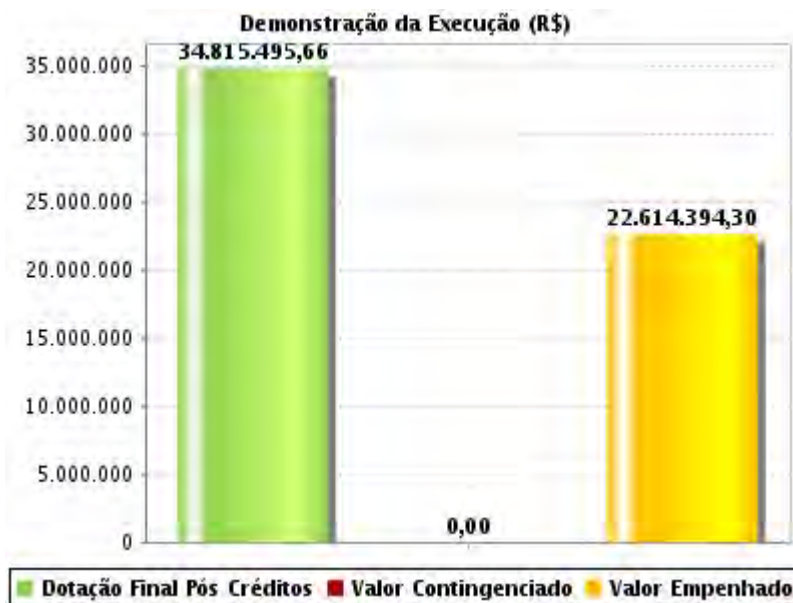


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 64,95%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A execução ficou abaixo do previsto pela indisponibilidade de dotação para movimentação e empenho, de modo a compatibilizar a execução da despesa com a realização de receita. A liberação dos recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O fato do desempenho não atingir sua excelência não significa que o Programa não esteja atendendo seus objetivos. Vários fatores contribuíram para o resultado, enumeramos: impossibilidade de firmar convênios com alguns municípios por conter pendências junto aos Órgãos Federal e Estadual; indisponibilidade de dotação para movimentação e empenho.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (262)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Origem do Programa:

INDICE ELEVADO DE EVASAO ESCOLAR E DE CRIANÇA E DE ADOLESCENTE SUBMETIDOS AOS MAUS TRATOS E VIOLENCIA SEXUAL.

Objetivo do Programa:

TORNAR EFICIENTES E EFICAZES AS AÇÕES NA PROMOÇÃO E DEFESA DAS POLITICAS PUBLICAS DE INCLUSAO DA CIDADANIA INFANTO-JUVENIL.

Público Alvo:

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Gestor(a) do Programa:

Paulo Roberto Jorge do Prado

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	PROMOÇÃO DA PROTECAO SÓCIO-JURÍDICA À CRIANÇA E ADOLESCENTE.	25,00	25,00	100,00	60.403,00	60.403,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROTEÇÃO EFETIVADA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				100,00%			100,00%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NUMERO DE OCORRENCIAS REGISTRADA, CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, NOS CONSELHOS TUTELAR E DISQUE 100	PERCENTUAL	40,00	80,00	80,00	80,00	23/11/2011
Fonte: MP/MT						
ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR	PERCENTUAL	26,00	18,00	18,00	18,00	23/11/2011
Fonte: SEDUC						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise dos Indicadores do Programa:

Detectamos um equívoco na eleição dos indicadores, uma vez que estão sob a governabilidade de outros Órgão Públicos, como Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Segurança Pública, não estando disponíveis, ainda, os números estatísticos referentes ao ano/exercício de 2011. Convindo ressaltar que, embora devidamente requisitadas as informações aos órgãos responsáveis, estas não aportaram nesta Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente até o momento desta avaliação. Em razão disso, a ação correspondente à evasão escolar foi suprimida do programa, adotando-se um novo indicador com o fito de auferir a entrega de serviço à sociedade, qual seja, a proteção sócio-jurídica à criança e ao adolescente.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
120.000,00	60.403,00	60.403,00	0,00	50,34	100,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

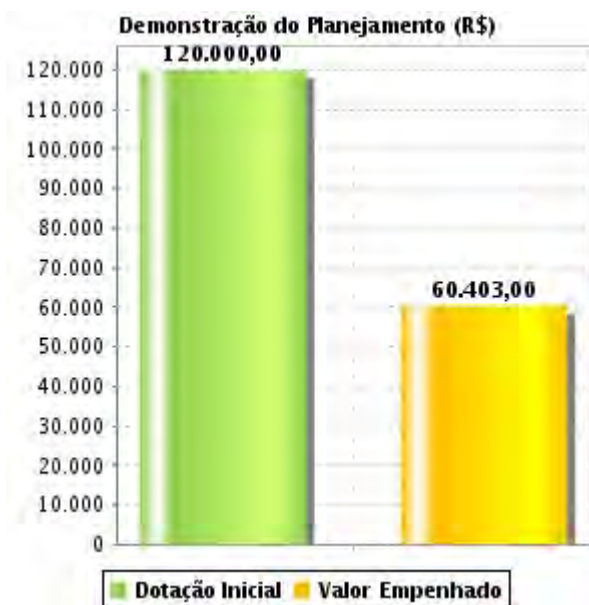
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **49,66%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 50,34%

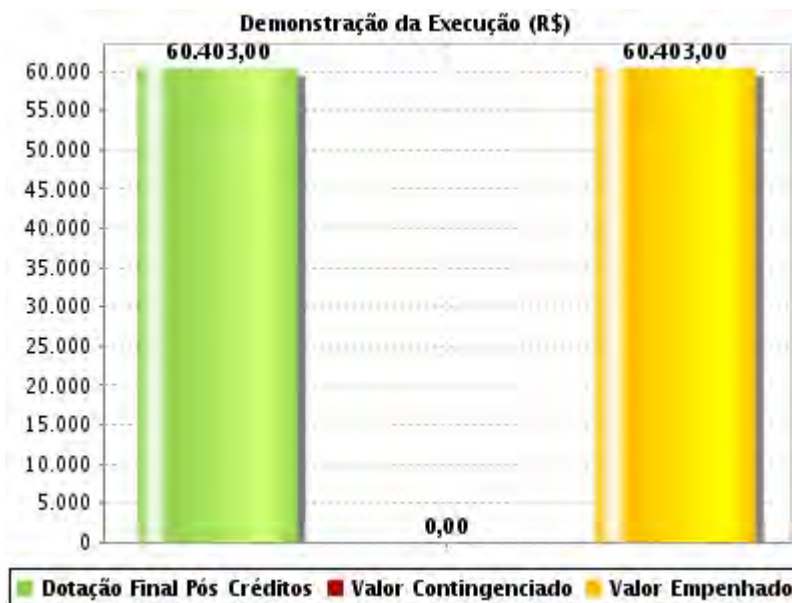




Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 100,00%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A Procuradoria Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente, visando atingir as metas propostas no Planejamento Estratégico, bem como nosso fim institucional de proteção dos direitos das Crianças e Adolescentes, realizou diversas atividades no decorrer do exercício de 2011, tais como Audiências Públicas, continuidade da Campanha de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Câmara Municipal e entidades universitárias UNIRONDON e ICE; bem como lançamento da Campanha institucional contra as drogas denominada -PAPO RETO: Pó, pedra e pasta destroem sua vida-; Palestras realizadas na Capital e em várias cidades do interior do Estado e Reuniões com o Governador do Estado de Mato Grosso, Secretários Estaduais de Justiça e Direitos Humanos e da Saúde e Prefeitos Municipais.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Os resultados deste programa, sob a análise desta Procuradoria Especializada, foram atingidos. Apesar de termos percebido um equívoco na eleição dos indicadores, uma vez que o índice da evasão escolar, que é apurado ao final de cada ano letivo, está sob governabilidade de outros Órgãos Públicos, como as Secretarias Estadual e Municipal de Educação. Entretanto, esse fato não impediu a avaliação dos resultados, pois acabamos realizando-o tendo como parâmetro a atuação judicial e extrajudicial dos órgãos de execução do Ministério Público no enfrentamento do problema.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: SEGURANÇA NO TRÂNSITO E QUALIDADE NO ATENDIMENTO (271)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

25301-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Origem do Programa:

ELEVADOS ÍNDICES DE ACIDENTES DE TRÂNSITO EM TODO O ESTADO. PARA REVERTER ESSE QUADRO DEVEMOS IMPLANTAR DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA E DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO VOLTADA PARA A FORMAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO MAIS CONSCIENTE E PREPARADA PARA TRANSFORMAR UM TRÂNSITO DE PAZ DENTRO DESTE ESTADO, TENDO EM VISTA QUE A SOCIEDADE É A QUEM SOFRE PELA FALTA DESSA POLÍTICA, POIS OS ÍNDICES SEM A CONCRETIZAÇÃO DESSA POLÍTICA TENDEM A CRESCER, CONFORME ESTUDOS DIVULGADOS PELO DENATRAN. INTERNAMENTE, DEVEMOS AGILIZAR OS PROCESSOS E REGULARIZAR OS MESMOS COM O AUXÍLIO DO CONTROLE INTERNO EM CONFORMIDADE COM AS LEGISLAÇÕES VIGENTES A NÍVEL FEDERAL E ESTADUAL, PARA QUE POSSAMOS NOS CORRESPONDER COM AS EXIGÊNCIAS DO CONTROLE EXTERNO REALIZADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, POIS A MOROSIDADE ACABA POR PREJUDICAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSEQUENTEMENTE ATINGE O NOSSO PÚBLICO ALVO QUE É A POPULAÇÃO E A ESTA DEVEMOS PRESTAR O SERVIÇO COM EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE.

Objetivo do Programa:

REDUZIR OS ALTOS ÍNDICES DE ACIDENTES DE TRÂNSITO EM TODO O ESTADO.

Público Alvo:

USUÁRIOS DE VIAS PÚBLICAS

Gestor(a) do Programa:

Teodoro Moreira Lopes

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA SEDE, AGENCIAS E CIRETRANS	15,00	10,00	66,67	1.774.008,79	714.955,56	40,30
Produto / Unidade de Medida	ESPACO FISICO AMPLIADO E ADAPTADO/UNIDADE						
Ação	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO CONTROLE DE TRÂNSITO	35,00	72,00	205,71	825.514,04	793.386,70	96,11
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MODERNIZADA/UNIDADE						
Ação	VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	582,00	277,00	47,59	784.507,39	450.673,07	57,45
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	MELHORIA NOS PROCEDIMENTOS INTERNOS	450,00	408,00	90,67	249.364,12	202.813,80	81,33
Produto / Unidade de Medida	AUDITORIA REALIZADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E INTERVENÇÃO VIÁRIA	100,00	10,00	10,00	1.843.227,99	1.211.913,09	65,75
Produto / Unidade de Medida	MUNICIPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO VOLTADAS PARA A PRESERVAÇÃO E PARA A VALORIZAÇÃO DA VIDA	101,00	74,00	73,27	2.795.633,69	2.554.095,77	91,36
Produto / Unidade de Medida	MUNICIPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CONDUTORES	229.886,00	274.383,00	119,36	7.785.552,63	7.699.378,56	98,89
Produto / Unidade de Medida	DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO EMITIDO/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO SETOR VEICULAR	391.530,00	451.839,00	115,40	5.828.946,61	5.577.099,20	95,68
Produto / Unidade de Medida	PROCESSO DE VEICULO REALIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				91,08%			78,36%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ÍNDICE DE VÍTIMAS FATAIS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO	ACID/10000 VEÍC	7,50	6,00	6,00	0,00	
Fonte: Site do Denatran (anúário 2005)						

Análise dos Indicadores do Programa:

Como havíamos comentado no Relatório de Gestão Anual anterior, a equipe técnica de Estatística do DETRAN - RENAEST (Registro Nacional de Acidentes e Estatística de Trânsito) foi criada através da Lei Complementar nº 354 de 07/05/2009 e do Decreto 2.022 de 01/07/2009, para o cumprimento da Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, art. 22, inciso IX, que determina a existência de um setor de estatística para -coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas-, bem como a Resolução nº 208 de 16/10/2006 e a Portaria nº 82 de 16/11/2006.

Todavia, para a continuidade e conclusão dos trabalhos do RENAEST há uma necessidade de articulação com os órgãos de segurança pública estadual e federal, como a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Polícia Judiciária Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal. Atualmente, esses órgãos vem se reunindo, todavia a implantação de um sistema único integrado de dados que alimentaria os Boletins de Ocorrências, ainda não está finalizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, e enquanto esse software não é concluído, o RENAEST apenas recebe as informações do índice de vítimas fatais em acidentes de trânsito da capital e de Várzea Grande, como pode ser visto pelo nosso site www.detrans.mt.gov.br, porém dos demais municípios do Estado dependeria da conclusão desse software. Lembrando que, posteriormente à finalização da 1ª fase de trabalho que é a implantação de um sistema único e integrado haverá a 2ª fase dos trabalhos que é a capacitação dos servidores das Unidades da Polícia Judiciária Civil distribuída nos municípios do Estado de Mato Grosso. Após essa fase, certamente, o sistema começará a ser alimentado pelos profissionais da Segurança Pública que registrarão as ocorrências, concernentes aos acidentes de trânsito.

Assim, num futuro próximo, esperamos demonstrar o indicador deste Programa a essa SEPLAN/MT, como forma de mensurar o impacto que as nossas ações finalísticas estão resultando à nossa sociedade, quando esta identificou o problema que tanto lhe incomoda, que é o -acidente de trânsito-, na qual esta Autarquia, reúne esforços com todas as demais ações para alcançar a efetividade desta Política Pública -Segurança no Trânsito e Qualidade no Atendimento-.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
22.708.326,68	21.886.755,26	19.204.315,75	0,00	84,49	87,66

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

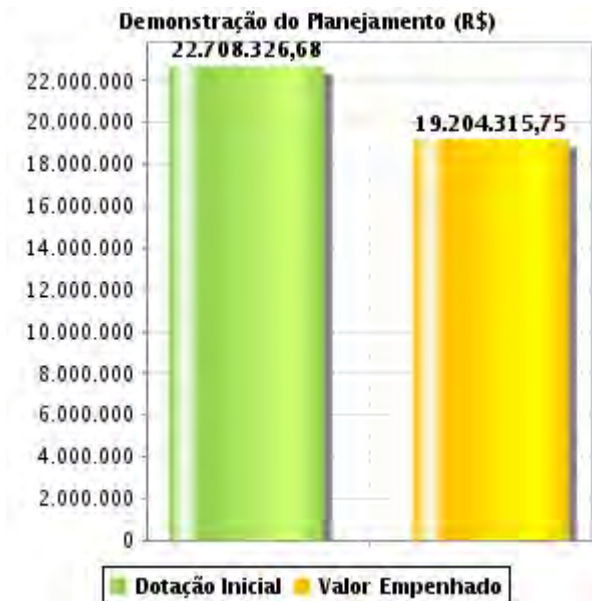
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **3,62%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 84,49%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 87,66%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O percentual PPD alcançou um excelente desempenho em 2011 em relação às ações planejadas, é claro, que poderíamos ter um resultado melhor, todavia houve a necessidade de redução no decorrer do exercício para atender outras demandas, que tiveram dotações contingenciadas, lembrando que o planejamento é flexível e possibilita o remanejamento entre ações e que nenhum momento prejudicou a execução dos contratos finalísticos. Percebemos que o nosso índice de PPD em 2011, melhorou em relação aos anos anteriores, quando em 2010 tivemos 82,50%, em 2009 82,90% em 2008, 163,52% e em 2007 536,47%.

Em relação à Capacidade Operacional Financeira da Despesa, alcançamos, na prática, um excelente desempenho, aproximadamente 100%, diferente do valor apresentado nesta régua, pois verificamos que o valor contingenciado não apresenta neste quadro, e foi o que aconteceu com os órgãos, pois em 2011 sofremos dois contingenciamentos seguidos, o primeiro em outubro e posteriormente em novembro, para atender a necessidade do Estado para disponibilizar ao final o saldo bloqueado para cobrir a folha de pagamento de pessoal e a dívida. Tivemos muita dificuldade para adequar os trabalhos desenvolvidos neste Programa Finalístico, pois não estávamos preparados para os bloqueios; sem falar que, o orçamento que ficou disponível tinha que ser liberado pela Secretaria de Estado de Fazenda SEFAZ/MT para poder empenhar, o que dificultou a celeridade da execução de novas aquisições, que já haviam sido licitadas e aguardavam a liberação de empenho pela Sefaz, que ao final, não liberou diversas demandas. Independente das circunstâncias externas ocorridas no exercício de 2011, consideramos uma execução melhor que o resultado de 2010, que foi de 91,64%, de 2009 que foi de 82,90% e em 2008 que fechou o COFD em 61,46%.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Quanto aos resultados que o Programa Segurança no Trânsito e Qualidade no Atendimento impactaram na sociedade temos a dizer que esta Autarquia atendeu o cumprimento do Código de Trânsito, quando fiscalizamos e controlamos o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores, expedimos e cassamos a Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, vistoriamos e inspecionamos as condições de segurança veicular, registramos, e selamos a placa, expedimos o Certificado de Registro e Licenciamento, estabelecemos também parceria com o Batalhão de Trânsito da Polícia Militar para a garantia do policiamento ostensivo de trânsito, a coleta de dados estatístico, através do RENAEST para subsidiar às tomada de decisões e também para direcionar a equipe de trabalho das áreas finalísticas a atuarem nos pontos chaves, credenciamento de órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, ações voltadas para conscientização dos cidadãos por meio dos trabalhos desenvolvidos pela Coord. Geral de Educação para o Trânsito, sinalizações e intervenções viárias, enfim, podemos dizer que as competências destinadas ao DETRAN/MT, Entidade Executiva de Serviços de Trânsito, foi atendida conforme previsão legal no Código de Trânsito Brasileiro/1997. A Autarquia tem caminhado para o aprimoramento no seu atendimento aos usuários. Um ponto a se destacar é a implantação do novo sistema do DETRAN, o DETRANET, que contribuiu para o aperfeiçoamento da emissão de documentos.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL MT (280)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

22607-FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Origem do Programa:

A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS PRECISA SER FORTALECIDA DE FORMA CONTINUADA PORQUE AINDA EXISTEM ENTRAVES A SEREM SUPERADOS QUE IMPEDEM A EFETIVIDADE ALMEJADA PELA POLÍTICA NACIONAL

Objetivo do Programa:

MONITORAR E PRESTAR APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS 141 MUNICÍPIOS, GARANTINDO A PROTEÇÃO A VIDA, PROVENDO SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL PARA FAMÍLIAS, INDIVÍDUOS E GRUPOS QUE DELES NECESSITAREM.

Público Alvo:

MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Gestor(a) do Programa:

Jose Rodrigues Rocha Junior

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	GESTÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	141,00	3,00	2,13	3.335,00	3.335,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	GESTÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	141,00	120,00	85,11	90.000,00	90.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE MT	141,00	141,00	100,00	4.674.454,96	4.389.270,61	93,90
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	GESTÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	141,00	141,00	100,00	347.652,25	258.768,64	74,43
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIO ATENDIDO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	GESTÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATÊ A FOME	2,00	2,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS APROVADOS/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1,00	1,00	100,00	152.663,00	152.663,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	CONSELHO MANTIDO/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE ABRIGOLAR DA CRIANÇA	1,00	1,00	100,00	1.631.495,29	1.409.736,32	86,41
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MANTIDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				83,89%			79,25%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	PERCENTUAL	27,00	15,00	15,00	0,00	
Fonte: MDS						
TAXA DE ACESSO A POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	PERCENTUAL	66,83	88,95	88,95	0,00	
Fonte: Rel dos Munic/MDS/SENARC						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
6.482.862,00	6.899.600,50	6.303.773,57	0,00	97,24	91,36

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

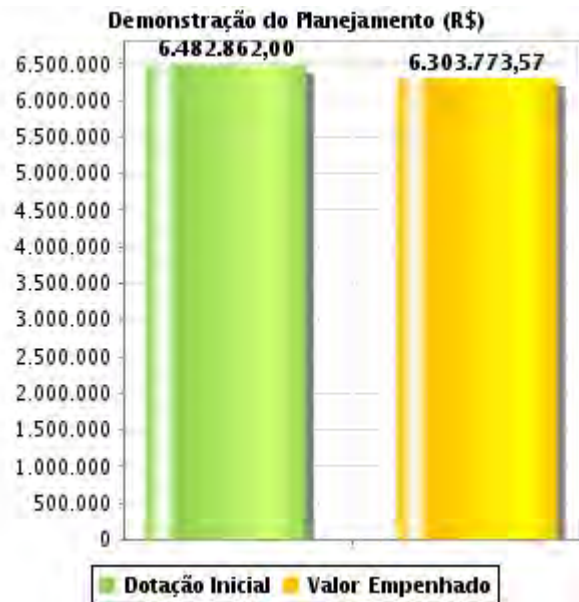
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **6,43%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



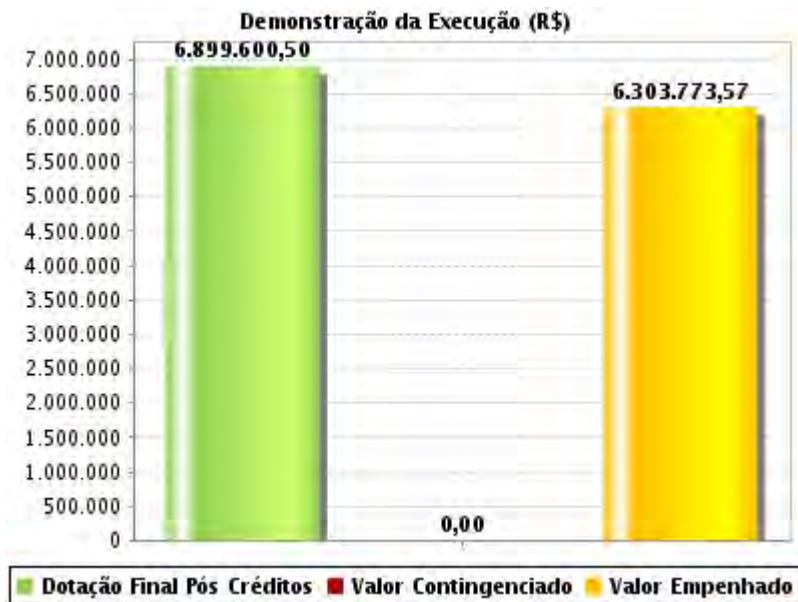
Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 97,24%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 91,36%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO E DO LAZER (284)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

15601-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

BAIXO INCENTIVO ÀS PRÁTICAS DESPORTIVAS E DE LAZER.

Objetivo do Programa:

ESTIMULAR A PRÁTICA DESPORTIVA FORMAL E NÃO FORMAL BUSCANDO A QUALIDADE DE VIDA E O APRIMORAMENTO TÉCNICO DESPORTIVO.

Público Alvo:

SOCIEDADE EM GERAL

Gestor(a) do Programa:

Carlos Antonio de Azambuja

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	INCENTIVO A PRATICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES NAS AREAS DE RISCO	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CRIANCA E ADOLESCENTE BENEFICIADOS/PESSOA						
Ação	CAPACITACAO E QUALIFICACAO DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA E DO LAZER	300,00	300,00	100,00	12.320,00	8.640,00	70,13
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL CAPACITADO/PESSOA						
Ação	APOIO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DO DESPORTO E AOS MUNICIPIOS	54,00		0,00	7.489.437,00	7.410.552,57	98,95
Produto / Unidade de Medida	ENTIDADE BENEFICIADA/NÚMERO						
Ação	INCENTIVO AOS ATLETAS OLIMPICOS, NÃO OLIMPICOS E PARA OLIMPICOS DE MATO GROSSO	130,00		0,00	1.300.000,00	1.293.200,00	99,48
Produto / Unidade de Medida	ATLETA BENEFICIADO/PESSOA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	CONSTRUCAO DE INFRA-ESTRUTURA DESPORTIVA E DO LAZER	12,00	134,00	1.116,67	3.173.342,24	1.142.349,49	36,00
Produto / Unidade de Medida	INFRA-ESTRUTURA DISPONIBILIZADA/UNIDADE						
Ação	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA E DO LAZER	38,00	10,00	26,32	1.458.474,02	1.393.332,39	95,53
Produto / Unidade de Medida	JOGO REALIZADO/NÚMERO						
Ação	AMPLIACAO E REFORMA DE INFRA-ESTRUTURA PARA PRATICA DESPORTIVA DO LAZER	12,00	41,00	341,67	694.743,58	243.217,70	35,01
Produto / Unidade de Medida	ESPAÇO FISICO AMPLIADO E ADAPTADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				226,38%			62,16%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
TAXA DE ATENDIMENTO COM PRÁTICAS DESPORTIVAS À ALUNOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO FUND, MD E SUPERIOR	PERCENTUAL	10,00	50,00	50,00	0,00	
Fonte: RAG/MT						
TAXA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE ESPORTE RECREATIVO E LAZER	PERCENTUAL	2,00	10,00	10,00	0,00	
Fonte: SEEL/MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
14.008.447,00	14.128.316,84	11.491.292,15	0,00	81,94	81,24

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

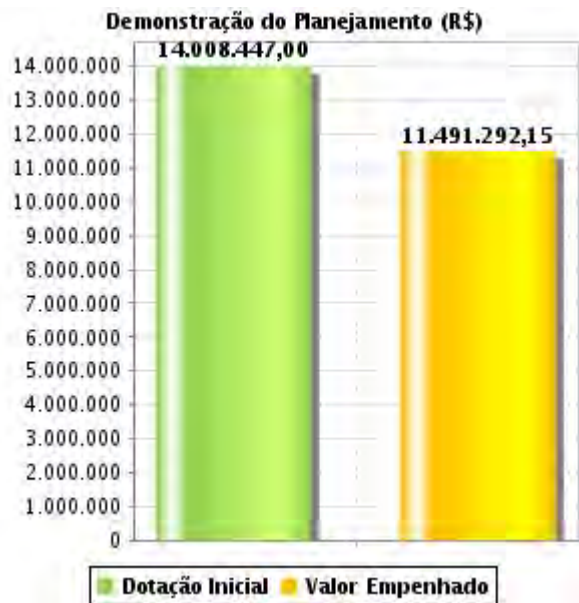


Estado de Mato Grosso

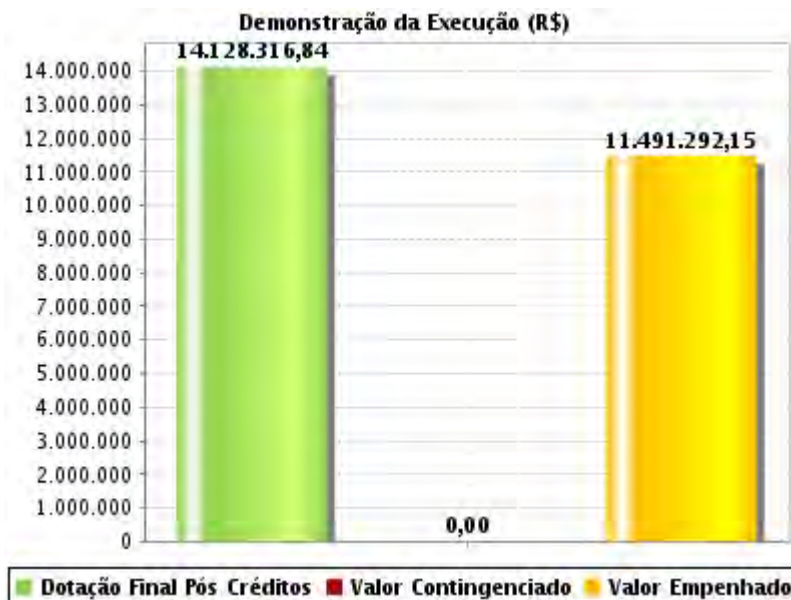
RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **0,86%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 81,94%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 81,24%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DEFESA DA CIDADANIA E RESPEITO AOS DIREITOS DO CIDADÃO (287)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Origem do Programa:

DESCUMPRIMENTO DOS DIREITOS GARANTIDOS PELA LEGISLAÇÃO AOS IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, A EDUCAÇÃO, A SAÚDE E AO CONSUMIDOR.

Objetivo do Programa:

REDUZIR OS CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DO CIDADÃO.

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Edmilson da Costa Pereira

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS	13,00	15,00	115,38	5.520,00	5.520,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	POLITICA IMPLANTADA/PERCENTUAL						
Ação	DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO A EDUCAÇÃO	8,00	16,00	200,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	POLITICA IMPLANTADA/PERCENTUAL						
Ação	DEFESA DOS DIREITOS DO CIDADÃO A SAÚDE	13,00	49,00	376,92	18.304,00	18.304,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	POLITICA IMPLANTADA/PERCENTUAL						
Ação	DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR.	10,00	47,00	470,00	952,34	952,34	100,00
Produto / Unidade de Medida	POLITICA IMPLANTADA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				290,58%			75,00%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INDICE DE SATISFAÇÃO DA SOCIEDADE	PERCENTUAL	0,00	70,00	70,00	0,00	
Fonte: MP/MT						
PERCENTUAL DE MEDIDAS COM SUCESSO	PERCENTUAL	0,00	50,00	50,00	147,16	27/01/2012
Fonte: MP/MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

-> PERCENTUAL DE MEDIDAS COM SUCESSO:

O programa conduzido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área da Cidadania e do Consumidor cumpriu com o objetivo proposto e apresentou um substancial comprometimento com a celeridade e efetividade das medidas ministeriais, na sua área de atuação. O esforço conjunto das Promotorias de Justiça para a não judicialização das demandas superou a expectativa inicial e atingiu cerca de 70,58%. (Referência: a) demandas recebidas-8.024 ; b) demandas solucionadas sem instauração- 5.664). Os dados de instaurações e finalizações denotam que no ano de 2011, houve um número maior de finalizações que superam as estatísticas para o ano (147,16%). Com este dado, pode-se observar que cerca de 3.298 demandas registradas nos anos anteriores tiveram sua resolução no ano de 2011. Este fato se justifica a medida que observamos que as medidas se protraem no tempo e que muitas vezes a resolutividade da medida é obtida no ano posterior ou quando no encerramento do Plano de Trabalho Plurianual. No que tange a qualidade das finalizações, observa-se que as finalizações extrajudiciais representam cerca de 79,16% e superam a propositura de ações judiciais visando a resolução das demandas da sociedade. (Referência: (TAC+NR=3828 ; ACP distribuída= 798). Da análise final desses dados, verificamos o real comprometimento das Promotorias de Justiça com o objetivo estratégico assumido de busca por maior celeridade nas ações e maior efetividade dos instrumentos ministeriais, visando reduzir os casos de violência contra o cidadão através do oferecimento de uma melhor qualidade de vida para a população.

-> ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA SOCIEDADE:

De modo recorrente, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso não tem mensurado de forma objetiva, o grau de satisfação da sociedade, vez que em levantamento foi constatado que ainda não há parâmetro nacionalmente constituído, em face das peculiaridades institucionais voltadas, especificadamente, para uma atuação proativa. Entretanto, destaca-se que nos últimos anos, a instituição buscou introduzir novos métodos de trabalho com o intuito de valorizar o atendimento ao público e resposta sobre as providências adotadas em relação às demandas recebidas. Entre esses novos métodos, destacam-se os indicadores de atendimento ao público que totalizaram no ano de 2011 o montante de 21.953, o de audiências públicas que no mesmo ano atingiu o número de 178 e os atendimentos via SAC que totalizam 756. Convém mencionar que, de uma análise comparativa dos dados oficiais gerados pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (2010-2011), pode-se extrair um aumento de 57,50% nas demandas formalizadas através do SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público. Assim, conclui-se que o canal de comunicação com a sociedade e as providências adotadas para valorizar o atendimento a população tem alcançado o seu objetivo inicial.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
120.000,00	24.776,34	24.776,34	0,00	20,65	100,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

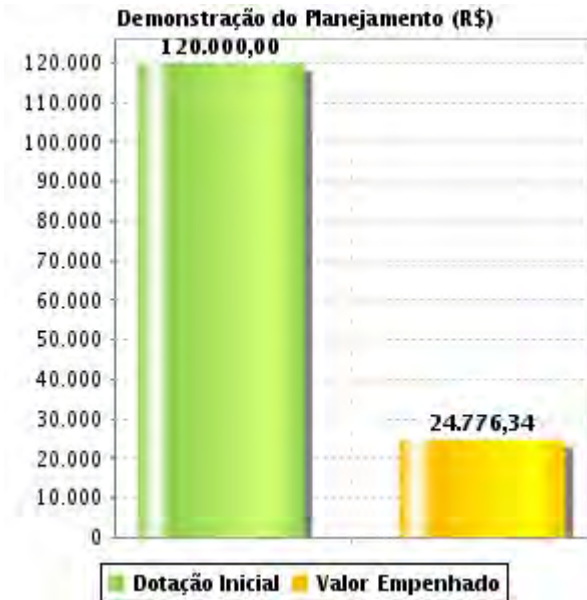
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **79,35%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



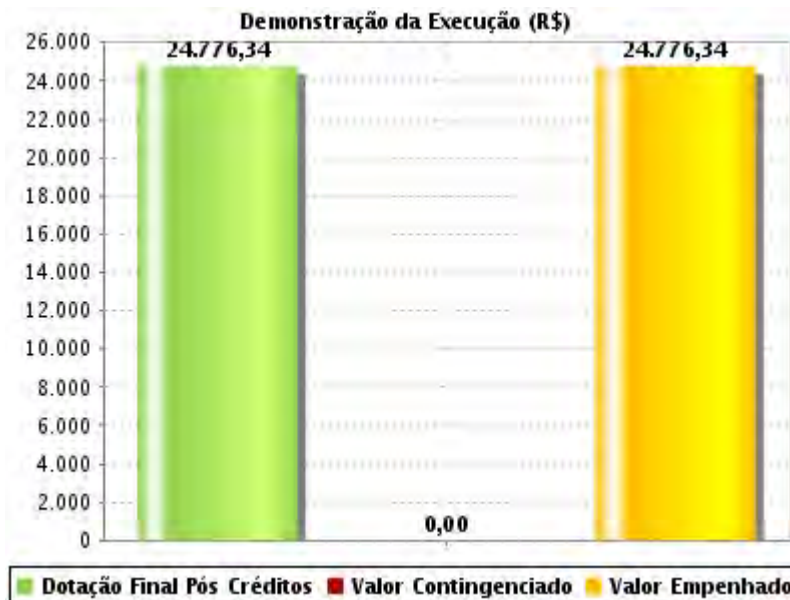
Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 20,65%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 100,00%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A execução do Programa teve um ótimo desempenho e foi compatível com o plano de trabalho inicial. Todas as ações tiveram as metas superadas. O índice apurado evidencia a condição satisfatória desta unidade em executar seu planejamento, bem como denota as dificuldades apontadas anteriormente. Assim, persiste a dificuldade em se efetuar a mensuração dos custos individualizados para cada ação, a partir da consideração das Promotorias de Justiça como unidades administrativas que cujos custos foram -em grande parte- suportados pelas despesas alocadas no Programa de Apoio Administrativo.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O Programa de Defesa da Cidadania e respeito aos direitos do cidadão se destina a enfrentar as questões sociais que afrontam os direitos fundamentais garantidos na Constituição. Especificadamente, o Plano de Trabalho no ano de 2011, optou-se por trabalhar sob um tema central buscando desenvolver ações que impactassem, positivamente, em todas as frentes de trabalho do Ministério Público. Assim, o trabalho foi conduzido sob o norte de enfrentamento do maior problema enfrentado pela população urbana e rural de Mato Grosso, a INSEGURANÇA PÚBLICA. A partir de tal definição, foi traçada estratégia com o objetivo de interligar as áreas de atuação das Promotorias de Justiça da Cidadania e do Consumidor com o tema, de modo a separar as questões incorporadas na rotina das prioridades específicas de: 1) violência contra a pessoa idosa, 2) Educação e Violência no Trânsito, 3) Educação álcool e drogas e 4) Segurança nas Escolas. É importante salientar que o Programa de Defesa da Cidadania e Respeito aos direitos do Cidadão vem atendendo as necessidades da população matogrossense a medida que vem sendo reflexo das demandas registradas no Estado. Por fim, necessário se torna ressaltar a necessidade de designação de metas permanentes em favor dos grupos vulneráveis, educação, saúde e dos direitos do consumidor.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PREVENÇÃO E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS DE BOMBEIROS (300)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

INSUFICIÊNCIA DE PREVENÇÃO E ATENDIMENTO EMERGENCIAIS DE BOMBEIROS

Objetivo do Programa:

GARANTIR A EFETIVA OFERTA DOS SERVIÇOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR VISANDO PRINCIPALMENTE À DIMINUIÇÃO DO TEMPO-RESPOSTA NOS ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Atila Wanderley da Silva

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	IMPLEMENTAR AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DE MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	900,00	613,00	68,11	813.812,47	777.202,47	95,50
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	FORMAÇÃO DE AGENTES DE DEFESA CIVIL	0,00	50,00	5.000,00	60.169,48	59.965,00	99,66
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	FORTELECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	0,00	6,00	600,00	238.321,64	140.967,00	59,15
Produto / Unidade de Medida	ÓRGÃO FORTALECIDO/UNIDADE						
Ação	MONITORAMENTO DOS RISCOS DE DESASTRES	0,00	50,00	5.000,00	61.090,00	60.110,00	98,40
Produto / Unidade de Medida	RELATÓRIO ENTREGUE/UNIDADE						
Ação	ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS E DESASTRES	10,00		0,00	83.870,00	49.061,80	58,50
Produto / Unidade de Medida	RELATÓRIO DISPONIBILIZADO/UNIDADE						
Ação	OCORRÊNCIA DE BOMBEIROS - ATENDIMENTO TOTAL	100,00	100,00	100,00	11.048.697,73	10.971.398,21	99,30
Produto / Unidade de Medida	ATENDIMENTO NA ÁREA DE COBERTURA REALIZADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	RESPOSTA IMEDIATA NO ATENDIMENTO PELOS BOMBEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA	23,00	23,00	100,00	643.161,97	625.706,93	97,29
Produto / Unidade de Medida	ATENDIMENTO NA REGIAO METROPOLITANA REALIZADO/UNIDADE						
Ação	FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA DE BOMBEIROS MILITARES EM EDIFICAÇÕES	6.000,00	13.340,00	222,33	268.717,03	268.717,03	100,00
Produto / Unidade de Medida	EDIFICAÇÃO FISCALIZADA/UNIDADE						
Ação	RESPOSTA IMEDIATA NO ATENDIMENTO PELOS BOMBEIROS NO INTERIOR DO ESTADO	57,00	52,00	91,23	689.724,00	689.724,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	ATENDIMENTO NO INTERIOR REALIZADO /UNIDADE						
Índice médio geral de realização:					1.242,41%		89,75%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÚMERO DE BOMBEIROS CAPACITADOS	SERVIDOR	120,00	1.800,00	900,00	613,00	31/12/2011
Fonte: BM 3						
NÚMERO DE EDIFICAÇÕES FISCALIZADAS	UNIDADE	6.000,00	12.000,00	6.000,00	13.340,00	31/12/2012
Fonte: JUNTA COMERCIAL						
NÚMERO DE POP. QUE NÃO DISPÕE SV CBMMT	PERCENTUAL	49,00	43,00	49,00	52,00	31/12/2011
Fonte: CBMI						
OCORRÊNCIAS ATENDIDAS NA REGIÃO METROPOLITANA	PERCENTUAL	15,00	35,00	23,00	23,00	31/12/2012
Fonte: CIOSP						
OCORRÊNCIAS ATENDIDAS NO ESTADO	PERCENTUAL	80,00	100,00	100,00	100,00	31/12/2012
Fonte: CIOSP/CBMI						

Análise dos Indicadores do Programa:

Justifica-se os resultados alcançados no ano pelo desempenho da instituição nas diversas áreas de atendimento a população, bem como pela melhoria absoluta proporcionada pelo incremento da receita com os recursos da TACIN (Taxa de Incêndio). Os dados divergentes foram devidamente explicados, como sendo, pelo aumento da dotação ou mesmo pela mudança de postura da Corporação frente às necessidades do Estado.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
9.046.805,72	13.907.564,32	13.642.852,44	0,00	148,68	96,72

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

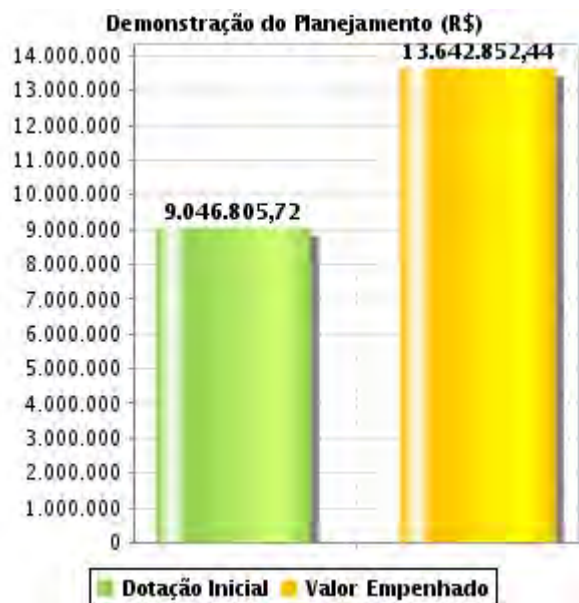
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **53,73%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 148,68%

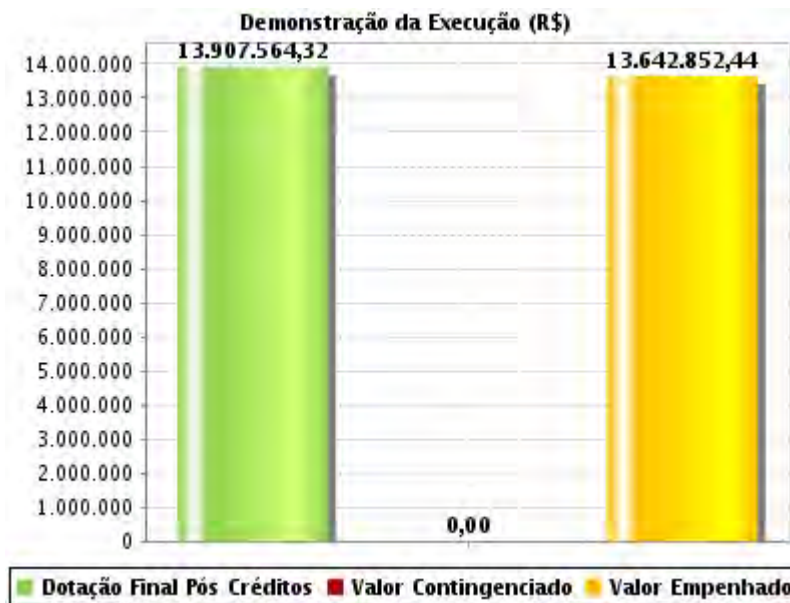


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 96,72%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O programa foi desenvolvido de forma satisfatória. A meta foi alcançada. Os incrementos de recursos provenientes da Taxa de Incêndio (TACIN) foram preponderantes para um melhor desenvolvimento das ações propostas, principalmente de investimentos. As situações de anormalidades no aumento ou na diminuição dos índices foram devidamente justificadas. Os objetivos foram alcançados no Programa, culminando como resultado ÓTIMO na execução do planejamento e ÓTIMO na execução orçamentário/financeira.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Observa-se que a efetividade do programa está comprometida em algumas ações e há necessidade de efetivação de correção de índices, mas, no geral, há efetividade e continuidade do planejamento inicial. O programa contribui para a efetiva manutenção dos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros à população matogrossense, bem como para investimentos necessários para a melhoria do atendimento ao cidadão. O programa contribui para a garantir a efetiva oferta dos serviços da Corporação, visando principalmente a redução do tempo-resposta nos atendimentos emergenciais.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO ESTRATÉGICA DE RESULTADOS (301)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA SEJUSP É INADEQUADO AO CUMPRIMENTO DE SUA MISSÃO, COM PRÁTICAS DE GESTÃO VOLTADAS EXCESSIVAMENTE PARA PROCEDIMENTOS E NORMAS, E POUCO DIRECIONADAS PARA PRODUÇÃO DE RESULTADOS EFETIVOS.

Objetivo do Programa:

APERFEIÇOAR A GESTÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DE SUAS INSTITUIÇÕES EM BUSCA DA EFETIVIDADE DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Público Alvo:

SEJUSP E ÓRGÃOS DESCONCENTRADOS

Gestor(a) do Programa:

Diogenes Gomes Curado Filho

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	70,00	30,00	42,86	270.118,76	224.097,88	82,96
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA REESTRUTURADO/PERCENTUAL						
Ação	INSTITUIÇÃO DE AÇÕES DE VALORIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO À SAÚDE E MOTIVAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES	100,00	90,00	90,00	2.454.912,47	540.932,33	22,03
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO INSTITUÍDA/PERCENTUAL						
Ação	FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA EM JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	800,00	923,00	115,38	2.552.318,95	2.156.393,54	84,49
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - SEJUD	0,00	100,00	10.000,00	266.294,55	46.404,36	17,43
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	2.562,06%	51,73%
-----------------------------------	-----------	--------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PELO GESPÚBLICA (UNIDADE)	UNIDADE	0,00	150,00	150,00	0,00	
Fonte: Instrumento de Avaliação do GESPÚBLICA						

Análise dos Indicadores do Programa:

O Indicador ainda está em fase estruturação, o alcance dos objetivos do programa não podem ser avaliados em sua efetividade em um período de 1 ou 2 anos, devendo ser uma construção de longo prazo. Lembramos que este programa não existia no primeiro biênio do PPA 2008-2011, e, portanto sua avaliação fica prejudicada, pois o tempo decorrido desde sua criação é exíguo e não permite uma perfeita implantação das ações e avaliação de seus resultados.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
3.433.805,20	5.543.644,73	2.967.828,11	0,00	86,43	53,54

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

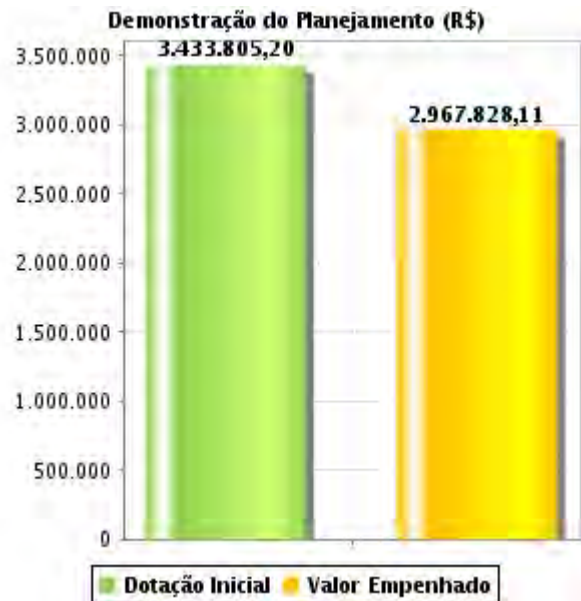
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **61,44%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 86,43%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 53,54%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A capacidade de planejamento foi satisfatória, mas no decorrer do exercício houve anulações de recursos para atender a ação de erradicação do trabalho escravo, além de remanejamentos efetuados para atender despesa com pessoal, atingindo, mesmo assim, um bom percentual de execução orçamentária. Já a execução financeira não alcançou um bom percentual de realização, devido ao recurso de convênio ter sido repassado apenas no 2º semestre sem tempo hábil para os trâmites burocráticos.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O Programa estava alinhado com os objetivos estratégicos do governo e do órgão, mas embora não tivesse como medir o indicador, ele apresentou bons resultados, tendo em vista a realização de ações que contribuíram para a implantação do Programa GesPública, com representante de cada instituição vinculada a esta secretaria para melhoria da gestão dos resultados alcançados, com destaque nas seguintes ações:

Criação do eixo segurança no plano estratégico de longo prazo do Estado de Mato Grosso (MT+20), contemplando um conjunto de ações com enfoque na gestão estratégica por Resultados;

Criação da Secretaria Adjunta de Políticas, Programas e Projetos com destaque para a estruturação da Secretaria para aplicação da GesPública, além das seguintes medidas:

Revisão do plano estratégico de segurança pública para 2012, com enfoque na gestão estratégica por resultados;

Capacitação para elaboração de projetos e captação de recursos de convênios;

Capacitação em liderança coach para o nível estratégico, tático e operacional;

Inclusão da ferramenta Balanced Score Card (BSC) na metodologia de elaboração do Plano Estratégico, definindo macro-indicadores para as perspectivas da sociedade, perspectivas financeiras, institucionais em gestão de pessoas e no plano operacional.

Foi implantada a GesPública na Secretaria Adjunta de Políticas, Programas e Projetos, através da implantação de um grupo de trabalho, com representantes de cada Instituição, com o intuito de desenvolver um programa piloto escolhido por cada Instituição.

Outra ação importante para aplicação da GesPública, foi o enxugamento dos Programas do PPA 2012-2015, com maior possibilidade de aplicação do Instrumento GesPública na avaliação das políticas públicas.

Houve a contratação da consultoria (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) para análise administrativa das Instituições, bem como análise qualitativa dos inquéritos de homicídios registrados pela Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, buscando sua relação de causa e efeito.

Em 2010, houve a adesão ao GesPública para atender ao plano de Modernização do Sistema Penitenciário, e em 2011, se tornou um compromisso assinado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com aplicação prevista até 2021.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: INTELIGÊNCIA - CONHECER PARA DECIDIR (302)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

INSUFICIENTE EFETIVIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA PROTEÇÃO DOS ATIVOS ORGANIZACIONAIS, ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO E APOIO TÁTICO E OPERACIONAL

Objetivo do Programa:

PROTEGER OS ATIVOS ORGANIZACIONAIS, ASSESSORAR ESTRATEGICAMENTE E APOIAR TÁTICO E OPERACIONALMENTE

Público Alvo:

SEJUSP

Gestor(a) do Programa:

Romel Luiz Dos Santos

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP) PARA A ÁREA ESTRATÉGICA E TÁTICO OPERACIONAL	30,00	30,00	100,00	17.630,00	17.630,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	GESTOR CONSCIENTIZADO/UNIDADE						
Ação	INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTRA-INTELIGÊNCIA	25,00	25,00	100,00	39.120,00	37.220,00	95,14
Produto / Unidade de Medida	AMEAÇA E VULNERABILIDADE RELATADA/PERCENTUAL						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIA NA ESTRUTURA DA SSE COM RECURSOS OPERACIONAIS E TECNOLÓGICOS MODERNOS	25,00	21,00	84,00	573.687,50	573.687,50	100,00
Produto / Unidade de Medida	MELHORIA IMPLEMENTADA /PERCENTUAL						
Ação	INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE INTELIGÊNCIA	20,00	20,00	100,00	140.490,00	135.140,00	96,19
Produto / Unidade de Medida	CONHECIMENTO PRODUZIDO COM AGILIDADE E QUALIDADE /PERCENTUAL						
Ação	INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE ANÁLISE CRIMINAL	35,00	35,00	100,00	89.878,00	82.718,00	92,03
Produto / Unidade de Medida	RELATORIO DE ANALISE CRIMINAL/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SSE	1,00	1,00	100,00	30.050,00	30.050,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	ESPAÇO FÍSICO AMPLIADO/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SSE	1,00	1,00	100,00	162.679,88	156.444,88	96,17
Produto / Unidade de Medida	ACA0 MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				97,71%			97,08%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
AMEAÇA CONCRETIZADA SEM O PRÉVIO CONHECIMENTO PRODUZIDO (PERCENTUAL) - CONTABILIZADOS COM BASE NAS AR	PERCENTUAL	50,00	20,00	20,00	20,00	29/12/2011
Fonte: SEJUSP/SSE						
INCIDENTE DE SEGURANÇA ORGÂNICA OCORRIDO SEM O PRÉVIO CONHECIMENTO PRODUZIDO (PERCENTUAL)	PERCENTUAL	5,00	3,00	3,00	2,00	29/12/2011
Fonte: SEJUSP/SSE						
Modelo do Sistema da ISP instituído e implantado(percentual)	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	100,00	29/12/2011
Fonte: N/I						
RELATÓRIO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA E CRIMINAL PRODUZIDO (UNIDADE/MÊS)	MÊS	6,00	8,00	8,00	8,00	29/12/2011
Fonte: SEJUSP/SSE						
RELATÓRIO DE INCIDENTE DE INTERESSE DA SEGURANÇA PÚBLICA OCORRIDO (PERCENTUAL) - CONTABILIZADOS COM B	PERCENTUAL	70,00	100,00	100,00	100,00	29/12/2011
Fonte: SEJUSP/SSE						

Análise dos Indicadores do Programa:

O programa permitiu a Superintendência de Segurança Estratégica melhorar o desempenho de suas atividades programáticas, as quais: produção de conhecimentos de ISP, proteção dos ativos organizacionais, assessoramento estratégico e apoio às ações de inteligência de segurança pública. Foram adquiridos vários equipamentos especializados e de uso corrente, softwares, mobiliários, bem como foram realizados cursos na temática inteligência estratégica além de outros de caráter inovadores. Todo este contexto proporcionou aos integrantes do SISP adquirir maiores conhecimentos aumentando desta forma o capital intelectual dos servidores, circunstância que contribui decisivamente para a efetividade dos conhecimentos produzidos. Vale também destacar a contratação de consultoria do Fórum Brasileiro para nortear as atividades de estatística e análise criminal, estabelecendo competência e uniformidade de metodologia a todo o sistema de segurança pública. Embora o programa tenha sofrido remanejamentos orçamentários para atender outras áreas do próprio órgão, as ações executadas buscaram atingir objetivos estratégicos para a segurança pública, inclusive com foco na Copa 2014.

Por fim, os indicadores previstos no programa foram alcançados de forma satisfatória, e contribuíram de forma inédita para a mensuração do desempenho das atividades de inteligência. Deve-se entretanto esclarecer que referente ao terceiro indicador do programa, a unidade de medida foi concebida equivocadamente por percentual, quando na verdade a sua aplicação foi mensurada por unidade.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.800.000,00	1.053.535,38	1.032.890,38	0,00	57,38	98,04

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

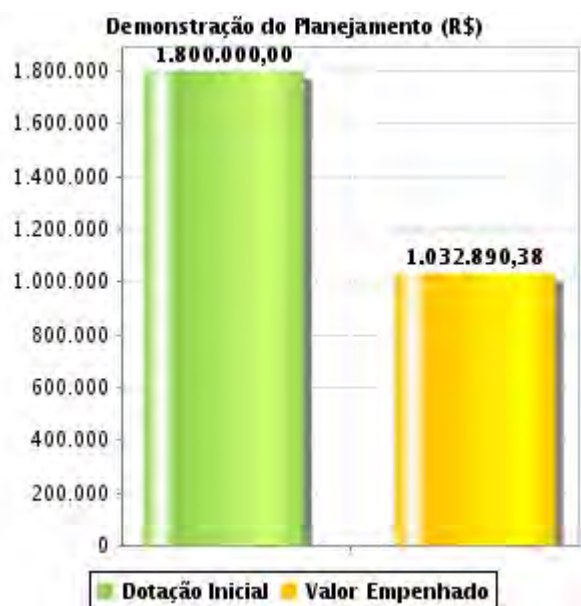
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **41,47%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 57,38%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 98,04%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O programa foi executado de forma satisfatória. Embora tenha ocorrido redução orçamentária, buscou-se executar no âmbito das ações, as medidas que mais contribuiriam para lançar os objetivos do programa, os quais: proteger os ativos organizacionais, assessorar estrategicamente e apoiar tático e operacionalmente, alcançando alto índice quanto à entrega das metas físicas propostas.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

A Inteligência de Segurança Pública (ISP) é um segmento recente no âmbito da segurança pública do país, em fase de estruturação, consolidação e aplicação de sua Doutrina. Além da Inteligência corrente, o programa enfatiza a implementação da Inteligência Estratégica, ainda mais especializada. Nesse sentido, se compreende as razões que motivaram a criação do programa (sua origem), suas ações e o objetivo que se buscou alcançar.

Pode-se destacar como resultado, a melhoria da capacidade analítica dos agentes de inteligência e senso crítico dos assuntos afetos a segurança pública em sua amplitude, a aquisição de meios operacionais e especializados, o aprimoramento e integração de técnicas e procedimentos, a conscientização sobre ameaças, vulnerabilidades e proteção dos ativos, a criação e institucionalização do sistema de ISP, a interiorização da inteligência, dentre outras medidas que contribuíram efetivamente para o alcance dos objetivos do programa.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: POLÍCIA CIVIL EM AÇÃO (303)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

BAIXO RESULTADO NA ELUCIDAÇÃO DOS CRIMES

Objetivo do Programa:

ELEVAR O ESCLARECIMENTO DOS CRIMES E SUA AUTORIA PARA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Jose Antonio Cavadas Filho

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ABRANGÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTROS DE OCORRÊNCIAS	15,00	8,00	53,33	6.000,00	6.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE POLICIAL COM O SISTEMA INFORMATIZADO DE REGISTRO DE OCORRENCIA/UNIDADE						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA NAS AÇÕES DE ILÍCITOS PENAIŞ	25,00	1,00	4,00	10.000,00	10.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE POLICIAL COM TECNOLOGIA E INTELIGENCIA IMPLANTADA/UNIDADE						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES	142,00	142,00	100,00	3.461.732,80	2.762.459,83	79,80
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE POLICIAL COM INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA RESOLUTIVIDADE DOS ILÍCITOS PENAIŞ	56.845,00	40.873,00	71,90	16.708.163,96	16.540.635,14	99,00
Produto / Unidade de Medida	PROCEDIMENTO CONCLUÍDO COM AUDITORIA (I.P+TCO+AI)/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				57,31%			94,70%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ÍNDICE DE ABRANGÊNCIA DO SISTEMA DE REGISTRO DE B.O	PERCENTUAL	75,00	100,00	100,00	95,00	31/12/2011
Fonte: Estatística PJc						
ÍNDICE DE APURAÇÃO DE CRIMES	PERCENTUAL	22,16	26,77	26,77	26,60	31/12/2011
Fonte: Estatística PJc						
ÍNDICE DE INCONSISTÊNCIA NO PREENCHIMENTO DOS DADOS DE B.O	PERCENTUAL	30,00	10,00	10,00	10,00	31/12/2011
Fonte: Estatística PJc						

Análise dos Indicadores do Programa:

Conforme os percentuais dos indicadores apurados em 2011, o objetivo do programa foi alcançado, atingindo bons resultados com a execução do programa. As inconsistências apuradas no preenchimento dos dados nos Boletim de Ocorrência no Início do PPA, baixaram de 30% para 10%, conforme previsto, alcançado com a devida capacitação dos servidores responsáveis pelo seu registro. O índice de apuração de crimes foi alcançado em 26,60%, devido ao aumento na elucidação dos crimes, com autoria conhecida. O sistema de registro de Boletim de Ocorrência atingiu praticamente todas as Unidades da Polícia Judiciária Civil, com o novo sistema SROP, via web.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
17.632.235,54	20.185.896,76	19.319.094,97	0,00	109,57	95,70

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

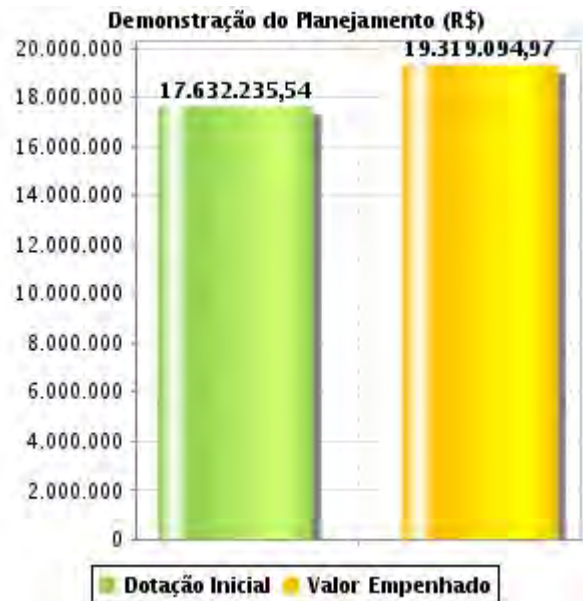
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **14,48%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 109,57%

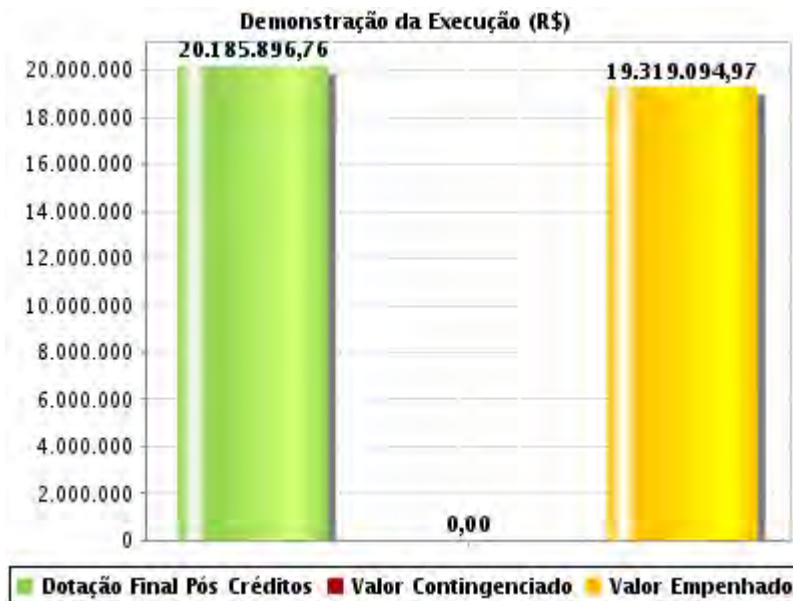


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 95,70%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A capacidade de planejamento deste programa foi ótima, pois as ações planejadas nos projetos foram executadas com êxito, foi atendida a maioria das despesas e dos investimentos previstos no PTA 2011. Houve necessidade de suplementação de recursos para pagamento da despesa com pagamento de Verba Indenizatória (pagamento sobre produtividade dos Delegados). Houve dificuldade na celebração de convênios devido à morosidade nos trâmites administrativos, liberando os recursos após o início do exercício financeiro.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O programa alcançou bom desempenho no enfrentamento do problema, conseguindo elevar o esclarecimento dos crimes e sua autoria; as ações planejadas nos projetos foram executadas com êxito, atuando nas causas do problema, conseguindo alcançar os índices previstos para o final do PPA, mantendo-se alinhado com os objetivos estratégicos do governo e do órgão.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: POLÍCIA CIVIL CIDADÃ (304)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

DEFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO NAS PROVIDÊNCIAS DE INVESTIGAÇÕES

Objetivo do Programa:

AGILIZAR E MELHORAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO DA POLÍCIA CIVIL AO CIDADÃO

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Elenir Auxiliadora da Silva

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DA POLICIA CIVIL COMUNITÁRIA	200,00	123,00	61,50	69.500,00	69.110,00	99,44
Produto / Unidade de Medida	POLICIAL CIVIL CAPACITADO EM POLICIA COMUNITARIA/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO DO POLICIAL CIVIL	1.500,00	1.360,00	90,67	274.600,00	274.600,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA /UNIDADE						
Ação	QUALIDADE DE VIDA DO POLICIAL CIVIL	1.000,00	500,00	50,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PESSOA ATENDIDA/PESSOA						
Ação	MANUTENÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA-CISC'S	17.658,00	8.528,00	48,30	99.503,40	95.503,40	95,98
Produto / Unidade de Medida	PROCEDIMENTO CONCLUÍDO (I.P+TCO+AI)/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				62,62%			73,85%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NUMERO DE ATENDIMENTO POLICIAL SÓCIOJURÍDICO REALIZADO	UNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2011
Fonte: N/I						
O TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO	HORAS	2,00	1,00	1,00	1,00	31/12/2011
Fonte: Estatística PJc						

Análise dos Indicadores do Programa:

Conforme índice apurado em 2011, o objetivo do programa foi alcançado, atingindo bons resultados com a execução do programa. O tempo médio de atendimento atingiu a média de uma hora conforme previsto, demonstrando. O número de atendimento policial sócio-jurídico não foi realizado devido a não utilização do formulário que serviria para medir o atendimento sócio-jurídico, o qual deveria ser preenchido pelo Delegado de Polícia.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.477.000,50	443.603,40	439.213,40	0,00	29,74	99,01

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.
Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:
• Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
• Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
• Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
• Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
• Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

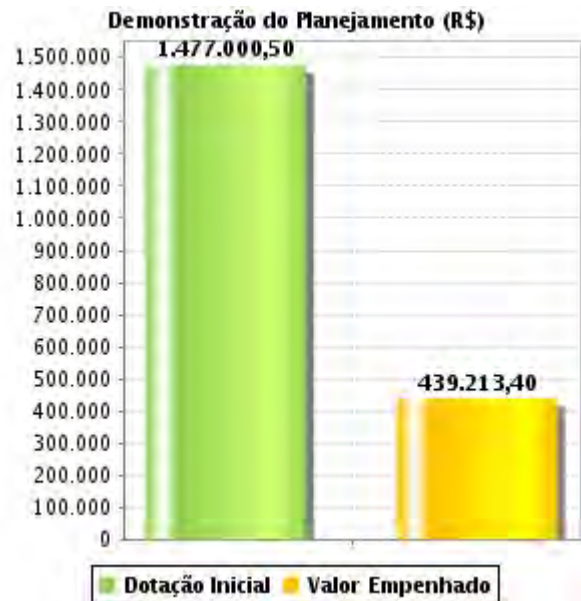
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **69,97%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 29,74%

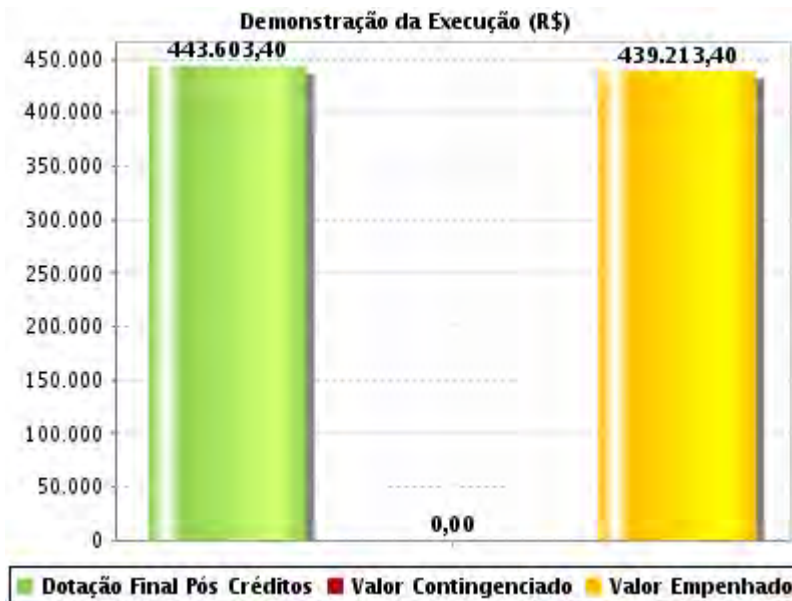


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 99,01%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O baixo índice de execução se deve ao fato de que houve a necessidade de remanejamento da maior parte deste orçamento para atender outras prioridades da Secretaria de Segurança Pública, e à burocracia nos tramites administrativos.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Apesar das dificuldades no decorrer da execução, o programa alcançou bom desempenho no enfrentamento do problema conseguindo agilizar e melhorar a qualidade do atendimento da polícia civil ao cidadão, mantendo-se alinhado com os objetivos estratégicos do governo e do órgão, com ações direcionadas para as causas do problema.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO - SINASE NO ESTADO DE MATO GROSSO (305)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

18101-SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Origem do Programa:

AUSÊNCIA DE MECANISMOS EFETIVOS DE REINserÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO ESTADO, COMPREENDENDO MECANISMOS ESTRUTURAIS, OPERATIVOS E HUMANOS.

Objetivo do Programa:

PROPORCIONAR AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI UM ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO NOS TERMOS DO ECA E SINASE

Público Alvo:

ADOLESCENTES ATENDIDOS

Gestor(a) do Programa:

Lenice Silva Dos Santos

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE INTERNAÇÃO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS ARQUITETÔNICOS E PEDAGÓGICOS	2,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE CONSTRUÍDA/PERCENTUAL						
Ação	APARELHAMENTO DE UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE INTERNAÇÃO DE ACORDO COM OS PARÂMETROS ARQUITETÔNICOS E PEDAGÓGICOS	0,00	0,00	0,00	866.024,80	224.525,80	25,93
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE APARELHADA/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES DO SISTEMA SÓCIOEDUCATIVO NOS TERMOS DO SINASE	0,00	374,00	37.400,00	491.501,00	381.646,10	77,65
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE APOIO AO ADOLESCENTE INFRATOR	6,00	0,00	0,00	56.000,00	25.414,33	45,38
Produto / Unidade de Medida	PROGRAMA E PROJETO IMPLANTADOS/UNIDADE						
Ação	CRIAÇÃO DE UNIDADES DE SEMILIBERDADE NA CAPITAL E NO INTERIOR DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	789.622,85	789.622,85	100,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE CRIADA/UNIDADE						
Ação	ARTICULAÇÃO JUNTO AOS MUNICÍPIOS DA IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS EM MEIO ABERTO	0,00	8,00	800,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ARTICULAÇÃO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES SÓCIOEDUCATIVAS	100,00		0,00	2.213.957,34	2.143.213,39	96,80
Produto / Unidade de Medida	CAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				5.457,14%			49,39%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÚMERO DE ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA	UNIDADE	3.000,00	1.500,00	1.500,00	254,00	30/12/2011
Fonte: Registros das Unidades						
NÚMERO DE FUGAS	PERCENTUAL	100,00	50,00	50,00	37,00	30/12/2011
Fonte: B.Os e Livros de Registros						
NÚMERO DE OPORTUNIDADES OFERTADAS	UNIDADE	1.500,00	750,00	750,00	90,00	30/12/2011
Fonte: Banco de dados das Unidades						

Análise dos Indicadores do Programa:

Quanto a uma análise dos indicadores, acreditamos que faltou uma definição mais metodológica da finalidade dos mesmos e dos métodos de avaliação, motivo pelo qual foram feitas modificações para os anos seguintes.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
3.200.000,00	4.617.105,99	3.564.422,47	0,00	111,37	77,19



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

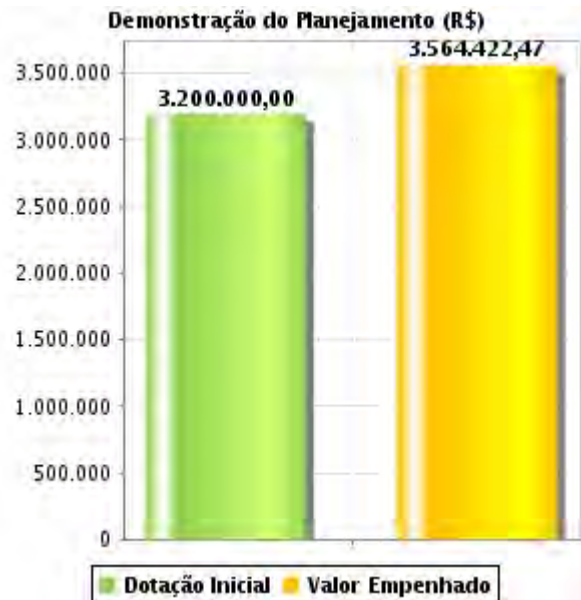
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **44,28%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 111,37%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 77,19%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A execução do Programa não atingiu sua totalidade por questões de morosidade administrativa e pelo burocratização dos processos licitatórios, bem como pelos contingenciamentos e trocas de equipes gestoras.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Foi reduzido o número de adolescentes em cumprimento de privação de liberdade e um aumento nos atendidos pelas medidas em meio aberto. Ainda com o programa conseguiu-se capacitar a maioria dos servidores e oportunizar capacitação para os adolescentes.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: NOVA CHANCE (306)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

18201-FUNDAÇÃO NOVA CHANCE

Origem do Programa:

BAIXO ÍNDICE DE RESSOCIALIZAÇÃO

Objetivo do Programa:

PROPORCIONAR A RESSOCIALIZAÇÃO DE REEDUCANDOS E EGRESSOS

Público Alvo:

REEDUCANDOS E EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Gestor(a) do Programa:

Neide Aparecida Mendonça Gomes

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	PROPOSIÇÃO DE PROJETOS DE MELHORIA NA GESTÃO DE AÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO	20,00		0,00	2.070.537,87	981.187,49	47,39
Produto / Unidade de Medida	PROJETO DESENVOLVIDO /UNIDADE						
Ação	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	0,00	413,00	41.300,00	36.411,20	36.411,20	100,00
Produto / Unidade de Medida	CURSO OFERTADO/PESSOA						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA OS REEDUCANDOS	30,00	0,00	0,00	33.488,43	18.985,14	56,69
Produto / Unidade de Medida	CURSO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ACOMPANHAMENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	CONSOLIDAÇÃO DE AÇÕES PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA AOS REEDUCANDOS	1.830,00		0,00	169.674,74	156.703,37	92,36
Produto / Unidade de Medida	RENDA GERADA/PESSOA						
Índice médio geral de realização:				8.260,00%			59,29%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DE REEDUCANDOS ENVOLVIDOS EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS E LABORAIS	PERCENTUAL	11,59	31,36	31,36	0,00	
Fonte: Unidades Prisionais						

Análise dos Indicadores do Programa:

A porcentagem alcançada no Programa Nova Chance é referente as ações de implantação de cursos de qualificação e capacitação para os reeducandos, consolidação de ações para a geração de emprego e renda dessa população, qualificação e capacitação dos servidores e proposição de projetos de melhoria na gestão de ações de ressocialização, além do acompanhamento da educação básica e profissional.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
851.530,84	2.310.112,24	1.193.287,20	0,00	116,95	43,11

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

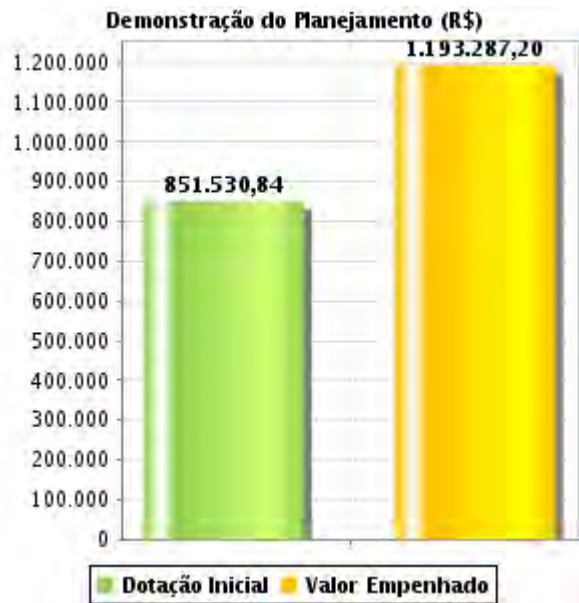
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **171,29%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 116,95%

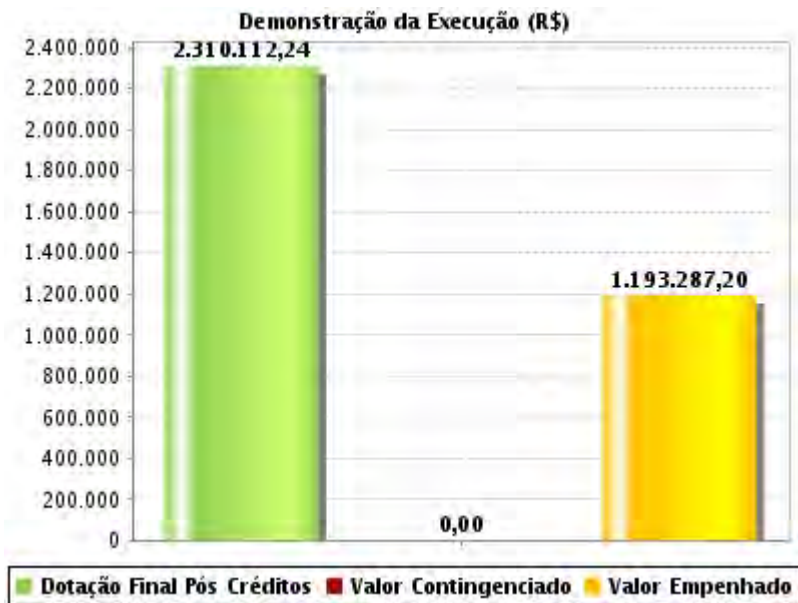


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 43,11%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Entende-se a execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros com a finalidade de atender a realização dos projetos e /ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. Assim, a dotação inicial encontrava-se zerada porque a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH, secretaria na qual a Fundação Nova Chance está vinculada, foi criada após a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2011, através da Lei Complementar 413/2010. E os valores orçados inicialmente pelo programa foram necessários a realização de algumas adequações quanto remanejamento por modalidades, e/ou de projetos atividades para outro projeto no mesmo programa, tendo em vista as especificidades da população que atendemos, além das necessidades de suplementação tendo em vista os Convênios celebrados com o Governo Federal.

Conforme demonstrado na régua referente o planejamento PPD, observa-se que durante o exercício o resultado de planejamento orçamentário/financeiro - PPD foi de 140,97%, resultado esse que se justifica em razão dos recursos oriundos da Fonte 262 - resultados de parcerias firmadas com o Governo Federal.

Já a execução da despesa do Programa foi de 51,65%, não alcançando a sua totalidade do resultado esperado, tendo em vista a não execução dos recursos oriundos dos Convênios com o governo federal devido alguns impasses, tais como: morosidade da parvação técnica inicial do projeto, pois os preços ds produtos e/ou equipamentos previstos no Convênio, ficaram defasados, ou seja, acima do preço de mercado constante no projeto, conforme mapa comparativo da Sad. Desta forma, a FUNAC oficializou o Governo Federal, encaminhando uma nova proposta, com a finalidade de tornar o projeto viável, sendo assim aprovada pelo DEPEN. Desta maneira, a execução ocorrerá no exercício de 2012.

Outro aspecto observado foi quanto algumas limitações no final do exercício que inviabilizou a execução financeira total.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Apesar das dificuldades durante a execução do Programa, conforme demonstrado nas análises quantitativas das ações, houve um crescimento positivo no processo de ressocialização, tendo em vista, que o foco ressocialização é um processo que depende de um conjunto de atores (instituições) envolvidos e comprometidas para que os resultados sejam alcançados, isto é, pessoas ressocializadas e conseqüentemente reinseridas, ocasionando a redução da criminalidade e violência. E o Governo do Estado, por meio desta Fundação, a partir do previsto neste Programa, vem gradativamente com um novo olhar para as Unidades Prisionais. Portanto, os resultados conforme destacados nas ações foram sim significativos, mesmos com as deficiências apresentadas. Oportunizar uma nova chance aos privados de liberdade é imprescindível contatar com o apoio e participação da sociedade.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: REDE CIDADÃ (307)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

ELEVADO NÚMERO DE PESSOAS EM OPORTUNIDADE DE CONTATO COM PRÁTICAS VIOLENTAS, CRIMINOSAS OU DE INCIVILIDADES

Objetivo do Programa:

PREVENIR E REDUZIR AS OPORTUNIDADES DE ENVOLVIMENTO COM VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E PRÁTICAS DE INCIVILIDADE

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Zózima D. Dos Santos Sales

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	PREVENÇÃO DO CONTATO COM DRÓGAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES	60.000,00	103.527,00	172,54	18.529,50	18.529,50	100,00
Produto / Unidade de Medida	CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDOS/PESSOA						
Ação	FORTELECIMENTO DO MULTIRÃO DA CIDADANIA	10,00	10,00	100,00	27.000,00	26.990,00	99,96
Produto / Unidade de Medida	MULTIRÃO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DAS BASES COMUNITÁRIAS EM CUIABÁ E CIDADES-PÓLOS	6,00	0,00	0,00	9.461,85	9.461,85	100,00
Produto / Unidade de Medida	BASE COMUNITARIA DE SEGURANÇA CONSTRUÍDA/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA	10,00	10,00	100,00	176.779,01	175.889,01	99,50
Produto / Unidade de Medida	CONSELHO COMUNITARIO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO	1.000,00	846,00	84,60	63.436,98	48.185,16	75,96
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	PROMOÇÃO DE ATIVIDADES SOCIAIS E LABORAIS ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E SUA FAMÍLIA	64,00	60,00	93,75	47.300,00	47.300,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	ATIVIDADE SOCIAIS E LABORAL PROMOVIDA/UNIDADE						
Ação	REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS	120,00	100,00	83,33	3.807.636,66	1.926.876,71	50,61
Produto / Unidade de Medida	CONVENIO E PARCERIA REALIZADOS/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO DO REDE CIDADÃ	14,00	12,00	85,71	256.616,63	254.136,63	99,03
Produto / Unidade de Medida	AMPLIAÇÃO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	BOMBEIROS DO FUTURO	400,00	500,00	125,00	64.478,16	63.287,50	98,15
Produto / Unidade de Medida	CRIANÇA E ADOLESCENTE CAPACITADOS/PESSOA						
Ação	MANUTENÇÃO DO REDE CIDADÃ	100,00	90,00	90,00	190.770,34	190.256,67	99,73
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DO PROERD	100,00	100,00	100,00	202.997,59	198.362,85	97,72
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DAS BASES COMUNITÁRIAS	100,00	100,00	100,00	367.540,11	367.534,69	100,00
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				94,58%			93,39%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÚMERO DE PESSOAS ENVOLVIDAS EM AÇÃO DE EDUCAÇÃO, OPORTUNIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO	UNIDADE	30.837,00	100.754,00	100.754,00	160.000,00	31/12/2011
Fonte: Proerd / Rede Cidadã / Base Comunitária						

Análise dos Indicadores do Programa:

Conforme indicador apurado em 2011, o objetivo do programa foi alcançado demonstrando ótimos resultados com a execução do programa. Com o objetivo de prevenir e reduzir as oportunidades de envolvimento com violência, criminalidade e práticas de incivilidade dentro das comunidades Mato-grossenses e tendo como indicador de avaliação o numero de pessoas atendidas pelo programa 307, podemos avaliar que o programa obteve êxito em seu objetivo planejado, conseguindo até ultrapassar a meta estabelecida o que ocorreu devido aos trabalhos desenvolvido pelas ações que integram o programa, que respeitando suas especificidades tiveram um ano muito produtivo mesmo com dificuldades financeiras relatadas, tornando perceptível a importância do trabalho em conjunto entre comunidade e as esferas governamentais.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
3.191.269,95	5.232.546,83	3.326.810,57	0,00	102,61	62,58

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

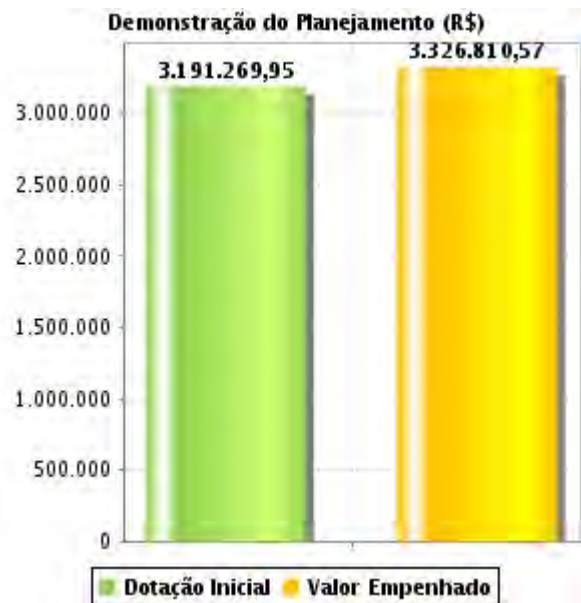
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **63,96%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 102,61%

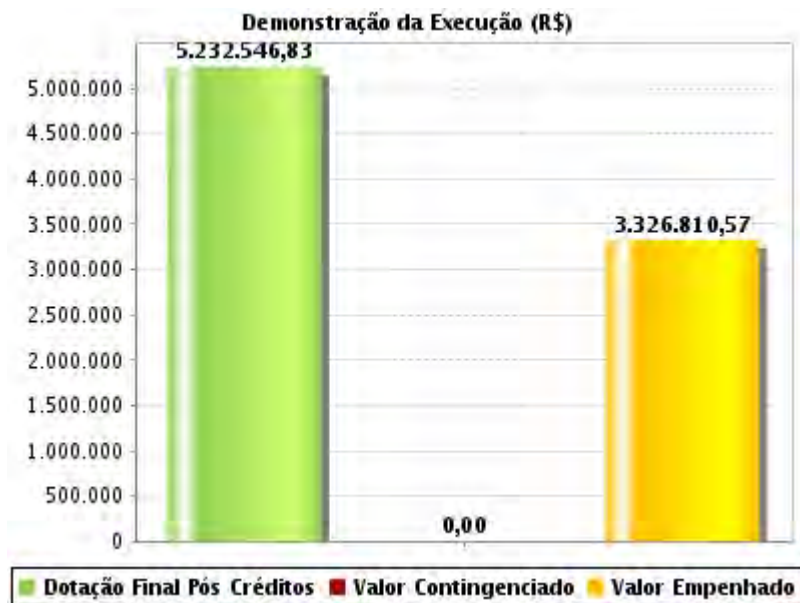


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 62,58%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A capacidade de planejamento e execução deste programa foi satisfatória. Embora tenha tido recursos remanejados para atender despesas prioritárias do Governo, ressaltamos que com criatividade e comprometimento alcançamos bons resultados com o programa. Foram planejadas e realizadas diversas atividades como palestras, cursos, seminários, atividades esportivas e culturais e diversas reuniões que contribuíram para a realização do objetivo específico planejado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O programa alcançou bom desempenho no enfrentamento do problema, pois embora tenha tido recursos remanejados para atender outras despesas prioritárias do Governo, não houve impacto na execução das atividades desenvolvidas pelo programa, que visa à integração Estado/comunidade, a prevenção e a redução da violência, bem como a melhoria da expectativa de vida da comunidade, trabalhando com ações voltadas para atuar nas causas dos problemas. Foram planejadas e realizadas diversas atividades como palestras, cursos, seminários, atividades esportivas e culturais e diversas reuniões que contribuíram para a efetividade do programa. Houve uma grande procura pelos municípios, de informações sobre como proceder para firmar parcerias, visando à implantação de ações que compõem este programa; principalmente quando se tratou da prevenção e redução do uso de drogas e diminuição da violência, percebemos aí que se abriu uma porta para o diálogo entre Municípios e Estado.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS LGBT E ÉTNICO-RACIAIS (308)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

18101-SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Origem do Programa:

NÃO INFORMADO

Objetivo do Programa:

FORTALECER A CIDADANIA DAS POPULAÇÕES HOMOSSEXUAIS LGBT E GRUPOS ÉTNICOS- VITIMAS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO COM VISTAS À EQUIDADE SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

Público Alvo:

POPULAÇÕES HOMOSSEXUAIS-: GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSSEXUAIS, E GRUPOS ÉTNICOS -RACIAIS.

Gestor(a) do Programa:

Claudia Cristina Ferreira Carvalho

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CAPACITAÇÃO DO PUBLICO INTERNO E EXTERNO	0,00	5,00	500,00	102.717,60	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CURSO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	INTEGRAÇÃO DE AÇÕES, PROCEDIMENTOS E ENCAMINHAMENTOS ENTRE ENTIDADES E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCI	0,00	16,00	1.600,00	67.399,51	56.730,52	84,17
Produto / Unidade de Medida	REDE DE ASSISTENCIA INTEGRADA A QUESTAO LGBT E RACIAL/MUNICÍPIO						
Ação	REESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA, LOGÍSTICA E OPERACIONAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE COMBATE À HOMOFOBIA E AO RACISM	2,00		0,00	229.027,50	162.405,96	70,91
Produto / Unidade de Medida	CENTRO DE REFERÊNCIA RESTRUTURADO/UNIDADE						
Ação	CRIAÇÃO DO BANCO DE DADOS DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS RELACIONADAS A HOMOFOBIA E RACISMO.	1,00		0,00	13.455,00	13.455,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	BANCO DE DADOS CRIADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	525,00%	63,77%
--	----------------	---------------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ATENDIMENTO JURÍDICO, SOCIAL E PSICOLÓGICO AO PÚBLICO ALVO PRESTADOS. Fonte: CRDHCH	UNIDADE	100,00	300,00	300,00	805,00	31/12/2011
ORIENTAÇÃO SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS Fonte: CRDHCH	UNIDADE	1.000,00	4.500,00	4.500,00	282,00	31/12/2011
REDE DE ENCAMINHAMENTOS ÀS VÍTIMAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS IDENTIFICADAS E INTEGRADAS Fonte: CRDHCH	UNIDADE	100,00	300,00	300,00	537,00	31/12/2011
SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POR DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO AO PÚBLICO ALVO PRESTADOS Fonte: CRDHCH	UNIDADE	100,00	300,00	300,00	557,00	31/12/2011
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS ENCAMINHADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL, JURÍDICA E PSICOLÓGICA Fonte: CRDHCH	UNIDADE	100,00	300,00	300,00	805,00	31/12/2011

Análise dos Indicadores do Programa:

Os resultados dos indicadores alcançados em 2011 superam as expectativas do planejado inicialmente, por se tratar estimativa do número de violações dos direitos humanos e que o planejado inicial não tinha informações consolidadas em relação a atenção à demanda reprimida.

Para elaboração desses indicadores foram considerados a estimativa do governo federal, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), articuladora da política nacional de voltada para o público de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), utilizados na implantação dos Centros de Referência em Direitos Humanos LGBT em todo país.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias de orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
426.010,00	412.599,61	232.591,48	0,00	54,60	56,37



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

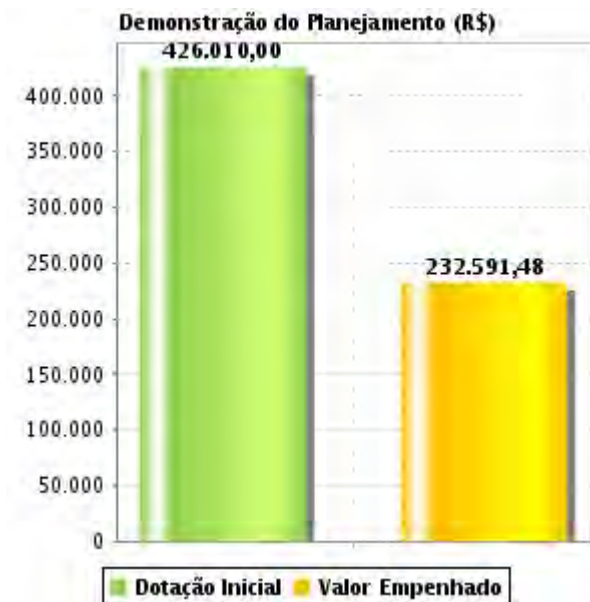
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

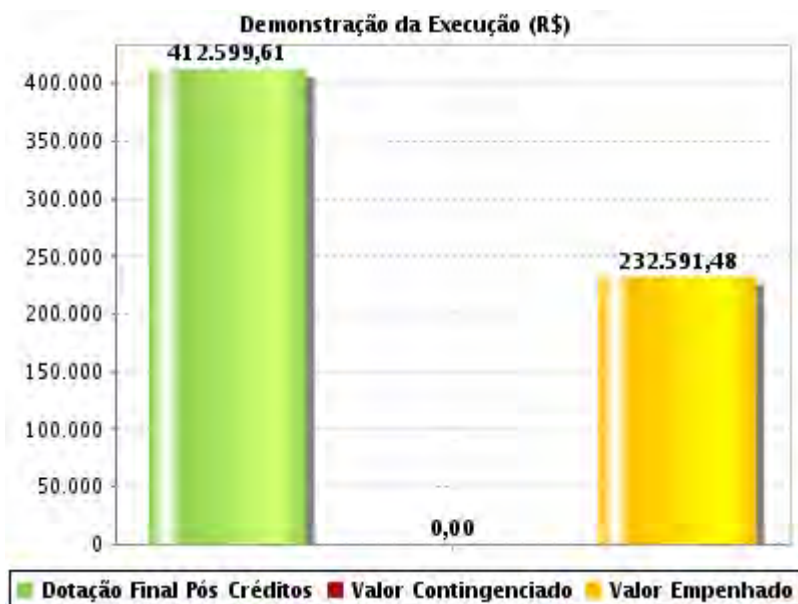
- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **3,15%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 54,60%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 56,37%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Os recursos disponíveis só não foram empenhados em sua plenitude nas fontes 100 e 240 em decorrência do bloqueio orçamentário imposto pelo Conselho Econômico do Governo, bem como da resposta negativa em algumas demandas. Todas as demandas foram formalizadas através de processos, conforme requer a prática administrativa.

A fonte de convênios (261) aberta no orçamento é apenas uma rubrica prevista na expectativa de novos convênios, uma vez que o convênio firmado com a Secretaria Especial de Direitos Humanos a Presidência da República fora todo liberado em parcela única no valor de R\$ 100.000,00.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Mesmo como as restrições orçamentárias, em virtude do esforço da equipe da Unidade do Centro de Referência e a partir de um diálogo permanente com a sociedade civil organizada e do Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, bem como desde programa de governo, foi possível potencializar o compromisso político e social voltados a consolidar um Programa Estadual Direitos Humanos visando cumprir umas das grandes recomendações do Programa Nacional dos Direitos Humanos.

A partir da implantação desde programa de governo ampliou-se para o próximo exercício os programas e políticas públicas voltados a diminuição de violências e violações dos direitos humanos e pessoas vulneráveis. O Estado tinha até esse programa implantado apenas um Centro de Referência em Direitos Humanos de enfrentamento a homofobia.

O atendimento centro de referencia estava voltado para o público das populações homossexuais do segmento de lésbicas, gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, denominado LGBT.

Em virtude dos resultados apresentados junta a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República, esta Secretaria Nacional ampliou seus serviços de referência de proteção e garantia dos direitos humanos a outros grupos em condição de vulnerabilidade social para 2012.

Assim sendo, em 2012 o atendimento do Centro de Referência será para: crianças e adolescentes, idosos, populações quilombola, ribeirinhos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoa atingida por hanseníase, catadores, vítimas de intolerância religiosa, de preconceito racial, indígenas, mulheres vítimas de violência e preconceito, trabalho escravo, ciganos, pessoas em vulnerabilidade social e econômica, atores de governos e públicos, educadores e profissionais do sistema educacional, beneficiários de programas sociais, lideranças em Direitos Humanos e movimentos sociais, egressos do sistema prisional, profissionais do sexo, refugiados ambientais, vítimas de xenofobia, vítimas de conflitos agrários, pessoas em sofrimento psíquico, população carcerária e familiares, ou seja, todas as vítimas de preconceito, discriminação, intolerância, desrespeito, abusos e maus tratos, negligência e abandono, bem como a população inicial que deu origem a este magnífico trabalho realizado pelo Centro de Referência.

Em decorrência deste programa de governo foi possível a viabilização de uma sede ao Centro de Referência em Direitos Humanos, em Cuiabá, situado a Rua Pedro Celestino, 291, além da aquisição de aparelhamento, e de mais serviços necessários a sua manutenção, e ampliando a rede de atendimento aos demais grupos vulneráveis, que o Centro de Referência em 2010 e 2011 atendeu como famílias vitimas da violência, idosos, adolescente, dentre outros.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PREVENÇÃO AS DROGAS (309)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

18101-SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Origem do Programa:

INSUFICIÊNCIA DE PREVENÇÃO AO USO ABUSIVO DE DROGAS PELA SOCIEDADE

Objetivo do Programa:

AMPLIAR A CAPACIDADE ESTADUAL DE REDUZIR O USO ABUSIVO DE DROGAS

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Ana Elisa Limeira

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	APOIO A PROJETOS DE REDUÇÃO DA DEMANDA E OFERTA DE DROGAS	0,00	1,00	100,00	61.465,00	61.105,00	99,41
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS ATENDIDOS/UNIDADE						
Ação	DESCENTRALIZAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - COMAD	0,00	15,00	1.500,00	16.440,00	12.440,00	75,67
Produto / Unidade de Medida	MUNICIPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	INTERVENÇÃO E ADOÇÃO DE PRÁTICAS PARA A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E	0,00	345,00	34.500,00	2.102.472,90	2.089.350,44	99,38
Produto / Unidade de Medida	USUÁRIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE ATUAÇÃO NO USO ABUSIVO DE DROGAS CONEN/COAD	6,00		0,00	623.684,80	592.286,88	94,97
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MANTIDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				9.025,00%			92,36%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
CENTROS DE TRATAMENTO IDENTIFICADOS, DIVULGADOS, VISITADOS	UNIDADE	30,00	35,00	35,00	0,00	
Fonte: CONEN/MT						
RELATÓRIOS RELACIONADOS ÀS DROGAS ELABORADOS E DISPONIBILIZADOS	UNIDADE	50,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: CONEN/MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
2.822.600,00	2.804.062,70	2.755.182,32	0,00	97,61	98,26

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

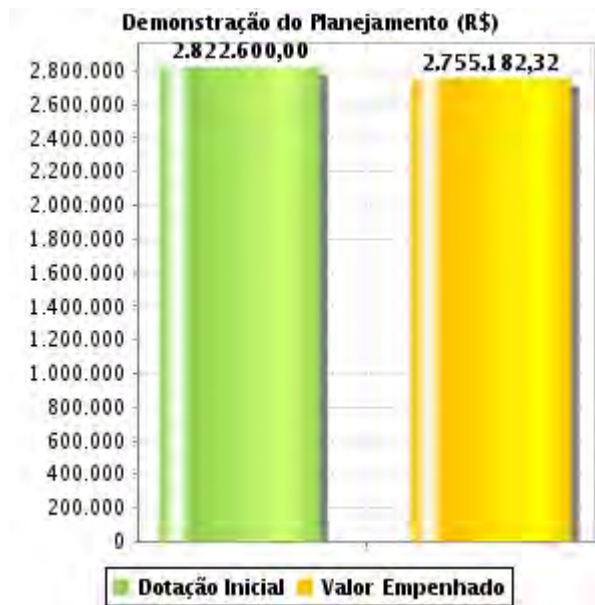
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **0,66%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 97,61%

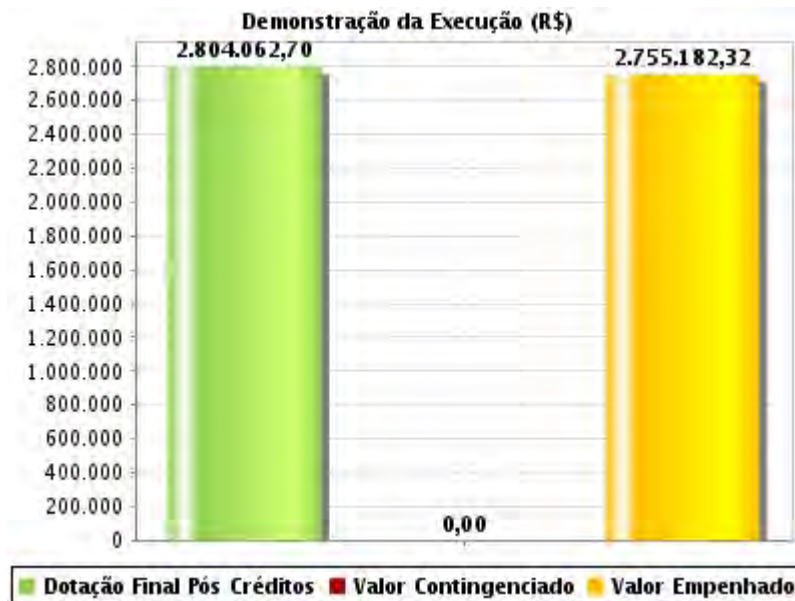


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 98,26%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PM CIDADÃ (310)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

ELEVADO NÚMERO DE RECLAMAÇÕES DO CIDADÃO REFERENTE AO ATENDIMENTO DO POLICIAL MILITAR; ELEVADO NÚMERO DE DENÚNCIAS GERANDO PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS EM DESFAVOR DE POLICIAIS MILITARES PELA CORREGEDORIA GERAL DA PM/MT

Objetivo do Programa:

MELHORAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO DA POLÍCIA MILITAR AO CIDADÃO

Público Alvo:

POPULAÇÃO MATO-GROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Marcos Roberto Sovinski

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR	2,00	2,00	100,00	127.074,50	127.074,50	100,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE DE ENSINO ESTRUTURADA/UNIDADE						
Ação	FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES	1.700,00	1.805,00	106,18	3.281.296,06	3.181.247,29	96,95
Produto / Unidade de Medida	POLICIAL MILITAR ATENDIDO/PESSOA						
Ação	PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE AO POLICIAL MILITAR	1.000,00	1.000,00	100,00	456.172,92	454.771,92	99,69
Produto / Unidade de Medida	POLICIAL MILITAR ATENDIDO/PESSOA						
Ação	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS MILITARES	15,00	6,00	40,00	230.834,23	230.834,23	100,00
Produto / Unidade de Medida	OBRA REALIZADA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PMMT	2.000,00	1.029,00	51,45	42.678,20	42.678,20	100,00
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				79,53%			99,33%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
POLICIAIS QUALIFICADOS	PERCENTUAL	18,00	37,00	25,00	15,17	31/12/2011
Fonte: CCDP						
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS	UNIDADE	1,50	3,00	1,50	4,02	31/12/2012
Fonte: Diretoria de Saúde						

Análise dos Indicadores do Programa:

Os indicadores de avaliação do Programa 310 buscavam traduzir as melhorias no serviço policial militar, porém como vimos, não são suficientes para dimensionar a efetiva atuação do programa em relação ao problema detectado. Temos as informações necessárias para dimensionar o nível de atuação da área de saúde da Polícia Militar, pelo grande número de atendimentos realizados, pois se pretendia realizar 1,5 atendimentos para cada policial militar do Estado de Mato Grosso, números estes que acabaram se mostrando tímidos em relação à capacidade de atuação daquela Unidade Policial. Temos atualmente cerca de 7.000 policiais no Estado de Mato Grosso, todavia a Diretoria de Saúde atende também aos familiares dos Policiais Militares, aos Bombeiros Militares, e demais servidores civis da Secretaria de Estado de Segurança Pública que a procuram. Além disso, o emprego da Diretoria de Saúde em ações cívico-sociais, expande o atendimento ao público em geral. Então temos que os índices que medem a quantidade e intensidade dos atendimentos realizados, não foram suficientes para avaliar a qualidade do atendimento ao público da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Tendo que os serviços foram prestados para um público diferente daquele dimensionado na elaboração do Programa de Governo, podemos afirmar que o índice de 4,02 atendimentos realizados não significa que em média cada policial militar tenha sido atendido 4 vezes por ano pela Diretoria de Saúde.

O segundo indicador avaliava o percentual do efetivo da Polícia Militar capacitado no período, tendo como meta estabelecida a capacitação de 50% do seu efetivo no período de 2 anos. Acreditando-se que seria um indicador que pudesse traduzir a melhoria na qualidade dos serviços. Tal melhoria não pode ser medida, nos trazendo a reflexão de que o indicador não pode ser utilizado para este tipo de avaliação. Enquanto mecanismo de avaliação da Meta Física da Ação Governamental tem-se um resultado concreto de capacitação em 02 anos, de 30,7 % de todo seu efetivo. Ou seja, 30,7, ou aproximadamente 2.000 policiais militares passaram pelos bancos escolares das Unidades de Ensino da Instituição nos últimos dois anos. Não temos as informações de outros órgãos, mas acredita-se que seja um percentual invejável para o setor público. A melhoria na qualidade dos serviços e redução dos desvios de conduta não pôde ser medida através deste indicador, porém, traz a informação para a sociedade de que a Polícia Militar tem a preocupação da orientação e capacitação profissional de seus quadros.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
4.500.000,00	4.138.055,91	4.036.606,14	0,00	89,15	96,95

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

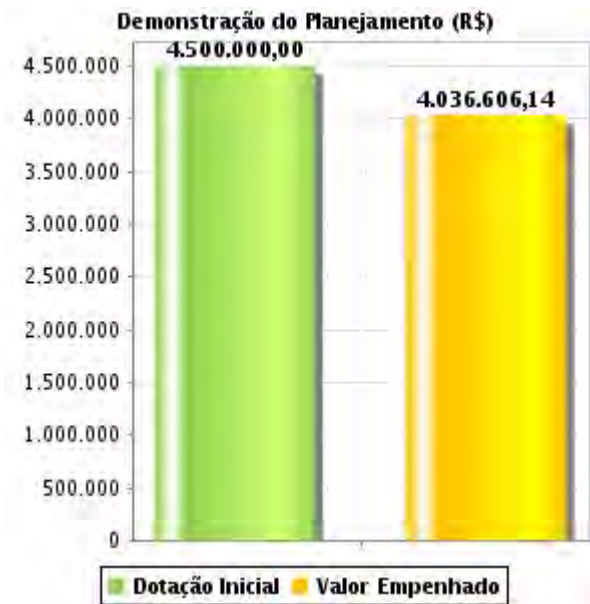


Estado de Mato Grosso

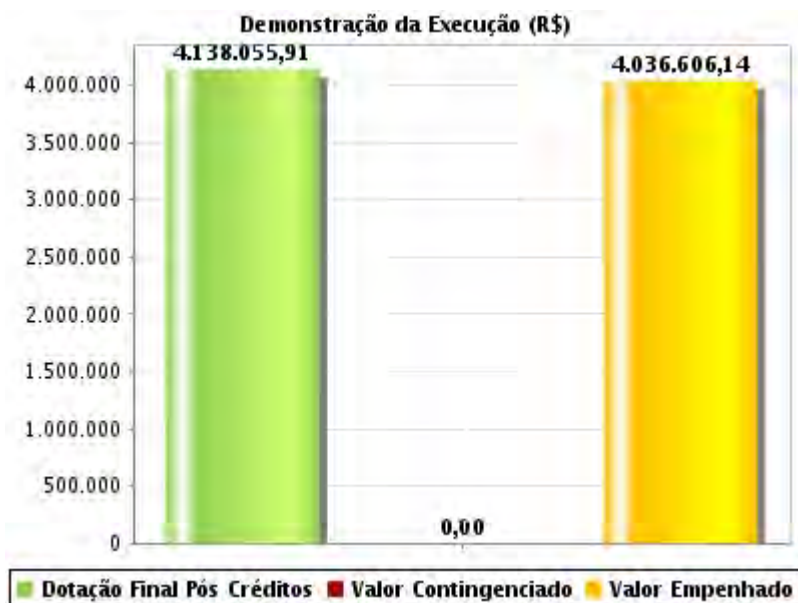
RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **8,04%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 89,15%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 96,95%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O programa de Governo 310 - PM Cidadã teve restrições orçamentárias para sua realização, devido às exigências de suplementação ao Programa 311 - PM Presente, considerado prioritário. De modo que todas as ações tiveram anulações que limitaram sua capacidade, apesar dos resultados terem sido muito bons em cada ação, ainda sim, poderia ter sido ainda maior não fossem as anulações ocorridas.

A inclusão de 1.180 policiais militares sem previsão no PTA, ocasionou a necessidade de suplementação para pagamento do professores que trabalharam no Curso de Formação de Soldados, e como são despesas fracionadas em diversas contratações, foi possível um execução de 97,40% do valor disponibilizado. Ainda que não seja o ideal mas avaliação pelo PPD também poderia ser comemorada, pois os números apresentam um resultado de 89,57%. Todavia, muito do que foi planejado não foi fisicamente realizado, vez que o Curso de Formação de Soldados consumiu boa parte dos recursos do Programa. De certa forma, o Curso também contribui para os objetivos do programa, mas entendemos que deveria haver uma suplementação específica para atender ao Curso de Soldados, pois prejudicou a realização de outras capacitações e cursos previstos no PTA 2011.

A efetividade do programa em relação ao problema detectado não é possível ser medida, pois os indicadores definidos não trazem esta informação de forma direta. Os policiais que foram incluídos trazem benefícios ao serviço policial, aumentam a área de cobertura geográfica do policiamento, aumentam a ostensividade das ações de policiamento, reduzem os déficit's no efetivo, possibilitam a recomposição necessária. Já as capacitações e cursos de treinamento reduzem as possibilidades de erros ou falhas na atuação policial, preparam melhor o policial para as situações do dia-a-dia, diversificam o policiamento, enfim, traz benefícios para o cidadão. Porém, a avaliação do programa não é clara, e os objetivos não são claramente atingidos. Os problemas são não verdade questões internas de relação com a sociedade, e sua solução é almejada por toda a sociedade.

Não há dúvida alguma de que os resultados alcançados pelas ações governamentais irão contribuir para o objetivo do programa e atacam diretamente as causas do problema, todavia, dimensionar os impactos da ação sobre o problema não foi possível de se detectar, pois os indicadores não refletem tal situação. Ademais, os resultados das ações são efetivas ao longo do tempo, e no período em que são implementadas dificilmente teríamos condições de avaliar junto a sociedade seus impactos.

Assim como afirmamos em 2010 que a qualidade do atendimento da Polícia Militar deve sempre ser melhorada, e que os resultados alcançados foram animadores, entendemos que as ações constantes do programa devem ser mantidas mas fazendo parte de Programa maior que busque resultados mais palpáveis junto a população. E em que pese seja um programa importante, sua formatação impede uma avaliação precisa dos resultados de melhoria no serviço policial militar.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O programa foi definido no momento da revisão do PPA, e atendia a uma recomendação da Superintendência de Planejamento do Núcleo Segurança, que elevou as Ações ao nível de Programa e as medidas ao nível de ações. Entendeu a equipe de revisão do PPA a época, de que deveria haver programas das Instituições de Segurança Pública. Ocorre que os problemas internos das Instituições não podem ser vistos como problemas da sociedade.

Lembramos os ensinamentos do Professor Fernando Rezende, em sua obra *Finanças Públicas*, de que a estrutura dos programas deve permitir a comparação de métodos alternativos para se atingir determinado objetivo e que os programas específicos de determinada organização se justificam quando uma parte da organização fornece serviços a outras unidades do grupo. Ainda que a escolha de programas específicos para a Polícia Militar estivesse condicionada à estrutura administrativa diferente das demais unidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública, os fins são exatamente os mesmos, quer sejam, a melhoria da qualidade dos serviços públicos de segurança e a redução dos elevados índices de criminalidade no Estado de Mato, sendo a qualidade dos serviços está diretamente relacionada com os resultados alcançados na redução ou não da violência no Estado.

O Programa 310 - Polícia Cidadã, teve resultados muito bons, no tocante as metas alcançadas pelas ações, principalmente na área de atendimento condições de saúde dos servidores e na quantidade de policiais militares qualificados. O produto entregue para a população foi grande, mas a qualidade não pôde ser medida, pois os indicadores do programa não permitiram avaliar os resultados práticos para a população que é a principal beneficiária e cliente das políticas públicas. Os objetivos dos programas são na verdade metas de longo prazo, sendo que as metas das ações são objetivos intermediários. Neste nosso entendimento, os objetivos do programa não podem ser avaliados em sua efetividade em um período de 1 ou 2 anos, devendo ser uma construção de longo prazo. Este é o verdadeiro sentido do PPA, ao avaliar as políticas públicas num período de 4 anos, ainda que seja este, um planejamento de médio prazo. Com a extinção do programa para o PPA 2012-2015, esta futura avaliação da qualidade dos serviços oferecidos à população se torna prejudicada em termos de orçamento-programa, porém, deve ser um princípio norteador de todas as ações futuras a serem executadas.

Os recursos públicos destinados às ações do novo PPA, devem sempre ser executados sob o primado da melhoria da condição social do cidadão mato-grossense, buscando sempre melhorar sua qualidade de vida, com condições de segurança adequada para o desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso.

Embora o programa tenha sido eficiente na execução do orçamento disponibilizado e eficiente nos resultados obtidos pelas ações, sua eficácia não pôde ser analisada no que diz respeito ao atingimento dos objetivos, pois como já dissemos, são resultados que se podem mensurar somente a longo prazo.

Embora o programa seja restrito ao período orçamentário de 2 anos de existência, sua eficiência como instrumento da programação financeira ao processo de planejamento aumenta quando o horizonte de avaliação de resultado se estende a um período maior que o observado. Esta ampliação no horizonte é o PPA que possui um prazo relativamente maior. Alguns programas inclusive necessitam ser executados em 02 ou mais períodos de PPA, para que os resultados possam ser mensurados com eficiência. No caso específico do Programa PM Cidadã, esta avaliação está prejudicada, pelos motivos anteriormente citados referentes aos indicadores ineficientes, bem como pelo fim do programa para o próximo exercício plurianual.

Ainda que em 2010 quando se iniciou o programa tivéssemos uma opinião divergente, a evolução apresentada pelos indicadores do programa nos obriga a aceitar que não possíveis de dimensionar os impactos no objetivo do programa, pois os indicadores apresentam sim, a produtividade da área de saúde e da área de ensino da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, e que o aumento do efetivo é o principal impulsionador dos resultados apresentados pelas ações.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PM PRESENTE (311)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

AUSÊNCIA DA FORÇA POLICIAL EM LOCAIS PROPÍCIOS A PRÁTICA DE DELITOS

Objetivo do Programa:

AMPLIAR A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR EM LOCAIS QUE FAVOREÇAM A PRÁTICA DE CRIMES

Público Alvo:

POPULAÇÃO MATO-GROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Marcos Roberto Sovinski

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA LOGÍSTICA PARA O POLICIAMENTO OSTENSIVO	65,00	117,00	180,00	8.821.349,85	5.735.639,06	65,02
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE REAPARELHADA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES GERAIS ADMINISTRATIVAS	184,00	184,00	100,00	16.412.550,31	16.335.417,52	99,53
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE POLICIAL MANTIDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				140,00%		82,28%	

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ATENDIMENTOS REALIZADOS	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	100,00	31/12/2011
Fonte: SEOP (Sistema de Estatística, Ocorrência e Produ)ti						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Os indicadores do programa refletem a presença da Polícia Militar no Estado de Mato, e esta presença tem se estendido a todos os municípios do Estado. Estudos para criação de novos núcleos policiais militares em distritos com população relevante foram feitos, mas não implantados em 2011, aguardando novas aquisições de materiais para 2012. O programa foi criado na revisão do PPA 2008-2011, e também não possui condições de dimensionar os impactos de suas ações no combate à criminalidade.

O aumento da criminalidade possui várias causas, dentre elas, a capacidade de prevenção aos crimes cometidos. A Polícia Militar possui papel importante na prevenção à criminalidade, mas suas ações, isoladas, não possuem condições de apresentar números quanto à redução ou aumento da criminalidade, devendo fazer parte de Programa de Governo onde hajam ações integradas de outros órgãos. Tal integração de fato ocorreu, porém o Programa não possui condições de avaliar tal resultado a curto prazo.

Esta integração necessária pode ser verificada com a atuação da Polícia Militar junto aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública criados nas principais cidades do Estado de Mato Grosso. Também destacamos a participação da PM nos Gabinetes de Gestão Integrada ativados no Interior do Estado, além das diversas operações integradas na área de fronteira. Somente a longo prazo, poderemos perceber os resultados dos investimentos realizados e do aumento de efetivo. O aumento do efetivo por si só, já representa um grande avanço da Administração Pública para solução dos problemas de criminalidade no Estado de Mato Grosso, mas deve vir acompanhado dos investimentos necessários e de ações conjuntas com outros órgãos responsáveis pela Segurança Pública, tanto na esfera Estadual como nas esferas municipal e federal.

Enfim, o Programa não foi continuado para o PPA 2012-2015, mas certamente as ações realizadas durante sua existência, contribuirão para um futuro melhor no que diz respeito à redução da criminalidade em nosso Estado. Os objetivos do programa foram alcançados pois a inclusão de efetivo realizada garante a atuação da Polícia Militar em todos os municípios do Estado de Mato Grosso.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
17.562.189,26	25.233.900,16	22.071.056,58	0,00	125,66	87,46

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **43,68%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 125,66%

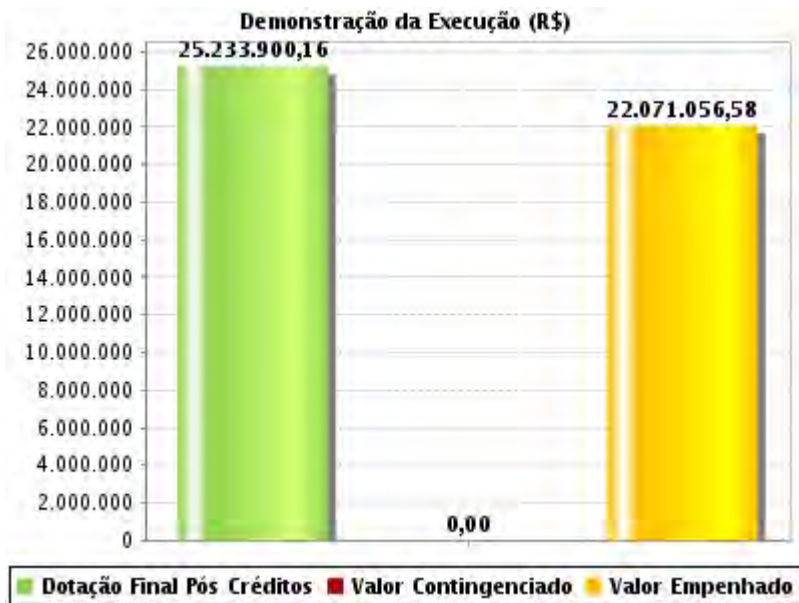


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 87,46%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Analisamos que os resultados obtidos no Programa de acordo com a avaliação COFD de 87,46% de execução dos recursos disponibilizados, foram em razão dos problemas detectados na ação 1073, na qual estavam previstos os recursos oriundos de Convênios Federais. Na análise da ação, poderão ser identificados os motivos que levaram a tal percentual de execução do programa, pois além de processos não finalizados, houve equívoco no lançamento do PTA de Convênio já executado em 2010.

De acordo com a análise do PPD, verificamos que o Programa teve necessidade de suplementações importantes para a manutenção do policiamento ostensivo, vez que os recursos disponibilizados na LOA, não previam a inclusão dos 1.180 policiais concursados.

Os objetivos do programa foram alcançados e a ampliação da presença da Polícia Militar em locais de provável incidência de crimes pode ser observada com a inclusão de novos policiais militares os quais possibilitam a manutenção do policiamento e até mesmo a ampliação desta situação. Com a inclusão, foi fortalecido o policiamento de trânsito rodoviário e urbano, o policiamento ambiental, o policiamento ostensivo de maneira geral em todo o Estado de Mato Grosso, pois a inclusão contemplou a todos os Comandos Regionais da Capital e do Interior do Estado.

Evidentemente que a inclusão de efetivo aumentou consideravelmente as despesas de custeio da Polícia Militar e tais despesas foram prejudicadas pela falta de uma suplementação maior no Programa. Não fossem os resultados ruins na avaliação da execução da ação 1073 que contempla os Convênios, certamente teríamos percentuais iguais ou mesmo superiores aos obtidos na ação 4271.

A capacidade operacional da polícia militar é extremamente vinculada aos recursos disponíveis, e poucas operações policiais deixaram de ser realizadas pela impossibilidade de pagamento de diárias. Um acompanhamento constante da evolução na execução das ações e de suas despesas previstas possibilitou a redução desse impacto, procedendo-se todos os remanejamentos necessários para que as operações não fossem mais prejudicadas pela falta de recursos. Ao final do exercício, verificamos que o aumento do efetivo trouxe grande impacto ao Programa, pois investimentos e aquisições deixaram de ser executadas em decorrência das despesas de custeio terem tido acréscimo considerado devido à inclusão. Vários processos de aquisição não puderam ser realizados trazendo prejuízos ao policiamento ostensivo, como a não aquisição de materiais e equipamentos para o policiamento.

Ainda sim, afirmamos que os objetivos foram alcançados, pois o programa se propunha a ampliar a presença da Polícia Militar com vistas a redução da criminalidade. Embora a redução da criminalidade não possa ser medida pelos indicadores do Programa, vez que suas causas extrapolam a capacidade do programa, entendemos que este contribuiu de forma significativa para tal fim.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Alguns programas precisam de um lapso temporal maior que o orçamentário para que seus resultados possam ser sentidos pela sociedade. Evidente que a sensação de segurança perpassa pela visão da sociedade de que o Governo do Estado está investindo em Segurança Pública, porém, a sensação de segurança será alcançada em definitivo com a redução da criminalidade a níveis aceitáveis pela população. Com o fim do programa para o próximo PPA, não será possível dimensionar a sua efetividade, pois entendemos que os resultados das ações realizadas para redução da criminalidade, somente serão possíveis de serem diagnosticados em exercícios futuros. Em 2011 o programa foi mais efetivo que em 2010, logo, os resultados para a população serão percebidos fora do período de avaliação do Programa. As ações serão mantidas em outros programas de Governo com maior alcance e certamente irão contribuir para a melhoria da segurança pública em nosso estado, desde que perseguidas as metas de investimento e aumento do efetivo policial militar. Ressaltamos que embora o programa tenha permitido a ampliação da presença policial militar, tal presença não foi acompanhada de todos os insumos necessários para a realização do serviço, pois a capacidade orçamentária das ações foi limitada aos tetos disponibilizados.

As ações ainda sim tiveram bons resultados, tanto na avaliação PPA quanto COFD, e muito mais significativo foram os produtos entregues e as metas atingidas apesar das limitações orçamentárias.

O programa teve origem na revisão do PPA 2008-2011 e visava melhorar a atuação da Polícia Militar, com a melhoria da qualidade dos serviços prestados com uma presença mais forte em todas as regiões do Estado. Essa presença física do policiamento foi garantida, porém sem a estrutura necessária ideal para o serviço.

As novas modalidade de atuação de quadrilhas organizadas para os roubos a banco trouxeram a necessidade de sérias mudanças no planejamento das aquisições, para armamento e equipamento que pudessem dar as condições de enfrentamento e prevenção a tais crimes. Infelizmente a capacidade de investimento em 2011, foi limitada para os padrões necessários.

É reconhecido o esforço da Secretaria de Estado de Segurança Pública em contemplar recursos para a Polícia Militar no segundo semestre, porém ainda deficiente, pela exaurida capacidade de financiamento deste investimento pelo Governo do Estado.

O Programa teve um aporte financeiro significativo dos Convênios com o Governo Federal, todavia, o critério para se aprovar os projetos conjuntos do Ministério da Justiça, limita também a possibilidade dos investimentos pleiteados, pois a ênfase dada nos últimos editais, prima pela qualificação de mão de obra e não o reaparelhamento das Instituições, ainda que tal qualificação seja fundamental.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: ENFRENTAMENTO INTEGRADO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE (312)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

RESULTADOS INSATISFATÓRIOS DAS AÇÕES ISOLADAS DAS INSTITUIÇÕES EM RELAÇÃO AO CONTEXTO GERAL DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE.

Objetivo do Programa:

POTENCIALIZAR OS RESULTADOS DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE EM PROL DA SOCIEDADE

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Antonio Mario S. Ibanez Filho

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES INTEGRADAS REGIONAIS E MUNICIPAIS	4,00	4,00	100,00	20.000,00	20.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	OPERAÇÃO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DO CIOPAER	900,00	1.028,00	114,22	314.527,94	314.527,94	100,00
Produto / Unidade de Medida	OPERAÇÃO ÁEREA DE SEGURANÇA PÚBLICA EXECUTADA EM TODO ESTADO/UNIDADE						
Ação	ENCAMINHAMENTO DAS DENÚNCIAS REALIZADAS PELO CIDADÃO AO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.200,00	100,00	8,33	24.826,46	19.823,91	79,85
Produto / Unidade de Medida	DENUNCIA ENCAMINHADA/UNIDADE						
Ação	REDUÇÃO DO DESVIO DE CONDUTA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.	1.078,00	1.529,00	141,84	119.544,54	106.543,41	89,12
Produto / Unidade de Medida	PROCESSOS DISCIPLINARES INSTAURADOS /UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	AMPLIAR AS AÇÕES OPERACIONAIS INTEGRADAS PARA A SEGURANÇA DA FRONTEIRA OESTE	60,00	40,00	66,67	1.770.719,71	513.890,84	29,02
Produto / Unidade de Medida	COBERTURA GEOGRAFICA DA AREA DE ENFRENTAMENTO NA FRONTEIRA OESTE REALIZADA/PERCENTUAL						
Ação	FOMENTO À PARTICIPAÇÃO CONTINUADA DAS INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA	50,00	50,00	100,00	59.005,03	55.342,15	93,79
Produto / Unidade de Medida	REUNIAO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIOPAER	100,00	114,00	114,00	4.319.036,54	4.256.182,39	98,54
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICAS	100,00	100,00	100,00	2.846.280,22	2.836.441,05	99,65
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES OPERACIONAIS INTEGRADAS PARA A SEGURANÇA DA FRONTEIRA OESTE	100,00	90,00	90,00	1.019.907,04	1.018.715,03	99,88
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				92,78%			87,76%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INDICE DE FURTOS	FURTOS/100.000H	1.171,09	1.053,98	1.053,98	1.333,32	31/12/2011
Fonte: POLICIA JUDICIÁRIA CIVIL						
INDICE DE HOMICÍDIOS	HOMIC/100.000H	28,70	24,39	24,39	30,40	31/12/2011
Fonte: POLICIA JUDICIÁRIA CIVIL						
INDICE DE ROUBOS	ROUBO/100.000 H	413,09	404,82	404,82	466,08	31/12/2011
Fonte: POLICIA JUDICIÁRIA CIVIL						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Com a intervenção deste programa, bons resultados foram alcançados, mas não o suficiente a ponto de diminuir os indicadores. Trata-se de uma situação problema muito complexa e para o alcance da efetividade necessária, muitas variáveis estão envolvidas, demandando alto investimento. Mas entendemos que esses indicadores são adequados, ou seja, têm capacidade de medir os efeitos com a intervenção do programa.

As taxas dos Indicadores de eficiência e eficácia, foram calculados com base nos dados estatísticos alcançados pela administração da polícia civil em Cuiabá-MT, onde visa todas as ocorrências atendidas na capital e interiores-MT em 2011. Obtendo-se como resultado final, as quantidades anuais registradas sendo: Furto = 41.011 - Roubo = 14.336 e Homicídio = 935, havendo assim um aumento percentual em vista do ano de 2010 - Furto = 0,46% - Roubo = 3,52% e Homicídio = 6,52% por cento dos casos mais críticos nas regiões mato-grossenses. Sabendo-se que as 09 (nove) ações possuem diferentes estratégias para implementação de seus objetivos alcançados. Concluindo-se com tudo isso, que todas as ações são voltadas à satisfação plena da sociedade, focada em resultados positivos diretamente aos cidadãos, tendo como princípio a ética e transparência participativa com resultados da real qualidade dos serviços públicos.

Calculos:

$Qdte\ de\ ocorrências \times 100.000 \text{ Habits} = \text{resultado} / 3.075.862 \text{ Habits} / \text{IBGE} / \text{MT} = \text{taxa} / \text{índice apurado ano.}$

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
9.420.031,79	10.493.847,48	9.141.466,72	0,00	97,02	87,09

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

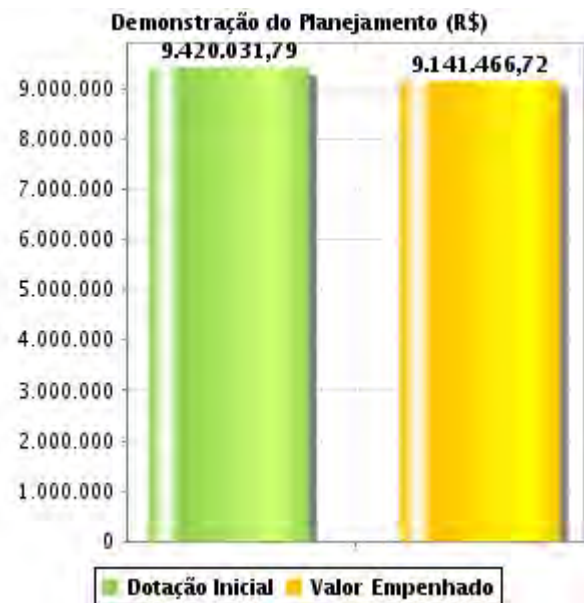
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **11,40%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 97,02%

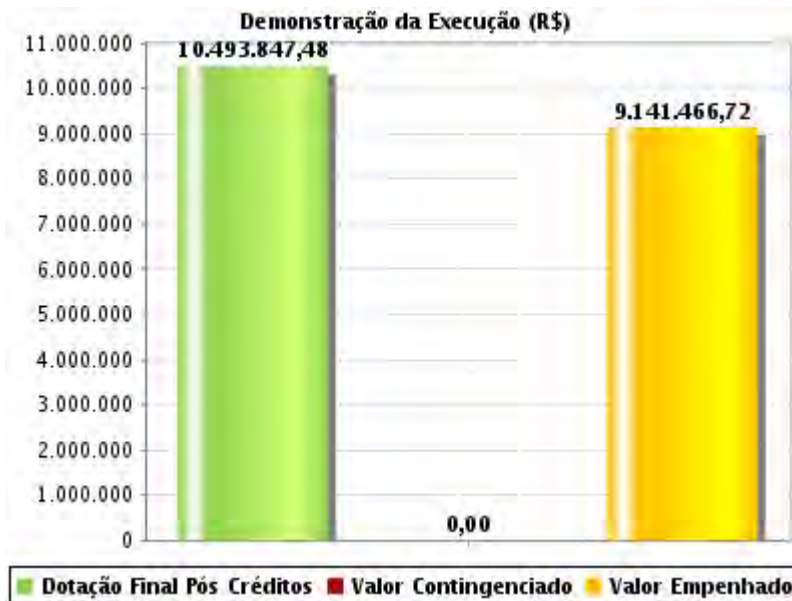


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 87,09%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O programa foi executado de forma satisfatória, conforme os recursos disponíveis. Buscou-se executar, no âmbito das ações, as medidas que mais contribuiriam para alcançar os objetivos do programa. Foram realizadas operações integradas regionais e municipais para a prevenção e repressão aos criminosos, houve ampliação das ações do CIOPAÉR, bem como ampliação das ações integradas para a segurança da fronteira oeste. E ainda procuramos atacar o problema do desvio de conduta dos profissionais do sistema de justiça e segurança pública. Uma vez que o Programa reúne 09(nove) ações com diferentes estratégias, conforme a avaliação percentual na régua, alguns apresentaram deficiências no atendimento orçamentário inicial, houveram alguns contingenciamentos mas mesmo assim souberam superar as diferenças nas demandas apresentadas no PTA. Os projetos foram elaborados dentro de suas medidas e tarefas inseridas, algumas delas não foram atendidas por motivos burocráticos administrativos perante ao órgão competente, não sendo atendidos em tempo hábil dentro dos níveis correspondentes de decisões, nas quais os valores perdidos contemplariam outros projetos que atenderiam a totalidade dos recursos disponibilizados através dos recursos iniciais e pelas suplementações orçamentárias.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Embora o programa não tenha alcançado os índices previstos para o final do PPA, as ações foram desenvolvidas de forma a atuar nas causas do problema. Considerando que o Programa 312 Enfrentamento Integrado da Violência e da Criminalidade, foi criado com o objetivo de dar suporte à execução da política de segurança pública tanto na capital quanto interior, buscando desde então através da modernização da gestão de recursos públicos a implementação de modelos gerenciais de administração, resultando pelos princípios da ética, transparência, compromisso, eficiência e qualidade dos serviços prestados ao cidadão. Mais especificamente destaca-se a efetivação do Núcleo de Segurança onde se materializou a política de sistematização da atividade dentro da segurança pública, com a aplicação clara da gestão e administração dos recursos públicos de forma organizada e planejada, com resultados claros e positivos. No entanto, o que se espera é de uma maior eficiência em algumas ações deliberadas dentro de suas metas estabelecidas no PTA, buscando melhores resultados nos planejamentos e execuções.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: POLITEC - EXPANSÃO COM EXCELÊNCIA NA QUALIDADE (313)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

19101-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Origem do Programa:

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO INSUFICIENTE FRENTE À DEMANDA DE SOLICITAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE EXAMES PERICIAIS E DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS.

Objetivo do Programa:

AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA POLITEC COM EXCELÊNCIA NA QUALIDADE

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Patrícia de Cássia V. Fachone

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL						
Produto / Unidade de Medida	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DAS CARREIRAS DA POLITEC INCREMENTADO/UNIDADE	190,00	244,00	128,42	105.277,05	100.907,05	95,85
Ação	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA E ESPECÍFICA						
Produto / Unidade de Medida	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA/UNIDADE	17,00	9,00	52,94	1.162.687,56	1.139.832,64	98,03
Ação	PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS UNIDADES DA POLITEC						
Produto / Unidade de Medida	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PROMÓVIDA/UNIDADE	2,00	4,00	200,00	250.006,35	0,00	0,00
Ação	DESLOCAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA POLITEC						
Produto / Unidade de Medida	VEICULO DISPONIBILIZADO/UNIDADE	12,00	12,00	100,00	895.500,00	895.500,00	100,00
Ação	PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO DE PROCESSOS NAS UNIDADES DA POLITEC						
Produto / Unidade de Medida	PROCESSO OTIMIZADO/UNIDADE	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	INCENTIVO À COOPERAÇÃO						
Produto / Unidade de Medida	DOCUMENTO RELATIVO A COOPERAÇÃO FIRMADO/UNIDADE	1,00	1,00	100,00	7.939,61	0,00	0,00
Ação	SEGURANÇA NO TRABALHO						
Produto / Unidade de Medida	REQUISITO DE SEGURANÇA IMPLANTADO/UNIDADE	1,00	1,00	100,00	6.500,00	6.500,00	100,00
Ação	RESPONSABILIDADE SOCIAL EM FOCO (OUTRAS AÇÕES)						
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL REALIZADA/UNIDADE	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Ação	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEO ESPECIALIZADO NO ATENDIMENTO À VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM CUIABÁ						
Produto / Unidade de Medida	NÚMERO DE ATENDIMENTO PSICO-SOCIAIS PRESTADO/UNIDADE	520,00	571,00	109,81	0,00	0,00	0,00
Ação	IMPLANTAÇÃO DE LINHAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL						
Produto / Unidade de Medida	LINHA DE PESQUISA IMPLANTADA/UNIDADE	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Ação	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL INTEGRADO						
Produto / Unidade de Medida	CONJUNTO DE DADOS E DE INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADOS/UNIDADE	5,00	6,00	120,00	1.042.295,06	650.713,09	62,43
Ação	MANUTENÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS						
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	3.609.037,87	3.519.770,48	97,53
Ação	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO						
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO EXECUTADA/UNIDADE	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização:				108,55%			42,60%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INOVAÇÃO DE PROCESSO IMPLANTADA (UNIDADE)	UNIDADE	0,00	3,00	2,00	1,00	08/02/2012
Fonte: POLITEC						
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA (UNIDADE)	UNIDADE	1,00	1,00	1,00	4,00	08/02/2012
Fonte: POLITEC						
LINHA DE PESQUISA IMPLANTADA E DIVULGADA NO DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ (UNIDADE)	UNIDADE	0,00	1,00	1,00	1,00	08/02/2012
Fonte: POLITEC						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PRAZO DE EXPEDIÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE PARA A CAPITAL	DIA	7,00	5,00	5,00	5,00	08/02/2012
Fonte: POLITEC						
PRAZO DE EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE PARA O INTERIOR	DIA	40,00	20,00	20,00	30,00	08/02/2012
Fonte: POLITEC						
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE NECROPSIA	PERCENTUAL	0,35	0,56	0,56	0,08	08/02/2012
Fonte: POLITEC						
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DA CARREIRA DE PAPIOSCOPISTA	ÍNDICE	0,65	0,70	0,70	0,01	08/02/2012
Fonte: POLITEC						
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DA CARREIRA DE PERITO OFICIAL CRIMINAL	PERCENTUAL	0,23	0,45	0,45	0,10	08/02/2012
Fonte: POLITEC						
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DA CARREIRA DE PERITO OFICIAL MÉDICO LEGISTA	PERCENTUAL	0,38	0,52	0,52	0,12	08/02/2012
Fonte: POLITEC						
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DA CARREIRA DE PERITO OFICIAL ODONTO LEGISTA	PERCENTUAL	0,10	0,19	0,19	0,00	08/02/2012
Fonte: P						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Os resultados apurados no desenvolvimento profissional das carreiras de Perito Oficial Criminal, Médico Legista, Odonto Legista e Técnico de Necropsia não alcançaram os índices previstos no Plano de Trabalho Anual de 2011.

Houve a nomeação em maio de 2011, do concurso público para provimento das carreiras de Perito Oficial Criminal e Técnico de Necropsia.

Na carreira de Perito Oficial Criminal o resultado alcançado foi em função do ingresso de 63 Peritos Oficiais Criminais, sendo desses: 60 servidores graduados, 02 servidores pós-graduados e 01 servidor com mestrado, lotados nas Unidades de Criminalística.

Na carreira de Médico Legista não ocorreu o ingresso de pessoal mediante concurso público, e 04 servidores realizaram pós graduação, lotados nas Unidades de Medicina Legal.

Na carreira de Odonto Legista não ocorreu o ingresso de pessoal mediante concurso público, e nenhuma realização de cursos de especialização a nível de pós graduação, mestrado e doutorado, lotados nas Unidades de Odontologia Legal.

Na carreira de Papiloscopista o índice foi superado em virtude reintegração de posse de 01 profissional na classe A e promoção horizontal de 04 (quatro) servidores da classe C para classe D estruturada segundo os graus de formação, na Diretoria de Identificação Técnica.

Na carreira de Técnico em Necropsia o resultado obtido foi em função do ingresso de 21 Técnicos em Necropsia que estão enquadrados na Classe A e não houve a promoção horizontal de Classes, em 2011.

O prazo de expedição da carteira de identidade da Capital alcançou o prazo de 3 a 5 dias úteis, e o de expedição da carteira no interior do Estado permaneceu o mesmo em 2011, sendo o prazo de 15 a 30 dias úteis, para melhor atender a sociedade. De acordo com o estabelecido no PTA/2011.

As inovações de tecnologias superaram os índices previstos para 2011, com: 1) Exame de Acelerantes em Incêndio, (2) Exame de Identificação de Combustíveis, (3) Exame de Dosagem Alcoólica em Sangue, (4) Exame de Identificação de Quantificação de Etanol em Bebidas Alcoólicas e Falsificação de Bebidas Alcoólicas, propiciaram a redução de prazo de entrega e maior segurança nos exames realizados para a emissão de laudos periciais, na Diretoria Metropolitana de Laboratório Forense que atendem as demandas de todo Estado de Mato Grosso.

A linha de pesquisa na área de genética forense, para identificação de fragmentos de ossos para extração de DNA, utilizadas nas Unidades da Perícia Oficial com o fim de transformar tecnologias e conhecimento científico para aplicação forense para ampliar e diversificar a capacidade de atendimento da Perícia Oficial, na solicitação de exames e laudos periciais pelas autoridades competentes.

Na inovação de processos, em 2011 houve a 1ª Edição revisada do Caderno de Quesitos Oficiais distribuídos aos órgãos de Segurança Pública, Ministério Público e Justiça Estadual além de disponibilizado via internet no site da Perícia Oficial e Identificação Técnica.

Os índices previstos tiveram o objetivo de mensurar a qualidade de mão de obra, o desempenho das atividades desenvolvidas nas unidades da Perícia Oficial e Identificação Técnica - POLITEC; e a capacidade de atendimento à sociedade, com prazos adequados e tempo de resposta razoável na prestação de seus serviços.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias do orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
8.326.191,25	7.079.243,50	6.313.223,26	0,00	75,14	88,38

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.
Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:
• Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
• Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
• Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
• Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
• Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

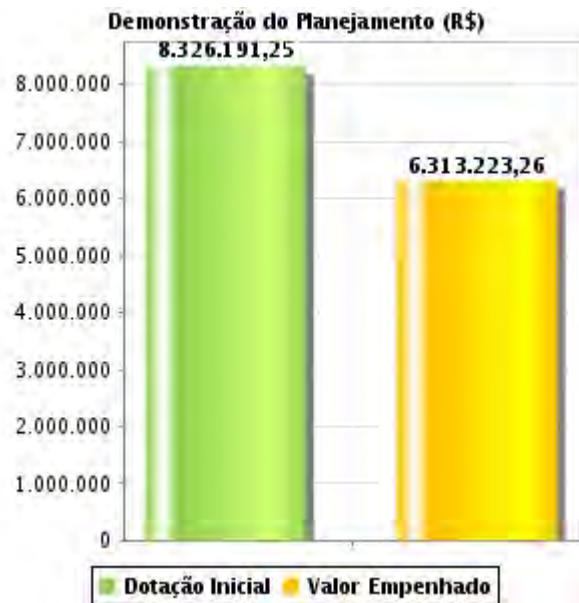


Estado de Mato Grosso

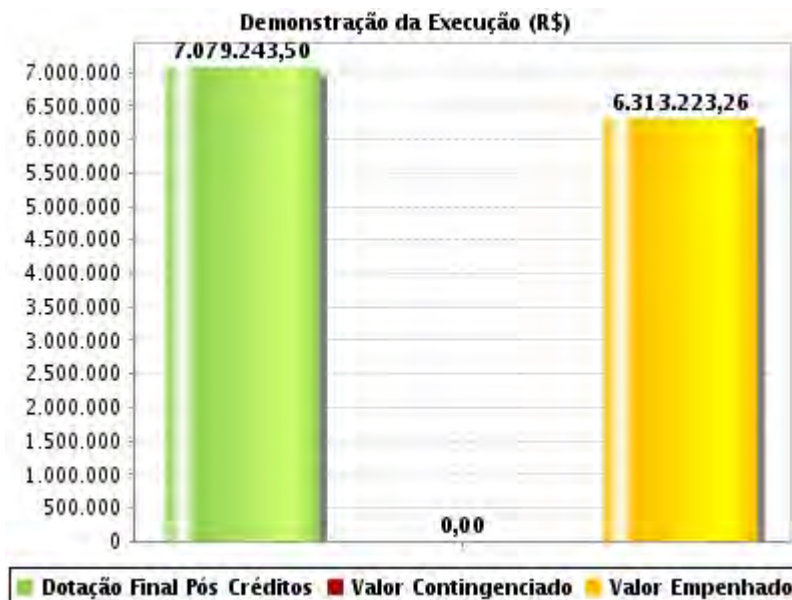
RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **14,98%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 75,14%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 88,38%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

De forma geral, embora as aquisições de produtos e serviços tenham sido demandadas pela POLITEC na forma programada no Plano de Trabalho de 2011, a execução financeira de despesas fixadas para o exercício em alguns projetos e ações obteve resultado abaixo do esperado em virtude da insuficiência de recursos financeiros, conforme informação do Núcleo Segurança à POLITEC. Assim, apesar do planejamento eficiente e dentro da programação da despesa, obteve-se um desempenho considerado regular pela ótica orçamentária.

Nesse sentido, as despesas programadas e realizadas em 2011 tiveram como foco principal a manutenção, e alguma expansão, dos serviços prestados pela Perícia Oficial e Identificação Técnica na expedição de laudos periciais e confecção de documento de identificação civil (RG) considerados os principais produtos entregues no atendimento à população do Estado de Mato Grosso.

Frete as modificações de ordem orçamentária e financeira das despesas previamente fixadas no Programa 313 houve conseqüentes mudanças de estratégia pela POLITEC no que tange a repriorização da execução do seu orçamento em 2011.

O projeto 1088-9900 Qualificação Profissional sofreu o contingenciamento de despesas no valor de R\$ 180.912,95 o equivalente a 67,75% dos créditos autorizados na ação qualificação profissional. Inobstante a meta física no período foi quantitativamente superada. As despesas fixadas no exercício 2011 do Programa 313 foram canalizadas para cobrir gastos com aquisição de vagas para cursos, diárias para visitas técnicas e realização de eventos na área da Perícia Criminal.

Na Ação Implantação de Infra Estrutura Básica e Específica os recursos foram canalizados para a cobertura de despesas com obras e com instalações de novas sedes. As ações do projeto 1089 - Implantação de Infra Estrutura Básica e Específica - proporcionaram a infra-estrutura para parte importante da descentralização da prestação de serviços da POLITEC.

O projeto 1091-9900 Deslocamento para Prestação de Serviços obteve resultado excelente de acordo com a programação das despesas e a execução financeira dos recursos estabelecidos no PTA/2011. Os créditos autorizados na LOA/2011 não seriam suficientes para a realização da meta física, após as alterações (créditos adicionais por anulação de dotação) de outras ações do Programa, executaram-se os gastos conforme previsão estipulada no Projeto. As ações do projeto 1091-9900, Programa 313, foram provenientes da economia dos recursos dos pregões realizados na atividade de manutenção geral dos serviços prestados pela POLITEC e saldos remanescentes de encerramento de contrato do projeto implantação do sistema informação gerencial integrado.

No projeto 1090-9900 Inovação Tecnológica, parte dos recursos previstos foram remanejados [anulação de dotação orçamentária], para a atividade 4277 - Manutenção dos serviços gerais prestados pela POLITEC, empregados na aquisição de reagentes químicos para a Diretoria Metropolitana de Laboratório Forense, na realização de exames de identificação de etanol, combustíveis e de acelerantes. Assim, a capacidade operacional financeira da despesa se deu em outra ação do Programa, porém para atingir objetivos específicos do projeto 1090-9900: realização de exames forenses que caracterizam inovações tecnológicas na Diretoria de Laboratório Forense.

Quanto ao projeto 1092-9900 Promoção de Inovação de Processos a meta prevista foi concretizada envolvendo a mobilização do quadro de pessoal da Perícia Oficial. Assim, os créditos autorizados tiveram novo destino (na Atividade 4277- Manutenção Geral dos Serviços Prestados) com intuito de garantir demandas prioritárias com insumos de perícias para exames dos vestígios coletados em locais de crimes.

A ação 4277-9900, denominada Manutenção Geral das Atividades Periciais e de Identificação Técnica, consentiu as despesas fixadas na LOA 2011 e as despesas realizadas no exercício ocorreram de acordo com a execução orçamentária e financeira prevista no período, contudo houve remanejamento interno para atender demandas com aquisição de veículos para as unidades de medicina legal, na remoção e transporte de cadáveres, em locais de crimes. Dessa forma, o mencionado redirecionamento dos recursos visa a complementar o escopo da ação 4277 em outro projeto do programa 313. As despesas correntes contribuíram para adquirir materiais de consumo [expediente, hospitalares, farmacológicos, químicos, gêneros alimentícios, áudio e vídeo, copa e cozinha, higiene e limpeza]; serviços de confecção de lacres de segurança; de cédulas de identidade; serviços gráficos, locação de equipamentos de impressão.

Nas ações Incentivo à Cooperação, Responsabilidade Social em Foco, Implantação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, Implantação de Linhas de Pesquisa e Qualidade de Vida no Trabalho, o plano de trabalho anual 2011 foi utilizado como ferramenta de gestão. O planejamento estabelecido foi cumprido com a mobilização de recursos humanos do quadro da POLITEC, sem o dispêndio na dotação orçamentária prevista no orçamento.

As execuções orçamentárias e financeiras desenvolvidas nas 13 (treze) ações do Programa foram despendidas para pagamento de despesas com deslocamentos (diárias), aquisição de bens e serviços para não interrupção das atividades desenvolvidas pela POLITEC à sociedade matogrossense, que por insuficiência de outras fontes de financiamento não obteve melhor desempenho.

No decorrer do ano a POLITEC contou com o empenho das despesas e execução dos recursos estaduais e de recursos de convênio com processos de aquisições relativos à compra de computadores, de licenças de softwares, dispositivo de celular para exames periciais na área forense. No entanto, alguns processos de aquisição foram cancelados para cumprimento de metas fiscais (orçamentárias e financeiras) e de encerramento de exercício imposta pelo Governo Estadual.

A edição e publicação da Resolução n.º 01/2011 do Conselho Econômico do Governo que estabelece o planejamento orçamentário e financeiro do período de outubro a dezembro de 2011, impactou diretamente no resultado apurado na ação, houve a anulação de dotação orçamentária no valor de 2.198.419,19 equivalente a 32,30% dos créditos autorizados no programa, sendo o saldo orçamentário anulado e remanejado para outros programas da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Em suma, não foi possível melhor desempenho pelo ajuste orçamentário processado de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal para o cumprimento de metas fixadas pelo governo estadual e por insuficiência de recursos financeiros, apesar de ter obtido resultados importantes como serão descritos no quadro resultados.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O Programa 313 tem por escopo ampliar a capacidade de atendimento da POLITEC com excelência na qualidade para o seu público alvo que é a sociedade.

Os Projetos/Atividades que compõem este programa têm o intuito de atender demandas de solicitação de exames e laudos periciais e de expedição de documentos, com prazos adequados e tempo de resposta razoável na prestação de serviços, em duas grandes áreas de atuação: a Perícia Criminal e Identificação Técnica.

A evolução de demanda dos serviços de competência da POLITEC, pela população e pelas autoridades que operam o Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, majora a cada ano, tanto na Capital quanto no Interior do Estado.

A POLITEC, com o fito de se atender as existentes e novas solicitações, promoveu ações que pudessem atender a demanda social no Estado.

As ações do projeto 1089 - Implantação de Infra Estrutura Básica e Específica - proporcionaram a infra-estrutura para parte importante da descentralização da prestação de serviços da POLITEC. No interior do estado foram locados imóveis para receptionar alguns dos serviços regionais ofertados pela POLITEC nos seguintes pólos: (1) de Água Boa; (2) Pontes e Lacerda; (3) Tangará da Serra, e; (4) Barra do Garças.

Ações estruturante também foram adotadas na capital: (1) a edificação do muro perimetral do Complexo de Perícias; (2) reforma da 1ª Etapa do Anexo do Arquivo Geral, e; (3) Reforma da Gerência de Balística; (4) Reforma da Guarita. E houve celebração de termo de convênio para construção da unidade de medicina legal em Sorriso/MT, perfazendo 9 (nove) unidades em 2011.

Dessa forma, Em 2011 foram efetivamente implantados serviços de criminalística em Pontes e Lacerda, Alta Floresta, Água Boa e Primavera do Leste. Além disso, os postos de identificação ganharam novo endereço em Tangará da Serra, Alta Floresta e Barra do Garças, favorecendo o atendimento da população nessas áreas.

Ainda, foram adquiridos e distribuídos equipamentos e materiais específicos para a implantação dos serviços nas Unidades já mencionadas da POLITEC, como também em Chapada dos Guimarães, Juína e Primavera do Leste.

Pelo lado da inovação de processo, foi publicada a 1ª Edição revisada do Caderno de Quesitos Oficiais distribuídos aos órgãos de Segurança Pública, Ministério Público e Justiça Estadual além de disponibilizado via internet no site da POLITEC.

Em referência à implantação de sistema de informações, destacamos que no ano de 2011 disponibilizou-se às unidades da POLITEC: Estações de Trabalho [230 unidades, 138 para capital e 92 para interior] e dispositivo de celular para realizar perícias de computação forense.

No que tange a inovação tecnológica (1090-9900) implantou-se 04 novas técnicas com o emprego de cromatografia a gás acoplada a Head Space: (1) Exame de Acelerantes em Incêndio, (2) Exame de Identificação de Combustíveis, (3) Exame de Dosagem Alcoólica em Sangue, (4) Exame de Identificação de Quantificação de Etanol em Bebidas Alcoólicas e Falsificação de Bebidas Alcoólicas. Os exames estão sendo realizados pela Diretoria Metropolitana de Laboratório Forense, utilizando técnicas que caracterizam inovação tecnológica para a POLITEC.

Na área de qualificação profissional da Instituição entende-se que, com a superação da meta física, o objetivo específico da ação foi atingido em termos quantitativos e obteve-se parte do desenvolvimento profissional planejado para as carreiras da POLITEC. Entretanto, do ponto de vista qualitativo ocorreu a suspensão/cancelamento de importantes cursos planejados e demandados em conformidade à programação da despesa, como o -Curso de Análise e interpretação ABNT NBR ISO 17025:2005 e 9001:2008 [55 vagas/R\$ 33.725,00] e Curso Fotografia para Perícia [30 vagas/R\$ 12.000,00]-.

Os créditos autorizados na LOA/2011, alocadas sob a atividade 4277-9900 atendeu demandas indispensáveis às Unidades da POLITEC para cobrir despesas com deslocamento de servidores, processos de aquisições de materiais, locação de mão de obra, serviços de terceiros - pessoa jurídica para a manutenção das suas atividades, sem a interrupção dos serviços que foram prestados quando requisitados pelas autoridades competentes.

As Unidades de Identificação Técnica emitiram um montante de 140.112 carteiras de identidade, entre 1ª e demais vias, além de 9.254 atestados de antecedentes criminais, no prazo previsto como indicador do programa.

Foram realizados 6.394 exames periciais em todo o interior do Estado de Mato Grosso.

Na Capital foram 15.203 laudos de medicina legal, expedidos por meio de certificação digital desde a data de 03/05/2010; 10.906 laudos no laboratório forense e 7.988 de criminalística.

Apesar da capacidade de atendimento pela POLITEC ainda ser insuficiente à demanda no Estado, o Programa POLITEC Expansão com Excelência na Qualidade criou condições de ATENDER MAIS E MELHOR!



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL (314)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

18101-SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Origem do Programa:

SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA

Objetivo do Programa:

PROPORCIONAR CONDIÇÕES HARMÔNICAS PARA PROMOVER A CUSTÓDIA DOS PRESOS

Público Alvo:

INDIVÍDUOS SOB CUSTÓDIA DO ESTADO

Gestor(a) do Programa:

Clarindo Alves de Castro

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	PROPOSIÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS						
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ENCAMINHADA E CONVÊNIO EXECUTADO/UNIDADE	0,00	5,00	500,00	33.785.191,05	2.143.474,30	6,34
Ação	READEQUAÇÃO DAS UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL						
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE READEQUADA/UNIDADE	0,00	12,00	1.200,00	1.694.055,95	1.694.027,41	100,00
Ação	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO						
Produto / Unidade de Medida	REEDUCANDO MONITORADO/PESSOA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO						
Produto / Unidade de Medida	CURSO REALIZADO/UNIDADE	2,00		0,00	300.659,62	300.659,62	100,00
Ação	AMPLIAR A SEGURANÇA DAS UNIDADES PRISIONAIS						
Produto / Unidade de Medida	SEGURANÇA AMPLIADA/UNIDADE	24,00		0,00	20.994,14	0,00	0,00
Ação	MANUTENÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL						
Produto / Unidade de Medida	ACA0 MANTIDA/PERCENTUAL	100,00		0,00	39.235.766,29	39.111.657,47	99,68



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	283,33%	51,00%
--	----------------	---------------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
EVENTOS CRÍTICOS	ÍNDICE	1,41	1,35	1,35	1,45	31/12/2011
Fonte: INFOPEN						

Análise dos Indicadores do Programa:

O indicador utilizado no PPA 2008-2011 para o cálculo de eventos críticos tem como fórmula a somatória do número de fugas, número de rebeliões, número de motins e o número de ocorrência com reféns, todos divididos pela população carcerária.

Esse indicador não foi mantido para o PPA 2012-2015, pois apresenta os seguintes problemas: no numerador é simplesmente realizada a soma de eventos de gravidade diferentes, sem atribuição de peso. No caso de um evento com morte, que é mais grave que uma fuga, representa para o indicador o mesmo valor.

No ano de 2011 foram registrados 163 eventos, sendo 153 fugas, 9 motins e 1 ocorrência com refém, resultando em morte. Isso permitiu chegar ao indicador apurado de 1,45, considerando que a população do sistema penitenciário fechou o ano de 2011 com 11.185 reeducandos.

Em razão de interdições em algumas unidades do sistema penitenciário, a exemplo da Penitenciária Central do Estado, houve a necessidade de transferir reeducandos para outras unidades, aumentando assim a população carcerária das unidades que receberam os reeducandos, o que pode ter trazido como consequência mais eventos críticos.

Outro fator que pode ter elevado o número de eventos críticos é a situação de déficit de vagas no sistema penitenciário, que chega a cerca de 2 por 1, ou seja, a cada uma vaga do sistema tem 2 reeducandos, bem como a situação de precariedade das construções físicas do sistema. Um exemplo dessa precariedade é que a maioria das unidades prisionais apresentam problemas de esgotamento sanitário.

Em 2011 foi publicada a Lei 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal. Uma consequência desta lei é a diminuição do número de reeducandos que ingressam no sistema penitenciário. Com a nova lei o pagamento de fiança poderá ser estipulado pelo delegado e não apenas pelo juiz; o monitoramento eletrônico; o recolhimento domiciliar no período noturno; a proibição de viajar, frequentar lugares e de ter contato com determinadas pessoas; e a suspensão do exercício de função pública ou da atividade econômica, todas essas novas possibilidades de penas podem diminuir o número de reeducandos.

Outro fator que contribui para diminuir o número da população carcerária foi a realização de mutirões no Estado em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, que liberou reeducandos que já tinham o direito à liberdade e ainda estavam presos no sistema penitenciário, refletindo no número de reeducandos.

No entanto, apesar destes dois fatores acima mencionados ter, em tese, favorecido a diminuição do número de reeducandos em 2011, ocorreu o ingresso de novos policiais civis e militares, demanda sempre presente da sociedade, que ao desempenharem o seu papel legal, também contribuem para o aumento de números de presos ao cumprirem mandado de prisão em aberto, prisões em flagrante delito, entre outras funções.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
79.814.744,06	75.036.667,05	43.249.818,80	0,00	53,85	57,28



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

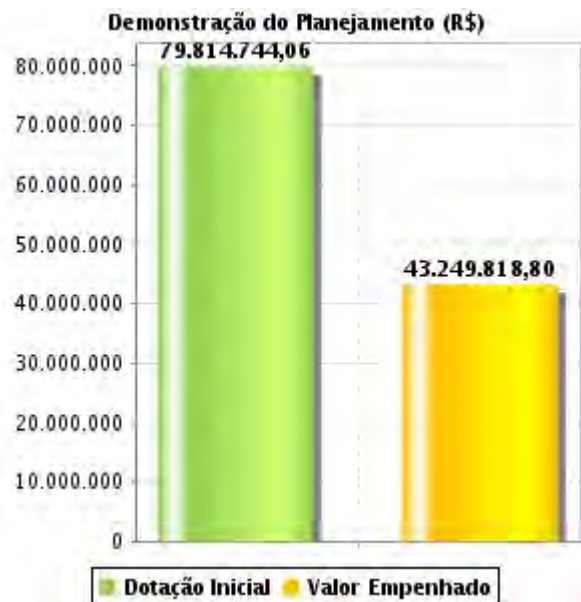
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

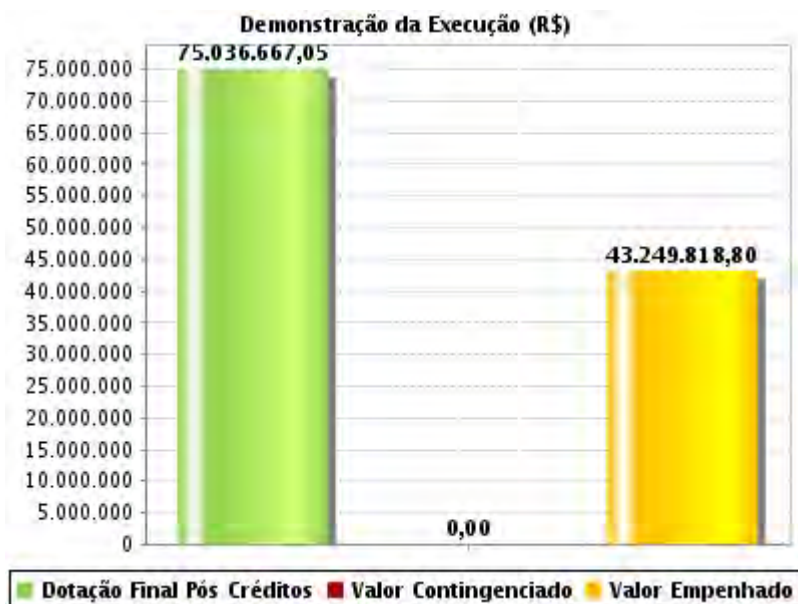
- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **5,99%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 53,85%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 57,28%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O Sistema Penitenciário é voltado para a gestão de 64 estabelecimentos penais fracionados em 6 penitenciárias, 1 colônia agrícola, 53 cadeias pública, 1 centro de detenção provisório, 2 casas do Albergado masculina e 1 casa feminina. Esse sistema requer um planejamento articulado de pessoas, orçamento, financeiro e do plano que caminhem em conjunto com as ações.

A execução das despesas mais essenciais do Sistema Penitenciário foram alocadas na fonte 100, tesouro do Estado, como, por exemplo: a alimentação dos reeducandos. Por se tratar de despesa essencial, a execução foi muito próxima do planejado.

As despesas de caráter mais discricionárias foram alocadas na fonte 240, que é parte do fundo estadual de segurança pública (em 2011 foram 18% dos recursos advindos de valores inerentes aos créditos outorgados às concessionárias de Energia e a partir de 2012 o percentual destinado à SEJUDH é de 30%). O desempenho das despesas discricionárias foi menor do que a fonte 100, porque a SEJUDH não teve autorização por parte do Conselho Econômico para executar algumas despesas discricionárias, como por exemplo: a compra de computadores e viaturas. A negativa por parte do Conselho Econômico é em decorrência dos problemas orçamentários e financeiros do Estado.

Já os investimentos, que são executados pela fonte de convênios, 261, tiveram uma execução baixa. Os convênios são executados por contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal. Em 2010, a execução desta fonte, também havia sido pequena. No final do exercício de 2011, o governo federal tomou medidas com a finalidade de melhorar a execução dos convênios por intermédio da Caixa.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O sistema penitenciário fechou o ano com a custódia 11.185 presos, sendo que o número de vagas é de 5.760, portanto um déficit de 5.425 vagas. Para ampliar as vagas estão sendo construídos dois novos Centros de Detenção Provisória (CDP), com inauguração prevista para 2012: um em Pontes e Lacerda e outro em Juína.

Das seis penitenciárias de Mato Grosso, quatro tiveram reformas em algumas áreas.

A Cadeia Pública de Pedra Preta que estava interdita foi reformada e reinaugurada em 2011. A Cadeia Pública de Juara foi concluída as obras da área destinada ao banho de sol dos reeducandos, construída a passarela para melhoria da fiscalização e reformado a área carcerária, sendo reinaugurada no ano de 2011. Com parceria com o Poder Judiciária.

A Cadeia Pública de São Félix do Araguaia, com parcerias do Judiciário e Ministério Público, através do Conselho da Comunidade e SEJUDH, foi totalmente reformada e reinaugurada em 2011.

Foram adquiridos através de convênios com o Departamento Penitenciário Nacional, DEPEN, alguns equipamentos de segurança para os presídios, entre eles, 108 detectores de metais do tipo banquetas para revista dos visitantes. O DEPEN doou para o Sistema Penitenciário quatro carros cela e duas ambulâncias para o transporte de reeducandos.

Para a promoção da ressocialização dos reeducandos, mais de dois mil reeducandos tiveram acesso à sala de aula. A formação oferecida pelo Estado é desde a alfabetização, até o ensino médio. Essa ação é desenvolvida nas unidades prisionais, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e com os municípios.

Outra forma também de ressocialização pela educação é o apoio para que um total de 362 reeducandos, de 8 unidades prisionais, e adolescentes de 4 centros socioeducativos, pudessem participar do Exame Nacional do Ensino Médio, Enem 2011, destinado às pessoas privadas de liberdade.

Para melhorar a gestão do Sistema Penitenciário, foram nomeados 403 novos servidores, sendo aprovada a regulamentação da Lei de Carreira. Como resultado desta regulamentação, os Agentes Penitenciários obtiveram reajuste salarial, numa escala de 18 a 22%.

A formação do Agente do Sistema Penitenciário foi desenvolvida por meio da Escola Penitenciária, atendendo na modalidade inicial e continuada à 369 servidores efetivos que participaram desse processo, atingindo cerca de 25% do total.

Foi realizado o 2º Curso de Operações Penitenciárias Especiais - COPE, nas áreas de escolta de reeducando, guarda de muralha e contenção, para que os Agentes Penitenciário possam assumir gradativamente as funções hoje desempenhadas pela Polícia Militar.

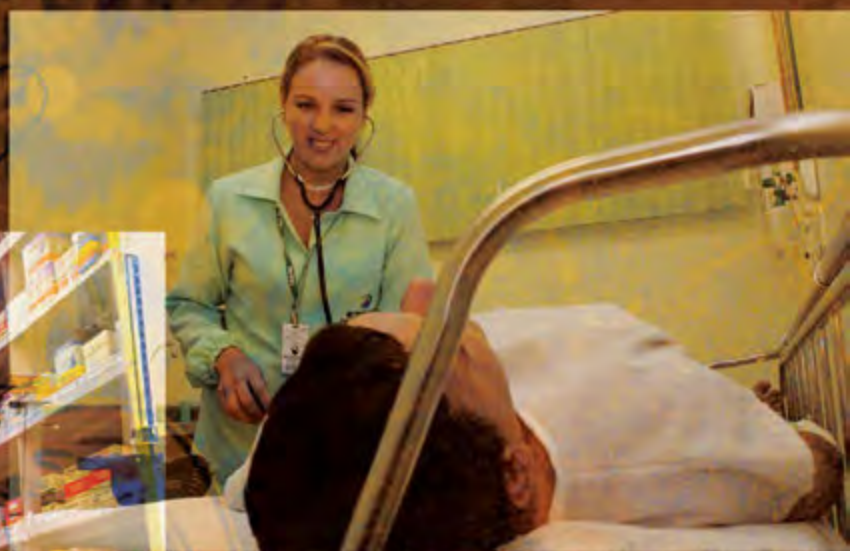


Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

02

Aumento do nível geral de saúde





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: ASSISTENCIA A SAUDE (235)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

11303-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

Servidor público estadual com baixa renda e dificuldade para adquirir um plano de saúde complementar.

Objetivo do Programa:

ASSISTENCIA A SAUDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS.

Público Alvo:

SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Gestor(a) do Programa:

Gelson Esio Smorcinski

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	GESTAO HOSPITALAR	100,00	100,00	100,00	4.834.324,92	4.804.350,52	99,38
Produto / Unidade de Medida	PRATICAS PARTICIPATIVAS DE GESTAO MELHORADAS/PERCENTUAL						
Ação	ATENDIMENTO A EXAMES COMPLEMENTARES	100,00	100,00	100,00	36.505.150,99	36.501.566,59	99,99
Produto / Unidade de Medida	DEMANDA DE EXAMES DOS BENEFICIARIOS ATENDIDA/PERCENTUAL						
Ação	ATENDIMENTO HOSPITALAR	100,00	100,00	100,00	64.008.300,00	64.006.223,96	100,00
Produto / Unidade de Medida	DEMANDA DOS BENEFICIARIOS ATENDIDA/PERCENTUAL						
Ação	ATENDIMENTO MEDICO	100,00	100,00	100,00	18.506.825,08	18.505.396,45	99,99
Produto / Unidade de Medida	DEMANDA DOS BENEFICIARIOS ATENDIDA/PERCENTUAL						
Ação	ATENDIMENTO CALL CENTER MÉDICO	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	DEMANDA DOS BENEFICIARIOS ATENDIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				100,00%			79,87%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
TAXA DE COBERTURA	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: FUNPREV						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
90.685.350,00	123.854.600,99	123.817.537,52	0,00	136,54	99,97

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

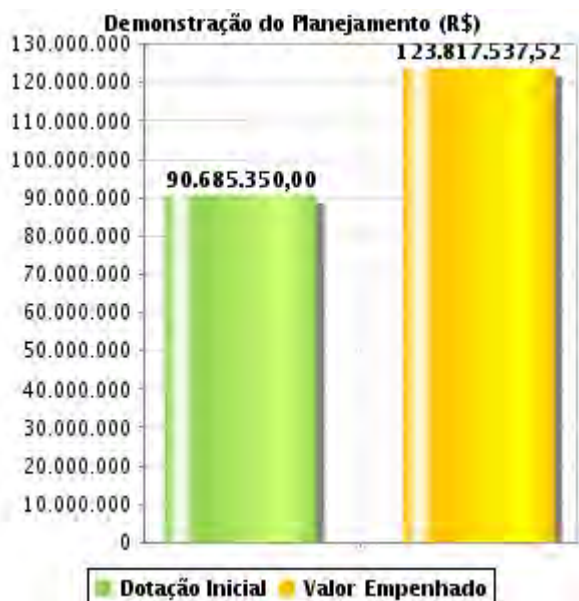
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **36,58%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 136,54%

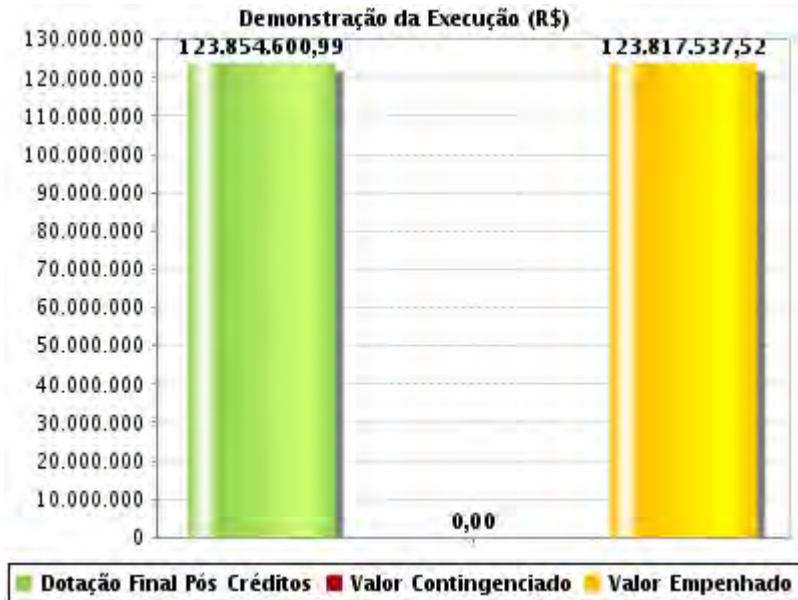




Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 99,97%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA. (273)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

21601-FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Origem do Programa:

O AUMENTO DOS AGRAVOS DE DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS, ORIGINADAS PELA DEFICIÊNCIA NA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE, ACARRETA EM DIFICULDADES NAS AÇÕES, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO NAS ETAPAS DO CICLO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.

Objetivo do Programa:

AMPLIAR O ACESSO DOS USUÁRIOS À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.

Público Alvo:

POPULAÇÃO EM GERAL.

Gestor(a) do Programa:

Edson Henrique Bergamo

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSP, LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS P/ AS UNIDADES SOB A GESTÃO DA SES	11,00	11,00	100,00	10.490.937,84	8.155.881,59	77,74
Produto / Unidade de Medida	UNIDADES DESCENTRALIZADAS E DESCONCENTRADAS DA SES ATENDIDAS/UNIDADE						
Ação	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	90,00	158,00	175,56	7.106.454,84	6.937.119,22	97,62
Produto / Unidade de Medida	ITENS PADRONIZADOS COM REGISTRO DE PREÇO VIGENTE/PERCENTUAL						
Ação	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS AOS MUNICÍPIOS	141,00	141,00	100,00	3.872.717,10	3.871.070,38	99,96
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIO APOIADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ATENDIMENTO À POPULAÇÃO C/ MEDIC EXCEPCIONAIS E MEDIC DOS PROT. CLÍNICOS E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS ESTADUAIS	35.000,00	42.000,00	120,00	50.784.730,05	42.521.613,40	83,73
Produto / Unidade de Medida	USUÁRIO ATENDIDO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				123,89%			89,76%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PORCENTAGEM DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE FUNCIONAMENTO.	PERCENTUAL	50,00	100,00	100,00	75,00	28/12/2011
Fonte: SUINS						
PORCENTAGEM DE MEDICAMENTOS ADQUIRIDOS SOB A QUANTIDADE PROGRAMADA.	PERCENTUAL	70,00	90,00	90,00	80,00	28/12/2011
Fonte: SUINS						

Análise dos Indicadores do Programa:

No ano de 2011, foram atendidas as Unidades Hospitalares Estaduais Regionais de Rondonópolis, Cáceres, Sorriso e Colíder, CIAPS Adauto Botelho, CEOPE, CERMAC, MT - Laboratório e MT Hemocentro, onde atingimos a meta em aproximadamente em 80% das solicitações providas desta unidades. Apesar do empenho da CAF/SES/MT, aconteceram intercorrências devido ao atraso de processos licitatórios, mudanças dos trâmites e atrasos na entrega dos insumos por parte dos fornecedores, prejudicando o atendimento na sua totalidade, onde havíamos planejado em 90%. Salientamos que houve modificação da Estrutura organizacional da SES, com a alteração de novos gestores que influenciou em nossas ações. Avaliamos que não tivemos um bom desempenho nos atendimentos diante das dificuldades enfrentadas. Ressaltamos, que temos como rotina para aquisição de nossos insumos, a realização de registro de preço, no intuito, de priorizarmos maior transparência e adquirirmos os produtos com menor preço e qualidade através de concorrência entre fornecedores, onde os principais insumos são medicamentos hospitalares, materiais hospitalares, materiais odontológicos, insumos laboratoriais, medicamentos especializados, atendimento a solicitação de fármacos através a adesão a Portaria nº 172 publicada em 04 de agosto de 2010, como também medicamentos provindos de demanda judiciais.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
70.224.610,52	72.254.839,83	61.485.684,59	0,00	87,38	84,92

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

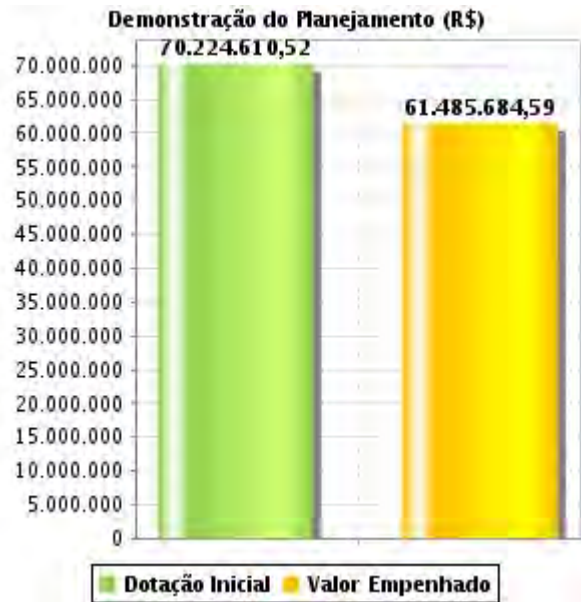


Estado de Mato Grosso

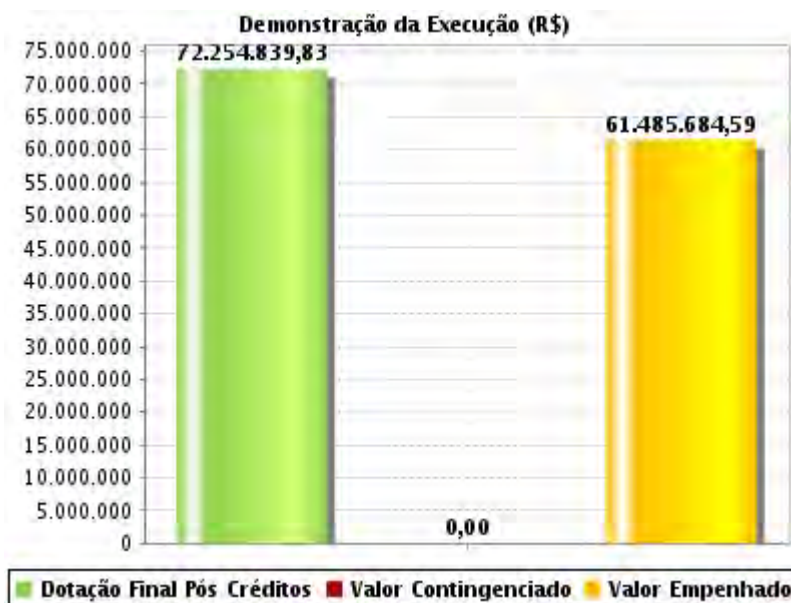
RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **2,89%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 87,38%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 84,92%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Em razão do aumento de novas demandas não estimadas através das bases de cálculos espelhadas em dados dos anos anteriores, observamos assim, que foram gerados novos cadastros de usuários de medicamentos especializados, como também o aumento do número de mandatos judiciais para aquisição de fármacos não previstos em Portarias Ministeriais e Protocolos Estaduais. Entretanto, após a quantidade expressada foi necessário a suplementação, o que nos mostrou também que, o usuário do SUS está tendo mais acesso a informações e, com isso sendo melhor assistido em relação a assistência farmacêutica.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Obtivemos efetividade no programa, pois, atingimos junto aos usuários uma maior divulgação das Portarias de Assistência farmacêutica e, conseqüentemente, ocorreu um aumento na demanda destes pacientes para que fossem mais assistidos tendo acesso aos medicamentos necessários.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: EFETIVAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A PARTIR DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (274)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

21601-FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Origem do Programa:

A EXPANSÃO DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE BUCAL ESTÁ OCORRENDO DE FORMA LENTA, ISTO ACRESCIDO AO BAIXO COMPROMETIMENTO DOS GESTORES E DOS PROFISSIONAIS, SOMADA A INSUFICIENTE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, RESULTAM NA BAIXA RESOLUTIVIDADE E QUALIDADE DO ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE.

Objetivo do Programa:

FORTALECER A ATENÇÃO BÁSICA, ADOTANDO A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO CENTRO ORDENADOR DA ASSISTÊNCIA NO SUS E DAS ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS, DE MODO A PROMOVER A ATENÇÃO INTEGRAL DO INDIVÍDUO.

Público Alvo:

MUNICÍPIES

Gestor(a) do Programa:

Edite Eunice de Souza

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	68,00	65,00	95,59	28.952.343,00	26.160.145,00	90,36
Produto / Unidade de Medida	POPULAÇÃO COBERTA PELA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA /PERCENTUAL						
Ação	EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS (PASCAR)	682,00	733,00	107,48	3.579.064,00	3.499.609,00	97,78
Produto / Unidade de Medida	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE ASSENTAMENTOS RURAIS (PASCAR) IMPLANTADOS E MANTIDOS/UNIDADE						
Ação	EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL, INTEGRADAS AS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA.	57,00	56,00	98,25	6.409.537,87	6.401.497,87	99,87
Produto / Unidade de Medida	POPULAÇÃO COBERTA PELAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	PROMOÇÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	16,00	16,00	100,00	4.009.679,37	3.765.813,27	93,92
Produto / Unidade de Medida	ESCRITÓRIOS REGIONAIS COM PRÁTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUÍDA/UNIDADE						
Ação	CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	40,00	40,00	100,00	2.680.163,16	1.313.613,31	49,01
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS COM SERVIÇO IMPLANTADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				100,26%			86,19%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
MÉDIA ANUAL DE CONSULTAS MÉDICAS POR HABITANTE NAS ESPECIALIDADES BÁSICAS	UNIDADE	1,27	1,70	1,70	1,64	
Fonte: SUAIS						
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COBERTA PELAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL	PERCENTUAL	40,77	48,79	48,79	56,00	
Fonte: SUAIS						
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COBERTA PELAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	PERCENTUAL	59,41	70,00	70,00	64,67	
Fonte: SUAIS						
PROPORÇÃO DE NACIDOS VIVOS DE MÃES COM 6 OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL	PERCENTUAL	60,00	70,00	70,00	65,60	
Fonte: SUAIS						

Análise dos Indicadores do Programa:

A meta proposta para cobertura da população pela Estratégia Saúde da Família (ESF) no ano de 2011 foi de 70%, atingiu-se 64,67%. Apesar de não ter alcançado a meta proposta, avalia-se como boa a performance deste indicador, pois houve um aumento da população do estado e conseqüentemente uma queda na cobertura já alcançada em anos anteriores. Uma vez que este indicador é extraído a partir do número de pessoas cadastradas no SIAB, dividido pelo número da população em determinado local e período. A expansão de equipes de Saúde da Família no período de 2008 a 2011 foi de 5,26%. Em dezembro de 2011 o estado contava com 600 equipes de Saúde da Família.

A meta física proposta para o indicador de cobertura das equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família para o ano de 2011 foi de 48,79%. Atingiu-se 56,00%.

Quanto ao indicador de proporção de nascidos vivos de mães com 6 ou mais consultas de pré-natal, ressalta-se que os dados apresentados dizem respeito ao indicador proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal, já que esse indicador é o recomendado pela Organização Mundial de Saúde e adotado pelo Ministério da Saúde para a avaliação do pré-natal em todo território nacional, o valor apurado foi 65,6%.

Quanto ao indicador de média anual de consultas médicas por habitantes nas especialidades básicas, o estado não alcançou a meta proposta de 1,70, atingindo apenas 1,64. Temos que considerar que ainda persiste a falta de alimentação do SIA pelos municípios e inadequado monitoramento das referidas remessas pelo estado, pois se verifica através do relatório de envio, que vários municípios deixaram de enviar diversas competências ao DATASUS/Ministério da Saúde.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
59.790.629,49	45.630.787,40	41.140.678,45	0,00	68,81	90,16

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

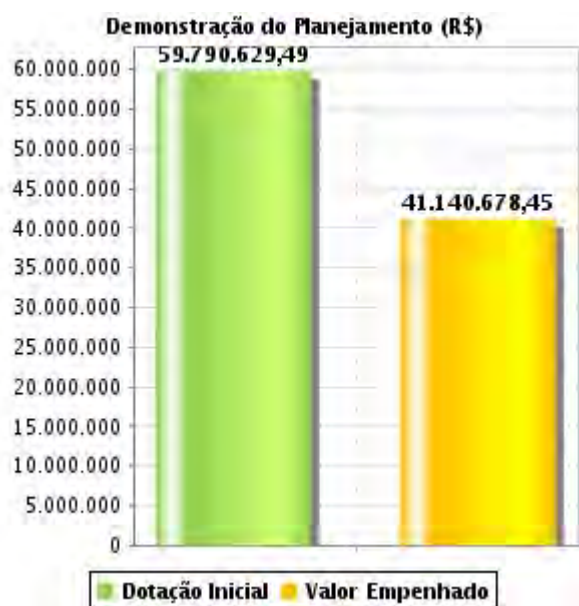
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **23,68%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 68,81%

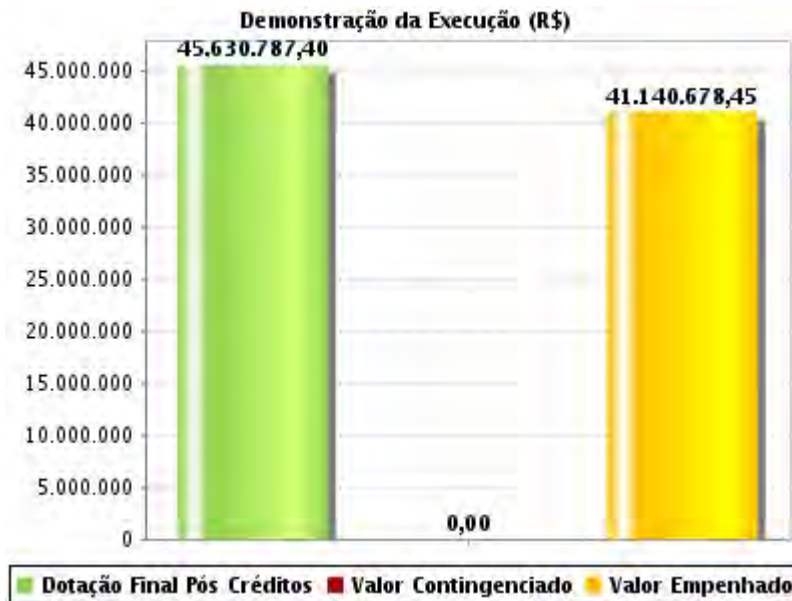


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 90,16%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

De acordo com a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), regulamentada pela portaria nº 2488 de 24 de outubro de 2011, a atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. É desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume responsabilidade sanitária. Essa política tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da atenção básica. A PNAB ainda estabelece que o estado deve apoiar e estimular a adoção da estratégia Saúde da Família pelos serviços municipais de saúde. Assim como, planejar, monitorar, avaliar e destinar recursos para compor o financiamento tripartite através de repasse fundo a fundo para custeio e investimento nas ações e serviços da atenção básica. Considerando as competências estabelecidas pela PNAB, avaliamos como regular a execução do Programa no estado. Em 2011, os repasses financeiros mensais fundo a fundo aos municípios, referentes aos Programas de: Apoio à Saúde Familiar e comunitária (PASFC), Agentes Comunitários de Assentamentos Rurais (PASCAR), Equipes de Saúde Bucal e do Incentivo de Alcance de Metas da Atenção Básica não ocorreram de forma regular e contínua. Para consolidar as ações programáticas nos municípios houve restrições administrativas e licitatórias, tais como morosidade e entraves internos e externos no andamento dos processos licitatórios de contratos para eventos planejados (hospedagem, alimentação e outros), que impossibilitaram a realização de todas as ações programadas. Porém a meta foi alcançada, haja vista, que se utilizou de outras estratégias para a realização de algumas ações macro, tais como Seminários e Conferências, em parceria com outros setores e instituições, possibilitando o alcance de um maior número de municípios. Conclui-se, porém que a execução financeira do PPD foi comprometida pelas restrições acima citadas, sendo assim consideramos deficiente o resultado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

De acordo com o modelo analítico proposto por Mendes (2002) há quatro momentos distintos para a estratégia de Saúde da Família: momento de transição incipiente, momento de transição intermediária, momento de transição terminal e momento de consolidação. Podemos afirmar que 64,67% corresponde a uma cobertura boa, desta forma, Mato Grosso encontra-se no momento de transição terminal que é caracterizada por uma cobertura populacional entre 50% e 70%, porém se for avaliar separadamente a cobertura dos municípios verifica-se que os de maiores porte populacional possuem a menor proporção de população coberta pelo saúde da família. A PNAB estabelece que o estado deve apoiar e estimular a adoção da estratégia Saúde da Família pelos serviços municipais de saúde. Assim como, planejar, monitorar, avaliar e destinar recursos para compor o financiamento tripartite, através de repasse fundo a fundo para custeio e investimento nas ações e serviços da atenção básica. Ainda há grandes desafios, sejam institucionais, administrativos, financeiros para a efetividade do Programa, para de fato fortalecer a atenção básica e tenha a Estratégia de Saúde da Família como ordenadora da assistência no SUS. É necessário melhorar e intensificar as ações de monitoramento e avaliação da atenção básica, garantir de forma permanente e contínua o financiamento tripartite através de repasse fundo a fundo para custeio e investimento nas ações e serviços da atenção básica.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (275)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

21601-FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Origem do Programa:

Morbi-mortalidade por agravos e doenças transmissíveis e não transmissíveis ocasionado pela falta de efetividade das ações de Vigilância em Saúde, compreendendo sua execução, descentralização, a não concretização da Rede de laboratório de apoio a vigilância em Saúde, a dificuldade da implantação, operacionalização e sustentabilidade de novas técnicas (laboratoriais e de vigilância).

Objetivo do Programa:

REDUZIR A MORBI-MORTALIDADE POR AGRAVOS E DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E NÃO TRANSMISSÍVEIS.

Público Alvo:

População

Gestor(a) do Programa:

Oberdan Ferreira Coutinho Lira

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FORTELECIMENTO DO MT LABORATÓRIO COMO REFERÊNCIA ESTADUAL PARA AS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.						
Produto / Unidade de Medida	LABORATÓRIOS QUE REALIZAM ANÁLISES DE INTERESSE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUPERVISIONADOS./PERCENTUAL	100,00	78,00	78,00	6.233.340,00	2.628.624,35	42,17
Ação	VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS E AGRAVOS TRANSMISSÍVEIS E NÃO TRANSMISSÍVEIS						
Produto / Unidade de Medida	ATIVIDADES PROGRAMADAS EXECUTADAS/PERCENTUAL	55,00	72,00	130,91	3.755.067,84	2.244.876,86	59,78
Ação	AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA						
Produto / Unidade de Medida	ALVARÁ SANITÁRIO LIBERADO/PERCENTUAL	50,00	57,00	114,00	1.927.227,12	922.011,06	47,84



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	CONSOLIDAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	30,00	20,00	66,67	2.366.301,61	1.806.808,46	76,36
Produto / Unidade de Medida	ATIVIDADES PROGRAMADAS EXECUTADAS/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE DO TRABALHADOR NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO.	100,00	100,00	100,00	948.484,90	595.709,15	62,81
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				97,92%			57,79%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
% DE MUNIC C/COBERTURA VACINAL IGUAL OU MAIOR 95% PARA POP 0 A 4 ANOS NA CAMP VACINAÇÃO POLI 1ª E 2	PERCENTUAL	70,00	75,00	75,00	73,80	05/03/2012
Fonte: SUVISA						
DETECÇÃO DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR POSITIVA	PERCENTUAL	57,00	69,00	69,00	34,00	05/03/2012
Fonte: SINAN TABNET						
INCIDÊNCIA PARASITÁRIA ANUAL DE MALÁRIA	PERCENTUAL	3,60	1,88	1,88	1,00	05/03/2012
Fonte: Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica						
MUNICÍPIOS COM SISAGUA DESCENTRALIZADO (NÚMERO ABSOLUTO)	UNIDADE	3,00	78,00	78,00	93,00	29/02/2012
Fonte: SUVISA						
PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS INSPECIONADOS COM ALVARÁS SANITÁRIOS	PERCENTUAL	20,00	50,00	50,00	53,40	05/03/2012
Fonte: SUVISA						
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS NOTIFICANDO ACIDENTES DE TRABALHO	PERCENTUAL	0,00	50,00	50,00	80,00	05/03/2012
Fonte: SUVISA						
PROPORÇÃO DE MUNIC C/COBERTURA VACIN MAIOR IGUAL 80% P/POP DE MAIOR IGUAL 60 ANOS NA CAMPANHA VACIN	PERCENTUAL	70,00	95,00	95,00	70,90	05/03/2012
Fonte: SUVISA						
PROPORÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTES	PERCENTUAL	13,00	100,00	100,00	42,00	05/03/2012
Fonte: SINAN						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL INVESTIGADOS	PERCENTUAL	70,40	75,00	75,00	75,80	05/03/2012
Fonte: SIM/Comitês						
TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENIASE/10MIL HAB	PERCENTUAL	11,09	12,50	12,50	8,40	02/03/2012
Fonte: SUVISA						
TAXA DE HOMOGENEIDADE DE MUNICÍPIOS QUE ATINGEM 80% DE COBERTURA VACINAL CANINA	PERCENTUAL	95,00	98,00	98,00	0,00	29/02/2012
Fonte: SUVISA						

Análise dos Indicadores do Programa:

Avaliando o quadro de indicadores percebemos que 45,45% das metas esperadas para o índice final do PPA foram atingidas do programa 275. Analisando os indicadores que não atingiram o resultado esperado, podemos detectar que:

As metas relativas a:

* PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL INVESTIGADOS e INCIDÊNCIA PARASITÁRIA ANUAL DE MALÁRIA, MUNICÍPIOS COM SISÁGUA DESCENTRALIZADO - foram atingidas na sua plenitude devido a inserção dos indicadores pactuados (PPA, PACTO e PAVS) no PTA 2008, 2009 e 2010. O acompanhamento das ações para o alcance desses indicadores deu-se através dos procedimentos inseridos no planejamento e execução das atividades programadas mensalmente o que refletiu no alcance das metas. Os municípios trabalharam através de parâmetros previamente estabelecidos e houve adesão de 100% a essa metodologia.

* PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS INSPECIONADOS COM ALVARÁS SANITÁRIOS - o indicador foi ultrapassado devido à alteração do Código Sanitário (Lei nº 9.506 de 21 de Fevereiro de 2011), onde a liberação do Alvará Sanitário passou a ser documental não dependendo de Inspeção Sanitária prévia. O indicador da meta física foi alterado em função da alteração do Código Sanitário.

* PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS NOTIFICANDO ACIDENTES DE TRABALHO - atingiu seu indicador devido ao reflexo das ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador na Qualificação de Recursos Humanos do SUS, Qualificação da Sociedade Civil e Controle Social e Ampliação da Rede de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador - RENAST.

Análise das metas não alcançadas:

* DETECÇÃO DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR POSITIVA - indicador que demonstra a qualidade dos serviços prestados à população, bem como a qualidade do atendimento e tratamento prestado, houve alcance de 34% da meta pactuada que era prevista de 69%, isso se deve à uma busca ativa de casos de tuberculose deficiente pelas unidades de saúde municipais associado a dificuldade em realizar o exame baciloscópico (escarro). Como tentativa de atingir a meta foram realizadas medidas como: capacitações em serviço nos municípios, implementação de ações integradas com atenção básica e sensibilização dos gestores que deverá refletir no aumento da detecção do ano de 2012 em diante.

* TAXA DE HOMOGENEIDADE DE MUNICÍPIOS QUE ATINGEM 80% DE COBERTURA VACINAL CANINA - Para este indicador a meta 2011 foi prejudicada por ameaça alheia a este programa. No ano de 2010 a campanha foi interrompida nacionalmente em função das notificações de eventos adversos temporariamente associados à vacina, através da Nota Técnica nº 150, de 07 de outubro de 2010, do Ministério da Saúde (MS). Para a campanha de vacinação para o ano de 2011 foi programa a distribuição das vacinas, inicialmente agendada para Maio de 2011 (Nota Técnica nº 15/2011, de 23/03/2011). Por problemas operacionais do Ministério da Saúde esse cronograma não foi executado. A regularização no fornecimento de vacinas ao Estado foi em outubro/2011, período que não se mostrou oportuno para a operacionalização da campanha 2011, visto que Estado e municípios já estavam encerrando o ano Orçamentário e Financeiro. Por este motivo a Campanha de 2011 foi reprogramada para 2012.

* PROPORÇÃO DE MUNICÍPIO C/ COBERTURA VACINAL MAIOR IGUAL 80% P/ POP. DE MAIOR IGUAL 60 ANOS NA CAMPANHA VACINAL - o parâmetro avalia a homogeneidade das coberturas entre os municípios. Desta forma a meta de 95% se apresentou muito ambiciosa, considerando o contexto histórico de coberturas nesta faixa etária. Contudo, houve um aumento do número de doses aplicadas de 7,6% em 2011 em relação a 2010, não sendo suficiente para atingir a meta proposta, contribuiu também a falta de estrutura viária e logística e a baixa capacidade dos municípios em desenvolver estratégias para captar este público.

* % DE MUNICÍPIOS C/ COBERTURA VACINAL IGUAL OU MAIOR 95% P/ POP. 0 A 4 ANOS NA CAMPANHA VACINAL DA POLIOMIELITE 1ª E 2ª ETAPA - Na 1ª etapa muitos municípios não estavam estruturados para operacionalizar a campanha, provavelmente associado ao atraso no repasse de recursos fundo a fundo, o que dificultou a realização da campanha em muitos deles. Na 2ª etapa houve uma melhora significativa no número de crianças vacinadas, mas que ainda não se mostrou suficiente para o atingimento do indicador.

* PROPORÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTES - o não alcance da meta de prevalência foi devido à fragilidade na rede de atenção tanto no diagnóstico como no tratamento em gestantes.

* TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENIASE/10 MIL HAB. - o apurado para este indicador foi de 8,4%, embora o indicador tenha tido um declínio de 0,5% em relação ao ano anterior, não foi o suficiente para atingir a meta pactuada, devido ao baixo índice de diagnóstico de casos novos, pela insuficiência de exames de contato intrafamiliares (em torno de 40%) e existência de municípios silenciosos durante o período de 2011, mesmo estando o estado de Mato Grosso com parâmetros de hiperendemicidade.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
16.600.349,57	15.230.421,47	8.198.029,88	0,00	49,02	53,43

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **8,25%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 49,02%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 53,43%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

As atividades planejadas foram realizadas de forma deficitária no ano de 2011.

* **VIGILÂNCIA SANITÁRIA** - Os principais problemas que levaram a não efetividade no cumprimento do planejado por esta área se deve primeiramente a retirada do contrato com a empresa IDEP, a qual fornecia a maioria dos funcionários administrativos que operacionalizavam a parte administrativa. Outro fator inesperado foi à troca de coordenação que se deu duas vezes durante o ano analisado o que impactou na condução das ações da Vigilância Sanitária. Vale ressaltar que ocorreu a mudança do Código Sanitário Estadual que obrigou a Vigilância Sanitária a parar a rotina planejada para o ano e estudar uma nova forma de operacionalizar as mudanças exigidas pelo Código. Com a finalidade de regulamentar as atividades da Vigilância Sanitária para o ano, foi publicada a Portaria nº 093/GBSES/2011 de 22 de Junho de 2011, que estabeleceu as ações prioritárias a serem executadas no ano de 2011 pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária.

* **VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR** - A execução das ações e serviços planejados foi realizada de forma satisfatória quanto seu aspecto técnico. No entanto, estas ações poderiam ter sido potencializadas se não tivesse ocorrido problemas de ordem administrativa, junto ao Núcleo Sistêmico, no decorrer do exercício, para a correta execução do orçamento previsto.

* **VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA** - Dentre as alterações das atividades que foram propostas pelo planejamento em 2010 para execução em 2011, houve cancelamentos de determinadas assessorias e cooperações técnicas a alguns municípios, foco das metas propostas, além da não conclusão da aquisição de materiais permanentes e de contratação de serviços de pessoa jurídica, que por sua vez inviabilizou a realização de oficinas, cursos e treinamentos aos técnicos dos municípios. Concomitantemente às atividades de rotina da Coordenadoria, ainda que reduzidas, foi priorizado o desenvolvimento de técnicas e metodologias de planejamento estratégico moderno. A exemplo do que ocorre no setor privado adaptado ao setor público a Coordenadoria optou por aprofundar a discussão e conhecimento sobre como atuar de forma racional e efetiva, reduzindo ações tempestivas como a que limitou a execução orçamentária atual.

* **VIGILÂNCIA AMBIENTAL** - Diante da Suspensão da Campanha de Vacinação Antirrábica Animal pelo Ministério da Saúde, esta Coordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental procurou a realização de ações de proteção e promoção da saúde, buscando assim atender repasse de recursos do Ministério da Saúde utilizado para controle e combate de doenças. A execução de 76,36% foi descrita como aceitável, pois trata-se de ano atípico, com a Suspensão da Campanha de Vacinação Antirrábica, como também pelos problemas licitatórios enfrentados, tais como: a busca de melhores condições de ambiente de trabalho (reforma não concluída da Unidade Desconcentrada), Apoio aos municípios do Estado no Controle de Vetores (Aquisição parcial de bens com registro de preço específico) e ainda entraves burocráticos na determinação de empresas para atendimento a esta Secretaria quanto à parte logística em Capacitações (demora na realização do pregão para atendimento de hospedagens, alimentação e locação de espaço).

* **MT LABORATÓRIO** - O resultado apurado foi de 39,04% devido principalmente a não conclusão dos processos de Registro de Preços para aquisição dos reagentes e outros insumos laboratoriais, que representam aproximadamente 50% do Orçamento de Custeio do MT Laboratório. Isso impossibilitou a adesão às Atas de Registro de Preços para aquisição dos produtos, o que prejudicou a execução orçamentária. Convém salientar que quando da elaboração do PTA/LOA 2011 foram previstos recursos da ordem de R\$ 2.000.000,00 para elaboração do projeto básico e início das obras de construção da nova sede do MT Laboratório, o que na prática não se realizou devido a mudança de planos da atual gestão. Tal valor corresponde a 30% do total do PTA 2011 do MT Laboratório (R\$ 6.733.340,00), e deduzindo esse valor do total, o desempenho final alcançaria 56%.

Considerando a análise acima descrita e associada ao rompimento do contrato com a empresa IDEP, gerou uma lacuna de profissionais administrativos que não foi suprida pela Secretaria Estadual de Saúde - SES, justifica-se assim a baixa execução orçamentária do Programa.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Com base na avaliação realizada em 2011, notamos que o Programa vem atingindo seu objetivo, pois as dificuldades enfrentadas não são de origem técnica ou de deficiência de ação e sim de processos administrativos afetos a todos os órgãos governamentais. Como avanço do programa no final de 2011, foi criado o Sistema de Monitoramento de Indicadores - VIGILANTE- que tem como principal objetivo o monitoramento e avaliação do desempenho das ações e indicadores de Vigilância em Saúde, além de fortalecer a tomada de decisão dos gestores municipais e estadual.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: REORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM FOCO NA REGIONALIZAÇÃO (276)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

21601-FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Origem do Programa:

NÃO RESOLUTIVIDADE DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, EVIDENCIADA POR DIFICULDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, DESIGUALDADES MACRORREGIONAIS NA DISTRIBUIÇÃO DE LEITOS POR HABITANTES E AUSÊNCIA DE SERVIÇOS PARA PACIENTES PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS E DEMAIS AGRAVOS.

Objetivo do Programa:

GARANTIR A EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE, DESCENTRALIZANDO OS SERVIÇOS POR MEIO DE PACTOS DE COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS.

Público Alvo:

USUÁRIOS DO SUS

Gestor(a) do Programa:

Vander Fernandes

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	APOIO À AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE	100,00	100,00	100,00	33.873.021,03	33.453.467,91	98,76
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DOS CIS./PERCENTUAL						
Ação	FORNECIMENTO DE HEMOCOMPONENTES E HEMODERIVADOS DE QUALIDADE AOS USUÁRIOS DO SUS	100,00	89,00	89,00	13.175.865,48	11.831.518,33	89,80
Produto / Unidade de Medida	USUARIO ATENDIDO/PERCENTUAL						
Ação	GARANTIR ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	85,00	75,00	88,24	8.009.113,16	5.696.271,65	71,12
Produto / Unidade de Medida	COBERTURA POPULACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DOS HOSPITAIS REGIONAIS DA SES	5,00		0,00	61.513.630,48	55.327.216,86	89,94
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MANTIDA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE TRANSPLANTES	120,00	175,00	145,83	261.441,00	182.698,28	69,88
Produto / Unidade de Medida	DOAÇÃO EFETIVADA/UNIDADE						
Ação	COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE REABILITAÇÃO	141,00	129,00	91,49	196.340,00	81.767,55	41,65
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE IMPLANTADA/UNIDADE						
Ação	INCENTIVO À POLÍTICA NACIONAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	1,00	1,00	100,00	2.769.717,77	2.063.746,48	74,51
Produto / Unidade de Medida	UNIDADES DO SAMU INSTALADAS/UNIDADE						
Ação	COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, APOIO A DESCENTRALIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE	10,00	8,00	80,00	107.298.985,43	104.267.080,53	97,17
Produto / Unidade de Medida	SERVIÇOS ORGANIZADOS/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DE MATO GROSSO - CERMAC	1,00	1,00	100,00	1.139.718,80	505.840,35	44,38
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MANTIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE ODONTOLOGIA PARA PACIENTES ESPECIAIS - GEOPE	1,00		0,00	320.808,92	217.267,65	67,72
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MANTIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL ADAUTO BOTELHO - CIAPS	1,00	1,00	100,00	5.358.392,28	4.472.661,57	83,47
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MANTIDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				81,32%			75,31%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
COEFICIENTE DE LEITOS HOSPITALARES SUS	LEITOS/1000 HAB	5.454,00	5.534,00	5.534,00	5.590,00	05/03/2012
Fonte: SIH-DATASUS						
NÚMERO ABSOLUTO DE ENCAMINHAMENTO PARA CUIABÁ	UNIDADE	17.393,00	0,00	13.383,00	0,00	05/03/2012
Fonte: CORD. ORG. REDE						
NÚMERO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS POR HABITANTE/ANO	UNIDADE	0,23	0,30	0,30	0,26	05/03/2012
Fonte: SIA DATASUS						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PERCENTUAL DE DOAÇÕES DE SANGUE EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO GERAL DE MT	PERCENTUAL	2,52	2,72	2,72	2,21	05/03/2012
Fonte: HEMORREDE						

Análise dos Indicadores do Programa:

O percentual de candidatos a doação de sangue em relação a população em geral foi de 2,21%, apesar de não ter atingido o índice proposto, o número de hemocomponentes produzidos aliado as capacitações de recursos humanos no sentido da educação continuada sobre o uso racional do sangue pela hemorede pública, bem como a mobilização social através de campanhas na mídia escrita e falada, palestras em escolas, contribuíram para o atendimento suficiente das necessidades hematológicas da população em geral do Estado de Mato Grosso.

O indicador número de paciente encaminhados para Cuiabá não pode ser calculado, já que as informações estão no sistema do Município de Cuiabá o que dificulta o cálculo do mesmo.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
160.566.414,62	233.917.034,35	218.099.537,16	0,00	135,79	93,21

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

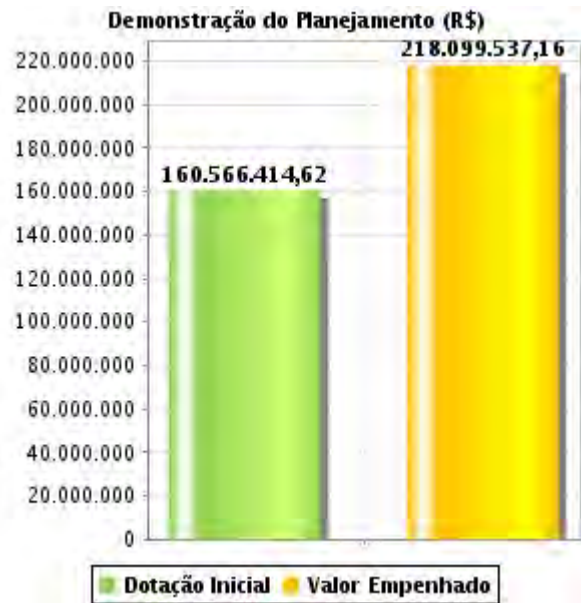
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **45,68%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 135,79%

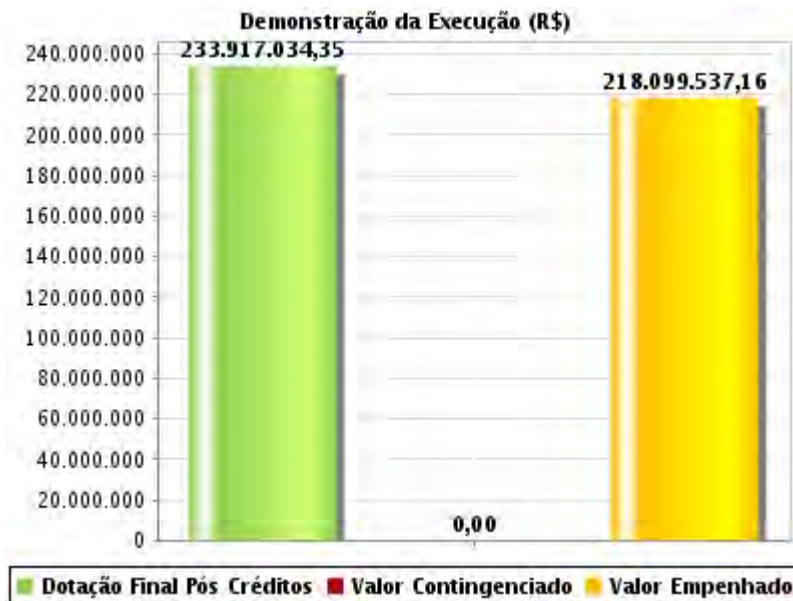


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 93,21%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

A Secretaria Adjunta de Estado de Saúde, no cumprimento de suas atribuições, apresenta o Relatório de Ação Governamental 2011, com as principais ações desenvolvidas pelas áreas finalísticas, a fim de subsidiar a elaboração da Mensagem Governamental, conforme segue:

Garantia da oferta e resolutividade dos serviços de média e alta complexidade no interior do Estado, por meio da ampliação dos consórcios intermunicipais de saúde;

Garantir a cobertura hemoterápica aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS;

Proporcionar atendimento especializado de reabilitação com qualidade as pessoas com deficiências, assegurando sua integralidade e inclusão social;

Manter os serviços de assistência dos hospitais da Secretaria de Estado de Saúde - SES;

Aumentar o número de órgãos e tecidos doados, através da sensibilização da sociedade;

Garantir o acesso da pessoa com deficiência ao serviço de reabilitação, assegurando a integralidade e inclusão social por meio da implantação das unidades descentralizadas de reabilitação;

Prestar assistência pré-hospitalar por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;

Garantir o acesso aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS através da organização e descentralização da atenção à saúde;

Manter as condições técnicas, administrativas e físicas necessárias ao funcionamento do Centro estadual de Referência de Média e Alta Complexidade - CERMAC;

Manter as condições técnicas, administrativas e físicas necessárias ao funcionamento do Centro Estadual de Odontologia para Pacientes Especiais - CEOPE;

Manter as condições técnicas, administrativas e físicas necessárias ao funcionamento do Centro de Integrado de Assistência Psicossocial Adauto Botelho - CIAPS.

Durante o exercício de 2011 esta Secretaria de Estado de Saúde teve novos projetos aprovados pelo Ministério da Saúde o que trouxe um aporte financeiro, devido a isso foi necessário fazer suplementações, todavia a execução da fonte dos recursos de convênio - fonte 261 foi prejudicada, tendo em vista os processos de aquisição dependerem de procedimentos licitatórios, os quais não foram concluídos no decorrer do ano de 2011.

No ano de 2011 a SES - Secretaria de Estado de Saúde teve recursos de material, infra-estrutura e quadro de profissionais (recursos humano qualificados) adequados para a execução do Programa.

Informamos ainda, que os recursos financeiros liberados foram suficientes e compatível, assim consideramos que a execução financeira foi, atingindo o objetivo do programa.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O objetivo pelo o qual a atual gestão tem investido no novo modelo de gestão é no intuito de ampliar a oferta de serviços especialmente em relação aos serviços de média e alta complexidade otimizando os recursos já existentes priorizando a qualidade do atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde, tanto na Região Metropolitana capital quanto no interior do Estado.

De maneira geral os objetivos proposto neste relatório foram alcançados, apesar da maioria das áreas apresentarem dificuldades para a execução principalmente em relação à questão das licitações, outras observação foi o dificuldade financeira do Estado de Mato Grosso, apesar dos esforços para que o mesmo não trouxesse prejuízos, ainda sim houve impacto para o exercício. O que temos que frisar é que mesmo as unidades tendo problemas para sua execução, as mesmas buscaram alternativas e estratégicas para cumpri-las conforme seu planejamento.

De acordo com os objetivos do Governo e desta Secretaria, o número de ações foram suficientes para a execução do Programa, trazendo para os usuários do Sistema Único de Saúde - SUS uma continua melhoria nos serviços ofertados.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DO SUS (278)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

21601-FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Origem do Programa:

Baixa qualidade e resolutividade dos serviços prestados à população, causadas pela ineficiência da Gestão em Tecnologia em Saúde, ausência da formulação da política de promoção à saúde, inexistência da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, Desorganização do Marco Regulatório da Saúde no Estado (Política Estadual de Saúde, normas e leis da SES e do SUS, inexistência de instrumentos e metodologias de avaliação.

Objetivo do Programa:

APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DO SUS, VISANDO MAIOR EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS A POPULAÇÃO

Público Alvo:

POPULAÇÃO

Gestor(a) do Programa:

Maria Conceicao Encarnação Villa

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA EM CONSONÂNCIA COM O PACTO DA SAÚDE.	100,00	86,00	86,00	94.615,00	43.529,36	46,01
Produto / Unidade de Medida	AUDITORIAS REALIZADAS/PERCENTUAL						
Ação	FORTALECIMENTO DA GESTÃO REGIONALIZADA DO SUS	100,00	100,00	100,00	558.765,34	502.765,34	89,98
Produto / Unidade de Medida	ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE SAÚDE MONITORADOS/PERCENTUAL						
Ação	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA MELHORIA DA GESTÃO	100,00	100,00	100,00	89.047,30	88.362,30	99,23
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						
Ação	OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.	100,00	98,00	98,00	83.429.186,14	81.972.174,46	98,25
Produto / Unidade de Medida	REPASSES EFETUADOS/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	OPERACIONALIZAÇÃO INTERESTADUAL DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	1.900,00	2.255,00	118,68	11.187.300,00	11.071.023,86	98,96
Produto / Unidade de Medida	PACIENTES ENCAMINHADOS/PESSOA						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE REGULAÇÃO	6,00	6,00	100,00	36.947.475,52	33.817.843,76	91,53
Produto / Unidade de Medida	CENTRAIS DE REGULAÇÃO IMPLEMENTADAS/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS	100,00		0,00	753.059,28	716.360,18	95,13
Produto / Unidade de Medida	QUALIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO BÁSICO DO CONSELHO DE SAÚDE/PERCENTUAL						
Ação	EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS	100,00	100,00	100,00	125.124,70	110.454,70	88,28
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						
Ação	FORTALECIMENTO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE E CÂMARAS TÉCNICAS	200,00	60,00	30,00	781.022,55	181.260,44	23,21
Produto / Unidade de Medida	GESTORES CAPACITADOS/PESSOA						
Ação	GESTÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ÂMBITO DA SES	100,00	0,00	0,00	19.838,70	19.838,70	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS DE PESQUISA FINANCIADOS PELO PPSUS ACOMPANHADOS/PERCENTUAL						
Ação	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	1,00	0,00	0,00	119.509,37	12.674,00	10,61
Produto / Unidade de Medida	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA ESP/UNIDADE						
Ação	AÇÕES COMPLEMENTARES DE DESCENTRALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE	50,00		0,00	12.231.410,74	10.909.126,03	89,19
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/PERCENTUAL						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DO TRABALHO NO SUS	100,00	110,00	110,00	1.976.707,04	1.976.707,04	100,00
Produto / Unidade de Medida	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES AOS PROCESSOS DE GESTÃO./PERCENTUAL						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO E FORTALEC. DAS AÇÕES DE MONIT., CONTROLE E AVALIAÇÃO NO NÍVEL CENTRAL E UNID. REGION. DA SES	100,00	73,00	73,00	220.971,99	161.316,22	73,00
Produto / Unidade de Medida	PRODUÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR MONITORADA/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	GESTÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA DE SAÚDE						
Produto / Unidade de Medida	METAS DO PLANO ESTADUAL DE SAÚDE MONITORADAS/PERCENTUAL	100,00	50,00	50,00	593.010,27	588.325,26	99,21
Ação	FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE HUMANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO SUS						
Produto / Unidade de Medida	AÇÕES PRIOTÁRIAS PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL EFETIVADAS/PERCENTUAL	100,00		0,00	372.386,11	165.942,91	44,56
Ação	QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS						
Produto / Unidade de Medida	PESSOA QUALIFICADA/PESSOA	800,00	564,00	70,50	1.700.175,00	1.013.870,39	59,63
Ação	FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DE NÍVEL TÉCNICO E BÁSICO NA ÁREA DA SAÚDE						
Produto / Unidade de Medida	TRABALHADORES FORMADOS /PESSOA	1.200,00	428,00	35,67	2.225.479,98	918.504,68	41,27
Índice médio geral de realização:					59,55%		74,89%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DE INDICADORES DO SISPACTO AVALIADOS	PERCENTUAL	0,00	80,00	80,00	100,00	05/03/2012
Fonte: SUP. DE POLÍTICAS						
PERCENTUAL DE UNIDADES CONVENIADAS E CONTRATADAS PELO SUS NO ESTADO.	PERCENTUAL	12,50	23,00	23,00	7,85	31/12/2011
Fonte: SUIAS/RES. CIB						
PROPORÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA APLICADA EM SAÚDE, CONFORME EC 29/2000.	PERCENTUAL	11,04	12,00	12,00	12,26	02/03/2012
Fonte: SIOPS						
QTDE DE MUNICIPIOS QUE REALIZAM O CONTROLE E AVAL. DOS REC. FISICOS E FINANC. DA ASSISTÊN. PACTUADA.	UNIDADE	9,00	141,00	141,00	8,00	31/12/2011
Fonte: SUIAS/SIA/SIHD/SISPI						
ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO BÁSICO DO CONSELHO DE SAÚDE	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	100,00	06/03/2012
Fonte: CES						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O indicador percentual de indicadores do SISPACTO avaliado apresentou um resultado no período de apuração em 2011 de 100%. Optou-se por uma avaliação de 100% dos indicadores pactuados.

Considerando os dados da Lei de Responsabilidade Fiscal, publicado no Diário Oficial do Estado, o percentual de aplicação de recursos próprios em ações de serviços públicos de saúde ficou acima do mínimo estipulado, superando a meta dos gastos com saúde. A metodologia utilizada considera o acórdão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

O Conselho Estadual de Saúde realizou a 7ª Conferência Estadual de Saúde e participação em 48 Conferências Municipais de Saúde. Realizou análise do Relatório anual de gestão 2010 e do PPA 2012/2015 e PTA/LOA 2012 (100% em 06/03/2012).

O Indicador "Quantidade de municípios que realizam o Controle e Avaliação dos recursos físicos e financeiros da Assistência Pactuada" atingiu o índice 08, representando o total de municípios que assumiram o Pacto de Gestão em 2011. Estes gerenciam apenas o Controle e Avaliação dos Recursos Financeiros. Quanto ao Indicador "Percentual de Unidades Conveniadas e Contratadas pelo SUS no Estado" apurou-se o índice de 7,85%, havendo pouco avanço no processo de Contratualização, sendo apenas 01 hospital contratualizado em 2011, devido à descentralização da média e alta complexidade da Assistência Hospitalar e Ambulatorial aos municípios que assumiram o compromisso pelo Pacto da Saúde, sendo que este processo passa a ser responsabilidade do Gestor Municipal e também às dificuldades encontradas na Contratualização de novos serviços.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
170.119.024,58	153.425.085,03	144.270.079,63	0,00	84,78	94,01

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.
Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:
• Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
• Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
• Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
• Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
• Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

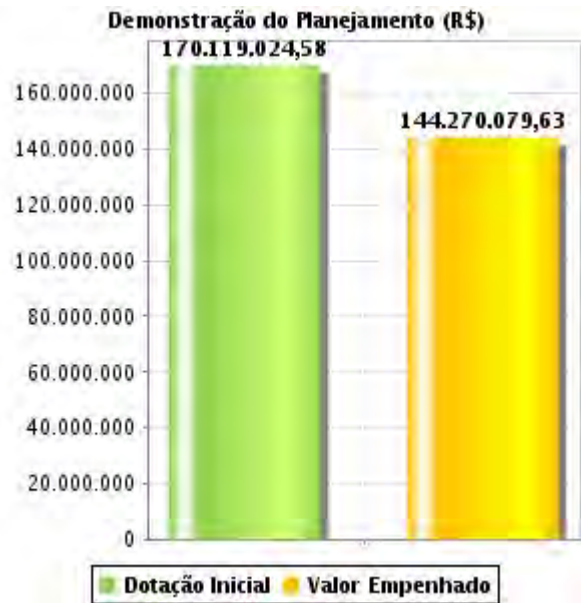
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **9,81%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 84,78%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 94,01%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Tendo em vista que as principais ações planejadas e executadas para aprimorar o programa Gestão Estadual do SUS foram realizadas satisfatoriamente pelas áreas de Auditoria do SUS, Escola de Saúde Pública, Escritórios Regionais de Saúde, Regulação, Controle, e Avaliação, Conselho Estadual de Saúde - CES, Comissão Intergestora Bipartite e Superintendências de Políticas e de Articulação Regional.

As ações foram planejadas de forma cautelosa, visando principalmente garantir a continuidade dos serviços já ofertados à população, garantindo o acesso dos usuários aos principais serviços de saúde tais como: regulação dos serviços de saúde referenciados e contra referenciados, serviços ambulatoriais e hospitalares, tratamento fora do domicílio, além de capacitações de gestores e ações de qualificação do controle social, bem como ações para manutenção e funcionamento das Unidades.

Consideramos satisfatório os resultados obtidos com a implantação das 06 Centrais de Regulação nos municípios de Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres, Sinop, Barra do Garças e Tangará da Serra, pois facilitaram o acesso do usuário aos serviços de saúde sob gestão Estadual.

No decorrer do ano de 2011 novos projetos foram aprovados pelo Ministério da Saúde o que resultou em um aporte financeiro e foi necessário fazer suplementações, entretanto a execução da fonte 261 (recursos de convênios) foi prejudicada por que os processos de aquisição dependem de procedimentos licitatórios que não foram concluídos no decorrer do exercício.

Para a execução do programa contamos com recursos materiais e infraestrutura suficientes e um quadro de pessoal altamente qualificado e em quantidade adequada. Salientamos que os recursos financeiros foram suficientes e liberados de forma compatível, desta forma consideramos que a execução financeira foi boa e que conseguimos atingir o objetivo do programa.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Podemos considerar como efetividade do programa o aprimoramento da gestão estadual, a organização dos processos internos da Secretaria de Saúde visando organizar as atividades dos vários setores e todo o processo da gestão com vistas a se qualificar junto ao GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, programa que a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso aderiu em 2011, para implementar as ações de melhoria da gestão.

A Secretaria de Saúde também buscou efetivar a sua atuação junto às regiões de saúde no fortalecimento do processo de regionalização, na qualificação dos profissionais e na condução do processo de planejamento dos municípios.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: POLÍTICA DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE (279)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

21601-FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Origem do Programa:

BAIXA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO, DEVIDO A UTILIZAÇÃO INADEQUADA DAS FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO (PLANO DIRETOR DE INVESTIMENTOS E PLANO DIRETOR DE REGIONALIZAÇÃO) NA DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE.

Objetivo do Programa:

MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS A POPULAÇÃO POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO PLANO DIRETOR DE INVESTIMENTO E PLANO DIRETOR DE REGIONALIZAÇÃO.

Público Alvo:

POPULAÇÃO

Gestor(a) do Programa:

Huggo Waterson Lima Dos Santos

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	OBRAS DE REFORMAS E AMPLIAÇÕES NA REDE DE ATENDIMENTO EM SAÚDE	22,00	6,00	27,27	3.768.223,30	1.100.720,67	29,21
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE AMPLIADA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO FÍSICA DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	10,00	8,00	80,00	2.054.103,51	1.267.158,94	61,69
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE CONSERVADA/UNIDADE						
Ação	CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE	24,00		0,00	2.769.834,44	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADES CONSTRUÍDAS/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				35,76%			30,30%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PARTIC.DO GASTO COM INVESTIMENTO NA DESP. DA FONTE DO ESTADO C/ SAUD	PERCENTUAL	5,47	5,00	5,00	0,26	06/03/2012
Fonte: Coord. Obras						

Análise dos Indicadores do Programa:

A lei de Responsabilidade Fiscal estabelece para que haja investimento é necessário que haja recursos para sua manutenção. A SES nós últimos anos vem apresentando necessidade constante de suplementação para atender as ações e serviços já implantados. Desta forma, os recursos alocados basicamente tratam de contrapartida dos convênios federais e a manutenção das unidades administrativa, os valores alocados na fonte 134 Tesouro do Estado não representa ações de impacto na infra-estrutura das nossa unidades. O indicador não foi alcançado, pois além do valor alocado não ser expressivo, a programação de grandes Obras de manutenções nas Unidades Descentralizadas, não foi realizada e sim executadas pequenas manutenções que, devido as unidades serem intermitentes e localizadas em prédios velhos que quando ocorre um problema tem que ser sanado com urgência não havendo tempo para um levantamento mais complexo. Essa mesma não execução ocorreu com a fonte 261, ou seja, as restrições administrativas impediram a realização dos recursos disponíveis.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
12.962.942,74	8.592.161,25	2.367.879,61	0,00	18,27	27,56

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

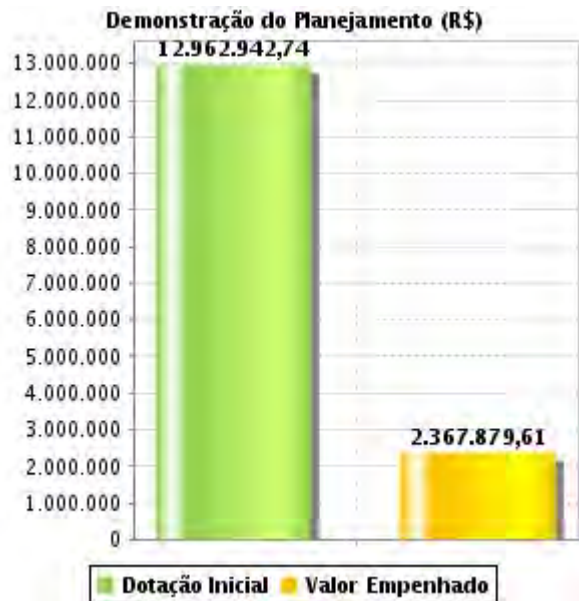
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **33,72%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 18,27%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 27,56%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Os índices de empenho em relação a dotação inicial e final estão aquém do previsto pela deficiência no nosso financeiro e devido a má definição das prioridades de investimento para o alcance do objetivo de melhorar a infra estrutura física para dar qualidade do atendimento a população.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

A efetividade deste programa foi prejudicada devido a redução de investimentos pois o financeiro foi utilizado para outras prioridades emergenciais, deficiência de definições no aguardo da reestruturação da nova gestão de serviços da saúde.



Estado de Mato Grosso

RAG
2011

RELATÓRIO DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL



Governo do Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

03

Ampliação da educação





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: APRENDIZAGEM COM QUALIDADE (289)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

14101-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Origem do Programa:

DESEMPENHO INSATISFATÓRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Objetivo do Programa:

ELEVAR O DESEMPENHO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Público Alvo:

ALUNOS, PROFESSORES, COORDENADORES PEDAGÓGICOS, PROFESSORES FORMADORES E COORDENADORES DE FORMAÇÃO DO CEFAPRO.

Gestor(a) do Programa:

Fatima Aparecida Resende

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONSOLIDAÇÃO DA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR POR CICLOS DE FORMAÇÃO HUMANA	15,00	11,00	73,33	877.543,00	216.191,60	24,64
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA COM CICLO CONSOLIDADO/PERCENTUAL						
Ação	REVISÃO E DISSEMINAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO	100,00	50,00	50,00	86.078,59	72.210,04	83,89
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	90,00	90,00	100,00	383.869,70	218.323,00	56,87
Produto / Unidade de Medida	VAGA AMPLIADA/VAGA						
Ação	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/BRASIL ALFABETIZADO	11.200,00	14.754,00	131,73	2.951.261,84	2.260.711,16	76,60
Produto / Unidade de Medida	PESSOAS ALFABETIZADAS/PESSOA						
Ação	ELABORAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO ESPECÍFICO PARA AS MODALIDADES	1,00	1,00	100,00	1.062.973,00	469.626,15	44,18
Produto / Unidade de Medida	MODALIDADE ATENDIDA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	FORMAÇÃO INICIAL EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR DE PROFESSORES INDÍGENAS	100,00	414,00	414,00	2.096.618,13	450.615,13	21,49
Produto / Unidade de Medida	PROFESSORES HABILITADOS/UNIDADE						
Ação	APOIO A PROJETOS ESCOLARES COM CARÁTER INTERDISCIPLINAR	50,00	50,00	100,00	1.863.649,02	1.556.808,52	83,54
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE GRÊMIOS ESTUDANTIS	100,00	100,00	100,00	107.629,70	75.666,68	70,30
Produto / Unidade de Medida	GRÊMIO IMPLEMENTADO/UNIDADE						
Ação	USO DE TECNOLOGIAS INTEGRADAS AO PROCESSO PEDAGÓGICO	8.114,00	9.000,00	110,92	323.874,43	309.059,20	95,43
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL CAPACITADO/PESSOA						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DE FLUXO E QUALIDADE DA APRENDIZAGEM	450,00		0,00	223.629,82	136.917,00	61,22
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAR AS ESCOLAS COM LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	45,00	45,00	100,00	31.225,00	3.990,00	12,78
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	100,00	75,00	75,00	24.640,00	9.450,00	38,35
Produto / Unidade de Medida	BIBLIOTECA IMPLEMENTADA/UNIDADE						
Ação	FORMAÇÃO INICIAL EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	3,00	3,00	100,00	283.830,00	270.350,00	95,25
Produto / Unidade de Medida	CURSO OFERECIDO/CURSO						
Ação	FORMAÇÃO CONTINUADA COM FOCO NO DESEMPENHO ESCOLAR	100,00		0,00	1.024.332,00	885.796,19	86,48
Produto / Unidade de Medida	PROFESSOR QUALIFICADO/PESSOA						
Ação	FORMAÇÃO EM NÍVEL DE PÓS - GRADUAÇÃO	100,00		0,00	3.068.330,84	5.460,00	0,18
Produto / Unidade de Medida	VAGA OFERECIDA/VAGA						
Ação	INTEGRAÇÃO PPP/PDE	248,00	248,00	100,00	17.000,00	7.065,00	41,56
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30,00	30,00	100,00	3.344.181,34	735.523,03	21,99
Produto / Unidade de Medida	VAGA AMPLIADA/VAGA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ATENDIMENTO A ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	11.800,00	12.157,00	103,03	5.754.412,87	5.495.627,73	95,50
Produto / Unidade de Medida	ALUNOS ATENDIDOS/ALUNO						
Ação	FORTALECIMENTO DOS CEFAPROS	16,00	15,00	93,75	2.724.650,97	2.473.090,97	90,77
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE FORTALECIDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				97,46%			57,95%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO	PERCENTUAL	32,44	35,00	35,00	0,00	
Fonte: INEP /ENEN						
PROVA BRASIL MATEMÁTICA 4ª SÉRIE	PERCENTUAL	178,28	180,00	180,00	0,00	
Fonte: Prova Brasil/INEP						
PROVA BRASIL MATEMÁTICA 8ª SÉRIE	PERCENTUAL	235,00	237,34	237,34	0,00	
Fonte: Prova Brasil-INEP						
PROVA BRASIL PORTUGUÊS 4ª SÉRIE	PERCENTUAL	170,08	172,91	172,91	0,00	
Fonte: Prova Brasil/INEP						
PROVA BRASIL PORTUGUÊS 8ª SÉRIE	PERCENTUAL	221,33	223,00	223,00	0,00	
Fonte: Prova Brasil - INEP						
TAXA DE APROVAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTUAL	76,90	82,50	82,50	0,00	
Fonte: MEC/INEP						
TAXA DE APROVAÇÃO - ENSINO MÉDIO	PERCENTUAL	66,60	74,00	74,00	0,00	
Fonte: (INEP-MEC)						
TAXA DE REPROVAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTUAL	7,90	5,00	5,00	0,00	
Fonte: (INEP-MEC)						
TAXA DE REPROVAÇÃO ENSINO MÉDIO	PERCENTUAL	7,40	4,00	4,00	0,00	
Fonte: (INEP-MEC)						

Análise dos Indicadores do Programa:

Os dados apurados de todos os indicadores no ano de 2010 apresentam melhorias em relação ao resultado de 2009. Quanto aos resultados dos indicadores relativo ao ano de 2011 ainda não foram apurados.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
23.801.030,93	26.249.730,25	15.652.481,40	0,00	63,66	57,72

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

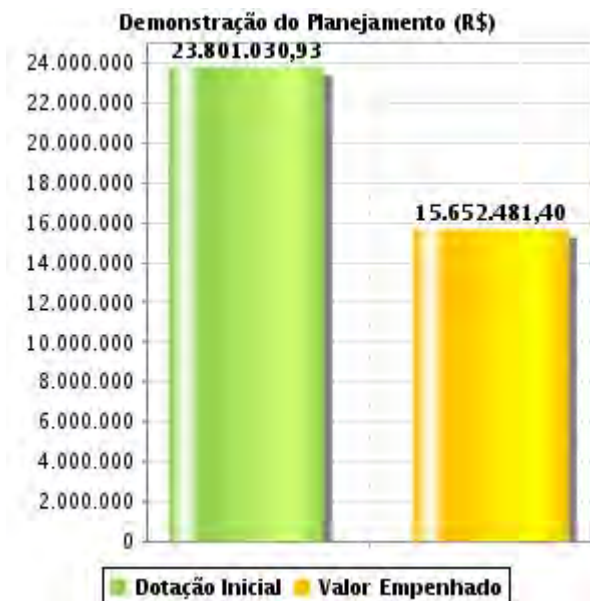
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **10,29%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 63,66%

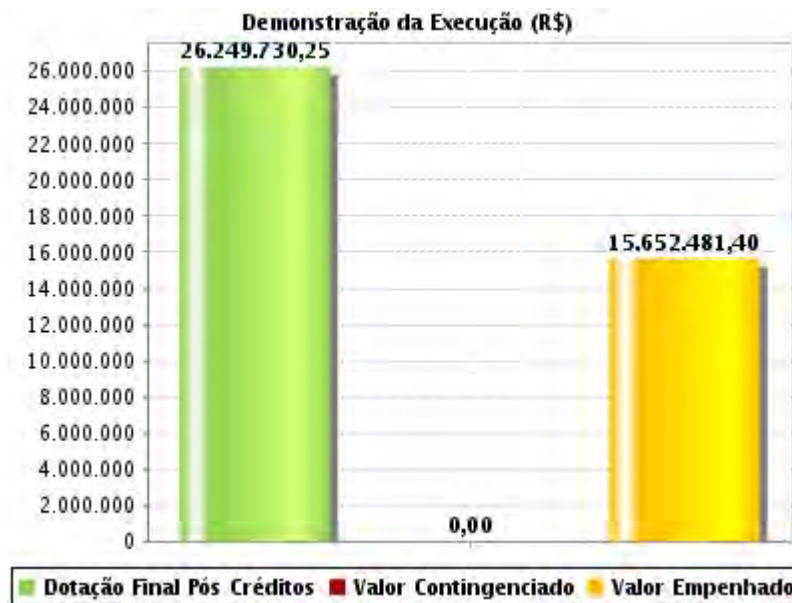


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 57,72%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Diante das dificuldades apontadas nos resultados obtidos podemos constatar que a maioria das ações foram desenvolvidas procurando contemplar as prioridades do programa.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

A efetividade do programa ocorreu maior eficácia na fonte de origem do Estado entretanto na fonte do Governo Federal, que é a forte para investimentos teve atraso no processo licitatório, registramos que alguns recursos foram depositados no segundo semestre e não foi possível agilizar os procedimentos em tempo hábil. No entanto, as ações reprogramadas para o PTA de 2012.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO ATIVA (290)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

14101-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Origem do Programa:

Gestão ineficiente

Objetivo do Programa:

ORGANIZAR AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA DAR SUPORTE AOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS.

Público Alvo:

EQUIPE GESTORA DAS ESCOLAS, EQUIPE GESTORA DO ÓRGÃO CENTRAL, ASSESSORES PEDAGÓGICOS, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.

Gestor(a) do Programa:

Antonio Carlos Ioris

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	INFORMATIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS	647,00	647,00	100,00	5.872.114,41	5.782.270,55	98,47
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DO SIGESCOLA	647,00	724,00	111,90	659.423,96	542.524,21	82,27
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	EXPANSÃO E MELHORIA DE ESPAÇO ESPORTIVO DOS PRÉDIOS ESCOLARES -ENS. FUNDAMENTAL	24,00	6,00	25,00	1.884.709,74	1.832.006,91	97,20
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÃO E REFORMA DOS PRÉDIOS ESCOLARES E UNIDADES DESCONCENTRADAS - EF	102,00	295,00	289,22	38.684.862,10	24.872.068,19	64,29
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCOLAS E UNIDADES DESCONCENTRADAS	42,00	53,00	126,19	46.894.408,78	31.836.835,59	67,89
Produto / Unidade de Medida	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	REGULARIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES	100,00	65,00	65,00	200.530,50	35.710,00	17,81
Produto / Unidade de Medida	ESCOLAS REGULARIZADAS E ESCRITURADAS/UNIDADE						
Ação	ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES COM EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	704,00	602,00	85,51	25.455.380,00	14.841.478,36	58,30
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	PREVENÇÃO DE DOENÇAS OCUPACIONAIS ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	10.800,00	10.800,00	100,00	101.139,90	101.133,50	99,99
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL ATENDIDO/PESSOA						
Ação	REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO PROFISSIONAL	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	AVALIAÇÃO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DO REGIME DE COLABORAÇÃO ESTADO/MUNICÍPIO	141,00	141,00	100,00	639.956,40	180.622,00	28,22
Produto / Unidade de Medida	MUNICIPIOS COOPERADOS /UNIDADE						
Ação	EXPANSÃO E MELHORIA DE ESPAÇO ESPORTIVO DOS PRÉDIOS ESCOLARES -ENSINO MÉDIO	22,00		0,00	248,59	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÃO E REFORMA DOS PRÉDIOS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO	33,00	24,00	72,73	2.726.340,15	2.609.935,44	95,73
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA	172,00	172,00	100,00	1.097.324,00	940.598,83	85,72
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA VISTORIADA/UNIDADE						
Ação	FORTELECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES	649,00	720,00	110,94	54.746,00	54.746,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	CONSELHO CAPACITADO /UNIDADE						
Ação	FORMAÇÃO CONTINUADA DA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA E DE ASSESSORES PEDAGÓGICOS	3.000,00	750,00	25,00	769.091,88	764.190,03	99,36
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAIS CAPACITADOS/PESSOA						
Ação	ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	141,00	141,00	100,00	80.200.644,42	79.544.871,11	99,18
Produto / Unidade de Medida	MUNICIPIO ATENDIDO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	MANUTENÇÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS ASSESSORIAS PEDAGÓGICAS	90,00	100,00	111,11	1.612.277,57	1.109.689,58	68,83
Produto / Unidade de Medida	ASSESSORIAS MANTIDAS E ACOMPANHADAS/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES	649,00	720,00	110,94	65.072.421,60	63.533.897,56	97,64
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA MANTIDA/UNIDADE						
Ação	COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	500.000,00	500.000,00	100,00	32.383.812,25	31.568.644,70	97,48
Produto / Unidade de Medida	ALUNOS ATENDIDOS/ALUNO						
Índice médio geral de realização:				91,24%			71,49%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL - 1ª FASE	PERCENTUAL	3,60	4,40	4,40	0,00	
Fonte: Fonte: Saeb e Censo Escolar						
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL - 2ª FASE	PERCENTUAL	2,90	3,30	3,30	0,00	
Fonte: Saeb e Censo Escolar						
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO	PERCENTUAL	2,60	2,90	2,90	0,00	
Fonte: Saeb e Censo Escolar						
PERCENTUAL DE ESCOLAS COM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ESCOLARES INTEGRADOS	PERCENTUAL	0,00	85,00	85,00	0,00	
Fonte: SEDUC						
TAXA DE ABANDONO - ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTUAL	15,30	12,50	12,50	0,00	
Fonte: Censo/INEP						
TAXA DE ABANDONO - ENSINO MÉDIO	PERCENTUAL	26,00	22,00	22,00	0,00	
Fonte: Censo/INEP						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Considerando os seguintes dados:

Taxa de abandono do ensino fundamental prevista para 2009 - 14,20%; taxa apurada - 2,80%.
 Taxa de abandono do ensino fundamental prevista para 2010 - 13,90%; taxa apurada - 3,1%.
 Taxa de abandono do ensino médio prevista para 2009 - 25% ; taxa apurada - 15,8%
 Taxa de abandono do ensino médio prevista para 2010 - 23%; taxa apurada - 10,3%
 O percentual de Escolas com o sistema de informação prevista para 2011 - 85% ; taxa apurada 100%
 A aplicação das provas do SAEB foram aplicadas em Outubro/Novembro, não temos o IDEB de 2011.

Constata-se que os dados de todos indicadores apurados apresentam melhorias .
 Fonte : INEP/2011

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
185.136.758,07	304.309.432,25	260.151.222,56	0,00	140,40	85,42

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

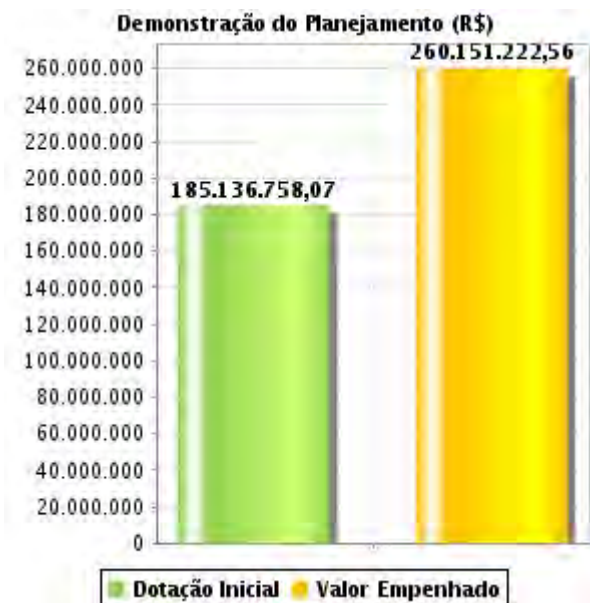
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **64,37%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 140,40%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 85,42%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A Secretaria de Estado de Educação executou seus Projetos/Atividades buscando atender o objetivo estratégico do Programa Gestão Ativo.

As metas físicas programadas foram executadas em consonância com o Planejado. Algumas ações superaram o planejado como é o caso do Programa Caminho da Escola. A Secretaria de Estado de Educação adquiriu 396 ônibus com a capacidade de passageiro entre 29 a 60 lugares que foram distribuídos aos 141 municípios do Estado buscando a efetividade do atendimento aos alunos que necessitam do Transporte Escolar. Outro fator que contribuiu para o resultado decorre da transferência de recursos financeiros do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar diretamente aos municípios. Fortaleceu a gestão compartilhada quando executou ações de monitoramento do PAR Plano de Ações Articulado dos 141 municípios através do regime de colaboração.

O Programa Estadual de Alimentação Escolar executou nos 141 municípios, atendendo 464.000 alunos matriculados nas 724 escolas da rede estadual de ensino nas modalidades de ensino fundamental, creches, ensino médio, educação de jovens e adultos, indígena, quilombola e educação do campo.

Foram repassado recursos financeiros às Unidades Escolares, para sua manutenção garantindo 100% do produto oferecido pela ação.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

As estratégias utilizadas para a ampliação da educação com a universalização da educação básica (infantil, fundamental e média) e elevação do nível e da qualidade dos ensinos médio e fundamental foram determinantes para a melhoria dos indicadores que compõem este Programa. Os indicadores da educação Básica do Estado de Mato Grosso demonstram uma melhora significativa no processo ensino aprendizagem superando as metas previstas para o exercício conforme demonstrados no resultado do Censo Escolar 2011. Ampliação dos laboratórios de Informática com acesso a internet a 98% das unidades escolares. Ampliação dos recursos destinados a execução de projetos e atividades pedagógicas envolvendo também a comunidade escolar; como a horta escolar, os jogos escolares, escola aberta aos finais de semana. Ampliação do atendimento as diversidades (quilombolas, indígenas e escolas do campo).

Captação de recursos através de convênios possibilitando a ampliação do atendimento com a construção de novas unidades escolares

RAG
2011

RELATÓRIO DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL



Governo do Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

04

**Fortalecimento da capacidade técnica
e tecnológica do Estado**





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: FORTALECIMENTO DO ENSINO SUPERIOR (250)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

26201-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

A UNEMAT DESDE SUA ORIGEM EM 1978 TEM COMO PRINCIPIO DE ATUACAO O ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO INTERIOR DO ESTADO, CONSTITUI-SE NUMA INSTITUICAO PUBLICA FUNDAMENTAL, VOLTADA A SANAR AS DEFICIENCIAS DE ACESSO DA POPULACAO AO CONHECIMENTO CIENTIFICO, TECNOLOGICO E CULTURAL; ALEM DA DEMANDA DAS REGIOES DO INTERIOR DO ESTADO POR PROFISSIONAIS CAPACITADOS, QUE CONTRIBUAM COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Objetivo do Programa:

OFERECER OPORTUNIDADES DE ESTUDO DE NIVEL SUPERIOR AOS EGRESSOS DO ENSINO MEDIO, PROFESSORES DA REDE DE ENSINO E OUTROS GRUPOS SOCIAIS, VISANDO A FORMACAO DE PESSOAS CAPACITADAS AO EXERCICIO DA INVESTIGACAO DO MAGISTERIO EM DIFERENTES AREAS DO CONHECIMENTO HUMANO E QUALIFICACAO PARA ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Público Alvo:

PROFESSORES DA REDE DE ENSINO, ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MEDIO E OUTROS GRUPOS SOCIAIS.

Gestor(a) do Programa:

Ana Maria di Renzo

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	AMPLIACAO E MANUTENÇÃO DA OFERTA DE VAGAS NOS CURSOS DE GRADUACAO	3.600,00	3.600,00	100,00	4.620.870,85	3.485.922,07	75,44
Produto / Unidade de Medida	VAGA EM CURSO REGULAR MANTIDA E AMPLIADA/UNIDADE						
Ação	MANUTENCAO E FORTALECIMENTO DOS CURSOS DE GRADUACAO EM DESENVOLVIMENTO	82,00	82,00	100,00	462.273,00	368.830,31	79,79
Produto / Unidade de Medida	CURSOS DE GRADUACAO MANTIDOS/UNIDADE						
Ação	EXPANSAO DO ENSINO EM MODALIDADES DIFERENCIADAS PARA CAPACITACAO DE PROFESSORES E OUTROS PROFISSIONAIS	685,00	671,00	97,96	1.804.335,59	1.544.450,49	85,60
Produto / Unidade de Medida	VAGA EM TURMA DE MODALIDADE DIFERENCIADA DE ENSINO DE GRADUACAO OFERTADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	OFERTA DE GRADUACAO PARA EDUCADORES INDIGENAS						
Produto / Unidade de Medida	VAGA DE GRADUACAO PARA EDUCADORES INDIGENAS OFERTADA/UNIDADE	200,00	200,00	100,00	888.584,25	315.252,66	35,48
Índice médio geral de realização:				99,49%			69,07%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INDICE QUE VERIFICA A EFICACIA DA DIPLOMACAO DE GRADUANDOS - IE	PERCENTUAL	52,00	63,00	63,00	0,00	
Fonte: UNEMAT						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
6.212.757,23	7.776.063,69	5.714.455,53	0,00	90,90	72,63

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

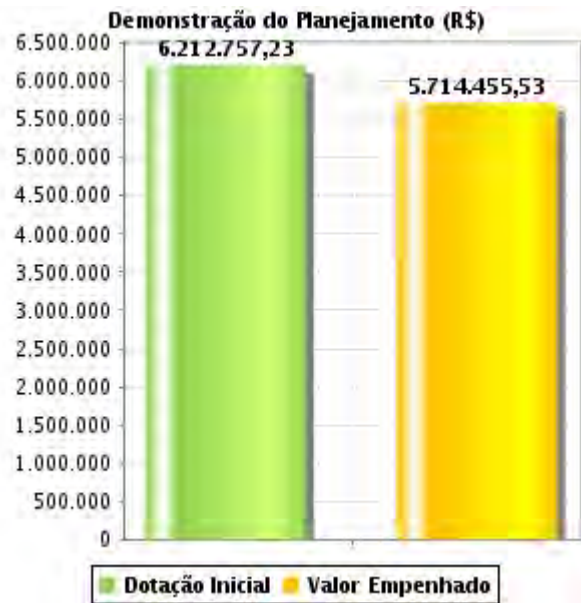
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **25,16%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 90,90%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 72,63%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O Programa 250 - Fortalecimento do Ensino Superior é um dos três programas finalísticos implementados pela Universidade do Estado de Mato Grosso e, tem por objetivo específico, oferecer oportunidades de estudo de nível superior aos egressos do ensino médio, professores da rede de ensino e outros grupos sociais, visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação, do magistério em diferentes áreas do conhecimento humano e qualificação para atividades profissionais.

O programa é vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, que desde 1º de outubro de 2010 tem a Prof.^a Ana Maria Di Renzo na função de Pró-Reitora.

O programa abarca quatro ações:

- PAOE 1517 - Ampliação e Manutenção da Oferta de Vagas nos Cursos de Graduação - tem por finalidade o atendimento das demandas regionais através da oferta de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Instituição, bem como atender as demandas geradas pelos concursos públicos que a Instituição implementa;
- PAOE 2656 - Manutenção e Fortalecimento dos Cursos de Graduação em Desenvolvimento - possibilitar o funcionamento dos quarenta e quatro cursos regulares de graduação que a Universidade possui nos seus onze Campi;
- PAOE 3064 - Expansão do Ensino em Modalidades Diferenciadas para Capacitação de Professores e Outros Profissionais - proporcionar a execução das diversas modalidades de ensino;
- PAOE 3065 - Oferta de Graduação para Educadores Indígenas - formar professores indígenas.

Para o PPD, obtivemos índice qualificado como -ótimo- ao atingirmos o valor de 91,98%. Para o COFD obtivemos índice regular ao atingirmos o valor de 73,48%.

A maior discrepância ficou por conta da Fonte 240, que se justifica nos seguintes termos:

Para o ano de 2011, junto ao Programa 250, possuíamos o PAOE 1517 - Ampliação e Manutenção da Oferta de Vagas nos Cursos de Graduação em Desenvolvimento, que contava com uma dotação inicial de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Fonte 240, coisa a ser verificada mais adiante na análise da ação. Solicitamos superávit o superávit financeiro alcançado no ano de 2010, e atingimos a dotação final para esta fonte de recursos e PAOE de R\$ 3.286.024,55 (três milhões, duzentos e oitenta e seis mil, vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Houve empenhos de apenas R\$ 2.159.512,52 (dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e doze reais e cinquenta e dois centavos), o que acabou comprometendo os índices gerais de execução do Programa 250.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Como resultados alcançados, apresentamos os seguintes números:

- 3.600 (três mil e seiscentas) vagas em cursos de graduação
- 44 (quarenta e quatro) cursos regulares de graduação, 04 (quatro) cursos de graduação indígena, 05 (cinco) cursos de graduação ofertados pelo Programa Parceladas e 03 (três) cursos de graduação ofertados em parceria com a Universidade Aberta do Brasil - UAB.
- 671 (vagas) ofertadas para cursos de graduação em modalidades diferenciadas de ensino.
- 100 (vagas) nos cursos de educação indígena.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: EXTENSAO UNIVERSITARIA E CULTURAL (251)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

26201-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

INTEGRAR A UNIVERSIDADE À SOCIEDADE, NA PERSPECTIVA DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO DAS RAÍZES ARTÍSTICAS, CULTURAIS E TECNOLÓGICAS, NA VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS POPULARES, MANIFESTAS NO FOLCLORE, NA ARTE, NA MEMÓRIA DAS TRADIÇÕES SOCIAIS, ESSENCIAIS À IDENTIDADE LOCAL E REGIONAL.

Objetivo do Programa:

INTEGRAR A UNIVERSIDADE SOCIEDADE, ATRAVES DE PROJETOS E EVENTOS EXTENSIONISTAS, VISANDO A SOCIALIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS NA ACADEMIA EM INTERAÇÃO C/ OS CONHECIMENTOS POPULARES, BENEFICIANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO DA POPULAÇÃO, NAS DIFERENTES REALIDADES SOCIO-ECONOMICAS, ARTISTICAS E CULTURAIS DE MATO GROSSO.

Público Alvo:

PESQUISADORES, PROFESSORES DA REDE DE ENSINO, ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MEDIO, ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Gestor(a) do Programa:

Leila Cristiane Delmadi

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	AMPLIACAO E MANUTENCAO DA EXTENSAO UNIVERSITARIA E CULTURAL	122,00	257,00	210,66	792.575,70	632.693,56	79,83
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS DE EXTENSAO DESENVOLVIDOS/PROJETO						
Ação	REALIZACAO DE INTERCAMBIO, COOPERACAO E PUBLICACAO INSTITUCIONAL	20,00	254,00	1.270,00	60.000,00	42.191,44	70,32
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				740,33%			75,07%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
-----------	-------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------	------------------



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

INDICE QUE RELACIONA O NUMERO DE DOCENTES E OS PROJETOS DE EXTENSAO	NºPROJETOS EXTENSAO/NºDOCEN TES	10,00	20,00	20,00	0,00	
Fonte: PROEG/UNEMAT						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.110.640,00	852.575,70	674.885,00	0,00	59,42	77,40

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

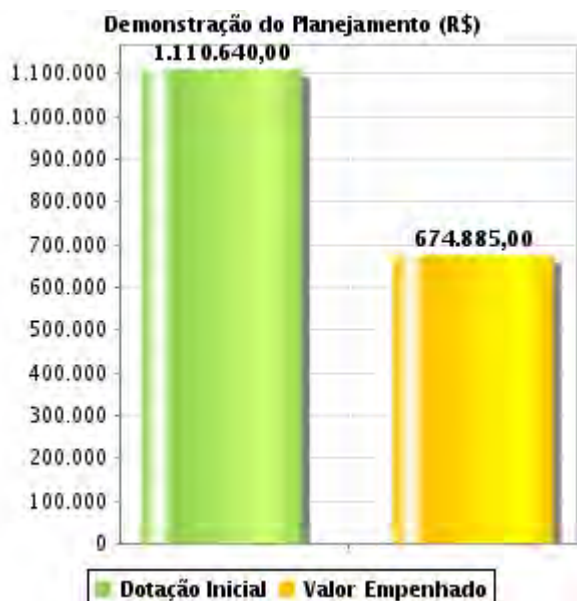
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **23,24%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 59,42%

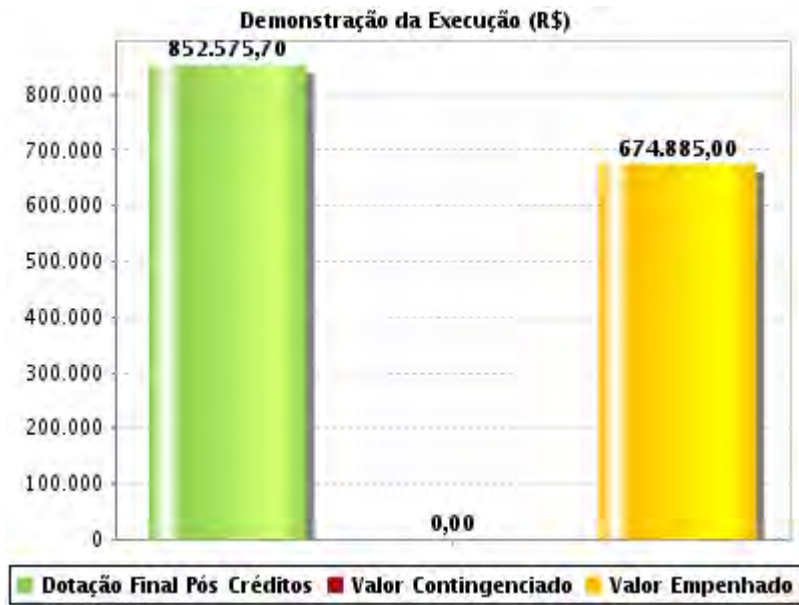


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 77,40%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTAO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (252)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

26201-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

IMPLEMENTAR E MODERNIZAR OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO PERMANENTE, INFORMATIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO, NORMATIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO, VISANDO GARANTIR MELHORES CONDIÇÕES PARA AS ATIVIDADES FINS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO, OTIMIZANDO RECURSOS, AMPLIANDO E MELHORANDO A INFRA-ESTRUTURA E A INTERAÇÃO ENTRE AS UNIDADES, VISANDO MAIOR EFICIÊNCIA NA GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA.

Objetivo do Programa:

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA INSTITUICAO DE FORMA PARTICIPATIVA, OTIMIZANDO RECURSOS, AMPLIANDO E MELHORANDO A INFRA-ESTRUTURA E A INTERACAO ENTRE AS UNIDADES, VISANDO MAIOR EFICIENCIA NA GESTAO ACADEMICA E ADMINISTRATIVA.

Público Alvo:

COMUNIDADE ACADEMICA (PROFESSORES, FUNCIONARIOS E ALUNO S DA INSTITUICAO).

Gestor(a) do Programa:

Weily Toro Machado

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	IMPLEMENTACAO DE INFRA-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, TECNICA E CIENTIFICA	44,00	44,00	100,00	4.271.260,81	3.840.157,67	89,91
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO ACADEMICO EQUIPADA/UNIDADE						
Ação	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS ESTRUTURAS FISICAS PARA AS ATIVIDADES UNIVERSITARIAS	33.863,43		0,00	6.994.094,26	1.161.747,03	16,61
Produto / Unidade de Medida	ESTRUTURA FISICA DE UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO ACADEMICO ADEQUADA/METRO QUADRADO						
Ação	MODERNIZACAO DA GESTAO UNIVERSITARIA	12,00	12,00	100,00	113.208,33	35.208,33	31,10
Produto / Unidade de Medida	MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	66,67%		45,87%
-----------------------------------	--------	--	--------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ACERVO BIBLIOGRAFICO EM RELACAO AO N. DE DISCENTES NOS DEPARTAMENTOS	NºDISC/NºTITULO	25,00	33,00	33,00	18,67	01/03/2012
Fonte: PRPDI/UNEMAT						
AREA CONSTRUIDA EM RELACAO AO NUMERO DE ALUNOS	M2/ACADÊMICO	4,00	6,00	6,00	5,17	01/03/2012
Fonte: UNEMAT						
LABORATORIOS EM RELACAO AO NUMERO DE ACADEMICOS	NºLAB/NºACADEMI	188,00	153,12	153,12	102,27	01/03/2012
Fonte: UNEMAT						

Análise dos Indicadores do Programa:

Como indicadores para o ano de 2011, temos três:

- Área construída em relação ao número de alunos: possuímos atualmente 68.204,94m² de área construída e 13.193 alunos, configurando índice de 5,17.

- Laboratórios em relação ao número de alunos: possuímos atualmente 13.193 (treze mil cento e noventa e três) alunos nos cursos regulares e 129 (cento e vinte e nove) laboratórios. Desta forma, atingimos o índice 102,27. A queda em relação ao ano anterior não configura prejuízo à instituição, mas sim se justifica pela construção de novos laboratórios, aumentando o denominador do cálculo;

- Acervo bibliográfico em relação ao número de alunos: possuímos um acervo bibliográfico de 246.324 (duzentos e quarenta e seis mil trezentos e vinte e quatro) títulos e 13.193 (treze mil cento e noventa e três) alunos, atingindo índice de 18,67.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
19.984.322,22	11.378.563,40	5.037.113,03	0,00	25,21	44,27

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **43,06%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



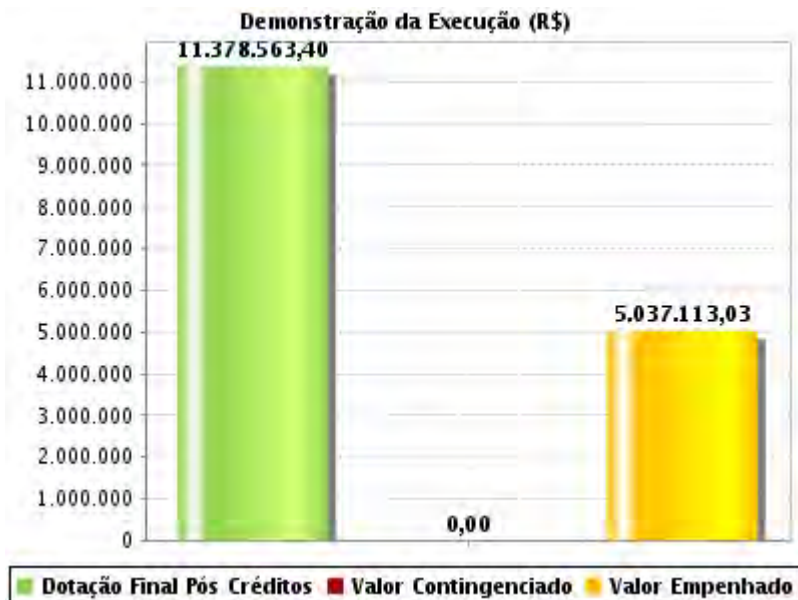
Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 25,21%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 44,27%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O Programa 252 - Gestão e Desenvolvimento Institucional objetiva promover o desenvolvimento da instituição, otimizando recursos, ampliando e melhorando a infraestrutura e a interação entre as unidades, visando maior eficiência na gestão acadêmica e administrativa. O Prof. Weily Toro Machado e o Prof. Francisco Lledo dos Santos foram os responsáveis pela pasta no exercício de 2011.

O projeto em tela contempla as seguintes ações:

- PAOE 3073 - Implementação de Infraestrutura Organizacional, Técnica e Científica;
- PAOE 3074 - Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas para as Atividades Universitárias;
- PAOE 3075 - Modernização da Gestão Universitária.

O Programa 252 - Gestão e Desenvolvimento Institucional, foi o mais prejudicado pelos seguidos contingenciamentos governamentais. Considerando o orçamento global, dos R\$ 157.984.475,00 (cento e cinquenta e sete milhões, novecentos e oitenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) previstos para a Fonte 100, nossos Créditos Autorizados ficaram em R\$ 144.303.524,02 (cento e quarenta e quatro milhões, trezentos e três mil, quinhentos e vinte e quatro reais e dois centavos), isto é, R\$ 13.680.950,98 (treze milhões, seiscentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos) a menor do que o considerado na LOA. O último, e mais pesado deles, ocorreu em outubro, contingenciando no último trimestre R\$ 10.696.475,98 (dez milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos). A atitude tomada pela gestão foi pela preservação do pagamento da dívida fundada e manutenção administrativa da Sede, dos onze Campi Universitários e seus respectivos cursos em detrimento aos investimentos que estavam previstos para o fim do ano. Logicamente, os índices de planejamento ficaram prejudicados pelo ocorrido. A execução restou prejudicada, na maior parte na Fonte 262, em função dos convênios que não ocorreram, ou que não obtivemos os depósitos em prazo tempestivo. Planos de ampliação, construção de laboratórios, compras de carteiras, microscópios, alguns veículos e computadores, infelizmente foram adiados para 2012.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Podemos ressaltar como maiores resultados atingidos no exercício de 2011, mesmo com índices insatisfatórios de PPD e COFD:

- Aquisição de treze camionetes para reposição na frota de carros oficiais - R\$ 1.332.500,00 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais);
- Aquisição de condicionadores de ar para substituição de aparelhos antigos nas salas de aula em todos os Campi - R\$ 1.524.600,00 (um milhão, quinhentos e vinte e quatro mil e seiscentos reais);
- Aquisição de um micro-ônibus para auxiliar o transporte de servidores e alunos no Campus Universitário de Pontes e Lacerda - R\$ 180.604,00 (cento e oitenta mil seiscentos e quatro reais);
- Compra de mobiliário em geral - R\$ 40.396,00 (quarenta mil trezentos e noventa e seis reais).;
- Contratação de empresa de engenharia para executar serviços de implantação de uma caixa d'água no Campus Universitário de Colíder, cilíndrica, metálica, com capacidade de 36.000l, 2,07m de diâmetro por 10,80m de altura - R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais);
- Contratação de empresa para adequação de projetos do Centro Interdisciplinar de Biocombustível e da construção da Casa de Vegetação pertencente ao projeto CIEBMT - Centro Interdisciplinar de Estudos em Biocombustíveis, em parceria com a SECITEC, UNEMAT e UFMT no Campus Universitário de Tangará da Serra, no valor de R\$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais);
- Construção do CEPEDA - Centro de Pesquisa e Estudos e Desenvolvimentos Agroambientais no Campus Universitário de Tangará da Serra para atendimento da comunidade acadêmica, no valor de R\$ 55.622,35 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos);
- Serviços de ampliação em alvenaria do Laboratório de Tecnologia da Madeira para estruturação do local a fim de proteger a estufa de secagem de madeira e melhorias funcionais das atividades desenvolvidas, no valor de R\$ 6.858,00 (seis mil oitocentos e cinquenta e oito reais);
- Contratação, em novembro, de empresa especializada em desenvolvimento e implantação de software de gestão acadêmica de bibliotecas;
- Contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos básicos de modernização da tecnologia da informação e de telecomunicação. Com esses alicerces, haverá a tentativa em 2012 do atingimento das metas passadas.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E POS-GRADUACAO (253)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

26201-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

PROPOR, DEFINIR E EXECUTAR AÇÕES POLÍTICAS DE INCENTIVO À PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NO ÂMBITO DAS ÁREAS GEOPOLÍTICAS ESTABELECIDAS POR ESTA PRO-REITORIA, OBJETIVANDO A CONSOLIDAÇÃO E A EXCELÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO ESTADO E DO PAÍS.

Objetivo do Programa:

GESTAR AS ESTRUTURAS, AS RELACOES E AS ORGANIZACOES ACADEMICO, CIENTIFICO, CULTURAL, TECNOLÓGICO E FILOSOFICO DA UNEMAT, P/ O DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE PESQUISA E POS-GRADUACAO, TENDO C/ PERSPECTIVA A APREENSAO DA COMPLEXIDADE DOS DIVERSOS CONTEXTOS DA SOCIEDADE E DO ESTADO DE MATO GROSSO, ALICERCADAS NOS PRINCIPIOS DE SUSTENTABILIDADE E DA SOLIDARIEDADE.

Público Alvo:

PESQUISADORES, PROFESSORES DA REDE DE ENSINO, ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MEDIO E SUPERIOR E OUTROS GRUPOS SO

Gestor(a) do Programa:

Aurea Regina Alves Ignacio

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE QUALIFICACAO DO QUADRO DOCENTE E TECNICO ADMINISTRATIVO	40,00	141,00	352,50	102.320,00	97.735,00	95,52
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAIS DO QUADRO DOCENTE E TECNICO ADMINISTRATIVO DA INSTITUICAO EM PROCESSO DE QUALIFICACAO/PESSOA						
Ação	VIABILIZACAO DO PLANO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	80,00	161,00	201,25	278.585,14	273.440,14	98,15
Produto / Unidade de Medida	NUMERO DE PROJETOS DE PESQUISA AMPLIADA/PROJETO						
Ação	EXPANSAO E MANUTENCAO DA OFERTA DE ENSINO DE POS-GRADUACAO	160,00	178,00	111,25	846.272,10	708.402,78	83,71
Produto / Unidade de Medida	VAGA OFERECIDA/VAGA						
Índice médio geral de realização:				221,67%			92,46%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INDICE QUE RELACIONA O N. DE DOCENTES EM RELACAO AOS PROJETO DE PESQUISA - IPP	PERCENTUAL	14,00	20,00	20,00	24,43	06/03/2012
Fonte: PRPPG/UNEMAT						
PERCENTUAL DE DOCENTES EM QUALIFICACAO EM RELACAO AO N. TOTAL DE DOCENTES	PERCENTUAL	10,00	22,00	22,00	23,52	06/03/2012
Fonte: PRPPG/UNEMAT						

Análise dos Indicadores do Programa:

Para o exercício de 2011, a Universidade do Estado de Mato Grosso, conseguiu superar as previsões constantes no PPA ora vigente, considerando os seus 161 (cento e sessenta e um) projetos de pesquisa vigentes e seu quadro efetivo de 659 (seiscentos e cinquenta e nove) professores, sendo que 155 (cento e cinquenta e cinco) encontram-se afastados para qualificação em doutorado.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.655.540,04	1.227.177,24	1.079.577,92	0,00	65,21	87,97

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

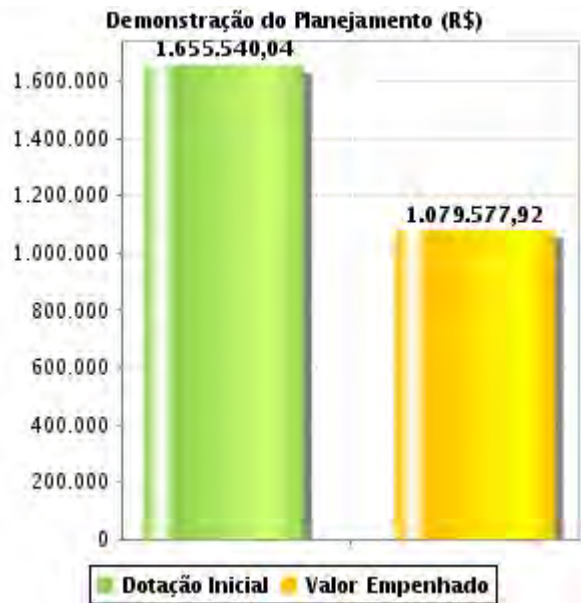
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **25,87%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 65,21%

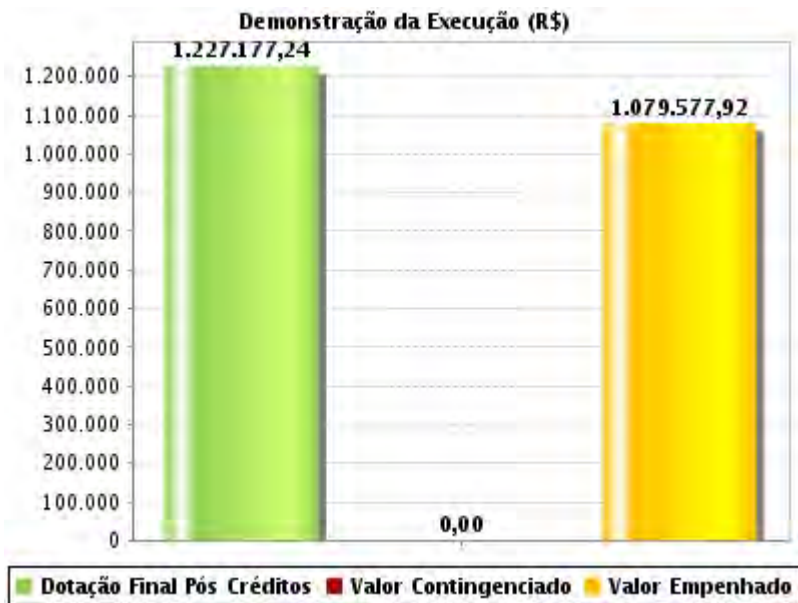


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 87,97%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O Programa 253 - Apoio ao Desenvolvimento da Pesquisa e Pós-Graduação tem como principal objetivo gestar as estruturas, as relações e as organizações acadêmicas, científicas, culturais, tecnológicas e filosóficas da UNEMAT, para o desenvolvimento de ações de pesquisa e pós-graduação, tendo como perspectiva a apreensão da complexidade dos diversos contextos da sociedade e do Estado de Mato Grosso, alicerçadas nos princípios de sustentabilidade e da solidariedade. Está ligado diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, sendo sua responsável a Prof.^a Aurea Regina Alves Ignácio.

As ações ligadas a este programa finalístico são:

- PAOE 1522 - Implementação do Plano de Qualificação do Quadro Docente e Técnico Administrativo;
- PAOE 3002 - Viabilização do Plano de Ciência e Tecnologia;
- PAOE 3003 - Expansão e Manutenção da Oferta de Ensino de Pós-Graduação.

a) PAOE 1522 - Implementação do Plano de Qualificação do Quadro Docente e Técnico Administrativo

O PAOE 1522 - Implementação do Plano de Qualificação do Quadro Docente e Técnico Administrativo, Responsável pela concentração de recursos para a viabilização de aplicação de cursos de capacitação, contratação de especializações lato e strictu sensu para professores e técnicos. Ofertou a possibilidade de qualificação de 141 funcionários.

b) PAOE 3002 - Viabilização do Plano de Ciência e Tecnologia

O PAOE 3002 - Viabilização do Plano de Ciência e Tecnologia é responsável pela viabilização do pagamento de bolsas de iniciação científica a acadêmicos e consecução de projetos em diferentes áreas de pesquisa dentro da Universidade do Estado de Mato Grosso. Ofereceu à sociedade 161 (cento e sessenta e um projetos de pesquisa).

c) PAOE 3003 - Expansão e Manutenção da Oferta de Ensino de Pós-Graduação

O PAOE 3003 - Expansão e Manutenção da Oferta de Ensino de Pós-Graduação é responsável pela implantação e manutenção das despesas dos cursos de pós-graduação, lato e strictu sensu, típicos da Universidade do Estado de Mato Grosso. Ofertou 178 vagas em cursos de pós-graduação.

O Programa 253 não foi tão impactado pelo contingenciamento governamental e teve boa execução durante o ano de 2011 sem maiores problemas.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Como resultados, apresentamos os indicadores com valores superiores aos previstos.

Apresentamos, também, 141 (cento e quarenta e um) técnicos e professores afastados para qualificação, 161 (cento e sessenta e um) projetos de pesquisa desenvolvidos e 178 (cento e setenta e oito vagas) em pós-graduações.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO (255)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

26101-SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Origem do Programa:

O BAIXO NÍVEL DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DAS ORGANIZAÇÕES E EMPRESAS QUE SE OCUPAM DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS PARA FAZER CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, A BAIXA INTERAÇÃO ENTRE ACADEMIA E A INICIATIVA PRIVADA E A INFRA-ESTRUTURA NADEQUADA PARA PESQUISA.

Objetivo do Programa:

ESTIMULAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO.

Público Alvo:

ICT'S, PESQUISADORES, ORGANIZAÇÕES GOVER. NÃO GOVERNAMENTAIS, EMPRESAS PRIVADAS, INCUBADORAS DE EMP. E SOCIED

Gestor(a) do Programa:

Bernadete Ribeiro de Assis

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ARTICULAÇÃO PARA POPULARIZAÇÃO DA CIENCIA	6,00	6,00	100,00	12.779.310,57	12.484.644,47	97,69
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ARTICULADO/UNIDADE						
Ação	ARTICULAÇÃO PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	1,00	12,00	1.200,00	7.188.131,48	3.490.701,19	48,56
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ARTICULADO/UNIDADE						
Ação	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA	264,00	517,00	195,83	6.633.855,77	4.265.754,26	64,30
Produto / Unidade de Medida	PESSOA QUALIFICADA/PESSOA						
Ação	APOIO A PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	190,00	100,00	52,63	23.174.971,45	8.819.392,22	38,06
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS FINANCIADOS/UNIDADE						
Ação	POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	206,00	184,00	89,32	3.602.891,50	2.205.319,07	61,21
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS FINANCIADOS/UNIDADE						
Ação	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	25,00	6,00	24,00	6.230.000,00	584.437,26	9,38
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS FINANCIADOS/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	276,96%	53,20%
-----------------------------------	---------	--------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NUMERO DE MESTRES E DOUTORES FORMADOS COM APOIO DA FAPEMAT	UNIDADE	0,00	25,00	25,00	25,00	31/12/2011
Fonte: FAPEMAT						
NUMERO DE PEDIDO DE REGISTRO DE MARCAS E PATENTES	PERCENTUAL	0,00	1,00	1,00	1,00	31/12/2011
Fonte: FAPEMAT						
NÚMERO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS APOIADAS PELA FAPEMAT E SECITEC	UNIDADE	80,00	92,00	92,00	92,00	31/12/2011
Fonte: FAPEMAT						

Análise dos Indicadores do Programa:

Conforme o objetivo do programa foi possível manter os indicadores sendo os mesmos o suficiente para cumprir o objeto do programa.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
38.824.341,30	59.609.160,77	31.850.248,47	0,00	82,03	53,43

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

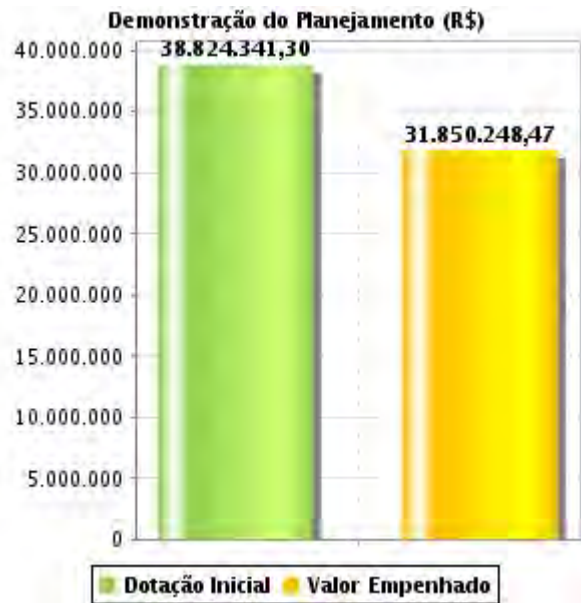
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **53,54%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 82,03%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 53,43%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Atraves deste programa foi possivel atingir os objetivos das açoes nele propostas, sendo que em todas elas as metas fisicas articuladas foram entregues.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O programa pode se considerar efetivado devido a quantidade dos indicadores apurados.

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

05

**Formação e expansão
da rede de cidades de
forma controlada e sustentável**





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTAO DE RESIDUOS SOLIDOS (183)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa:

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GERALMENTE VEM ACOMPANHADO DE UMA MAIOR PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM SUAS VÁRIAS TIPOLOGIAS QUE PODEM INFLUENCIAR NAS INCIDÊNCIAS DOS AGRAVOS À SAÚDE HUMANA, TRAZIDOS PELA DISPOSIÇÃO INADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. ATUALMENTE APENAS 08 (OITO) MUNICÍPIOS POSSUEM ATERROS SANITÁRIOS APROVADOS, MAS QUE NO ENTANTO, NÃO ESTÃO SENDO OPERACIONALIZADOS DE FORMA ADEQUADA, ESTANDO ALGUNS EM PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA.

A AUSÊNCIA DE DIRETRIZES ESPECÍFICAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS QUE BUSQUEM FORMAS MAIS ADEQUADAS E SEGURAS PARA REUTILIZAÇÃO, RECICLAGEM, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS URBANOS, DE SAÚDE, INDUSTRIAL E AGRÍCOLAS INCREMENTA O NÚMERO DE CATADORES EM CONDIÇÕES SUB-HUMANAS, E A UTILIZAÇÃO DE ÁREAS IMPRÓPRIAS E SEM CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA A DISPOSIÇÃO DESSES RESÍDUOS, ACARRETANDO POLUIÇÃO HÍDRICA, DO SOLO E AR. NO ENTANTO, PARA A ELABORAÇÃO DESSAS DIRETRIZES, FAZ-SE NECESSÁRIO, INICIALMENTE CONHECER E CARACTERIZAR OS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NO ESTADO, ATRAVÉS DOS INVENTÁRIOS DE RESÍDUOS, QUE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO É DE RESPONSABILIDADE DOS GERADORES, MAS, QUE NO ENTANTO, ATUALMENTE NÃO HÁ DADOS PRECISOS E REPRESENTATIVOS DA GESTÃO DESSÉS RESÍDUOS NO ESTADO.

Objetivo do Programa:

PROMOVER MECANISMOS DE ORDENAMENTO PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE MATO GROSSO.

Público Alvo:

EMPREENDEDORES NAS ÁREAS DE SAÚDE,INDÚSTRIA,COMÉRCIO,SERV.PÚBLICOS, COMUNIDADES LOCAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO

Gestor(a) do Programa:

Solange Fatima de Oliveira Cruz

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS NO CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO DE CUIABÁ	1,00	0,00	0,00	60.943,02	15.735,07	25,82
Produto / Unidade de Medida	DIRETRIZES ELABORADAS/UNIDADE						
Ação	APOIO AO GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	1,00		0,00	844.318,50	1.070,00	0,13
Produto / Unidade de Medida	MODELO IMPLANTADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS						
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL CAPACITADO/PESSOA	50,00		0,00	32.753,03	27.611,60	84,30
Ação	FISCALIZAÇÃO EM ÁREAS DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EMPREENDIMENTOS	310,00	406,00	130,97	65.500,03	45.780,91	69,89
Produto / Unidade de Medida	EMPREENDIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				32,74%			45,04%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
COLETA E DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ESPECIAIS NO SETOR PÚBLICO_CPA	PERCENTUAL	0,00	20,00	20,00	100,00	29/12/2011
Fonte: SEMA/SUIMIS						
MUNICÍPIOS COM ATERROS SANITÁRIOS EM OPERAÇÃO	UNIDADE	8,00	15,00	15,00	12,00	29/12/2011
Fonte: SEMA/SUIMIS						
NÚMERO DE DESMATAMENTO (CORTE RASO) ANUAL	HECTARE	1.542.490,21	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00	
Fonte: SMIA/SEMA-MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

Quanto ao indicador municípios com aterros sanitários devemos destacar 12 (doze) municípios obtiveram licença de operação para aterros sanitários. Entretanto, atualmente somente 03 (três) possuem essa licença em vigência, a saber: Campo Verde, Juína e Torixoréu. Os outros 09 (nove) não obtiveram licença de operação renovada devido a dificuldades gerenciais com: ausência de política municipal de resíduos sólidos, pessoal técnico especializado para a devida operacionalização, recursos orçamentários-financeiros para atender aos custos da operação, forma institucional e estrutura administrativa incompatíveis com a ação exigida para o gerenciamento de resíduos sólidos, descontinuidade política e administrativa e falta de controle ambiental e participação da sociedade. Dentre os municípios com licença de operação vencida temos Cuiabá, Tangará da Serra, Matupá, cotriguaçu, Jauru, Denise, Diamantino, Barra do Garças e Alta Floresta. Destacamos que 13 (treze) municípios obtiveram licença de instalação (atualmente somente Rondonópolis) e 09 (nove) obtiveram licença de instalação (atualmente 05). Nesse contexto, chamamos a atenção para os aspectos processuais do licenciamento de Sistemas de tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos que passa pelo licenciamento prévio L.P.), de instalação (L.I.) e de operação (L.O.) demonstrando que alguns municípios encontram-se em processo. Mas que os motivos já citados de incapacidade operacional.

Com relação ao indicador Coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos especiais que no ano de 2011 foram destinadas 1.000 lâmpadas para tratamento e disposição final adequados.

Entretanto, o indicador número de desmatamento (corte raso) anual não foi inserido neste programa pelo responsável por este. Fato que indico desconsiderá-lo.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
558.660,02	1.003.514,58	90.197,58	0,00	16,15	8,99

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

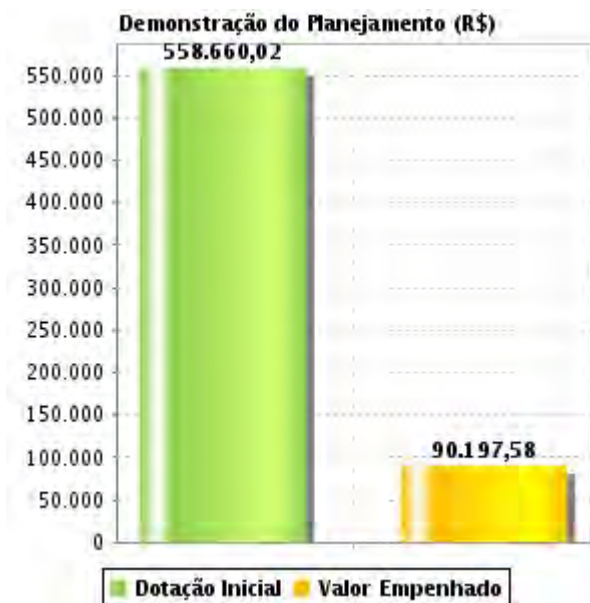
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **79,63%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 16,15%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 8,99%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Embora o planejamento tenha sido elaborado de acordo com a necessidade de execução do programa, ele não foi executado a contento devido a não aprovação dos diversos termos de referência (Protocolos 373365/2011 e 373387/2011) que impossibilitaram o empenho/execução dos recursos planejados, conforme C.I. 197/GSE/SEMA/2011 - 05/09/2011 - que autorizou o estorno dos pedidos de empenho relativos aos termos de referência citados. Na C.I. o gabinete justifica o estorno dos empenhos em decorrência do cenário financeiro do Estado que apontou para a necessidade de rever os gastos dos órgãos.

Outros fatores como o não cumprimento das atribuições legais (Leis Federal nº 12.305/2010 e Estadual nº 7.862/2002) por parte dos gestores municipais, morosidade nos trâmites de processos licitatórios e o fato de que para contratação de consultoria para a realização do trabalho necessário para o Estudo de Regionalização do Estado, Elaboração do Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos e implantação de um Consórcio Público para gestão integrada de resíduos sólidos é obrigatória a autorização do Governador. Assim, esses fatos contribuem para o alongamento da burocracia e comprometem a utilização dos recursos levando ao resultado altamente deficiente no desempenho do programa 183.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O programa contribuiu para a promoção de mecanismos de ordenamento para a gestão de resíduos sólidos no Estado de Mato Grosso por meio do licenciamento ambiental, fiscalização e estímulo à participação social. Entretanto, essa contribuição ocorreu de modo precário devido às condições ocorrentes nas coordenadorias de Gestão de Resíduos Sólidos e de Fiscalização de empreendimentos com baixíssimo quantitativo técnico para acompanhamento deste programa e ausência de priorização do tema resíduos sólidos nas agendas dos gestores públicos estaduais dos escalões mais elevados e, também, dos municipais. Outro fato que contribuiu para redução da efetividade deste programa foi a greve dos funcionários da SEMA ocorrida em 2011. Fato que demonstra que as condições precárias se estendem a outros setores da SEMA.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: CIDADE-CIDADA (208)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12301-INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

IRREGULARIDADE DE ÁREAS URBANAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Objetivo do Programa:

PROMOVER A REGULARIZACAO DOS LOTEAMENTOS URBANOS DE JURISDIÇÃO DO ESTADO E DOS MUNICIPIOS.

Público Alvo:

POPULACAO DE BAIXA RENDA

Gestor(a) do Programa:

Ernani Adriano de Almeida Camargo

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	REGULARIZACAO URBANA DOS MUNICIPIOS	8.000,00	2.321,00	29,01	907.625,49	71.357,60	7,86
Produto / Unidade de Medida	LOTE REGULARIZADO/LOTE						
Ação	LEGALIZACAO DE LOTEAMENTOS URBANOS DA EXTINTA COHAB E CODEMAT	3.000,00	2.813,00	93,77	517.927,00	92.900,00	17,94
Produto / Unidade de Medida	TERMO DE AUTORIZACAO DE ESCRITURA EXPEDIDO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				61,39%			12,90%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
LOTES REGULARIZADOS	UNIDADE	15.300,00	47.300,00	8.000,00	0,00	
Fonte: INTERMAT						
TERMO DE AUTORIZACAO DE ESCRITURA	UNIDADE	47.918,00	59.918,00	3.000,00	0,00	
Fonte: INTERMAT						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
824.937,00	1.425.552,49	164.257,60	0,00	19,91	11,52

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

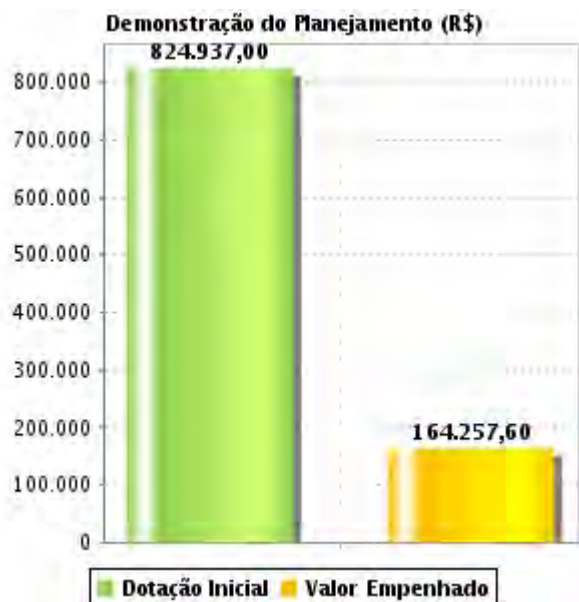
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **72,81%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 19,91%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 11,52%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (222)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

20101-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Origem do Programa:

CAPACIDADE LIMITADA DE GOVERNABILIDADE DOS MUNICIPIOS

Objetivo do Programa:

CONTRIBUIR PARA MELHORIA DO DESEMPENHO DOS GOVERNOS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DE SUA CAPACIDADE DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO MAIOR EFETIVIDADE DE SUAS AÇÕES JUNTO A SOCIEDADE.

Público Alvo:

ADMINISTRACOES MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Gestor(a) do Programa:

Marcia Silva Pereira Rivera

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	RESTRUTURAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PADIC	152,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA E DISPONIBILIZADAS/REGIÕES						
Ação	DESENVOLVIMENTO DA GESTAO DO PLANEJAMENTO ESTRATEGICO MUNICIPAL	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	APOIO AO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES	12,00		0,00	2.145,00	2.145,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	REUNIAO REALIZADA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				0,00%			33,33%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
-----------	-------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------	------------------



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

AMPLIAÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO	PERCENTUAL	0,00	5,00	5,00	0,00	
Fonte: SEFAZ/TCE						

Análise dos Indicadores do Programa:

Indicador:

Esta análise deve considerar a reprogramação da Seplan relativa ao remanejamento de recursos para viabilizar a atualização do plano de Longo Prazo (ação 3683). Assim, qualquer indicador que fosse estabelecido para medir os resultados do programa seria impactado.

Entretanto, registra-se a incapacidade do indicador demonstrar os resultados pretendidos.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
231.189,92	2.145,00	2.145,00	0,00	0,93	100,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

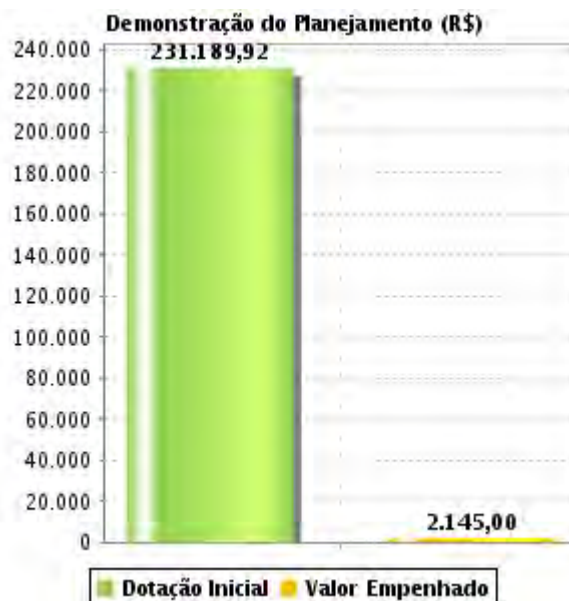
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **99,07%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 0,93%

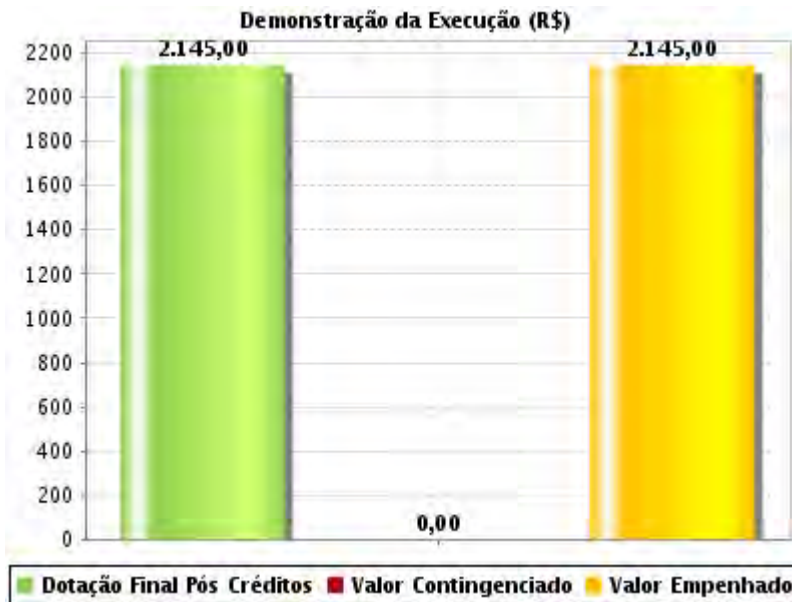




Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 100,00%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A execução do programa foi impactado, principalmente, pela reprogramação da Seplan (nova priorização) para viabilizar a atualização do plano de Longo Prazo no contexto da ação 3683, programa 219. Nesse ano, decidiu-se que os trabalhos do MT+20 traria maiores resultados para o Estado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O resultado registrado se explica, principalmente, pela reprogramação da Seplan para viabilizar a atualização do plano de Longo Prazo no contexto da ação 3683, programa 219, que exigiu novas definições de prioridades (conseqüentemente o remanejamento de recursos deste programa) o que resultou na inviabilidade da execução, particularmente da ação 3918.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: Desenvolvimento da região metropolitanado vale do rio Cuiabá (296)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

28101-SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Origem do Programa:

política públicas desarticuladas no âmbito da região metropolitana do vale do rio cuiabá.

Objetivo do Programa:

desenvolver mecanismos para integração de políticas públicasde interesse comum dos municípios da rmvrc.

Público Alvo:

POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS QUE ENVOLVE A REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ

Gestor(a) do Programa:

Rita de Cássia Oliveira Chilleto

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E PLANOS SETORIAIS	0,00	0,00	0,00	727.359,37	152.059,75	20,91
Produto / Unidade de Medida	PLANO DIRETOR ELABORADO/UNIDADE						
Ação	CRIAÇÃO DA ESTRUTURA GERENCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABA	0,00	1,00	100,00	11.485,80	3.704,00	32,25
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	APOIAR A ATUAÇÃO DAS CÂMARAS SETORIAIS DO AGLOMERADO URBANO CUIABÁ/V.GRANDE	1,00		0,00	685.840,00	100.429,44	14,64
Produto / Unidade de Medida	PLANO DIRETOR INTEGRADO ELABORADO - PDPI/UNIDADE						
Ação	ASSESSORAMENTO AO PLANEJAMENTO E GESTÃO NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO CUIABÁ	1,00		0,00	3.320,00	3.320,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	CAPACITACAO REALIZADA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				25,00%			41,95%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO INTEGRADO - PDPI	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	30,00	31/12/2011
Fonte: SEPLAN						
PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO CUIABÁ	PERCENTUAL	15,00	100,00	100,00	20,00	31/12/2011
Fonte: SEPLAN						

Análise dos Indicadores do Programa:

A elaboração do PDPI - Plano Diretor Participativo Integrado assim como dos 10 PDP - Planos Diretores Participativos prevista para 2011 foi bastante prejudicada pela transferência das atividades da SEPLAN para a SECID. Esta iniciativa determinou transferência de parte da equipe técnica inicialmente envolvida e dos recursos contratados junto ao Ministério das Cidades, ação esta que se mostrou trabalhosa e demorada pela complexidade que envolveu.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.850.665,50	1.428.005,17	259.513,19	0,00	14,02	18,17

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.
 ** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.
 Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

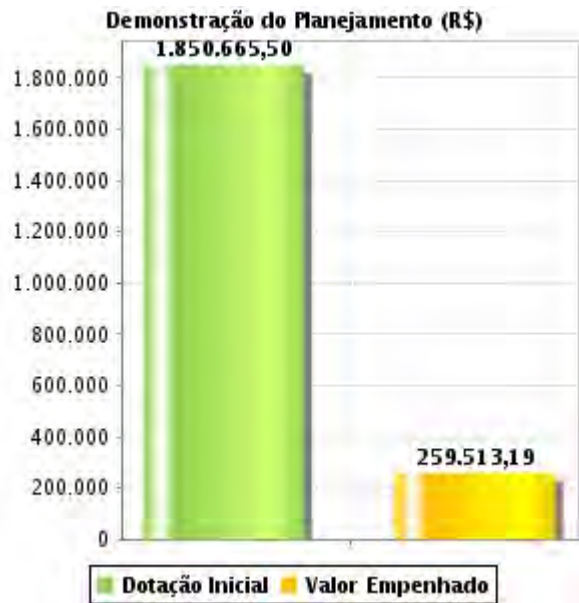
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **22,84%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 14,02%

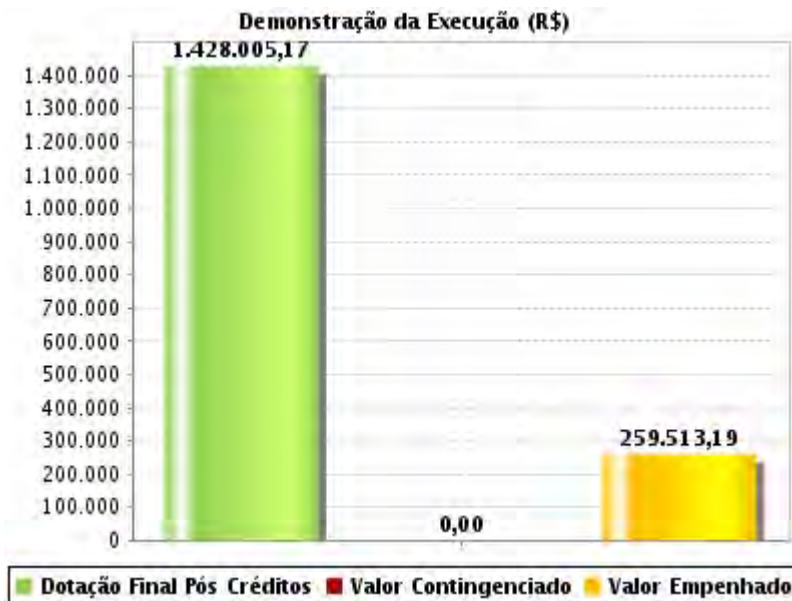


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 18,17%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Entendemos que a transferência do programa em execução na SEPLAN para a SECID envolveu dificuldades inúmeras entre as quais a lotação de técnicos e o respectivo orçamento. Os recursos não chegaram em tempo de viabilizar as ações planejadas, se tornou impossível cumprir o cronograma previsto.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Entendemos que um programa voltado ao atendimento das políticas metropolitanas é muito importante para o Estado de Mato Grosso se considerarmos a população envolvida (30% da população do estado), as heterogeneidades entre os municípios e a necessidade de se articular políticas de interesse comum.

Ao mesmo tempo temos conhecimento da dificuldade de se constituir instâncias compartilhadas de gestão, particularmente a gestão metropolitana por envolver os entes municipais.

O governo estadual discutiu bastante em 2011 qual a estrutura de gestão compartilhada mais eficiente até que se definiu pela constituição de uma Agência Metropolitana que atualmente debate junto aos municípios envolvidos, com a participação do MPE.

O Conselho Estadual das Cidades foi integrado a este programa e passou a atuar sob a coordenação da SECID, tendo sido realizadas duas Reuniões Ordinárias.

A estruturação da Secretaria de Estado das Cidades se mostrou demorada pela necessidade de novas instalações físicas, pela busca de técnicos em outras áreas de governo e mesmo a definição de orçamento condizente as ações da mesma, o que impactou de forma negativa na execução dos Programas em andamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: TURISMO SUSTENTÁVEL NA COPA (319)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04302-AGÊNCIA ESTADUAL DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA COPA DO MUNDO

Origem do Programa:

OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE MATO GROSSO

Objetivo do Programa:

INVESTIR SELETIVAMENTE EM ATRATIVOS TURÍSTICOS QUE TENHAM RELAÇÃO DIRETA COM A PRESENÇA DE VISITANTES DURANTE AS COMPETIÇÕES DA COPA DO MUNDO

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Mauricio Fernando Estrada

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE PROMOÇÃO TURÍSTICA	0,00	0,00	0,00	565.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARTICIPAÇÃO EM EVENTO/UNIDADE						
Ação	PROMOÇÃO DE ENCONTROS DE AGENTES DE VIAGEM	4,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SEMINÁRIO PROMOVIDO NA CIDADE DO ESTADO COM APELO TURÍSTICO/UNIDADE						
Ação	ESTÍMULO A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS SOBRE MATO GROSSO.	0,00	0,00	0,00	1.500.900,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROGRAMA DE TV PRODUZIDO/UNIDADE						
Ação	ESTABELECIMENTO DE REDE DE PONTOS DE DIVULGAÇÃO PARA A COPA DO MUINDÓ DO PANTANAL.	1,00	2,00	200,00	50.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	QUANTIDADE DE PONTO DE DIVULGAÇÃO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	SELEÇÃO DO DESTINOS TURÍSTICOS PRIORITÁRIOS NA BAIXADA CUIABANA	10,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	DESTINO TURÍSTICO SELECIONADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ESTABELECIMENTO DE PLANO DE AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DOS DESTINOS TURÍSTICOS SELECIONADOS	0,00	17,00	1.700,00	3.000.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	DESTINO TURÍSTICO DEFINIDO/UNIDADE						
Ação	CRIAÇÃO DE ROTEIROS E PARQUES TURÍSTICOS TEMÁTICOS PARA A COPA DO MUNDO DO PANTANAL	0,00	0,00	0,00	6.427.499,99	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ATRATIVO IMPLEMENTADO/PERCENTUAL						
Ação	ESTÍMULO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE TURISMO ECOLÓGICO E DE NEGÓCIOS	0,00	0,00	0,00	715.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	CADASTRAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS PARA A COPA DO MUNDO DO PANTANAL	19,00	0,00	0,00	485.000,00	316.205,72	65,20
Produto / Unidade de Medida	SEGMENTO CADASTRADO/UNIDADE						
Ação	DISSEMINAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DA FIFA AOS FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS PARA A COPA DO MUNDO DO PANTANAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SEMINÁRIOS REALIZADOS/UNIDADE						
Ação	CRIAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS CADÁSTROS DO SELO DA COPA	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SELO DA COPA IMPLANTADO/PERCENTUAL						
Ação	CRIAÇÃO DE NORMAS LEGAIS DE VANTAGENS COMPETITIVAS E INCENTIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	EMPRESAS QUALIFICADAS COM O SELO DA COPA/PERCENTUAL						
Ação	INVESTIMENTO NA QUALIFICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA PARA O RECEPÇÃO TURÍSTICO DA COPA DO MUNDO DO PANT	0,00	2.355,00	235.500,00	6.550.000,00	4.810.696,55	73,45
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	ESTÍMULO A PARCERIAS DE RECUPERAÇÃO DE SÍTIOS CULTURAIS E HISTÓRICOS	1,00	1,00	100,00	200.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA FIRMADA/UNIDADE						
Ação	FORTALECIMENTO DOS GRUPOS E ATIVIDADES CULTURAIS E HISTÓRICAS DE INTERESSE TURÍSTICO PARA COPA DO MUNDO	1,00	2,00	200,00	500.000,00	78.903,98	15,78
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA FIRMADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	DISSEMINAÇÃO DOS BENS CULTURAIS E HISTÓRICOS COM VISTAS A COPA DO MUNDO DO PANTANAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CATÁLOGOS E GUIAS PUBLICADOS/UNIDADE						
Ação	CRIAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ANUAL DE EVENTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS PARA CONSOLIDAR AS ATRAÇÕES TURÍSTICAS	1,00	0,00	0,00	2.800.000,00	20.000,00	0,71
Produto / Unidade de Medida	PROGRAMAÇÃO ANUAL DE EVENTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS CRIADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				13.982,35%			9,13%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ESTABELECIMENTOS QUALIFICADOS	PERCENTUAL	0,00	70,00	20,00	0,00	
Fonte: NAO INFORMADA						
GASTO MÉDIO DOS TURISTAS	DOLAR AMERICANO	320,00	1.500,00	400,00	0,00	
Fonte: EMBRATUR						
LEITOS EM HOTEL	UNIDADE	18.300,00	22.084,00	18.400,00	0,00	
Fonte: ABIH/MT						
PACOTES DE VIAGENS DISPONÍVEIS	UNIDADE	0,00	30,00	0,00	0,00	
Fonte: AGECOPA						
PERMANÊNCIA DE TURISTAS	DIA	5,00	15,00	7,00	0,00	
Fonte: EMBRATUR						

Análise dos Indicadores do Programa:

Em virtude da revisão das Ações e Projetos previstos para realização em 2011 feita pela nova gestão da Agência a partir de abril/2011, houve revisão do volume de ações a serem executadas no exercício. Desta forma, houve uma priorização das ações de Infra-Estrutura, imprescindíveis para realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 em Cuiabá. Para compensar a atuação da SECOPA na área de turismo, foram criadas as Camaras Temáticas com o objetivo de formular políticas e planos para implementação de ações na sua área de atuação, bem como o acompanhamento e articulação das ações interinstitucionais não executadas diretamente pela SECOPA, necessárias à realização da Copa do Mundo - FIFA 2014. As diversas ações na área de Turismo tiveram suas execuções repassadas para a Secretaria de estado de Turismo e os objetivos propostos quando da criação da AGECOPA para área de turismo foram reavaliados nas duas primeiras reuniões ocorridas em 2011. Sendo assim, não houve a atualização dos indicadores propostos no Programa.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
---------------------	-------------------------------	-----------------	----------------------	--	---



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

15.370.000,00	23.193.399,99	5.225.806,25	0,00	34,00	22,53
* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício. ** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado. Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos: • Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo; • Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom; • Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular; • Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente; • Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente					

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **50,90%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 34,00%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 22,53%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Os recursos previstos na LOA Inicial foram suplementados, pois havia uma expectativa de operacionalização do Plano Estruturante de Turismo para 17 municípios mato-grossenses em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo. Além disso, houve a necessidade de suplementação de recursos para honrar com contrato sub-rogado à AGE COPA para instalação do Teleferico em Chapada dos Guimarães. Estas duas responsabilidades adicionais assumidas pela AGE COPA impuseram a necessidade de suplementação de recursos. Porém, com a mudança na gestão da AGE COPA que ocorreu em Abril/2011 várias ações tiveram sua execução revista e, com a extinção da Agencia e criação da SECOPA em 30/09/2011, muitas ações previstas para acontecerem dentro do programa, foram repassadas à SEDTUR ou a outros órgãos competentes. Esta transferencia de responsabilidades ocorreu em virtude da criação da Câmara Temática de Turismo. Quanto a execução de 22,53% a mesma refere-se a compromissos assumidos em diversos Termos de Cooperação e Convenios, firmados para atender os objetivos especificos das ações 5081 (Qualificação de mão-de-obra), 7011 (Apoio as Comemorações aniversário de Cuiabá), 5077 (Estudo dos fornecedores de suprimentos para atender as demandas da Copa do Mundo) e 7013 (Apoio a realização do prêmio de pesquisa fotográfica do Pantanal Arne Sucksdorff)

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Na busca de melhorar os Indices propostos no Planejamento do Programa, foi idealizada uma parceria com a SEDTUR para elaboração do Plano Estruturante do Setor Turístico para o estado. Este Plano foi descontinuado e a partir de 30/09/2011 a SECOPA, manteve seus compromissos assumidos nas áreas de qualificação de mão-de-obra e na realização de estudos diversos visando identificar a capacidade turística do estado para atender aos visitantes durante a Copa do Mundo FIFA 2014. Para fazer frente aos diversos desafios inerentes a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, o governo do estado publicou o Decreto 777 de 18/10/2011 criando diversas Câmaras Temáticas, dentre as quais está a Câmara Temática de Desenvolvimento do Turismo que tem como objetivos especificos:

- I - elaborar o diagnóstico do setor para consolidar o Plano Estratégico do Turismo de Mato Grosso para a Copa do Mundo - FIFA 2014;
- II - avaliar os atrativos prioritários de Cuiabá e de 17 municípios de interesse turístico, permitindo a adoção de medidas para melhorar a recepção aos turistas;
- III - elaborar diagnóstico da rede hoteleira visando à ampliação e melhoria dos serviços ofertados;
- IV - estruturar a oferta de equipamentos, serviços e atrativos turísticos, com a necessária adequação da infraestrutura e qualificação profissional, além da promoção e apoio à comercialização, visando sua sustentabilidade;
- V - promover a marca do Estado, nacional e internacionalmente, divulgando os diversos e variados atrativos turísticos para consolidar o Estado como importante roteiro turístico.

Desta forma os resultados previstos para ocorrerem no Programa 319 continuarão sendo buscados por diversas instituições ligadas ao Trade Turístico, em especial a Secretaria de Estado do Desenvolvimento do Turismo (SEDTUR).



Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

06

**Ampliação do emprego e da renda
da população, aumento do PIB
per capita e elevação da população
ocupada com carteira assinada**





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: FORMAÇÃO QUALIFICADA DE RECURSOS HUMANOS (196)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

26101-SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Origem do Programa:

BAIXA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO ESTADO, ALIADA A OFERTA INSUFICIENTE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE QUALIDADE.

Objetivo do Programa:

AMPLIAR A FORMAÇÃO TÉCNICA E CIENTIFICA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, ATRAVÉS DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

Público Alvo:

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Gestor(a) do Programa:

Rita Francisca Gomes Bezerra Casseb

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE TANGARA DA SERRA	1,00	1,00	100,00	664.100,00	577.034,47	86,89
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE RONDONOPOLIS	1,00	1,00	100,00	643.095,50	575.869,51	89,55
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENCAO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCACAO PROFISSIONAL DE BARRA DO GARCAS	1,00	1,00	100,00	517.027,00	454.633,89	87,93
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SINOP	1,00	1,00	100,00	564.044,00	491.607,11	87,16
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ALTA FLORESTA	1,00	1,00	100,00	535.680,00	510.524,99	95,30
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	MANUTENCAO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCACAO PROFISSIONAL DE DIAMANTINO	1,00	1,00	100,00	568.438,00	464.168,15	81,66
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA O ENSINO SUPERIOR	5,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE						
Ação	MATO GROSSO VESTIBULAR SOCIAL	200,00	23.000,00	11.500,00	15.300.000,00	15.278.960,00	99,86
Produto / Unidade de Medida	ALUNOS ATENDIDOS/ALUNO						
Ação	ACOMPANHAR, SUPERVISIONAR E AVALIAR OS CURSOS DAS IES DO SISTEMA	3,00	2,00	66,67	160.800,00	17.015,60	10,58
Produto / Unidade de Medida	INSTITUIÇÕES E CURSOS ACOMPANHADOS E AVALIADOS/PERCENTUAL						
Ação	ACOMPANHAR E AVALIAR A OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	100,00	100,00	100,00	206.190,00	42.985,00	20,85
Produto / Unidade de Medida	INSTITUIÇÕES E CURSOS ACOMPANHADOS E AVALIADOS/PERCENTUAL						
Ação	ARTICULAÇÃO E SUPORTE PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	3,00	2,00	66,67	428.580,47	335.576,20	78,30
Produto / Unidade de Medida	ARTICULAÇÃO E SUPORTE REALIZADOS/UNIDADE						
Ação	ARTICULAÇÃO E SUPORTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	18,00	100,00	555,56	6.024.808,71	4.943.713,01	82,06
Produto / Unidade de Medida	ARTICULAÇÃO E SUPORTE REALIZADOS/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE CUIABÁ	1,00	1,00	100,00	78.870,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE CÁCERES	2,00	1,00	50,00	62.169,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JUARA	1,00	1,00	100,00	62.169,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MATUPÁ	1,00	1,00	100,00	62.169,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE LUCAS DO RIO VERDE	1,00	1,00	100,00	551.323,00	460.091,46	83,45
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE ÁGUA BOA	1,00	1,00	100,00	62.169,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE CAMPO VERDE	1,00	1,00	100,00	146.179,00	60.868,54	41,64
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE PRIMAVERA DO LESTE	1,00	1,00	100,00	62.169,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SORRISO	1,00	1,00	100,00	62.169,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE POXORÉO	1,00	1,00	100,00	546.254,00	419.134,09	76,73
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DAS ESCOLAS TÉCNICAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	6,00	100,00	1.666,67	894.032,06	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				674,15%			44,43%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NUMERO DE PROJETOS ARTICULADOS	UNIDADE	32,00	122,00	0,00	0,00	
Fonte: .						
PROFISSIONAIS QUALIFICADOS	UNIDADE	2.870,00	11.480,00	2.870,00	0,00	
Fonte: CEPROTEC						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
13.289.107,47	28.212.435,74	24.632.182,02	0,00	185,25	87,26

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

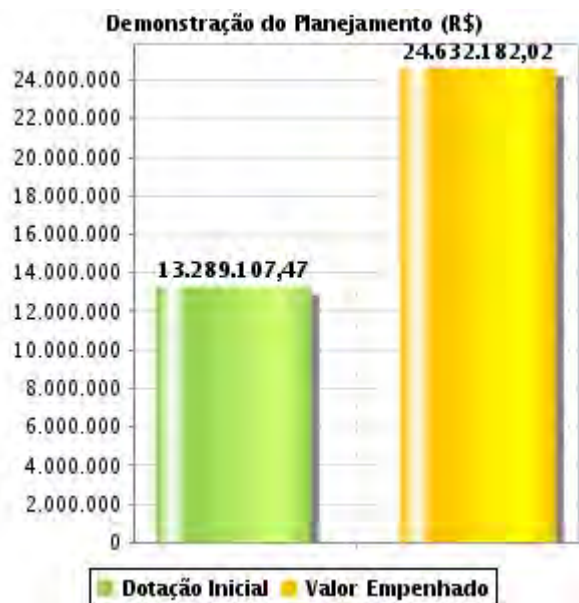
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **112,30%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 185,25%

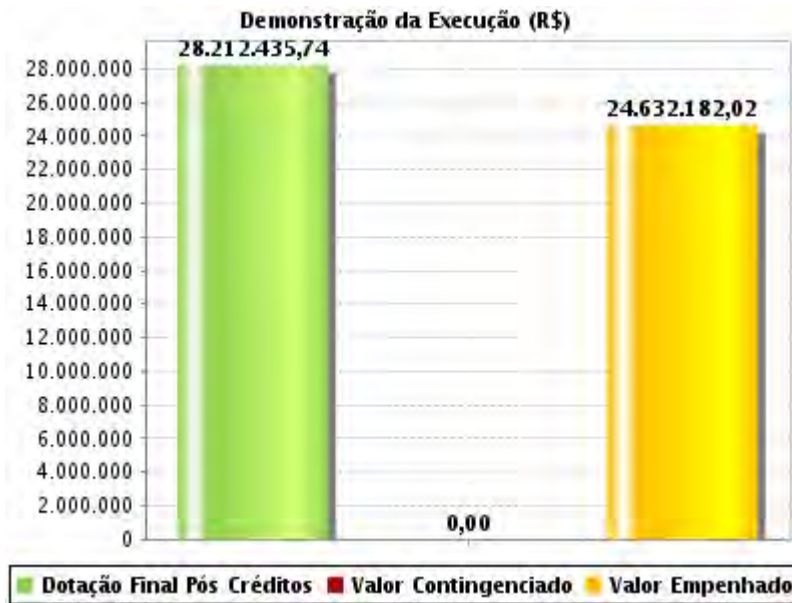


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 87,26%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO REGIONAL/MT-REGIONAL (256)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Origem do Programa:

DESIGUALDADES INTRA E INTER-REGIONAIS

Objetivo do Programa:

ALAVANCAR AS POTENCIALIDADES REGIÕES POR MEIO DA INTEGRAÇÃO E FOCALIZAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS.

Conforme L.C.413 de 20/12/2010- Artº.05 parágrafo 4º Ficam transferidas da Casa Civil p/ a Secretaria de Estado Rural e Agricultura Familiar - SEDRAF, as competências, estrutura organizacional, cargos em comissão e funções de confiança do Programa MT Regional, criado pela Lei nº 8.697 de 02 de agosto de 2007.

Público Alvo:

REPRESENTANTES DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE DESENV. ECON. E SÓCIO AMB., PRODUTORES E EMPREND. DAS REGIÕES

Gestor(a) do Programa:

Paulo Ernesto Kluge

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	COORDENAÇÃO E GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA MT REGIONAL	0,00	80,00	8.000,00	253.133,46	223.983,53	88,48
Produto / Unidade de Medida	AÇÕES EXECUTADAS, MONITORADAS E AVALIADAS/UNIDADE						
Ação	FOMENTO AO ARTESANATO MATOGROSSENSE	45,00		0,00	1.907.500,00	1.400.744,45	73,43
Produto / Unidade de Medida	PROJETO APOIADO/PROJETO						
Ação	INCENTIVO À INDUSTRIALIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	70,00	15,00	21,43	73.600,00	70.000,00	95,11
Produto / Unidade de Medida	EMPRESA BENEFICIADA E ACOMPANHADA/UNIDADE						
Ação	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL AOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS	0,00	60,00	6.000,00	771.737,24	763.737,31	98,96
Produto / Unidade de Medida	CONSÓRCIOS CONSOLIDADOS/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DO MT+20	1,00	0,00	0,00	1.995,00	1.995,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PUBLICAÇÃO COM AVALIAÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						
Ação	APOIO TÉCNICO AO PROGRAMA MT REGIONAL	15,00	5,00	33,33	2.655,00	2.655,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	EVENTOS DE DISCUSSÕES E PLANEJAMENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DA TECNOLOGIA NAS REGIÕES	4,00		0,00	10.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS REGIONAIS EXECUTADOS/UNIDADE						
Ação	APOIO ÀS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA	4,00	3,00	75,00	6.000,00	4.190,00	69,83
Produto / Unidade de Medida	CADEIAS PRODUTIVAS APOIADAS/UNIDADE						
Ação	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APLs	18,00	18,00	100,00	340.450,00	93.300,00	27,40
Produto / Unidade de Medida	EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO REALIZADOS/UNIDADE						
Ação	APOIO ÀS INICIATIVAS REGIONAIS DO TURISMO	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CONSÓRCIOS ATENDIDOS/UNIDADE						
Ação	ACOMPANHAMENTO E APOIO TÉCNICO AO PROGRAMA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				1.293,61%			59,38%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
DIFERENÇA ENTRE A MAIOR E A MENOR TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB DAS REGIÕES	PERCENTUAL	22,10	22,10	22,10	22,10	
Fonte: IBGE / SEPLAN						
DIFERENÇA ENTRE O MAIOR E O MENOR ÍNDICE COMPARATIVO DE RENDA PER CAPITA	PERCENTUAL	235,14	235,14	235,14	235,14	
Fonte: IBGE/SEPLAN						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

DIFERENÇA ENTRE O MAIOR E O MENOR ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NO TOTAL EXPORTADO PELO ESTADO	PERCENTUAL	59,00	59,00	59,00	59,00	
Fonte: MDIC						
UNIDADES DESCENTRALIZADAS IMPLANTADAS	UNIDADE	0,00	64,00	64,00	64,00	
Fonte: Não informado						

Análise dos Indicadores do Programa:

Estes indicadores não são processados por esta U.O. portanto foram considerados os valores apurados como sendo atingidos.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
9.034.885,00	3.367.070,70	2.560.605,29	0,00	28,28	75,88

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **62,73%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 28,28%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 75,88%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O Programa 256 se refere ao Programa de Desenvolvimento Regional - MT Regional, o qual até 2010 estava subordinado à Casa Civil. Com a transformação da SEDER em SEDRAF, este programa foi transferido para a nova Secretaria, promovendo uma redução dos servidores envolvidos no programa com consequente redução das ações executadas, além da retenção orçamentária por parte da Casa Civil do montante anteriormente planejado. Desta forma a dotação final da fonte 101 foi altamente reduzida, embora tenha executado cerca de 78% da dotação final e quase a totalidade da dotação final da fonte 100.

Quanto à execução COFD, como foram executados 75,88% e cujo resultado atende às expectativas pelo processo de gestão adotado em 2011, não faremos nenhuma consideração adicional.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Este Programa tem como finalidade reduzir as desigualdades regionais através de atendimento às demandas oriundas das instituições e pequenos produtores rurais, tanto na capacitação dos agricultores quanto na distribuição de insumos para suas produções. Desta forma o Programa atendeu aos seus objetivos.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: CONSTRUINDO A COPA (315)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04103-SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA DO MUNDO - FIFA 2014

Origem do Programa:

SELEÇÃO DA CIDADE DE CUIABÁ MT PARA SEDIAR OS JOGOS DA COPA DO MUNDO PANTANAL 2014

Objetivo do Programa:

DOTAR A CIDADE SEDE DA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA RECEBER OS JOGOS DA COPA DO MUNDO DO PANTANAL

Público Alvo:

sociedade matogrossense

Gestor(a) do Programa:

Marcelo de Oliveira e Silva

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ESTRUTURAÇÃO DA ARENA MULTIUSO	67,00		0,00	186.949.645,6 1	85.275.908,85	45,61
Produto / Unidade de Medida	ARENA MULTIUSO ESTRUTURADA/PERCENTUAL						
Ação	ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DO ENTORNO DA ARENA MULTIUSO	0,00		0,00	128.826.218,1 4	463.503,80	0,36
Produto / Unidade de Medida	ÁREA URBANIZADA/PERCENTUAL						
Ação	ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS DE TREINAMENTO	49,00	25,00	51,02	39.424.100,00	299.100,00	0,76
Produto / Unidade de Medida	CENTRO DE TREINAMENTO ESTRUTURADO/PERCENTUAL						
Ação	ESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DE DIVERSÃO PARA A COPA DO MUNDO DO PANTANAL (FAN FEST E FAN PARKS)	0,00	30,00	3.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CENTROS DE DIVERSÃO ESTRUTURADOS /PERCENTUAL						
Ação	AMPLIAÇÃO DA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANAS NA REGIÃO METROPOLITANA PARA COPA	0,00	12,00	1.200,00	311.367.673,6 4	35.029.686,01	11,25
Produto / Unidade de Medida	OBRA REALIZADA/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ARTICULAÇÃO DE MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA NA REGIÃO	0,00	1,00	100,00	380.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA REALIZADA/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO DE PLANO DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE TIC DE MATO GROSSO	1,00		0,00	2.000.000,00	316.840,00	15,84
Produto / Unidade de Medida	PLANO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	INSERÇÃO DE REQUISITOS DE GOVERNANÇA, GERENCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE NOS REQUISITOS DAS LICITAÇÕES	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARÂMETRO DEFINIDO/UNIDADE						
Ação	INSERÇÃO DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS DE INCENTIVO AO ESPORTE, EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	0,00	4,00	400,00	1.289.591,05	962.594,52	74,64
Produto / Unidade de Medida	ATIVIDADE REALIZADA/UNIDADE						
Ação	FOMENTO A REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS PARA A POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA E DAS REGIÕES TURÍSTICAS	0,00	1,00	100,00	400.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETO REALIZADO/PERCENTUAL						
Ação	ESTABELECIMENTO DE CENTRO DE CONTROLE DA COPA (SALA DE SITUAÇÃO)	100,00		0,00	130.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MONITORADA/PERCENTUAL						
Ação	CONTRIBUIÇÃO COM A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO NA PROGRAMAÇÃO DA COPA	0,00	1,00	100,00	1.519.720,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ACESSO SEM FIO EM LOCAIS DE INTERESSE TURÍSTICO DA COPA DO MUNDO DO PANTANAL	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	LOCAL DE INTERESSE PÚBLICO COM SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL E INTERNET/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO DE PLANO DE LEGADOS FÍSICOS RESULTANTES DA COPA DO MUNDO DO PANTANAL	0,00		0,00	350.000,00	58.800,00	16,80
Produto / Unidade de Medida	PLANO DE LEGADOS IMPLANTADO/PERCENTUAL						
Ação	IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE CARBONO ZERO DA NOVA ARENA MULTIUSO	0,00	28.000,00	2.800.000,00	1.508.400,00	950.000,00	62,98
Produto / Unidade de Medida	ÁRVORE PLANTADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	186.996,73 %	15,22%
-----------------------------------	-----------------	--------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
DOMICÍLIOS COM REDE COLETORA DE ESGOTO	PERCENTUAL	13,01	15,74	15,74	0,00	
Fonte: N/D						
LEITOS POR HABITANTES	LEITOS/1000 HAB	2,99	3,62	3,62	0,00	
Fonte: .						
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	UNIDADE	1.493,00	1.646,03	1.646,03	0,00	
Fonte: N/D						
PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA	REAL	13.365,00	14.734,91	14.734,91	0,00	
Fonte: N/D						
TAXA DE DESEMPREGO	PERCENTUAL	9,13	8,24	8,24	0,00	
Fonte: N/D						
TAXA DE URBANIZAÇÃO	PERCENTUAL	76,26	80,90	80,90	0,00	
Fonte: N/D						

Análise dos Indicadores do Programa:

Em Setembro de 2010, quando foi elaborado o orçamento da AGE COPA para 2011, havia uma proposição de planejamento baseado na Estrutura da Agência que era no formato de colegiado. No início de 2011 houve uma mudança na Estrutura da Agecopa passando a ser regida no formato de Presidência, com um novo Gestor para a Agência e como consequência novas prioridades foram destacadas e todas as ações foram revistas, inclusive os indicadores, pois não apresentavam a mensuração necessária para efetivar a avaliação e desempenho do Programa. Para o ano de 2012, com o estudo do novo PPA, houve uma nova proposta para avaliação do Programa até 2014: -Taxa de cumprimento das metas para realização da Copa 2014-.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
686.258.365,66	677.145.348,44	123.356.433,18	0,00	21,47	21,76

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

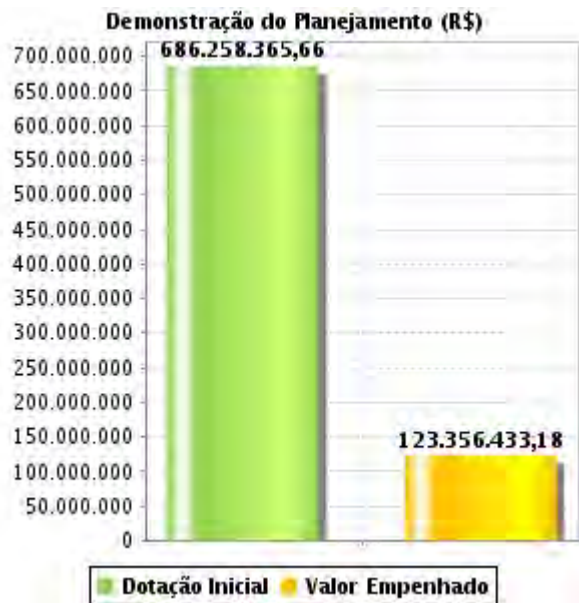


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **1,33%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 21,47%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 21,76%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Considerando que o Programa 315 Construindo a COPA, se refere as ações de infraestrutura necessária para a realização da COPA em Cuiabá, em 2011 as atividades realizadas foram as que necessitam de maior prazo para a execução, tais como a Construção da Arena, onde atualmente está com 35% da obra executada, Mobilidade Urbana, com projetos e obras de desbloqueio em execução, tendo problemas apenas em relação às obras de Travessia Urbana nas Rodovias Federais por conta do atraso da análise e aprovação dos projetos no DENIT, além da troca do modal de transporte coletivo e Centro de Treinamento onde esteve na fase de definição de locais e elaboração de projetos. A não completa realização orçamentária deve-se a alguns imprevistos ocorridos ao longo do ano, por exemplo, a mudança de regime colegiado para presidência e por conta disto muitos projetos foram reavaliados atrasando a realização do orçamento previsto. E com a revisão dos projetos, não houve necessidade em 2011 firmar convênio com o Governo Federal e quanto ao financiamento, o contrato com o BNDES e Caixa, teve morosidade para a liberação do recurso.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Para dotar Cuiabá de infra-estrutura necessária para receber os jogos da Copa do mundo do Pantanal, é necessário que haja um Estádio para a realização dos jogos, Centro de Treinamento para as equipes, FAN FEST um espaço onde passará os jogos em um telão e a realização de outros eventos e acessibilidade entre aeroporto e o estádio e centros de treinamento, em vista disto em 2011, o Programa se concentrou nessas principais ações, em especial na Construção Arena, onde o prazo de execução necessita de um prazo maior, na Mobilidade Urbana e Centros de Treinamentos. A real efetividade do programa deu-se com a discussão, definição e início da execução dos grandes projetos para Copa 2014.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: NOVOS CAMINHOS (318)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04302-AGÊNCIA ESTADUAL DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA COPA DO MUNDO

Origem do Programa:

O CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL QUE A COPA DO MUNDO DE 2014 PODE PROPORCIONAR A MATO GROSSO

Objetivo do Programa:

CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Agripino Bonilha Filho

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	GESTÃO DAS AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS	0,00		0,00	140.000,00	13.940,40	9,96
Produto / Unidade de Medida	ARTICULAÇÃO PROMOVIDA/PERCENTUAL						
Ação	DEFINIÇÃO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS PARA MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA COM VISTAS A COPA DO MUNDO DO PA	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	INDICADORES FIFA ATENDIDOS/PERCENTUAL						
Ação	DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE SAÚDE, DE QUALIDADE DE VIDA E OUTROS NECESSÁRIOS, COM INDICADORES, PARA ATENDIMEN	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PLANO TÁTICO OPERACIONAL ELABORADO/UNIDADE						
Ação	ESTÍMULO À LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA CUMPRIMENTO DAS METAS E INDICADORES PARA A COPA	50,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DOS INDICADORES ATINGIDOS/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ENVOLVIMENTO DAS ESCOLAS E ALUNOS NO VOLUNTARIADO SOCIAL PARA A COPA DO MUNDO DO PANTANAL	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ESTIMULADA/UNIDADE						
Ação	ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES COM ASCENDÊNCIA ESTRANGEIRA NO VOLUNTARIADO SOCIAL DA COPA DO MUNDO DO PANTANAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	COMUNIDADE MOBILIZADA/UNIDADE						
Ação	ESTÍMULO A REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA FIRMADA/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO DE PLANO DE MOBILIZAÇÃO PARA O VOLUNTARIADO PARA A COPA DO MUNDO DO PANTANAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PLANO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE SEGURANÇA E DE DEFESA CIVIL, COM INDICADORES, PARA ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DA	1,00		0,00	6.185.000,00	390.000,00	6,31
Produto / Unidade de Medida	PLANO DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL IMPLEMENTADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				0,00%			1,81%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
DOMICÍLIOS COM REDE COLETORA DE ESGOTO	PERCENTUAL	13,01	15,74	15,74	0,00	
Fonte: N/D						
DROGAS APREENDIDAS	QUILOGRAMA	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: PF						
ESTABELECIMENTOS DE ENSINOS CADASTRADOS PROJETOS COPA	PERCENTUAL	0,00	10,00	0,00	0,00	
Fonte: AGE COPA						
IDH	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: PNUD						
INDICE DE HOMICÍDIOS	HOMIC/100.000H	28,70	24,39	24,39	0,00	
Fonte: POLICIA JUDICIÁRIA CIVIL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

REFORMA AEROPORTO	PERCENTUAL	0,00	100,00	10,00	0,00
Fonte: INFRAERO					

Análise dos Indicadores do Programa:

Nos índices propostos no programa, não foi possível atualizá-los. No que se refere a reforma definitiva do aeroporto, ainda não tivemos o início, uma vez que ainda se encontra em fase de elaboração do projeto executivo da obra. Nos demais índices, não houveram o acompanhamento devido ao processo de revisão das ações e programas e inclusive a mudança na Gestão da Agecopa.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.492.000,00	6.325.000,00	403.940,40	0,00	27,07	6,39

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

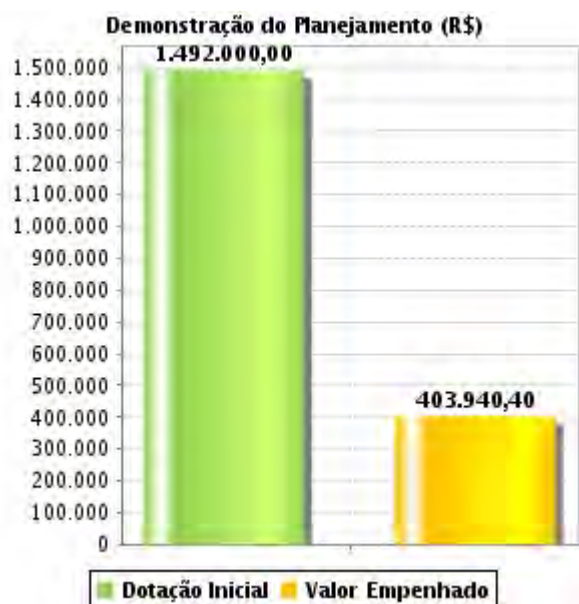
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **323,93%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 27,07%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 6,39%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Com a nova Gestão da AGE COPA a partir de abril/2011, os Programas e Ações da Agência foram todos revisados e os recursos foram priorizados nas ações de infra-estrutura. Deste modo não tivemos efetivamente a execução orçamentária prevista do programa. Cabe ressaltar que o aumento orçamentário contante na dotação final foi no sentido de viabilizar o contrato com a empresa da Global Tech, dentro da ação 5887, para a aquisição dos radares móveis. Devido ao posterior cancelamento do contrato com a Global Tech, tivemos o estorno do empenho e conseqüentemente a baixa porcentagem de empenho em relação a dotação final.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Com a nova Gestão da AGE COPA a partir de abril/2011, os Programas e Ações da Agência foram todos revisados. Podemos salientar, que no que tange ao objetivo do programa foi idealizado um projeto social "Pintando a Copa" que visa o envolvimento da comunidade escolar da rede pública de Cuiabá e Várzea Grande nos preparativos para a Copa do Mundo. Este projeto ainda não foi celebrado, tendo previsão de celebração no primeiro trimestre de 2012. Temos também dentro do objetivo do programa, a preocupação com a parte da melhoria da segurança. Neste sentido, estão em elaboração alguns projetos de construção de bases de segurança e também a contratação de uma empresa na área de Planejamento de segurança, visando a melhoria dos índices de segurança propostos nos indicadores de segurança.



Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

07

**Preservação do patrimônio
histórico e cultural de
Mato Grosso**





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: INTERCÂMBIO E INTEGRAÇÃO CULTURAL (206)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

23101-SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Origem do Programa:

AUSÊNCIA DE AGENTES CULTURAIS HABILITADOS E CAPACITADOS QUE DIVULGUEM A PRODUÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE MATO GROSSO EM OUTROS ESTADOS E PAÍSES, DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO E PATROCÍNIO PARA PROMOÇÃO DE TALENTOS EXISTENTES NO ESTADO; CARÊNCIA DE ATIVIDADES CULTURAIS EM MATO GROSSO.

Objetivo do Programa:

VIABILIZAR SUPORTE FINANCEIRO, TÉCNICO E LOGÍSTICO AOS ARTISTAS DE MATO GROSSO, DIVULGANDO NOSSA CULTURA EM OUTROS ESTADOS, AMPLIANDO, VALORIZANDO E FOMENTANDO OS TALENTOS EXISTENTES NO ESTADO E, CONSEQUENTEMENTE, PROPORCIONANDO À SOCIEDADE OPÇÕES DE CULTURA, ENTRETENIMENTO E LAZER.

Público Alvo:

SOCIEDADE EM GERAL

Gestor(a) do Programa:

Romulo Stefano Wanderley Fraga

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO DOS PROJETOS CULTURAIS	295,00	219,00	74,24	6.106.612,57	5.495.574,16	89,99
Produto / Unidade de Medida	PROJETO CULTURAL APOIADO/PROJETO						
Ação	REALIZAÇÃO DE AÇÕES ARTÍSTICO - CULTURAIS	100,00	387,00	387,00	15.125.050,26	12.947.776,60	85,60
Produto / Unidade de Medida	EVENTOS CULTURAIS REALIZADOS/NUMERO						
Ação	REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO CULTURAL NACIONAL E INTERNACIONAL	5,00	5,00	100,00	57.360,00	57.360,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	INTERCÂMBIO CULTURAL REALIZADO/NUMERO						
Índice médio geral de realização:				187,08%			91,87%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ARTISTAS REGIONAIS EM EVENTOS DO ESTADO, NACIONAIS E INTERNACIONAIS	EVENTO	16,62	52,55	52,55	48,37	
Fonte: SECRETARIA DE CULTURA						
TAXA DE PROJETOS VIABILIZADOS	PROJETO	25,33	32,00	32,00	22,34	
Fonte: SECRETARIA DE CULTURA						

Análise dos Indicadores do Programa:

Em análise aos índices apurados no exercício de 2011, ressaltamos que a participação dos artistas regionais nos eventos em relação a demanda atingiu 92% do previsto inicialmente. Essa taxa corresponde às Ações 2377 e 2379. Com relação à Ação 2181, o índice apurado de projetos aprovados em relação aos projetos recebidos foi de 70% do previsto. Diante do exposto, justica-se o bom resultado da taxa de participação de artistas regionais em eventos aos créditos adicionais recebidos durante o exercício, possibilitando um maior atendimento em relação a demanda. Levando-se em consideração a taxa de projetos viabilizados, 22,34% em relação ao previsto, justificamos o ocorrido devido a grande quantidade de proponentes que não se enquadraram as exigências do edital do PROAC 2011.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
14.699.354,01	21.289.022,83	18.500.710,76	0,00	125,63	86,74

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

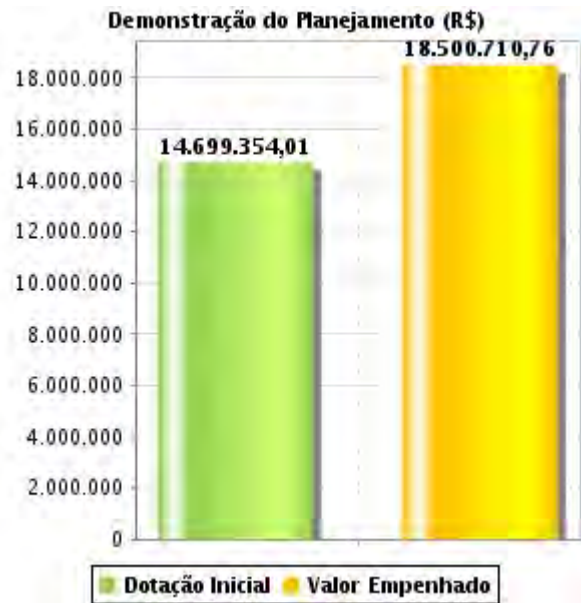
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **44,83%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 125,63%

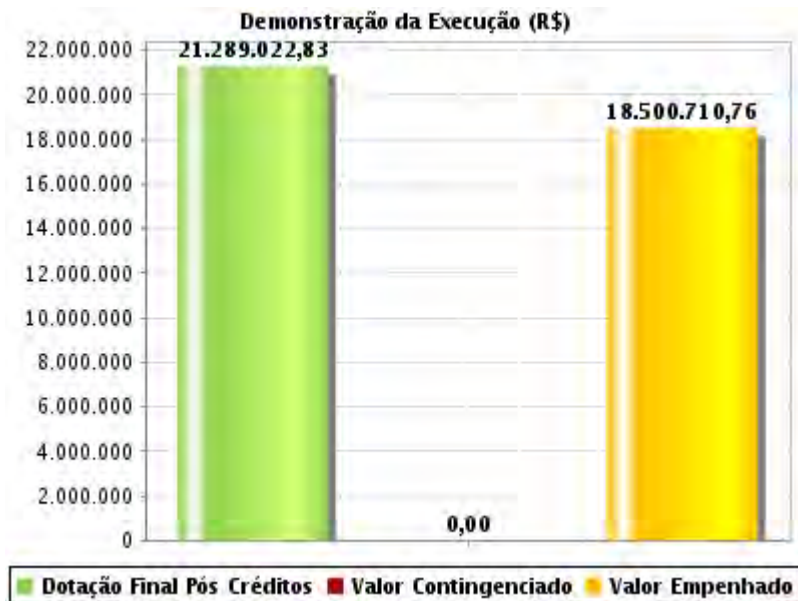


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 86,74%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Na tabela da Realização Orçamentária e Financeira da Ação em análise ressaltamos que a fonte 261 trata do projeto "Rede Pontos de Cultura de Mato Grosso", que é resultante de convênio com o Governo Federal. O valor do crédito adicional em R\$ 1.847.312,15 em relação a Dotação inicial da LOA de R\$ 1.600.000,00, totalizando R\$ 3.447.000,00, é referente ao superávit financeiro do exercício de 2010, a segunda parcela de repasse do Governo Federal, a contrapartida do Governo do Estado (R\$ 800.000,00) e aplicação financeira da conta corrente do convênio. O valor de R\$ 1.963.098,62 não empenhado durante o exercício de 2011 é aplicado em 2012 como superávit financeiro para atendimento aos Pontos de Cultura conveniados pelo projeto que não prestaram conta da parcela recebida no mesmo exercício. No total são 39 Pontos Cultura conveniados.

Dessa forma, se considerarmos apenas as Dotações Iniciais, Finais e os Valores Empenhados nas fontes 100 e 104, a Secretaria de Estado de Cultura apresenta boa capacidade de execução, 98,23% e 93,47%, respectivamente. Isso representa a resposta da gestão a crescente demanda do setor cultural do estado, nos seus mais variados segmentos. Na Ação 2377, a fonte 100 apresenta o valor empenhado de R\$ 6.717.229,00, pouco abaixo dos R\$ 6.838.400,00 da Dotação Final da LOA. Estes recursos foram oriundos, principalmente, de emendas parlamentares ao Orçamento da Secretaria de Estado de Cultura e aplicados em eventos culturais diversos por meio de convênios, principalmente, com as Prefeituras dos municípios do estado. A fonte 104 da mesma Ação apresenta o valor empenhado de R\$ 4.731.962,26, também pouco abaixo da Dotação Final da LOA de R\$ 4.839.338,11. Este recurso é aplicado diretamente nos eventos culturais realizados e apoiados pela Secretaria de Estado de Cultura, sob a gestão das Coordenadorias Ações Artístico-Culturais e Eventos.

Na Ação 2379, que se utiliza apenas da fonte 104 não houve entre o valor empenhado e a Dotação Final da LOA.

Na Ação 2181, que também se utiliza apenas da fonte 104, a diferença entre o valor empenhado e a Dotação Final da LOA é de R\$ 611.038,41. Esta Ação tem a gestão do Conselho Estadual de Cultura que promove anualmente Editais de apoio a projetos culturais, o PROAC (Programa de Apoio a Cultura). A diferença dos valores apontados é motivada, principalmente, pelo não conveniamento de proponentes, que apresentaram pendências documentais ou, mesmo, por desistência.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Analisando-se os resultados da Ação 2377 quanto ao que foi planejado inicialmente e a sua execução durante o exercício de 2011, destacamos o crescimento substancial na demanda externa por eventos culturais nas Regiões de Planejamento do estado III (Nordeste) e IV (Leste). Um ponto muito positivo, dada à deficiência em anos anteriores de se realizar eventos nessas Regiões localizadas no Vale do Rio Araguaia.

Com os recursos da Ação 2377 passou-se a realizar também uma maior quantidade de convênios motivada pelo crédito adicional resultante de emendas parlamentares. Os recursos financeiros em sua grande maioria utilizados na realização de eventos populares e tradicionais dos municípios.

No que se refere às atividades diretas das Coordenadorias responsáveis pela Ação, Ações Artístico-Culturais e Eventos, destacamos o ótimo desempenho das gerências de Artes Cênicas, Artes Visuais e Música, com a celebração de parcerias com Instituições do estado, como o Instituto Centro Vida, ICV, a Associação Matogrossense dos Municípios, AMM, o SEBRAE e o SESI. Estas parcerias contribuíram significativamente para o aumento da quantidade de eventos culturais realizados no exercício de 2011 em detrimento ao planejado inicialmente.

Na mesma perspectiva, a Ação 2379, também teve destaque pela participação de artistas matogrossenses em eventos realizados em outros estados brasileiros e países e a vinda a Mato Grosso de pesquisadores da cultura, que proporcionaram capacitação aos artistas e profissionais da cultura no estado.

Podemos destacar também no exercício de 2011 a consolidação do projeto Pavilhão das Artes como um centro cultural, sendo para o PPA 2012-2015 formalizado não mais como atividade e sim como Ação; o segundo ano de parceria da Secretaria de Estado de Cultura na realização do Festival Cururu e Siriri de Mato Grosso; a celebração da diversidade cultural por meio da realização da 2ª Feira do Livro Indígena de Mato Grosso e Encontro Regional dos Pontos de Cultura do Centro Oeste, realizados em Cuiabá.

Na Ação 2381, de responsabilidade do Conselho Estadual de Cultura, destacamos a quantidade de projetos apoiados nas Regiões de Planejamento do estado IV (Leste) com 17, V (Sudeste) com 14 e XII (Centro Norte) com 11. Um dos pontos positivos em evolução nos últimos anos é a distribuição dos recursos entre o Vale do Rio Cuiabá e as demais Regiões do estado, 33% e 67%, respectivamente. Outra questão a se destacar é a melhora qualitativa na análise dos projetos e prestação de contas com mudanças na organização interna da Secretaria Executiva do Conselho.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL (207)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

23101-SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Origem do Programa:

AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA, VOLTADA PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, QUE PRESERVA A RIQUEZA DE BENS CULTURAIS QUE TEMOS EM NOSSO ESTADO E CONSCIENTIZE A POPULAÇÃO PARA A IMPORTÂNCIA DE EXERCER O SEU PAPEL DE CUIDAR DO PATRIMÔNIO COLETIVO.

Objetivo do Programa:

INVENTARIAR, CONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE E AS POTENCIALIDADES CULTURAIS DAS REGIÕES NO ESTADO, NA PERSPECTIVA DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, PERMITINDO A CRIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA.

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Maria Antulia Leventi

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	RECUPERAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL	15,00	14,00	93,33	858.077,00	858.075,84	100,00
Produto / Unidade de Medida	PATRIMONIO CULTURAL RECUPERADO/UNIDADE						
Ação	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL	16,00	16,00	100,00	355.725,71	55.725,71	15,67
Produto / Unidade de Medida	BEM MOVEL IDENTIFICADO E CADASTRADO/PERCENTUAL						
Ação	REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	6,00	6,00	100,00	3.785,00	3.785,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÕES REALIZADAS/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO TREINAMENTO E HABILITAÇÃO EM GESTÃO CULTURAL	45,00	600,00	1.333,33	6.780,00	6.780,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	MODERNIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	5,00	5,00	100,00	1.859.576,20	128.591,80	6,92
Produto / Unidade de Medida	BIBLIOTECAS MODERNIZADAS E IMPLEMENTADAS /UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	5,00	5,00	100,00	74.092,39	57.448,20	77,54
Produto / Unidade de Medida	BIBLIOTECAS IMPLANTADAS/UNIDADE						
Ação	SISTEMA ESTADUAL DE MUSEU	10,00	10,00	100,00	1.585,00	1.585,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	MUSEU CRIADO OU REVITALIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				275,24%			71,45%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
TAXA DE CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL	PERCENTUAL	7,46	2,73	2,73	0,00	
Fonte: SECRETARIA DE CULTURA						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.772.724,99	3.159.621,30	1.111.991,55	0,00	62,73	35,19

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

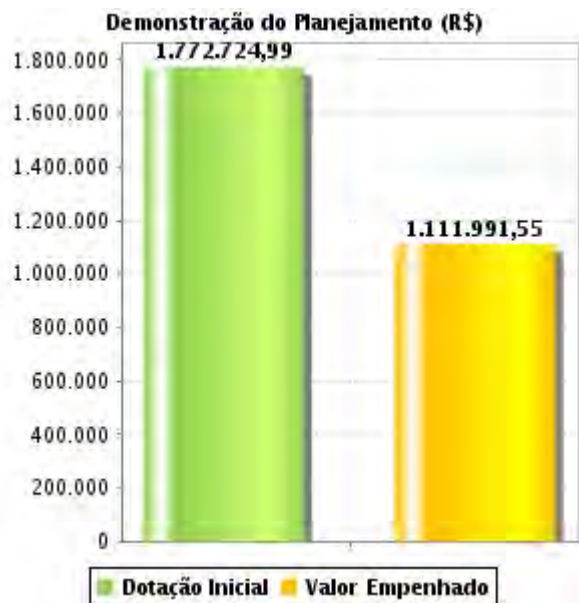
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **78,24%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 62,73%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 35,19%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Levando em consideração o que foi planejado foi executado em mais de 30% os outros 70% não foi possível porque os créditos previsto do ministério da cultura só foi credito em janeiro de 2012.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Se o Programa revela indicadores de atuação de melhorias para com o tratamento ao patrimônio Cultural e sua funcionalidade pela sociedade e, principalmente pelo investimento de Política Pública ele já se efetivou.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: CONHECENDO A COPA (322)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04302-AGÊNCIA ESTADUAL DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA COPA DO MUNDO

Origem do Programa:

DIVULGAR A COPA DO MUNDO DO PANTANAL PARA INSERIR A POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DO EVENTO

Objetivo do Programa:

ATUAR COM TRANSPARÊNCIA PARA MANTER A POPULAÇÃO INFORMADA E ESTREITAR RELAÇÕES COM FORMADORES DE OPINIÃO.

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Eduardo Alexandre Ricci

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	REALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE E NOTÍCIAS DA COPA DO PANTANAL	0,00	1.760,00	176.000,00	27.085.388,23	9.891.742,93	36,52
Produto / Unidade de Medida	INSERÇÃO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO DE PLANO DE COMUNICAÇÃO DA COPA DO MUNDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PLANO DE COMUNICAÇÃO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	ESTÍMULO A CRIAÇÃO DE REDE DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A COPA DO MUNDO DO PANTANAL	0,00	0,00	0,00	75.000,00	75.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA FIRMADA EM RADIO E JORNAL COMUNITÁRIO/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DA OUVIDORIA DA AGECOPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	OUVIDORIA IMPLANTADA/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE INFORMAÇÕES PERMANENTE SOBRE A COPA DO MUNDO DO PANTANAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	TOTEM IMPLANTADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	IMPLANTAÇÃO DA CIDADE DA COPA VIRTUAL						
Produto / Unidade de Medida	CIDADE DA COPA VIRTUAL IMPLANTADA/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Ação	IMPLANTAÇÃO DE EXPOSIÇÃO ITINERANTE SOBRE A COPA DO MUNDO						
Produto / Unidade de Medida	EXPOSIÇÃO ITINERANTE REALIZADA/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	1.868.500,04	0,00	0,00
Ação	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU DO FUTEBOL						
Produto / Unidade de Medida	MUSEU IMPLANTADO/PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	465.500,00	0,00	0,00
Ação	INSTALAÇÃO DE RELÓGIOS PARA CONTAGEM REGRESSIVA PARA A COPA						
Produto / Unidade de Medida	RELÓGIO INSTALADO/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	FOMENTO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, COM PARTICIPAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS						
Produto / Unidade de Medida	ATIVIDADE REALIZADA/UNIDADE	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	ESTÍMULO A PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA DE GRUPOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE CIVIL NOS EVENTOS AGE COPA						
Produto / Unidade de Medida	ARTICULAÇÃO REALIZADA/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	136.000,00	0,00	0,00
Ação	IMPLANTAÇÃO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA NA AGE COPA						
Produto / Unidade de Medida	ASSESSORIA DE IMPRENSA IMPLANTADA/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	19.500,00	19.500,00	100,00
Ação	CRIAÇÃO DE GRUPOS DE RELACIONAMENTO COM O APOIO DE REDES SOCIAIS						
Produto / Unidade de Medida	GRUPO DE RELACIONAMENTO EM ATIVIDADE/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	PREMIAÇÃO NAS ESCOLAS DOS MELHORES TRABALHOS RELACIONADOS COM A COPA						
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ENVOLVIDA/UNIDADE	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	ESTÍMULO A ATIVIDADES LÚDICAS NAS ESCOLAS PARA FORTALECIMENTO DO ESPÍRITO DA COPA						
Produto / Unidade de Medida	DIRETOR E PROFESSOR ESTIMULADO/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00	24.000,00	1,26
Ação	INCENTIVO A PRÁTICA DE ESPORTES NAS ESCOLAS						
Produto / Unidade de Medida	PROJETO DE ESPORTE IMPLANTADO/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização:					11.000,00%		14,86%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ACESSO AO SITE DA AGE COPA	UNIDADE	0,00	70.000,00	10.000,00	0,00	
Fonte: AGE COPA						
LIGAÇÕES ATENDIDAS NA OUVIDORIA	UNIDADE	0,00	120,00	50,00	0,00	
Fonte: AGE COPA						
POPULAÇÃO COM ACESSO A INTERNET	PERCENTUAL	33,80	50,00	40,00	0,00	
Fonte: IBGE						

Análise dos Indicadores do Programa:

Não tivemos atualização em 2011 nos índices de acesso ao site da AGE COPA e também da população com acesso a internet no site do IBGE. Quanto ao índice ligações atendidas na ouvidoria, este projeto não foi executado, haja vista a mudança de Gestão dentro da Agência, em abril de 2011, que resultou também na revisão do projeto.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
32.733.154,04	32.549.888,27	10.010.242,93	0,00	30,58	30,75

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

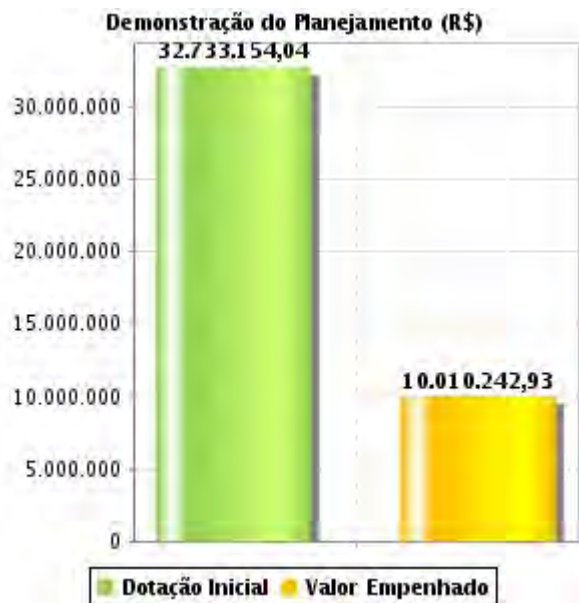
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrésimo** orçamentário de aproximadamente **0,56%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 30,58%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 30,75%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Apesar do Programa apresentar um índice 30,75%, foram realizadas diversas medidas para o cumprimento deste propósito como a produção e veiculação de anúncios institucionais em revistas, jornais, sites, em âmbito regional e nacional. Foram realizados VTs para divulgação e esclarecimentos acerca do evento Copa do Mundo 2014 a ser realizado no Mato Grosso, bem como propaganda e publicidade através de out-doors, front lights, mídia eletrônica, dentre outros. Também iniciou um projeto com objetivo de atender as atividades lúdicas nas escolas "Pintando a Copa", com o objetivo de articular parcerias com Diretores e Professores, buscando sensibilizar os alunos e famílias para a Copa do Mundo em Cuiabá.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Apesar das Revisões que ocorreram no ano 2011 com o Programa, em virtude das mudanças ocorridas na AGECOPA e posteriormente transformando em SECOPA, ele conseguiu a finalidade de cobrir a divulgação da AGECOPA na mídia matogrossense, seja através da TV, Internet e outros veículos de comunicação. No final de 2011, a Secretaria lançou a Nível Nacional e Internacional, um programa no Canal de TV National Geographic que se trata da beleza e riqueza do turismo de Mato Grosso, através de um documentário Trilogia do Pantanal.

RAG
2011

RELATÓRIO DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL



Governo do Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

08

**Conservação do meio ambiente
e da biodiversidade com o
uso e manejo sustentável
dos recursos naturais.**





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS (177)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa:

DEFICIENCIA DA AFERIÇÃO DO IMPACTO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS CAUSADO POR:
- POUCA EFETIVIDADE DO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO;
- FORTE CENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE LICENCIAMENTO, TODAS REALIZADAS NA SEDE DA SEMA;
- OS RECURSOS HUMANOS SÃO INSUFICIENTES, COM ALTA ROTATIVIDADE, POR QUESTÕES SALARIAIS, E O QUADRO PERMANENTE SEM CAPACITAÇÃO CONTINUADA;
- A INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA INSUFICIENTE;
- A REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO AMBIENTAL É INCOMPLETA E DESATUALIZADA;
- AUSÊNCIA DE INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE AFERIÇÃO PARA INDICADORES DE POLUIÇÃO NA SEMA;
- OS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO NÃO ATENDEM AS DIFERENÇAS ENTRE AS ATIVIDADES LICENCIADAS;
- O CONTROLE ATUA DESINTEGRADO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES QUE PERMITA AVALIAR A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DO CONTROLE;
- A METODOLOGIA NÃO INCLUI EFETIVAMENTE O SENSORIAMENTO REMOTO;
- O ZSEE NÃO ESTÁ DISPONÍVEL COMO SUBSÍDIO À METODOLOGIA
- NÃO HÁ VANTAGENS ECONÔMICAS NA ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS (¿ TECNOLOGIAS LIMPAS¿ NÃO SÃO INCORPORADAS), E AS TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS SÃO CONSIDERADAS CARAS;
- HÁ POUCAS PESQUISAS EM TECNOLOGIAS QUE REDUZEM A POLUIÇÃO NOS EMPREENDIMENTOS, E POUCA DIVULGAÇÃO DESTAS;
- A LEGISLAÇÃO NÃO CONTEMPLA INCENTIVOS ECONÔMICOS OU NÃO PARA A REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE POLUIÇÃO;
- CRESCIMENTO DESORDENADO DOS CENTROS URBANOS;
- PLANOS DIRETORES, QUANDO EXISTENTES NÃO SÃO IMPLEMENTADOS, SENDO QUE MUITOS MUNICÍPIOS AINDA NÃO TÊM PLANOS DIRETORES;

Objetivo do Programa:

REALIZAR O MONITORAMENTO E O ORDENAMENTO DO ESPAÇO, LICENCIANDO, VISTORIANDO E FISCALIZANDO OS EMPREENDIMENTOS COM POTENCIAL POLUIDOR.

Público Alvo:

EMPREENDEDORES DO SETORES DE INDUSTRIAIS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA

Gestor(a) do Programa:

Lilian Ferreira Dos Santos Faria

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES POLUIDORAS	8,00	2,00	25,00	9.140,00	3.740,00	40,92
Produto / Unidade de Medida	MUNICÍPIO HABILITADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS	1.000,00	1.117,00	111,70	1.411.712,99	1.371.524,10	97,15
Produto / Unidade de Medida	EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS/UNIDADE						
Ação	ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS	50,00		0,00	159.539,94	154.704,00	96,97
Produto / Unidade de Medida	ATENDIMENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS	700,00	477,00	68,14	405.420,00	393.915,00	97,16
Produto / Unidade de Medida	EMPREENDIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO CONTINUA DE TÉCNICAS DE CONTROLE AMBIENTAL	77,00	12,00	15,58	21.245,00	21.245,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL CAPACITADO/PESSOA						
Índice médio geral de realização:				44,09%			86,44%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO LICENCIAMENTO	MUNICÍPIO	69,00	139,00	0,00	0,00	29/12/2011
Fonte: .						
Nº DE INSTRUMENTOS LEGAIS APLICADOS (AUTO DE INSPEÇÃO, NOTIFICAÇÃO, INFRAÇÃO, EMBARGO E INTERDIÇÃO)	UNIDADE	1.500,00	3.500,00	3.500,00	537,00	29/12/2011
Fonte: SEMA/SUAD						
Nº DE PROCESSOS ANALISADOS NA SUIMIS	UNIDADE	1.000,00	2.500,00	2.500,00	3.215,00	29/12/2011
Fonte: SUIMIS						

Análise dos Indicadores do Programa:

Como explicitado no decorrer da análise do Programa, o indicador reflete o baixo desempenho da ação de fiscalização, em virtude da falta de recursos. Portanto o indicador pode ser considerado ideal para a mensuração de desempenho das ações.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
---------------------	-------------------------------	-----------------	----------------------	--	---



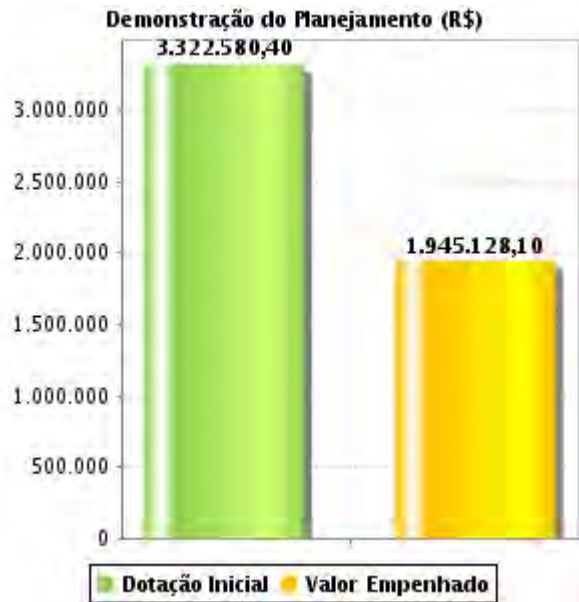
Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

3.322.580,40	2.007.057,93	1.945.128,10	0,00	58,54	96,91
* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício. ** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado. Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos: • Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo; • Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom; • Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular; • Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente; • Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente					

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **39,59%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 58,54%

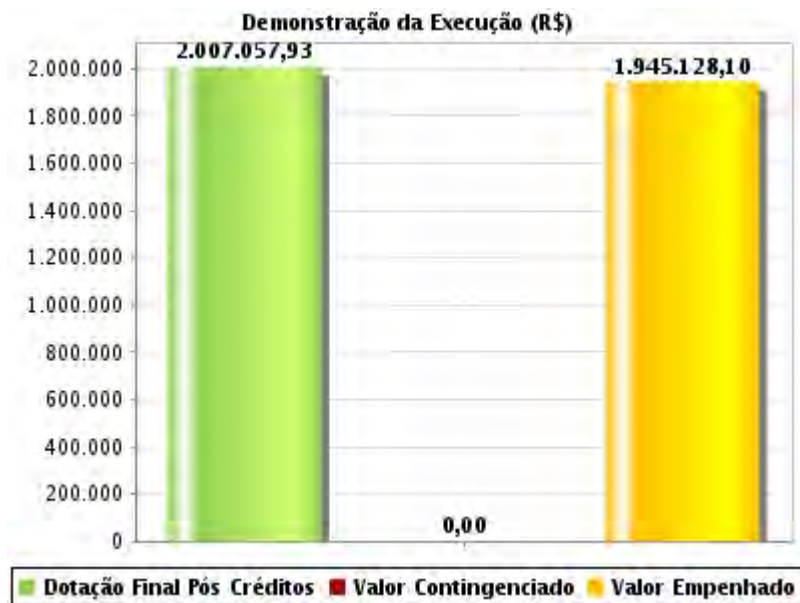


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 96,91%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O programa não obteve a execução orçamentária planejada em virtude da baixa da arrecadação da Secretaria ocorrida no início do ano de 2011 na fonte 240 (arrecadação própria). Essa baixa arrecadação foi devida entre outros motivos, a isenção de cobrança da taxa do cadastro ambiental rural (CAR) que é primeira etapa da implantação do programa MT Legal onde as propriedades rurais passaram a solicitar a regularização ambiental em duas etapas, sendo a primeira através do CAR e a segunda através da LAU.

Com a baixa arrecadação as ações precisaram ser revistas e algumas foram priorizadas, causando redução no orçamento de outras.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O programa alcançou seus objetivos uma vez que ordenou as atividades potencialmente poluidoras através do licenciamento e fiscalização das mesmas. Em 04 anos de desenvolvimento do programa houve um grande avanço no número de atividades licenciadas e todos os 141 municípios de Mato Grosso já são atendidos pelo licenciamento. Os órgãos financiadores passaram a exigir as licenças ambientais como pré-requisito para liberação de crédito por entenderem que estas são a comprovação da regularização de possíveis passivos ambientais e utilização de técnicas adequadas ao desenvolvimento sustentável.

Em virtude da crescente demanda por licenças a SEMA repassou para os municípios através de termo de cooperação, o licenciamento e a fiscalização de atividades de pequeno potencial poluidor. porém muitos municípios ainda encontra dificuldades em assumir essas atribuições sejam elas por falta de corpo técnico ou jurídico e/ou falta de recursos financeiros para investir em concursos e capacitações. Nota-se que em decorrência das atividades realizadas pela equipe responsável pela descentralização, bem como o compartilhamento da experiência entre os municípios já descentralizados a procura por informações e processos de adesão à descentralização vem aumentando.

Em decorrência da baixa arrecadação as atividades de fiscalização também tiveram que ser redirecionadas em alguns períodos, sendo priorizada no período da Piracema a fiscalização de pesca em detrimento das demais, todavia sem comprometer o programa uma vez que para aperfeiçoar a utilização de recursos as equipes realizavam algumas fiscalizações conjuntas em empreendimentos potencialmente poluidores, disposição de resíduos sólidos e recursos hídricos proporcionando o alcance de metas ainda que com reduzido orçamento. Em virtude dos cortes e remanejamentos orçamentários não foi possível investir na ação de capacitação, embora ela seja essencial para o aprimoramento do trabalho técnico realizado na SEMA o orçamento desta ação foi contingenciado no ano de 2011 e em parte dos anos anteriores do programa.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA (178)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa:

A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTÁ DESARTICULADA DAS AÇÕES DE CONTROLE INTRA E INTER ÓRGÃOS.

Objetivo do Programa:

EFETIVAR AÇÕES DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORTALECIMENTO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO.

Público Alvo:

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, GESTORES, MULTIPLICADORES E PRODUTORES RURAIS.

Gestor(a) do Programa:

Vania Marcia Montalvao G. Cesar

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.	100,00	100,00	100,00	359.280,00	275.731,92	76,75
Produto / Unidade de Medida	ESCOLA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES E MULTIPLICADORES EM TEMAS AMBIENTAIS	8,00	8,00	100,00	52.423,00	40.743,00	77,72
Produto / Unidade de Medida	CURSO OFERECIDO/CURSO						
Ação	DIVULGAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL	16,00	17,00	106,25	163.429,00	162.814,00	99,62
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	CONSUMO CONSCIENTE	1,00	1,00	100,00	61.730,00	60.466,00	97,95
Produto / Unidade de Medida	PROJETO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAR SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	50,00	25,00	50,00	237.646,82	225.196,38	94,76
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE GESTAO IMPLANTADO/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	GESTÃO DOS PARQUES URBANOS						
Produto / Unidade de Medida	PARQUES URBANOS GERENCIADOS E ORDENADOS/UNIDADE	3,00	3,00	100,00	2.347.742,30	2.189.793,40	93,27
Índice médio geral de realização:				92,71%			90,01%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INSTITUIÇÃO PÚBLICA E PRIVADA ENVOLVIDA NOS EVENTOS	UNIDADE	14,00	46,00	46,00	165,00	
Fonte: SUEA-SEMA						
MATERIAL PRODUZIDO PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	UNIDADE	40.000,00	123.032,00	123.032,00	48.500,00	
Fonte: SUEA-SEMA						
MULTIPLICADORES CAPACITADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PESSOA	480,00	1.250,00	400,00	265,00	
Fonte: SUEA-SEMA						
NÚMERO DE MULT. AMB. CAPAC. NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT	PERCENTUAL	790,00	800,00	3.200,00	804,00	
Fonte: CEA/GETREIN-SEMA-MT						
PESSOAS ENVOLVIDAS NOS EVENTOS PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PESSOA	2.000,00	6.152,00	6.152,00	6.740,00	
Fonte: SUEA-SEMA						
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FORMAL CAPACITADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PESSOA	8.376,00	10.376,00	500,00	0,00	
Fonte: SEDUC-MT						
PROPORÇÃO DE GESTORES PUB. AMB. CAPACITADOS, NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT	PERCENTUAL	28,00	100,00	30,00	0,00	
Fonte: CEA/GETREIN-SEMA-MT						
PROPORÇÃO DE INST. DE ENSINO ATEND. TIE, NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT	PERCENTUAL	1,00	5,00	5,00	4,00	
Fonte: CEA-SEMA-MT						
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS ADESOS AO PROJETO CONSUMO CONSCIENTE	PESSOA	550,00	2.000,00	2.000,00	950,00	
Fonte: SUEA-SEMA						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Os indicadores construídos para o Programa 178 (PPA 2008-2011) não foram adequados para avaliar os avanços da gestão da Educação Ambiental, tanto no âmbito da SEMA quanto da SEDUC. Ainda há dificuldade na elaboração de indicadores que possam medir a capacidade de captar efetivamente os efeitos da intervenção no programa.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
3.623.174,07	3.222.251,12	2.954.744,70	0,00	81,01	91,09

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

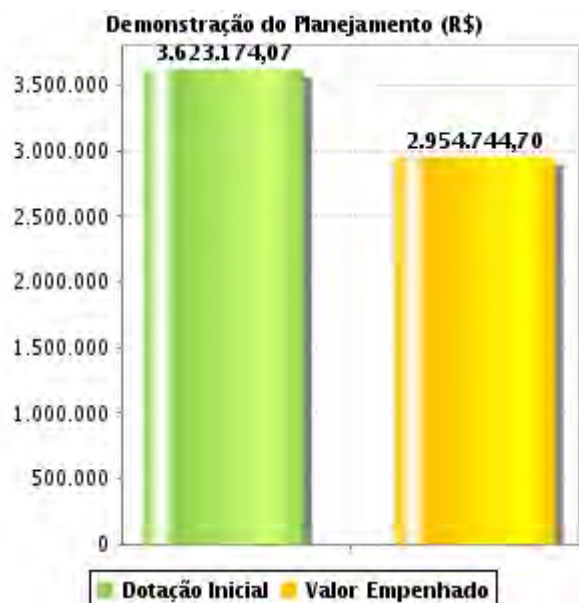
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **11,07%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 81,01%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 91,09%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O êxito no cumprimento das ações do Programa de Educação ambiental Integrada deve-se em parte pelo esforço do setor em investir na qualificação profissional dos servidores e garantir a melhoria da qualidade dos serviços e produtos apresentados à comunidade. Outro fator que também contribuiu para a superação das metas previstas cita-se a contribuição dos parceiros internos e externos que têm ombreado a luta pela priorização das ações de educação ambiental como atividades preventivas e de formação do cidadão consciente.

Hoje, o principal desafio deste Programa é a melhoria contínua do processo educativo na área ambiental na busca da interiorização e descentralização dos serviços com qualidade e fortalecimento das relações junto à comunidade Mato-grossense, tendo como princípios a equidade e inclusão social; integralidade e intra e inter setorialidade das ações.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Com as ações implementadas no programa 178, conseguiu-se iniciar a integração das ações de educação ambiental entre SEMA e SEDUC, órgãos responsáveis pela política estadual de educação ambiental. Iniciamos o processo de revisão da política, no intuito de se ter a regulamentação da lei nº 7.888/2003, bem como criar o sistema estadual de educação ambiental.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: CONSERVAÇÃO E GESTAO DE BIODIVERSIDADE (180)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa:

PERDA DA BIODIVERSIDADE OCASIONADA PELA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DESORDENADA, INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS QUE PROMOVAM O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL, INSUFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSERVAÇÃO DOS BIOMAS DE MATO GROSSO.

Objetivo do Programa:

EXECUTAR O MONITORAMENTO E GESTÃO DE AMOSTRAS SIGNIFICATIVAS DOS BIOMAS ATRAVÉS DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE.

Público Alvo:

ÓRG PÚB. PESCADORES, COMUNIDADES DE UC'S E ENTORNO, ONGS

Gestor(a) do Programa:

Ebenezer Borges Costa e Silvs

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FISCALIZACAO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-UC'S E SEUS ENTORNÓS	48,00	53,00	110,42	91.330,00	91.330,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	FISCALIZACAO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	FISCALIZAÇÃO DA PESCA, CAÇA E TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES	90,00	636,00	706,67	2.089.515,11	2.082.936,12	99,69
Produto / Unidade de Medida	FISCALIZACAO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE MATO GROSSO	1,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	JARDIM BOTÂNICO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	16,00	16,00	100,00	461.461,70	249.999,18	54,18
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE IMPLANTADA/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELACIONADOS À ÁREA DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE	16,00	13,00	81,25	20.997,98	20.997,78	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAIS CAPACITADOS/PESSOA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS BIOMAS	1,00	1,00	100,00	101.157,00	92.160,10	91,11
Produto / Unidade de Medida	RELATORIOS DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						
Ação	CONSERVAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE E DO PATRIMONIO PESQUEIRO	3,00	3,00	100,00	171.524,99	102.871,99	59,97
Produto / Unidade de Medida	RELATÓRIO DISPONIBILIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				171,19%			86,42%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
UNIDADES DE CONSERVACAO IMPLANTADAS E GERIDAS INTEGRALM	UNIDADE	10,00	14,00	14,00	16,00	29/12/2011
Fonte: SEMA/CUCO						
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-UC'S COM SITUAÇÃO FUNDIÁRIA REGULARIZADAS	UNIDADE	10,00	13,00	13,00	0,00	29/12/2011
Fonte: SEMA/CUCO						

Análise dos Indicadores do Programa:

Quanto ao 1º indicador, este não foi alcançado, em razão de contingenciamento financeiro. Já o 2º indicador que se trata Unidades de conservação geridas e implantadas integralmente, este foi superado, vez que foram geridas e implantadas 16UC(s) e o previsto era 14UC(s), em decorrência do processo de gestão continuada.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
3.182.700,37	2.950.986,78	2.655.295,17	0,00	83,43	89,98

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

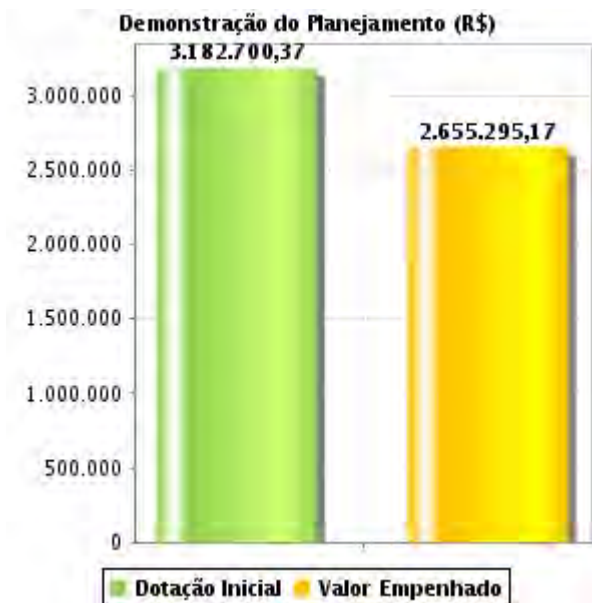
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **7,28%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



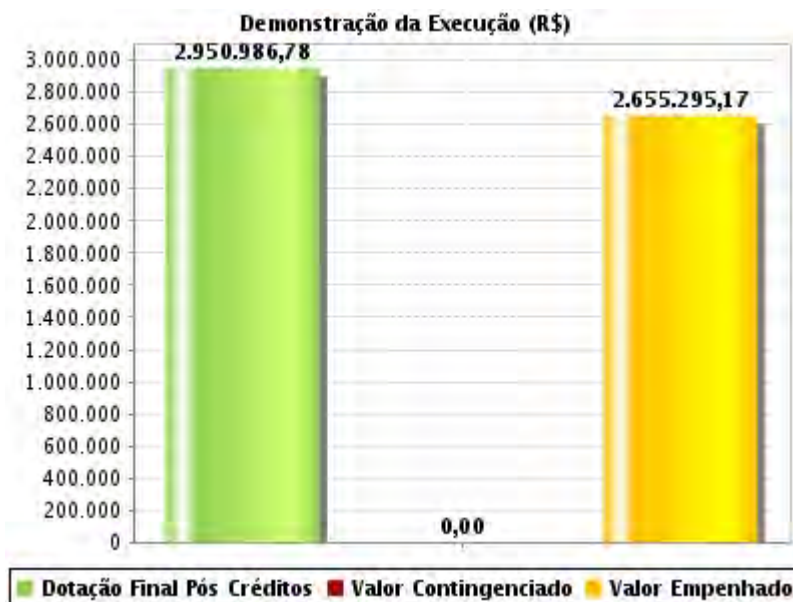
Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 83,43%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 89,98%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

As ações 3507 e 4061 foram prejudicadas em decorrência do priorização de outras ações imediativas para o uso dos recursos financeiros.

Contudo, as demais ações foram realizadas e planejadas satisfatoriamente, sendo que em algumas dessas ações as metas físicas foram superadas. EX: na ação 4216 foi possível realizar estudo sobre identificação de áreas com maior incidência de animais mortos nas estradas parques; participação em reuniões de discussão sobre a implantação de Cota Zero para a pesca Amadora; Vistorias técnicas para atender as prefeituras municipais sobre campeonatos estaduais de pesca; reuniões com grupos de outros Órgãos Estaduais e Federais para tratar sobre a política da pesca e avaliação do SISCOMP; Oficina para elaboração do Protocolo Piloto da Estratégia nacional de Vigilância Integrada das Zoonoses, ações estas não previstas no PTA 2011, mas que foram possíveis devido ao ingresso de novos servidores no setor.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Diante das dificuldades financeiras enfrentadas no decorrer desses anos, avaliamos como boa a efetividade do Programa, vez que apesar de algumas ações não terem alcançado seu objetivos outras foram até superadas, gerando até outros produtos.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (181)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa:

O FOCO DO PROBLEMA ATUAL É TRAZER PARA A LEGALIDADE AS PROPRIEDADES RURAIS, DIMINUIR OS FOCOS DE CALOR E O DESMATAMENTO ATRAVÉS DE MONITORAMENTO E AÇÕES FISCALIZATÓRIA. SOMOS VISTOS COMO GRANDE DEGRADADOR, MAS PRINCIPALMENTE PELA FALTA DE METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS

Objetivo do Programa:

REALIZAR O CONTROLE E MONITORAMENTO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORESTAIS NO ESTADO, POR MEIO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS, AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO E MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E REFLORESTAMENTO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

Público Alvo:

CLIENTE DIRETO:EMPRESÁRIOS DO SETOR DE BASE FLORESTAL E PRODUTORES RURAIS,CLIENTES INDIRETOS:ONGS,MPE,MPF E PF

Gestor(a) do Programa:

Suely Fatima m Bertoldi

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONSTRUÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DIGITAL 1:100.000 DO ESTADO	1,00	0,00	0,00	144.000,00	119.407,40	82,92
Produto / Unidade de Medida	BASE CARTOGRAFICA HOMOLOGADA/UNIDADE						
Ação	LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS	3.000.000,00	12.492.715,00	416,42	7.986.798,44	7.986.798,22	100,00
Produto / Unidade de Medida	ÁREAS LICENCIADAS/HECTARE						
Ação	FISCALIZACAO DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS	180.000,00	221.869,00	123,26	1.668.882,37	1.635.699,60	98,01
Produto / Unidade de Medida	ÁREA FISCALIZADA/HECTARE						
Ação	MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL E DE QUEIMADAS	5,00	2,00	40,00	632.929,53	476.038,25	75,21
Produto / Unidade de Medida	RELATORIOS DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ANATOMIA E IDENTIFICACAO DE MADEIRAS	1.500.000,00	1.253.778,00	83,59	400.472,76	352.788,38	88,09
Produto / Unidade de Medida	MADEIRA IDENTIFICADA/METRO CÚBICO						
Ação	FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SUB PRODUTOS FLORESTAIS	30.000,00	10.361,00	34,54	109.655,00	107.804,22	98,31
Produto / Unidade de Medida	MADEIRA FISCALIZADA/METRO CÚBICO						
Ação	PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	70,00		0,00	452.343,58	425.406,35	94,04
Produto / Unidade de Medida	INCÊNDIOS FLORESTAIS PREVENIDOS E COMBATIDOS/PERCENTUAL						
Ação	LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADES DE REFLORESTAMENTO	12.000,00	22.845,00	190,38	125.917,64	120.131,10	95,40
Produto / Unidade de Medida	ÁREAS LICENCIADAS/HECTARE						
Ação	MONITORAMENTO DO TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS ATRAVÉS DO SISFLORA	4.200.000,00	5.205.241,00	123,93	73.958,50	73.686,23	99,63
Produto / Unidade de Medida	VOLUME DE MADEIRA AUTORIZADA/METRO CÚBICO						
Ação	GESTÃO DO PROGRAMA E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	50,00	40,00	80,00	155.360,61	146.972,87	94,60
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL CAPACITADO/PESSOA						
Ação	AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO FLORESTAL	7.000.000,00	4.823.339,00	68,90	661.937,74	656.479,74	99,18
Produto / Unidade de Medida	VOLUME DE MADEIRA AUTORIZADA/METRO CÚBICO						
Índice médio geral de realização:				105,55%			93,22%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PORCENTAGEM DE ÁREA LICENCIADA NO ESTADO DE MATO GROSSO	PERCENTUAL	23,00	40,00	40,00	51,81	31/12/2011
Fonte: SIMLAM						
CONTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS FLORESTAIS EXPLORADOS DE FORMA SUSTENTAVEL NA RECEITA DO ESTADO.	REAIS	2.023.642.293,90	9.500.000.000,00	9.500.000.000,00	0,00	31/12/2011
Fonte: SGF-SEMA						
INCREMENTO DO LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS	UNIDADE	7.454,00	60.000,00	60.000,00	0,00	31/12/2011
Fonte: SGF						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

NUMERO DE FOCOS DE CALOR DETECTADOS PELOS SATELITES DO INPE	UNIDADE	74.426,00	70.000,00	70.000,00	101.984,00	31/12/2011
Fonte: TODOS OS SATELITE DO INPE						
NÚMERO DE DESMATAMENTO (CORTE RASO) ANUAL	HECTARE	1.542.490,21	1.050.000,00	1.050.000,00	112.600,00	31/12/2011
Fonte: SMIA/SEMA-MT						
NÚMEROS DE FOCOS DE CALOR NO PERÍODO AUTORIZADO.	UNIDADE	10.171,00	8.137,00	8.137,00	0,00	31/12/2011
Fonte: CPTEC/INPE						
VOLUME DE MADEIRA DE PLANO DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTAVEL (PMFS) AUTORIZADO (M3)	METRO CÚBICO	6.502.784,00	7.000.000,00	7.000.000,00	4.733.723,41	31/12/2011
Fonte: SISFLORA						
VOLUME DE MADEIRA EM PROJETO DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL (PEF)AUTORIZADO	METRO CÚBICO	424.682,00	350.000,00	350.000,00	444.005,57	31/12/2011
Fonte: SISFLORA						
ÁREAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MATÉRIA-PRIMA FLORESTAL.	HECTARE	189.000,00	450.000,00	450.000,00	0,00	31/12/2011
Fonte: CRF-SGF/SEMA						

Análise dos Indicadores do Programa:

Os indicadores 2 (566), 3 (567), 4 (568) e 5 (569) foram excluídos na revisão do programa por serem de difícil mensuração. Outros indicadores foram criados que refletem melhor a realidade do programa. Os demais indicadores seguem na seqüência: 1) 570 - O índice de desmatamento (CORTE RASO) apurado pelo PRODES não leva em consideração os desmatamentos feitos em áreas de cerrado e pantanal, apenas de FLORESTA; 6) 757 - O índice número de focos de calor detectados pelos satélites do INPE possui uma variação para menor já que não diferencia "pontos" de calor como telhados de zinco e ainda contabiliza queimadas de longa duração diversas vezes visto que o satélite passa enxerga novamente o mesmo ponto de queimada; 7) 758 - Em 2009, na revisão dos indicadores, chegou-se a fórmula: $AREA\ TOTAL\ LICENCIADA\ DIVIDIDO\ (/)\ PELA\ AREA\ PASSIVEL\ DE\ LICENCIAMENTO\ (AREA\ TOTAL\ DO\ ESTADO\ MENOS(-)TI,\ UC\ E\ AREA\ URBANA)\ VEZES\ (X)\ 100$. Porém, na época não foi levado em consideração as MASSAS D'AGUA, visto que na época não era possível sua mensuração. Hoje tal cálculo deve ser: $AREA\ TOTAL\ CADASTRADA\ (LAU\ e\ CAR)\ DIVIDIDO\ (/)\ PELA\ AREA\ PASSIVEL\ DE\ LICENCIAMENTO\ (AREA\ TOTAL\ DO\ ESTADO\ MENOS(-)TI,\ UC,\ AREA\ URBANA)\ E\ MASSA\ D'AGUA\ VEZES\ (X)\ 100$. Ocorre que em 2011, com a prorrogação do MT LEGAL, a adesão ao Cadastro Ambiental Rural - CAR foi MUITO acima da expectativa, ultrapassando de 50% o total de área licenciada/cadastrada no estado. Tal feito poderia ter sido ainda melhor se o setor não tivesse passado por tantas adversidades em 2011: a) Os servidores que assumiram seus cargos recentemente tiveram de serem capacitados para executar análises técnicas extremamente difíceis e minuciosas. B) Os servidores concursados entraram em greve por um longo período. C) A SGF e suas coordenadorias mudaram de prédio e esse processo levou mais de mês já que o Governo do Estado não permitiu a aquisição de arquivo deslizante que ora fora planejado e os processos do setor tiveram de serem armazenados provisoriamente prateleiras doadas por parceiros. D) Problemas orçamentário/fincaneiros; 8) 759 - O índice ficou a menor pelo fato de que foram licenciados planos de manejo nos anos anteriores que suprimam o mercado e como a demanda de madeira é satisfatória, houve uma menor procura pelo referido método de exploração florestal em 2011. 9) 760 - Conforme movimentação de demanda de mercado, houve uma maior procura pela modalidade de Planos de Exploração Florestal do que o planejamento.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
11.282.128,04	12.412.256,17	12.101.212,36	0,00	107,26	97,49



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

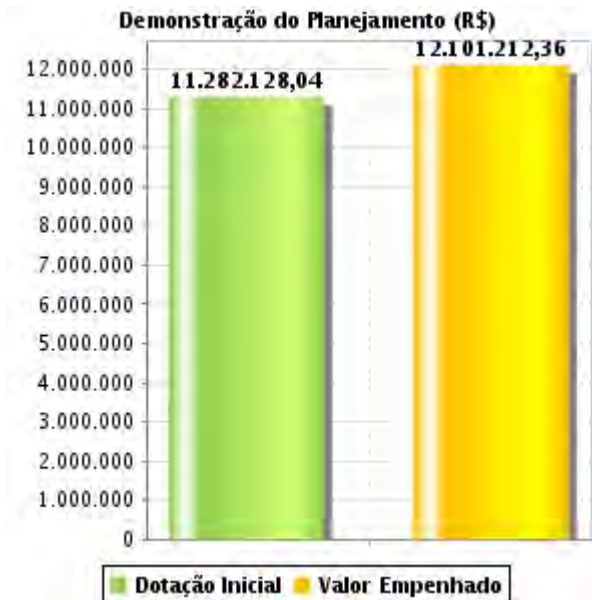
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

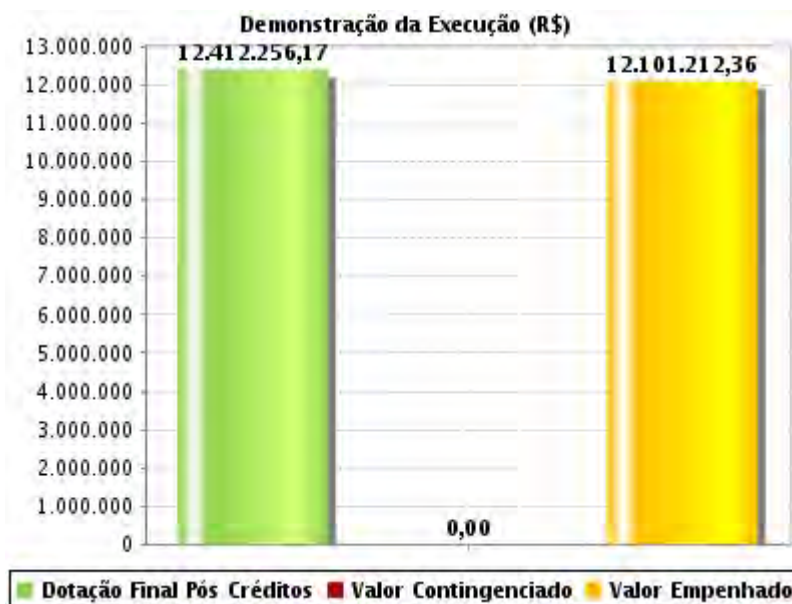
- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **10,02%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 107,26%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 97,49%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Considerando o Decreto de Execução Orçamentária e Financeira nº 02, de 05/01/2011, que gerou a necessidade da Secretaria Executiva da pasta de anular diversos recursos em detrimentos de outras necessidades emergenciais do órgão, analisamos que o indicador de PPD e COFD acabou não refletindo a realidade. Em 2011 a SEMA passou por crivos de equipes externas e comissões(SAD/SEFAZ/SEPLAN) em seus processos de aquisições e contratos, que determinaram o que era prioridade, mesmo desconhecendo as necessidades primordiais do setor, algumas aquisições importantes deixaram de acontecer. No Programa 181 está descrito o licenciamento de propriedades rurais, de planos de exploração florestal, de monitoramento de áreas de recuperação de áreas degradadas, do controle de produtos e sub-produtos de origem florestal, de monitoramento da cobertura vegetal, de base cartográfica, de fiscalização de desmatamentos e de identificação de madeiras. E todos esses serviços extremamente importantes tanto para a cadeia produtiva quanto para a sociedade, já que, trazer para a legalidade os produtores rurais é pura e simplesmente ter a oportunidade de monitorar e fiscalizar as degradações já feitas e as que porventura possam ainda ocorrer, possibilitando assim uma melhoria para o meio ambiente do estado, das mudanças climáticas e para a qualidade de vida do mundo.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Considerando que a SEMA já vem fazendo um bom trabalho de planejamento tanto orçamentário/financeiro como de revisão de programas, ações, metas-físicas, medidas e tarefas e seus indicadores e produtos, considerando os diversos avanços nos números apresentados, como na redução do desmatamento, ponto de diversas críticas mundiais ao estado, do Programa de Regularização Ambiental - MT LEGAL que trás para a legalidade tantos proprietários de terras deste estado que se viam na ilegalidade, da construção de um novo prédio que abriga a Superintendência de Gestão Florestal e suas oito coordenadorias, quando percebemos que monitoramos e fiscalizamos a madeira extraída tanto dos planos de exploração florestal quanto de desmatamentos clandestinos, percebemos como o resultado do programa é altamente positivo. Porém, não podemos também deixar de mencionar que muito ainda há para caminhar visto que o estado tem uma diversidade de biomas, uma bacia hidrográfica extensa e importante e uma extensão territorial de grande proporções. Manter o controle das degradações no estado é uma meta desta pasta que vem, apesar das diversas mudanças de gestores, quer sejam gerentes, coordenadores, superintendentes como secretários e dos problemas ocorridos no decorrer do ano, melhorando e buscando responder aos anseios da sociedade.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS (182)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa:

USO DESORDENADO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS CUJAS CAUSAS PRINCIPAIS SÃO: A REDUZIDA OPERACIONALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE; A PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE DE QUE A ÁGUA É UM BEM ABUNDANTE E INFINITO; CARÊNCIA DE DADOS SISTEMATIZADOS, DE ESTRUTURA FÍSICA E HUMANA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS; A DIFICULDADE DE SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE PARA FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS, COLOCANDO EM RISCO O EQUILÍBRIO SOCIO-AMBIENTAL, COMPROMETENDO A QUALIDADE E A QUANTIDADE DA ÁGUA, RESTRINGINDO SEU USO.

Objetivo do Programa:

ORDENAR O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO COM QUALIDADE AMBIENTAL.

Público Alvo:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, USUARIOS DE AGUA E ORGANIZACOES GOVERNAMENTAIS.

Gestor(a) do Programa:

Luiz Henrique Magalhaes Noquelli

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AQUÍFEROS E RECURSOS MINERAIS	13,00	68,00	523,08	1.972.674,15	1.970.285,00	99,88
Produto / Unidade de Medida	POÇO TUBULAR PROFUNDO PERFURADO/UNIDADE						
Ação	LICENCIAMENTO DE POÇOS TUBULARES E SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO	600,00	895,00	149,17	10.000,00	10.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	LICENÇAS EMITIDAS/UNIDADE						
Ação	FISCALIZACAO DE EMPREENDIMENTOS USUARIOS DE AGUA	1.200,00	521,00	43,42	128.710,00	106.085,00	82,42
Produto / Unidade de Medida	EMPREENDIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	MONITORAMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DE AGUA	390,00	361,00	92,56	710.661,30	464.373,65	65,34
Produto / Unidade de Medida	AMOSTRAS ANALISADAS/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	INSTRUMENTALIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS						
Produto / Unidade de Medida	UPG'S - UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO HÍDRICO INSTRUMENTALIZADAS/UNIDADE	4,00	0,00	0,00	130.982,40	0,00	0,00
Ação	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	25,00		0,00	282.426,00	168.254,83	59,57
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS	30,00		0,00	55.243,60	54.522,63	98,69
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Índice médio geral de realização:					115,46%		72,27%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
Nº DE ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE E QUANTIDADE DE ÁGUA EM OPERAÇÃO	UNIDADE	80,00	120,00	120,00	82,00	30/12/2011
Fonte: SURH						
Nº DE POÇOS E IRRIGAÇÕES COM LICENÇAS DE OPERAÇÃO OU CERTIDÃO DE CADASTRO EMITIDAS	UNIDADE	2.000,00	3.200,00	3.200,00	1.850,00	30/12/2011
Fonte: SURH						
Nº DE REUNIÕES PARA SENSIBILIZAÇÃO E FOMENTO A ORGANISMOS DE BACIA REALIZADAS	UNIDADE	5,00	20,00	20,00	49,00	30/12/2011
Fonte: SURH						
NÚMERO DE UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO COM EMISSÃO DE OUTORGA IMPLANTADA	UNIDADE	0,00	8,00	8,00	27,00	30/12/2011
Fonte: SURH						

Análise dos Indicadores do Programa:

Os indicadores construídos para o Programa 182 (PPA 2008-2011) não foram adequados para avaliar os avanços da gestão das águas no Estado. Ainda há dificuldade na elaboração de indicadores que possam medir a capacidade de captar efetivamente os efeitos da intervenção no programa. A Gestão de Recursos Hídricos não pode ser regionalizada de acordo com a divisão adotada pela SEPLAM, pois trabalhamos com unidades de planejamento e gerenciamento de bacias hidrográficas para todo o Estado de Mato Grosso.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
2.646.882,00	3.290.697,45	2.773.521,11	0,00	104,78	84,28

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

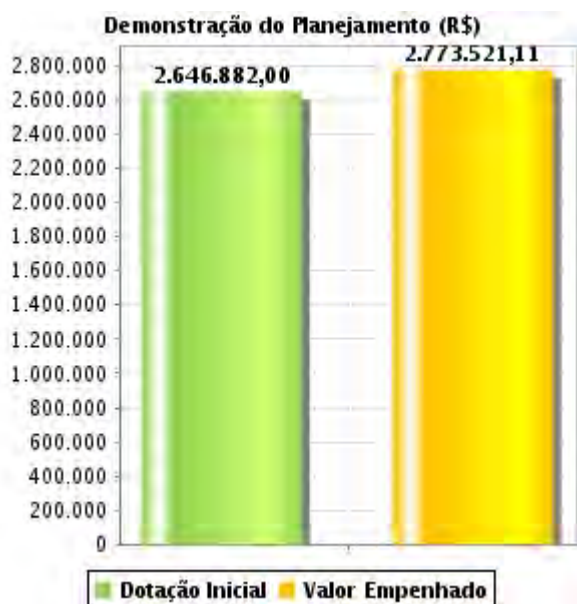
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **24,32%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 104,78%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 84,28%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A Política Estadual de Recursos Hídricos tem um diferencial em relação a outras políticas, pois a mesma estabelece que a gestão de recursos hídricos deve ser integrada, descentralizada e participativa, o que já vem acontecendo através do fortalecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO, colegiado que reúne representantes de órgãos governamentais, da sociedade civil e de setores usuários da água, e que tem como meta discutir a gestão dos recursos hídricos no Estado e propor resoluções para otimizar a utilização racional do uso da água. Também estão sendo implantados os comitês de bacias hidrográficas, órgão colegiado, com atribuições consultivas e deliberativas, no âmbito das sub-bacias hidrográficas que buscam o envolvimento com os usuários de água, organizações não governamentais e os poderes: municipal, estadual e federal. Mesmo com o direcionamento do governo, dando prioridade para o setor florestal, foi possível estabelecer parcerias, principalmente com o Governo Federal, para realização de ações, tais como: Plano Estadual de Recursos Hídricos, Outorga, Sistema de Informação, Rede de Monitoramento e Água Subterrânea. Todo o trabalho realizado, teve como objetivo a integração da água superficial com a água subterrânea, sendo possível conhecer a demanda e visualizar disponibilidade hídrica, norteados o desenvolvimento do Estado e prevenindo futuros conflitos entre os usuários de água.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Com as ações implementadas no programa 182, conseguiu-se iniciar o conhecimento da disponibilidade hídrica, e estamos trabalhando ainda para conhecer a demanda de todos os usuários de água do Estado. Divulgamos de maneira muito acanhada a política de recursos hídricos, mesmo assim, tentamos levar a população informações sobre a criação, funcionamento e participação junto aos comitês de bacias hidrográficas. A Gestão das Águas em Mato Grosso, quando comparada com outros Estados, principalmente da região Norte e Centro-Oeste e o primeiro a ter aprovado o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, após a aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. A outorga antecede o licenciamento. Em função desta exigência, o Estado de Mato Grosso dispendeu esforços para sua estruturação, tendo hoje efetivada as três modalidades de outorga: captação, diluição de efluentes e água subterrânea.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DEFESA E PROTECAO AMBIENTAL E DA ORDEM URBANÍSTICA (261)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Origem do Programa:

CRESCIMENTO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E CRESCIMENTO DESESTRUTURADO DAS CIDADES TEM CONTRIBUIDO PARA DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Objetivo do Programa:

GARANTIR A DEFESA E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Luiz Alberto Esteves Scaloppe

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL	13,00	12,00	92,31	7.748,91	7.748,91	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROMOTORIAS COM ATUAÇÃO INTEGRADA/PERCENTUAL						
Ação	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HIDRÍCOS	13,00	10,00	76,92	21.000,00	1.355,00	6,45
Produto / Unidade de Medida	INFRATORES DA DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS HIDRÍCOS RESPONSABILIZADOS/PERCENTUAL						
Ação	CONTROLE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DE SERVIÇOS DE SAÚDE, VOLUMOSOS E DA CONSTRUÇÃO CIVIL	13,00	10,00	76,92	11.930,00	11.930,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	RESÍDUOS COM DESTINO ADEQUADO/PERCENTUAL						
Ação	PROMOÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL NOS MUNICÍPIOS	5,00	0,00	0,00	17.565,33	17.565,33	100,00
Produto / Unidade de Medida	EXPEDIENTE RELACIONADOS REGULARIZAÇÃO ZONEAMENTO SOCIOECONOMICO/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	PROMOÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE DIRETRIZ GERAIS DE POLÍTICA URBANA NOS MUNICÍPIOS	9,00	9,00	100,00	19.855,00	19.855,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	EXPEDIENTES RELACIONADOS COM A REGULARIZAÇÃO LDU/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				69,23%			81,29%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
MUNICÍPIO COM DESTINO ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CONSTRUÇÃO	NÚMERO	8,00	48,00	48,00	0,00	
Fonte: ANUÁRIO 2004/MT						
MUNICÍPIOS COM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	NÚMERO	8,00	48,00	48,00	0,00	
Fonte: ANUÁRIO 2004/MT						
MUNICÍPIOS COM PLANO DIRETOR IMPLEMENTADO	UNIDADE	2,00	20,00	20,00	20,00	31/01/2012
Fonte: SITE MUNICÍPIOS						
MUNICÍPIOS COM ZONEAMENTO SOCIECONÔMICO IMPLEMENTADO	PERCENTUAL	0,00	10,00	5,00	0,00	31/01/2012
Fonte: ÓRGÃOS ESTADUAIS OFICIAIS						
UNIDADES DE SAÚDE COM DESTINO ADEQUADO DOS RESÍDUOS.	NÚMERO	11,00	51,00	51,00	0,00	
Fonte: ANUÁRIO 2004/MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

No tocante aos indicadores concernentes à ação "dos resíduos sólidos urbanos, de serviços de saúde, volumosos e da construção civil", o Ministério Público Estadual buscou a instalação e licenciamento de aterros sanitários nos municípios mato-grossenses que não os tem. Vê-se que o produto eleito não é compatível com a atuação ministerial, restando a este Órgão lançar mão de instrumentos jurídicos para que o Poder Executivo Municipal, repise-se, dos municípios que não gerenciam adequadamente seus resíduos sólidos, cumpra com seu dever constitucional. Assim sendo, deixamos de apresentar o número de municípios que realizam a destinação correta dos resíduos sólidos urbanos, de serviços de saúde, volumosos e da construção civil.

Há mister esclarecer, ademais, que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso atuou fortemente para a implantação e/ou implementação dos Planos Diretores dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Apurou-se que dentre esses Municípios sobre os quais recai a exigibilidade, 20 possuem Plano Diretor válido.

Em relação ao Zoneamento Socioeconômico de Mato Grosso, não foi possível aferir a quantidade de produto entregue à sociedade, haja vista a Lei que dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso ainda não ter sido sancionada. Não obstante isso, registra-se que a Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística, através de seu titular, acompanhou todas as Audiências Públicas realizadas no Estado para a discussão do Projeto de Lei.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
120.000,00	78.099,24	58.454,24	0,00	48,71	74,85

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

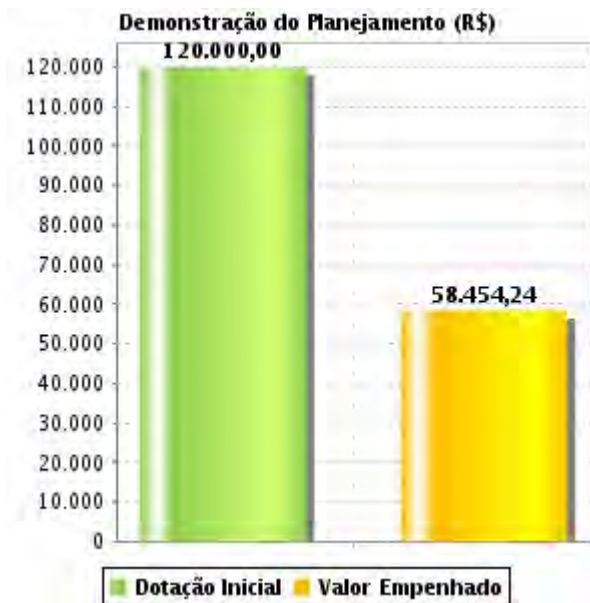
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **34,92%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 48,71%

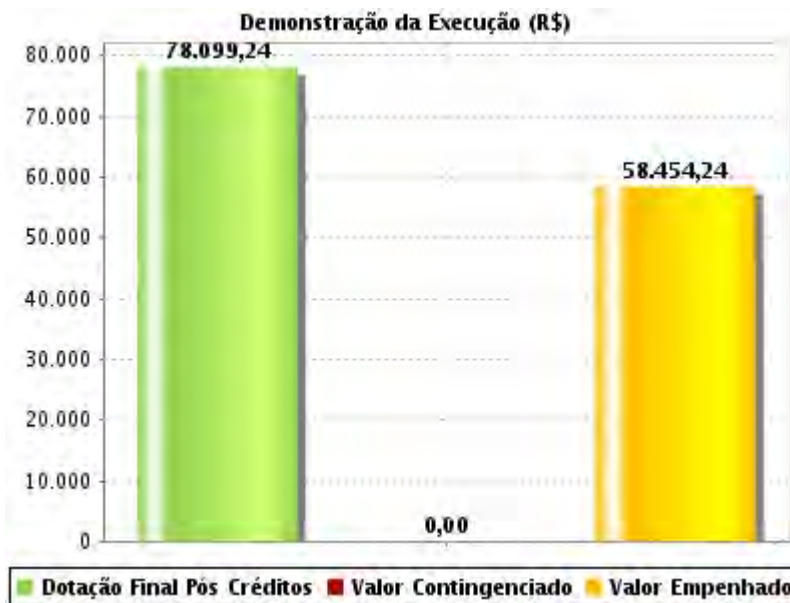


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 74,85%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

No que concerne ao programa finalístico Defesa e Proteção Ambiental e da Ordem Urbanística, a previsão para a execução orçamentária e financeira consistiu em (1) capacitação de membros e servidores para o uso dos recursos tecnológicos de geoprocessamento; (2) formação de quadro especializado para a atuação no combate ao desmatamento e às queimadas; e, (3) organização/custeio de encontros e seminários para a discussão de temas afetos à defesa ambiental e à ordem urbanística.

Propondo-se a verificar o grau de execução das metas físicas e financeiras das ações que constituem o programa finalístico, cumpre-nos asseverar que houve compatibilidade entre a dotação inicial e a projeção das despesas explicitada no cronograma físico-financeiro. Os recursos humanos e materiais, bem como a infraestrutura ainda estão sendo implementados.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, observa-se que apesar de não ter sido utilizado todo o recurso orçamentário destinado ao programa finalístico, o Ministério Público Estadual, através de seus Membros com atribuições na defesa ambiental e ordem urbanística, atuou de forma satisfatória em busca do alcance das metas elencadas no programa aqui analisado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Constata-se, na presente avaliação, forte atuação do Ministério Público Estadual nas frentes de trabalho eleitas no programa defesa e proteção do meio ambiente, quer seja em atuações judiciais, quer seja em atuações extrajudiciais.

No exercício de 2011 este Ministério Público Estadual celebrou com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) o Convênio nº 004/2011, o qual tem por objeto a cooperação técnica e o intercâmbio de informações necessários à implementação de providências voltadas à proteção de unidades de conservação. Para tanto, é utilizada a ferramenta - ImazonGeo-. Trata-se de um portal de -geoinformação- sobre a Amazônia, o qual fornece informações sobre a situação, dinâmica e pressão sobre as florestas e Áreas Protegidas da região, por meio de dados organizados em mapas interativos, gráficos e relatórios. A cooperação técnica e o intercâmbio abrangerão realização de palestras, cursos, seminários ou encontros, reunindo membros e servidores dos convenientes, objetivando a transmissão de conhecimentos sobre os respectivos modos de atuação e metodologia de trabalho.

Com o objetivo de abordar as principais questões ambientais da região amazônica, a Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e

Ordem Urbanística realizou I Encontro Internacional do Ministério Público Ambiental da Amazônia, momento em que se reuniram representantes dos Estados Federativos e dos Estados Nacionais formadores da Região Amazônica. O evento proporcionou o conhecimento e o debate de ações e estratégias necessárias à implementação de mecanismos de proteção dos recursos naturais e da população da Região Amazônica, ponderando a atuação ministerial frente ao ideário do desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Participaram do encontro representantes dos Ministérios Públicos da Amazônia, Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Bolívia e Peru.

Visando a promoção da educação ambiental, bem como a difusão das ações empreendidas pelos membros deste Ministério Público, a Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística lançou o informativo Extra Meio Ambiente. O periódico, com edições bimestrais, além de ser dirigido aos membros e servidores deste Órgão, também possui como destinatários os agentes jurídico-políticos com atuação na defesa ambiental e na organização das cidades.

Por fim, merece destaque o lançamento do programa integrado Mato Grosso unido contra as queimadas, o qual propõe uma ação conjunta entre o Ministério Público Estadual, os três poderes - judiciário, executivo e legislativo - e representantes da sociedade civil, visando informar a população sobre os malefícios decorrentes do uso indiscriminado do fogo, tanto em áreas rurais como urbanas, bem como sobre sua respectiva responsabilização. Dentre as metas do programa, há previsão de atuação em 100% dos municípios de Mato Grosso, por meio de audiências públicas e campanhas educacionais, no período de março a outubro de 2011, 2012 e 2013. Para tanto, foram realizadas 13 audiências públicas nos municípios de Cuiabá, Alta Floresta, Aripuanã, Canarana, Cáceres, Guarantã do Norte, Juara, Juína, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, São Félix do Araguaia e Chapada dos Guimarães, com a finalidade não só de ampliar o conhecimento dos gestores, dos multiplicadores e dos educadores, mas também para oportunizar a mobilização e a execução de ações ambientalmente corretas referentes às queimadas e incêndios florestais. Com o fito de dar continuidade às ações desenvolvidas no mencionado programa, foi elaborada uma minuta de -Pacto Estadual para a Redução das Queimadas-, a ser firmado com Municípios e Câmaras Municipais, através do qual pretende-se a diminuição em 65% dos índices de focos de calor identificados no ano de 2010, conforme a meta individual de cada Município.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PROTEÇÃO DO CLIMA (298)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa:

AUMENTO DAS EMISSÕES DOS GASES DE EFEITO ESTUFA RELACIONADAS PRINCIPALMENTE A AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESMATAMENTO, ATIVIDADES ESTAS, CONSIDERADAS A BASE ECONÔMICA DO ESTADO

Objetivo do Programa:

ARTICULAR E PROPOR INSTRUMENTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS PARA ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AO CLIMA

Público Alvo:

Pecuaristas, agricultores, madeireiros e sociedade em geral

Gestor(a) do Programa:

Ebenezer Borges Costa e Silvs

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MATO-GROSSENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PLANO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DAS EMISSÕES ANTRÓPICAS POR FONTES E REMOÇÃO POR SUMIDOUROS DE GASES DE EFEITO ESTUFA	1,00		0,00	5.298,91	5.298,91	100,00
Produto / Unidade de Medida	Inventários elaborados/UNIDADE						
Ação	FORTALECIMENTO DO FÓRUM MATO-GROSSENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS-FMMC	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	REUNIAO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO TÉCNICA RELACIONADA AO TEMA MUDANÇAS CLIMÁTICAS	1,00	16,00	1.600,00	20.260,00	14.619,95	72,16
Produto / Unidade de Medida	CAPACITACAO REALIZADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	320,00%		34,43%
-----------------------------------	---------	--	--------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
FONTE DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA INVENTARIADO	UNIDADE	0,00	5,00	5,00	0,00	29/12/2011
Fonte: SEMA/CMC						

Análise dos Indicadores do Programa:

Com relação ao indicador definido para o programa, ou seja, fontes de emissão de gases de efeito estufa inventariadas, não foi possível obtê-lo, pois os recursos para a realização do Inventário das Emissões por fontes não foram disponibilizados.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
300.000,00	25.558,91	19.918,86	0,00	6,64	77,93

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

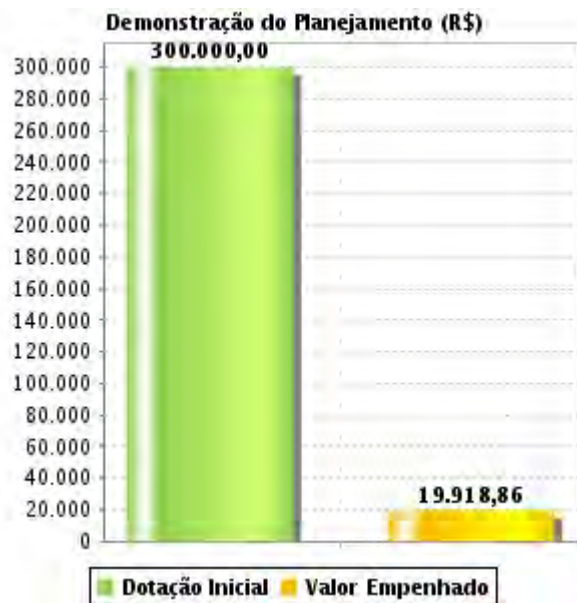
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **91,48%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 6,64%

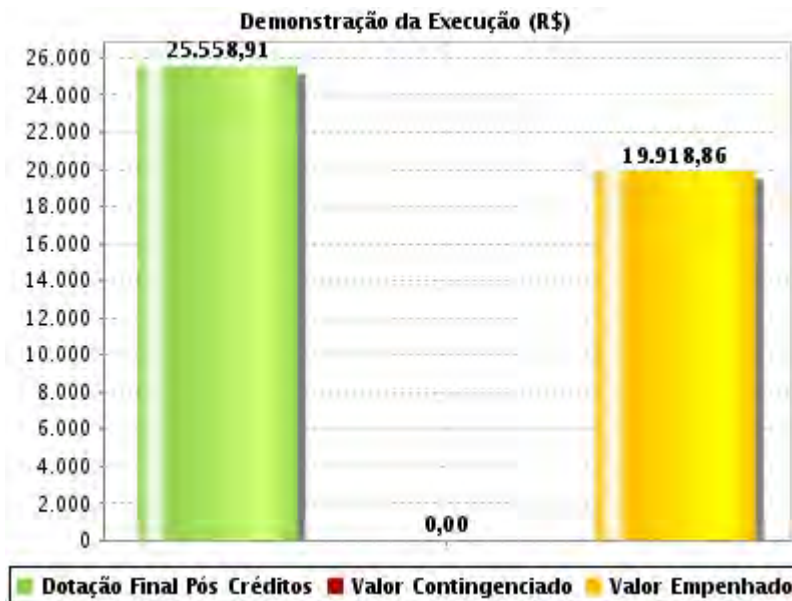


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 77,93%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A implantação deste programa representa um marco importante do enfrentamento das mudanças climáticas em Mato Grosso. Desta maneira, ainda que tenhamos tido contingenciamento de recursos, acreditamos que os resultados obtidos são satisfatórios e constituem-se em uma base sólida para que se possa atingir em curto espaço de tempo os objetivos esperados de forma plena. Nesse sentido, destacamos a consolidação do Fórum de Mudanças Climáticas, espaço democrático que abrigou e permitiu a construção da minuta da Política Estadual de Mudanças Climáticas e a minuta de Lei que prevê a criação do Sistema Estadual de REDD+. A aprovação da LEI que institui a Política permitirá a criação dos instrumentos necessários para gestão e controle das emissões de gases de efeito estufa, como Inventário das Emissões por Fontes, Plano Estadual de Mudanças Climáticas; Mecanismos de Comando e Controle; Instrumentos Econômicos; Projetos de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa; Licitações Sustentáveis; Educação, Pesquisa, Comunicação e Disseminação; Adaptação e Defesa Civil.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Com relação a efetividade do programa pode-se afirmar que um importante produto observado foi o fato de que no processo de construção das minutas de lei, muitas pessoas de várias instituições foram mobilizadas no âmbito do Fórum de Mudanças Climáticas em torno de novos conceitos, princípios e metodologias e se prepararam inevitavelmente para tomarem decisões que contemplem a dimensão climática nos mais diversos setores, visando a implantação de medidas que levem o Estado para uma economia de baixa emissão de carbono.

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

09

**Redução do ritmo de desmatamento
e recuperação do passivo ambiental e
das áreas degradadas dos biomas
de Mato Grosso**





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTAO DE AREAS DEGRADADAS (179)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa:

O ESTADO DE MATO GROSSO APRESENTA UMA ECONOMIA COMPLEXA, COM PREDOMÍNIO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA QUE, PELA SUA ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO E PRÁTICAS INADEQUADA, PRODUZ DANOS AMBIENTAIS QUE EXIGEM MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS E DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL. NESSES TERMOS, O ESTADO CONTABILIZA ATUALMENTE UM TERÇO DA SUA ÁREA TOTAL (90.335.790,80 HA) DEGRADADO, ESTANDO REPRESENTADO POR 1.047.769,00 HA DE MATAS CILIARES (SEMA, 2002), 271.007,37 HA DE ÁREAS DE MINERAÇÃO (METAMAT, 2006), 31.495.098,60 HA DESMATADOS E 294.772,93 HA DE VEGETAÇÃO NATIVA QUEIMADOS (SEPLAN, 2005). O RISCO DE AMPLIAÇÃO DA DEGRADAÇÃO É SIGNIFICATIVO AO SE CONSIDERAR A DIMENSÃO DO ESPAÇO OCUPADO POR ATIVIDADES POTENCIALMENTE DEGRADADORAS. APENAS EM QUATRO MUNICÍPIOS NO NORTE DO ESTADO, PROVÍNCIA DO GUAPORÉ (CLASSIFICAÇÃO DE REGIÃO MINERADORA SEGUNDO METAMAT), PODEM SER LICENCIADOS 1.429.648,08 HA PARA EXPLORAÇÃO MINERAL. A AGRICULTURA OCUPA 5.910.037 HA E A PECUÁRIA DISPÕE DE 27.766.427,28 HA DE PASTOS ARTIFICIAIS. ESSAS ATIVIDADES PROMOVEM GRANDES IMPACTOS AMBIENTAIS PELA DEGRADAÇÃO DOS SOLOS E DOS RECURSOS HÍDRICOS PELA DEPOSIÇÃO DE SEDIMENTOS (ASSOREAMENTO) E DE PRODUTOS QUÍMICOS NOS RIOS (FERTILIZANTES, PESTICIDAS). COMO EXEMPLO, OBSERVA-SE A SUB BACIA DOS RIOS SÃO LOURENÇO E VERMELHO ONDE FORAM IDENTIFICADAS 23 MICROBACIAS COM 25.249,96 HA DEGRADADOS (46% DA ÁREA TOTAL), SENDO 97,77% EM ÁREA DE PASTAGEM; 86 VOÇOROCAS E 61 NASCENTES DEGRADADAS.

Objetivo do Programa:

PROMOVER A REDUÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E A RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NOS BIOMAS DE MATO GROSSO VISANDO CONTRIBUIR COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

Público Alvo:

PRODUTORES RURAIS, INDUSTRIAIS, GARIMPEIROS, EMPRESÁRIOS DE MIN., COMUN. LOCAL E GESTORES PUBLICOS

Gestor(a) do Programa:

Ebenезer Borges Costa e Silvs

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	LEVANTAMENTO E AVALIACAO DAS AREAS DEGRADADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO	1,00	0,00	0,00	20.480,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CADERNO PUBLICADO/UNIDADE						
Ação	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO	500,00	200,00	40,00	153.373,42	119.566,88	77,96
Produto / Unidade de Medida	ÁREAS RECUPERADAS/HECTARE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PLANO DE APLICACAO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	criação e implementação do sistema de gestão de áreas degradadas do estado de Mato Grosso	100,00	15,00	15,00	30.300,00	15.000,00	49,50
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE GESTAO IMPLANTADO/PERCENTUAL						
Ação	capacitação sobre gestão de áreas degradadas	5,00	1,00	20,00	10.530,00	10.530,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL CAPACITADO/PESSOA						
Índice médio geral de realização:				35,00%			45,49%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
DIAGNÓSTICO DE ÁREAS DEGRADADAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS	PERCENTUAL	0,00	100,00	10,00	10,00	29/12/2011
Fonte: GRES/SEMA						
MAPEAMENTO DAS ÁREAS COM RISCOS POTENCIAL DE DEGRADAÇÃO	PERCENTUAL	0,00	100,00	20,00	20,00	29/12/2011
Fonte: GRES/SEMA						
MICROBACIAS DEGRADADAS IDENTIFICADAS	UNIDADE	0,00	250,00	0,00	0,00	29/12/2011
Fonte: .						
NÚMERO DE PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS IMPLANTADOS NO ESTADO	UNIDADE	2,00	6,00	1,00	1,00	29/12/2011
Fonte: GRES/SEMA						
QUANTIDADE DE ÁREAS DEGRADADAS RECUPERADAS NO ESTADO.	HECTARE	610,00	4.610,00	1.000,00	200,00	29/12/2011
Fonte: GRES/SEMA						
QUANTIFICAÇÃO DE MATAS CILIARES DEGRADADAS NO ESTADO	PERCENTUAL	0,00	100,00	20,00	20,00	29/12/2011
Fonte: GRES/SEMA						
QUANTIFICAÇÃO DE ÁREAS CRÍTICAS DEGRADADAS POR ANTROPIZAÇÃO NO ESTADO.	PERCENTUAL	0,00	100,00	10,00	10,00	29/12/2011
Fonte: GRES/SEMA						
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS EM UNIDADES CONSERVAÇÃO ESTADUAIS	HECTARE	0,00	1.000,00	100,00	43,00	29/12/2011
Fonte: GRES/SEMA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise dos Indicadores do Programa:

As ações do Programa 179 foram desenvolvidas de acordo com a disponibilidade de pessoal e de aplicação dos recursos com as atividades programadas. Demandas do Ministério Público, Prefeituras, Sub-Procuradoria Geral do Meio Ambiente, entre outras, que não estavam previstas no PPA 2008-2011 afetaram a realização das atividades programadas, no entanto, outros produtos, não programados, foram gerados.

As ações foram desenvolvidas de forma satisfatória, mesmo com os entraves burocráticos e financeiros. A ausência de recursos fortaleceu a execução de atividades que não dependiam dos mesmos, tais como levantamento de áreas degradadas de MT, mapeamento prévio de erosões de MT, elaboração de um mapa de áreas prioritárias para a recuperação de áreas degradadas e levantamento das iniciativas de recuperação em MT, diagnóstico das áreas degradadas das Unidades de Conservação (UC(s)) por imagem e campo, apoio técnico aos projetos em desenvolvimento de algumas prefeituras, discussão de normativas legais, levantamento de dados secundários para alimentar o banco de flora.

O escasso recurso disponível foi aplicado no desenvolvimento do Sistema de Gestão de Áreas Degradadas (SIGAD), aquisição de materiais de consumo para atividades de recuperação, aquisição de alguns materiais permanentes de campo e escritório, limitando principalmente o desenvolvimento das Ações 1545, 2048 e 3780, onde estavam previstas respectivamente a criação de núcleos de recuperação regionais (com viveiros, casas de sementes e redes de sementes), execução de ações de recuperação nas UC(s) e a implementação do SIGAD.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.079.999,99	214.683,42	145.096,88	0,00	13,43	67,59

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.
 ** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.
 Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:
 • Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
 • Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
 • Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
 • Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
 • Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

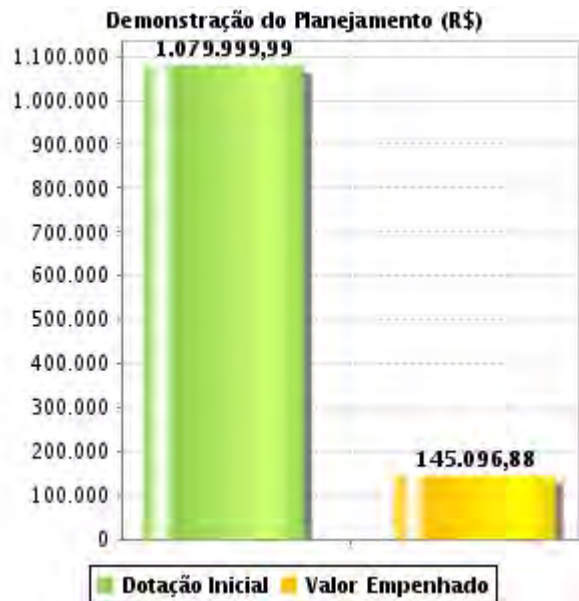
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **80,12%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 13,43%

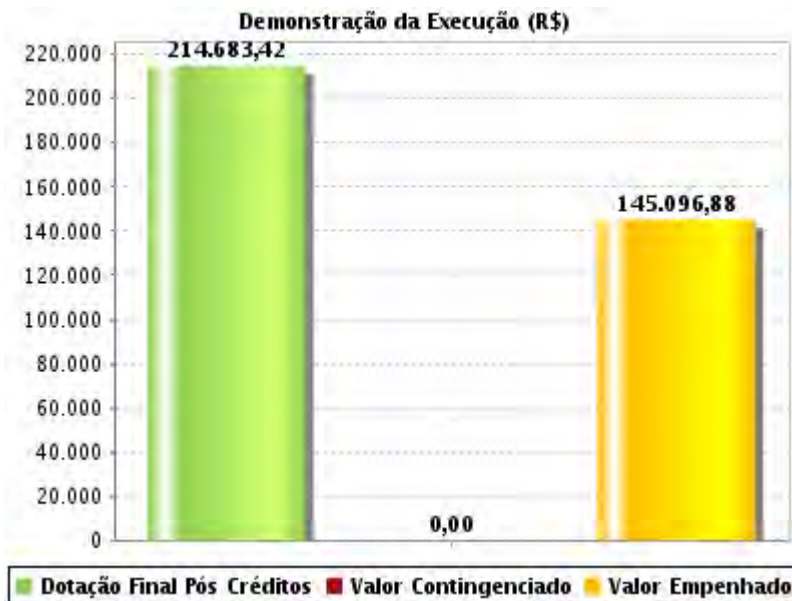


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 67,59%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O PPD apontado como altamente deficiente reflete o contingenciamento de recursos ocorridos, não coerente em 2011, mas durante todo período do PPA 2008/2011, quando as despesas com as atividades fins foram praticamente cessadas. Ações que representavam o maior investimento financeiro do programa tiveram seus processos de licitação negados devido ao contingenciamento generalizado que ocorria. Justificativa aparentemente contraditória quando analisado o COFD, uma vez que o mesmo foi avaliado como regular, no entanto, ressaltamos que os recursos foram direcionados para despesas não planejadas no PTA.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O programa 179 permitiu o avanço do levantamento das áreas degradadas de MT, o diagnóstico das áreas degradadas das UC(s), levantamento e organização de informações dos atores envolvidos com o tema, além de apoio técnico para subsidiar as ações de recuperação em vários municípios, elaboração de um mapa de áreas prioritárias para a recuperação, colaborando para a formação de um sistema de gestão ambiental das áreas degradadas de MT. O programa também permitiu disseminar informações no meio técnico de técnicas diferentes das habituais e promover reuniões que fundamentassem a minuta de normas legais que regulamentam o assunto.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA (190)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Origem do Programa:

INSUFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE MATÉRIA PRIMA NO SETOR FLORESTAL

Objetivo do Programa:

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR FLORESTAL ATRAVÉS DA PRODUÇÃO SUSTENTADA DE FLORESTAS POR MEIO DO REFLORESTAMENTO, FLORESTAMENTO E DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

Público Alvo:

PRODUTORES FLORESTAIS, TECNICOS, PESQUISADORES, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E CONS. DO SEG. DE PROD. FLORESTAIS

Gestor(a) do Programa:

Cesar Augusto de Almeida

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	DESENVOLVER PESQUISA PARA O SETOR FLORESTAL	5,00	5,00	100,00	16.996,20	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS ATENDIDOS/UNIDADE						
Ação	RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS E MATAS CILIARES	56,25	56,00	99,56	22.661,60	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ÁREAS DE MATA CILIAR DE NASCENTES RECUPERADAS/HECTARE						
Ação	ESTIMULAR AS ATIVIDADES DE FLORESTAMENTO, REFLORESTAMENTO E MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	50,00	50,00	100,00	10.903,01	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ÁREA REFLORESTADA AMPLIADA/HECTARE						
Ação	AMPARAR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS BEM COMO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	100,00	100,00	100,00	56.654,00	3.330,00	5,88
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				99,89%			1,47%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INCREMENTO DE AREA CULTIVADA COM FLORESTA - GERAL	HECTARE	145.498,17	160.000,00	160.000,00	0,00	
Fonte: AREFLORESTA						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.107.214,81	107.214,81	3.330,00	0,00	0,30	3,11

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **90,32%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 0,30%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 3,11%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Não houve liberação e disponibilização de recursos financeiros para o desempenho da ação. Prejudicando as liberações de parcelas de recursos financeiros dos projetos em execução de anos anteriores e também para contratação de novos projetos demandados do exercício de 2011.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Não houve liberação e disponibilização de recursos financeiros para o desempenho da ação. Prejudicando as liberações de parcelas de recursos financeiros dos projetos em execução de anos anteriores e também para contratação de novos projetos demandados do exercício de 2011.

Avaliação dos Programas Objetivo Estratégico

10

Democratização e aumento da
eficiência da gestão pública
do Estado





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (142)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

07401-CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO QUE NÃO FORNECE INFORMAÇÕES INTEGRADAS, SEGURAS E SUFICIENTES PARA OS PROCESSOS DE NEGÓCIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.
CAUSAS:

PROCESSOS:

- PROCESSOS DE NEGÓCIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO ESTÃO DEFINIDOS E MAPEADOS;
- PROCESSOS DE GESTÃO DO SEITI NÃO ESTÃO DEFINIDOS, MAPEADOS E IMPLEMENTADOS;
O FALTA DE INDICADORES QUE DEMONSTREM O RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS EM TI
- DESCOORDENAÇÃO DAS AÇÕES DO SEITI EXECUTADAS PELOS ÓRGÃOS.

PESSOAS

- FALTA DE PESSOAL ESPECIALIZADO E CAPACITADO NA ÁREA DE TI;
- FALTA DE CAPACITAÇÃO ADEQUADA DOS USUÁRIOS PARA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS;
- DESCONHECIMENTO DOS GESTORES/USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NOS ATUAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO;
- FALTA DE CONHECIMENTO POR PARTE DOS GESTORES DO POTENCIAL DA TI PARA O ALCANCE DOS SEUS RESULTADOS.

INFRA-ESTRUTURA

- INFRA-ESTRUTURA DE TI INADEQUADA PARA SUPORTAR OS PROCESSOS DE NEGÓCIO;
O INEFICIÊNCIA DO CONTROLE DO INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS;
O DEFASAGEM DO PARQUE TECNOLÓGICO;
- EXCESSIVA HETEROGENEIDADE E BAIXA INTEROPERABILIDADE DO AMBIENTE TECNOLÓGICO;
- O INFRA-ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO DEFASADA E INSUFICIENTE;
- FALTA DE DIRECIONAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DE TI DO ESTADO.

INFORMAÇÃO

- INFORMAÇÕES FRAGMENTADAS NOS DIVERSOS SISTEMAS INFORMATIZADOS;
- INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELOS SISTEMAS EM SUA MAIORIA SÃO OPERACIONAIS E POUCO CONTRIBUEM PARA OS PROCESSOS GERENCIAIS NOS NÍVEIS TÁTICO E ESTRATÉGICO;
- AUSÊNCIA DE POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO;
- POLÍTICA DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO NÃO É APLICADA
- SOLUÇÕES FORA DE PADRÃO, QUE PREJUDICA A INTEGRAÇÃO E INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES.

FATORES EXTERNOS

- DESALINHAMENTO DA POLÍTICA DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO COM POLÍTICAS INFORMACIONAIS DE OUTRAS ESFERAS E/OU PODERES QUE SÃO COMPULSÓRIAS A ALGUNS ÓRGÃOS (EX.: SES, SEDUC, SEJUSP)

EFEITOS:

RESULTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO ALCANÇADOS PARA ATENDER COM EFICÁCIA, EFICIÊNCIA, EFETIVIDADE E TRANSPARÊNCIA AS DEMANDAS DA SOCIEDADE:

- DEMORA PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS
- INFORMAÇÕES NÃO CONFIÁVEIS;
- DECISÕES COMPROMETIDAS;
- DIFICULDADE DE DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES E SERVIÇOS AO CIDADÃO;
- DIFERENTES NÍVEIS DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DOS ÓRGÃOS;
- VULNERABILIDADE DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- INEFICIÊNCIA DOS INVESTIMENTOS EM TI

Objetivo do Programa:

DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES INTEGRADAS, SEGURAS E SUFICIENTES AOS PROCESSOS DE NEGÓCIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Público Alvo:

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gestor(a) do Programa:

Wilson Celso Teixeira

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TI CORPORATIVA DO ESTADO - DATACENTER	40,00	0,00	0,00	765.840,00	365.840,00	47,77
Produto / Unidade de Medida	SERVICOS DE TI MELHORADOS/PERCENTUAL						
Ação	MODERNIZAÇÃO DA TI PARA O PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	MODULOS DO SISTEMA ARH DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						
Ação	ESTRUTURAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMACAO - SINFRA	0,00		0,00	508.126,40	226.583,50	44,59
Produto / Unidade de Medida	CONJUNTO DE INFORMATICA DISPONIBILIZADO/UNIDADE						
Ação	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS	1,00	0,00	0,00	317.256,00	73.505,40	23,17
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	ESTRUTURAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMATICA NA AUDITORIA GERAL	100,00	51,00	51,00	52.457,00	27.000,00	51,47
Produto / Unidade de Medida	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO/UNIDADE						
Ação	DESENVOLVIMENTO, READEQUAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS APLICATIVOS DO ESTADO	3,00	2,00	66,67	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	DEMANDA ATENDIDA/PERCENTUAL						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DA MT GÁS	25,00	3,00	12,00	43.200,00	4.149,98	9,61
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA INFORMATIZADO IMPLANTADO/PERCENTUAL						
Ação	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SEITI	0,00	55,00	5.500,00	12.500,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROCESSO DO SEITI IMPLANTADO/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	MODERNIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA SES						
Produto / Unidade de Medida	SERVIÇO DISPONIBILIZADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/PERCENTUAL	100,00	29,00	29,00	1.969.673,91	0,00	0,00
Ação	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						
Produto / Unidade de Medida	Unidades Operacionais Interligadas/UNIDADE	79,00	57,00	72,15	679.692,60	171.968,80	25,30
Ação	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE T.I. DA SAD						
Produto / Unidade de Medida	POLITICA IMPLANTADA/PERCENTUAL	100,00		0,00	2.404,92	2.404,92	100,00
Ação	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TI						
Produto / Unidade de Medida	INFRA ESTRUTURA MELHORADA/PERCENTUAL	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	DESENVOLVIMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO						
Produto / Unidade de Medida	FERRAMENTAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO IMPLEMENTADAS/UNIDADE	10,00		0,00	21.600,00	21.600,00	100,00
Ação	AQUISIÇÃO DE NOVOS SISTEMAS INFORMATIZADOS						
Produto / Unidade de Medida	SISTEMAS INFORMATIZADOS ADQUIRIDOS/UNIDADE	4,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES						
Produto / Unidade de Medida	SOFTWARE DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES IMPLANTADO/UNIDADE	1,00	3,00	300,00	407.182,06	354.322,16	87,02
Ação	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						
Produto / Unidade de Medida	PROJETO IMPLANTADO/UNIDADE	169,00	169,00	100,00	33.045,85	26.265,85	79,48
Ação	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TI						
Produto / Unidade de Medida	RECURSOS PLANEJADOS DE TI NECESSARIOS A GESTAO DISPONIBILIZADOS/PERCENTUAL	10,00	10,00	100,00	730.148,16	730.148,16	100,00
Ação	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES						
Produto / Unidade de Medida	SISTEMAS INTEGRADO/PERCENTUAL	10,00	10,00	100,00	640.409,25	591.159,35	92,31
Ação	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TI						
Produto / Unidade de Medida	REDE READEQUADA/UNIDADE	1,00	1,00	100,00	1.174.550,80	1.133.621,56	96,52
Ação	MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SEJUSP						
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE MODERNIZADA./PERCENTUAL	100,00	41,00	41,00	1.761.259,63	1.280.910,70	72,73



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ESTRUTURAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - AGE COPA	1,00	100,00	10.000,00	1.667.599,92	11.936,70	0,72
Produto / Unidade de Medida	SISTEMAS INFORMATIZADOS IMPLEMENTADOS/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				784,37%			44,32%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
DEMANDAS DE CLIENTES ATENDIDOS	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: .						
GRAU DE ADERÊNCIA ENTRE A NECESSIDADE DO USUÁRIO COM AS FUNCIONALIDADE DO SOFTWARE	PERCENTUAL	0,00	80,00	80,00	0,00	
Fonte: ND						
GRAU DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PLANEJADAS DO SEITI	PERCENTUAL	0,00	70,00	70,00	0,00	
Fonte: ND						
INVENTÁRIO DE TI ATUALIZADO	PERCENTUAL	0,00	70,00	70,00	0,00	
Fonte: ND						
MODELO DE SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL INTEGRADO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: .						
PERCENTUAL DE NOVOS SISTEMAS CORPORATIVOS INTEGRADOS AO FIPLAN	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: Cepromat						
PERCENTUAL DE SISTEMAS CORPORATIVOS INTEGRADOS AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO ESTADO	PERCENTUAL	0,00	13,20	3,30	0,00	
Fonte: Cepromat						
PERCENTUAL DE SISTEMAS INFORMATIZADOS IMPLANTADOS COM BASE NOS PROCESSOS DE NEGÓCIO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: Cepromat						
PERCENTUAL DE ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL INTEGRADOS AO PORTAL DO ESTADO	PERCENTUAL	0,00	13,36	3,34	0,00	
Fonte: Cepromat						
SERVIÇOS DE TI DISPONIBILIZADOS	PERCENTUAL	80,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: .						
SERVIÇOS DE SUPORTE E ATENDIMENTO EFETUADO	PERCENTUAL	0,00	70,00	70,00	0,00	
Fonte: ND						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise dos Indicadores do Programa:

Conforme RAG do exercício 2009, naquele ano foi sugerido à SEPLAN a extinção de alguns indicadores por serem inadequados e não serem monitorados: Demandas de clientes atendidas, Modelo de Sistema de Gestão Empresarial Integrado, Serviços de TI disponibilizados e Percentual de Sistemas Informatizados implantados com base nos processos de negócio. E foram criados novos indicadores.

Em 2010 não foi lançada a avaliação do programa.

Para 2011 não houve previsão para os indicadores extintos e não ocorreu monitoramento dos demais.

Não foram definidas as fontes para os indicadores: Grau de aderência entre a necessidade do usuário com as funcionalidades do software, Inventário de TI atualizado, Grau de execução das ações planejadas do SEITI e Serviços de suporte e atendimento efetuados.

Todos os indicadores necessitam de revisão quanto à adequação.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
13.822.545,75	10.786.946,50	5.021.417,08	0,00	31,77	40,71

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

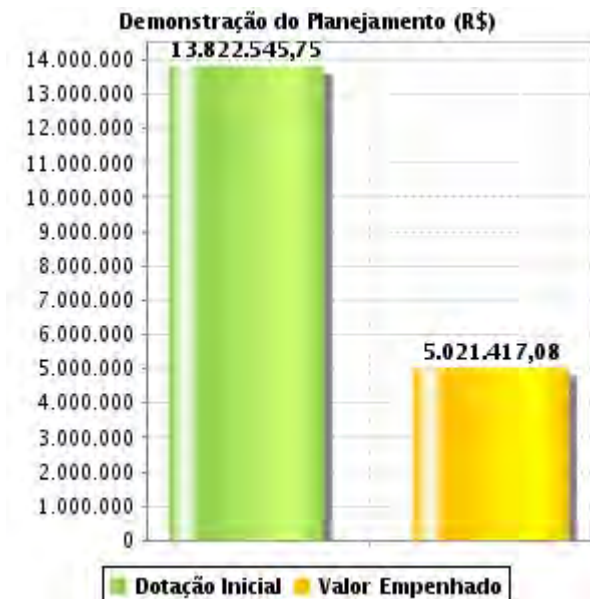
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **21,96%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 31,77%

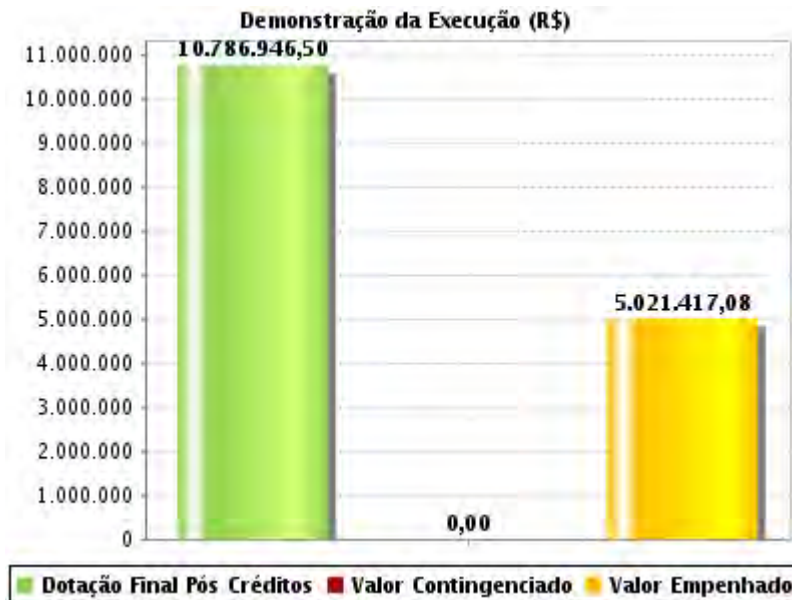




Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 40,71%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Em função do contingenciamento, da não realização das receitas previstas, da dificuldade de planejamento por parte da TI, da anulação de parte do orçamento para cobrir outras ações (contratos existentes, projetos priorizados) e da insuficiência de pessoas de TI os objetivos do programa não foram totalmente realizados.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

A administração pública atualmente conta com um ambiente informacional mais integrado através do FIPLAN, SIG, SEAP e PORTAL, disponibilizando informações que suportam parte de seus processos sistêmicos. A padronização das soluções de TI permitiu a facilidade da interoperabilidade de equipamentos/soluções. A exigência das aquisições de soluções de TI serem executadas mediante processos mapeados colabora na disponibilização de informação eficiente aos processos de negócio da administração pública estadual. Porém há processos sistêmicos e da área programática que ainda requerem automatização.

Os resultados não foram tão satisfatórios, conforme previsto inicialmente, devido às restrições que ocorreram.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: AÇÃO LEGISLATIVA (145)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

01101-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

AMPLIAR E FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS AÇÕES LEGISLATIVAS.

Objetivo do Programa:

FORTALECER O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PELO PODER LEGISLATIVO, ESTIMULANDO O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PROPICIAR O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DO PODER LEGISLATIVO.

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Luiz Marcio Bastos Pommont

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	AMPLIAR ESPAÇO FÍSICO	100,00		0,00	22.961.022,00	19.607.576,00	85,40
Produto / Unidade de Medida	SEDE AMPLIADA/METRO QUADRADO						
Ação	AUDIÊNCIA PÚBLICA	100,00		0,00	386.390,00	386.370,00	99,99
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	OUVIDORIA GERAL DO PODER LEGISLATIVO	25,00		0,00	34.980,00	34.280,00	98,00
Produto / Unidade de Medida	NÍVEL DE SATISFAÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				0,00%			94,46%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ACOES PLANEJADAS REALIZADAS	UNIDADE	40,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: .						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.521.400,00	23.382.392,00	20.028.226,00	0,00	1.316,43	85,66

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **1.436,90** %, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 1.316,43%

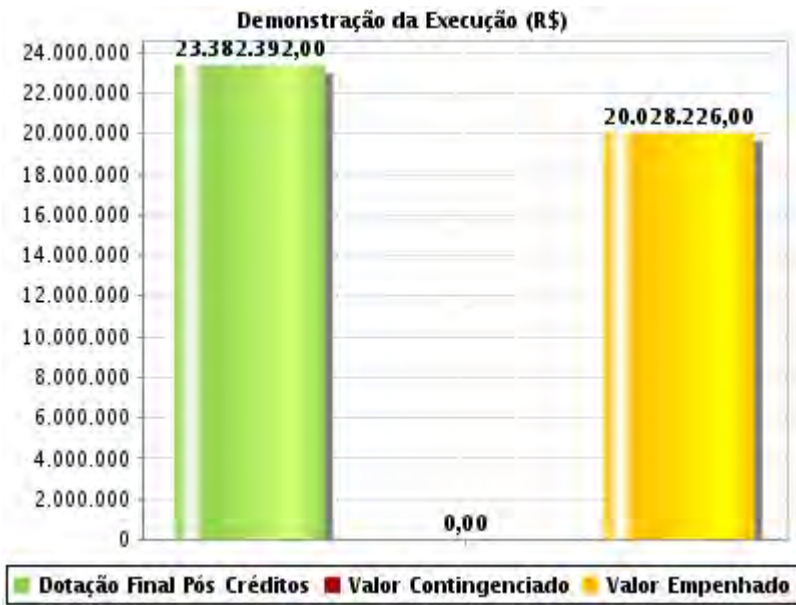


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 85,66%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: FISCALIZACAO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS (146)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

02101-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

MOLHORAR A FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Objetivo do Programa:

GARANTIR UM ATENDIMENTO DE QUALIDADE AO JURISDICIONADO E À SOCIEDADE

Público Alvo:

GOVERNO E SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Valter Albano da Silva

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	75,00	75,00	100,00	42.077.849,84	42.040.674,54	99,91
Produto / Unidade de Medida	RECURSOS FINANCEIROS ACOMPANHADOS/PERCENTUAL						
Ação	QUALIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AUDITORIA	100,00	40,00	40,00	110.680,00	110.680,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROCESSO PADRONIZADO/PERCENTUAL						
Ação	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS	100,00	10,00	10,00	5.000,00	5.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA IMPLANTADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				37,50%			74,98%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DE PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E MELHORIAS DE GESTÃO PÚBLICA	PERCENTUAL	3,70	3,70	3,70	0,00	
Fonte: ESCOLA DE GOVERNO						

Análise dos Indicadores do Programa:

As ações desempenhadas em acordo com o planejamento ajustado, aliadas ao baixo nível de dificuldades encontradas para a realização do Programa, resultaram no alcance dos objetivos propostos. Os indicadores de direcionamento que suportam este Programa são:

1) emissão de Pareceres e julgamentos de contas anuais; 2) avaliação de políticas públicas; 3) nível de satisfação da sociedade.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
35.127.839,84	42.193.529,84	42.156.354,54	0,00	119,97	99,88

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

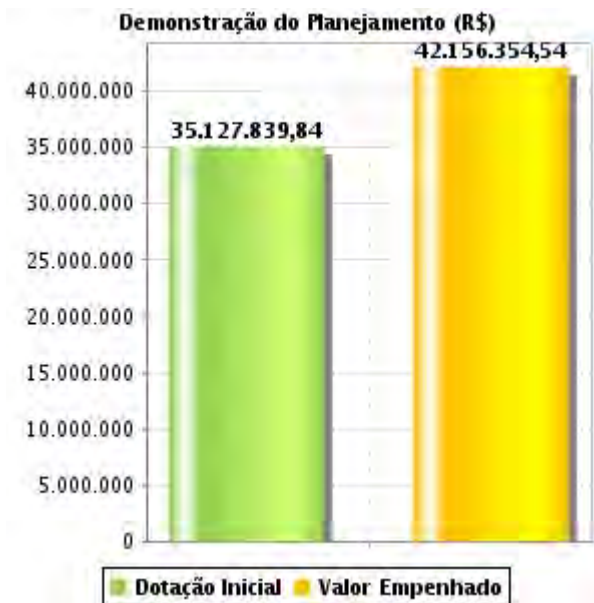
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **20,11%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 119,97%

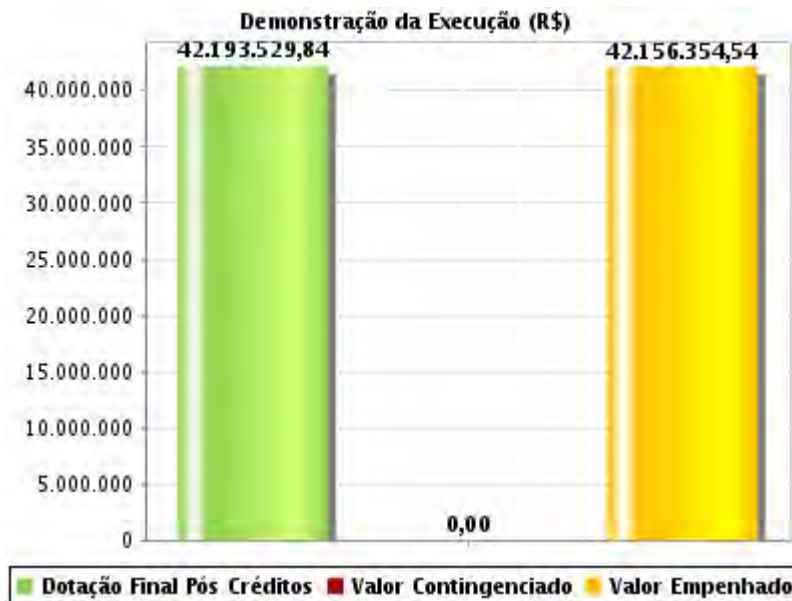


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 99,88%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A execução foi compatível com o planejamento, ocorrendo variação em relação à dotação inicial devido ao remanejamento de recursos para atender as necessidades das ações do Programa. Os recursos disponibilizados atenderam plenamente as necessidades de execução e foram utilizados praticamente em sua totalidade. Os recursos empregados neste Programa ajudaram a executar as principais metas do TCE-MT no âmbito da fiscalização: 1) emitir 100% dos Pareceres sobre contas anuais; 2) julgar 100% das contas anuais enviadas ao TCE-MT e, 3) avaliar resultados das políticas públicas de educação e de saúde.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Os resultados conseguidos atenderam plenamente às expectativas das partes interessadas; as metas relacionadas à fiscalização tiveram desempenho completo.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PRESTACAO JURISDICIONAL-ACAO JUDICIARIA (147)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

03101-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

CARÊNCIA DE SERVIDORES E ESTRUTURA AFETANDO O RESULTADO FINAL DO PRODUTO.

Objetivo do Programa:

GARANTIR PLENO EXERCICIO DO DIREITO DA CIDADANIA POR MEIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS JURISDICIONAIS.

Público Alvo:

DEMANDANTES DA JUSTIÇA

Gestor(a) do Programa:

Lucymar Kiyomi Ono

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO PARA MAGISTRADOS/SERVIDORES	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	VAGA OFERECIDA/VAGA						
Ação	CAPACITAÇÃO TÉCNICO JURISDICIONAL DE MAGISTRADOS.	675,00	179,00	26,52	1.440.000,00	1.220.948,34	84,79
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	MANUTENCAO ADMINISTRATIVA AOS JUIZADOS ESPECIAIS	100,00	100,00	100,00	730.000,00	562.591,46	77,07
Produto / Unidade de Medida	SERVIÇOS MANTIDOS/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				42,17%			53,95%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
-----------	-------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------	------------------



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

NUMERO DE PROCESSOS JULGADOS/ANO	UNIDADE	650.000,00	480.000,00	480.000,00	0,00	
Fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA						

Análise dos Indicadores do Programa:

O indicador utilizado para aferir o resultado do programa pretendia apurar o número de processos julgados do estoque, visando a redução na média de 40 mil processos/ano e paralelamente julgar os distribuídos do ano.

Partindo desse pressuposto, constatou-se, conforme dados extraídos pelo Núcleo Estatístico do TJMT, nos termos da Resolução 76/2009/CNJ, que o acervo de processos vem aumentando anualmente e de forma acentuada, sendo que do ano de 2010 para o ano de 2011 o crescimento da demanda foi de 4,7%. Em 2011 o número de processos distribuídos chegou a 281.008, dos quais foram baixados 216.089, resultando no seu aumento em 64.919 processos.

A linha base utilizada em 2007 foi de 650.000 processos em estoque que evoluiu em 2011 para 909.596 processos, logo, o estoque aumentou em 40 % no período.

O resultado do desenvolvimento do indicador sob análise deve-se a uma série de restrições de ordem administrativa e política, dentre os quais destacamos, greve de servidores ocorrida no ano de 2010, o não ingresso de magistrados devido concurso em andamento e de servidores em razão da inexistência de candidatos aprovados em concurso para determinadas regiões além das limitações impostas pela LRF.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.540.000,00	2.170.000,00	1.783.539,80	0,00	115,81	82,19

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

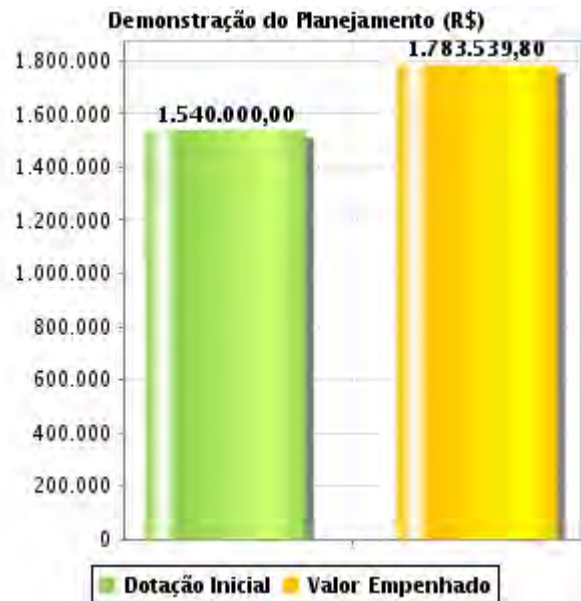
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **40,91%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 115,81%

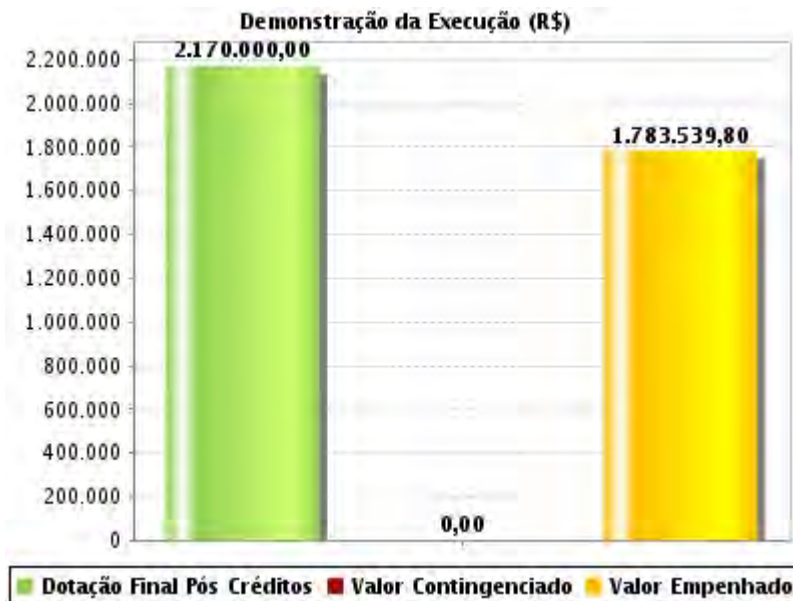


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 82,19%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

De acordo com os dados apresentados, observa-se que o desempenho do programa não foi satisfatório, em relação a meta física, em parte, devido à metodologia utilizada na sua formulação ao permitir que a execução das ações se desfocassem do resultado desejado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Constatou-se conforme dados extraídos pelo Núcleo Estatístico do TJMT, nos termos da Resolução 76/2009/CNJ, que o acervo de processos vem aumentando anualmente e de forma acentuada, sendo que do ano de 2010 para o ano de 2011 o crescimento da demanda foi de 4,7%. E, em 2011 o número de processos distribuídos chegou a 281.008, dos quais foram baixados 216.089, resultando no seu aumento em 64.919 processos.

A linha base utilizada em 2007 para o indicador do programa foi de 650.000 processos em estoque, que evoluiu em 2011 para 909.596 processos. Logo o estoque aumentou em 40 % no período.

O resultado do desenvolvimento do indicador sob análise deve-se a uma série de restrições de ordem administrativa e política, como: greve de servidores ocorrida no ano de 2010, o não ingresso de magistrados e servidores, o aumento no número de casos novos.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: REVITALIZACAO DA EMPAER (199)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12501-EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Origem do Programa:

O Estado de Mato Grosso, dentro do compromisso de implementar políticas e serviços públicos de apoio a sustentabilidade, expansão e fortalecimento da agricultura familiar, necessita assegurar os serviços de assistência técnica pública e gratuita a cerca de 143.000 agricultores que vivem e produzem em regime de economia familiar.

A EMPAER/MT é a empresa do governo responsável por executar estes serviços, possuindo 126 unidades operativas locais instaladas com uma força de trabalho, atuando diretamente nos municípios, de 287 profissionais, que prestaram, no período 2003/04, os serviços de ATER a aproximadamente 35% dos agricultores familiares existentes, ficando 65% que não foram beneficiados com estes serviços.

Considerando-se a capacidade média de atendimento do técnico, de 1 técnico para cada 150 agricultores, para atendimento de 100% da demanda seriam necessários um adicional a nossa força de trabalho de 666 profissionais.

A força atual de trabalho em quantidade insuficiente e com o agravante de ter neste total 44% como cargos comissionados, a deficiência das unidades operativas locais em equipamentos (informática, comunicação e/ou veículos) e a necessidade de qualificação e/ou atualização em algumas áreas específicas evidenciam a comprovada limitação desta empresa atender toda a demanda, pelos serviços de ATER, da agricultura familiar do estado. Com isso restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e aos benefícios de algumas políticas públicas, o que contribui para geração de graves efeitos sócio econômico sobre a agricultura familiar pela exclusão de grande parte desse segmento do processo produtivo e do desenvolvimento rural, criando grandes aglomerados urbanos e reduzindo as perspectivas de crescimento e as alternativas para as famílias viverem com dignidade.

O cenário acima exposto ratifica a necessidade do governo priorizar a revitalização da EMPAER-MT garantindo a oferta permanente e contínua de um serviço público, gratuito e de qualidade, capaz de contribuir decisivamente para o processo de construção e consolidação do desenvolvimento rural e da agricultura que, além de sustentáveis, possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural.

"DEFICIÊNCIA ESTRUTURAL DA EMPAER PARA ATENDER AS DEMANDAS DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO".

Objetivo do Programa:

INCORPORAR MUDANCAS E PROVOCAR MELHORIAS NO SEU DESEMPENHO INSTITUCIONAL.

Público Alvo:

AGRICULTORES FAMILIAR

Gestor(a) do Programa:

Enock Alves Dos Santos

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	MODERNIZACAO DA GESTAO						
Produto / Unidade de Medida	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ELABORADO/UNIDADE	108,00	1,00	0,93	303.316,00	0,00	0,00



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	APARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DA EMPAER	83,00	66,00	79,52	7.470.412,78	5.085.675,26	68,08
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE OPERACIONAL REAPARELHADA/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	132,00	133,00	100,76	68.067,00	34.678,64	50,95
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Índice médio geral de realização:				60,40%			39,68%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ÍNDICE DE COBERTURAS DAS ACOES DE ATER	PERCENTUAL	30,45	39,72	39,72	22,26	31/12/2011
Fonte: RAG 2006						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O Programa de Revitalização da EMPAER-MT, foi concebido mediante a necessidade de fortalecer, qualificar e ampliar a abrangência do serviço oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, do Estado de Mato Grosso. A demanda pelo serviço de ATER na agricultura familiar é provocada pelo grande número de agricultores familiares, cerca de cento e quarenta mil e duzentos, existentes no Estado.

A EMPAER-MT é a Empresa do Governo responsável para executar estes serviços e como tal, está presente em 94% dos municípios e durante esse exercício prestou os serviços de assistência técnica e extensão rural a 31.205 agricultores familiares, correspondendo a 22,26 % dos agricultores existentes no estado, resultando no alcance de um índice de cobertura das ações de ATER bem aquém do programado.

Por ocasião da elaboração do PTA/LOA, para o Programa fora disponibilizado apenas recursos das Fontes 262 e 208, representando respectivamente 92,50% e 7,50% da programação inicial. Porém na tramitação da peça orçamentária, foi aportado, através de emenda parlamentar, recursos da Fonte 100 na ordem de R\$ 2.000.000,00 com a finalidade de atender as despesas básicas de todo o órgão dentro das modalidades de investimento (equipamentos para reaparelhamento das unidades) e de custeio (despesas básicas de manutenção das unidades), garantindo dessa forma a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, aporte esse validado pela SEPLAN e inserido/autorizado na LOA como dotação inicial no projeto de Modernização da Gestão.

Com esse valor disponibilizado e considerando a finalidade de custear todas as despesas básicas de manutenção e reestruturação das unidades operacionais, fora necessário a realização de uma reprogramação no sentido de alocar a programação das despesas nos demais projetos que tem em seu objetivo a manutenção de despesas básicas das unidades operacionais do órgão e o aparelhamento das unidades operacionais e assim, consolidando a reprogramação dentro da real finalidade do aporte de recursos, foi remanejado o valor de R\$ 1.693.400,00 para suplementação em outras ações dessa unidade orçamentária, ficando nesse Programa, no projeto 1782 o montante de R\$ 306.600,00 dentro da finalidade de reestruturação via aparelhamento das unidades com o atendimento das demandas de aquisição de equipamentos de trabalho com foco na melhoria das condições da infra-estrutura das unidades operacionais.

Observa-se que a execução dos projetos ficou comprometida em função de restrições de ordem administrativa e financeira ocorrida na disponibilização das fontes de recursos que compunham a dotação total programada, com destaque para as Fontes 262 e 208.

Na Fonte 262, no convênio MDA restrições administrativas - pendências, junto ao concedente, vinculada ao atendimento da documentação básica para autorização/disponibilização do recurso por parte do MDA. Considerando o fato da Empresa se encontrar no CAUC (pendência junto a Receita Federal) no período de abril a outubro, para o qual a Empresa tomou as providências cabíveis em abril/11, entrando com um mandato de segurança conta a Receita Federal e somente no final de outubro foi dado uma liminar suspendendo a inclusão do CAUC e assim habilitando a Empresa de retirar a Certidão Negativa de Dívida Ativa da União para o atendimento de 100% da documentação exigida com a consequente liberação da 2ª parcela (R\$ 2.425.310,00) em Novembro/11. Essa defasagem de 07 meses no cronograma de liberação das parcelas, inviabilizou a realização de 85% das aquisições programadas. No convênio PAC-EMBRAPA a execução foi compatível com a programação.

Na Fonte 208, o desempenho da arrecadação da receita próprio no período (cerca de 77% abaixo do programado), levou o nível estratégico do órgão decidir pela priorização da utilização da receita efetivamente arrecadada como reserva para o pagamento de acordos trabalhistas a serem julgados em detrimento aos investimento programados nesta ação, fato que inviabilizou a quase totalidade das aquisições programadas.

O déficit da cobertura de atendimento, deve-se principalmente a estrutura da EMPAER se encontrar atualmente com a força de trabalho em quantidade insuficiente, aliada a deficiência das unidades operativas locais em equipamentos de trabalho (informática, comunicação e/ou veículos, motos e outros), para a qual neste PTA /LOA foi disponibilizado um aporte significativo de recursos na na fonte 262, mas que no decorrer da execução por restrições administrativas e financeiras já mencionadas, a programação referente ao convênio MDA/SAF foi inviabilizada na sua quase totalidade e assim sendo, esta deficiência em equipamentos vem persistindo e como tal se caracteriza como um sério fator restritivo ao longo dos anos, limitando significativamente nossa capacidade, não só de melhorar a qualidade dos serviços, mas principalmente de aumentar a abrangência desses serviços.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
9.554.256,00	7.841.795,78	5.120.353,90	0,00	53,59	65,30



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

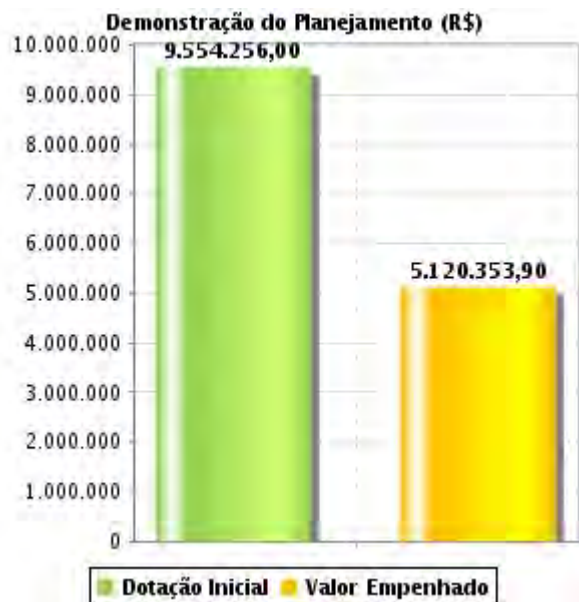
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

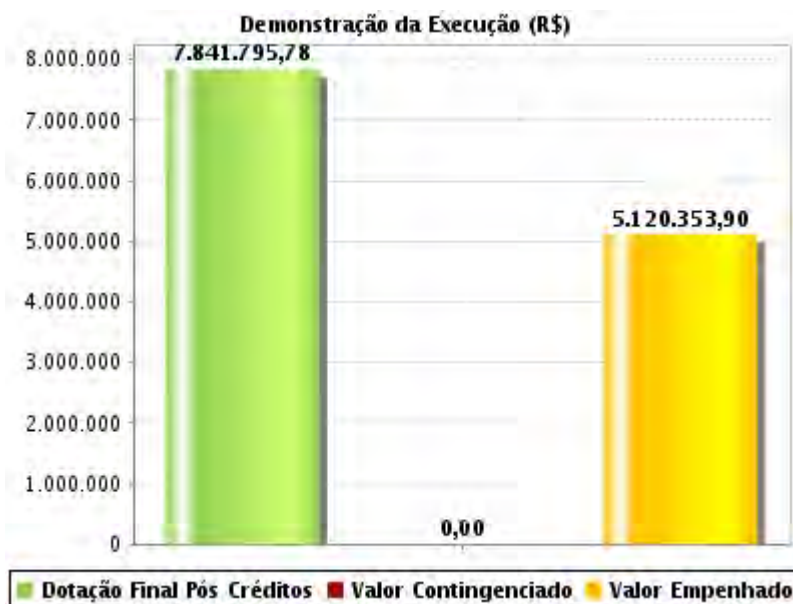
- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **17,92%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 53,59%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 65,30%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

A dotação inicial teve uma redução de R\$ 1.712.460,22 (17,92%) resultante da anulação de R\$ 2.000.000,00 do Projeto 1625 - Fonte 100 que foram remanejados para suplementar os projetos/atividades 2005 9900 (R\$ 721.160,00), 2006 9900 (R\$ 98.950,00), 2007 0600 (R\$ 480.470,00), 2009 9900 (R\$ 89.220,00), 2014 9900 (R\$ 10.200,00) em atendimento as despesas básicas de manutenção do órgão, como também os projetos 1782 (R\$ 306.600,00) e 3772 (R\$ 293.400,00) em atendimento as despesas de investimento para aparelhamento das unidades operacionais e da anulação de R\$ 176.708,50 do projeto 1782 - F100 sendo R\$ 32.384,01 para suplementar o projeto 2365 9900 com a finalidade de viabilizar a dotação necessária para devolução junto à União do montante de recursos financeiros decorrentes dos bloqueios provenientes de ações judiciais em conta de convênio e R\$ 144.324,49 para suplementar ação de outra unidade orçamentária para atender despesas com encerramento do exercício.

Nos três projetos em execução, o de Modernização da Gestão não houve execução orçamentária em função do redirecionamento da estratégia preconizando a realização das tarefas programadas de forma conjunta e aproveitando a realização de outras tarefas com objetivos similares, viabilizada no projeto 2365 9900 - Fontes 100 e 240, justificando assim o índice sem execução orçamentária compatível. No projeto de Capacitação de Servidores o desempenho orçamentário da Fonte 262 que teve sua execução comprometida em função do atraso na liberação da 2ª parcela de recursos, que limitou totalmente a capacidade de execução orçamentária nessa fonte e no Projeto de Aparelhamento das Unidades Operacionais, observa-se que a execução orçamentária foi abaixo da programada após os créditos e se deveu principalmente, ao desempenho orçamentário das fontes 208 e 262 que tiveram sua execução comprometida, em função da ocorrência de fatores restritivos de ordem administrativa e financeira já mencionados. É importante registrar que não houve remanejamento da dotação não utilizada para outras ações

Desta forma, a redução da dotação inicial aliado ao desempenho orçamentário das Fontes 262 e 208 que tiveram sua execução comprometida, em função das restrições já mencionadas nas respectivas fontes, justifica o índice do PPD apurado de 55,59%. É importante registrar que não houve remanejamento da dotação não utilizada para outras ações.

CAPACIDADE DE EXECUÇÃO - COFD: 65,30%

No projeto de Aparelhamento das Unidades Operacionais (1782) a execução financeira ocorreu de acordo com a disponibilidade do fluxo de caixa, o qual no decorrer do exercício foi constatado alguns meses com fluxo insuficiente nas Fontes 262 e 208, em função da defasagem de 07 meses na efetiva disponibilização dos recursos da Fonte 262 referente a 2ª parcela do convênio MDA / ATER (37% do programado), prevista para liberação em abril/11 e só ocorrendo em novembro/11, prejudicando a execução financeira pelo o exíguo tempo disponível para cumprimento dos tramites legais para a realização das devidas aquisições e assim inviabilizando a capacidade de execução de 85% da programação de investimento do referido convênio e na Fonte 208 a decisão do nível estratégico do órgão pela priorização da utilização da receita efetivamente arrecadada como reserva para o pagamento de acordos trabalhistas a serem julgados em detrimento aos investimento programados nesta ação, fato que inviabilizou a quase totalidade das aquisições programadas,

Nos demais projetos, registram-se no Projeto de Modernização da Gestão (1625 9900) que não houve execução financeira em função do redirecionamento da estratégia preconizando a realização dos serviços programados de forma conjunta e aproveitando a execução financeira de outras tarefas com objetivos similares viabilizadas no projeto 2365 9900 - F.100 e F.240, e no Projeto de Capacitação de Recursos Humanos (3831 9900) a execução financeira ocorreu de acordo com a disponibilidade de caixa, que apresentou alguns problemas de insuficiência de disponibilidade decorrente do atraso na liberação da 2ª parcela de recursos do convênio MDA, ocasionando uma total indisponibilidade de caixa no período de abril a novembro com a conseqüente limitação total de execução financeira no período.

Assim sendo, a insuficiência de fluxo de caixa apresentada em alguns meses do ano decorrente das restrições administrativas e financeiras já apontadas nas Fontes 262 e 208, evidencia a nossa limitada capacidade de execução financeira demonstrada pelo regular COFD atingido (65,30%).

EXECUÇÃO:

O Programa contempla três projetos, quais sejam: Modernização da Gestão, Capacitação de Recursos Humanos e Aparelhamento das Unidades Operacionais,

No Projeto de Modernização da Gestão, registra-se que não houve execução da meta física, muito embora o redirecionamento da estratégia preconizando a realização das tarefas programadas de forma conjunta e aproveitando a realização da execução orçamentária e financeira de outras tarefas com objetivos similares oportunizadas no projeto 2365 9900 com recursos da Fonte 100 e 240, viabilizou a implementação parcial da medida prevista tenha viabilizado a execução da medida que resultou na implementação parcial da metodologia do processo de planejamento pelo desdobramento de diretrizes em 07 regiões administrativas, oportunizando incremento de algumas melhorias na padronização e uniformização de documentos, processos e procedimentos diretamente relacionados com o processo de planejamento, destacando-se como resultado a elaboração dos PTA-s 2011 de 98 unidades operativas, utilizando para elaboração da proposta um instrumental semelhante ao recomendado pela SEPLAN e utilizado para elaboração do PTA do órgão.

Referente ao Projeto de Capacitação de Recursos Humanos, a maioria dos eventos programados nesta ação, foram



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

previstos dentro do convênio MDA/ATER - F.262 e estavam contemplados para realização com recursos da 2ª parcela prevista para liberação em abril/11 e, considerando que a liberação só ocorreu em novembro/11, a execução ficou prejudicada, tendo sido realizado um evento capacitando 38 técnicos na área de Planejamento Regional / Municipal. Porém a EMPAER-MT, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e EMBRAPA, participou de 04 eventos de capacitação, oportunizando a qualificação e/ou requalificação de 95 servidores, sendo 30 técnicos capacitados na cadeia produtiva do Leite através de 01 evento de capacitação custeado pelo MAPA e dividido em 05 Módulos e 65 técnicos capacitados em 03 eventos de capacitação custeados pela EMBRAPA, resultando 25 técnicos capacitados em olericultura, 20 técnicos capacitados em Fruticultura e 20 técnicos capacitados em Piscicultura.

Quanto ao projeto 1782, a execução ficou comprometida em função de restrições de ordem administrativa e financeira ocorrida na disponibilização das fontes de recursos que compunham a dotação total programada, com destaque para as

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O Programa de Revitalização da EMPAER-MT foi concebido mediante a necessidade de fortalecer, qualificar e ampliar a abrangência do serviço oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, do Estado de Mato Grosso. A demanda pelo serviço de ATER na agricultura familiar é provocada pelo grande número de agricultores familiares existentes no Estado, cerca de cento e quarenta mil e duzentos.

A EMPAER-MT é a Empresa do Governo responsável para executar estes serviços e como tal, está presente em 94% dos municípios e durante o período 2008 a 2011, prestou os serviços de assistência técnica e extensão rural em 2008 a 30.810 agricultores familiares, em 2009 a 31.628 agricultores familiares, em 2010 a 31.134 agricultores familiares e em 2011 a 31.205 agricultores familiares, correspondendo respectivamente a 21,98%, 22,56%, 22,21 % e 22,26% dos agricultores existentes no estado.

A Empaer-MT, com 79% da sua força de trabalho de técnicos (298) atuando diretamente no campo dentro do segmento de ATER, vem atendendo em média 22,25% dos agricultores familiares existentes no estado, resultando um desempenho de 105 agricultores atendido por técnico.

Quando da elaboração do PPA, a meta programada para o final do período (2011), previa o atendimento de cerca de 40% dos agricultores familiares existente no estado (56.080) com uma força de trabalho ampliada de 298 para 518 técnicos com um desempenho programado de 108 agricultores atendidos por técnico. A expectativa de realização do concurso para contratação de técnicos, com orçamento disponibilizado para tal na LOA de 2009, não foi autorizado e a partir daí tramitando as negociações, que até o momento não se consolidou. Assim sendo, a força atual de trabalho em quantidade insuficiente e com o agravante de ter neste total 38% como cargos comissionados e 19% com contrato temporário, se constituiu em uma das principais limitação para o atingimento da meta proposta, resultando no alcance de um índice de cobertura das ações de ATER bem abaixo do programado.

O Programa contempla três projetos, quais sejam: Modernização da Gestão, Capacitação de Recursos Humanos e Aparelhamento das Unidades Operacionais, os quais tiveram no período 2008-2010, um desempenho orçamentário e financeiro na ordem de 67,09% em 2008, 47,77% em 2009, 13,74% em 2010 e 65,30 em 2011, totalizando um desempenho no período de 48,47%.

Os resultados obtidos nos três projetos implementados no período 2008-11, embora bem aquém dos programados, contemplou o incremento de algumas melhorias na padronização e uniformização de documentos, processos e procedimentos diretamente relacionados com o processo de planejamento da atividade fim de 98 unidades operacionais municipais (Proj. 1625 9900), a capacitação de 206 técnicos sem repetição (313 técnicos com repetição no período 2008 - 2010 e 133 técnicos com repetição em 2011) em áreas de conhecimentos estratégicas, destacando-se a área de Planejamento Regional e Municipal (Proj. 3831 9900), assim como o reaparelhamento de 73 Unidades Operativas Locais (66 unidades em 2011) pelo provimento de alguns equipamentos adquiridos, que propiciaram entre outras melhorias, o incremento de 30% da frota de veículos existente, com aquisição de 100 veículos (06 em 2011), investimento este que representa cerca de 96% dos veículos adquiridos nos últimos 08 anos, a aquisição de 10 motos, aquisição de 07 tratores agrícolas com implementos, outros equipamentos (agrícolas - 88 itens, comunicação - 58 itens, laboratório - 81 itens) e 113 computadores (Proj. 1782).

Com o baixo desempenho no alcance das metas físicas, orçamentárias e financeiras previstas nos projetos que compõem o Programa, os resultados obtidos de forma parcial não foram suficientes para alcançar as melhorias no nível desejado e desta forma, contribuir efetivamente no alcance do objetivo do programa, proporcionado a Empresa as condições necessárias para melhorar o desempenho e a abrangência das ações de ATER.

Assim sendo, o déficit da cobertura de atendimento, deve-se principalmente a estrutura da EMPAER se encontrar atualmente com a força de trabalho em quantidade insuficiente, aliada a deficiência das unidades operativas locais em equipamentos de trabalho (informática, comunicação e/ou veículos, motos e outros), para a qual no PPA 2008-2011 fora disponibilizado um aporte significativo de recursos na F100 (Emenda Parlamentar) e na fonte 262, mas que no decorrer da execução por restrições administrativas e financeiras, a programação foi inviabilizada na sua quase totalidade (Na Fonte 100, a política de contenção de gastos adotada pelo Conselho Econômico do Governo, principalmente no ano de 2010, e na F-262 - Convênios: a defasagem verificada entre os recursos previstos nas LOA-S a serem liberados através dos convênios MDA/SAF e PAC-Embrapa e os efetivamente realizados, resultando uma redução de mais de 60% dos recursos previstos) e assim sendo, esta deficiência em equipamentos vem persistindo e como ta



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (219)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

20101-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Origem do Programa:

AS AÇÕES DE GOVERNO SÃO MAL FORMULADAS, NÃO SÃO ACOMPANHADAS, NEM AVALIADAS.

Objetivo do Programa:

GARANTIR CONDIÇÕES TÉCNICAS, INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS PARA A ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Público Alvo:

GESTORES PÚBLICOS - SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Ivana Célia da Cruz Lobato

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO ANUAL E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						
Ação	ELABORACAO DO PPA 2012-2015	1,00	1,00	100,00	170.974,00	170.974,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						
Ação	FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	24,00	176,00	733,33	125.700,00	125.700,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO DE MATO GROSSO - MT+20	1,00	1,00	100,00	485.065,06	474.195,06	97,76
Produto / Unidade de Medida	RELATÓRIO DISPONIBILIZADO/UNIDADE						
Ação	MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁREA AMBIENTAL	24,00	4,00	16,67	22.797,29	1.997,29	8,76
Produto / Unidade de Medida	RELATORIOS DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	CAPACITAÇÃO DE RESPONSÁVEIS POR PROGRAMAS E AÇÕES PARA O MONITORAMENTO	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	TECNICO CAPACITADO/PESSOA						
Ação	ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	RELATÓRIO DISPONIBILIZADO/UNIDADE						
Ação	MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS	3,00	1,00	33,33	552,00	552,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	RELATORIOS DISPONIBILIZADOS/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				142,59%			45,17%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
OBJETIVOS ESTRATEGICOS MONITORADOS E AVALIADOS	PERCENTUAL	0,00	60,00	60,00	0,00	01/03/2012
Fonte: SPP/SEPLAN						
PERCENTUAL DE PROGRAMAS COM GESTÃO INTERSETORIAL	PERCENTUAL	0,00	10,00	10,00	26,20	01/03/2012
Fonte: SPP/SEPLAN						
PERCENTUAL DE REMANEJAMENTOS EM RELAÇÃO AO LIMITE ESTABELECIDO NA LOA	PERCENTUAL	19,00	15,00	15,00	47,70	01/03/2012
Fonte: SPP/SEPLAN						
PPD - PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA DESPESA	PERCENTUAL	36,00	80,00	80,00	97,40	01/03/2012
Fonte: SPP/SEPLAN						
PROGRAMAS DO PPA MONITORADOS	PERCENTUAL	0,00	60,00	60,00	23,30	01/03/2012
Fonte: SPP/SEPLAN						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O indicador PPD - Planejamento e Programação da despesa apresenta resultado de 97,4%, demonstrando índice de acerto da previsão da receita estadual, estimada no mês de Maio/2011, que é base para a alocação de recursos no Orçamento Anual.

O indicador de índice de Remanejamentos em Relação ao Limite estabelecido na LOA, tem apresentado resultado considerado alto, desde o exercício de 2010, quando mudou a sistemática de Créditos Adicionais no FIPLAN, onde havia prazos estabelecidos para apresentação e análise de alterações orçamentárias, ficando de livre encaminhamento pelas UOS, a qualquer época do ano, adotando-se ainda as alterações até MODALIDADE DA DESPESA, impossibilitando qualquer análise dos elementos de despesa, que ficaram restritos aos lançamentos contábeis.

O índice de programas monitorados (23,3%) reflete a escolha da SEPLAN em priorizar o monitoramento nos programas constantes do Anexo de Metas e Prioridades/LDO.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.268.157,28	805.088,35	773.418,35	0,00	60,99	96,07

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

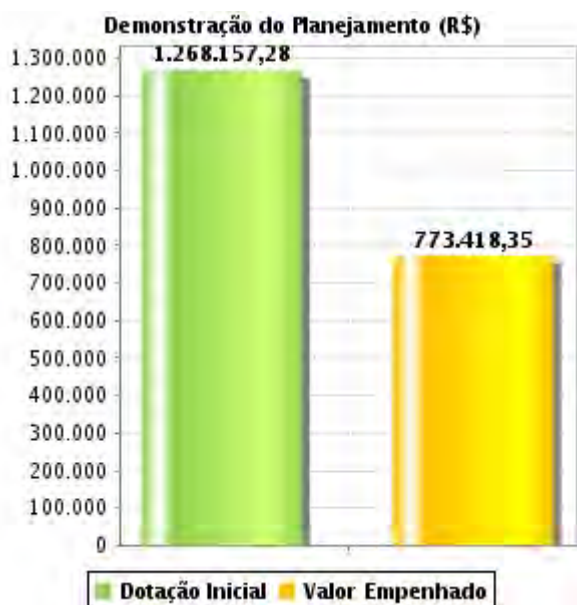
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **36,52%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 60,99%

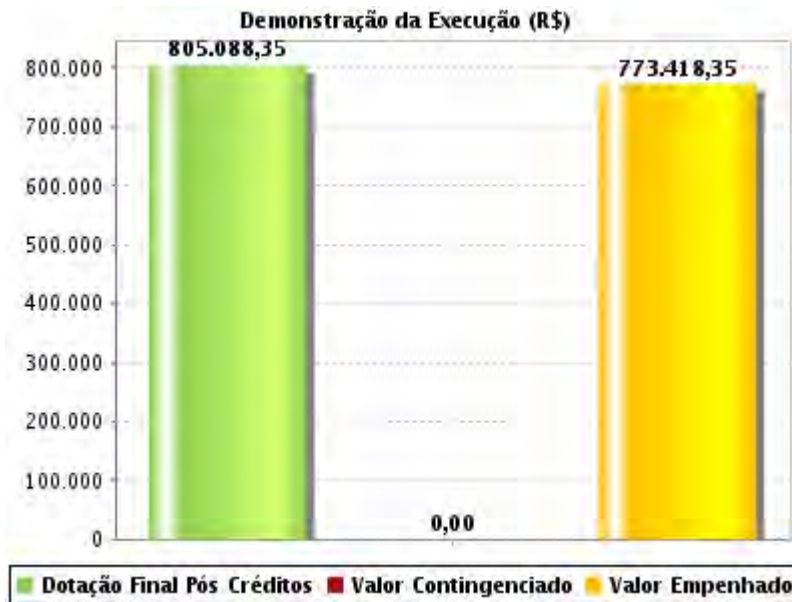




Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 96,07%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

De modo geral o índice de capacidade de planejamento reflete a grande quantidade de alterações orçamentárias que atinge este programa, facilitado pela adoção de uma metodologia flexível quanto as mudanças permitidas da execução anual. Foi adotada permissão de alteração de 20% do total do orçamento, já na aprovação da peça orçamentária pelo poder legislativo. O índice de capacidade de execução, embora com ótima classificação, é resultado da técnica de remanejamento dos saldos disponíveis ao final do exercício que projetam o percentual de 96,07% alcançado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O programa de coordenação de políticas públicas se constitui na missão da própria Secretaria de Planejamento do Mato Grosso, no contexto da Administração Pública Estadual.

Este programa visa contribuir para a democratização e aumento da eficiência da gestão pública do estado, com a melhoria da elaboração e controle das políticas públicas.

Durante este período de vigência do presente PPA 2008-2011, foi elaborado o plano estratégico de longo prazo do estado de Mato Grosso, o MT2030. A efetividade do plano e sua execução de acordo com as diretrizes estratégicas vai requerer da SEPLAN a montagem deste sistema de gestão que permita a identificação das diretrizes de longo prazo com as metas de médio prazo, expressas nos PPAs que o compõem.

Um dos métodos de desenvolvimento da coordenação dos instrumentos de planejamento foca no ciclo completo do planejamento estratégico, que se divide em quatro etapas: reflexão estratégica e discussão com a sociedade, formulação, execução e monitoramento.

Iniciando a análise pelas primeiras fases do ciclo, a reflexão estratégica e a formulação, estas têm sido as mais difíceis de mostrar um resultado satisfatório, visto que os resultados demonstram que as equipes das Secretarias e Órgãos, que são responsáveis pelas políticas setoriais têm dificuldade em aplicar a metodologia de planejamento disseminada pela SEPLAN, com desenho dos Programas e Ações que não conseguem exprimir os impactos esperados para sociedade.

A fase do ciclo chamada de execução, que compete a cada Órgão ou entidade da esfera estadual, e no qual cabe a SEPLAN zelar pela compatibilidade com o planejamento pactuado no Plano Plurianual aprovado, tem tido um desempenho pautado num aparato tecnológico (FIPLAN) altamente abrangente e que atende às necessidades de adequação as normativas legais e transparência ao gasto público, tendo esta ferramenta contribuído com a elaboração de metodologia, análise da proposição dos Órgãos, elaboração das Leis que regem os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

No período de vigência do Programa ora analisado, as discussões com a sociedade se deram por meio de Audiências Públicas, convocadas pela Assembleia Legislativa estadual, em que coube à SEPLAN coordenar as apresentações das propostas das Secretarias e Órgãos, quanto ao detalhamento das propostas de instrumentos (PPA e LOA) para validação junto à sociedade civil.

A execução do programa propiciou a formação e a melhoria das condições técnicas, institucionais e operacionais para a articulação e a materialização das políticas públicas expressas nos planos e programas de governo.

Para revisão do plano de Longo Prazo MT 2030, foram realizadas oficinas com diversos setores da sociedade, representantes da esfera pública, da sociedade organizada e da academia.

A capacitação dos agentes públicos (técnicos e gestores das diversas áreas de governo) abrangeu na época de elaboração do PPA 2012-2015 a média de 176 servidores da administração pública estadual, contribuindo positivamente para a agregação de conhecimentos relativos aos conceitos, métodos e ferramentas utilizadas nas diferentes etapas do ciclo de gestão das políticas públicas.

O monitoramento foi institucionalizado, na vigência do programa, resultando num módulo informatizado no FIPLAN, que resultou num ganho de qualidade e celeridade no acompanhamento dos projetos e atividades que executam a ação governamental. Destarte o aparato tecnológico disponibilizado, o desenho aplicado nas leis aprovadas apontam para articulação gerencial em Comitês de Planejamento, com objetivo de acompanhar, com enfoque a cada período quadrimestral, na execução das metas físicas e financeiras, com possibilidade de reavaliação das estratégias para ajustes das ações de modo a alcançar os resultados esperados. Sua aplicação foi parcial em algumas áreas de governo, em que as equipes setoriais de planejamento estavam preparadas quantitativa e qualitativamente para aplicar a metodologia.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO DA INFORMAÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS (220)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

20101-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Origem do Programa:

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO NÃO CONTÉM SUPORTE INFORMACIONAL SUFICIENTE.

Objetivo do Programa:

AMPLIAR E APERFEICOAR A BASE INFORMACIONAL E DE COMUNICAÇÃO EM APOIO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Público Alvo:

GOVERNO E SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Nivanda França Araujo

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA PARA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SIST.DÉ INDICADORES DE APOIO AS POLITICAS PUBLICAS	5,00	5,00	100,00	1.837,24	65,00	3,54
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	DIVULGAÇÃO E COORDENAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO ZONEAMENTO SÓCIO ECONÔMICO ECOLÓGICO.	100,00	90,00	90,00	223.894,46	99.630,00	44,50
Produto / Unidade de Medida	POLÍTICAS PÚBLICAS DIVULGADAS E COORDENADAS /PERCENTUAL						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DA BIBLIOTECA ESPECIALIZADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS	2,00	2,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	BIBLIOTECA IMPLANTADA/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICAS	1.000,00	0,00	0,00	129.000,00	124.420,00	96,45
Produto / Unidade de Medida	DOCUMENTOS INFORMACIONAIS PUBLICADOS E DIVULGADOS /UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ELABORAÇÃO DAS CONTAS REGIONAIS E MUNICIPAIS						
Produto / Unidade de Medida	DOCUMENTO DAS CONTAS REGIONAIS E MUNICIPAIS DIVULGADO/UNIDADE	1,00	1,00	100,00	2.610,00	2.610,00	100,00
Ação	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA CARTOGRAFICO ESTADUAL						
Produto / Unidade de Medida	BASES CARTOGRAFICAS ATUALIZADAS E DISPONIBILIZADAS/PERCENTUAL	100,00	75,00	75,00	448.454,00	444.284,00	99,07
Índice médio geral de realização:				77,50%			57,26%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DAS POLÍTICAS SETORIAIS MENSURADAS POR INDICADORES	PERCENTUAL	0,00	60,00	60,00	42,00	31/12/2011
Fonte: SEI/SEPLAN						

Análise dos Indicadores do Programa:

Resultado mediano para as metas previstas para o ano de 2011, devido ao contingenciamento das ações de governo e a não realização dos convênios previstos para execução dos trabalhos cartográficos da superintendência de estudos e informações.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.667.894,00	805.795,70	671.009,00	0,00	40,23	83,27

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

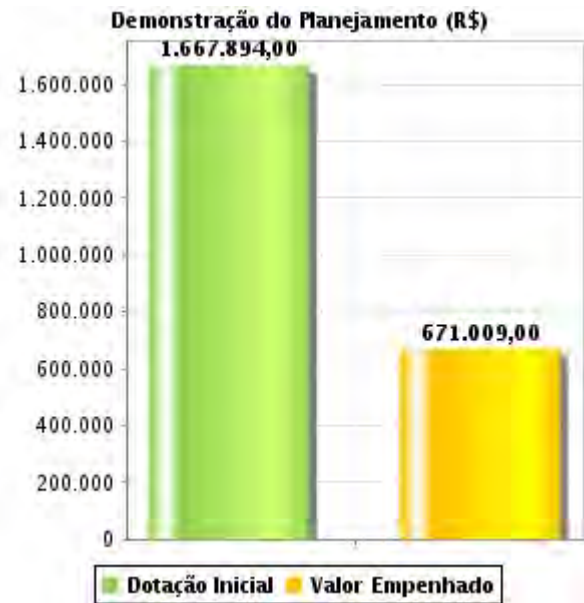
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrésimo** orçamentário de aproximadamente **51,69%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 40,23%

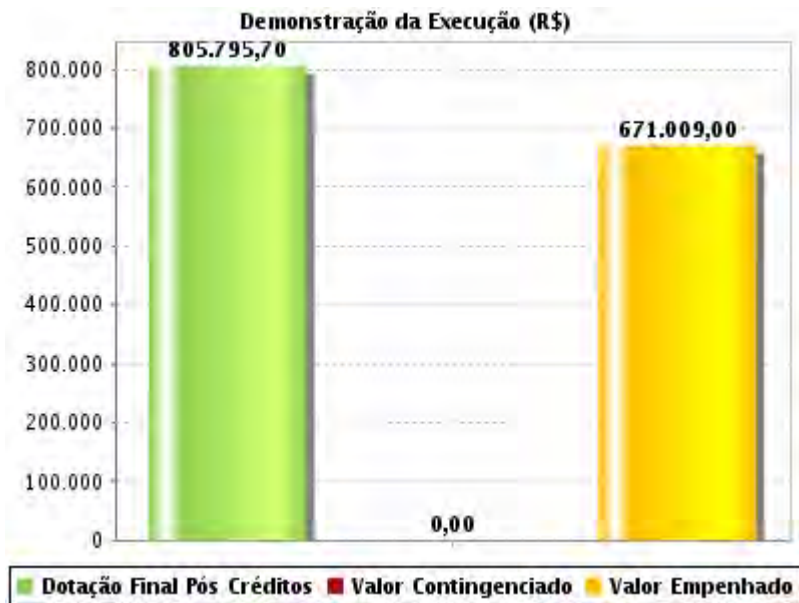


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 83,27%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Quando foi elaborado o Projeto 1921 foi previsto um sistema de gerenciamento de indicadores, porém quando da meta física foram estipulados cinco sistemas de gerenciamento de indicadores, o que ficou em desacordo com o que está previsto no PPA 2007 - 2011. Outra questão a acrescentar é que não foi considerado que haveria a necessidade de fracionar em percentuais anuais os avanços estruturais e metodológicos do desenvolvimento de tal sistema, por englobar não apenas o sistema computacional, mas também o estabelecimento de rotinas de coleta de dados e legislação que dessem legalidade à realização dos trabalhos para implementação do Sistema.

A realização do Projeto 1922 considerada altamente deficiente, pois os recursos disponíveis para tal foram suplementados para complementação das folhas de pagamentos de salários do 13º salário e para encerramento do exercício de 2011, o equivalente a R\$ 283.527,54. Mesmo assim foram realizadas apresentação do Zoneamento de Mato Grosso em Salvador-BA, subsidiando a elaboração dos Zoneamento daquele estado. Foi realizada uma viagem de campo para continuação do mapeamento da Vegetação Primária do estado na escala 1:250.000, o que levou à delimitação junto com o IBGE dos Biomas Amazonas, Cerrado e Pantanal. Foi realizado também trabalho de campo para continuação do mapeamento dos solos arenosos do estado na escala 1:100.000, e análise de 90 amostras de solos do estado. Foi realizada também a publicação do Atlas Mato Grosso, contemplando 45 mapas temáticos e relatórios sintéticos na escala 1:3.000.000.

O Projeto 1926 de Implantação da Biblioteca foi parcialmente realizado, considerando que o espaço físico, etapa mais difícil durante o decorrer dos anos anteriores, foi finalmente disponibilizado. Porém, a previsão orçamentária objetivando a aquisição dos bens móveis e equipamentos, bem como para a composição da equipe de gerenciamento para a organização e catalogação do acervo ficou prejudicado em razão de o recurso financeiro ter sido remanejado no final do ano. Assim, a biblioteca não foi devidamente instituída e, conseqüentemente, não pode cumprir com seu papel e funcionamento.

O Projeto 2271 mesmo sendo considerada a sai execução de forma deficiente vale informar que a impressão do anuário não foi necessária pois disponibilizamos todo o trabalho em forma virtual no site da Secretaria e que os recursos foram disponibilizados para impressão o Mato Grosso em Número 2010.

O Projeto 2434 foi considerado altamente deficiente, porém forma realizados os seguintes procedimentos: participação de técnicos no Encontro Nacional do IBGE. Havia sido previstas 28 diárias para tal tarefa sendo que foram utilizadas apenas 14,5. Estava previsto que ao final do trabalho os indicadores das Contas Regional e Municipais seriam publicados através de um Boletim Informativo com tiragem de 1000 exemplares. Do montante previsto 81,7% seria usado para confecção dos exemplares, houve decisão administrativa de que as informações relativas ao PIB Regional e Municipal deveriam ser publicadas no documento Anuário Estatístico de Mato Grosso.

Os objetivos do Projeto 3077 foram parcialmente alcançados já que foram produzidos os mapas político administrativo 2011, o mapa rodoviário do estado na escala 1:1.500.000, 45 mapas temáticos para impressão do Atlas Mato Grosso na escala 1:3.000.000, mapas municipais em diversas escalas para atender solicitações das prefeituras e de outras secretarias. Foram localizados e processados pontos de georreferenciamento e informações levantadas em campo, para atualização do banco de Dados da Base Cartográfica e a atualização com revisão dos vetores de limites e rodovias, utilizando a hidrografia da base cartográfica do estado de Mato Grosso na escala 1:100.000. Para a execução de todas essas produções, foram realizadas visitas técnicas aos municípios para localização de sedes de fazendas e empreendimentos. Foi adquiridos materiais para a manutenção do laboratório de geoprocessamento 02 Monitores/TV de 32 polegadas para análise dos trabalhos de atualização da base cartográfica. O Sistema Interoperável de Informações Geoespaciais do estado de Mato Grosso - SIIGEO -MT, foi lançado oficialmente no mês de novembro, com a versão final no Portal; foram realizadas atualizações dos software da família ESRI, nos órgãos adesos ao Sistema, bem como foram realizadas capacitações nas ferramentas de geoprocessamento para 90 servidores efetivos do estado de diversas Secretarias. Os técnicos do SIIGEO participaram do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.

Do projeto 1921 foram contingenciados R\$15.000,00 (quinze mil reais) destinados a suplementação da folha de pagamento dos servidores. O saldo de R\$ 58.162,76 (cinquenta e oito mil cento e sessenta e dois reais e seis centavos) foram anulados no final do exercício financeiro. A dotação final LOA no valor de R\$1.837,24 foram empenhados e liquidados R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) em diárias para o desenvolvimento do Trabalho de Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Cultura (GEPEC). Foi empenhado R\$ 533,11 (quinhentos e trinta e três reais e onze centavos) para a contratação da assinatura do periódico Valor Econômico, que posteriormente foi estornado. Diante do exposto, a meta do COFD ficou em apenas 3,54%. A não realização do proposto impactou na perda da qualidade do trabalho, o que nos leva a compreendê-lo como altamente deficiente.

No que tange o Projeto 1922, a meta física referente à implementação do zoneamento Lei 9.523 de 20 de abril de 2011, ficou comprometida em razão de o Ministério Público Estadual ter entrado com uma ação civil pública contra a Lei do ZSEE, aprovada pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Sobre a vegetação primária houve a indefinição do IBGE quanto a realização de Convênio para continuidade dos trabalhos. Assim os trabalhos a serem realizados ficaram comprometidos tendo em vista a não continuidade das visitas e pesquisas de campo com os técnicos do IBGE (necessidade premente) e ainda pelo fato dos técnicos desta Secretaria terem se deparado com um cenário de vegetação de alta complexidade de interpretação para fisionomias vegetais, o que dificultou a consolidação de conceitos e ainda pela dificuldade de definição dos critérios para classificação vegetal, que necessitavam especificamente do IBGE, os trabalhos de campo foram suspensos.

A execução orçamentária e financeira do Projeto 1926 ficou comprometida tendo em vista a ausência de espaço físico para sediar a biblioteca até o último quadrimestre do ano, conseqüência da desinstalação da biblioteca em janeiro devido ao fato da sala ter sido cedida para outro órgão, o que levou a ação ficar paralisada por mais 4 meses. Em julho, foi definida a sala, entretanto essa foi novamente cedida para outro órgão. Ao final do ano, após ocupação de uma nova sala, não havia disponibilidade financeira para a realização da execução pois o recurso foi remanejamento para suprir a Folha de Pagam

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O objetivo específico para o projeto 1921 estabelecido no PPA 2008-2011 de disponibilizar de dados de qualidade para a elaboração de Sistema de Indicadores para monitoramento das Políticas Públicas, pode-se considerar que ao final da execução foi alcançada a meta em 60%, já que o Sistema de Indicadores - SI, foi desenvolvido e alimentado com informações incorporados nos Anuários Estatísticos que também é produto desta Superintendência de Estudos e Informações - SEI ainda no exercício de 2011.

Os objetivos do Projeto 1922 não foram alcançados diante do fato do processo encontrar-se em ação cível. As atividades de mapeamento de solos arenosos e mapa de vegetação serão realizadas no exercício de 2012.

Quanto a contemplação dos objetivos do Projeto 1926 valer dizer que disponibilização do material bibliográfico existente foi bastante prejudicada diante dos transtornos ocorridos pela indefinição do espaço físicos. Assim, mesmo as indefinições e mudanças de espaço e ainda pela falta de recursos para facilitar algumas tarefas, o atendimento aos servidores e pesquisadores que demandaram informações da biblioteca foi realizado.

Sobre os objetivos do projeto 2271 estes foram alcançados, mesmo diante do ajuste orçamentário/financeiro e ainda pela não impressão do anuário, elaborado, produzido, configurado e posteriormente ter sido disponibilizado de forma virtual.

As Contas Regionais e Municipais, no que se refere aos objetivos propostos no Projeto 2434 estes forma contemplados já que os estudos foram realizados e serão divulgadas no documento Anuário Estatístico de Mato Grosso 2011.

Os objetivos do Projeto 3077 foram parcialmente alcançados. Ficando apenas as fases da atualização cartográfica da malha municipal para ser realizada no ano de 2012, a assinatura do Termo de Cooperação com o Exército Brasileiro- DSG, para a construção da Carta Imagem 1:50.000, bem como a Municipalização do SIIGEO-MT a partir de 2012.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO DA QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO (223)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

11101-SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Origem do Programa:

BAIXA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL EM FAZER A GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA ATENDER COM EFICIÊNCIA, EFETIVIDADE E TRANSPARÊNCIA AS CRESCENTES DEMANDAS DA SOCIEDADE, EM UM AMBIENTE DE CONSTANTES MUDANÇAS POLÍTICAS, SÓCIO ECONOMICO E CULTURAL.

Objetivo do Programa:

APERFEIÇOAR A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, POR MEIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E APRIMORAMENTO DA TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS, DE FORMA A MELHORAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

Público Alvo:

ORGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Gestor(a) do Programa:

Maria Tereza de Mello Vidotto

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PONTUACAO DA AVALIACAO DE DESEMPENHO AUMENTADA/UNIDADE						
Ação	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DO GESPÚBLICA NA JUCEMAT	350,00	100,00	28,57	33.000,00	14.788,00	44,81
Produto / Unidade de Medida	PONTUACAO DA AVALIACAO DE DESEMPENHO AUMENTADA/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PADRÕES DE QUALIDADE DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO	100,00	0,00	0,00	10.000,00	3.278,50	32,78
Produto / Unidade de Medida	PADRÕES DE QUALIDADE ELABORADOS E AVALIADOS/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	SUORTE AO PROGRAMA GESPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO	100,00	100,00	100,00	80.450,00	1.080,00	1,34
Produto / Unidade de Medida	DEMANDAS ATENDIDAS/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				32,14%			19,73%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES AVALIADAS	PERCENTUAL	0,00	10,00	10,00	0,00	
Fonte: SAD						
TAXA DE ADESÃO DOS ÓRGÃOS AOS PADRÕES DE QUALIDADE DO GESPÚBLICA	PERCENTUAL	14,00	40,00	40,00	0,00	
Fonte: NUCLEO EXECUTIVO DO GESPÚBLICA DE MATO GROSSO						

Análise dos Indicadores do Programa:

1-Foi solicitado a exclusão deste indicador por estar incompatível com as diretrizes do programa .2-Não foi mensurado pois o projeto não foi desenvolvido.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
166.450,00	131.450,00	19.146,50	0,00	11,50	14,57

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

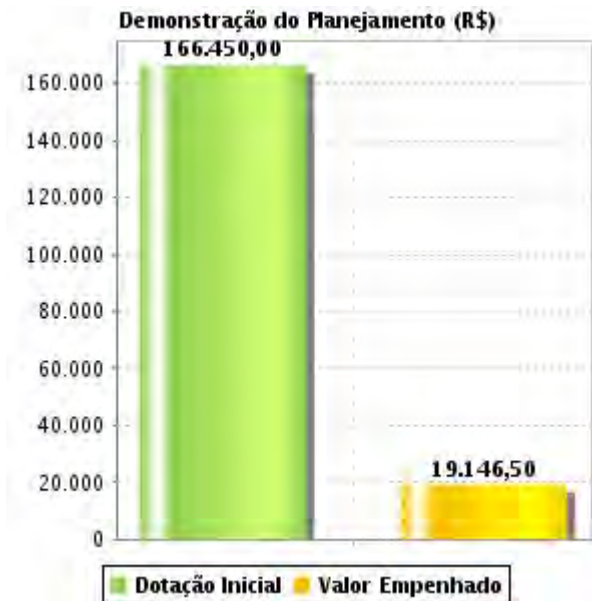
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **21,03%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 11,50%

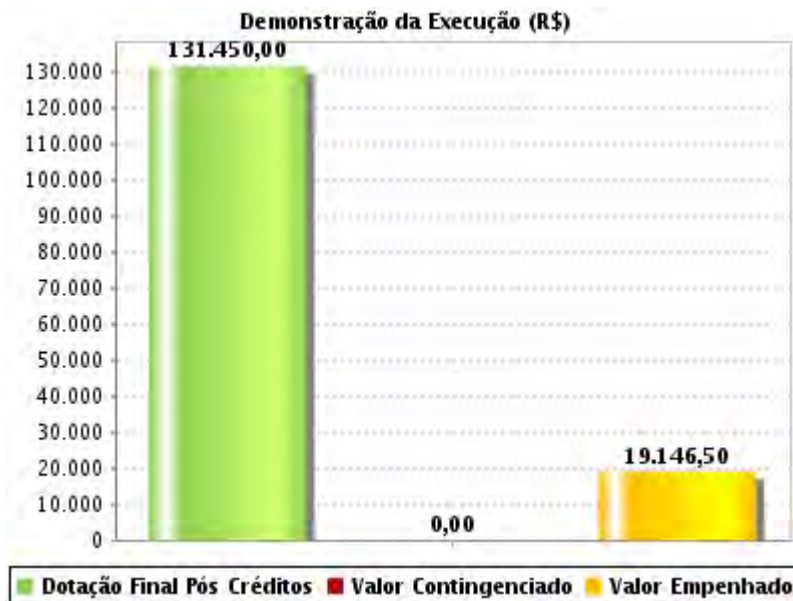


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 14,57%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

As ações pertencentes a este programa são em grande parte decorrentes do programa Gespública. Aquelas ações que não envolveram recursos financeiros foram desenvolvidas entretanto as que despendiam recursos ficaram prejudicadas pois houveram remanejamentos para outras prioridades definidas pelo nível estratégico resultando neste coeficiente deficitário.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Os resultados foram prejudicados por falta de priorização e remanejamento de recursos. A ação 4011-Suporte ao Gespública obteve resultados, as outras ações não tiveram os resultados esperados.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO DE PESSOAS (224)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

11101-SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Origem do Programa:

GESTAO PUBLICA REALIZADA DE FORMA PRECARIA NO AMBITO DE ADMINISTRACAO DE PESSOAS.

Objetivo do Programa:

ASSEGURAR QUE OS SERVIDORES CUMPRAM SUAS ATRIBUIÇÕES DE MANEIRA ORGANIZADA E COMPROMETIDA COM OS OBJETIVOS E METAS GOVERNAMENTAIS.

Público Alvo:

SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS

Gestor(a) do Programa:

Débora Lopes Gagini

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	PROMOCAO DA VALORIZACAO E CONSCIENTIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO	10,00	10,00	100,00	170.000,00	166.764,50	98,10
Produto / Unidade de Medida	EVENTO CORPORATIVO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	IMPLEMENTACAO DO SISTEMA DE ADMINISTRACAO DE PESSOAS E SUAS FUNCIONALIDADES	4,00	1,00	25,00	996.757,44	992.565,38	99,58
Produto / Unidade de Medida	MODULOS DO SISTEMA IMPLEMENTADOS/UNIDADE						
Ação	ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CADASTRO ATUALIZADO/PERCENTUAL						
Ação	INFORMATIZAÇÃO DO HISTÓRICO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MT	1,00	1,00	100,00	364.860,00	320.800,00	87,92
Produto / Unidade de Medida	HISTORICO FUNCIONAL CADASTRADO E ATUALIZADO/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ADMINISTRACAO E MONITORAMENTO DAS ACOES CENTRAIS E SETORIAS DE GESTAO DE PESSOAS	1,00	1,00	100,00	276.000,00	245.521,24	88,96
Produto / Unidade de Medida	POLITICA DE GESTÃO DE PESSOA IMPLANTADA E AVALIADA POR INDICADORES/PERCENTUAL						
Ação	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	800,00	1.061,00	132,62	10.877,05	6.400,00	58,84
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR ATENDIDO/PESSOA						
Ação	MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR	100,00	100,00	100,00	137.368,07	54.856,24	39,93
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR ATENDIDO/PESSOA						
Ação	PROMOÇÃO DA VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA SAD.	100,00	80,00	80,00	22.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETO IMPLEMENTADO/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				79,70%			59,17%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
MÓDULOS DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS DISPONIBILIZADOS	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	80,00	31/12/2011
Fonte: SGP						
ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES.	PERCENTUAL	50,00	80,00	80,00	70,00	31/12/2011
Fonte: SGP						

Análise dos Indicadores do Programa:

As atividades realizadas em 2011 pertencentes ao Programa 224 - Gestão de Pessoas, foram desenvolvidas conforme disponibilidade de recursos financeiro e autorizações por porte do Estratégico da Secretaria e do Governo do estado. Houve algumas mudanças de estratégia ao longo do ano, porém foi possível executar diversas ações que possibilitaram alcance de considerável parte do Objetivo proposto para o Programa.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias do orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
2.196.968,36	1.977.862,56	1.786.907,36	0,00	78,79	87,52



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

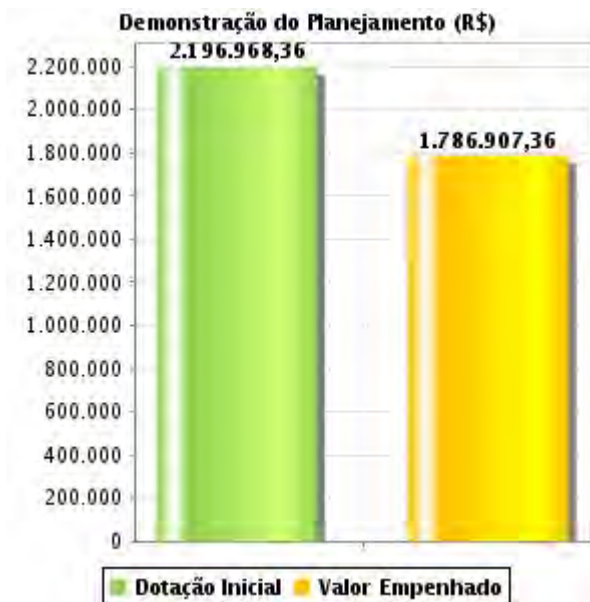
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **9,97%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 78,79%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 87,52%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Analisando o nível de PPD e COFD percebe-se que o critério de eficiência foi alcançado satisfatoriamente, principalmente sob a ótica do produto gerado, que só foi possível graças à mudanças de métodos de trabalho em alguns projetos, garantindo assim, uma continuidade nas melhorias das políticas de gestão de pessoas no Estado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Continuidades nas políticas de valorização e modernização do Servidor Público estadual.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTAO INTEGRADA DE AQUISICOES GOVERNAMENTAIS E DO PATRIMONIO PUBLICO ESTADUAL (225)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

11101-SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Origem do Programa:

MÁ QUALIDADE NO GASTO PÚBLICO EVIDENCIADA PELA AUSÊNCIA DE CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES REFERENTES AO ACERVO PATRIMONIAL DO ESTADO.

ALGUMAS VARIÁVEIS, TAIS COMO A QUANTIDADE DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS REGISTRADOS, ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS BENS, REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, VALOR CONTÁBIL E DEPRECIÇÃO DOS BENS, IMPACTAM NO GASTO PÚBLICO. TODÁVIA, OCORRE QUE ESTAS VARIÁVEIS NÃO SÃO CONHECIDAS, CONTROLADAS OU GERENCIADAS DE FORMA PADRONIZADA PELOS DIVERSOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO ESTADO.

NA ESTEIRA DESSE PROBLEMA, TEMOS O ELEVADO CUSTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MENSURADA ATRAVÉS DOS VALORES DAS AQUISIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CAUSADO PELOS VÍCIOS PERMITIDOS PELAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO TRADICIONAIS.

Objetivo do Programa:

REDUZIR OS GASTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DA ECONOMICIDADE NAS AQUISIÇÕES E DA RACIONALIZAÇÃO DO USO DOS BENS DO ESTADO.

Público Alvo:

ORGAOS PUBLICOS

Gestor(a) do Programa:

Jose de Jesus Nunes Cordeiro

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	REDEFINIÇÃO E PADRONIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	100,00	100,00	100,00	47.274,90	47.274,90	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROCESSO REDEFINIDO E PADRONIZADO/PERCENTUAL						
Ação	PADRONIZACAO DOS PROCEDIMENTOS DE GESTAO PATRIMONIAL E DE SERVICOS	100,00		0,00	5.096.976,79	5.039.419,96	98,87
Produto / Unidade de Medida	PROCEDIMENTOS DE GESTAO PATRIMONIAL E SERVICOS PADRONIZADOS/PERCENTUAL						
Ação	ADMINISTRACAO DE SERVICOS E DA FROTA DO ESTADO	100,00		0,00	7.263,00	7.262,40	99,99
Produto / Unidade de Medida	FROTA DE VEICULOS MANTIDA/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice médio geral de realização:	33,33%	99,62%
-----------------------------------	--------	--------

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ÍNDICE DE ECONOMIA OBTIDA NAS AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS	PERCENTUAL	10,00	12,00	12,00	0,00	
Fonte: SAD/ SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS						
ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DOS ORGAOS AOS SISTEMAS DE GESTAO DO PATRIMONIO	PERCENTUAL	20,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: RAG 2006						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
5.237.720,00	5.151.514,69	5.093.957,26	0,00	97,26	98,88

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

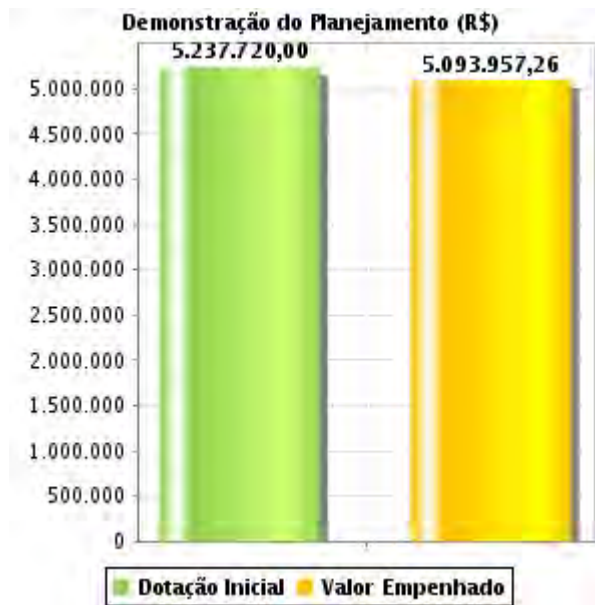
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **1,65%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 97,26%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 98,88%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES (226)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

11101-SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Origem do Programa:

FRAGMENTAÇÃO E VULNERABILIDADE DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO ESTADO

Objetivo do Programa:

DESENVOLVER COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES NOS SERVIDORES PÚBLICOS,ALINHADOS AOS MACROS OBJETIVOS ESTRTÉGICOS DE ESTADO,CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

Público Alvo:

SERVIDORES PÚBLICOS,CONCURSADOS E COMISSIONADOS

Gestor(a) do Programa:

Sandra Maria Fontes Almeida

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FORTALECIMENTO DA CONSCIENCIA FISCAL JUNTO AOS SERVIDORES PUBLICOS	1.440,00	0,00	0,00	63.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	INCENTIVO AS PRATICAS INOVADORAS	100,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	Projetos selecionados e acompanhados/PERCENTUAL						
Ação	PUBLICACAO DE TRABALHOS DE INOVACAO, MELHORIA E DIAGNOSTICOS ESTRATEGICOS	3,00	0,00	0,00	50.000,00	42.000,00	84,00
Produto / Unidade de Medida	TITULO PUBLICADO/UNIDADE						
Ação	INTERCAMBIOS E PARCERIAS PARA DISSEMINACAO DO CONHECIMENTO NO SETOR PUBLICO	9,00	0,00	0,00	14.500,00	4.470,50	30,83
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR ATENDIDO/PESSOA						
Ação	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DA AGE	100,00	93,00	93,00	111.126,67	104.126,67	93,70
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR QUALIFICADO/PESSOA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DO MT-SAUDE	16,00	16,00	100,00	760,00	760,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS-INDEA	307,00		0,00	455.340,94	391.190,75	85,91
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS DA SINFR	640,00	20,00	3,12	120.000,00	31.820,00	26,52
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	QUALIFICACAO DO CAPITAL HUMANO-CEPROMAT	100,00	100,00	100,00	531.564,56	237.270,66	44,64
Produto / Unidade de Medida	AÇÕES ATENDIDAS/PERCENTUAL						
Ação	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA METAMAT	5,00	25,00	500,00	22.750,00	16.856,00	74,09
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	CAPACITACAO E APERFEICOAMENTO DOS SERVIDORES	25,00		0,00	35.320,00	9.265,00	26,23
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA JUCEMAT	100,00	100,00	100,00	98.000,00	1.950,00	1,99
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	EXCELÊNCIA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO	160,00	0,00	0,00	800.938,00	69.029,93	8,62
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	FORMAÇÃO BASICA	600,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	FORMAÇÃO GERENCIAL	800,00	0,00	0,00	80.000,00	5.570,00	6,96
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	EDUCAÇÃO A DISTANCIA - EAD	500,00	0,00	0,00	59.512,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	CAPACITAÇÃO DE ENTIDADES PUBLICAS E SOCIAIS PARA A GESTAO	500,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	MELHORIA DA GESTÃO DA ESCOLA DE GOVERNO	25,00	0,00	0,00	28.796,00	16.088,98	55,87
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	FORMAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO ESTRATÉGICA AOS SERVIDORES DE GOVERNO	80,00	0,00	0,00	127.200,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	SISTEMA INFORMATIZADO DE APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	1,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS	2,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	BANCO DE DADOS IMPLEMENTADO E DISPONIBILIZADO/UNIDADE						
Ação	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA SEDUC	1.500,00	1.500,00	100,00	287.106,00	287.106,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAIS CAPACITADOS/PESSOA						
Ação	FORMAÇÃO DOS SERVIDORES DA ÁREA MEIO DA SEMA	70,00	104,00	148,57	13.955,00	13.955,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAIS CAPACITADOS/PESSOA						
Ação	FORMAÇÃO GERENCIAL	100,00	100,00	100,00	14.930,89	14.930,89	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAIS CAPACITADOS/PESSOA						
Ação	PLANO DE CAPACITAÇÃO DA SEMA	1,00	0,00	0,00	11.469,61	9.169,48	79,95
Produto / Unidade de Medida	PLANO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO DO CAPITAL HUMANO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO.	70,00	20,00	28,57	33.585,50	17.630,00	52,49
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Índice médio geral de realização:				48,97%			41,22%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DE SERVIDOR CAPACITADO EM APERFEIÇOAMENTO	PERCENTUAL	1,00	2,00	2,00	0,00	
Fonte: ESCOLA DE GOVERNO						
PERCENTUAL DE AÇÕES DE DISSIMINAÇÃO DE CONHECIMENTO (PUBLICAÇÕES)	PERCENTUAL	6,50	6,50	6,50	0,00	
Fonte: ESCOLA DE GOVERNO						
PERCENTUAL DE PESQUISAS EM GESTÃO PÚBLICA	PERCENTUAL	3,70	3,70	3,70	0,00	
Fonte: ESCOLA DE GOVERNO						
PERCENTUAL DE PRÁTICAS, EXPERIÊNCIAS E MELHORIAS DE GESTÃO PÚBLICA	PERCENTUAL	3,70	3,70	3,70	0,00	
Fonte: ESCOLA DE GOVERNO						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PERCENTUAL DE SERVIDOR CAPACITADO EM AÇÃO CONTINUADA	PERCENTUAL	12,00	16,00	16,00	0,00	
Fonte: ESCOLA DE GOVERNO						
PERCENTUAL DE SERVIDOR CAPACITADO EM EVENTOS/SEMINÁRIOS/TREINAMENTOS	PERCENTUAL	2,80	4,20	4,20	0,00	
Fonte: ESCOLA DE GOVERNO						
PERCENTUAL DE SERVIDOR CAPACITADO EM PÓS GRADUAÇÃO	PERCENTUAL	1,00	0,20	0,20	0,00	
Fonte: ESCOLA DE GOVERNO						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
4.035.745,57	3.095.855,17	1.273.189,86	0,00	31,15	40,60

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

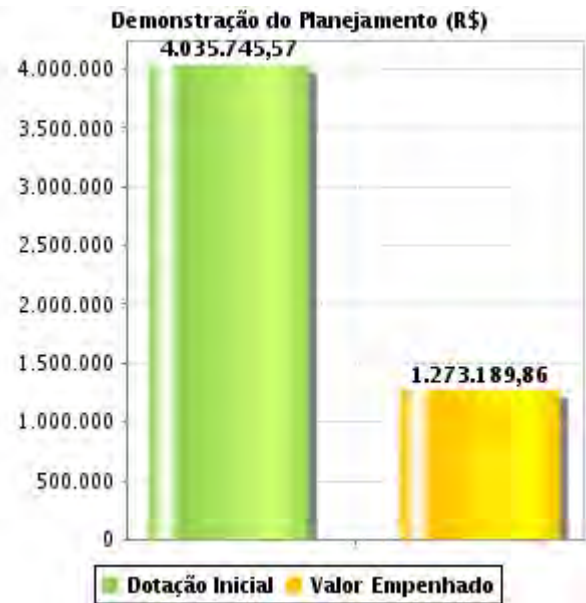
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **23,29%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 31,15%

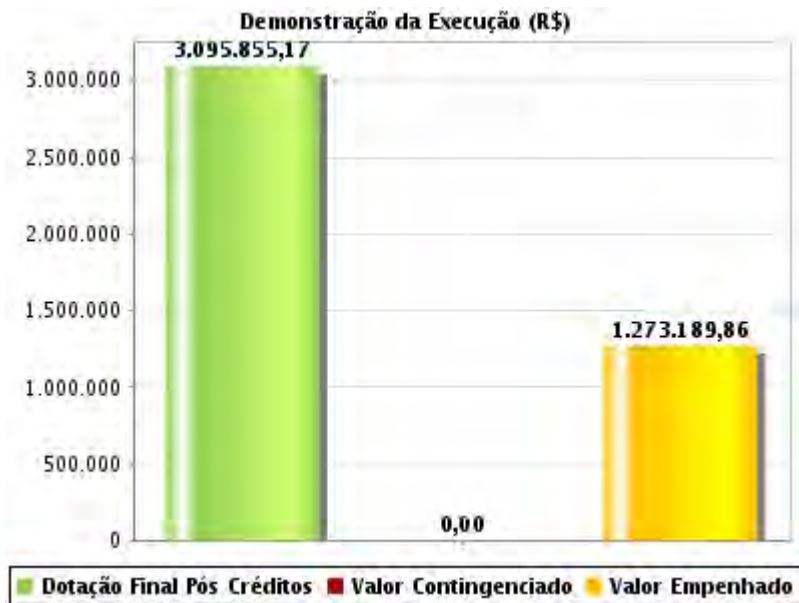


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 40,60%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL (227)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

11601-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ARCAICA POR SER DEFINIDA PERSONALÍSTICAMENTE TORNANDO-SE INADEQUADA OU INCOMPATÍVEL COM OS PROCESSOS EXECUTADOS. CRESCIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO SEM FUNDAMENTO JUSTIFICÁVEL RESULTANDO NO CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM CARGOS EM COMISSÃO; NÍVEL ESTRATÉGICO NÃO COMPROMETIDO COM A REFORMA ADMINISTRATIVA, EM ESPECIAL A LEI COMPLEMENTAR 266/2006; SOBREPOSIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E INADEQUAÇÃO ENTRE ESTRUTURAS E COMPETÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES; FRAGILIDADE DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL; ESTRUTURA DEFICITÁRIA DO ÓRGÃO CENTRAL E DAS UNIDADES SETORIAIS; BAIXA CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS DE GESTÃO; BAIXA INCIDÊNCIA DE PRÁTICAS DE GESTÃO VOLTADAS PARA O RESULTADO; DIVERGÊNCIAS DE TRATAMENTO NAS REMUNERAÇÕES E CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO NA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA; DIVERGÊNCIAS DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PROCESSOS NAS FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA.

Objetivo do Programa:

ADEQUAR A FORMATAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS AOS OBJETIVOS PROPOSTOS PELO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.

Público Alvo:

ÁREA PROGRAMÁTICA, SISTÊMICA, DE DIREÇÃO E APOIO ESPECIALIZADO

Gestor(a) do Programa:

Maria Tereza de Mello Vidotto

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	READEQUAÇÃO INSTITUCIONAL	0,00	20,00	2.000,00	16.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETO IMPLEMENTADO/PERCENTUAL						
Ação	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE PROCESSOS.	5,00	2,00	40,00	71.982,00	60.790,00	84,45
Produto / Unidade de Medida	Órgãos e entidades com sistema informatizado de gestão de processos implantados/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	GESTÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL SEUS ÓRGÃOS E ENTIDADES						
Produto / Unidade de Medida	INFORMAÇÕES SOBRE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL ATUALIZADO E DISPONIBILIZADO./PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	35.030,00	6.400,00	18,27
Ação	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS DA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	12,00	12,00	100,00	24.971,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	NÚCLEOS DA ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA IMPLANTADOS E IMPLEMENTADOS./UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ANÁLISE E MELHORIA DOS PROCESSOS	15,00	0,00	0,00	4.099,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	Procedimentos de trabalhos analisados conforme metodologia análise e melhoria do processo-AMP/PERCENTUAL						
Ação	PADRONIZAÇÃO DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.	5,00	4,00	80,00	8.800,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	Órgãos e entidades com processo finalístico padronizado/PERCENTUAL						
Ação	REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E ORGANIZACIONAL DO INTERMAT	50,00		0,00	135.000,00	3.837,53	2,84
Produto / Unidade de Medida	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL REVISADA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				331,43%			15,08%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NUCLEO ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA IMPLANTADO/IMPLEMENTADO	PERCENTUAL	16,00	100,00	100,00	100,00	
Fonte: SDO						
UNIDADES FINALÍSTICAS COM PROCESSOS PADRONIZADOS	PERCENTUAL	0,00	10,00	10,00	9,00	
Fonte: SDO						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicador 1-Este índice foi alcançado no exercício anterior em que foi finalizada a implantação e avaliação dos Núcleos Sistêmicos e permanece inalterado neste exercício.

Indicador 2-Neste exercício foi priorizado órgãos e entidades para planejamento e elaboração do Manual de Normas e Procedimentos da área finalística. Os trabalhos não foram finalizados e serão concluídos no próximo exercício.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
641.035,00	295.882,00	71.027,53	0,00	11,08	24,01

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

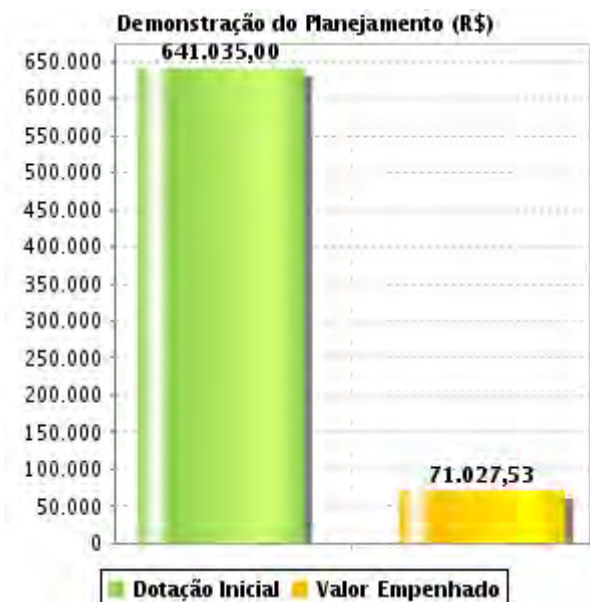
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **53,84%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 11,08%

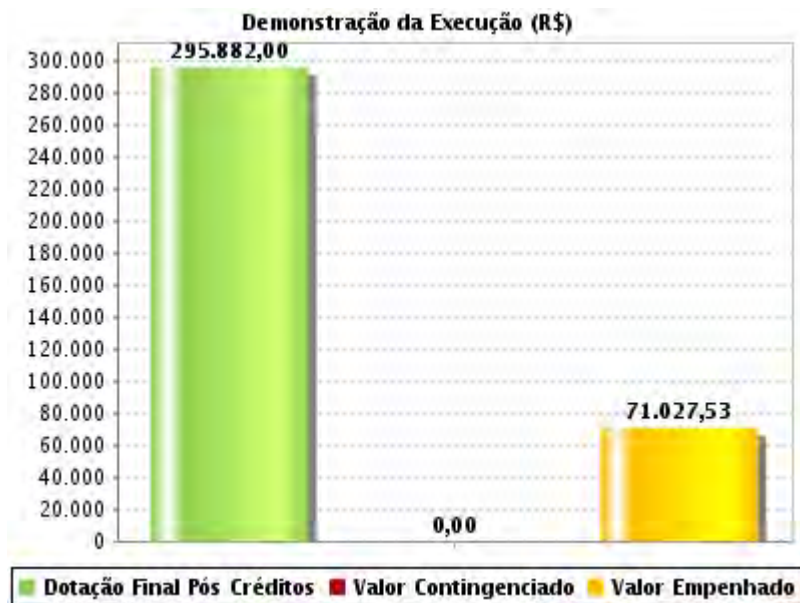


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 24,01%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Neste exercício as ações que envolveram os recursos financeiros foram prejudicadas pois houveram remanejamentos devido a outras prioridades do Estado.

Porém as atividades que não dispndiam recursos diretamente foram implementadas. Alguns projetos ainda são mantidos para "segurar recursos" pois não desenvolveram atividade.

A modelagem da estrutura organizacional é importante para o desenvolvimento da organização, padronizar os processos, controlar cargos em comissão e função de confiança, reestruturar órgãos e entidades, emitir notas e informações técnicas foram algumas das ações implementadas neste programa.

Porém este programa será reavaliado para o próximo exercício e realinhado as diretrizes do Governo.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

As ações que não dispenderam recursos financeiros e que foram implementadas geraram os seguintes resultados:

- 1)Análise e adequação de 64% Regimentos Internos de Órgãos e Entidades;
- 2)Estudos, Análise e Emissão de Parecer Técnico em 53 (cinquenta e três) processos administrativos sobre reestruturação organizacional ou sobre a revisão da estrutura de cargos em comissão e funções de confiança de órgãos e entidades do Poder Executivo;
- 3)Participação direta no processo de elaboração e alteração de leis que trataram:
 - SECOPA;
 - Alteração da denominação da SETECS para SETAS;
 - Parcerias Público-Privadas - PPP;
 - Agência Metropolitana;
 - Reorganização da EMPAER;
 - Revisão da estrutura de cargos em comissão da AGER, da PM e da PJC.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL (228)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

06101-AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Origem do Programa:

BAIXA EFETIVIDADE DO CONTROLE INTERNO

Objetivo do Programa:

DAR EFETIVIDADE AO CONTROLE INTERNO PREVENTIVO

Público Alvo:

CLIENTES INTERNOS E EXTERNOS DOS ORGAOS DO EXECUTIVO ESTADUAL

Gestor(a) do Programa:

José Alves Pereira Filho

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	AMPLIACAO DA ATUACAO PREVENTIVA DO CONTROLE INTERNO NOS ORGAOS DO EXECUTIVO	100,00	86,00	86,00	129.939,91	111.557,54	85,85
Produto / Unidade de Medida	ÓRGÃO COM ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO PREVENTIVA APERFEIÇOADA/UNIDADE						
Ação	MODERNIZACAO DO MOBILIARIO E EQUIPAMENTOS DA AGE-MT	100,00	100,00	100,00	6.072,00	6.071,60	99,99
Produto / Unidade de Medida	MOBILIARIO ADEQUADO/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				93,00%			92,92%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
UNIDADES AUDITADAS EM RELACAO TOTAL	ÍNDICE	0,60	1,00	0,28	0,28	30/12/2011
Fonte: .						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise dos Indicadores do Programa:

Esta AGE passou por uma reestruturação interna em 2011, criando Superintendências de Auditoria divididas por área de Subsistemas de Controle, facilitando a atuação no sentido de emitir documentos orientativos e preventivos para todas as Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, e dessa forma, foi possível o alcance do objetivo pretendido.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

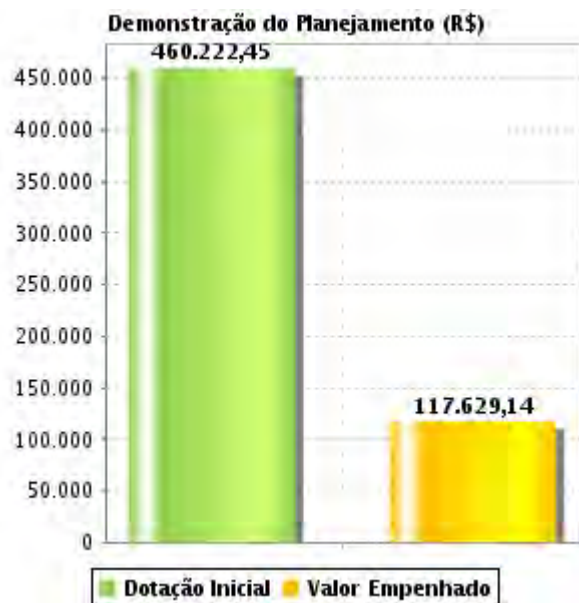
Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
460.222,45	136.011,91	117.629,14	0,00	25,56	86,48

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.
Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:
• Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
• Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
• Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
• Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
• Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **70,45%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 25,56%

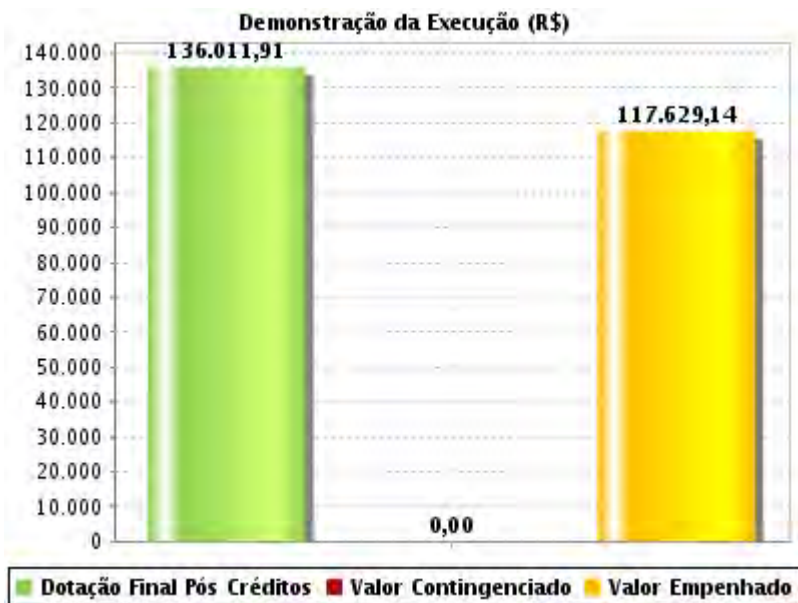


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 86,48%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Devido ao contingenciamento ocorrido no início do 2º semestre/2011, não foi possível a reestruturação da biblioteca, aquisição de ferramentas de trabalho para os auditores engenheiros, a modernização do mobiliário, aquisição de equipamentos e aquisição de veículo para atender esta AGE, resultando em altamente deficiente o que se havia planejado com o realizado. Porém em relação ao recurso liberado, obtivemos um resultado positivo para realização do fortalecimento do Controle Interno com as Unidades Orçamentárias do Poder Executivo.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Apesar do contingenciamento ocorrido no início do 2º semestre/2011, foi possível a realização dos trabalhos de auditoria voltado à disseminação e fortalecimento do controle interno junto às Unidades Orçamentárias para o bom desempenho das suas atribuições.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: MARCO REGULATÓRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS (229)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04301-AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

A IDENTIFICAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS NA SOCIEDADE MATO-GROSSENSE REMETE AOS ESTADOS A NECESSIDADE DE CORRIGIR AS CHAMADAS "FALHAS DE MERCADO", UTILIZANDO AS FERRAMENTAS REGULATÓRIAS. O PROGRAMA MARCO REGULATÓRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS VISA EQUILIBRAR E REGULAR O SISTEMA, GARANTINDO A QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO ESTADO DE MATO GROSSO.

Objetivo do Programa:

DEMOCRATIZAÇÃO E AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS E DA EXISTÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À SOCIEDADE, COM BASE NA MELHORIA DA ESTRUTURA DO ESTADO E CONTROLE DOS RECURSOS GOVERNAMENTAIS.

Público Alvo:

PODER CONCEDENTE, EMPRESAS CONCESSIONARIAS, PERMISSONARIAS, AUTORIZATARIAS E USUÁRIOS DOS SERV. PÚBLIC. DELEGADO

Gestor(a) do Programa:

Marcia Gloria Vandoni de Moura

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA AGER-MT	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SEDE DA AGER CONSTRUÍDA/PERCENTUAL						
Ação	REGULAÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS	0,00		0,00	1.284.237,58	812.455,55	63,26
Produto / Unidade de Medida	PRESTADORES DE SERVIÇOS REGULADOS/PERCENTUAL						
Ação	MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA SETORIAL	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SOLICITAÇÕES DOS CONSUMIDORES E/OU AGENTES ENVOLVIDOS SOLUCIONADOS/PERCENTUAL						
Ação	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA REDE-CEMAT	0,00		0,00	13.790,00	13.790,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	ATIVIDADE FISCALIZADA/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	REGULAÇÃO DO SETOR DE RODOVIAS CONCEDIDAS	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVICO PRESTADO GARANTIDO/PERCENTUAL					
Ação	REGULAÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIÇO REGULADO/PERCENTUAL					
Ação	REGULAÇÃO DO SETOR DE GÁS CANALIZADO	0,00	0,00	48.629,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIÇO REGULADO/PERCENTUAL					
Ação	FISCALIZAÇÃO DOS SERVICOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA	100,00	0,00	47.542,00	10.700,00	22,51
Produto / Unidade de Medida	ATIVIDADE FISCALIZADA/PERCENTUAL					
Índice médio geral de realização:			0,00%			23,22%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
GRAU DE SATISFACAO DO SERVICO ATUAL COMPARADO AO IDEAL	NOTA	8,00	8,20	8,20	0,00	
Fonte: AGER						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
530.353,43	1.394.198,58	836.945,55	0,00	157,81	60,03

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

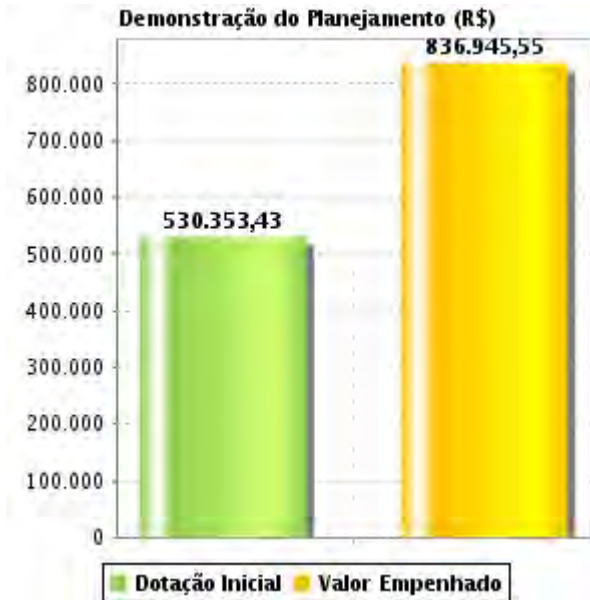
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **162,88%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



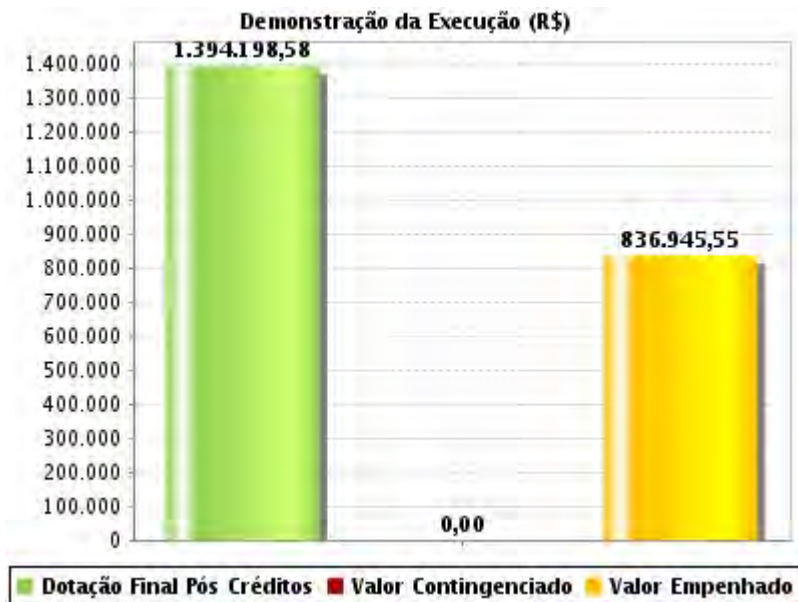
Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 157,81%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 60,03%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PROGRAMA DE AÇÃO INSTITUCIONAL (233)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04101-CASA CIVIL

Origem do Programa:

FALTA DE INTERAÇÃO ENTRE AS SECRETARIAS E OUTROS PODERES QUE TEM PROGRAMAS E AÇÕES QUE SÃO FOCADAS SOB DETERMINADOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE OU ÁREA SOCIAL E QUE SÃO EXECUTADAS SEM CONHECIMENTO OU ARTICULAÇÃO DAS MESMAS.

Objetivo do Programa:

INTEGRAR A POLITICA ESTADUAL DE GOVERNO COM AS SECRETARIAS E OUTROS PODERES

Público Alvo:

POPULACAO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Gestor(a) do Programa:

Eumar Roberto Novacki

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ATENDIMENTO INSTITUCIONAL AOS POVOS INDIGENAS	0,00	45,00	4.500,00	51.625,00	40.340,00	78,14
Produto / Unidade de Medida	POVOS INDIGENAS ATENDIDOS/UNIDADE						
Ação	COORDENAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO	1,00	1,00	100,00	17.601.868,92	14.610.966,14	83,01
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OUVIDORIA DO ESTADO	1,00	0,00	0,00	41.625,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SOLICITAÇÃO ENCAMINHADA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				1.533,33%			53,72%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
-----------	-------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------	------------------



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Índice de satisfação da sociedade	PERCENTUAL	34,01	40,00	40,00	0,00	
Fonte: Pesquisa						
PERCENTUAL DE INTERACAO ENTRE SECRETARIAS E OUTROS PODERES	PERCENTUAL	0,00	60,00	60,00	0,00	
Fonte: CASA CIVIL						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
336.250,00	17.695.118,92	14.651.306,14	0,00	4.357,27	82,80

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **5.162,49** %, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 4.357,27%

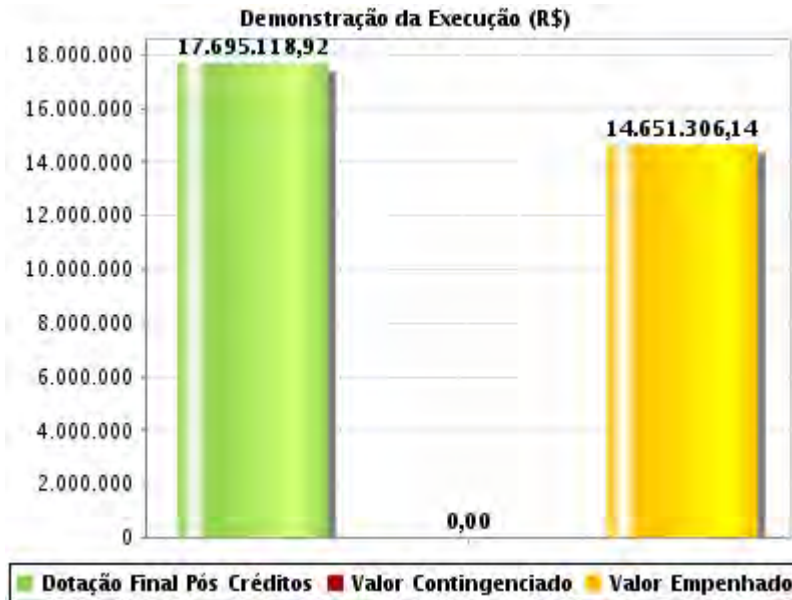




Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 82,80%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO DA RECEITA PÚBLICA (236)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

16601-FUNDO DE GESTÃO FAZENDARIA

Origem do Programa:

CAPTAÇÃO DEFICIENTE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS AO FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Objetivo do Programa:

GARANTIR A REALIZAÇÃO DA RECEITA NECESSÁRIA AO FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Público Alvo:

ÓRGÃOS PÚBLICOS, SOCIEDADE EM GERAL, MINISTERIO PUBLICO E PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, OJPAT, COMITE POLIT.FAZEN

Gestor(a) do Programa:

Marcel Souza de Cursi

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONSTRUCOES, AMPLIACOES E REFORMAS DA SEDE E POSTOS FISCAIS, AGÊNCIAS FAZENDÁRIAS E POSTOS DE ATENDIMENTO	32,00	14,00	43,75	10.112.800,00	4.025.349,29	39,80
Produto / Unidade de Medida	AGENFAZ E POSTO FISCAL CONSTRUÍDO E/OU REFORMADO/UNIDADE						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE PREVISÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS E CONV. E MONITORAMENTO DAS RECEITAS PÚBLICAS	100,00	80,00	80,00	3.510,00	3.510,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	RECEITAS PRÓPRIAS E CONV. PREVISTAS E RECEITA TOTAL MONITORADA./PERCENTUAL						
Ação	CONTROLE DA LEGALIDADE DO LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	6,00	2,00	33,33	38.176,00	1.775,00	4,65
Produto / Unidade de Medida	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTARIO JULGADO NO PRAZO/MÊS						
Ação	COORDENAÇÃO DA PROMOÇÃO DA CONSCIÊNCIA CIDADÃ FAZENDÁRIA	100,00	100,00	100,00	9.760,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROGRAMA COORDENADO/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	REALIZAÇÃO DE ATIVOS						
Produto / Unidade de Medida	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE ATIVOS AUMENTADO/PERCENTUAL	10,00	5,00	50,00	9.760,00	0,00	0,00
Ação	CONTROLE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA						
Produto / Unidade de Medida	SISTEMÁTICA ESTABELECIDA/PERCENTUAL	20,00	19,00	95,00	491.791,68	0,00	0,00
Ação	LANÇAMENTO ELETRÔNICO DO TRIBUTOS						
Produto / Unidade de Medida	LANÇAMENTOS ELETRÔNICOS DOS TRIBUTOS AMPLIADO/PERCENTUAL	20,00	19,00	95,00	9.760,00	840,00	8,61
Ação	AUMENTO DA PERCEPÇÃO DO RISCO FISCAL POR PARTE DO CONTRIBUINTE.						
Produto / Unidade de Medida	CONTRIBUINTE ALCANÇADOS/PERCENTUAL	15,00	15,00	100,00	159.124,93	0,00	0,00
Ação	SIMPLIFICAÇÃO DO PROCESSO DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA						
Produto / Unidade de Medida	PROCESSO REDEFINIDO E PADRONIZADO/PERCENTUAL	20,00	18,00	90,00	498.919,50	0,00	0,00
Ação	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA RECEITA PÚBLICA						
Produto / Unidade de Medida	GESTÃO DA RECEITA PÚBLICA APERFEIÇOADA/PERCENTUAL	25,00	15,00	60,00	370.352,89	0,00	0,00
Ação	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.						
Produto / Unidade de Medida	PRODUTIVIDADE INCREMENTADA/PERCENTUAL	10,00	10,00	100,00	9.760,00	0,00	0,00
Ação	SUPERAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS AO SUCESSO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA.						
Produto / Unidade de Medida	POLÍTICA ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA APRIMORADA/PERCENTUAL	20,00	12,00	60,00	9.760,00	0,00	0,00
Ação	APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE GESTÃO E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE FISCAL.						
Produto / Unidade de Medida	PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO FISCAL APRIMORADA/PERCENTUAL	30,00	21,00	70,00	1.019.420,11	0,00	0,00
Ação	ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS						
Produto / Unidade de Medida	PROJETO IMPLANTADO E GERIDO/PERCENTUAL	100,00	75,00	75,00	270,00	270,00	100,00
Ação	FORMULAÇÃO DO NOVO PROGRAMA FISCAL PROFISCO						
Produto / Unidade de Medida	PROJETO REALIZADO/PERCENTUAL	100,00	0,00	0,00	185.345,06	1.438,79	0,78



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL - PMAE	100,00	0,00	0,00	3.586.080,00	3.618,02	0,10
Produto / Unidade de Medida	PROJETO REALIZADO/PERCENTUAL						
Ação	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA AÇÕES DA RECEITA PÚBLICA	100,00	80,00	80,00	4.577.200,00	1.543.333,68	33,72
Produto / Unidade de Medida	SISTEMAS INFORMATIZADOS ADQUIRIDOS/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE ATENDIMENTO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AO CIDADÃO/USUÁRIO	100,00	100,00	100,00	9.760,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADES DE ATENDIMENTO ADEQUADAS AO NOVO MODELO DE ATENDIMENTO /PERCENTUAL						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA NA SEFAZ	100,00	0,00	0,00	634.505,24	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE COMUNICACAO DEFINIDO E IMPLANTADO/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA RECEITA PÚBLICA	100,00	42,00	42,00	3.434.090,00	745.875,43	21,72
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	AÇÃO DE SEGURANÇA E ESCOLTA NAS DIVERSAS OPERAÇÕES FAZENDÁRIAS	100,00	100,00	100,00	1.152.936,00	438.481,86	38,03
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA DELEGACIA FAZENDÁRIA	100,00	50,00	50,00	256.600,00	108.635,66	42,34
Produto / Unidade de Medida	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA DELEGACIA FAZENDÁRIA/PERCENTUAL						
Ação	RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS OMITIDOS E RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL, CIVIL E ADMINISTRATIVA	100,00	100,00	100,00	11.600,00	2.225,78	19,19
Produto / Unidade de Medida	AGILIZAR A APURAÇÃO DAS VIOLAÇÕES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO/PERCENTUAL						
Ação	SERVIÇO DE SUPORTE AS ATIVIDADES DA RECEITA PÚBLICA	100,00	75,00	75,00	81.341.953,54	78.154.172,28	96,08
Produto / Unidade de Medida	SERVIÇOS MANTIDOS/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:					66,63%		21,04%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
CARGA TRIBUTÁRIA	PERCENTUAL	12,00	12,00	12,00	0,00	
Fonte: IPEA						
EFICÁCIA TRIBUTÁRIA	PERCENTUAL	63,00	64,00	64,00	0,00	
Fonte: .						
PERCENTUAL DE CONTRIBUINTES ATIVOS NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO ALCANÇADOS	PERCENTUAL	5,00	60,00	60,00	71,00	31/12/2012
Fonte: SARP						
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB DO ESTADO	PERCENTUAL	9,96	10,00	10,00	8,56	31/12/2012
Fonte: SARP						
PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA PROJETADA	PERCENTUAL	102,00	100,00	100,00	0,94	31/12/2012
Fonte: SARP						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

A Receita Pública, em 2011, atingiu o valor de R\$ 11.741 milhões, valor este 5,2% inferior àquele previsto na LOA, que era de R\$ 12.383 milhões. O desempenho, aquém do previsto, é explicado pela frustração de 3% da previsão da receita tributária, 0,9% de outras receitas correntes e 68% em receitas de capital.

As receitas de capital, em 2011, tiveram desempenho inferior ao previsto pela frustração dos aportes da ordem de R\$ 558 milhões, o que representou uma redução de 57,4% em relação às receitas obtidas em 2010. Já as outras receitas correntes tiveram frustração da ordem de R\$ 47 milhões. Contudo, se comparadas com o ano de 2010, tiveram um incremento da ordem de 9,9%.

Ainda que a Receita Tributária não tenha alcançado o valor previsto na LOA/2011, quando se compara o valor realizado em 2011 com o resultado obtido em 2010, verifica-se um crescimento, em termos nominais, de 10,7%, implicando incremento de arrecadação da ordem de R\$ 556 milhões de reais.

Este desempenho decorreu, principalmente, pelo aperfeiçoamento dos mecanismos eletrônicos de detecção e exigência de créditos tributários, da difusão do risco fiscal pela intensificação da presença junto aos contribuintes, e da redução do tempo decorrido entre a ocorrência da inconsistência ou irregularidade e sua detecção e sanção.

Outros aspectos relevantes que contribuíram para o desempenho acima apontado foram: aumento dos cruzamentos de dados para lançamento do tributo; ampliação da cobrança dos créditos tributários e aumento do volume de mercadorias fiscalizadas no trânsito.

Cumprir mencionar que o crescimento da economia mato-grossense também contribuiu para o resultado, mas o impacto desse crescimento foi reduzido pelo aumento da participação dos produtos destinados à exportação na composição do PIB. Salientamos que a matriz econômica de Mato Grosso está cada vez mais voltada para o mercado externo, fazendo com que as bases tributárias exploradas pelo Estado cresçam em proporção inferior à da economia.

A produção destinada à exportação, quando comparamos 2011 com 2010, cresceu em níveis superiores à produção destinada ao mercado interno, fazendo com que a base tributável (PIB - Exportação) crescesse 4,98%, algo bastante inferior ao crescimento global de 10,7% estimado para a economia de Mato Grosso, situação essa que gera fator de arrasto para a arrecadação do ICMS.

A administração tributária de Mato Grosso fixou como indicador para o PPA 2008 a 2011, alcançar pelo menos 60% dos contribuintes ativos no cadastro com pelo menos uma ação proativa de exigência de cumprimento ou saneamento de obrigação principal ou acessória. No acumulado, desde 2008, 71% dos contribuintes ativos no cadastro sofreram algum tipo de ação fiscal, superando em 17% o alcançado em 2010. Essa iniciativa eleva a percepção da presença fiscal junto aos diferentes contribuintes, resultando no incremento do recolhimento espontâneo do tributo e redução dos níveis de sonegação. No quadriênio 2008 a 2011, a proporção da receita tributária no Produto Interno Estadual (conforme estimativa feita pela SEFAZ) ficou praticamente estável, apresentando leve declínio no ano de 2011, atingindo 8,56% do PIB de 2011, o que pode ser explicado por situações pontuais e pela possibilidade de se ter incorrido em algum pequeno erro na projeção do PIB, o qual ainda não foi calculado em definitivo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Portanto, a carga tributária suportada pela população manteve-se praticamente estável no período.

Cabe ressaltar que a carga tributária de 2008 (linha de base para o PPA 2008/2011) foi ajustada para 8,86% em função da mudança de metodologia do IBGE para cálculo do PIB, o que gerou a necessidade de recalcular toda a série.

Conforme já observado nos relatórios efetuados em 2008, 2009 e 2010, que carga tributária e eficácia tributária não foram definidos como indicadores do Programa 236 para o PPA 2008 a 2011. Por falha de cadastramento ou por falha de transcrição dos dados (que não nos foi facultado retificar), os indicadores do PPA 2004 a 2007 foram transportados para o PPA 2008 a 2011. Assim, não consideramos o índice de eficácia tributária como resultado a ser utilizado na aferição do resultado do referido programa.

Já o indicador carga tributária está traduzido no indicador percentual de participação da carga tributária no PIB do estado. Informamos, ainda que, na revisão do PPA efetuada em 2009, solicitamos a exclusão desses indicadores, porém permanecem no sistema.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
179.939.109,79	107.933.234,95	85.029.525,79	0,00	47,25	78,78

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

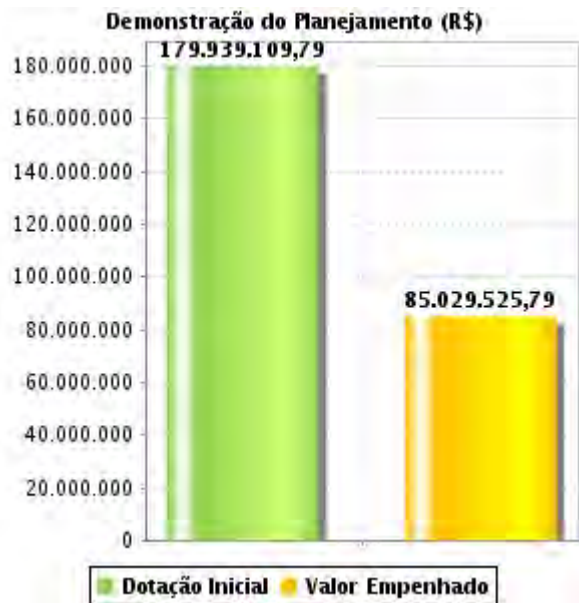


Estado de Mato Grosso

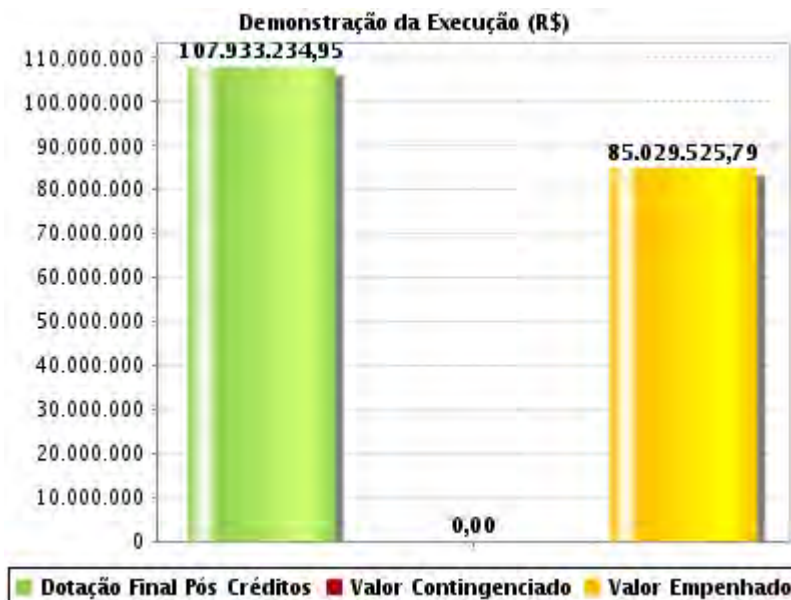
RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **40,02%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 47,25%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 78,78%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

A Capacidade de planejamento apontada como deficiente (47,25%) não espelha a realidade, pois ficou prejudicada em função do contingenciamento ocorrido desde a abertura do orçamento, tornando-se ainda mais restrito e crítico no último quadrimestre de 2011. A execução financeira apontada como regular (78,78%) deve-se a: 1) não concretização da operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em virtude de restrições no âmbito da STN, que impediram a assinatura do contrato; 2) a centralização das licitações por parte da SAD e SECID, que apesar das demandas (TR) terem sido enviados no início do exercício, não foram finalizados em tempo hábil para execução das ações de manutenção predial, obras, dentre outras; 3) dificuldade em licitar aquisições de equipamentos de TI para a melhoria do parque tecnológico em decorrência da complexidade nas especificações dos itens a serem adquiridos (alguns deles fornecidos por fabricantes situados no exterior) e da morosidade na prestação de informações por parte de potenciais fornecedores ou prestações de informações insuficientes, ocasionando atraso na preparação dos termos de referência; 4) decisão estratégica de não realização de algumas tarefas previstas no PTA em virtude de revisão de processos de trabalho, objetivando melhoria e redução de custos nos produtos e serviços ofertados aos cidadãos/usuários; 5) pela racionalização de deslocamento de servidores a outras unidades da federação, mediante uso de ferramentas eletrônicas, como e-mails e videoconferências.

Embora a execução orçamentária e financeira tenha sido prejudicada, considerando as restrições acima apontadas, que inviabilizaram o atendimento de algumas demandas, gerando impactos na execução do programa no ano de 2011, quando não se atingiu a receita prevista na LOA, no quadriênio (2008-2011) a execução ocorreu dentro do esperado, pois o objetivo do programa foi alcançado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Considerando o objetivo do programa - garantir a realização da receita necessária ao financiamento das políticas públicas - avalia-se o resultado como muito bom, uma vez que as ações executadas no programa permitiram otimizar a exploração das bases tributárias, gerando a receita pública necessária à execução das despesas requeridas para a ação governamental no quadriênio 2008 a 2011. A Receita Pública, em 2011, atingiu o valor de R\$ 11.741 milhões, valor este 5,2% inferior àquele previsto na Lei orçamentária Anual - LOA, que era de R\$ 12.383 milhões. O desempenho, aquém do previsto, é explicado pela frustração de 3% da previsão da receita tributária, 0,9% de outras receitas correntes e 68% em receitas de capital. Cumpre ainda mencionar que no acumulado a receita pública atingiu o valor de 41.495 milhões, superando em 7,9% o montante previsto (R\$ 38.458 milhões) para o quadriênio 2008 a 2011.

Ainda que a Receita Tributária não tenha alcançado o valor previsto na LOA/2011, quando se compara o valor realizado em 2011 com o resultado obtido em 2010, verifica-se um crescimento, em termos nominais, de 10,7%, implicando incremento de arrecadação da ordem de R\$ 556 milhões de reais.

Esse desempenho deve-se, fundamentalmente: à intensificação da presença fiscal junto aos contribuintes (difusão de risco fiscal), à intensificação dos cruzamentos de dados para lançamento do tributo, à ampliação da cobrança dos créditos tributários; ao aumento de fiscalização física de cargas no trânsito; à implantação da Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração Fiscal Digital; ao aumento na produtividade do Sistema de Fiscalização, mediante a melhoria de eleição de alvos, mapeamento das infrações, anomalias e comportamentos irregulares de contribuintes; à recepção de toda e qualquer solicitação feita à Secretaria Adjunta da Receita Pública por meio eletrônico, eliminando a necessidade do contribuinte se deslocar até uma Agência Fazendária, propiciando-lhe o acompanhamento, via internet, do andamento de suas demandas; dentre outros. Cabe frisar que esse resultado foi alcançado sem aumento da carga tributária, a qual se manteve em torno de 8,56% do PIB projetado para 2011.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO FINANCEIRA ESTADUAL (237)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

16601-FUNDO DE GESTÃO FAZENDARIA

Origem do Programa:

DESCOMPASSO ENTRE AS AÇÕES PLANEJADAS E EXECUTADAS.

Objetivo do Programa:

CONTORLAR A APLICAÇÃO DO GASTO PÚBLICO.

Público Alvo:

ORGAOS ESTADUAIS E SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Avaneth Almeida Das Neves

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	GESTÃO DE CONVÊNIOS GOVERNAMENTAIS	2.100,00	2.110,00	100,48	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CONVENIOS GERENCIADOS/UNIDADE						
Ação	RECADASTRAMENTO DOS INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES	100,00	100,00	100,00	782.492,16	653.572,31	83,52
Produto / Unidade de Medida	INATIVOS PENSIONISTAS E DEPENDENTES RECADASTRADOS/PERCENTUAL						
Ação	FISCALIZACAO E COBRANCA DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS FISCALIZADAS E COBRADAS/PERCENTUAL						
Ação	GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL	100,00	100,00	100,00	53.520,00	36.840,00	68,83
Produto / Unidade de Medida	CENÁRIOS DA DÍVIDA PÚBLICA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS ELABORADOS/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	COORDENAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ESTADUAIS						
Produto / Unidade de Medida	PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA EXECUTADAS NO PRAZO/PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	41.040,00	19.645,00	47,87
Ação	FORMULACAO, ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DA POLITICA FINANCEIRA ESTADUAL						
Produto / Unidade de Medida	EQUILÍBRIO FISCAL DO ESTADO MANTIDO/NÚMERO INDICE	100,00	100,00	100,00	27.240,00	19.730,00	72,43
Ação	GESTÃO DOS REGISTROS CONTÁBEIS ESTADUAIS						
Produto / Unidade de Medida	PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA E DISPONIBILIZADA/PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	571.310,00	27.602,00	4,83
Ação	MONITORAMENTO DO DESEMPENHO SOCIAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
Produto / Unidade de Medida	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E NOTAS TÉCNICAS ELABORADOS/PERCENTUAL	100,00	83,00	83,00	16.600,00	0,00	0,00
Ação	ADMINISTRAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO						
Produto / Unidade de Medida	CERTIDÃO DE BAIXA DAS EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO OBTIDA/PERCENTUAL	100,00	50,00	50,00	39.680,00	1.714,79	4,32
Ação	SERVIÇOS DE SUPORTE ÀS ATIVIDADES DO FINANCEIRO ESTADUAL						
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	10.333.207,62	9.574.738,04	92,66
Índice médio geral de realização:					93,35%		37,45%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
DESPESA CORRENTE PER CAPITA	REAL	1.703,84	1.703,84	1.703,84	3.074,70	
Fonte: IBGE, STN E BALAN						
DESPESA DE CUSTEIO PER CAPITA	REAL	846,39	846,39	846,39	1.222,25	
Fonte: IBGE, STN E BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MT						
DESPESA DE PESSOAL PER CAPITA	REAL	857,45	857,45	857,45	1.459,47	
Fonte: IBGE, STN E BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MT						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

DIVIDA PER CAPITA	REAL	222,39	222,39	222,39	181,86	
Fonte: IBGE, STN E BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MT						
EQUILÍBRIO FISCAL - RECEITA PÚBLICA EM RELAÇÃO À DESPESA PÚBLICA	NÚMERO INDICE	1,01	1,00	1,00	0,99	
Fonte: SEFAZ						
INVESTIMENTOS PER CAPITA	REAL	191,10	191,10	191,10	248,88	
Fonte: IBGE, STN E BALANÇO GERAL DO ESTADO DE MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
9.856.146,86	11.865.089,78	10.333.842,14	0,00	146,60	121,78

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

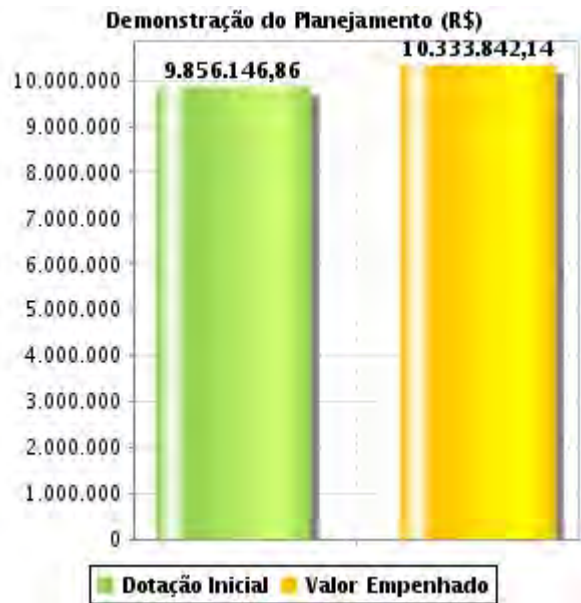
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **20,38%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 146,60%

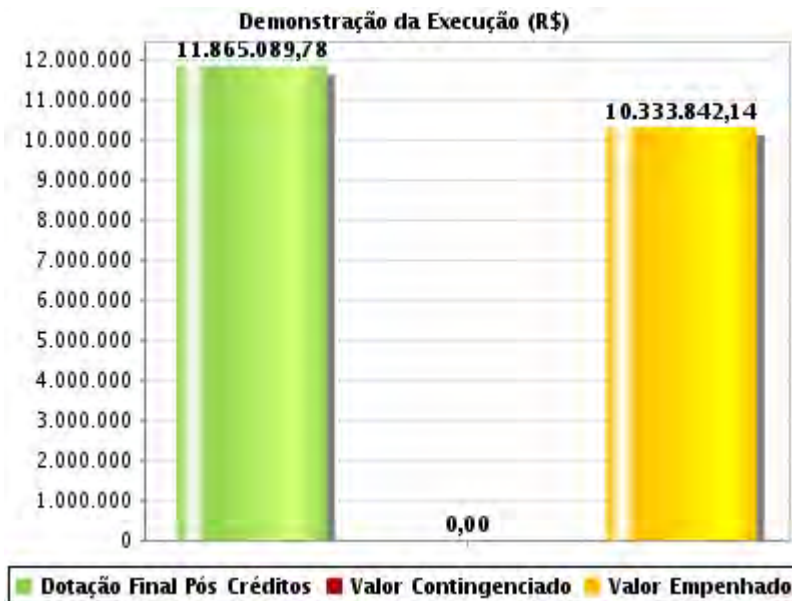


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 121,78%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Dos recursos previstos inicialmente no orçamento, foram suplementados valores para atender ao contrato do CEPROMAT de manutenção do FIPLAN. Essa necessidade não foi planejada no Fungefaz em função dos anos anteriores terem sido executadas no EGE-SEFAZ.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DEFESA DA ADMINISTRACAO PUBLICA DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA E ORDEM TRIBUTARIA (263)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Origem do Programa:

FALTA DE GARANTIAS DO OFERECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MAIOR QUALIDADE POR UM CUSTO QUE RESPEITE SUA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.

Objetivo do Programa:

PREVENIR E REPRIMIR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DE VIOLAÇÃO À ORDEM TRIBUTÁRIA.

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Silvana Correa Vianna

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	PROMOÇÃO DA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA.						
Produto / Unidade de Medida	EXPEDIENTES CONCLUÍDOS RELACIONADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROBIDADE/PERCENTUAL	13,00	2,00	15,38	24.214,27	24.214,27	100,00
Índice médio geral de realização:				15,38%			100,00%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
GRAU DE EFETIVIDADE NAS AÇÕES CONTRA CRIMES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ORDEM TRIBUTÁRIA	PERCENTUAL	55,00	65,00	65,00	0,00	
Fonte: COGER/MPE-MT						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

GRAU DE EFICÁCIA EM EXPEDIENTES RELACIONADOS À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	PERCENTUAL	34,00	50,00	50,00	30,00	05/03/2012
Fonte: COGER/MPE-MT						
ÍNDICE DE INCONVERSO	PERCENTUAL	15,00	11,00	11,00	0,00	
Fonte: SEFAZ/MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

Justifica-se os indicadores de 2011, apurados em 05/03/2012, inferiores aos previstos:

Indicador 1 (Grau de eficácia de expedientes relacionados à improbidade administrativa) = 352: devido ao fato de reconsiderarmos a memória de cálculo do primeiro indicador que se mostrou ineficaz, visto que acabamos estabelecendo-o de forma equivocada. Na oportunidade em que a reavemos, passamos a adotar novos indicadores, de forma a otimizar os resultados almejados, buscando sempre transparecer a realidade da atual sistemática. Nesse caso, observa-se que a reprimenda ao ato improprio não ocorre tão somente com a propositura de inúmeras ações civis públicas, mas também, com a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, instauração de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, que nesse caso foi o que ocorreria, um drástico aumento ao número de instauração de inquéritos civil, visando apurar a existência de ato improprio e, posteriormente, ajuizar demanda pertinente.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
120.000,00	24.214,27	24.214,27	0,00	20,18	100,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

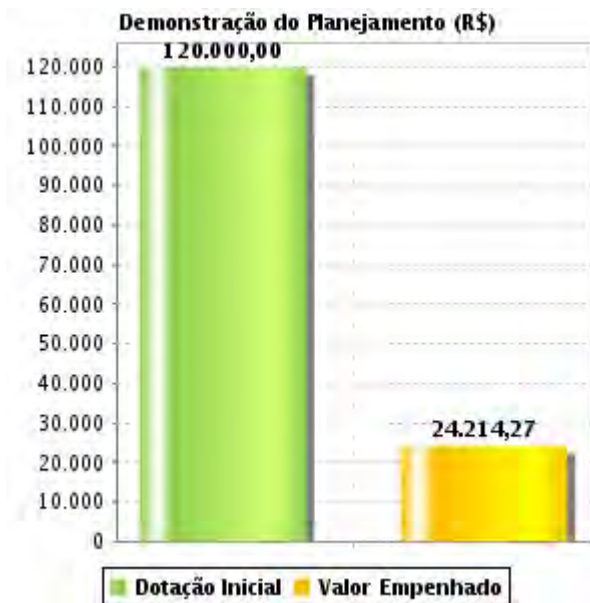
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **79,82%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 20,18%

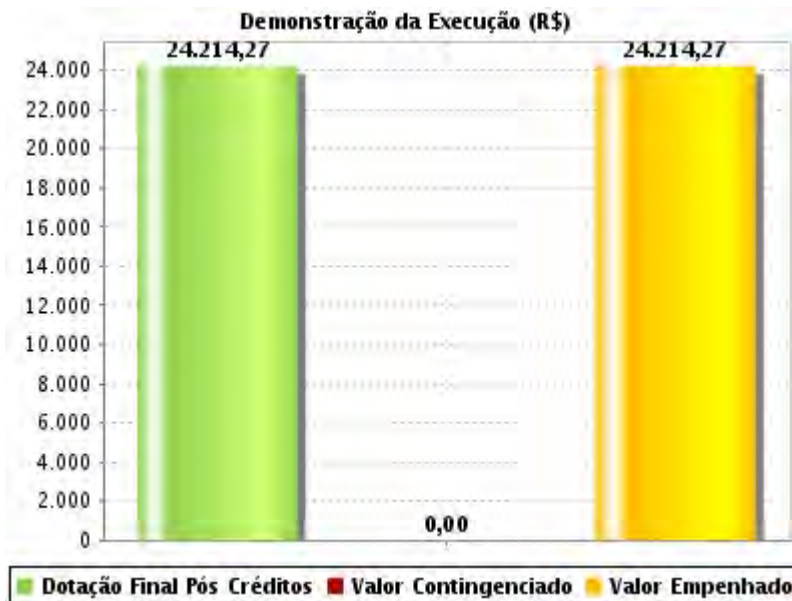


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 100,00%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Não foi necessária a utilização integral dos recursos para a realização das ações que justificaram a dotação inicial da LOA. A régua de parâmetros classifica o planejamento e programação da despesa como -Altamente Deficiente- (20,18%), apesar da classificação ser altamente deficiente, a não utilização dos recursos disponíveis em nada compromete a atuação da procuradoria no combate a improbidade administrativa, isso porque, como já fora citado nos outros campus, houve uma modificação natural no âmbito de atuação. Portanto, mesmo sem fazer a utilização integral dos recursos, a procuradoria de justiça especializada no patrimônio público e probidade administrativa, manteve a sua atuação sem comprometer a produtividade, zelando pela eficácia e eficiência nas atuações.

Os recursos foram devidamente liberados em fluxo compatível com a programação, sem atrasos e contingências. Também não houve a necessidade de créditos orçamentários adicionais, resultando no desempenho apurado de 100% da capacidade de executar financeiramente o orçamento.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

As ações executadas neste programa permitiu a efetividade no sentido principalmente de buscar do Estado da responsabilização dos agentes ímprobos, que de certa forma lesam o erário, acarretando danos a coisa pública, desta forma foi previsto propor-se 396 Ações civis e obtivemos um total de 352 ações civis propostas. Por outro lado, foi necessário otimizar a eficiência dos recursos humanos com capacitações, desenvolvimeto, troca de experiências e treinamento prático em desenvolvimento de Técnicas de investigação na Defesa do patrimônio Público e Investigação de Improbidade e Crime contra o Patrimônio, tanto na esfera Cível como criminal.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (264)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Origem do Programa:

AS DEMANDAS SOCIAIS IMPÕE MELHORA NA ESTRUTURA FISICA, TECNOLÓGICA E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES E ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS QUE PRESTAM APOIO OPERACIONAL A ATUAÇÃO MINISTERIAL. A ESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO É DEFICIENTE, DIFICULTA O ATENDIMENTO DOS ANSEIOS SOCIAIS QUE PUGNA PELA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFERTADA A TODOS.

Objetivo do Programa:

EFETIVIDADE DOS DIREITOS DO CIDADÃO

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Claudia di Giacomo Mariano

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	10,00	10,00	100,00	730.000,00	721.344,10	98,81
Produto / Unidade de Medida	CASO APURADO/PERCENTUAL						
Ação	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100,00	100,00	100,00	1.347.757,99	1.347.757,99	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROMOTORIAS INTEGRADAS/PERCENTUAL						
Ação	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO TÉCNICA DE PROMOTORIAS	17,00	17,00	100,00	5.323.668,98	5.148.110,22	96,70
Produto / Unidade de Medida	PROMOTORIA IMPLANTADA E IMPLEMENTADA/UNIDADE						
Ação	APOIO AS AÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	100,00	84,00	84,00	38.847,15	38.847,15	100,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADES FISCALIZADAS/UNIDADE						
Ação	APOIO AS AÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL-CEAF	50,00	69,00	138,00	740.229,10	456.161,50	61,62
Produto / Unidade de Medida	CAPACITACAO REALIZADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	APOIO ÀS AÇÕES DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL - CAOP.	100,00	0,00	158.368,76	158.368,76	100,00
Produto / Unidade de Medida	COORDENADORIAS IMPLEMENTADAS/PERCENTUAL					
Índice médio geral de realização:			87,00%			92,86%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA SOCIEDADE	PERCENTUAL	0,00	70,00	70,00	0,00	
Fonte: MP/MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

Não foi possível apurar o indicador desse programa - índice de satisfação da sociedade mato-grossense em relação ao Ministério Público/Mato Grosso-. Por outro lado, detectamos que foi realizada uma pesquisa nacional divulgada pela Fundação Getúlio Vargas divulgada recentemente em relação ao Ministério Público Nacional .

O Ministério Público está entre as três instituições mais confiáveis e honestas para a população brasileira, de acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa, que avalia o chamado Índice de Confiança, vem sendo preparada desde 2009.

No levantamento, o MP aparece na 3ª posição, com 51% de índice de confiança, ficando atrás das Forças Armadas e da Igreja Católica. Grandes empresas ficaram em 4º lugar e a imprensa escrita, em 5º.

A pesquisa foi realizada pela Escola de Direito da FGV de São Paulo e ouviu 1.550 pessoas de diferentes estados do país, entre eles Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal. Fonte: Revista Consultor Jurídico, 25 de fevereiro de 2012.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
10.384.280,00	8.338.871,98	7.870.589,72	0,00	75,66	94,22

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

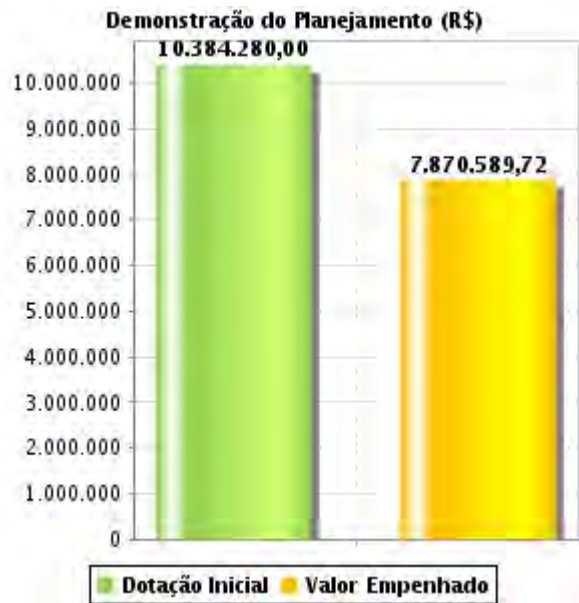
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **19,70%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 75,66%

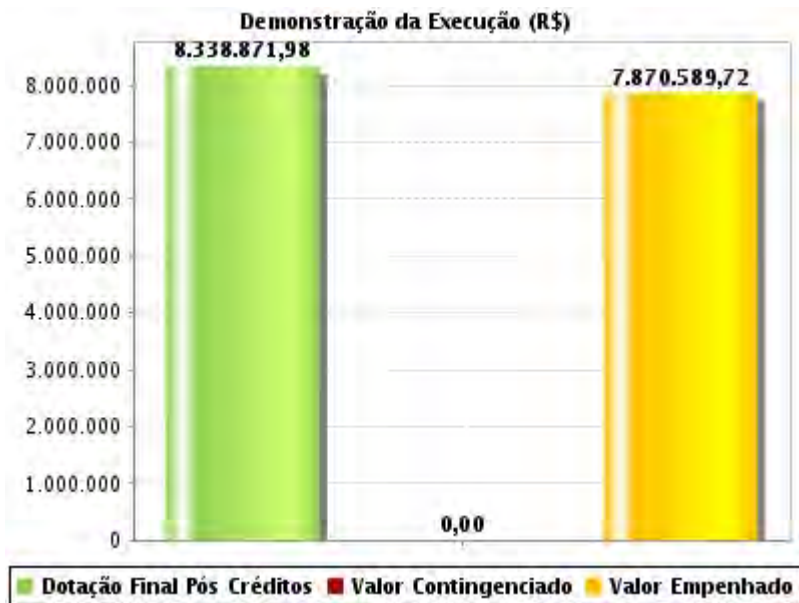


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 94,22%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Embora a capacidade de planejamento no que tange aos recursos públicos tenha sido classificado como regular, fato considerado pelo empenho a menor do que a dotação inicial prevista, porém houve necessidade de remanejar parte do recurso para atender as despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais.

No entanto, foram desenvolvidas cinco ações específicas no presente programa sendo que obtivemos um ótimo desempenho, atingimos as metas previstas na LOA, cujos fatores preponderantes foram Planejar e efetivar a Execução das medidas, aliado a utilização de recursos financeiros cujos repasses foram de acordo com a programação e o cronograma; os recursos humanos e materiais disponibilizados foram suficientes. A área sistêmica da Instituição pautou o desempenho de suas atribuições com celeridade, presteza e eficiência, fundamental para o êxito das ações.

Os resultados do Programa foram atingidos, o que permitiu um avanço no desempenho das ações finalísticas, as Unidades Administrativas tiveram um acréscimo em sua estrutura física para melhor atender o cidadão que busca a tutela Ministerial, compreendidas em reformas e adequações em mais de 30 Promotorias de Justiça alcançou as 12 (doze) regiões de planejamento do Estado.

Na área de Tecnologia da Informação a meta era atender 100% das Promotorias, conseguimos substituir os antigos equipamentos por novos fato determinante para a otimização do processamento da informação nos sistemas eletrônico de gerenciamento de processos, entre outras ações.

Em termos de Capacitação o objetivo era capacitar 50% dos servidores principalmente aqueles que prestam os serviços no interior do Estado. Assim como, foi proporcionado cursos de especializações nas áreas de Direito Civil e Processo Civil, Direito Penal e Processo Penal, Direito Administrativo, seminários, congressos, curso técnico de pequena duração as áreas sistêmica.

Na área de Tecnologia da Informação a meta era atender 100% das Promotorias, conseguimos substituir os antigos equipamentos por novos fato determinante para a otimização do processamento da informação nos sistemas eletrônico de gerenciamento de processos, entre outras ações.

Em termos de Capacitação o objetivo era capacitar 50% dos servidores principalmente aqueles que prestam os serviços no interior do Estado. Assim como, foi proporcionado cursos de especializações nas áreas de Direito Civil e Processo Civil, Direito Penal e Processo Penal, Direito Administrativo, seminários, congressos, curso técnico de pequena duração as áreas sistêmica.

O ótimo desempenho da capacidade de execução se deve ao fato da Administração ter desempenhado suas atribuições com desenvoltura, celeridade, eficiência, eficácia. Principalmente, os setores administrativos envolvidos nos processos de aquisições e processamento das despesas.

O fato de ter-se elaborado um plano de trabalho para as ações no exercício, permitiu que todos tivessem um alinhamento na fase da execução das ações reduzindo-se a morosidade.

Aliado a eficiência temos também o fato de que a programação das despesas não sofreram grandes alterações, e os recursos destinados para as despesas orçamentárias estavam disponíveis de acordo com o cronograma.

A desarmonia entre os indicadores da capacidade de planejamento/regular e a capacidade de execução financeira da Despesa/ótimo ocorreu porque a dotação inicial programada foi reduzida e remanejada para atender despesas com pessoal. Após, replanejamento financeiro a execução atingiu mais de 90% . Em relação aos objetivos foram atingidos parcialmente, uma vez que algumas ações foram transferidas sua execução para o próximo exercício principalmente devido ao prazo requerido pela modalidade de algumas licitações.

Foram desenvolvidas cinco ações específicas no presente programa sendo que obtivemos um ótimo desempenho, atingimos as metas previstas na LOA, cujos fatores preponderantes foram Planejar e efetivar a Execução das medidas, aliado a utilização de recursos financeiros cujos repasses foram de acordo com a programação e o cronograma; os recursos humanos e materiais disponibilizados foram suficientes. A área sistêmica da Instituição pautou o desempenho de suas atribuições com celeridade, presteza e eficiência, fundamental para o êxito das ações.

Os resultados do Programa foram atingidos, o que permitiu um avanço no desempenho das ações finalísticas, as Unidades Administrativas tiveram um acréscimo em sua estrutura física para melhor atender o cidadão que busca a tutela Ministerial, compreendidas em reformas e adequações em mais de 31 Promotorias de Justiça , cujo investimento foram em todas as regiões de planejamento do Estado.

Na área de Tecnologia da Informação a meta era atender 100% das Promotorias, meta obtida. Importante destacar duas ações de suma relevância cujo impacto reflete diretamente em benefício da sociedade, trata-se do Desenvolvimento do SÍMP - Sistema Integrado do Ministério Público essa ferramenta permitiu integramos em uma única base de dados as 2 (duas) instâncias, anteriormente separadas em duas aplicações distintas - GEAP e SEAP que possibilitará proporcionar maior celeridade e controle acerca dos procedimentos no Ministério Público e,

O Sistema de Ouvidoria - é um sistema de acompanhamento de registros para a Ouvidoria, onde são cadastradas as reclamações, dúvidas, denúncias, obtendo assim maior controle e transparência para aquela unidade ministerial. Com o ingresso do sistema, o cidadão pode fazer acompanhamento da sua manifestação por meio do portal do MP/MT .

Em termos de Capacitação o objetivo era capacitar 50% dos integrantes do Ministério Público, o resultado superou a meta, conseguimos obter índice superior a 60% dos servidores capacitados, muito deve-se as ações de melhoria na gestão administrativa que com adoção de novas ferramentas exigiu-se a multiplicação do conhecimento para absorção de novos conhecimentos.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Foram desenvolvidas cinco ações específicas no presente programa sendo que obtivemos um ótimo desempenho, atingimos as metas previstas na LOA, cujos fatores preponderantes foram Planejar e efetivar a Execução das medidas, aliado a utilização de recursos financeiros cujos repasses foram de acordo com a programação e o cronograma; os recursos humanos e materiais disponibilizados foram suficientes. A área sistêmica da Instituição pautou o desempenho de suas atribuições com celeridade, presteza e eficiência, fundamental para o êxito das ações.

Os resultados do Programa foram atingidos, o que permitiu um avanço no desempenho das ações finalísticas, as Unidades Administrativas tiveram um acréscimo em sua estrutura física para melhor atender o cidadão que busca a tutela Ministerial, compreendidas em reformas e adequações em mais de 17 Promotorias de Justiça atingindo 07 regiões de planejamento, etc.

Na área de Tecnologia da Informação a meta era atender 100% das Promotorias, conseguimos substituir os antigos equipamentos por novos fato determinante para a otimização do processamento da informação nos sistemas eletrônico de gerenciamento de processos, entre outras ações.

Em termos de Capacitação o objetivo era capacitar 50% dos servidores principalmente aqueles que prestam os serviços no interior do Estado. Assim como, foi proporcionado cursos de especializações nas áreas de Direito Civil, Direito Penal e Processo Penal, Direito Constitucional e Direito Ambiental, seminários, congressos, curso técnico de pequena duração as áreas sistêmica.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: ADVOCACIA DO ESTADO (281)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

09601-FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JURÍDICOS

Origem do Programa:

Baixa efetividade do controle da legalidade dos atos administrativos. Baixo índice de recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa.

Objetivo do Programa:

OTIMIZAR A ANÁLISE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS VISANDO A UNIFORMIZAÇÃO DAS DECISÕES GOVERNAMENTAIS DE ACORDO COM COM ALEI. dar MAIOR CELERIDADE NA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS INCRITOS ME DÍVIDA ATIVA . INTENSIFICAR A DEFESA DO ESTADO.

Público Alvo:

Estado de Mato Grosso

Gestor(a) do Programa:

Maria Amelia Santos da Silva

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	GESTÃO DO CENTRO DE ESTUDOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.	100,00	100,00	100,00	255.000,00	249.701,00	97,92
Produto / Unidade de Medida	CENTRO DE ESTUDOS DA PGE MANTIDO/PERCENTUAL						
Ação	CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	2.000,00	0,00	0,00	2.540.709,38	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SEDE DA PGE CONSTRUÍDA/METRO QUADRADO						
Ação	AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES E PROCURADORES DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	50,00	15,00	30,00	20,00	20,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PESSOAS/PESSOA						
Ação	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	180,00	0,00	0,00	208.690,62	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PREDIO AMPLIADO E REFORMADO/METRO QUADRADO						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	PAGAMENTO DE ENCARGOS JUDICIAIS						
Produto / Unidade de Medida	ENCARGOS JUDICIAIS PAGOS/PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	260.000,00	159.161,81	61,22
Índice médio geral de realização:				46,00%			51,83%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
Número de Atividades Extrajudiciais executadas	NÚMERO	11.389,00	15.000,00	15.000,00	0,00	
Fonte: PGE						
Número de Atividades Judiciais Executadas	NÚMERO	18.821,00	28.000,00	28.000,00	0,00	
Fonte: PGE						
Número de processo inscritos em Dívida Ativa	UNIDADE	4.468,00	11.000,00	11.000,00	0,00	
Fonte: PGE						
Recuperação de créditos inscritos em Dívida Ativa em valores.	REAL	23.022.158,00	47.738.747,00	27.626.590,00	0,00	
Fonte: PGE						

Análise dos Indicadores do Programa:

Com a reformulação administrativa determinada pela realização dos núcleos administrativos, esta Instituição passou a integrar o Núcleo Jurídico-Fazendário. Posteriormente, a instituição foi desligada do núcleo da Sefaz e integrada ao Núcleo da Secretaria de Planejamento. A criação dos Núcleos administrativos desarticulou a estrutura administrativas da PGE, tornando a execução orçamentária mais lenta e burocrática. Sem uma estrutura administrativa articulada e com as operações transferidas para o Núcleo, não houve acompanhamento e apuração dos indicadores durante o ano de 2011.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
6.702.400,00	3.264.420,00	408.882,81	0,00	6,10	12,53

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

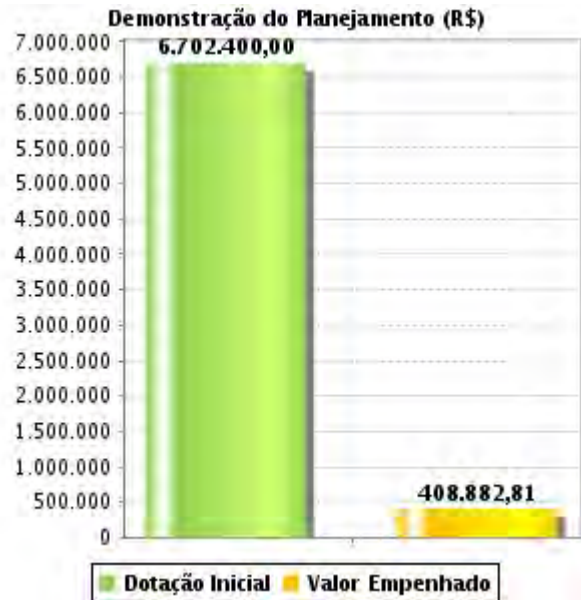
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **51,29%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 6,10%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 12,53%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O PPA 2004/2007 contava com dois programas -finalísticos- nas unidades orçamentárias da Procuradoria-Geral do Estado: o primeiro ligado as atividades de recuperação de receita e diminuição da evasão fiscal, denominava-se Programa Prevenção e Controle da Evasão Fiscal e Recuperação de Receita; o segundo com o foco voltado para a efetivação das ações de controle da legalidade e defesa do Estado de Mato Grosso e denominava-se Programa Controle da Legalidade e Defesa do Estado. A criação desses dois programas foi uma tentativa de separar o orçamento da PGE em duas de suas principais finalidades, a gestão da dívida ativa e o controle da legalidade. Esta configuração, no entanto, não se mostrou a mais adequada porque a Instituição tem muito centralizada a aplicação de seus recursos, a divisão em subprocuradorias (judicial, fiscal, precatórios, etc) existe para definir áreas de atuação e não gerências que controlam seus próprios orçamentos. As questões ligadas ao orçamento, planejamento financeiro sempre foram, até antes da implantação dos Núcleos Administrativos, tratadas pela Diretoria-Geral que controlava e centralizava toda parte administrativa da PGE. A separação de orçamentos distintos para atividades fim e atividades meio (manutenção dos serviços administrativos gerais) sempre representou uma dificuldade para a Instituição. Constatando-se essa dificuldade, mas ao mesmo tempo evidenciado a importância de se ter programa de área fim, optou-se por criar um só programa que pudesse englobar toda a atividade finalística da PGE. Baseado nisso foi criado o Programa Advocacia do Estado, que no exercício de 2010 foi constituído de dois projetos: construção da nova sede da Procuradoria-Geral do Estado e a ampliação do quadro de servidores e procuradores; e três atividades: o pagamento de encargos judiciais, gestão do centro de estudos e a reforma da sede atual da PGE. Dois foram os principais focos do programa em 2010: a construção da nova sede da PGE e a ampliação do quadro de servidores com a realização de concurso para a contratação de servidores e procuradores. Esses focos não foram realizados em 2010. Em 2011 as ações previstas para o Programa eram: No orçamento do FUNJUS (09601): 2471 - Gestão do Centro Estudos da PGE; 3678 - Reforma e Ampliação da sede da PGE; 3026 - Construção da Sede da PGE. No orçamento da PGE (09101): 3027 - Ampliação do Quadro de Servidores e Procuradores da PGE; 4041 - Pagamento de Encargos Judiciais; 3026 - Construção de Sede da PGE. O programa teve uma capacidade de empenho muito inferior ao planejado. Isso ocorreu porque a ação principal do Programa, referente a Construção da Nova Sede da PGE não foi executada. A construção da sede não foi realizada em um primeiro momento por falta de recursos financeiros, mas posteriormente devido a uma alteração de estratégia da Administração da Instituição que optou por um procedimento mais econômico e decidiu realizar no ano de 2012 uma ampliação da sede atual, ao invés da edificação de uma nova sede. A Ação de construção detinha quase 90,00% de todos os recursos do Programa, e sua não realização o prejudicou definitivamente. As únicas ações executadas do Programa foram: ação 2471 - Gestão do Centro de Estudos; e ação 4041 - Pagamento de Encargos Judiciais.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O foco principal do programa em 2011 foi a construção da nova sede da PGE. No entanto, a construção da sede não se realizou, inicialmente devido a falta de recursos financeiros, mas posteriormente devido a uma mudança de estratégia da Instituição, que na impossibilidade de construir a nova sede, optou por realizar uma ampliação da sede atual da PGE no ano de 2012. Dentro deste contexto, a ação de reforma da sede atual que constava no orçamento 2011 também foi adiada para 2012. As ações que efetivamente foram executadas são: a gestão do centro de estudos, com a realização de capacitações para os servidores e contratação de estagiários; e a realização de pagamentos de encargos judiciais. Uma parte significativa de todos os recursos do Programa foram reduzidos (R\$ 3.597.270,62), para atender, principalmente, as ações de manutenção de informática e recolhimento de encargos e obrigações previdenciárias de inativos.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO COLABORADOR (282)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

01101-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

BAIXA QUALIDADE RESULTANTE DA FALTA DE VALORIZAÇÃO DO COLABORADOR.

Objetivo do Programa:

CRIAR OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL A TODOS OS COLABORADORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO, TENDO EM VISTA OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS E INDIVIDUAIS.

Público Alvo:

COLABORADORES

Gestor(a) do Programa:

Luiz Marcio Bastos Pommont

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	QUALI VIDA - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	100,00		0,00	23.948,00	22.687,40	94,74
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL SATISFEITO/PERCENTUAL						
Ação	GESTÃO POR COMPETÊNCIA	100,00		0,00	49.970,00	47.750,00	95,56
Produto / Unidade de Medida	PONTUACAO DA AVALIACAO DE DESEMPENHO AUMENTADA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				0,00%			95,15%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ACOES PLANEJADAS REALIZADAS	UNIDADE	40,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: .						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES.	PERCENTUAL	50,00	80,00	80,00	0,00	
Fonte: SGP						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
74.000,00	73.918,00	70.437,40	0,00	95,19	95,29

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

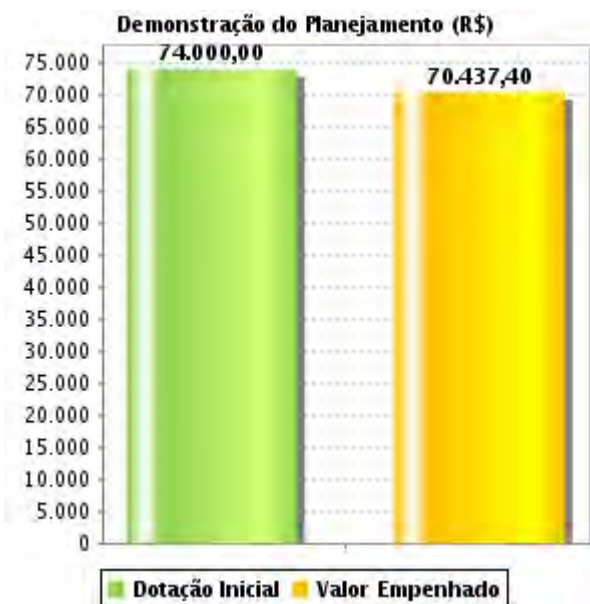
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **0,11%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 95,19%

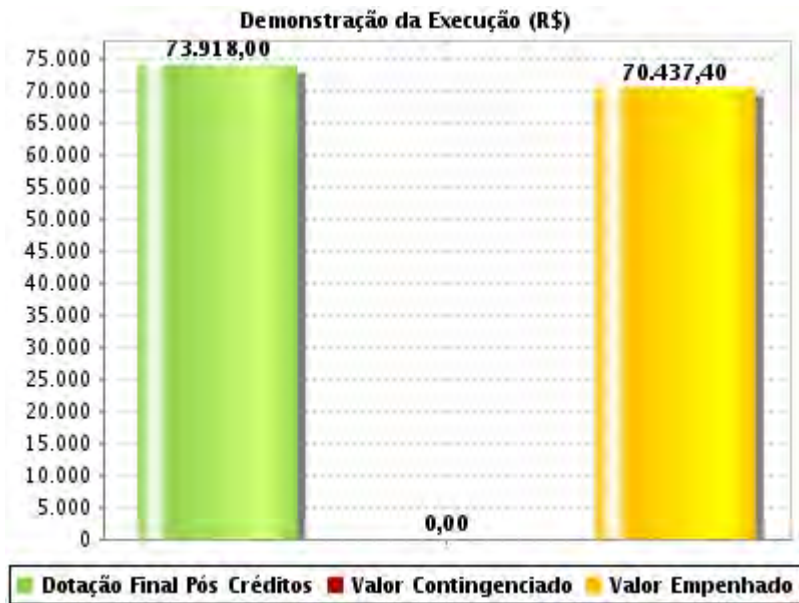


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 95,29%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: QUALIDADE NOS SERVIÇOS DO CONTROLE EXTERNO (283)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

01101-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

Burocratização dos serviços e necessidade de padronização

Objetivo do Programa:

CRIAR CONDIÇÕES PARA MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS USUÁRIOS INTERNOS E EXTERNOS.

Público Alvo:

Sociedade

Gestor(a) do Programa:

Luiz Marcio Bastos Pommont

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS	100,00		0,00	37.506,00	37.505,12	100,00
Produto / Unidade de Medida	UNIDADE APERFEICOADA/UNIDADE						
Ação	AUTO-AVALIAÇÃO DE GESTÃO	100,00		0,00	20.000,00	20.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	AUTO-AVALIACAO REALIZADA E VALIDADA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				0,00%			100,00%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS	PERCENTUAL	0,00	100,00	25,00	0,00	
Fonte: TCE						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
57.510,00	57.506,00	57.505,12	0,00	99,99	100,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

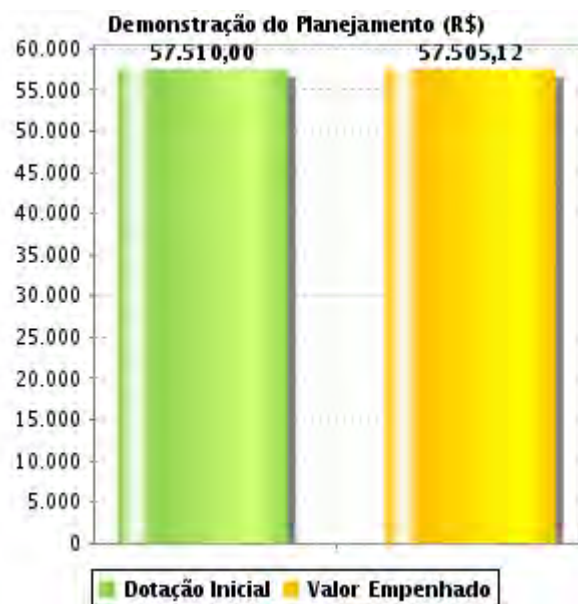
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **0,01%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 99,99%

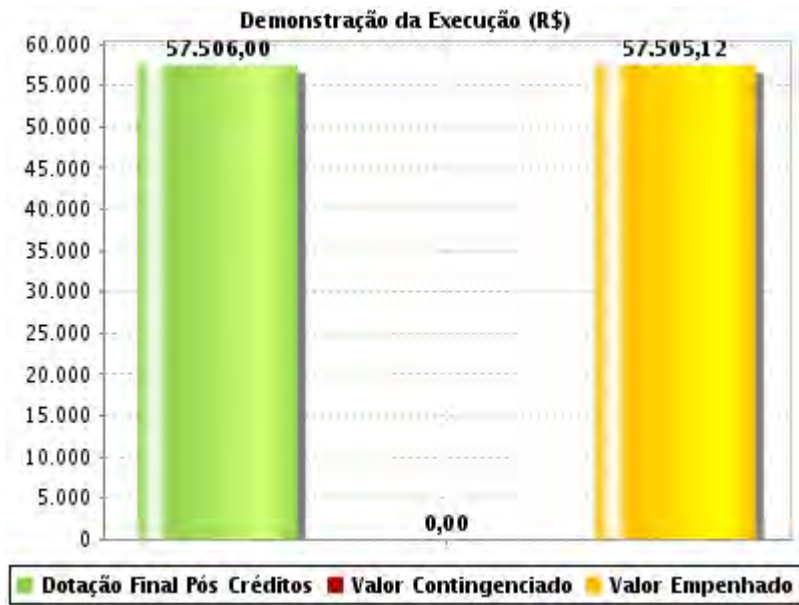


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 100,00%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (285)

Tipo de Programa:

Gestão de Políticas Públicas

Unidade Resp. Programa:

03101-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

SATISFAZER A DEMANDA DE PROCESSOS NO PODER JUDICIÁRIO.

Objetivo do Programa:

A MODERNIZAÇÃO INTRODUZ MELHORIAS PERMANENTES NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Público Alvo:

SERVIDORES EM GERAL.

Gestor(a) do Programa:

Lucymar Kiyomi Ono

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONSTRUÇÃO E REFORMA NA 2ª INSTÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO	2.880,00	5.254,00	182,43	856.000,77	482.774,89	56,40
Produto / Unidade de Medida	PREDIO AMPLIADO E REFORMADO/METRO QUADRADO						
Ação	CONSTRUÇÃO E REFORMA NA 1ª INSTÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO	13.400,00	10.225,00	76,31	8.557.896,21	5.892.132,68	68,85
Produto / Unidade de Medida	PREDIO AMPLIADO E REFORMADO/METRO QUADRADO						
Ação	INFORMATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	100,00	100,00	100,00	16.686.952,59	4.709.928,32	28,23
Produto / Unidade de Medida	TRIBUNAL DE JUSTICA E COMARCA INFORMATIZADOS E MANTIDOS/PERCENTUAL						
Ação	MODERNIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁIS/ADMINISTRATIVOS/ORGANIZACIONAIS.	100,00	0,00	0,00	1.152.000,00	545.337,81	47,34
Produto / Unidade de Medida	NIVEL DE SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AOS SERVICOS PRESTADOS/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	5,00	14,00	280,00	1.514.826,00	1.298.450,00	85,72
Produto / Unidade de Medida	VEICULO ADQUIRIDO/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA	6.260,00	7.104,00	113,48	2.450.000,00	1.482.895,98	60,53
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Índice médio geral de realização:				125,37%			57,84%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DO ESTOQUE DE PROCESSOS	PERCENTUAL	100,00	60,00	10,00	7,00	
Fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA						

Análise dos Indicadores do Programa:

O indicador utilizado para aferir o resultado do programa visava apurar o percentual de processos julgados do estoque e paralelamente julgar as distribuições no ano.

Partindo desse pressuposto, pretendia-se reduzir o saldo de processos numa média percentual de 10% (dez por cento) ao ano, porém constatou-se conforme dados extraídos pelo Núcleo Estatístico do TJMT, nos termos da Resolução 76/2009/CNJ, que o estoque de processos vem aumentando anualmente e de forma acentuada, sendo que do ano de 2010 para 2011 o crescimento da demanda foi de 4,7%. E, em 2011 o número de processos distribuídos chegou a 281.008, dos quais foram baixados 216.089, restando assim 64.919 processos que correspondem a 7% do crescimento do estoque total. Diante disto, pressupõe-se que 23% tenham ocorrido no período não apurado

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
30.620.000,00	31.217.675,57	14.411.519,68	0,00	47,06	46,16

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

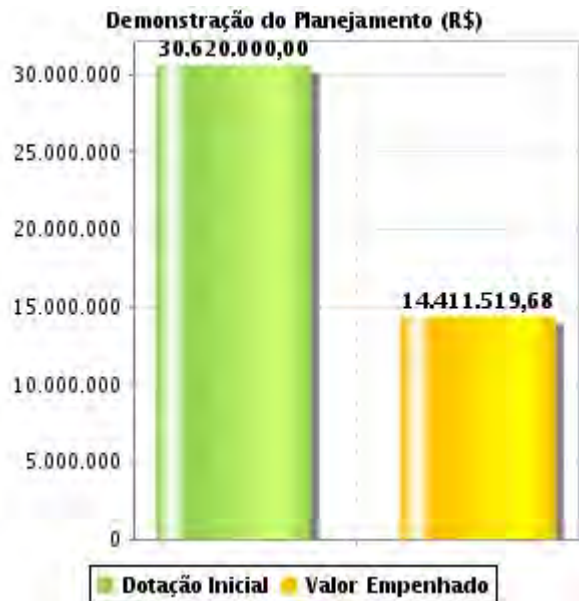
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **1,95%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 47,06%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 46,16%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Embora algumas ações tenham atingido a meta estabelecida, o desempenho deste programa não aferiu resultado esperado, em parte, devido à metodologia utilizada na sua elaboração, ao possibilitar ações estruturadas de maneira desfocada do objetivo proposto.

Devido aos problemas na formulação a avaliação da execução acaba por ser prejudicada. Contudo, vale ressaltar que restrições de ordem administrativa e política acabaram por impactar no resultado pretendido como: greve de servidores ocorrida no ano de 2010; insuficiência de recursos humanos (magistrados e servidores), restrições de ordem legal (Limite da despesa de pessoal- LRF).

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

A meta física pretendida não foi atingida, em parte, devido a falhas na metodologia utilizada para elaboração da programação, ao permitir maior flexibilidade para a mudança das estratégias. Constatou-se, conforme dados extraídos pelo Núcleo Estatístico do TJMT, nos termos da Resolução 76/2009/CNJ, que o estoque de processos vem aumentando anualmente e de forma acentuada, sendo que do ano de 2010 para 2011 o crescimento da demanda foi de 4,7%. E, em 2011 o número de processos distribuídos chegou a 281.008, dos quais foram baixados 216.089, restando assim 64.919 processos que correspondem a 7% do crescimento do estoque total. Diante disto, pressupõe-se que 23% tenham ocorrido no período não apurado.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (291)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

02101-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

FALTA DE EFETIVIDADE NAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

Objetivo do Programa:

FORTALECER A INSTITUIÇÃO MODERNIZAR O SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO, PELO ENCAMINHAMENTO DA EFECÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE E DOS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO SOCIAL.

Público Alvo:

Gestores Públicos

Gestor(a) do Programa:

Valter Albano da Silva

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	1,00	0,00	0,00	417.095,85	249.727,82	59,87
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	100,00	40,00	40,00	69.958,00	69.958,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	NIVEL DE SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AOS SERVICOS PRESTADOS/PERCENTUAL						
Ação	INCENTIVO A IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO	70,00	25,00	35,71	52.100,00	51.320,79	98,50
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS INTEGRANTES DO CONTROLE EXTERNO	172,00	170,00	98,84	1.501.409,50	1.432.330,33	95,40
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR CAPACITADO/PESSOA						
Ação	ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE INTEGRANTES DE UNIDADE GESTORAS	70,00	50,00	71,43	345.837,00	345.746,50	99,97
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	INCENTIVO AO CONTROLE SOCIAL						
Produto / Unidade de Medida	NIVEL DE SATISFACAO DA SOCIEDADE EM RELACAO AOS SERVICOS PRESTADOS/PERCENTUAL	100,00	75,00	75,00	112.680,00	112.680,00	100,00
Índice médio geral de realização:				53,50%			92,29%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DE GESTORES CAPACITADOS	PERCENTUAL	0,00	80,00	20,00	0,00	
Fonte: TCE						

Análise dos Indicadores do Programa:

O principal indicador que dá sustentação ao Percentual de Gestores Capacitados é número de participações em capacitação de servidores e agentes públicos das unidades jurisdicionadas. Os eventos realizados nos pólos regionais dinamizaram o cumprimento da meta.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
2.880.422,00	2.499.080,35	2.261.763,44	0,00	78,52	90,50

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

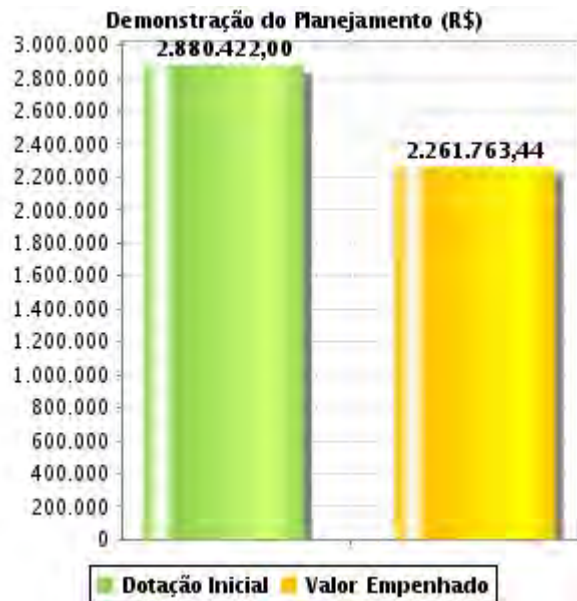
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **13,24%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 78,52%

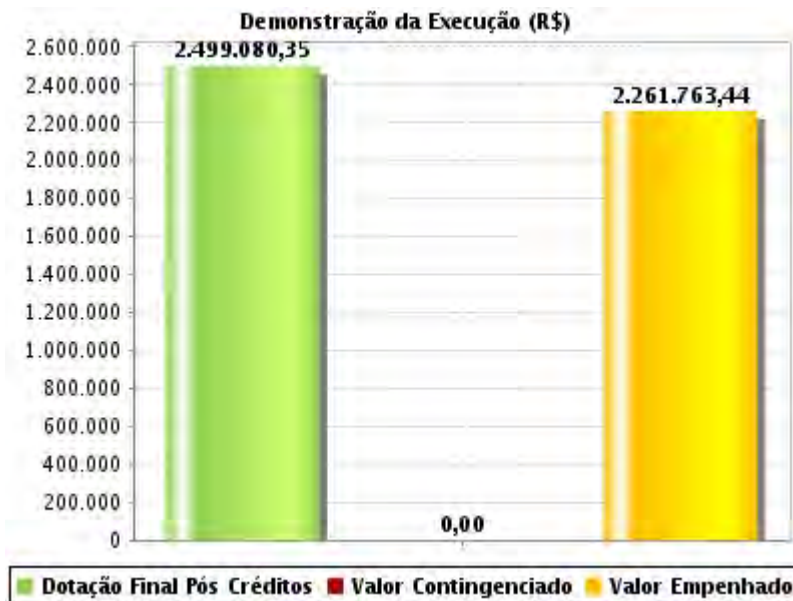


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 90,50%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Os recursos destinados a este programa possibilitaram a execução dos objetivos estratégicos número 01 (contribuir para a efetividade das políticas públicas), número 07 (melhorar a qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados). Os recursos disponibilizados atenderam plenamente as necessidades de execução e foram utilizados com alto índice de comprometimento.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Os resultados conseguidos atenderam plenamente as expectativas; as metas relacionadas ao controle externo foram atingidas. As participações em capacitação dos jurisdicionados e os chamados da Ouvidora atingiram nível recorde em 2011, fortalecendo o controle social em parceria com o controle externo.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO , DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE PESSOAS (297)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

02101-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

CONHECIMENTO, COMPROMETIMENTO E DESEMPENHO DOS SERVIDORES ABAIXO DO PADRÃO DE CONTROLE EXTERNO EXIGIDO PELA SOCIEDADE.

Objetivo do Programa:

MELHOR QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO SERVIÇO DE CONTROLE EXTERNO.

Público Alvo:

SERVIDORES DO TCE

Gestor(a) do Programa:

Valter Albano da Silva

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	100,00	99,00	99,00	394.279,00	394.278,50	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROFISSIONAL SATISFEITO/PERCENTUAL						
Ação	CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	65,00	60,00	92,31	130.178,00	129.953,90	99,83
Produto / Unidade de Medida	PESSOA CAPACITADA/PESSOA						
Ação	GESTÃO DE DESEMPENHO	65,00	60,00	92,31	88.380,00	88.380,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO IMPLANTADA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				94,54%			99,94%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PERCENTUAL DO PROGRAMA REALIZADO	PERCENTUAL	0,00	65,00	65,00	0,00	
Fonte: SGP						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise dos Indicadores do Programa:

O indicador que suporta o Percentual do Programa Realizado é a avaliação de desempenho dos servidores, para o qual foram obtidos 79,7 pontos. Foi concluído o diagnóstico das competências dos cargos das Secretarias de Controle Externo, implantado o programa de avaliação de desempenho e realizada a Avaliação de desempenho com foco em Competências para os servidores das áreas técnica, entre outras ações.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
684.000,00	612.837,00	612.612,40	0,00	89,56	99,96

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

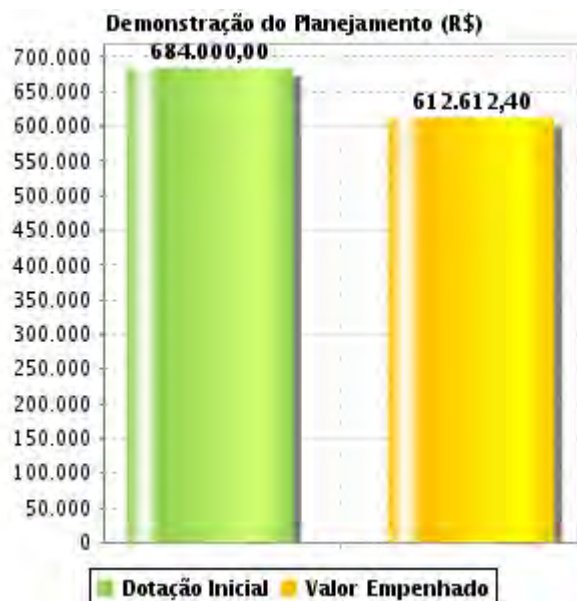
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **10,40%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 89,56%

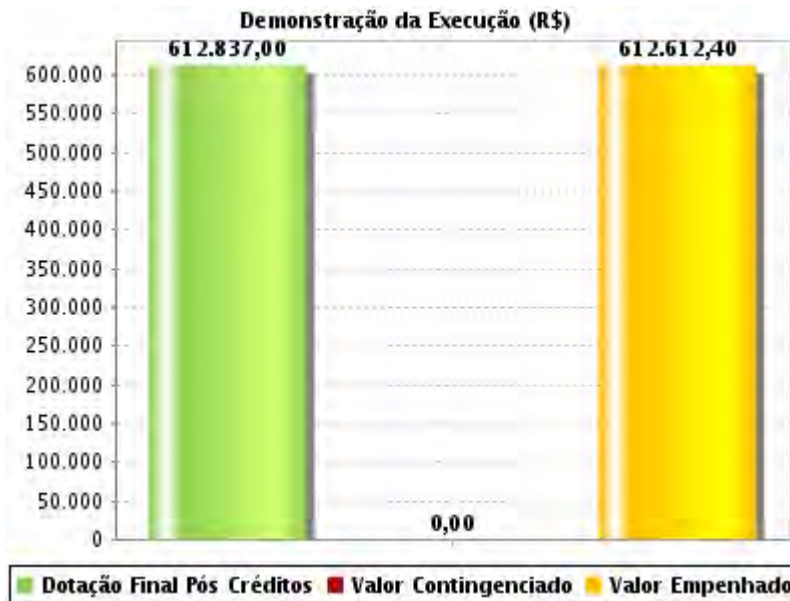


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 99,96%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

As demandas estiveram adequadas aos gastos realizados; os recursos recebidos pelo TCE-MT foram compatíveis e em volume necessário à execução do Programa. O objetivo de melhorar a qualidade e produtividade do serviço de controle externo foi alcançado. As metas que mais se destacaram foram às relativas a avaliação de desempenho e à satisfação do servidor em relação ao TCE-MT. Os recursos necessários ao atendimento da demanda estiveram compatíveis com o planejamento ajustado, sendo consumidos praticamente em sua totalidade.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Os resultados alcançados atenderam as expectativas. As principais metas estão relacionadas aos objetivos 9 (aprimorar o desempenho profissional e gerencial) e 10 (promover a valorização e comprometimento dos servidores) do plano estratégico.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO PENAL (316)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

08101-PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Origem do Programa:

A DEFICIENTE MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS ATUAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE TEM CAUSA NA FALTA DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS QUE PERMITAM A INSTITUIÇÃO CONHECER E AVALIAR A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DE SEUS SERVIÇOS, E ESTABELECE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ADEQUADO.

Objetivo do Programa:

MELHORIA DOS INDICADORES DE IMPACTO ATUAIS SE DARÁ POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS COM INDICADORES DE RESULTADOS E DADOS ESTATÍSTICOS, QUE PERMITIRÁ REALIZAR DIAGNÓSTICOS ACERCA DO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES NA ÁREA CRIMINAL E ADOTAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS E ADEQUADAS PARA A SATISFAÇÃO DAS METAS INSTITUCIONAIS QUE VENHAM SER OU TENHAM SIDO ESTABELECIDAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

Público Alvo:

SOCIEDADE

Gestor(a) do Programa:

Mauro Viveiros

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO POR INDICADORES	35,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE GESTÃO POR INDICADORES IMPLANTADOS/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE MODELO DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL	40,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	45,00		0,00	1.501,91	1.501,91	100,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE GESTÃO POR INDICADORES DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR ORIENTADO E ACOMPANHADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				0,00%			33,33%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NUMERO E INDICE DE CONDENACOES DO JUIZO SINGULAR CONTRARIAS AO PEDIDO DO MP	PERCENTUAL	0,00	0,50	0,50	0,00	
Fonte: MP						
NUMERO E INDICE DE CONDENACOES PLENARIAS, CONTRARIAS AO PEDIDO DO MP	PERCENTUAL	0,00	0,50	0,50	0,00	
Fonte: MP						
NUMERO E INDICE DE ESTOQUE DE FEITOS	PERCENTUAL	0,00	30,00	30,00	0,00	
Fonte: MP						
NUMERO E INDICE DE RECURSOS IMPROVIDOS CONTRA O PEDIDO DO MP	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: MP						
NUMERO E INDICE DE RECURSOS PROVIDOS CONFORME O PEDIDO DO MP	PERCENTUAL	0,00	80,00	80,00	0,00	
Fonte: MP						
NUMERO E INDICE DE REDUCAO DE PROCESSOS COM PRONUNCIAS SUPERIORES A 4 ANOS	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: MP						
Nº E INDICE DE ABSOLVIÇÕES PLENARIAS, CONTRARIAS AO PEDIDO DO MP	PERCENTUAL	0,00	5,00	5,00	0,00	
Fonte: MP						
Nº E INDICE DE ABSOLVIÇÕES SINGULARES CONTRA O PEDIDO DO MP	PERCENTUAL	0,00	2,00	2,00	0,00	
Fonte: MP						
Nº E INDICE DE ABSOLVIÇÕES SUMARIAS CONTRARIAS AO PEDIDO DO MP	PERCENTUAL	0,00	1,00	1,00	0,00	
Fonte: MP						
Nº E INDICE DE ARQUIVAMENTO DE INQUERITOS POLICIAIS POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA	PERCENTUAL	0,00	10,00	10,00	0,00	
Fonte: MP						
Nº E INDICE DE IMPRONUNCIAS CONTRARIAS AO PEDIDO DO MP	PERCENTUAL	0,00	1,00	1,00	0,00	
Fonte: MP						
Nº E INDICE DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	PERCENTUAL	0,00	2,00	2,00	0,00	
Fonte: MP						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
120.000,00	1.501,91	1.501,91	0,00	1,25	100,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

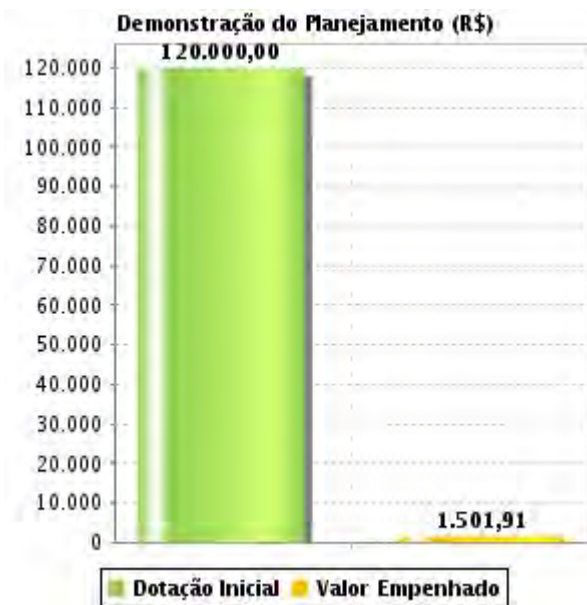
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **98,75%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 1,25%

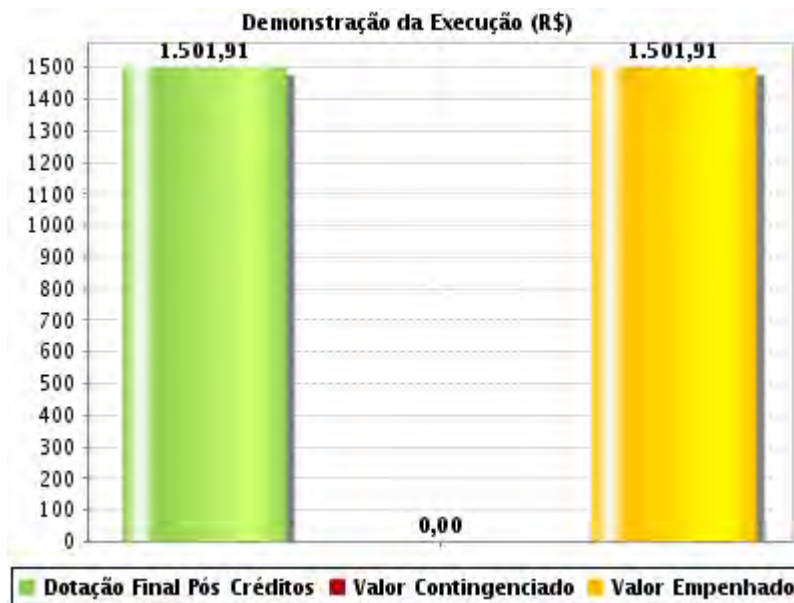


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 100,00%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O Planejamento Estratégico das ações 5017-Implantação do Sistema de Gestão por Indicadores; 5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal e 5019-Implantação do Controle Externo da Atividade Policial não teve significativa progressão tendo em vista que a maioria das ações planejadas dependem de definições no âmbito do DTI (Departamento de Tecnologia e Informação). Ocorre que o mencionado departamento esteve às voltas com o desenvolvimento de um sistema destinado a atender determinação do Conselho Nacional do Ministério Público no sentido de construir e implementar, em âmbito nacional, a Padronização de Tabelas Processuais com vistas a unificar e otimizar as atividades ministeriais e somente este ano, após a entrega do referido produto encontra-se disponível para desenvolver o almejado Sistema de Gestão por Indicadores.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O Planejamento Estratégico das ações 5017-Implantação do Sistema de Gestão por Indicadores; 5018-Implantação do Modelo de Fiscalização da Execução Penal e 5019-Implantação do Controle Externo da Atividade Policial não teve significativa progressão tendo em vista que a maioria das ações planejadas dependem de definições no âmbito do DTI (Departamento de Tecnologia e Informação). Ocorre que o mencionado departamento esteve às voltas com o desenvolvimento de um sistema destinado a atender determinação do Conselho Nacional do Ministério Público no sentido de construir e implementar, em âmbito nacional, a Padronização de Tabelas Processuais com vistas a unificar e otimizar as atividades ministeriais e somente este ano, após a entrega do referido produto encontra-se disponível para desenvolver o almejado Sistema de Gestão por Indicadores.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: AGECOPA - INOVANDO NA COPA (320)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04302-AGÊNCIA ESTADUAL DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA COPA DO MUNDO

Origem do Programa:

MOstrar a ADMINITRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DE MATO GROSSO UM NOVO MODELO DE GESTÃO

Objetivo do Programa:

APRIMORAR O MODELO DE GESTÃO COLEGIADA E ENVOLVER OS DIVERSOS EXECUTORES DOS PREPARATIVOS.

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Maurício Souza Guimarães

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	REVISÃO DAS LEIS E DECRETOS QUE INSTITUÍRAM A AGECOPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	LEGISLAÇÃO REVISADA/UNIDADE						
Ação	ESTÍMULO AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DO PANTANAL	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	REUNIÃO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	PROMOÇÃO DE SEMINÁRIOS PARA DISCUSSÃO DO MODELO DE GESTÃO DE DECISÃO COLEGIADA	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SEMINÁRIOS REALIZADOS/UNIDADE						
Ação	DESENVOLVIMENTO DE NORMAS LEGAIS QUE REGULAMENTEM E FORTALEÇAM O MODELO DE DECISÃO COLEGIADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	INSTRUMENTO REGULATÓRIO PUBLICADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO PARA A AGE COPA						
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO IMPLANTADO/UNIDADE	0,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Ação	ESTABELECIMENTO DE PARCERIA COM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARA PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM CONTRATOS DE GR						
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA REALIZADA/UNIDADE	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	ESTÍMULO DO FUNCIONAMENTO DE COMISSÃO ESPECIAL DA COPA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E NAS CÂMARAS MUNICIPAIS DA R						
Produto / Unidade de Medida	AUDIÊNCIA REALIZADA/UNIDADE	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	PROMOÇÃO DO ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DO PANTANAL						
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA REALIZADA/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	DEFINIÇÃO DOS PROJETOS DA COPA DO MUNDO DO PANTANAL E AS ATRIBUIÇÕES DA AGE COPA E DOS DEMAIS PARTICIPANTES DO						
Produto / Unidade de Medida	CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE AGENDA PERMANENTE DE INFORMAÇÃO SOBRE A COPA DO MUNDO DO PANTANAL						
Produto / Unidade de Medida	SEMINÁRIOS REALIZADOS/UNIDADE	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	CRIAÇÃO DE COMITÊS INTERGOVERNAMENTAIS (AGE COPA, GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL)						
Produto / Unidade de Medida	COMITÊ CRIADO/UNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTA DE CONTROLE GERENCIAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM N						
Produto / Unidade de Medida	INTERFACE DO SISTEMA EFETIVADO/PERCENTUAL	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Ação	APOIO AOS COMITÊS TEMÁTICOS DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DA COPA						
Produto / Unidade de Medida	COMITÊ CRIADO/UNIDADE	6,00	0,00	0,00	130.000,00	29.243,00	22,49



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	DISSEMINAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS REALIZADAS EM OUTROS ESTADOS	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	NOVO MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	PUBLICAÇÃO DE CADERNO INFORMATIVO DA COPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CADERNO INFORMATIVO PUBLICADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				6,67%			1,50%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PROCESSOS MAPEADOS	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	100,00	
Fonte: NI						
PROJETOS MONITORADOS (%)	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	100,00	
Fonte: NAO INFORMADA						

Análise dos Indicadores do Programa:

Não houve atualização dos indicadores, uma vez que, no início de 2011 houve uma mudança na Estrutura da Agecopa passando a ser regida no formato de Presidência; com um novo Gestor para a Agência novas prioridades foram destacadas e todas as ações foram revistas.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.382.000,00	130.000,00	29.243,00	0,00	2,12	22,49

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

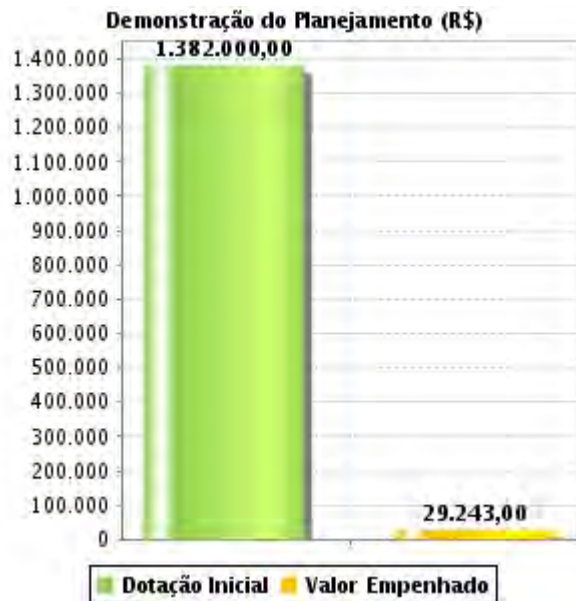
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **90,59%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 2,12%

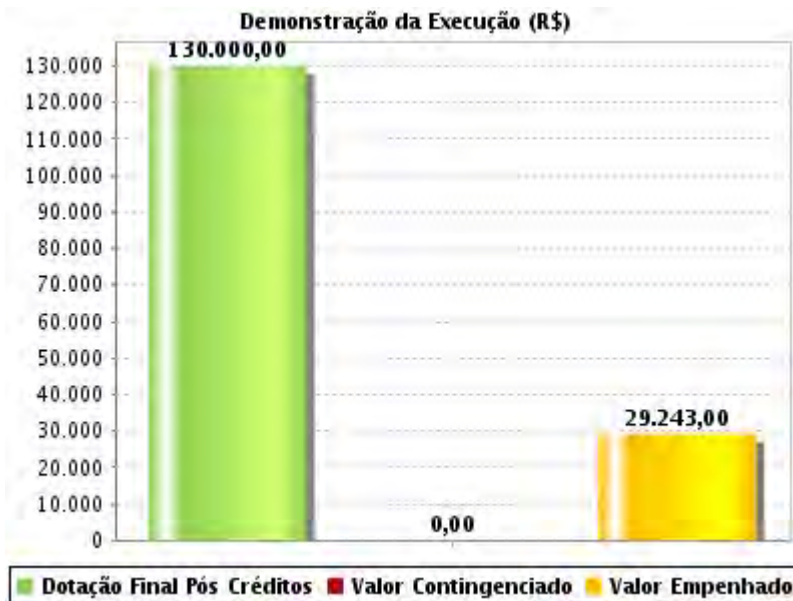


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 22,49%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Quando foi elaborado o orçamento da AGE COPA para 2011, havia uma proposição de planejamento baseado na Estrutura da Agência que era no formato de colegiado. Com a mudança de gestão em abril de 2011, os projetos desta ação foram revistos e seus recursos priorizados para atender as ações de Infraestrutura.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Por ser uma ação que tinha como objetivo aprimorar o modelo colegiado e com a mudança de gestão em abril de 2011, passando para o modelo Presidencialista, o Programa não conseguiu atingir a sua finalidade, fazendo com que os projetos desta ação fossem revistos e seus recursos priorizados para atender as ações de Infraestrutura.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: EFICIÊNCIA NA COPA (321)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04302-AGÊNCIA ESTADUAL DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA COPA DO MUNDO

Origem do Programa:

CRIAÇÃO DA AGÊNCIA ESTADUAL DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA COPA DO MUNDO DO PANTANAL - AGE COPA

Objetivo do Programa:

DOTAR A AGÊNCIA DOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O PLENO FUNCIONAMENTO

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CRIAÇÃO DE MODELO DE AVALIAÇÃO PROFISSIONAL DOS COLABORADORES DA AGE COPA.	8,00	1,00	12,50	616.000,00	274.586,04	44,58
Produto / Unidade de Medida	MÉDIA DE DESEMPENHO DO COLABORADOR ATINGIDA/NOTA						
Ação	REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIOS DE EXPERIÊNCIAS COM CIDADE-SEDE DA COPA 2010, QUE TENHA PERFIL SIMILAR AO DE CUIABA	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	INTERCÂMBIO ARTICULADO/UNIDADE						
Ação	REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS COM CIDADE-SEDE DA COPA 2014, QUE TENHA PERFIL COMPLEMENTAR AO DE CU	3,00	1,00	33,33	4.430,00	4.430,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	INTERCAMBIO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	ARTICULAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA COPA COM ATORES ENVOLV. NO EVENTO (FIFA, O LOC, CBF, FMTF, AGÉN. NAC. E INT. ESP.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETO DA MATRIZ TÉCNICA REALIZADO/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	TREINAMENTO EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	COLABORADOR CAPACITADO/UNIDADE						
Ação	TREINAMENTO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIDORES CAPACITADOS/PERCENTUAL						
Ação	TREINAMENTO EM CAPTAÇÃO DE FINANCIAMENTOS E PROJETOS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA FIRMADA/UNIDADE						
Ação	REALIZAÇÃO DE MBA DA COPA DO MUNDO	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SERVIDOR PÚBLICO ESPECIALIZADO/UNIDADE						
Ação	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE MARKETING INTERNACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CONSULTORIA CONTRATADA/UNIDADE						
Ação	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE APOIO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AO GERENCIAMENTO DE PROJETOS.	1,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	CONSULTORIA CONTRATADA/UNIDADE						
Ação	AQUISIÇÃO DE TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS PARA APOIAR O MONITORAMENTO DOS PROJETOS.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE MONITORAMENTO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE DE CONTRATOS	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DE CONTRATO DEFINIDA/UNIDADE						
Ação	INTEGRAÇÃO DAS BASES DE DADOS DOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL, ENVOLVIDOS COM A COP	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	BASE DE DADO INTEGRADA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				3,53%			11,12%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
DESEMPENHO OPERACIONAL DA AGÊNCIA	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: NI						
EXECUÇÃO DOS PROJETOS FIFA (%)	PERCENTUAL	0,00	100,00	20,00	0,00	
Fonte: NAO INFORMADA						

Análise dos Indicadores do Programa:

O indicador desempenho operacional da agência previa a avaliação da padronização e controle estatístico dos processos; avaliação do cumprimento da missão e das metas físicas. Essas avaliações não foram feitas, uma vez que o processo de elaboração de uma metodologia de avaliação requer um tempo considerável e recursos financeiros e de pessoal disponíveis, o que no nosso caso são escassos.

O segundo indicador mede a porcentagem de execução dos projetos FIFA, sendo prevista a meta de 20% para 2011. Acreditamos que a meta foi atingida em 18%, ao ser considerado o andamento de alguns projetos do total de 28 da matriz FIFA, como Arena Pantanal, Mobilidade Urbana, Comunicação, Pintando a Copa e Carbono Zero

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
3.675.600,00	620.430,00	279.016,04	0,00	7,59	44,97

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **83,12%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 7,59%

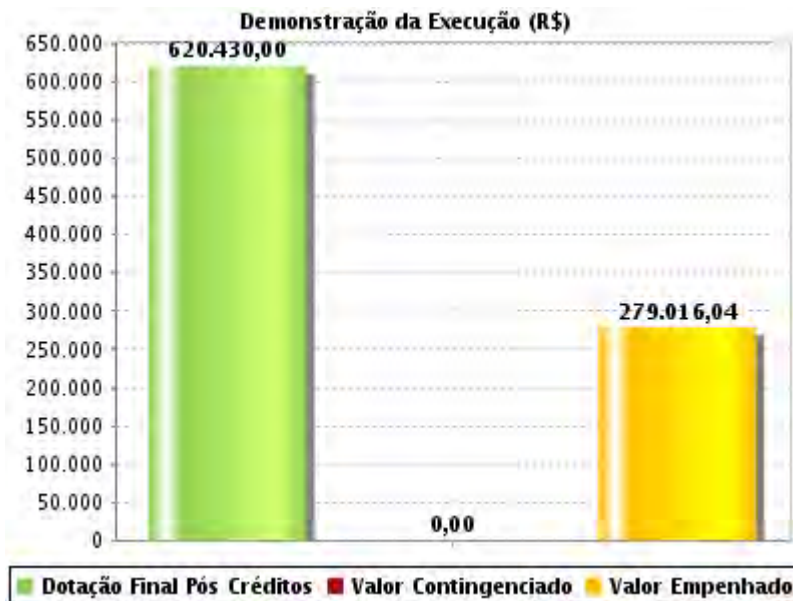


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 44,97%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A dotação inicial do programa foi feita considerando o planejamento estratégico realizado em 2010. Com a mudança da estratégia adotada pela nova Diretoria, os valores tiveram que ser revisados. Dessa forma nossa execução orçamentária e financeira foi tão ruim, tendo uma pequena melhora se considerarmos a dotação final.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O planejamento inicial tinha como foco principal a avaliação, controle e monitoramento. Com a mudança da Diretoria no início de 2011 e a extinção da Agência e criação da Secopa no final de agosto, o foco passa a ser a execução das obras principais, como Arena, Infraestrutura e Articulação com Secretarias, Órgãos e Entidades ligadas à realização da Copa do Mundo em Cuiabá.

Dessa forma, o primeiro indicador não poderia ter o seu resultado alcançado, pois não foram realizados os controles previstos na sua fórmula. Por outro lado, está sendo criado um sistema para gerenciamento dos programas e projetos, medindo os resultados alcançados.

Na revisão do planejamento estratégico elaborado em 2010, foi constatado que muitos projetos apresentavam pouco resultado prático, daí a necessidade de sua reformulação. Com isso, foram priorizados os projetos principais que tivessem maior impacto no conjunto dos projetos constantes da Matriz FIFA.

Acreditamos que o programa apresentou um bom resultado, evidenciado pelo segundo indicador, que mede a realização dos projetos, considerando o andamento da Arena, Mobilidade Urbana, Carbono Zero, Pintando a Copa e Comunicação.



Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

11



**Ampliação da infra-estrutura
economica e da competitividade
da economia matogrossense**





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO ENERGETICO (201)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

17101-SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA

Origem do Programa:

INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA INCIPIENTE

Objetivo do Programa:

ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA E O ESTABELECIMENTO DE SUAS ALIANÇAS TECNOLÓGICAS NO SENTIDO DE CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DO ESTADO E DE SUAS REGIÕES, MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

Público Alvo:

PRODUTORES E CONSUMIDORES DE ENERGIA

Gestor(a) do Programa:

José do Carmo Ferraz Filho

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FOMENTO AO USO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA	8,00	2,00	25,00	254.957,02	240.533,47	94,34
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA DESENVOLVIDOS/UNIDADE						
Ação	ELABORAÇÃO DO BALANÇO ESTADUAL DE ENERGIA	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	BALANÇO ESTADUAL DE ENERGIA ELABORADO/UNIDADE						
Ação	ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS	100,00		0,00	827.905,20	827.904,60	100,00
Produto / Unidade de Medida	SETOR ACOMPANHADO/PERCENTUAL						
Ação	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SEGMENTO DE ENERGIA CONVENCIONAL	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	DIAGNÓSTICO ELABORADO/UNIDADE						
Ação	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NO ESTADO	5,25	0,00	0,00	131.250,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CONSTRUÍDA/QUILÔMETRO						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE BIOCOMBUSTÍVEIS						
Produto / Unidade de Medida	PARTICIPAÇÃO DO BIOCOMBUSTÍVEL NO CONSUMO AMPLIADA/PERCENTUAL	8,00	0,00	0,00	0,80	0,00	0,00
Ação	COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL NO ESTADO						
Produto / Unidade de Medida	GÁS NATURAL COMERCIALIZADO/MIL METROS CÚBICOS	16.011,00	45,00	0,28	2.481.255,00	1.288.332,89	51,92
Índice médio geral de realização:				3,61%			35,18%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ATENDIMENTO DA DEMANDA POR ENERGIA ELÉTRICA REQUERIDA PELOS DOMICÍLIOS DO ESTADO	PERCENTUAL	89,60	100,00	100,00	0,00	
Fonte: ANEEL						
PARTICIPAÇÃO DA OFERTA DE ENERGIA ALTERNATIVA	PERCENTUAL	66,00	71,44	71,44	0,00	
Fonte: BALANÇO ENERGÉTICO DO ESTADO DE MATO GROSSO						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
3.513.668,00	3.695.368,02	2.356.770,96	0,00	67,07	63,78

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

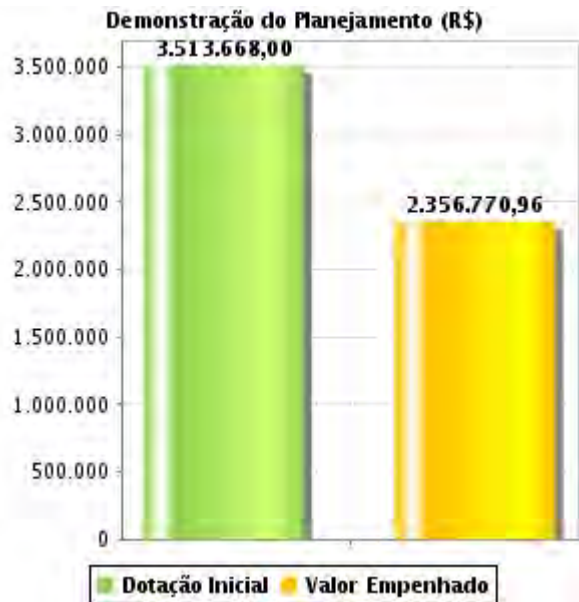
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **5,17%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 67,07%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 63,78%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: ESTRADEIRO (218)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

25101-SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA; SETPU

Origem do Programa:

DEFICIÊNCIA DA INFRA-ESTRUTURA DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS.

Objetivo do Programa:

AMPLIAR E MANTER A MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL DE MODO A GARANTIR E ASSEGURAR AS CONDIÇÕES PERMANENTES DE TRÁFEGO.

Público Alvo:

USUÁRIOS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO EM MATO GROSSO

Gestor(a) do Programa:

Orlando Monteiro da Silva

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	IMPLANTACAO E ADEQUAÇÃO DE POSTOS DE CONTROLÉ DE CARGA	3,00	1,00	33,33	97.500,00	85.812,09	88,01
Produto / Unidade de Medida	POSTOS DE PESAGEM CONSTRUÍDOS OU ADEQUADOS/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS- PONTES/VIADUTOS	6.828,00	3.982,00	58,32	27.363.522,00	23.714.514,50	86,66
Produto / Unidade de Medida	OBRAS EXECUTADAS/METRO QUADRADO						
Ação	CONSTRUCAO E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA	6.145,00	5.450,00	88,69	22.264.900,35	15.781.443,34	70,88
Produto / Unidade de Medida	PONTE DE MADEIRA CONSTRUÍDA E REFORMADA/METRO						
Ação	PAVIMENTACAO DE RODOVIAS	618,00	249,00	40,29	271.934.464,38	239.686.074,10	88,14
Produto / Unidade de Medida	ESTRADA PAVIMENTADA/QUILÔMETRO						
Ação	IMPLANTACAO DE RODOVIAS	15,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ESTRADA IMPLANTADA/QUILÔMETRO						
Ação	RESTAURACAO DE RODOVIAS PAVIMENTADAS	258,00	128,00	49,61	38.588.770,98	33.322.822,84	86,35
Produto / Unidade de Medida	ESTRADA PAVIMENTADA RESTAURADA/QUILÔMETRO						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ESTUDOS E PROJETOS RODOVIÁRIOS E AMBIENTAIS	1.593,00	388,00	24,36	14.893.871,10	8.663.544,90	58,17
Produto / Unidade de Medida	TRECHO ESTUDADO E PROJETADO/QUILÔMETRO						
Ação	DESAPROPRIACOES E INDENIZACOES	100,00		0,00	100.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	DEMANDA ATENDIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENCAO DE RODOVIAS NAO PAVIMENTADAS	22.051,00	15.013,00	68,08	75.199.915,93	56.979.585,50	75,77
Produto / Unidade de Medida	ESTRADA EM TERRA MANTIDA/QUILÔMETRO						
Ação	CONSERVACAO DE RODOVIAS PAVIMENTADAS	870,00	570,00	65,52	11.506.336,00	7.188.352,91	62,47
Produto / Unidade de Medida	ESTRADA PAVIMENTADA CONSERVADA/QUILÔMETRO						
Ação	MANUTENÇÃO DE POSTOS DE CONTROLE DE CARGAS	7,00	4,00	57,14	3.490.000,00	3.115.098,63	89,26
Produto / Unidade de Medida	POSTOS DE PESAGEM MANTIDOS/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DE PRAÇAS DE PEDÁGIO	6,00		0,00	60.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PRAÇA DE PEDÁGIO CONSTRUÍDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				40,45%			58,81%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
TAXA DE PAVIMENTAÇÃO DA MALHA ESTADUAL	PERCENTUAL	19,10	25,60	25,60	9,49	
Fonte: SINFRA						
TAXA DE REVITALIZAÇÃO DAS RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS	PERCENTUAL	9,30	10,20	10,20	15,94	
Fonte: SINFRA						

Análise dos Indicadores do Programa:

A expansão da malha viária pavimentada foi menor que a prevista, em virtude das dificuldades de cumprir o cronograma de execução das obras pelo atraso nos repasses financeiros pela SEFAZ. Ocorreu também redução na taxa de revitalização das Rodovias não Pavimentadas, devido as dificuldades operacionais nas ações desenvolvidas pelas patrulhas Rodoviárias, com atraso na logisticadas peças de reposição, Combustível e pagamento e pagamento das prestadoras de serviços.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
477.224.055,79	465.499.280,74	388.537.248,81	0,00	81,42	83,47

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

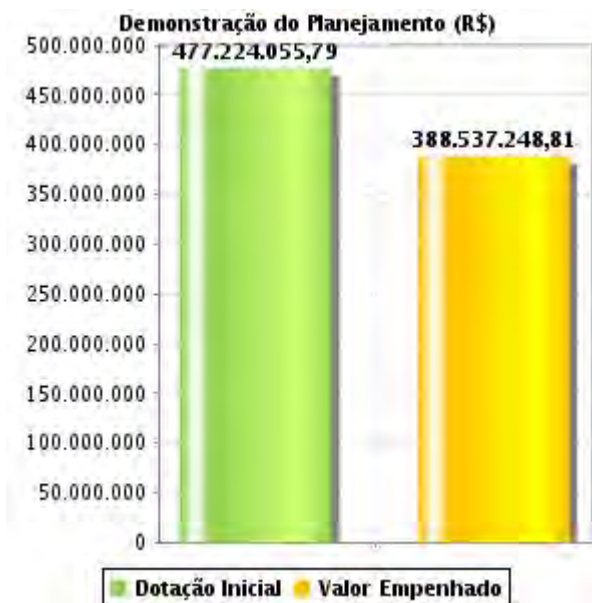
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **2,46%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 81,42%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 83,47%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Nossas ações foram prejudicadas pelos remanejamentos e contingenciamentos de recursos orçamentários, promovendo atrasos e discontinuidades nas ações programadas e dificuldades de cumprir os cronogramas físico-financeiro das obras e serviços.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O programa cumpriu os objetivos de expansão da malha pavimentadas e na execução de revestimento primário na malha não pavimentada, com redução acentuada nas metas previstas para os projetos 1283- Obra de Artes Especiais, 1287 - Pavimentação de Rodovias e 1289 - Restaruação de dodovias Pavimentadas, face as dificuldades de cumprir os cronogramas financeiros das obras.



Estado de Mato Grosso

RAG
2011

RELATÓRIO DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL



Governo do Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas Objetivo Estratégico

12

Redução da vulnerabilidade externa da economia com o declínio da participação das exportações de produtos natura e ampliação da participação de bens manufaturados na pauta de exportações matogrossenses





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DEFESA SANITARIA VEGETAL (214)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12302-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL NA CARTEIRA DE EXPORTAÇÕES, BEM COMO REDUZIR O CUSTO DE PRODUÇÃO ATRAVÉS DO CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DOENÇAS DOS VEGETAIS.

Objetivo do Programa:

PROMOVER A SAUDE VEGETAL, GARANTINDO A QUALIDADE FITOSANITARIA DA PRODUCAO AGRICOLA

Público Alvo:

PRODUTORES RURAIS, EMPRESAS DA ÁREA AGROPECUÁRIA E PROFISSIONAIS DA ÁREA AGRÍCOLA

Gestor(a) do Programa:

Carlos Roberto Gomes Ferraz

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONTROLE DO BICUDO DO ALGODOEIRO	10,00	43,00	430,00	177.528,77	82.543,20	46,50
Produto / Unidade de Medida	MUNICIPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	PREVENCAO E CONTROLE DA SIGATOKA NEGRA E MOKO DA BANANEIRA	250,00	1.012,00	404,80	78.105,50	39.798,40	50,95
Produto / Unidade de Medida	PROPRIEDADE INSPECIONADA/UNIDADE						
Ação	FISCALIZACAO DO TRANSITO DE VEGETAIS, PRODUTOS VEGETAIS E AGROTOXICOS	20.000,00	9.223,00	46,12	184.020,00	164.091,00	89,17
Produto / Unidade de Medida	VEICULO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	ANALISE DE SEMENTES	2.000,00	3.837,00	191,85	55.059,98	16.919,76	30,73
Produto / Unidade de Medida	AMOSTRA DE SEMENTE ANALISADA/UNIDADE						
Ação	ATUALIZACAO E CADASTRAMENTO DE PRODUTOS AGROTOXICOS E AFINS	200,00	444,00	222,00	12.925,00	7.830,00	60,58
Produto / Unidade de Medida	PRODUTO CADASTRADO E ATUALIZADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	REGISTRO DE EMPRESAS	300,00	482,00	160,67	5.371,00	4.956,60	92,28
Produto / Unidade de Medida	EMPRESA REGISTRADA ANUALMENTE/UNIDADE						
Ação	EDUCACAO SANITARIA	1,00	1,00	100,00	140.421,00	55.887,00	39,80
Produto / Unidade de Medida	CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA/UNIDADE						
Ação	INTENSIFICACAO DO CONTROLE DE AGROTOXICOS E AFINS	1.500,00	3.619,00	241,27	205.541,00	187.842,80	91,39
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	PREVENÇÃO E CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA	97,00	97,00	100,00	86.395,50	77.681,40	89,91
Produto / Unidade de Medida	MUNICIPIO ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE SEMENTES E MUDAS	600,00	600,00	100,00	282.515,00	212.229,00	75,12
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS	150,00	8.219,00	5.479,33	2.200.030,32	1.265.828,85	57,54
Produto / Unidade de Medida	PROPRIEDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				679,64%			65,82%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
CERTIFICACAO DE LOCAIS E AREAS LIVRES	UNIDADE	1,00	1,00	1,00	1,00	31/12/2011
Fonte: INDEA						
MANUTENÇÃO DO STATUS DE LIVRE DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS A DOIS PARA MT	PRAGA	4,00	4,00	4,00	4,00	31/12/2011
Fonte: INDEA						
NÚMERO DE APLICAÇÕES PARA CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA	UNIDADE	7,00	3,00	3,00	4,00	31/12/2011
Fonte: APROSOJA-Associação de Prod de Soja de MT						
NÚMERO DE APLICAÇÕES PARA CONTROLE DO BICUDO DO ALGODOEIRO	UNIDADE	19,00	10,00	10,00	14,00	31/12/2011
Fonte: AMPA-ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE PRÓD ALGODÃO						

Análise dos Indicadores do Programa:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O programa tem oportunizado à agricultura de Mato Grosso, manter-se livre das principais pragas quarentenárias presentes em outras unidades da federação, e em outros países, minimizando assim os riscos de uma elevação de custo da produção, ou perda de mercado pela introdução de qualquer destas pragas. Porém, sobre as pragas já instaladas no Estado, a ação do programa tem sido de conter o avanço, ou minimizar o efeito das mesmas, nas regiões produtoras, entretanto nesta ação de controle é imprescindível a conscientização e participação da classe produtora, bem como a ação fiscalizadora deste Instituto, neste particular o programa tem encontrado dificuldades principalmente no que diz respeito as práticas sanitárias a cargo do produtor, que se não realizado conforme normatizado, acarreta a proliferação e disseminação das pragas. Os avanços mais significativos no programa estão na redução dos índices que apuram o numero de aplicação para controle da ferrugem asiática, a manutenção do numero de aplicações para controle do bicudo do algodoeiro e a manutenção do reconhecimento pelo MAPA, de área livre de Sigatoka Negra. Considerando todas as suas ações e resultados esperados, podemos concluir que seu desenvolvimento tem sido satisfatório, com a participação ativa da sociedade organizada em todos os momentos decisivos do Programa, inclusive como apoio financeiro nas mais onerosas delas.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
3.525.716,07	3.427.913,07	2.115.608,01	0,00	60,01	61,72

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

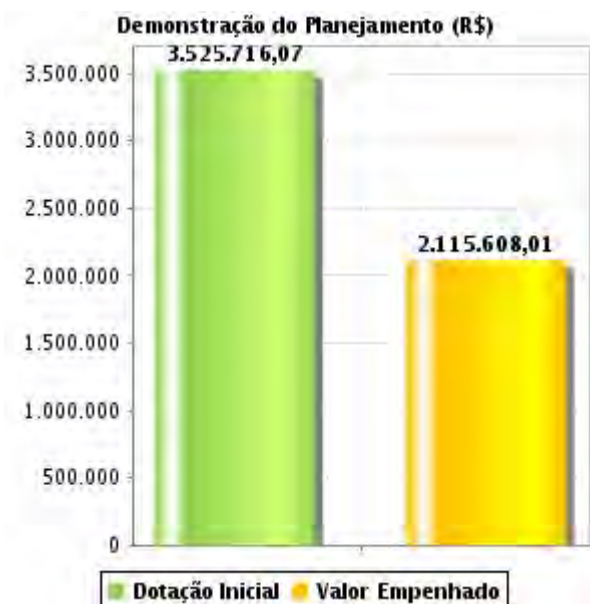
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **2,77%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 60,01%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 61,72%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

A oportunidade da realização de atividades de ações distintas em um mesmo período, proporcionou os desempenhos % PPD e COFD.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Foram mantidas o status de livre de pragas quarentenárias, certificação através do MAPA, de uma área livre de Sigatoka Negra, erradicação de focos de Cancro cítrico e, redução considerável na aplicação de agroquímicos para o controle de várias pragas, e foi realizado o levantamento de pragas da citricultura, da uva, da teca e da banana, em todo o Estado, por meio do Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DEFESA SANITARIA ANIMAL (216)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12302-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

NECESSIDADE DE EVITAR A OCORRÊNCIA, REDUZIR A INCIDÊNCIA E PREVALÊNCIA DE DOENÇAS NOS ANIMAIS, PARA A MELHORIA DOS INDICES PRODUTIVOS, SALVAGUARDAR A SAÚDE PÚBLICA E AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NA CARTEIRA DE EXPORTAÇÕES.

Objetivo do Programa:

PROMOVER A SAUDE ANIMAL, GARANTINDO A QUALIDADE ZOO-SANITARIA DA PRODUCAO

Público Alvo:

PECUARISTA E TODA A CADEIA PRODUTIVA DOS PRODUTOS DE OR IGEN ANIMAL.

Gestor(a) do Programa:

Daniella Soares de Almeida Bueno

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO DE LIVRE DE FEBRE AFTOSA	27.190.000,00	29.122.232,00	107,11	6.640.733,31	5.818.111,11	87,61
Produto / Unidade de Medida	ANIMAL VACINADO/UNIDADE						
Ação	CONTROLE DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA	2.700,00	958,00	35,48	40.315,00	25.568,00	63,42
Produto / Unidade de Medida	ANIMAL EXAMINADO/UNIDADE						
Ação	FISCALIZACAO DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS DE USO VETERINARIO	31.500,00	34.578,00	109,77	51.790,00	28.043,00	54,15
Produto / Unidade de Medida	FISCALIZACAO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	CONTROLE E ERRADICACAO DA BRUCELOSE	1.262.000,00	2.536.286,00	200,97	197.195,00	109.443,92	55,50
Produto / Unidade de Medida	ANIMAL VACINADO/UNIDADE						
Ação	CONTROLE E ERRADICACAO DA TUBERCULOSE NO REBANHO BOVINO E BUBALINO	16.000,00	114.797,00	717,48	15.000,00	12.926,00	86,17
Produto / Unidade de Medida	ANIMAL EXAMINADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	CONTROLE DA RAIVA DOS HERBIVOROS E PREVENÇÃO DAS ENCEFALOPATIAS	650,00	11.559,00	1.778,31	327.736,00	276.683,25	84,42
Produto / Unidade de Medida	PROPRIEDADE VISITADA/UNIDADE						
Ação	FISCALIZACAO DO TRANSITO DE ANIMAIS, DE PRODUTOS E SUB-PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	2.660.000,00	5.859.643,00	220,29	1.482.000,40	1.139.498,80	76,89
Produto / Unidade de Medida	ANIMAL FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	ATENDIMENTO A EVENTOS AGROPECUARIOS	750,00	1.047,00	139,60	83.346,00	80.776,00	96,92
Produto / Unidade de Medida	EVENO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	MANTER INTERCAMBIO TECNICO COM A BOLIVIA	4,00	5,00	125,00	17.600,00	9.673,30	54,96
Produto / Unidade de Medida	REUNIAO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	EDUCACAO SANITARIA DIRIGIDA AO PRODUTOR RURAL	1.300,00	295,00	22,69	79.865,00	51.933,84	65,03
Produto / Unidade de Medida	EVENO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	CAPACITACAO DE TECNICOS EM DEFESA SANITARIA ANIMAL	4,00	8,00	200,00	336.480,00	205.940,00	61,20
Produto / Unidade de Medida	CURSO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	REALIZACAO DE EXAMES LABORATORIAIS	7.700,00	1.475,00	19,16	135.786,30	102.088,21	75,18
Produto / Unidade de Medida	ANALISE LABORATORIAL REALIZADA/UNIDADE						
Ação	CADASTRAMENTO AGROPECUARIO DE PROPRIEDADES RURAIS	11.500,00	21.043,00	182,98	22.955,00	10.638,00	46,34
Produto / Unidade de Medida	CADASTRO DE PROPRIEDADES ATUALIZADOS/UNIDADE						
Ação	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DOS SUÍDEOS	4.000,00	2.186,00	54,65	59.473,00	52.822,40	88,82
Produto / Unidade de Medida	PROPRIEDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DAS AVES	11.000,00	4.806,00	43,69	184.975,00	90.308,00	48,82
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO ATENDIDO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				263,81%			69,70%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
-----------	-------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------	------------------



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

CERTIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO SANITÁRIA ANIMAL	GTA emitido	527.138,00	900.000,00	900.000,00	626.944,00	
Fonte: INDEA						
ÍNDICE DE PREVALÊNCIA DA BRUCELOSE NO REBANHO BOVINO	UNIDADE	10,42	5,00	5,00	5,00	
Fonte: INDEA/USP						
MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO DE LIVRE DE DOENÇAS NO ESTADO DE MATO GROSSO	DOENÇAS	5,00	5,00	5,00	5,00	
Fonte: INDEA						

Análise dos Indicadores do Programa:

A certificação da condição sanitária animal alcançou o índice de 626.944 certificados de trânsito animal (GTA) emitidos para o exercício de 2011, trata-se de uma atividade que depende da demanda e do momento econômico do setor do agropecuário, o qual reflete em um controle de trânsito animal no Estado de Mato Grosso. De acordo com o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, a vacinação efetiva de fêmeas bovídeas na faixa etária de 4 a 8 meses apresenta-se em torno de 77% de bezerras vacinadas no período, esta redução no índice da vacinação contra brucelose ocorreu em função da falta do imunológico no mercado. Por tanto, considerando que a vacinação contra brucelose é efetiva desde 2006, conclui-se que a prevalência em 2011 é de aproximadamente 5%. Todas as atividades vinculadas a defesa sanitária aplicada no controle e na manutenção da condição de livre das 5 doenças propostas foram suficientes para mantê-las dentro do "status".

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
4.478.263,61	9.675.250,01	8.014.453,83	0,00	178,96	82,83

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

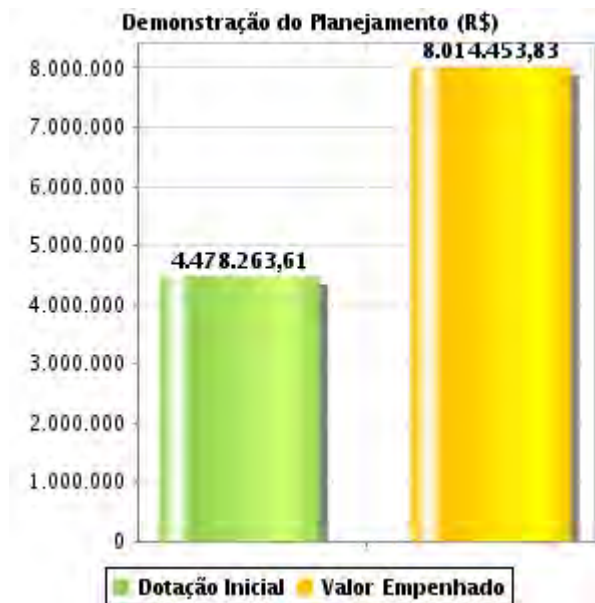
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **116,05%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 178,96%

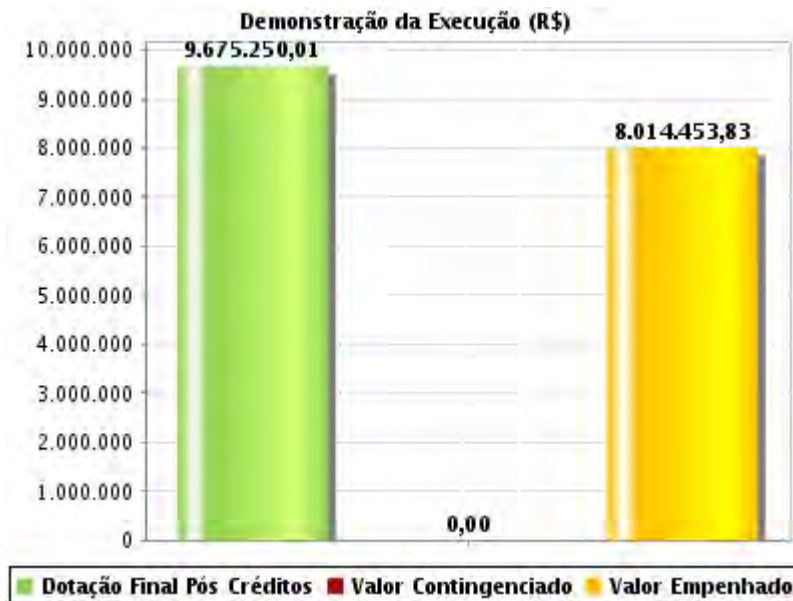


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 82,83%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O planejamento apresentou-se altamente deficiente, ficando na dependência de suplementações através de convênios. A execução apresentou-se o padrão bom, atendendo aos projetos atividades referente aos trabalhos de defesa sanitária animal, oferecendo produtos com as condições sanitárias exigidas pelo mercado.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Mantivemos as condições sanitárias dos rebanhos do Estado de acordo com as recomendações nacional e internacional, seguindo orientações pela OIE- Organização Mundial de Saúde Animal. Desta forma, assegurando um produto de qualidade na área de saúde animal.

RAG
2011

RELATÓRIO DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL



Governo do Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas **Objetivo Estratégico**

13

**Diversificação da estrutura produtiva
e adensamento das cadeias
com ampliação da participação
da indústria na economia estadual.**





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: SERVICOS DE METROLOGIA E QUALIDADE (132)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

17302-INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS CERTIFICADOS, COMPULSÓRIAMENTE OU VOLUNTARIAMENTE, OU DETÉM INSTRUMENTOS DE MEDIR E MEDIDAS MATERIALIZADAS NÃO ESTÃO SENDO FISCALIZADOS NA SUA TOTALIDADE.

Objetivo do Programa:

PROMOVER A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES INERENTES À METROLOGIA LEGAL E À QUALIDADE, DELEGADAS AO IMEQ POR MEIO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O INMETRO E O IMEQ, COM INTERVENIÊNCIA DA SICME.

Público Alvo:

OS CONSUMIDORES E EMPRESAS EM SUAS RELAÇÕES DE CONSUMO E SERVIÇOS.

Gestor(a) do Programa:

Clodoaldo Jose Ferreira

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO IMEQ-MT	100,00	100,00	100,00	15.000,00	15.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	SEDE CONSTRUÍDA E APARELHADA/METRO QUADRADO						
Ação	EXECUÇÃO DA METROLOGIA LEGAL	70.300,00	72.279,00	102,82	361.000,00	186.960,81	51,79
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DE BENS E SERVIÇOS/QUALIDADE	7.911,00	4.953,00	62,61	43.000,00	29.719,92	69,12
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				88,47%			73,64%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
-----------	-------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------	------------------



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

TAXA DE ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS	PERCENTUAL	80,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: IMEQ-MT						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
210.000,00	419.000,00	231.680,73	0,00	110,32	55,29

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

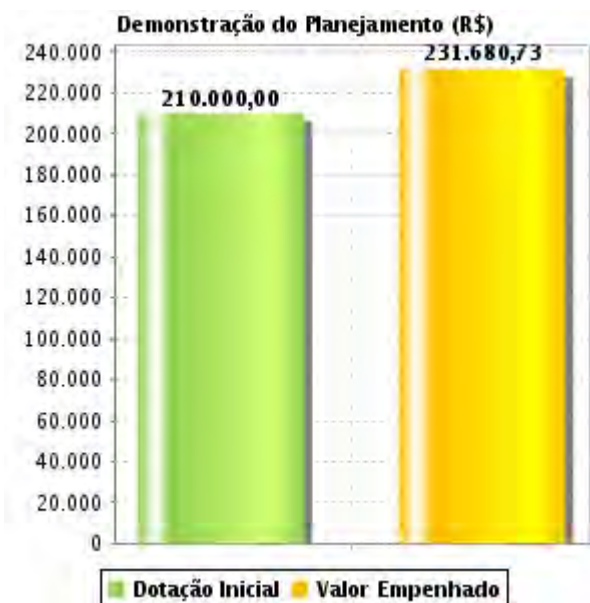
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **99,52%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 110,32%

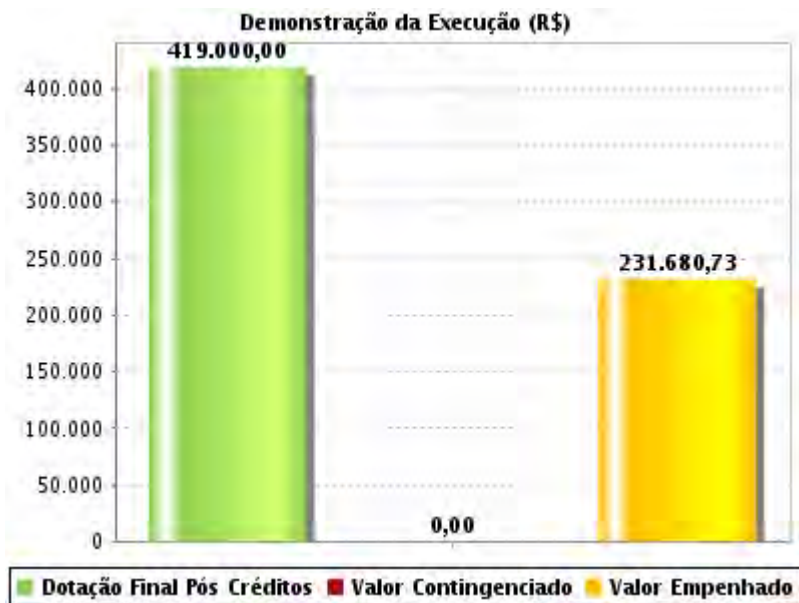


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 55,29%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O programa foi altamente favorável para as atividades do IPEM-MT, o atingimento da meta de 110,32% do PPD demonstra que estávamos no caminho correto do planejamento das ações do programa, durante o ano de 2011 tivemos a troca de gestores e diversas mudanças no planejamento das ações da nossa área finalística o que nos levou a elevarmos os créditos que não foram executados onde o COFD reflete este caminho, com apenas 55,29 % de atendimento. Tivemos e estamos tendo dificuldades na execução da licitação da obra da nova sede do IPEM-MT, cujo o recurso será disponibilizado pelo INMETRO assim que as obras forem licitadas, ainda em 2011 tivemos a mudança na forma de pagamento de diárias aos servidores do IPEM-MT o que também contribuiu para o não atendimento de maneira deficiente do COFD.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Os resultados físicos do programa podem ser medidos de forma altamente efetiva, visto que o IPEM-MT mesmo com poucos recursos conseguiu visitar os 141 municípios, e fazer mais de 72.000 verificações, mais de 4.500 estabelecimentos visitados na Avaliação da Conformidade (qualidade) e Fiscalização de Produtos Pré Medidos (pesados sem a presença do consumidor) somando-se todas as ações do IPEM-MT teremos mais de 100.000 (cem mil) ações nas áreas de Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade, trazendo assim mais segurança e confiança à população atingida pelas nossas ações.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO (185)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

24101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - SEDTUR

Origem do Programa:

DIFICULDADE DE ACESSO À ATIVIDADE TURÍSTICA, INFORMALIDADE NO SETOR TURISTICO, PRODUTOS TURÍSTICOS INSUFICIENTES, E DESTINO MATO GROSSO POUCO DIVULGADO.

Objetivo do Programa:

FORTALECER A INTEGRAÇÃO E A COOPERAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS ELOS DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, INCENTIVANDO O EMPREENDEDORISMO E A DESCENTRALIZAÇÃO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO, COM BASE NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL, AMBIENTAL, CULTURAL E POLÍTICA.

Público Alvo:

AGENTES DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, MUNIC. TURÍST, INSTITUIÇÕES PUBL. E PRIV. E PROFIS. DA ÁREA DE TURISMO

Gestor(a) do Programa:

Deocleciano Ferreira Vieira

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	DESENVOLVIMENTO DE TURISMO NO MEIO RURAL - PRODETUR	5,00		0,00	97.300,00	67.733,00	69,61
Produto / Unidade de Medida	PROPRIEDADE ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	CERTIFICACAO DA QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	1,00		0,00	302.991,13	228.866,98	75,54
Produto / Unidade de Medida	EMPREENDIMENTO CERTIFICADO/UNIDADE						
Ação	PROMOCAO E DIVULGACAO DO POTENCIAL TURÍSTICO DO ESTADO	25,00		0,00	11.410.018,64	11.178.216,37	97,97
Produto / Unidade de Medida	EVENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS EM AREAS NATURAIS	3,00		0,00	1.050.428,05	1.033.643,05	98,40
Produto / Unidade de Medida	PRODUTO TURÍSTICO DESENVOLVIDO /UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	12,00		0,00	78.574.334,19	382.376,67	0,49
Produto / Unidade de Medida	PROJETO ELABORADO E GERENCIADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SOCIAL	5,00		0,00	33.850,00	31.185,00	92,13
Produto / Unidade de Medida	GRUPOS DIFERENCIADOS ATENDIDOS/UNIDADE						
Ação	ESTRUTURAÇÃO E FORMATAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS	10,00		0,00	1.350.351,60	1.107.920,91	82,05
Produto / Unidade de Medida	PRODUTO TURÍSTICO DESENVOLVIDO /UNIDADE						
Ação	LEVANTAMENTO DAS ÁGUAS DO ESTADO PARA CONSUMO E LAZER	1,00	1,00	100,00	25.800,36	5.495,00	21,30
Produto / Unidade de Medida	RELATÓRIO TÉCNICO E MAPA GEOLÓGICO DE POTENCIAL HÍDRICO ELABORADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				12,50%			67,18%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS LIGADOS AO TURISMO	UNIDADE	2.625,00	2.885,00	80,00	0,00	
Fonte: RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÃO SOCIAL						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
90.858.343,36	92.845.073,97	14.035.436,98	0,00	15,45	15,12

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

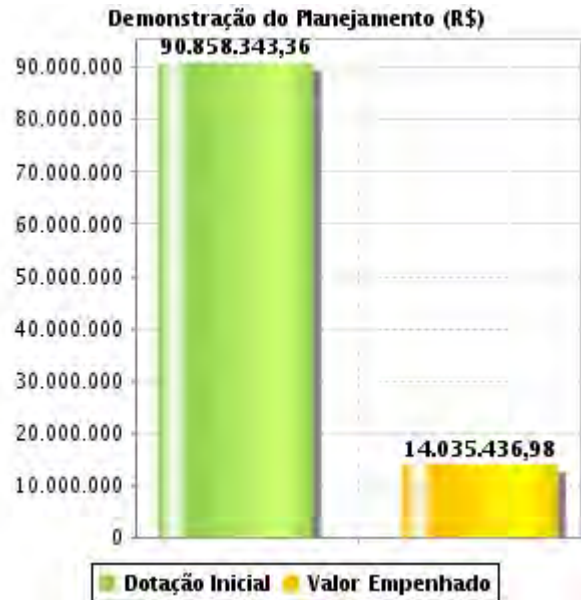
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **2,19%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



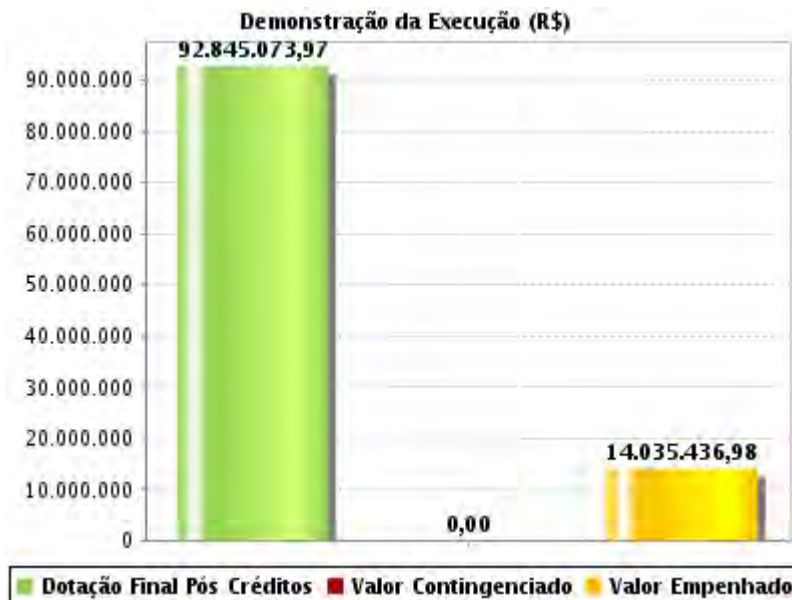
Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 15,45%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 15,12%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O planejamento das ações contempladas na LOA referente as ações finalísticas da Sedtur tiveram como resultado no Planejamento e Programação das despesas altamente deficiente, sendo que as mesmas Ações quanto a execução financeira obtiveram bom desempenho, exceto a Ação 3698 - Implantação de Infraestrutura turística, foi alocado orçamento de R\$ 70.030.000,00 para o financiamento dos projetos vinculados a infraestrutura turística visando a copa 2014, sendo prorrogado para o próximo exercício.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Assunto: Convênios

Prefeituras Contempladas: 69

Sindicatos Associações e Outras instituições Filantrópicas sem fins Lucrativo: 18

Objetivo: Apoio financeiro a realizações de Ações conjuntas para o fortalecimento do Turismo nos municípios de Mato Grosso.

Assunto: Termo de Cooperação Técnica com a Unemat

Objetivo: Ações conjuntas para o fomento do turismo em todo o Estado. Plano de manejo ambiental da Caverna do Jabuti, no município de Curvelândia.

Assunto: Participação em Feiras

Nacionais - 14

Internacionais - 4

Assunto: Participações em eventos:

Festival de Inverno em Chapada dos Guimarães

Público alvo: turistas da Grande Cuiabá e do interior de Mato Grosso

Festival Internacional de Pesca e Cáceres

Público alvo: Habitantes de Cáceres, turista de Mato Grosso e outros Estados

XIII Congresso Luso Brasileiro - 3º Idade

Público Alvo: Clube da melhor com a participação de vários países.

Festival de Jazz em Chapada dos Guimarães

Publico alvo: músicos e turistas de Mato Grosso e de todo o Brasil.

Festa de São Cristóvão

Público alvo: população de Cuiabá e caminhoneiros de todo o Brasil.

Festival do Japão

Público alvo: comunidade asiática de Mato Grosso.

Congresso de Ornitologia UFMT

Publico alvo: pesquisadores de ornitologia, empresários e ONGs do setor turístico.

Congresso Natureza Turismo e Sustentabilidade - CONATUS

Público alvo: pesquisadores e trade turístico de Mato Grosso

Festival Cururu e Siriri de Cuiabá e Santo Antônio de Leverger

Público alvo: população de Santo Antônio de Leverger, Cuiabá e turistas de Mato Grosso e outros estados.

Arraia Quadrilhas no pólo Araguaia

Público alvo: população da região do Araguaia

Moto Cicly

Público alvo: população da região de Barra do Garças

Rally Berhokã

Público alvo: população da região do Araguaia

Festa da Pamonha

Público alvo: população da região da Grande Cáceres

Jipe Cross

Público alvo: população de Cocalinho

Festival do Pastel em Jangada

Público alvo: população do município de Jangada e da Grande Cuiabá

Assunto: Workshop Secretárias Estaduais de MT e MS assim como os SEBRAE de MT e MS

Pauta: Projeto -Travessia do Pantanal-

Assunto: Convênio entre Sedtur e a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) para qualificação e certificação das Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnica)

Empreendimentos: 16

Municípios: 05 com vocação turística



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Período: Fevereiro 2011 a Fevereiro 2012

O convênio consiste na qualificação e certificação na estruturação dos empreendimentos.

Assunto: Organização da Cadeia Produtiva do Turismo nos municípios de Nobres e Chapada dos Guimarães.

Parceiros: Secullos Tour Adventure, Sebrae e Sedtur com objetivo formatar as potencialidades turísticas dos referidos municípios.

Assunto: Elaboração do Projeto de Fortalecimento Institucional da Gestão do Turismo em Mato Grosso.

Empresa contratada - Fundação ProCerrado

Assunto: Cadeia Produtiva da Pesca

Interlocutor - Secretário adjunto da Sedtur - Jairo Pradela

Foram realizadas oito reuniões: São Felix do Araguaia, Canarana, Nova Xavantina, Barra do Garças, Rondonópolis, Alta Floresta e Barão de Melgaço e Cáceres.

Assunto: Caminhada da Natureza - 44 municípios participantes

Data da realização: 17/04/11 a 17/12/11

Total de caminhantes: 13.428

Assunto: Campeonato Estadual de Pesca

Número de Municípios Participantes: 39

Número de equipes: 1.959

Número de Pescadores: 5.877

Número de Embarcações Envolvidas: 2.530

Número de Peixes Capturados: 5.004

Público Presente: 168.900

Premiações:

Um Carro Zero Quilometro -

Dois Motores 15 HP e

Quatro barcos de Alumínio de seis metros

20 Municípios receberam repasse no valor de R\$ 15.000,00 cada através, de convênio.

Assunto: CADASTUR -Cadastramento dos prestadores de serviços turísticos, bacharéis e guia de turismo.

Cadastro de 2011 - 515 Estabelecimentos Cadastrados.

Assunto: Circuito Turístico de Praia do Araguaia em Férias

Período/Local: Julho/2011

Objetivo: Calendário de atividades para o circuito turístico nas praias do rio Araguaia como forma de fomentar a apropriação e valorização dos espaços públicos.

Assunto: Qualificação de Profissionais das atividades vinculadas ao segmento turístico.

Convênio: SENAC e Sedtur

Assunto: PDTIS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável) PANTANAL - PDTS CERRADO

Situação: Em fase prestação de contas

Objetivo: Validar o PDTIS do Pólo Cerrado /Pantanal de Mato Grosso

Assunto: PROJETO TERRA E SOL - INCRA

Objetivo: Terra e Sol em parceria INCRA, Sedtur para estimular o turismo rural em assentamentos da reforma agrária no Assentamento Carimã de Rondonópolis,

Assunto: Fortalecimento do Turismo na Região Sudoeste - Cáceres

Período/Local: Em andamento

Objetivo: O Projeto visa o Fortalecimento do Turismo na Região Sudoeste - Cáceres através da realização de 06 Workshops regionais contemplando 21 municípios



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: FOMENTO A ATIVIDADE MINERAL (210)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

17101-SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA

Origem do Programa:

CARÊNCIA DE INFORMAÇÕES GEOLÓGICAS

Objetivo do Programa:

PROMOVER MECANISMOS QUE ESTIMULEM OS INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO NO ESTADO, DE FORMA EFICIENTE E SUSTENTADA.

Público Alvo:

EMPREENDEDORES, UNIVERSIDADES, GESTORES PÚBLICOS, ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS.

Gestor(a) do Programa:

Joaquim Jurandir Pratt Moreno

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	COORDENAÇÃO DO MAPEAMENTO GEOLÓGICO E HIDROLÓGICO DO ESTADO	1.004.940,00	0,00	0,00	17.149,98	17.149,62	100,00
Produto / Unidade de Medida	ÁREA MAPEADA/QUILÔMETRO QUADRADO						
Ação	EMIÇÃO DE LAUDO PARA CERTIFICAÇÃO KIMBERLY DE DIAMANTES	50,00	11,00	22,00	15.782,00	9.715,00	61,56
Produto / Unidade de Medida	LAUDO DE ORIGEM EMITIDO/UNIDADE						
Ação	ORIENTAÇÃO TÉCNICA À MINERAÇÃO	5,00		0,00	1.895.259,48	1.677.842,62	88,53
Produto / Unidade de Medida	EMPREENHIMENTO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ROCHAS ORNAMENTAIS E DE REVESTIMENTO	3,00	5,00	166,67	58.040,00	58.040,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	DEPÓSITO DE ROCHAS IDENTIFICADO E CARACTERIZADO/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	25,00	25,00	100,00	53.780,00	21.399,45	39,79
Produto / Unidade de Medida	LABORATÓRIO IMPLANTADO E ESTRUTURADO/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS EXPLORADAS E EM EXPLORAÇÃO PELA ATIVIDADE MINERAL NO ESTADO	3,00	4,00	133,33	3.595.174,67	3.150.608,71	87,63
Produto / Unidade de Medida	Área identificada/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				70,33%			79,58%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
ÁREA MAPEADA DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE	QUILÔMETRO QUADRADO	54.000,00	144.000,00	22.500,00	0,00	31/12/2011
Fonte: SICME						

Análise dos Indicadores do Programa:

Os recursos previstos para continuidade do mapeamento Geológico foram remanejados para a METAMAT

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
2.533.554,48	5.635.186,13	4.934.755,40	0,00	194,78	87,57

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

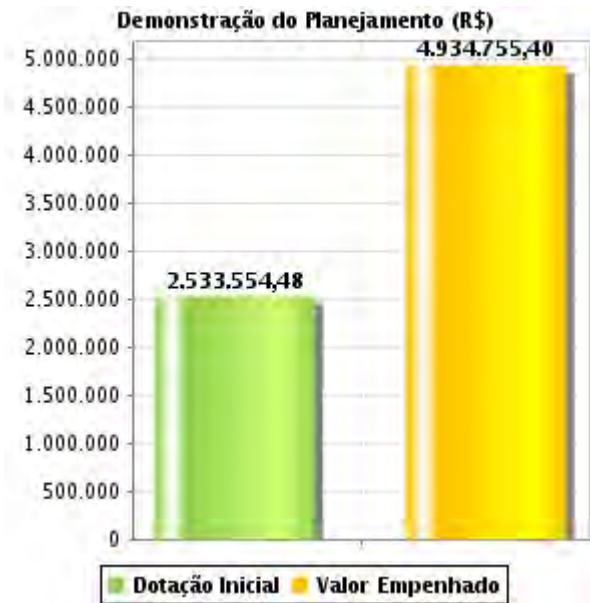
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **122,42%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 194,78%

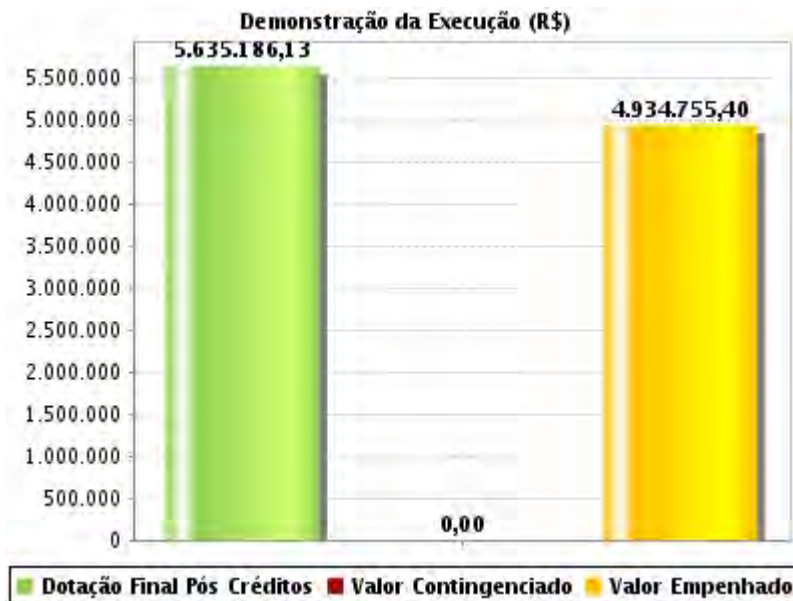


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 87,57%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Os recursos previstos para continuidade do mapeamento Geológico foram remanejados para a METAMAT.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: INSPECAO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (217)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12302-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

RISCO DE VEICULAÇÃO DE ENFERMIDADE AOS CONSUMIDORES ATRAVÉS DE PRODUTOS E SUB-PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

Objetivo do Programa:

GARANTIR A QUALIDADE HIGIENICO SANITARIA DOS PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PRODUZIDOS EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS, ATRAVES DE SUA CERTIFICACAO PARA CONSUMO HUMANO.

Público Alvo:

PRODUTORES E CONSUMIDORES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Gestor(a) do Programa:

Célio Ofugi

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	FISCALIZACAO DE ABATEDOUROS E ESTABELECIMENTOS DE PROCESSAMENTO DE CARNES	35,00	25,00	71,43	128.499,60	98.833,68	76,91
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	FISCALIZACAO DE ESTABELECIMENTOS QUE BENEFICIAM LEITE, SOB REGISTRO DA INSPECAO ESTADUAL	20,00	19,00	95,00	122.727,64	67.420,11	54,93
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	FISCALIZACAO DE ESTABELECIMENTOS QUE BENEFICIAM E/OU COMERC. OVOS E DERIVADOS SOB REGISTRO NO SISE	1,00	0,00	0,00	-3.739,87	3.281,98	328.198,00
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	FISCALIZACAO DE ESTABELECIMENTOS QUE BENEFICIAM MEL, SOB REGISTRO NA INSPEÇÃO ESTADUAL	5,00	4,00	80,00	49.999,95	33.172,96	66,35
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO FISCALIZADO/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	FISCALIZACAO DO TRANSITO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO TERRITORIO MATO-GROSSENSE	8.000,00	4.227,00	52,84	77.000,03	32.893,02	42,72
Produto / Unidade de Medida	VEICULO FISCALIZADO/UNIDADE						
Ação	EDUCACAO SANITARIA SOBRE PRODUTOS E SUB-PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	5,00	5,00	100,00	48.999,46	37.394,57	76,32
Produto / Unidade de Medida	REUNIAO REALIZADA/UNIDADE						
Ação	CAPACITACAO E NIVELAMENTO EM INSPECAO E FISCALIZACAO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	2,00	2,00	100,00	50.000,00	39.123,00	78,25
Produto / Unidade de Medida	CURSO DE CAPACITACAO E NIVELAMENTO REALIZADO/UNIDADE						
Ação	ANALISES LABORATORIAIS DE AMOSTRAS DE PRODUTOS DOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NA INSPECAO ESTADUAL	58,00	52,00	89,66	9.929,49	4.408,31	44,40
Produto / Unidade de Medida	ESTABELECIMENTO COM AMOSTRAS ANALISADAS/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				73,62%			41.079,73%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
Disponibilização de produtos de origem animal inspecionados	TONELADA	68.638,93	100.000,00	100.000,00	0,00	
Fonte: Indea						
ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS	UNIDADE	39,00	64,00	64,00	0,00	
Fonte: INDEA						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
497.916,30	483.416,30	316.527,63	0,00	63,57	65,48



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

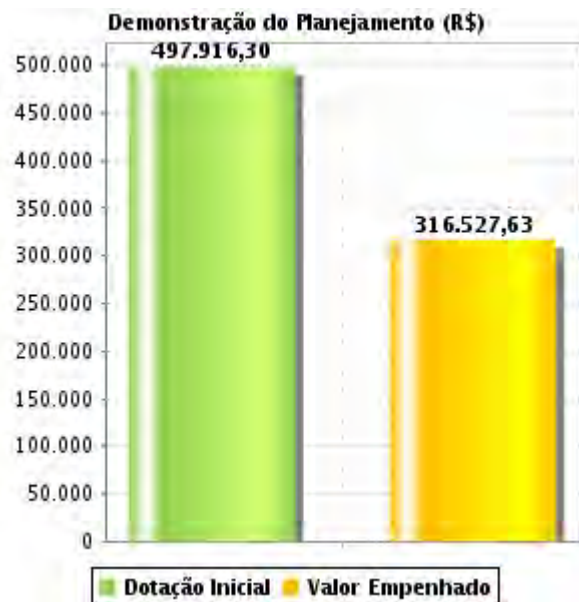
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

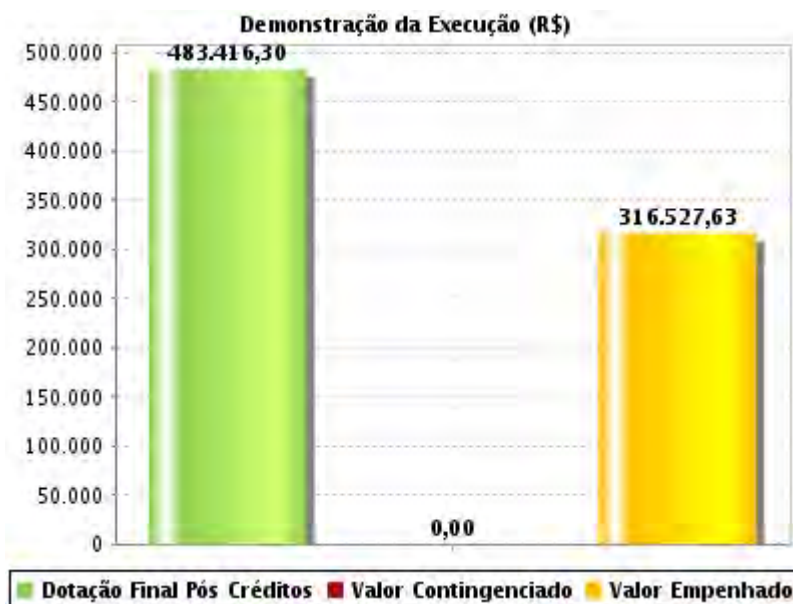
- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **2,91%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 63,57%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 65,48%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O bloqueio orçamentário e financeiro sofrido no ano de 2011, aliado à expectativa e não realização de incorporação de novos servidores advindos do último concurso, evidenciou que o planejamento do Programa ficou aquém do esperado, mas de forma geral, os objetivos foram cumpridos quase na totalidade, justificado pelo alto índice de demanda para registro de novas indústrias e o atendimento das exigências regulamentares por parte destas mesmas indústrias.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O objetivo do programa foi alcançado mesmo com todas as dificuldades sofridas para sua execução, devido ao esforço dos envolvidos no processo e à parceria com outras entidades como a Vigilância Sanitária e Ministério Público que contribuíram para a diminuição da informalidade neste campo de atividade. Estabelecimentos registrados passaram a ter um maior controle no processo e as novas indústrias passaram a ter fiscalização mais intensificada.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: NOSSA TERRA, NOSSA GENTE (240)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12301-INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

BAIXA CAPACIDADE DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE EXPANSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Objetivo do Programa:

PROMOVER O ACESSO A TERRA POR MEIO DE AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ASSENTAMENTO DE FAMILIAS, VIABILIZANDO AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS QUE POSSIBILITEM O DESENVOLVIMENTO DE SEU EMPREENHIMENTO, SANEAR OS PROBLEMAS RELATIVOS AO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS IMÓVEIS RURAIS POR MEIO DE PROMOÇÃO DE AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PROPORCIONANDO O TÍTULO DE DOMÍNIO DA ÁREA E SEGURANÇA JURÍDICA NAS TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS.

Público Alvo:

TRABALHADORES RURAIS, BOIAS FRIAS

Gestor(a) do Programa:

Afonso Dalberto

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	IDENTIFICACAO DE SITUACAO FUNDIARIA	1.200,00	2.133,00	177,75	2.214.101,48	1.408.383,05	63,61
Produto / Unidade de Medida	LOTE CADASTRADO E MEDIDO/LOTE						
Ação	REGULARIZACAO DE AREAS RURAIS	250,00	370,00	148,00	1.996.727,69	1.876.290,00	93,97
Produto / Unidade de Medida	TITULOS EXPEDIDOS/UNIDADE						
Ação	IMPLANTACAO DE VILAS RURAIS	200,00	18,00	9,00	176.742,00	11.545,00	6,53
Produto / Unidade de Medida	FAMILIA BENEFICIADA EM VILA RURAL/FAMILIA						
Ação	ASSENTAMENTOS RURAIS	300,00	35,00	11,67	835.886,40	268.228,74	32,09
Produto / Unidade de Medida	FAMILIA DE TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS/FAMILIA						
Índice médio geral de realização:				86,60%			49,05%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
FAMILIAS ASSENTADAS	FAMÍLIA	9.951,00	11.151,00	300,00	35,00	
Fonte: DIR. ASSENTAMENTO / INTERMAT						
FAMILIAS BENEFICIADAS EM VILAS RURAIS	FAMÍLIA	1.179,00	1.979,00	200,00	18,00	
Fonte: DIR. ASSENTAMENTO / INTERMAT						
IMOVEIS CADASTRADOS E MEDIDOS	UNIDADE	8.628,00	13.428,00	1.200,00	2.133,00	
Fonte: DIR. TÉCNICA / INTERMAT						
NUMERO DE TITULOS RURAIS EXPEDIDOS	UNIDADE	10.900,00	11.900,00	250,00	370,00	
Fonte: DIR. TÉCNICA / INTERMAT						
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO ELABORADO	UNIDADE	13,00	21,00	2,00	0,00	
Fonte: DIR.ASSENTAMENTO/INTERMAT						

Análise dos Indicadores do Programa:

O resultado dos indicadores do Programa apurado no ano de 2011 apresentaram diferentes índices no indicador de imóveis cadastrados e medidos apresentou um acréscimo de 77,75% e Título Definitivo acresceu 48% do índice previsto; Enquanto que o indicador para famílias assentadas não atingiram resultado esperado, demonstrando um péssimo desempenho; E, outros ficaram sem realização em função de dificuldades encontradas na execução do projeto, tais como: na aquisição de áreas rurais próximas ao centro urbano para implantação de vilas rurais devido ao alto custo para aquisição, bem como a não disponibilização de áreas de domínio dos municípios para beneficiar/assentar famílias em vilas rurais; b) a reduzida capacidade operacional verificada com insuficiência de técnicos capacitados para execução de plano de desenvolvimento do assentamento.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
4.538.084,00	5.223.457,57	3.564.446,79	0,00	78,55	68,24

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

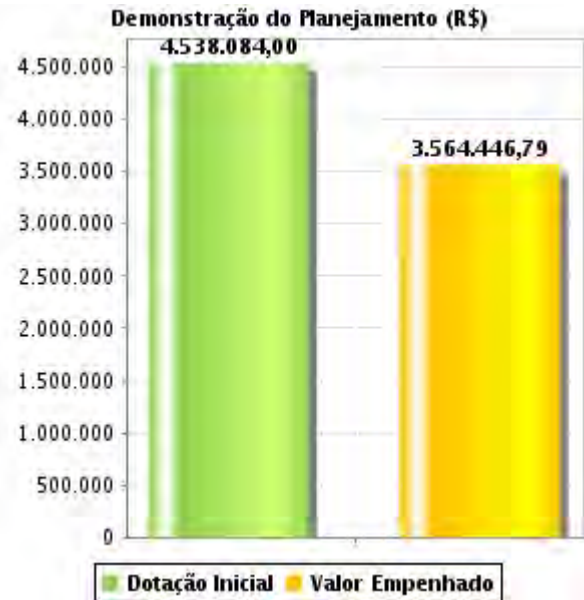
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acrécimo** orçamentário de aproximadamente **15,10%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.



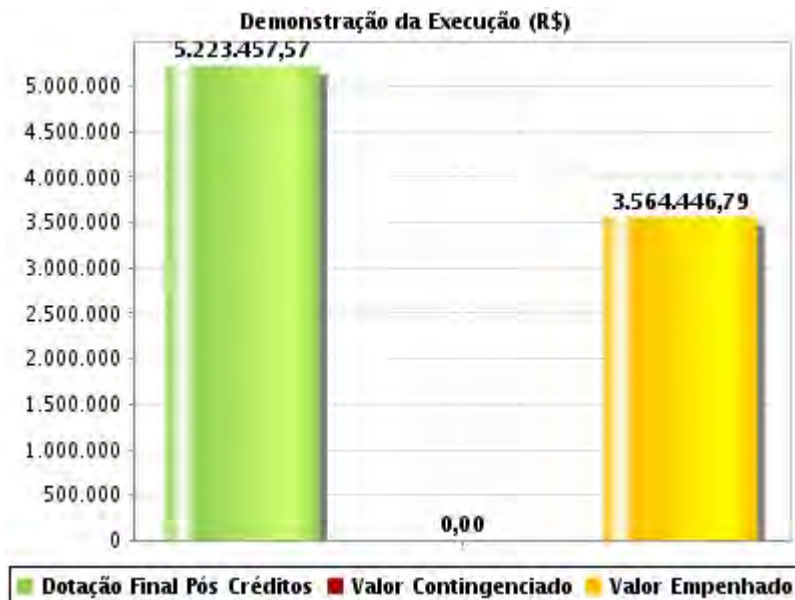
Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 78,55%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 68,24%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

O desempenho apurado apresenta-se regular com 78,55% da dotação inicial e 68,24% pós crédito em razão da não execução da ação de elaboração de um plano de assentamento (PDA), tendo em vista a reduzida capacidade técnica operacional para sua execução e ainda, as mudanças ocorridas nos procedimentos de licenciamento ambiental dos assentamentos e nas aberturas de matrículas das áreas junto aos registros de imóveis, pela necessidade de efetuar o georeferenciamento dos projetos instituído em Lei. O Programa proporcionou parcialmente os objetivos propostos por meio de ação de regularização fundiária e assentamentos de família, saneado os problemas relativos ao direito de propriedade dos imóveis rurais, proporcionando o título de domínio e a segurança jurídica nas transações imobiliárias com expedição de certidões para fins de licenciamento ambiental (SEMA) e certificação (INCRA/RGI). Entretanto, os recursos disponibilizados para atender as ações de PDA e Georeferenciamento nos assen/vilas rurais, não foram aplicados em decorrência de fatores técnico-operacional.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O programa proporcionou com o georeferenciamento a certificação do imóvel junto ao Incra e registro CRI, contribuindo com a segurança espacial das áreas rurais e com a segurança jurídica das transações imobiliárias e propiciando os títulos definitivos aos beneficiários de áreas rurais os quais terão linha de crédito e desenvolvimento socio econômico..



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL (258)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

17101-SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA

Origem do Programa:

BAIXA INDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS MATO-GROSSENSES.

Objetivo do Programa:

CONTRIBUIR PARA A EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, ESTIMULANDO A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS E O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE ESTADUAL.

Público Alvo:

SETOR PRODUTIVO.

Gestor(a) do Programa:

Sergio Pascoli Romani

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	INCENTIVO A PROJETOS DE FOMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL	25,00	43,00	172,00	13.434.570,00	11.028.847,73	82,09
Produto / Unidade de Medida	EMPRESA BENEFICIADA/UNIDADE						
Ação	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR-EXPORTA MT	400,00	10,00	2,50	340.900,00	9.088,05	2,67
Produto / Unidade de Medida	EMPRESA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO INTERNO DO COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	3.700,00	3.500,00	94,59	1.300.280,00	1.031.994,20	79,37
Produto / Unidade de Medida	EMPRESA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	98,00	20,00	20,41	13.290.100,00	2.243.645,07	16,88
Produto / Unidade de Medida	EMPRESA FINANCIADA/UNIDADE						
Ação	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO DE EMPRESAS	9.980,00	9.980,00	100,00	87.800,00	22.675,00	25,83
Produto / Unidade de Medida	EMPRESA REGISTRADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	GESTÃO/MUNICIPALIZAÇÃO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS E SUPORTE TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS	4,00	2,00	50,00	10.263.835,00	4.675.771,53	45,56
Produto / Unidade de Medida	DISTRITO INDUSTRIAL ATENDIDO/UNIDADE						
Ação	AMPLIAÇÃO DA SEDE DA JUCEMAT	10,00	10,00	100,00	60.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SEDE AMPLIADA/METRO QUADRADO						
Ação	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SICME	600.300,00		0,00	850.300,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SEDE CONSTRUÍDA/METRO QUADRADO						
Ação	DIGITALIZAÇÃO DE IMAGEM DOS PROCESSOS DE REGISTRO DE EMPRESAS	800.000,00	12,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	DOCUMENTO SELECIONADO MICROFILMADO E DIGITALIZADO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				59,94%			28,04%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DAS EMPRESAS BENEFICIADAS NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO DO ESTADO	PERCENTUAL	0,00	13,00	13,00	0,00	
Fonte: SICME						
Nº DE EMPREGOS GERADOS PELAS EMPRESAS INCENTIVADAS	UNIDADE	6.250,00	7.170,00	341,00	0,00	
Fonte: SICME						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
36.358.350,00	39.628.785,00	19.012.021,58	0,00	52,29	47,98



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

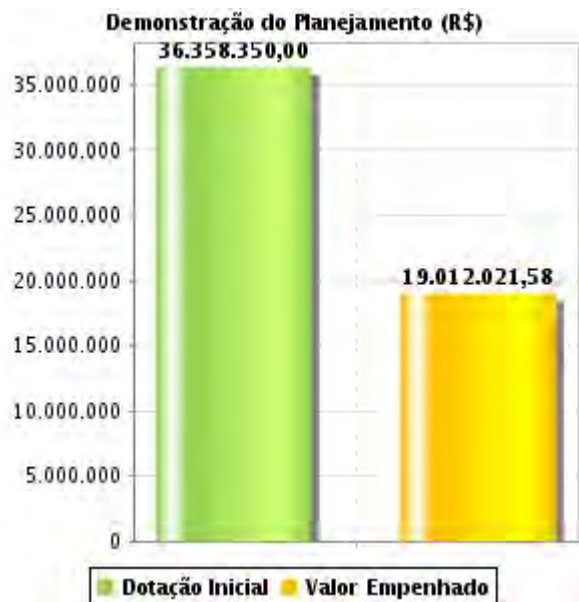
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **9,00%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 52,29%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 47,98%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO (286)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Origem do Programa:

DESORGANIZAÇÃO E FALTA DE DADOS TÉCNICOS DO SETOR DA AGROPECUÁRIA PARA SUBSIDIAR O SEU DESENVOLVIMENTO.

Objetivo do Programa:

ALAVANCAR AS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO SETOR DA AGROPECUÁRIA DE FORMA REGIONALIZADA.

Público Alvo:

AGRICULTORES ATENDIDOS

Gestor(a) do Programa:

Andre Rodrigues Dos Santos

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	DESENVOLVER A CADEIA PRODUTIVA DA SOJA	5,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETOS APOIADOS/UNIDADE						
Ação	APOIO E INCENTIVO A ATIVIDADES DA AGRICULTURA	384,00	500,00	130,21	2.905.288,07	2.797.404,80	96,29
Produto / Unidade de Medida	FAMILIA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA	224,00	150,00	66,96	108.469,83	95.469,83	88,02
Produto / Unidade de Medida	FAMILIA ATENDIDA/UNIDADE						
Ação	AMPARAR ESTIMULAR O FOMENTO AGROPECUÁRIO	80,00	60,00	75,00	136.161,70	128.932,20	94,69
Produto / Unidade de Medida	FAMILIA ATENDIDA/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				68,04%			94,75%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
-----------	-------------------	-------------------	------------------	---------------	--------------	------------------



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

FAMÍLIAS ATENDIDAS COM AÇÕES DO PROGRAMA	UNIDADE	2.500,00	6.500,00	6.500,00	7.710,00	
Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO						

Análise dos Indicadores do Programa:

Esse Programa quando foi idealizado inicialmente ele se calcava nos recursos da Fonte 100 do Governo. No decorrer do tempo foram firmados convênios com o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e da Pecuária - MAPA no Programa de Desenvolvimento da Agropecuária - PRODESA. Esses recursos possibilitaram que as metas iniciais fossem superadas, atendendo um número ainda maior de famílias de agricultores familiares do que tinha sido planejado antes.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
5.420.000,00	3.159.919,60	3.031.806,83	0,00	55,94	95,95

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

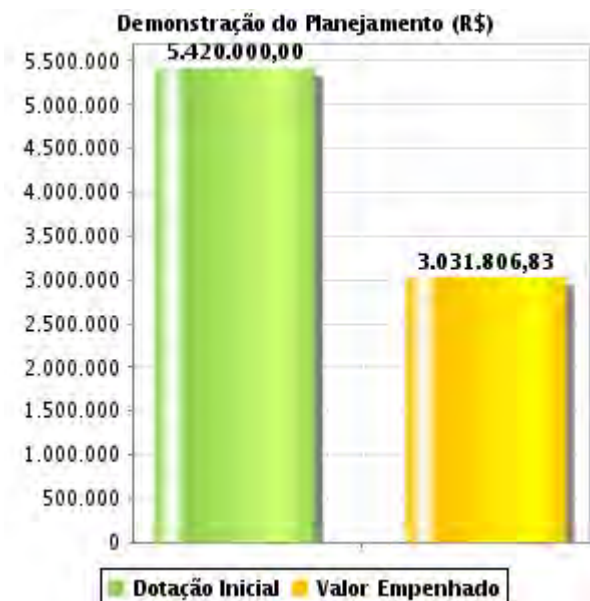
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **41,70%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 55,94%





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 95,95%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Da dotação final, praticamente todos os recursos foram utilizados, apoiando e incentivando a agropecuária do Estado, gerando um COFD ótimo. Com relação aos recursos previstos inicialmente, quase metade deles foram destinados a outros Programas.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

O Programa de Desenvolvimento agropecuário atendeu além das expectativas e se tornou nos últimos 4 anos a principal espinha dorsal de atuação da secretaria junto aos agricultores e pecuaristas do Estado. Através de convênios firmados como o Ministério da Agricultura e da Pecuária - MAPA, no Programa de Desenvolvimento da Agropecuária - PRODESA, se injetou recurso para ampliar as metas inicialmente previstas. Várias cadeias foram contempladas e diversas famílias foram atendidas dentro da política agropecuária traçada para o Estado. O Programa foi um grande sucesso. As cadeias da soja, do trigo, do mel, da mandioca, da fruticultura, da cana de açúcar entre outras foram desenvolvidas e alavancadas através do Programa. O resultado do Programa foi a distribuição de sementes, insumos e equipamentos atendendo a agricultura familiar.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: EMPREENDEDORISMO NA COPA (317)

Tipo de Programa:

Finalístico

Unidade Resp. Programa:

04302-AGÊNCIA ESTADUAL DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DA COPA DO MUNDO

Origem do Programa:

DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS PROPORCIONADOS PELA REALIZAÇÃO DO EVENTO COPA DO MUNDO DE 2014 EM CUIABÁ/NT

Objetivo do Programa:

BUSCAR PARCERIAS E DESENVOLVER NOVOS NEGÓCIOS

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Jefferson Carlos de Castro Ferreira Junior

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	ESTIMULO A PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E RODADAS INTERNACIONAIS DE NEGÓCIOS	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARTICIPAÇÃO EM EVENTO/UNIDADE						
Ação	FORMAÇÃO DE GRUPO ESPECIALIZADO PARA MAPEAMENTO E CAPTAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PLANO DE NEGÓCIO MAPEADO/UNIDADE						
Ação	ENVOLVIMENTO DAS ENTIDADES DE CLASSE EMPRESARIAIS NA DISCUSSÃO DOS PROJETOS DA COPA	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA FIRMADA/UNIDADE						
Ação	INCENTIVO A CRIAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO E DE MICRO-CRÉDITO VOLTADAS PARA AS NECESSIDADES DA COPA	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	LINHA DE CRÉDITO DISPONIBILIZADA/UNIDADE						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ESTÍMULO A REALIZAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	2,00	0,00	0,00	838.455,34	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA FIRMADA/UNIDADE						
Ação	DIVULGAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NO PORTAL DA AGE COPA	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO CRIADA PELA AGE COPA DIVULGADA/PERCENTUAL						
Ação	DESENVOLVIMENTO DE VISÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PARTICIPAÇÃO EM EVENTO/UNIDADE						
Ação	CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL VISANDO AS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS	3,00		0,00	100.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SEMINÁRIOS REALIZADOS/UNIDADE						
Ação	MAPEAMENTO DE OPORTUNIDADES DE CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO EM ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS (BNDES, CEF, BI)	0,00		0,00	799.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	MAPEAMENTO DE OPORTUNIDADE DE CONTRATAÇÃO DE CRÉDITO FINALIZADO/UNIDADE						
Ação	CRIAÇÃO DE GRUPO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE CRÉDITOS DO GOVERNO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	BANCO DE PROJETO IMPLANTADO/UNIDADE						
Ação	ATUAÇÃO EM SINTONIA C/ AS ADM. ESTADUAL E MUNICIPAIS NA APLICAÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS DO GOVERNO FEDERAL	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROJETO COM CAPTAÇÃO EXITOSA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:					0,00%		0,00%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES EM EVENTOS	PERCENTUAL	0,00	20,00	10,00	0,00	
Fonte: AGE COPA						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA	REAL	13.365,00	14.734,91	14.734,91	0,00	
Fonte: N/D						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
10.147.455,34	2.737.455,34	0,00	0,00	0,00	0,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

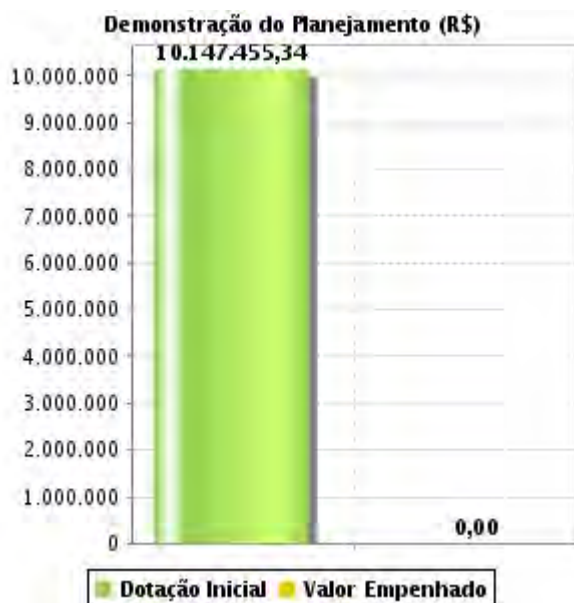
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **73,02%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 0,00%



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 0,00%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

Em virtude da revisão das Ações e Programas feita pela nova gestão da Agência a partir de abril/2011, os recursos orçamentários foram direcionados para as ações de infra-estrutura. Deste modo, não tivemos a execução orçamentária e financeira do programa.

RESULTADOS DO PROGRAMA:

Em virtude da revisão das Ações e Programas feita pela nova gestão da Agência a partir de abril/2011, os recursos orçamentários foram direcionados para as ações de infra-estrutura. Deste modo, não tivemos a execução orçamentária e financeira do programa e conseqüentemente não alcançou o objetivo esperado pelo programa.

RAG
2011

RELATÓRIO DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL



Governo do Estado de Mato Grosso

Avaliação dos Programas Padronizados





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: APOIO ADMINISTRATIVO (036)

Tipo de Programa:

Apoio Administrativo

Unidade Resp. Programa:

99000-TESOURO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

ORGAOS COM NECESSIDADE DE MANUTENCAO E APOIO ADMINISTRATIVOS PARA CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

Objetivo do Programa:

PROVER OS ORGAOS DO ESTADO DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS PARA A IMPLEMENTACAO E GESTAO DE SEUS PROGRAMAS FINALISTICOS

Público Alvo:

ORGÃOS DO ESTADO

Gestor(a) do Programa:

Administrador Fiplan

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	GESTAO DO SISTEMA PREVIDENCIARIO	100,00	100,00	100,00	9.870.732,24	9.837.831,01	99,67
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA PREVIDENCIARIO GERIDO/PERCENTUAL						
Ação	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DA SEFAZ.	100,00	30,00	30,00	486.606,25	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DA SEFAZ DEFINIDA E IMPLANTADA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DE GABINETES	100,00	100,00	100,00	295.837,00	143.342,00	48,45
Produto / Unidade de Medida	DEMANDAS ATENDIDAS/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	100,00	100,00	44.202.209,04	37.671.365,59	85,23
Produto / Unidade de Medida	ACA0 MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES	100,00	100,00	100,00	89.404.427,71	82.676.636,99	92,47
Produto / Unidade de Medida	ACA0 MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	100,00	100,00	100,00	431.944.030,32	397.258.374,48	91,97
Produto / Unidade de Medida	ACA0 MANTIDA/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DO ESTADO E ENCARGOS SOCIAIS	0,00		0,00	3.001.949.353,44	2.966.680.002,89	98,83
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE INFORMÁTICA	100,00	100,00	100,00	84.004.483,77	72.612.697,39	86,44
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENCAO DOS ORGAOS COLEGIADOS - CONSELHOS	100,00	100,00	100,00	454.770,94	352.761,97	77,57
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PROPAGANDA	100,00	90,00	90,00	73.773.913,01	69.680.440,24	94,45
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	ENCARGOS COM A CENTRAL PRIVADA DE COMUTACAO TELEFONICA DO CPA	1,00		0,00	551.046,36	551.046,36	100,00
Produto / Unidade de Medida	CONTRATO COM EMPRESA DE TELECOMUNICOES MANTIDO/UNIDADE						
Ação	CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE AOS SERVIDORES DA ADM. PÚBLICA ESTADUAL	146.000,00	146.000,00	100,00	175.141,00	121.586,20	69,42
Produto / Unidade de Medida	VALES TRANSPORTES CONCEDIDOS/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE DO GOVERNADOR	100,00	150,00	150,00	2.388.201,93	2.375.011,00	99,45
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO EM BRASÍLIA	0,00	100,00	10.000,00	158.904,59	126.977,27	79,91
Produto / Unidade de Medida	DEMANDA ATENDIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO	100,00	100,00	100,00	2.774.409,22	2.717.749,92	97,96
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DOS POSTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL	3,00		0,00	540.000,00	140.877,50	26,09
Produto / Unidade de Medida	POSTOS DE POLÍCIA RODOVIÁRIA MANTIDOS/UNIDADE						
Ação	PROCESSAMENTO ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS DO ESTADO	100,00	100,00	100,00	6.627.921,42	6.611.034,62	99,75
Produto / Unidade de Medida	AÇÕES ATENDIDAS/PERCENTUAL						
Ação	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	100,00	100,00	100,00	500.000,00	273.838,13	54,77
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	100,00	100,00	100,00	140.520,00	18.960,00	13,49
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	COMBATE A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O DESVIO DE CONDUTA DOS SERVIDORES FAZENDÁRIOS	100,00	100,00	100,00	259.280,00	84.000,80	32,40
Produto / Unidade de Medida	LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS FAZENDARIOS ACOMPANHADA/PERCENTUAL						
Ação	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FAZENDÁRIA	100,00	70,00	70,00	49.460,00	465,00	0,94
Produto / Unidade de Medida	GESTAO FAZENDARIA ACOMPANHADA E AVALIADA/PERCENTUAL						
Ação	DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO INSTITUCIONAL DA SEFAZ	100,00	65,00	65,00	441.543,94	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	MODELO DE GESTÃO DA SEFAZ IMPLEMENTADO/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENCAO E CONSERVACAO DO COMPLEXO DO CPA	100,00		0,00	1.765.011,97	1.753.411,97	99,34
Produto / Unidade de Medida	COMPLEXO DO CPA ADMINISTRADO/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENCAO DOS POSTOS DE PERÍCIA MÉDICA	7,00	7,00	100,00	253.516,15	253.516,15	100,00
Produto / Unidade de Medida	POSTOS DE PERÍCIA MANTIDOS/UNIDADE						
Ação	PAGAMENTO DE PESSOAL TERCEIRIZADO DA SEFAZ	100,00	100,00	100,00	14.812.293,80	14.812.293,80	100,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NA SEFAZ	30,00	10,00	33,33	30.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA DE GESTAO IMPLANTADO/PERCENTUAL						
Ação	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA AS AÇÕES DA GESTÃO	10,00	6,00	60,00	500.000,00	271.554,08	54,31
Produto / Unidade de Medida	SISTEMAS INFORMATIZADOS ADQUIRIDOS/UNIDADE						
Ação	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA AÇÕES DO DASA	30,00	15,00	50,00	400.000,00	400.000,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMAS INFORMATIZADOS ADQUIRIDOS/UNIDADE						
Ação	IMPLANTAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL	100,00	0,00	0,00	11.600,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA IMPLANTADO E DISPONIBILIZADO/PERCENTUAL						
Ação	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	100,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	SISTEMA IMPLANTADO/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	IMPLANTAR PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL NA SEFAZ E SEJUF	100,00	0,00	0,00	115.260,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	PROGRAMAS DESENVOLVIDOS/UNIDADE						
Ação	MANUTENÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO DO ESTADO	100,00		0,00	47.161.334,00	38.879.041,97	82,44
Produto / Unidade de Medida	CONTRATOS OPERACIONALIZADOS E ADMINISTRADOS/PERCENTUAL						
Ação	REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	100,00	100,00	631.000.000,08	619.680.501,36	98,21
Produto / Unidade de Medida	ACA0 MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	GESTAO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	100,00	97,00	97,00	7.127.356,15	7.126.139,24	99,98
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	GESTÃO DE PROCESSOS INTERNOS	100,00	30,00	30,00	68.350,00	68.350,00	100,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS DO DASA - DIREÇÃO SUPERIOR	100,00	100,00	100,00	102.040,00	15.612,94	15,30
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	SERVIÇO DE SUPORTE AS ATIVIDADES DO DASA	100,00	75,00	75,00	5.419.640,81	4.756.574,83	87,77
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DO ESTADO E ENCARGOS SOCIAIS - EF	100,00	100,00	100,00	338.118.580,66	312.256.013,81	92,35
Produto / Unidade de Medida	ACA0 MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				330,27%			65,24%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÃO CABE NO CONCEITO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: SAD						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
4.383.674.086,67	4.798.077.775,80	4.650.208.009,51	0,00	105,97	96,82

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

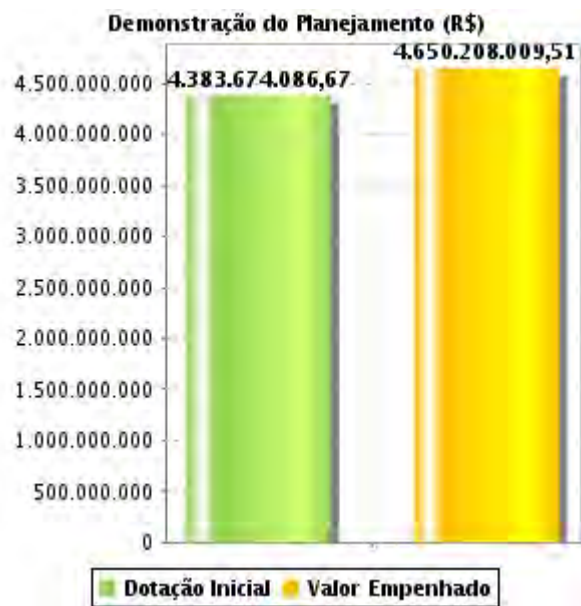
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **9,45%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 105,97%

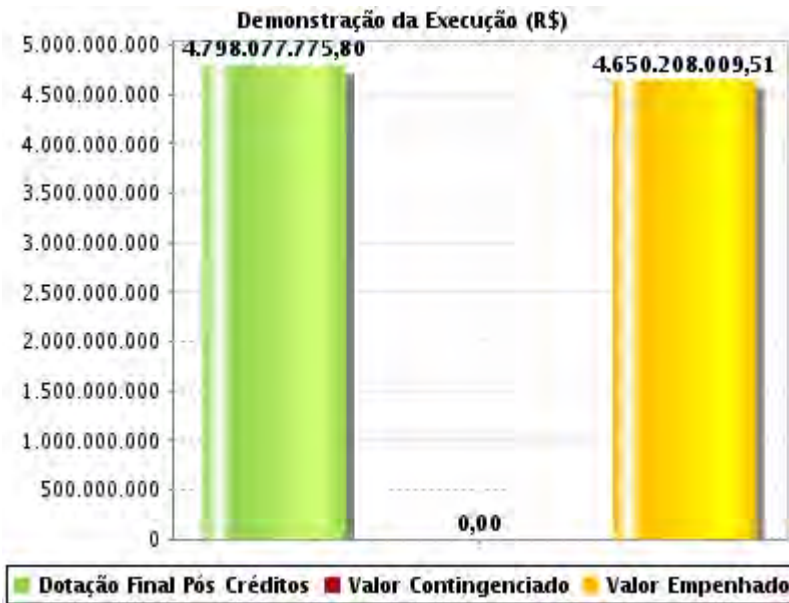


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 96,82%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: GESTÃO DE DOCUMENTOS (299)

Tipo de Programa:

Apoio Administrativo

Unidade Resp. Programa:

11601-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

COMPREENSÃO SUPERFICIAL DO QUE CONSISTE A GESTÃO DE DOCUMENTOS PELOS SERVIDORES E GESTORES PÚBLICOS, DEIXANDO A MASSA DOCUMENTAL RECEBIDA E PRODUZIDA NO ESTADO, EM MUITOS ORGÃOS, SEM QUALQUER CLASSIFICAÇÃO E SEM DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE GUARDA DOS DOCUMENTOS INDICANDO AQUELES DOCUMENTOS COM VALOR PERMANENTE E OUTROS QUE POSSUEM TEMPO DETERMINADO DE GUARDA E QUE DEVEM, POR ISSO, SER DESCARTADOS NO MOMENTO CERTO. ESTA SITUAÇÃO ESTÁ NA RAIZ DE MUITOS DEPÓSITOS DE PAPEL ENTULHADO, DEIXANDO NO MESMO ESPAÇO DOCUMENTAÇÃO ESSENCIAL QUE COMPROVA DIREITOS DOS CIDADÃOS, COM OUTROS DOCUMENTOS QUE PODEM SER ELIMINADOS, POIS JÁ CUMPRIRAM SUA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA. O RESULTADO É A PERDA DE INFORMAÇÃO, PREJUDICANDO A TRANSPARÊNCIA E A EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PELA DIFICULDADE DE RECUPERAR RAPIDAMENTE OS DOCUMENTOS ARQUIVADOS, ASSIM COMO A PERDA DE PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO DO ESTADO DE MATO GROSSO .

Objetivo do Programa:

CRIAÇÃO DOS ARQUIVOS SETORIAIS NOS ORGÃOS E INSTITUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL COM A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO, TRAMITAÇÃO, ARQUIVAMENTO E DESCARTE DE DOCUMENTOS, CONFERINDO AO PROCEDIMENTO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS UNIDADES E EFICIÊNCIA, RACIONALIZANDO A ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DOS ORGÃOS . COM ISSO, É POSSIVEL PRESERVAR E POSSIBILITAR O ACESSO AOS DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GARANTINDO TRANSPARÊNCIA AO PROCESSO

Público Alvo:

ORGÃOS E INSTITUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Gestor(a) do Programa:

Jose de Jesus Nunes Cordeiro

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	MICROFILMAGEM E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	100,00		0,00	94.000,00	9.624,00	10,24
Produto / Unidade de Medida	DOCUMENTO MICROFILMADO E DIGITALIZADO/PERCENTUAL						
Ação	DESCRIÇÃO E CATALOGAÇÃO DE DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	100,00		0,00	124.000,00	12.738,40	10,27
Produto / Unidade de Medida	DOCUMENTOS DESCRITOS E CATALOGADOS/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	PROMOCAO E IMPLANTACAO DOS ARQUIVOS SETORIAIS						
Produto / Unidade de Medida	ORGAOS COM ARQUIVOS SETORIAIS IMPLANTADOS/PERCENTUAL	100,00		0,00	101.000,00	9.805,00	9,71
Ação	AMBIENTALIZAÇÃO DO PRÉDIO DO ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO						
Produto / Unidade de Medida	PRÉDIO ADEQUADO/PERCENTUAL	100,00		0,00	355.282,00	24.447,03	6,88
Índice médio geral de realização:				0,00%			9,28%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
INDICE DE ORGÃOS COM ARQUIVOS SETORIAIS IMPLANTADOS	PERCENTUAL	0,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: ND						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
999.282,00	674.282,00	56.614,43	0,00	5,67	8,40

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

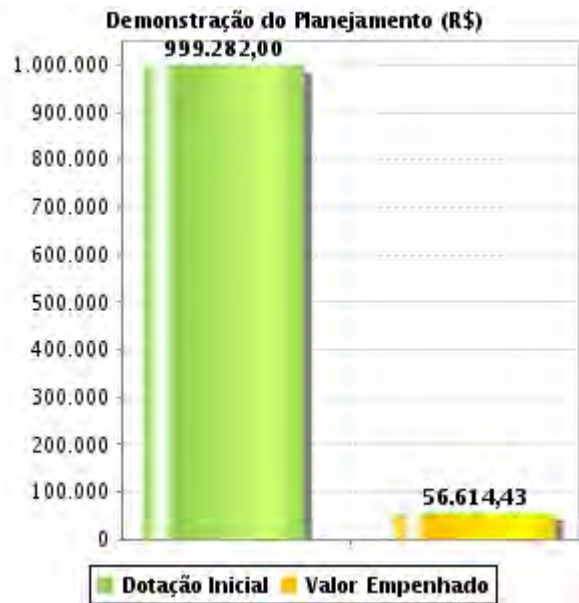
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **32,52%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 5,67%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 8,40%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: OPERACOES ESPECIAIS: SERVICOS DA DIVIDA INTERNA (994)

Tipo de Programa:

Apoio Administrativo

Unidade Resp. Programa:

30102-RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ

Origem do Programa:

ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Objetivo do Programa:

ATENDER DESPESAS DECORRENTES DO SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA CONTRAÍDA PELO ESTADO.

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Avaneth Almeida Das Neves

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA ÍTERNA	100,00	100,00	100,00	1.005.379.878,65	1.003.084.613,76	99,77
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				100,00%			99,77%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÃO CABE NO CONCEITO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: SAD						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
829.540.805,28	1.005.379.878,65	1.003.084.613,76	0,00	120,92	99,77

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

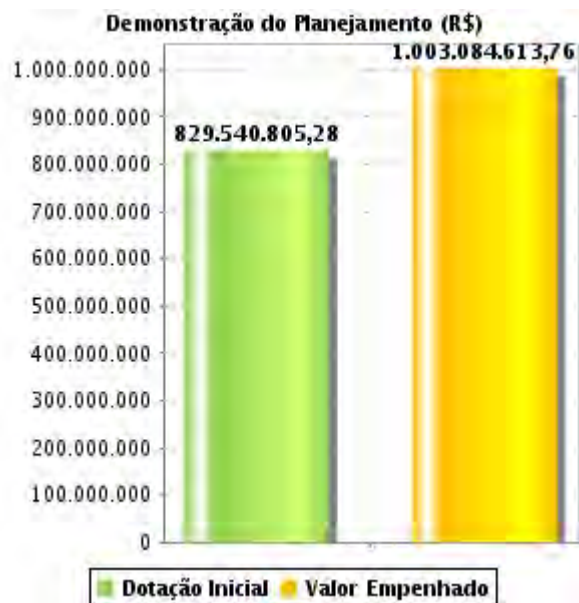
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **21,20%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 120,92%

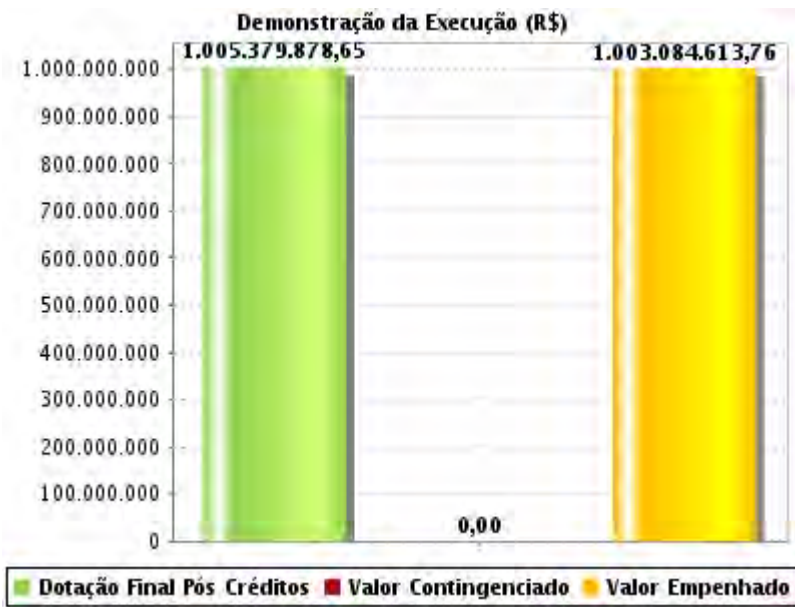


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 99,77%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: OPERACOES ESPECIAIS:SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (995)

Tipo de Programa:

Apoio Administrativo

Unidade Resp. Programa:

30102-RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ

Origem do Programa:

ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Objetivo do Programa:

ATENDER DESPESAS DECORRENTES DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA CONTRAÍDA PELO ESTADO.

Público Alvo:

SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Gestor(a) do Programa:

Avaneth Almeida Das Neves

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA ÉXTERNA	100,00	100,00	100,00	8.395.229,36	8.395.229,36	100,00
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				100,00%			100,00%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÃO CABE NO CONCEITO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: SAD						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
22.025.161,98	8.395.229,36	8.395.229,36	0,00	38,12	100,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decréscimo** orçamentário de aproximadamente **61,88%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 38,12%

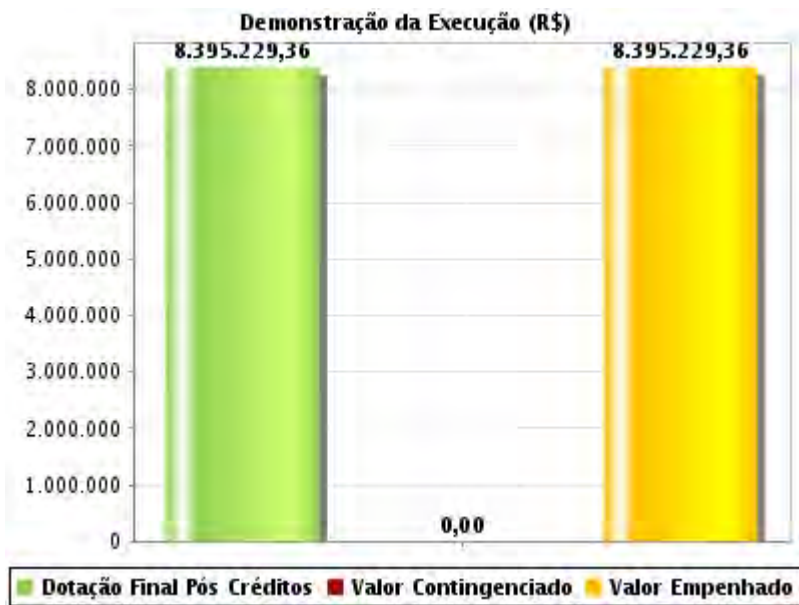


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 100,00%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS (996)

Tipo de Programa:

Apoio Administrativo

Unidade Resp. Programa:

99000-TESOURO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

NÃO SE APLICA

Objetivo do Programa:

ATENDER OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Público Alvo:

MUNICÍPIOS E SOCIEDADE MATOGROSSENSE.

Gestor(a) do Programa:

Avaneth Almeida Das Neves

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	RECOLHIMENTO DO PIS-PASEP E PAGTO ABONO	100,00	100,00	100,00	82.213.297,98	80.319.578,22	97,70
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	PARCELAMENTOS DE ENCARGOS SOCIAIS	100,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ATIVIDADES REALIZADAS/PERCENTUAL						
Ação	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A MUNICÍPIOS - CONSTITUCIONAL	100,00	100,00	100,00	1.528.048.248,46	1.473.706.097,73	96,44
Produto / Unidade de Medida	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS/PERCENTUAL						
Ação	INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÕES	100,00	100,00	100,00	55.857.363,84	55.684.804,54	99,69
Produto / Unidade de Medida	DESPESAS RESSARCIDAS/PERCENTUAL						
Ação	OPERACIONALIZAÇÃO DE CONTRATOS REMANESCENTES DE ÓRGÃOS EXTINTOS	100,00	100,00	100,00	58.978.161,20	58.978.161,20	100,00
Produto / Unidade de Medida	CONTRATOS OPERACIONALIZADOS E ADMINISTRADOS/PERCENTUAL						
Ação	CONVENIOS, CONTRATOS E OUTROS AJUSTES	100,00	100,00	100,00	11.384.033,22	11.233.644,47	98,68
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Ação	ENCARGOS COM OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	100,00	100,00	100,00	4.259.444,00	3.867.725,64	90,80
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DE EMPRESAS ESTATAIS	100,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	ACAO IMPLEMENTADA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				75,00%			72,91%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÃO CABE NO CONCEITO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: SAD						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.692.150.006,63	1.740.752.548,70	1.683.790.011,80	0,00	99,50	96,72

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

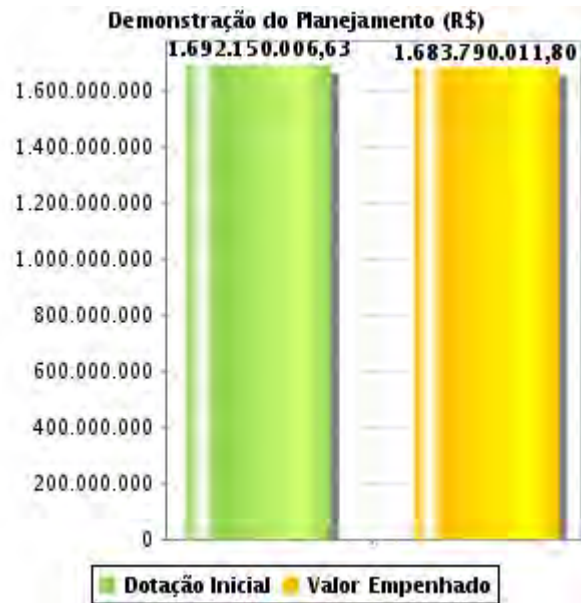
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **2,87%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 99,50%

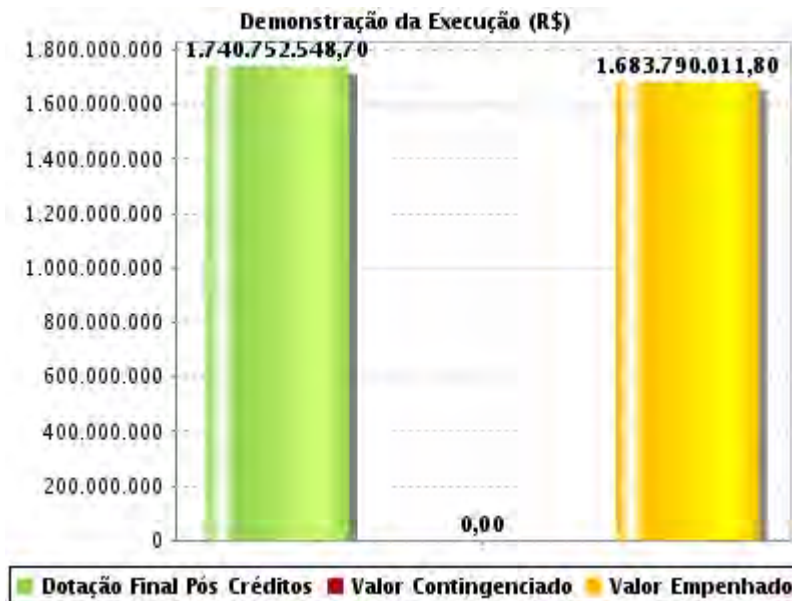


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 96,72%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO (997)

Tipo de Programa:

Apoio Administrativo

Unidade Resp. Programa:

11602-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

APOSENTADOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES COM NECESSIDADE DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS.

Objetivo do Programa:

PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS INATIVOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES.

Público Alvo:

SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Gestor(a) do Programa:

Bruno Sampaio Saldanha

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	100,00	100,00	100,00	999.583.463,15	986.866.215,69	98,73
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES -SERVIDORES MILITARES	100,00	100,00	100,00	145.398.275,61	145.392.216,92	100,00
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	RECOLHIMENTO DE ENCARGOS E OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	0,00	100,00	10.000,00	218.214.239,41	215.706.182,18	98,85
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS MS-MT	100,00	100,00	100,00	39.179.611,85	39.151.725,32	99,93
Produto / Unidade de Medida	AÇÃO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				2.575,00%			99,38%

INDICADORES DO PROGRAMA



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÃO CABE NO CONCEITO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: SAD						
TAXA DE COBERTURA	PERCENTUAL	100,00	100,00	100,00	0,00	
Fonte: FUNPREV						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
1.156.935.301,91	1.402.375.590,02	1.387.116.340,11	0,00	119,90	98,91

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

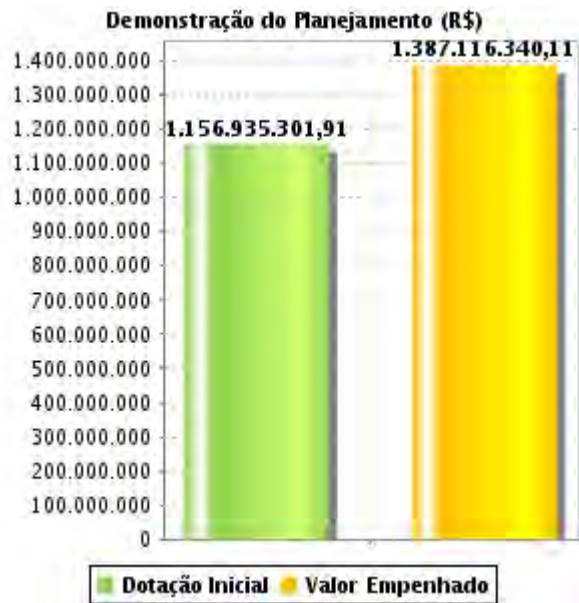
De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **21,21%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 119,90%

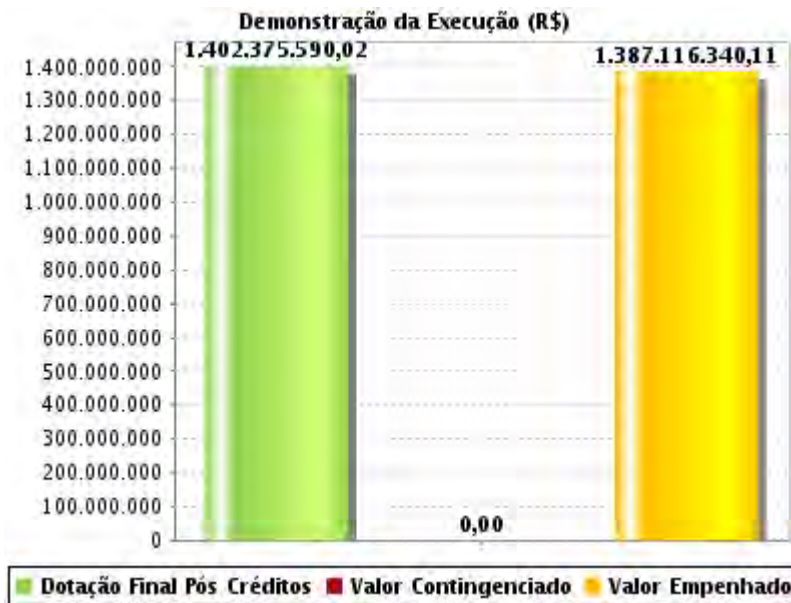


Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 98,91%



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: OPERACOES ESPECIAIS-CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS (998)

Tipo de Programa:

Apoio Administrativo

Unidade Resp. Programa:

99000-TESOURO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

XXXXX

Objetivo do Programa:

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE DESPESAS QUE NÃO CONTRIBUEM PARA A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO, DAS QUAIS NÃO RESULTA UM PRODUTO, E NÃO GERAM CONTRAPRESTAÇÃO DIRETA SOB A FORMA DE BENS OU SERVIÇOS

Público Alvo:

XXXXXX

Gestor(a) do Programa:

Estado de Mato Grosso

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO - ADM. DIRETA	100,00	100,00	100,00	104.798.806,15	104.480.480,05	99,70
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Ação	CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO - ADM. INDIRETA	100,00	100,00	100,00	3.927.230,25	2.378.764,44	60,57
Produto / Unidade de Medida	ACAO MANTIDA/PERCENTUAL						
Índice médio geral de realização:				100,00%			80,13%

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÃO CABE NO CONCEITO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: SAD						



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
58.455.025,20	108.726.036,40	106.859.244,49	0,00	182,81	98,28

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

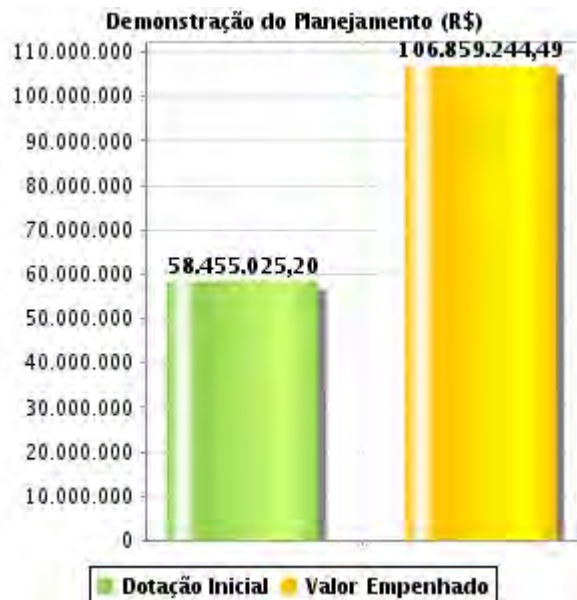
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **acréscimo** orçamentário de aproximadamente **86,00%**, na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 182,81%

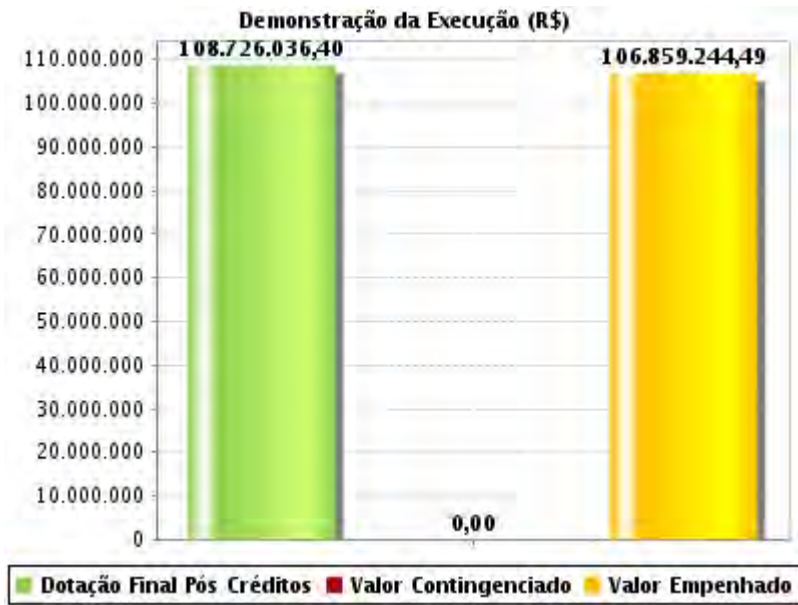


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 98,28%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGENCIA (999)

Tipo de Programa:

Apoio Administrativo

Unidade Resp. Programa:

99000-TESOURO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:**Objetivo do Programa:**

ATENDER PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS.

Público Alvo:

ESTADO DE MATO GROSSO

Gestor(a) do Programa:

Regiane Berchieli

PRODUTOS ENTREGUES

Descrição		METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
		Prevista (após créditos)	Realizado	Índices de Realização	Dotação Final (após créditos)	Empenhado	Índices de Execução
Ação	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1,00	1,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Produto / Unidade de Medida	NÃO CABE NO CONCEITO/UNIDADE						
Índice médio geral de realização:				100,00%		0,00%	

INDICADORES DO PROGRAMA

Indicadores são parâmetros utilizados para mensurar o andamento de um programa, nos níveis operacional e tático. São as variáveis que devem ser acompanhadas pelos executores e avaliadores para analisar a execução (resultado) e o alcance (impacto) do programa. O indicador permite observar e mensurar determinados aspectos da realidade social: eles medem, observam e analisam a realidade de acordo com um determinado ponto de vista.

Descrição	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2011	Apurado 2011	Data da Apuração
NÃO CABE NO CONCEITO	PERCENTUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: SAD						

Análise dos Indicadores do Programa:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DO PROGRAMA

Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Dotação Inicial LOA	Dotação Final (Após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	%PPD* Empenhado em relação a Dotação Inicial LOA	%COFD** Empenhado em relação a Dotação Final(-)Valor Contingenciado
84.036.622,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* PPD (Planejamento e Programação da Despesa) – mede a capacidade do órgão de planejar onde (e quanto) será empregado o orçamento que lhe é destinado na LOA, ou seja, efetuar a previsão da despesa orçamentária do exercício.

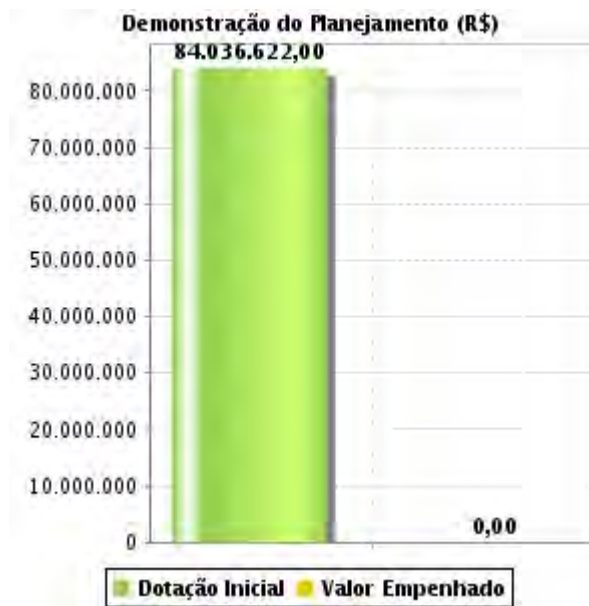
** COFD (Capacidade Operacional Financeira da Despesa) – mede a capacidade do órgão de executar financeiramente o orçamento, em sua Dotação Final (após créditos) menos o Valor Contingenciado.

Obs: Para medir o grau de desempenho alcançado na realização orçamentária-financeira desse programa pode-se utilizar os seguintes parâmetros qualificativos:

- Faixa de 90,01% a 110,00% - Ótimo;
- Faixa entre 80,01% a 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% a 120,00% - Bom;
- Faixa entre 60,01% a 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% a 140,00% - Regular;
- Faixa entre 40,01% a 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% a 160,00% - Deficiente;
- Faixa menor de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00% - Altamente Deficiente

De acordo com os dados acima se observa que no decorrer do ano/exercício houve **decrécimo** orçamentário de aproximadamente **100,00%** , na relação Dotação Inicial LOA/Dotação Final.

Resultado do Planejamento Orçamentário/Financeiro: PPD 0,00%

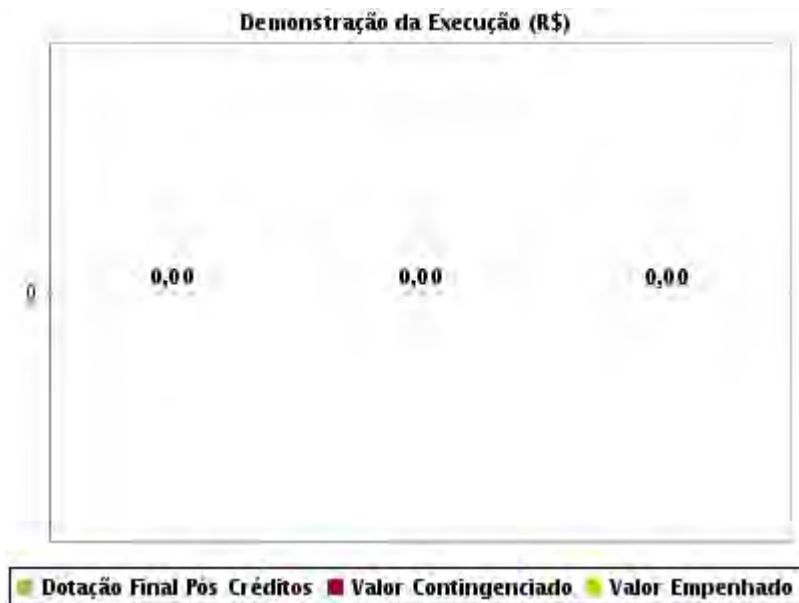


Resultado da Execução Orçamentária/Financeira: COFD 0,00%



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO SINTÉTICO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS



EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O § 1º do Art. 23 da Lei 9203/2009 estabelece que a Reserva de Contingência atenderá passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária, a no mínimo 2% (dois por cento) da receita corrente líquida e a no mínimo 1% (um por cento) na lei orçamentária. Durante a execução, os recursos são remanejados para atender ao disposto na Lei e/ou prioridades de governo. O programa desempenhou o papel a ele designado, uma vez que os recursos anulados foram destinados a cobertura de áreas prioritárias de governo, cuja execução orçamentária e financeira ocorreu nas ações descritas anteriormente. Assim, não cabe este tipo de análise de realização orçamentária e financeira do programa.

RESULTADOS DO PROGRAMA:



Estado de Mato Grosso

RAG 2011



RAG 2011

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral



Governo do Estado de Mato Grosso

www.seplan.mt.gov.br